



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
PRO-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS – PPCEL

LAFITY DOS SANTOS ALVES

**PROPÓSITOS COMUNICATIVOS E CRENÇAS EM PARECERES DE
PERIÓDICOS NA ÁREA DISCIPLINAR DE LINGUÍSTICA**

TERESINA – PIAUÍ
2023

LAFITY DOS SANTOS ALVES

PROPÓSITOS COMUNICATIVOS E CRENÇAS EM PARECERES DE
PERIÓDICOS NA ÁREA DISCIPLINAR DE LINGUÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Doutor na área de Linguística. Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Texto, Discurso e Gêneros como práticas sociais.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Filho.

TERESINA – PIAUÍ
MARÇO/2023

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

- A474p Alves, Lafity dos Santos.
Propósitos comunicativos e crenças em pareceres de periódicos na área disciplinar de linguística / Lafity dos Santos Alves. – 2023. 395 f.
- Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Teresina, 2023.
“Orientador : Prof. Dr. Francisco Alves Filho.”
1. Linguística. 2. Crenças. 3. Pareceres. 4. Propósito comunicativo. 5. Cultura Disciplinar. I. Alves Filho, Francisco. II. Título.

CDD 410

Bibliotecário: Gésio dos Santos Barros – CRB3/1469

LAFITY DOS SANTOS ALVES

PROPÓSITOS COMUNICATIVOS E CRENÇAS EM PARECERES DE
PERIÓDICOS NA ÁREA DISCIPLINAR DE LINGUÍSTICA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí, como requisito para a obtenção do grau de Doutor na área de Linguística.

Área de concentração: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Texto, Discurso e Gêneros como práticas sociais

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alves Filho.

Tese aprovada em: 31/03/2023.

BANCA EXAMINADORA

Francisco Alves Filho (Orientador)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Benedito Gomes Bezerra (Externo)
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Cibele Gadelha Bernardino (Externo)
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

José Ribamar Lopes Batista Júnior (Interno)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Maria Angélica Freire de Carvalho (Interno)
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Aos meus amores e companheiros diários, Chico e Luísa.

Aos meus amados e atenciosos pais, João e Maria.

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, queria agradecer a Deus pela luz e esperança que Ele emana em minha vida.

Ao Chico Filho, meu amor, amigo, companheiro das lutas diárias e orientador, agradeço por todo o apoio e afeto.

À minha doce e atenciosa filha, Luísa, dedico todo o meu amor. Sua existência torna meus dias mais leves e melhores!

Aos meus pais, por todo o apoio, amor e educação que me deram ao longo dessa jornada.

Aos meus irmãos, pelo apoio e pelos momentos de descontração durante as reuniões familiares.

Às minhas sobrinhas e sobrinhos, motivos de alegria em minha vida.

À Maria (Maricota), com quem tenho contado nesses últimos 8 anos e por quem tenho um sentimento de gratidão e carinho por ajudar-me a cuidar tão bem da minha família, principalmente, da Luisinha (minha princesa).

Meus agradecimentos aos editores e pareceristas que muito colaboraram para a realização desta pesquisa.

Às professoras Maria Angélica Freire de Carvalho e Cibele Gadelha Bernardino, pela leitura cuidadosa do meu projeto (primeira qualificação do doutorado) e de alguns capítulos da terceira (e última) qualificação do doutorado. Agradeço ainda por aceitarem compor a banca examinadora nesta última etapa do doutorado.

Aos professores Benedito Gome Bezerra e José Ribamar Lopes Batista Júnior, pela leitura atenta de um dos capítulos teóricos durante a segunda qualificação de doutorado e por aceitarem compor a banca examinadora nesta última etapa do doutorado.

Ao Núcleo Cataphora, pelas valiosas discussões (sempre colaborativas e reflexivas!).

Aos colegas da turma de Doutorado, Darkyana, Luciana, Thiago, Ailton, Meryane, Rodrigo, Leila Patrícia e Vanessa, pelos diálogos constantes (e de muita aprendizagem) nesses últimos quatro anos.

Ao Emanuel Barbosa, por ter cedido a mim alguns textos sobre cultura disciplinar e que muito me ajudaram no processo de elaboração da minha tese.

Aos amigos Sait, Socorrinha, Cruzinha e Expedito, pela companhia agradável e amizade verdadeira.

À Ângela Raquel, pela amizade e por ter, gentilmente, aceito traduzir para o inglês e francês o resumo desta tese.

Ao IDB, em especial à Professora Márcia Rangel e ao Professor Wanderson Moura, meus agradecimentos pelo apoio durante os estudos de doutoramento.

Às amigas e amigos do IDB, pelos momentos de diversão, aprendizagem e afetos. Em especial, às pessoas que trabalham/trabalharam diretamente comigo ao longo dessa caminhada, Tatiana Resende, Raimunda Silva e Allysson Davi, companheiros das lutas diárias.

Aos professores e professoras do PPGEL com quem tive contato ao longo do curso, obrigada pelas discussões que me proporcionaram novas reflexões acerca da linguagem e da pesquisa.

Ao PPGEL, por ter me proporcionado a possibilidade de realizar o doutorado em minha casa, a cidade de Teresina.

A todos e todas que, de alguma forma, torceram e emanaram boas vibrações ao longo dessa jornada.

Gratidão!!!

A linguagem é a roupagem do pensamento”

(Samuel Johnson)

RESUMO

Os pareceres de periódicos podem ser considerados *artefatos culturais* (MILLER, 2009), uma vez que eles oferecem pistas acerca das crenças dos pesquisadores de uma área disciplinar, as quais são compartilhadas em maior ou menor grau no interior de cada cultura disciplinar. Acredita-se que os pesquisadores precisam de experiências sensoriais do mundo, as quais estão associadas a princípios e recursos culturais para que os grupos organizem aquilo que é visto como crença de uma disciplina (BECHER, TROWLER, 2001; HYLAND, 2000, 2004, 2015; NAVARRO, 2014). Mesmo diante de seu poder de *aculturação* (LOPES, BUI, 2014) na comunidade científica, esse gênero, no cenário nacional, quase não tem sido investigado na área em questão. Em face disso, o objetivo central do nosso trabalho é analisar os propósitos comunicativos predominantes em pareceres de artigos de periódicos na área de linguística no Brasil, tomando como parâmetro as crenças dos pareceristas relacionadas à avaliação de artigos que se materializam em comentários avaliativos e no discurso de editores e pareceristas. Para tanto, fizemos uso da teoria sociorretórica de gêneros (MILLER, 2009; DEVITT, 2004; BAZERMAN, 1994, 2005; SWALES, 1990, 2004; BHATIA, 1993, 2004, 2017), da noção de *propósito comunicativo* (ASKEHAVE, 1998; ASKEHAVE E SWALES, 2009 [2001]; ALVES FILHO, 2011; BIASI-RODRIGUES, HEMAIS, ARAÚJO, 2009; BIASI-RODRIGUES, BEZERRA, 2012), da concepção de crença (PEHKONEN, PIETILA, 2003; RAYMOND, SANTOS, 1995; NESPOR, 1987; BRICKHOUSE, 1990; KAPLAN, 1991; PEPIN, 1999; SKOTT, 2015), da noção de leitor presumido (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1976; ECO, 1979), bem como dos *tipos de comentários* predominante em pareceres (YAKHONTOVA, 2019). No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, analisamos, qualitativamente, 80 pareceres (20 de cada periódico, já que foram 4 periódicos investigados) e fizemos entrevistas com 9 pareceristas e 4 editores da área de linguística. Feito isso, fizemos uma triangulação dos dados encontrados nos pareceres e nos depoimentos dos entrevistados, pois, assim como Marshall e Rossman (2006), acreditamos que o cruzamento de informações fornece uma maior creditação às descobertas feitas em uma investigação. A análise de pareceres e dos depoimentos coletados, documentos analisados nesta pesquisa, nos possibilitou descrever e explicar o que os pareceristas valorizam, recomendam, criticam e elogiam nos artigos (por eles avaliados). A partir dos pareceres analisados, identificou-se que uma das tendências presentes é eleger, como escopo principal da análise do mérito dos artigos, a qualidade textual e a pertinência e cobertura das escolhas teóricas. Em contrapartida, e diferentemente do que ocorre em outras culturas disciplinares (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995), a avaliação não toma como parâmetro a crença epistêmica de que o mérito de um artigo decorre da validade e relevância das conclusões da pesquisa. Além disso, a diversidade de tipos de comentários reconhecidos na análise sugere que a área disciplinar de Linguística no Brasil pode ser caracterizada como uma comunidade discursiva heterogênea e pouco consensual em termos de crenças/valores sobre qualidade textual e mérito científico de artigos. O parecer se revelou como um gênero complexo e multifacetado pelo fato de apresentar diversos propósitos, os quais variam em função do tipo de ator social envolvido com ele e em função de crenças/valores dos pareceristas e editores investigados na pesquisa.

Palavras-chave: Cultura Disciplinar. Pareceres. Crenças. Propósito comunicativo. Linguística.

ABSTRACT

Peer-reviewed journals can be considered as cultural artifacts (MILLER, 2009), since they offer clues about the researchers' beliefs in a disciplinary area, which are shared to a greater or lesser extent within each disciplinary culture. It is believed that researchers need sensory experiences of the world, which are associated with principles and cultural resources for groups to organize what is considered as a belief/value of a discipline (BECHER, TROWLER, 2001; HYLAND, 2000, 2004, 2015; NAVARRO, 2014). Even in the face of its power of acculturation (LOPES, BUI, 2014) in the scientific community on the national scene, this genre has almost not been investigated in the area in question. Given this, the central objective of our work is to analyze the predominant communicative purposes in articles from peer-reviewed journals in the field of linguistics in Brazil, taking as a parameter the reviewers' beliefs related to the evaluation of articles that materialize in evaluative comments and in the speeches of editors and reviewers. To do this, we used the socio-rhetorical theory of genres (MILLER, 2009; DEVITT, 2004; BAZERMAN, 1994, 2005; SWALES, 1990, 2004; BHATIA, 1993, 2004, 2017), the notion of communicative purpose (ASKEHAVE, 1998; ASKEHAVE AND SWALES, 2009 [2001]; ALVES FILHO, 2011; BIASI-RODRIGUES, HEMAIS, ARAÚJO, 2009; BIASI-RODRIGUES, BEZERRA, 2012), the conception of belief (PEHKONEN, PIETILA, 2003; RAYMOND, SANTOS, 1995; NESPOR, 1987; BRICKHOUSE, 1990; KAPLAN, 1991; PEPIN, 1999; SKOTT, 2015), the notion of presumed reader (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1976; ECO, 1979), as well as the predominant types of comments in peer reviews (YAKHONTOVA, 2019). Regarding methodological procedures, we qualitatively analyzed 80 peer reviews (20 from each journal, since there were 4 journals investigated) and conducted interviews with 9 reviewers and 4 editors in the linguistic field. After that, we triangulated data found in the peer reviews and in the interviewee testimonials because, like Marshall and Rossman (2006), we believe that the crossing of information provides more credence to findings made in an investigation. The analysis of peer reviews and collected testimonies, which are the documents analyzed in this research, allowed us to describe and explain what reviewers appreciate, recommend, criticize and praise in the articles (which they evaluated). From the peer reviews that have been analyzed, it has been identified that one of the existing trends is to elect, as the main scope of the analysis of the merits of the articles, the textual quality and the relevance and coverage of theoretical choices. On the other hand, and unlike what occurs in other disciplinary cultures (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995), the evaluation does not take as a parameter the epistemic belief that the merit of an article stems from the validity and relevance of the research conclusions. Furthermore, the diversity of commentary types recognized in the analysis suggests that the disciplinary field of linguistics in Brazil can be characterized as a heterogeneous discursive community with little consensus in terms of beliefs/values about textual quality and scientific merit of articles. The peer review turned out to be a complex and multifaceted genre due to the fact that it has different purposes, which vary depending on the type of the social actor involved with it and depending on the beliefs/values of the reviewers and editors investigated in the research.

Keywords: Disciplinary culture. Peer reviews. Beliefs. Communicative purpose. Linguistics.

RÉSUMÉ

Les revues évaluées par les pairs peuvent être considérées comme des artefacts culturels (MILLER, 2009), car elles offrent des indices sur les croyances des chercheurs dans un domaine disciplinaire, plus ou moins partagées au sein de chaque culture disciplinaire. On pense que les chercheurs ont besoin d'expériences sensorielles du monde, celles sont associées à des principes et à des ressources culturelles pour que les groupes organisent ce qui est considéré comme une croyance/valeur d'une discipline (BECHER, TROWLER, 2001; HYLAND, 2000, 2004, 2015; NAVARRE, 2014). Même en face à son pouvoir d'acculturation (LOPES, BUI, 2014) dans la communauté scientifique sur la scène nationale, ce genre n'a quasiment pas été investigué dans le domaine en question. Compte tenu de cela, l'objectif central de notre travail c'est d'analyser les finalités communicatives prédominantes dans des articles des revues évaluées par les pairs dans le domaine de la linguistique au Brésil, en prenant comme paramètre les croyances des relecteurs liées à l'évaluation des articles qui se matérialisent dans les commentaires évaluatifs et dans les discours des éditeurs et des relecteurs. Pour ce faire, nous avons utilisé la théorie sociorhétorique des genres (MILLER, 2009 ; DEVITT, 2004 ; BAZERMAN, 1994, 2005 ; SWALES, 1990, 2004 ; BHATIA, 1993, 2004, 2017), la notion de finalité communicative (ASKEHAVE, 1998 ; ASKEHAVE ET SWALES, 2009 [2001] ; ALVES FILHO, 2011 ; BIASI-RODRIGUES, HEMAIS, ARAÚJO, 2009 ; BIASI-RODRIGUES, BEZERRA, 2012), la conception de croyance (PEHKONEN, PIETILA, 2003 ; RAYMOND, SANTOS, 1995 ; NESPOR, 1987 ; BRICKHOUSE, 1990 ; KAPLAN, 1991 ; PEPIN, 1999 ; SKOTT, 2015), la notion de lecteur présumé (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1976 ; ECO, 1979), ainsi que les types de commentaires prédominants dans des évaluations par les pairs (YAKHONTOVA, 2019). En ce qui concerne les procédures méthodologiques, nous avons analysé qualitativement 80 revues évaluations par les pairs (20 de chaque revue, puisqu'il y avait 4 revues enquêtées) et nous avons mené des entretiens avec 9 relecteurs et 4 éditeurs dans le domaine de la linguistique. Après cela, nous avons triangulé les données trouvées dans les évaluations par les pairs et dans les témoignages des personnes interrogées, car, comme Marshall et Rossman (2006), nous pensons que le croisement des informations donne plus de crédit aux découvertes faites dans une enquête. L'analyse des évaluations par les pairs et des témoignages recueillis, qui sont les documents analysés dans cette recherche, nous a permis de décrire et d'expliquer ce que les relecteurs apprécient, recommandent, critiquent et louent dans les articles (qu'ils ont évalués). À partir des évaluations par les pairs qui ont été analysées, on a identifié que l'une des tendances qui y est présente c'est d'élire, comme périmètre principal de l'analyse des mérites des articles, la qualité textuelle et la pertinence et la couverture des choix théoriques. En revanche, et contrairement à ce qui se passe dans d'autres cultures disciplinaires (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995), l'évaluation ne prend pas comme paramètre la croyance épistémique selon laquelle le mérite d'un article découle de la validité et de la pertinence des conclusions de la recherche. En outre, la diversité des types de commentaires reconnus dans l'analyse suggère que le domaine disciplinaire de la linguistique au Brésil peut être caractérisé comme une communauté discursive hétérogène avec peu de consensus en termes de croyances/valeurs sur la qualité textuelle et le mérite scientifique des articles. L'évaluation par les pairs s'est avérée être un genre complexe et multiforme en raison du fait qu'elle a des objectifs différents, qui varient selon le type d'acteur social impliqué et selon les croyances/valeurs des relecteurs et des éditeurs enquêtés dans la recherche.

Mots clés: Culture disciplinaire. Évaluations par les pairs. Croyances. Finalité communicative. Linguistique.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATAPHORA	Núcleo de Pesquisa em Gênero, Texto e Discurso
CEP	Conselho de Ética e Pesquisa
CD	Comunidade Discursiva
DILETA	Grupo de Pesquisa em Discurso, Identidade e Letramento Acadêmicos
EUA	Estados Unidos
IMRD	Introdução, Metodologia, Resultados e Discussões
ITMRD	Introdução, Teoria, Metodologia, Resultados e Discussões)
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFPI	Universidade Federal do Piauí
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Níveis de realização do discurso	34
Figura 2 – Análise de gênero a partir do texto.....	40
Figura 3: Análise de Gêneros a partir do contexto.....	42
Figura 4: Linha do tempo – Cronologia dos pareceres.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Especificações dos métodos de avaliação.....	90
Quadro 2: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens	98
Quadro 3: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens	98
Quadro 4: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens	99
Quadro 5: Da submissão e modificação do projeto	106
Quadro 6: Da aprovação do projeto pelo CEP	106
Quadro 7: Tipos de comentários nos pareceres: descrição exemplificação	123
Quadro 8: Lista de propósitos comunicativos percebidos por editores e pareceristas	175
Quadro 9: Propósitos e pontos de vista de percepção	189
Quadro 10: Propósitos comunicativos dos pareceres na relação com o ponto de vista de percepção	190
Quadro 11: Presença de evidência textual dos propósitos comunicativos nos pareceres empíricos.	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 GÊNEROS: PERSPECTIVA SOCIORRETÓRICA.....	24
1.1 PROPÓSITO COMUNICATIVO	37
1.2 COMUNIDADE DISCURSIVA.....	45
1.2.1 Comunidades de discurso locais.....	48
1.2.2 Comunidades de discurso focais.....	48
1.2.3 Comunidades de discurso folocais	49
1.3 COMUNIDADE DISCURSIVA: NOVA ABORDAGEM SOBRE O CONCEITO	50
2 CRENÇAS E CULTURA DISCIPLINAR.....	57
2.1 CRENÇAS	57
2.2 CULTURA DISCIPLINAR	60
2.3 CULTURA DISCIPLINAR NO CONTEXTO BRASILEIRO	69
3 PARECERES: HISTÓRICO, TIPOS E FUNÇÕES.....	75
3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS PARECERES	75
3.2 PARECER: UM MECANISMO DE AVALIAÇÃO	80
3.3 ASPECTOS AVALIATIVOS EM PARECERES	84
3.4 PARECERES: DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO	86
3.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS DIFERENTES MÉTODOS DE PARECERES	92
4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	100
4.1 TIPO DE PESQUISA.....	100
4.2 CENÁRIO DE PESQUISA.....	101
4.3 DOS PARTICIPANTES	102
4.4 DAS ENTREVISTAS	102
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	103
4.6 DAS ENTREVISTAS E DAS FERRAMENTAS.....	104
4.7 DOS QUESTIONÁRIOS E DOS TCLES.....	105
5 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS NA ÁREA DISCIPLINAR DE LINGUÍSTICA NO BRASIL	107
5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS INVESTIGADOS	107
5.2 O PROCESSO DE ESCOLHA DOS EDITORES	108
5.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO.....	109
5.4 LINGUAGEM UTILIZADA NOS PARECERES.....	115
5.5 MOTIVAÇÕES PARA EMISSÃO DE PARECERES	116
5.6 CONCEPÇÕES SOBRE A QUALIDADE DE UMA PESQUISA.....	117
5.7 SOBRE O PERFIL DOS AUTORES DOS PERIÓDICOS INVESTIGADOS	119
5.8 SISTEMA DE GÊNEROS	120

6 TIPOS DE COMENTÁRIOS DOS PARECERES	122
6.1 TEÓRICO-CONCEITUAL.....	125
6.2 REVISÃO TEXTUAL E ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM	130
6.3 CONTEXTUAL-DISCIPLINAR.....	135
6.4 ANALÍTICO-CONCEPTUAL E AUTORAL	144
6.5 METODOLÓGICO.....	154
6.6 CONTRIBUIÇÃO E INOVAÇÃO	160
6.7 METAESTRUTURAL GENÉRICO	164
6.8 METACOMUNICATIVO	171
6.9 ANÁLISE GLOBAL DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS.....	173
7 PROPÓSITOS COMUNICATIVOS DO PONTO DE VISTA DOS EDITORES E PARECERISTAS.....	175
7.1 PROPÓSITO DE CONTRIBUIR PARA O FUNCIONAMENTO BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO DO PROCESSO EDITORIAL DA REVISTA	176
7.2 PROPÓSITO DE AVALIAR, COM RIGOR, ANTES DA PUBLICAÇÃO, O CONTEÚDO, A QUALIDADE, A RELEVÂNCIA E A INOVAÇÃO DOS ARTIGOS EM RELAÇÃO A CULTURAS DISCIPLINARES ESPECÍFICAS	177
7.3 PROPÓSITO DE AVALIAR A ADEQUAÇÃO DO ARTIGO ÀS NORMAS DO PERIÓDICO E À ABNT.....	179
7.4 PROPÓSITO DE SUGERIR MUDANÇAS NO TEXTO, DE MODO A OPORTUNIZAR AO AUTOR REVISAR O ARTIGO PARA RESOLVER PROBLEMAS NELE DETECTADOS.....	180
7.5 PROPÓSITO DE COLABORAR PEDAGOGICAMENTE COM OS AUTORES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS ARTIGOS	181
7.6 PROPÓSITO DE ATUAR PARA MANTER A CONVENÇÃO GENÉRICA DOS ARTIGOS	185
7.7 PROPÓSITO DE AUTORIZAR OU RECUSAR A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS	186
7.8 PROPÓSITO DE CONFERIR CREDIBILIDADE AOS ARTIGOS	187
7.9 PROPÓSITO DE LEGITIMAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO, CONTRIBUINDO PARA PRODUZIR O DISCURSO DE VERDADE DA CIÊNCIA	188
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	193
REFERÊNCIAS	199
APÊNDICES	207
APÊNDICE A – Roteiro de perguntas (Editores).....	208
APÊNDICE B – Roteiro de perguntas (Pareceristas).....	209
APÊNDICE C – Termo Fiel Depositário	210
APÊNDICE D – TCLE (Editores).....	212
APÊNDICE E – TCLE (Pareceristas)	218
ANEXOS.....	224

INTRODUÇÃO

A pesquisa é o empreendimento basilar da ciência. Uma atividade de pesquisa envolve uma sistematização de métodos científicos cujo propósito é descobrir respostas ou alternativas para problemas que englobem um contexto social, histórico e/ou cultural no qual estamos imersos (TEIXEIRA, 2003). Visto dessa maneira, o fazer científico é algo que vai além de um conhecimento individualizado, já que a ciência se constitui como aquilo que o pesquisador responde, reage, confirma e dialoga com outros pesquisadores (que vieram antes e que virão depois dele) e com a sociedade como um todo. Portanto, a comunicação é o “coração da ciência”, pois é esse processo que dá vida, que movimenta a pesquisa (ZIMAN, 1996; MEADOWS, 1999).

Levando em consideração a ideia de que a comunicação é fator primordial na ciência, uma vez que é a partir dela que trocamos ideias com outros pesquisadores, Figueiredo (1992) defende como propósitos da comunicação científica: primeiro, o encorajamento do pensamento e da ação do pesquisador por meio da troca de conhecimentos com outros pesquisadores; segundo, a promoção contínua do conhecimento, o que possibilita pesquisadores terem acesso às pesquisas desenvolvidas em um dado campo do saber; terceiro, evitar a perda de tempo por parte do pesquisador, pois como ele tem acesso aos trabalhos realizados em diferentes áreas do conhecimento, não irá pesquisar algo que já foi feito, evitando assim a duplicação de trabalhos; quatro, promoção de conhecimentos básicos para o desenvolvimento de pesquisas em diferentes culturas disciplinares; e quinto, o fornecimento de dados para pesquisas em andamento.

A troca de informações entre os pesquisadores de uma mesma área ou entre pesquisadores de culturas disciplinares diferentes, viabilizada pelo processo de comunicação, possibilita a cooperação e, também, a integração entre eles. É através de seus trabalhos que um pesquisador ganha uma certificação da sua pesquisa dentro da comunidade científica (OLIVEIRA; NORONHA, 2005).

Ao discutir sobre a apreciação de pesquisas acadêmicas, Mugnani (2006) afirma que a qualidade de um trabalho acadêmico de um pesquisador é marcada via produção científica, tendo em vista que a sua contribuição é concebida a partir dos resultados de uma pesquisa desenvolvida por ele. E é a partir de sua contribuição científica que o pesquisador ganha autoridade, crédito e valor junto à comunidade científica.

Berkenkotter e Huckin (1995), ao discutirem sobre a esfera científica, afirmam que os cientistas têm dado, na atualidade, uma maior importância às informações científicas do que no passado. Em busca de uma resposta para essa incorporação do pesquisador à comunidade científica, no momento atual, Berkenkotter e Huckin (1995) afirmam, contudo, que a condição *sine qua non* da ciência de hoje já era valorizada no passado: novas descobertas, comprovação dos dados e formulações teóricas. Uma explicação para essa adesão por parte dos pesquisadores à produção científica pode estar interligada, segundo eles, ao fato de artigos científicos serem vistos como uma forma de promoção do pesquisador, uma vez que os cientistas de hoje parecem promover seu trabalho em um nível nunca visto na comunidade científica.

Os autores apresentam duas razões para essa adesão à autopromoção: a primeira delas é o fato de muitos pesquisadores terem incorporado a ideia de pesquisa à autopromoção, típica da cultura moderna pós-industrial. À medida que os cientistas se acostumam à ideia de promoção do mundo moderno, incorporam esse valor ao seu campo profissional. E o gênero artigo científico, defendem eles, parece servir, também, ao propósito de promover a imagem do pesquisador na comunidade científica. Essa necessidade promocional pode ser uma resposta ao aumento significativo da competitividade na ciência moderna, já que mais pessoas estão, como nunca visto na história, produzindo mais dados científicos (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995).

Além disso, Berkenkotter e Huckin (1995) apontam outra motivação para essa promoção dentro da comunidade científica, qual seja: a dependência de financiamento externo para a realização das pesquisas no mundo científico. Isso pode provocar uma grande pressão para que os pesquisadores publiquem suas pesquisas. Assinalam, ainda, que os índices de citação servem como base principal para o avanço e reconhecimento profissional do pesquisador, por isso há uma grande pressão para que o pesquisador tenha seu trabalho visto e lido na comunidade científica da qual faz parte. No Brasil, os índices de citação não se consolidaram ainda e, somente agora, começaram a ser um fator de validação no Qualis (parâmetro avaliativo ao qual estamos submetidos até este momento).

Uma maneira de o pesquisador ser visto, na comunidade científica, é através dos trabalhos enviados e publicados em periódicos de prestígio. Uma pesquisa considerada importante pelo pesquisador que a produziu não pode ser arquivada. Ela precisa ser divulgada para que outros pesquisadores tenham acesso às novas descobertas feitas pela pessoa que a desenvolveu (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995).

Se a promoção do pesquisador depende também das publicações de seus trabalhos, normalmente, o que se exige dele é que suas pesquisas sejam publicadas em periódicos de prestígio da área da qual faz parte. E para que sua pesquisa seja vista pela comunidade científica, o pesquisador precisa, primeiro, submeter sua pesquisa a um periódico para que ela seja creditada como uma investigação de impacto dentro do campo de pesquisa.

Para que uma pesquisa seja divulgada em um periódico de prestígio, ela, geralmente, passa por uma avaliação. Essa avaliação é feita por pareceristas que são selecionados pelos editores dos periódicos. Diante disso, um dos pontos de investigação desse trabalho é saber quais são os critérios utilizados para a seleção de pareceristas nos periódicos da área de linguística que analisaremos. Nossa hipótese é que um dos critérios para essa escolha se dá em função do conhecimento do avaliador acerca do objeto de estudo e do conteúdo do artigo que foi submetido à revista. Porém, verificaremos, nas entrevistas com os editores, se há outros critérios diferentes utilizados no processo de seleção de um parecerista.

Nesse sentido, os pareceres representam uma forma de validação da produção do conhecimento científico, pois, mesmo diante de falhas existentes nas avaliações que são realizadas por pares, cientistas experientes ainda consideram os pareceres como uma forma importante no desenvolvimento da ciência, uma vez que a avaliação dada à uma pesquisa é o eixo articulador da produção do conhecimento científico (ZIMAN, 1966; ZUCKERMAN; MERTON, 1971; MULLIGAN; HALL; RAPHAEL, 2013; DAVYT; VELHO, 2000; ROY, 2021).

Saxe (2012) identifica 3 diferentes funções do gênero parecer de artigos de periódicos, quais sejam: a) apresentação de *feedback* aos autores, o que contribui para a promoção da publicação dos resultados de pesquisas, na identificação de falhas que não foram detectadas pelo autor do trabalho; b) verificação de aspectos como originalidade, consistência e contribuição da publicação para a literatura. Desse modo, Saxe (2012) defende a tese de que o processo de revisão por pares pode ser considerado como um controle de qualidade ou um sistema de detecção de falhas nos trabalhos analisados; c) oferecimento de *feedback* aos editores, uma vez que a revisão auxilia na etapa de triagem dos trabalhos.

Essa sistematização de avaliação por pares não é algo recente. O conceito de sistema de revisão por pares surgiu no século XVII, com o surgimento das transações

filosóficas da *Royal Society*¹. Já naquela época, os membros da *Royal Society* revisaram artigos de pesquisadores como Isaac Newton, Charles Darwin, Michael Faraday e William Herschel.

Esse sistema de revisão foi amplamente adotado em diferentes ciências e passou a ser uma etapa vital para avaliar e auxiliar na melhoria da qualidade de um trabalho de pesquisa, pois o avaliador auxilia o autor do trabalho a filtrar informações irrelevantes e/ou triviais, possibilitando tornar a pesquisa mais clara, transparente, precisa e com potencial de publicação (RAJAGOPALAN; JIE, 2014).

Por tratar-se de um documento cuja acessibilidade não é pública, pesquisadores, principalmente, iniciantes, enfrentam a tarefa árdua de elaborar respostas eficazes às críticas dos pareceristas. E isso é um processo complexo, dado ao fato de fatores tanto socioculturais como de competência pragmática e linguística serem um aspecto de exigência feita ao autor de um artigo (GOSDEN, 2003). Segundo Gosden (2003), os pareceres são um gênero de discurso ocluso e apresentam um inequívoco caráter de confidencialidade, o que o torna um gênero de não acessibilidade pública. Por tudo isso, as revisões por pares permanecem sendo um campo de pouca pesquisa. A falta de acessibilidade, a nosso ver, não é um problema apenas dos destinatários dos pareceristas, mas destes também, pois o parecer não é objeto de ensino ao longo da formação do pesquisador.

No que diz respeito aos gêneros que operam de forma oclusa, alguns gêneros oferecem suporte no processo de validação do conhecimento, porém não são públicos. Normalmente, os gêneros oclusos são direcionados a um grupo seletivo de pessoas, tendo, assim, uma audiência específica/particular. Essa oclusão acarreta dificuldades de acesso aos membros novatos às formas prototípicas de gêneros comumente utilizados por membros experientes de uma comunidade (SWALES, 1996).

Os pareceres são um exemplo de gênero ocluso e apresentam discursos que afetam a vida do outro, no caso em questão, de pessoas que fazem parte do ambiente acadêmico/científico e submetem suas pesquisas a periódicos de uma dada área do conhecimento. Como os pareceres não são um gênero de fácil acesso ou não têm acesso permitido pelos periódicos, eles não são de domínio público. Por isso, o acesso a

¹ A *Royal Society* é uma instituição destinada à promoção do conhecimento científico fundada em 28 de novembro de 1660, em Londres.

exemplares de pareceres pode, assim acreditamos, revelar as crenças e as práticas ideológicas dos avaliadores e dos periódicos. Com isso, analisar “as medidas de acesso ao discurso podem ser indicadores bastante confiáveis de poder de grupos sociais e seus membros” (VAN DIJK, 2010, p. 90). Ou seja, quando se analisa os padrões de acesso a um determinado contexto discursivo, tem-se acesso aos grupos ou atores sociais que têm maior ou menor poder.

No cenário brasileiro, as pesquisas sobre o gênero parecer de artigos de periódicos são ainda mais escassas. Cita-se, aqui, o trabalho de Job, Mattos e Trindade (2009), os quais fazem uma análise de 191 pareceres do periódico Movimento, da área de Educação Física. Ao analisar os pareceres, do período de 1997 a 2007, os autores tiveram como principal finalidade conhecer as motivações que levavam os pareceristas a rejeitarem os artigos submetidos ao periódico. Concluíram que a principal preocupação dos pareceristas era com o conteúdo e com os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em contrapartida, localizaram falta de aprofundamento em relação aos aspectos teorizados nos artigos.

Há, também, a tese *Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica*, de Silva (2016), da área de “Políticas e Tecnologias da Informação” da Universidade Federal da Bahia. Em sua tese, o pesquisador faz uma abordagem do sistema de avaliação por pares associado ao impacto que a tecnologia tem trazido à sistemática de revisão tradicional. A pesquisa de Silva (2016) aponta que as tecnologias eletrônicas contribuem, de forma efetiva, para a melhoria do sistema de avaliação dos trabalhos submetidos aos periódicos, sobretudo, pelo fato de haver softwares capazes de combater o plágio, bem como, ainda, de esses softwares tornarem mais rápido o processo de avaliação de um trabalho. Dessa forma, colaborando para uma melhoria do funcionamento do sistema dos periódicos. O pesquisador revela, ainda, que a maioria dos pareceristas entrevistados em sua pesquisa, admitiram que há uma falta de orientação mais específica e a ausência de diretrizes mais precisas e detalhadas sobre os critérios e formas de avaliação destinadas aos pareceristas no processo de avaliação de um artigo científico.

Além desses estudos, há a tese *Processo de Peer Review: funcionamento e contribuições no ensino superior de Química*, de Peron (2016), da área de Química Analítica e Inorgânica, da Universidade São Paulo, que realizou uma pesquisa com

atividades didáticas que possibilitaram aos alunos do Curso de Bacharelado em Química da mesma universidade conhecerem a dinâmica do processo de avaliação por pares.

Motivados pela existência, no Brasil, de poucas pesquisas sobre o gênero parecer de artigos de periódicos levando em consideração diferentes áreas disciplinares, por não termos encontrado pesquisas na área de linguística sobre pareceres, bem como por acreditarmos que os pareceres são um dos principais mecanismos de *aculturação* (LOPES; BUY, 2014) nas comunidades disciplinares e de controle da qualidade da pesquisa, as principais indagações que fomentaram o problema de investigação desta proposta foram: Como ocorre o funcionamento geral do sistema de avaliação de artigos nos periódicos sob investigação tendo os pareceres anônimos como gênero centralizador deste processo? Quais são os propósitos comunicativos predominantes no gênero parecer de artigos de pesquisa da área de linguística? Quais as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas de artigos? Quais os tipos de comentários avaliativos presentes nos pareceres empíricos e como eles se relacionam com crenças e propósitos comunicativos? Que crenças dos pareceristas oferecem indícios sobre a qualidade textual e o mérito científico de artigos publicáveis?

Motivados por essas questões de pesquisa, os objetivos desta pesquisa foram: descrever de modo geral como ocorre o funcionamento do sistema de avaliação de artigos nos periódicos sob investigação tendo os pareceres anônimos como gênero centralizador deste processo; categorizar e descrever, do ponto de vista sociorretórico, a partir das evidências encontradas em textos, documentos e entrevistas com pareceristas, quais são os propósitos comunicativos recorrentes do gênero parecer; identificar e caracterizar as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas de artigos; descrever e categorizar os comentários avaliativos dos pareceres empíricos; discutir a relação entre comentários avaliativos e as crenças relacionadas a qualidade textual e mérito científico de artigos de pesquisa na área de linguística.

Analisamos 80 pareceres de 4 periódicos da área disciplinar de Linguística (sendo 20 textos de cada um deles), depoimentos dos editores-chefes das revistas investigadas, bem como entrevistas de 9 pareceristas de 2 diferentes regiões do Brasil que emitiram avaliações sobre artigos científicos no período de 2017 a 2020, última quadrienal avaliada pela Capes. Esta pesquisa filia-se aos *estudos sociorretóricos de gêneros* (MILLER,

2009; DEVITT, 2004; BAZERMAN, 1994, 2005; SWALES, 1990, 2004; BHATIA, 1993, 2004, 2017), bem como da noção de *propósito comunicativo* (ASKEHAVE, 1998; ASKEHAVE E SWALES, 2009 [2001]; ALVES FILHO, 2011; BIASI-RODRIGUES, HEMAIS, ARAÚJO, 2009; BIASI-RODRIGUES, BEZERRA, 2012), da *concepção de crença* (PEHKONEN, PIETILA, 2003; RAYMOND, SANTOS, 1995; NESPOR, 1987; BRICKHOUSE, 1990; KAPLAN, 1991; PEPIN, 1999; SKOTT, 2015), da *noção de leitor presumido / leitor modelo* (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1976; ECO, 1979) e também dos *tipos de comentários em pareceres* (YAKHONTOVA, 2019).

Buscamos alinhar esses teóricos, porque entendemos que apenas uma corrente teórica não daria conta de explicar os fenômenos que se mostraram salientes nos dados catalogados. Concordamos com a ideia defendida por Motta-Roth (2008) e Swales (2004) de que a crença de que uma única corrente teórica seja capaz de dar conta da linguagem em toda a sua complexidade é algo questionável. Nesse sentido, Motta-Roth (2008, p.368), entende que “a possibilidade da utilização de referências teóricas diversas de se adotar uma intertextualidade com autores de várias escolas é a qualidade mais notável que a perspectiva de gêneros tem a oferecer aos estudos da linguagem.”

1 GÊNEROS: PERSPECTIVA SOCIORRETÓRICA

Os gêneros são formas dinâmicas de ação retórica nos contextos sociais e se adaptam às necessidades pragmáticas dos sujeitos enquanto investidos em seus papéis sociais (MILLER, 2009; DEVITT, 2004; BAZERMAN, 2005). Por isso, é importante a compreensão de que

Os gêneros são inerentemente estruturas retóricas dinâmicas que podem ser manipuladas de acordo com as condições de uso, e que o conhecimento de gênero é, portanto, melhor concebido como uma forma de cognição situada incorporada em atividades disciplinares (BERKENKOTTER; HUCKIN, 1995, p. 3).

Entender os gêneros como estruturas retóricas dinâmicas manipuláveis significa concebê-los como estruturas disponíveis culturalmente, mas que podem ser adaptadas de modo a atender necessidades contextuais. Contudo, esse caráter adaptativo requer não um conhecimento de gênero abstrato e teórico, mas um saber prático e situado em atividades específicas de disciplinas, de campos do saber. Por esta razão é que os gêneros, para a teoria sociorretórica, não são apenas tipos textuais com certas estruturas de linguagem, mas ações simbólicas reconhecidas pelos sujeitos (DEVITT, 2004). Gêneros não podem ser reduzidos a um conjunto de traços textuais, mas devem incluir: o papel dos indivíduos; as diferenças de percepção, bem como o uso criativo da comunicação (BAZERMAN, 2005).

No caso específico dos pareceres, isso equivale a pensar que aprender a escrevê-los pode funcionar melhor se os sujeitos se encontram inseridos em disciplinas específicas, conhecem seus valores e se sabem como agir de acordo com expectativas particulares de cada contexto.

Para a teoria sociorretórica, os gêneros são “ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes” (MILLER, 2009, p. 13), o que chama a atenção para um caráter pragmático coletivo da linguagem humana, ou seja, para as ações de linguagens que se tornam convencionais. Além disso, faz-se uma correlação necessária entre as ações de linguagem e as situações que se repetem em nossas vidas. Miller (2009), seguindo a tradição da nova retórica dos EUA, enfatiza o quanto os contextos também passam por convenções e por semiotização. Entretanto, é importante atentar para o fato de que a

determinação da recorrência das situações retóricas varia de cultura para cultura, segundo as tipificações disponíveis na própria cultura.

Assim, a necessidade de tipificar torna-se importante nas ações sociais. Esse desejo fundamental em classificar as diferentes situações como algo recorrente, porque, embora elas sejam particulares, as pessoas tendem a ver algo em comum entre as diferentes formas de agir socialmente, também é aparente nos textos. Askehave (1998), ao falar sobre essa questão, afirma que, as pessoas têm um interesse crescente em tipificar também os textos. Isso, defende o pesquisador, começa na década de 60, quando pesquisadores, na tentativa de reagir contra o formalismo chomskyano, começam a estudar as variações da linguagem e a categorizá-las de acordo com as propriedades linguísticas e, logo depois, de acordo com dimensões sociais.

A vinculação entre gêneros e contexto é fundamental para os estudos neste campo e tem claras implicações metodológicas, sendo uma delas o fato de que uma efetiva análise de gêneros requer a explicação de como um gênero é usado em certo contexto. Outra implicação é que os gêneros “existem” em vários níveis de abstração, do muito amplo ao mais específico. Em outras palavras, o nível de abstração no qual um gênero será enquadrado depende do recorte que é feito no contexto. No caso desta pesquisa, o gênero é o parecer anônimo de 4 periódicos da área de linguística no Brasil, e não o parecer de todas as áreas. Isso equivale a dizer que a apreensão do gênero sob observação depende do “tamanho” do contexto no qual ele se encontra inserido.

A concepção de gêneros empreendida por Devitt (2004) aponta três tipos de contextos, quais sejam: *contexto de situação*, *contexto cultural* e *contexto de gêneros*.

O *contexto de situação* condiz à situação imediata na qual um texto é produzido, o qual pode incluir, como aponta Alves Filho (2018, p. 53), “o tempo, o espaço físico e o suporte onde o texto é produzido e posto em circulação, os interlocutores presentes ou presumidos², além de outros textos não presentes, mas levados em conta.” Cabe lembrar, como defende Devitt (2004), que nem todos os aspectos que constituem uma situação física imediata importará para análise do contexto de situação. Desse modo, o *contexto*

² O leitor/ouvinte (BAKHTIN, VOLOSHINOV, 1976) ou leitor modelo (ECO, 1979) é aquele que, por ser presumido o tempo todo e por ser aquele a quem o texto é direcionado, torna-se um *participante imanente* e não uma entidade externa. ALVES FILHO (2005), fundamentando-se nesses autores defende que o autor de um texto-enunciado faz uma aposta no provável leitor/ouvinte, supondo um conjunto de habilidades, capacidades e saberes da parte deste.

de situação engloba, segundo a autora, apenas os aspectos do entorno físico e discursivo que são essenciais para a compreensão do funcionamento de um gênero. Além disso, nesse tipo de contexto, podem ser acrescentados “elementos que não estão presentes fisicamente, mas que exercem influência, como outros textos e leitores presumidos” (ALVES FILHO, 2018). No caso do parecer de artigo científico, o *contexto de situação* inclui o autor/leitor presumido (aquele que escreve o artigo e recebe um parecer atestando ou não a qualidade e o mérito do trabalho), o parecerista (o avaliador da pesquisa submetida e que cria um autor-modelo para direcionar suas críticas), o periódico onde o artigo poderá ser publicado e o momento em que a interação (via parecer e editor) acontece entre sujeitos que participam desse tipo de situação. Em nossa pesquisa, dois elementos mostraram-se relevantes para o contexto de situação: a) a forma como o parecerista interage com o autor (leitor presumido) via parecer; b) o tom pedagógico das avaliações (pautando-se num tipo de autor - presumido pelos pareceristas).

O outro tipo de contexto discutido por Devitt (2004) é o *cultural* que se revela sendo mais amplo que o *contexto de situação*, uma vez que inclui crenças e ideologias dos membros que constituem uma dada *comunidade retórica* (MILLER, 2009), nos termos de Swales (1990, 2004), comunidade discursiva, que compartilha gêneros. O *contexto cultural* é aplicável ao parecer de periódico, visto que, nesse gênero, crenças de pareceristas sobre o que representa a qualidade e o mérito de um artigo publicável, em uma dada comunidade, se evidenciam nos pareceres empíricos analisados nesta pesquisa.

Já o *contexto de gênero*, proposto por Devitt (2004), é aquele que inclui “todos os gêneros existentes numa sociedade, os gêneros individuais e os conjuntos de gêneros, os gêneros relativamente estagnados e os gêneros em mutação, os gêneros comumente usados e os não usados” (p. 27-28). Com isso, a autora defende a ideia de que os gêneros usados pelas pessoas, em nossa sociedade, são sempre existentes, uma vez que os sujeitos não criam os gêneros do nada, pois a experiência e o conhecimento que eles têm dos gêneros são fatores relevantes na construção destes.

Os teóricos dos estudos sociorretóricos têm enfatizado ainda que os gêneros seguem uns aos outros, por um caminho relativamente previsível e que, portanto, não funcionam isoladamente, mas “vivem” em habitats coletivos. Nesse sentido, Bazerman (2005, p. 27) nos diz que “a circulação de gêneros em ambientes institucionais segue padrões bem regulares e previsíveis” [...]. Por isso, [...] “uma forma de estudar uma organização social é estudar a circulação de gêneros.” Este autor desenvolve seu

raciocínio sobre a circulação de gêneros por intermédio de três conceitos: sistema de atividades, sistema de gêneros e conjunto de gêneros.

O sistema de atividades corresponde ao “conjunto de atividades realizadas num certo ambiente ou organização social com a ajuda dos gêneros” (BAZERMAN, 2005, p. 32). O sistema de gêneros corresponde aos vários gêneros usados por profissionais que trabalham juntos, incluindo também “as relações padronizadas que se estabelecem na produção, circulação e uso desses documentos” (BAZERMAN, 2005, p 32). A análise do sistema de gêneros possibilita identificar as sequências padronizadas por intermédio das quais os gêneros seguem uns aos outros no processo comunicativo.

Enquanto o sistema de gêneros representa os gêneros produzidos por indivíduos em interação em ambiente profissional, o conjunto de gêneros registra os gêneros que uma dada pessoa produz ao ocupar certa função profissional. No que concerne a esta pesquisa, importa compreender o sistema de gêneros ao qual se incorpora o parecer de periódico, pois ele nos possibilita compreender o processo de funcionamento editorial dos periódicos.

Swales (1990), ao empreender seus estudos sobre os gêneros, defende que um analista de gêneros não se guia somente pela materialidade do texto, ele se utiliza também de tudo aquilo no qual um gênero se ambienta. Assim, para que um dado gênero seja compreendido de forma mais acentuada, é preciso que um pesquisador observe aqueles mecanismos que permitem a realização do objeto investigado.

Para tanto, Swales (1990) delinea cinco critérios que colaborarão para o processo de caracterização e definição dos gêneros, quais sejam: 1) o gênero é uma classe de eventos comunicativos; 2) essa classe detém um conjunto de propósitos comunicativos comuns e partilhados pela comunidade discursiva; 3) os exemplares de um gênero são agrupados de acordo com a sua prototipicidade, ou seja, os textos que melhor tipificam um gênero são considerados prototípicos; 4) os gêneros são fruto da razão que subjaz à realização dos gêneros; 5) os gêneros recebem uma denominação conforme os membros de uma comunidade discursiva a compreendem. Partindo da construção desses cinco critérios, Swales (1990) afirma que os gêneros são concebidos como eventos comunicativos, são acontecimentos que carregam propósitos comuns. E esses propósitos colaboram para a manutenção de um dado gênero em uma dada comunidade discursiva.

O primeiro critério empreendido por Swales (1990), nesse processo de caracterização e definição de um gênero, é o de associar o gênero a uma classe de eventos

comunicativos. Ao fazer isso, o autor compreende que os pesquisadores, que constituem uma dada comunidade, realizam suas ações retóricas através dos gêneros. E isso torna-se viável pelo fato de os gêneros estarem interligados a um evento, a um acontecimento, a uma ação retórica recorrente e, por isso, reconhecível pelos membros de uma dada área do conhecimento. Esse primeiro critério, definido por Swales (1990), guarda, segundo Pacheco (2020), e concordamos com ele, relações com a concepção de gêneros de Miller (2009), visto que, ao conceber os gêneros como ações retóricas tipificadas, a pesquisadora defende que

É através do processo de tipificação que criamos recorrências, analogias, similaridades. O que ocorre não é uma situação material (um evento real, objetivo, factual), mas nossa interpretação de um tipo. A situação tipificada, incluindo tipificações de participantes, subjaz à tipificação retórica. A comunicação bem-sucedida requer que os participantes compartilhem tipos comuns; isso é possível na medida em que os tipos são criados socialmente (MILLER, 2009, p. 13).

Conceber os gêneros como ações retóricas tipificadas baseadas em situações recorrentes chama a atenção para um caráter pragmático coletivo da linguagem humana, ou seja, para as ações de linguagens que se tornam convencionais. Além disso, faz-se uma correlação necessária entre as ações de linguagem e as situações que se repetem em nossas vidas. Miller (2009), seguindo a tradição da nova retórica nos EUA, enfatiza o quanto os contextos também passam por convenções e por semiotização. Entretanto, é importante atentar para o fato de que a determinação da recorrência das situações retóricas varia de cultura para cultura, segundo as tipificações disponíveis na própria cultura.

O segundo critério utilizado para definir e caracterizar um gênero é o propósito comunicativo. Para Swales (1990), o propósito é um aspecto fundamental para ajudar o analista na identificação de um gênero quando outros critérios não são suficientes nesse processo caracterizador. Desse modo, o propósito é concebido, como afirma Hemais e Araújo (2009) como um passo importante para que os eventos comunicativos se realizem.

Porém, esse processo de identificação de um propósito não é algo simples, visto que há gêneros que apresentam múltiplos propósitos e também alguns propósitos não são tão fáceis de identificar, pois os valores de um dado campo do conhecimento não são expostos explicitamente nos textos. Diante dessa implicitude dos propósitos de alguns gêneros é que Swales (2004) e Askehave e Swales (2009 [2001]) repensam o papel do propósito comunicativo nos estudos de gêneros.

O terceiro critério utilizado por Swales (1990) para caracterizar uma classe de eventos trata-se da prototipicidade. Isso significa que as tipificações de textos característicos de uma dada comunidade discursiva servem como modelos prototípicos, pois poderão ser reconhecidos pelos membros que compõem uma comunidade. E ajudarão novos membros no processo de compreensão da comunidade na qual eles pretendem inserir-se. Nesse sentido,

Para identificar a prototipicidade de um gênero, faz-se importante recorrer não só aos propósitos comunicativos, mas também ao contexto prototípico de realização do gênero, à configuração composicional, às características linguísticas e às expectativas do público. Ressaltamos que, dentre os exemplares de um gênero, existem textos que representam mais prototipicamente os gêneros, enquanto outros apresentam idiossincrasias, no entanto, essas divergências não podem ser substanciais a ponto dos membros da comunidade discursiva não reconhecerem a matriz familiar desse gênero (PACHECO, 2020, p.48)

Visto dessa maneira, o reconhecimento de um gênero parte de um modelo que mais representa uma comunidade discursiva. Assim, o valor social de um gênero se dá em face do reconhecimento e da distinção que as pessoas de uma dada comunidade dão a ele. Ao retomar o conceito de gênero, Swales (2004) enfatiza a ideia de que os gêneros devam ser concebidos como famílias por apresentarem algo em comum e que possibilita o reconhecimento de um gênero em um dado grupo.

O quarto critério definidor de um gênero, apontado por Swales (1990), trata do aspecto da racionalidade. Para o autor, uma das razões que permite o funcionamento de um gênero é o propósito comunicativo. Visto desse modo, o que possibilita o nosso reconhecimento de um determinado gênero é a interdependência entre os propósitos, reconhecidos socialmente, e as marcas linguísticas típicas de um grupo de pessoas que constitui uma dada comunidade.

O quinto aspecto utilizado para definir gêneros é o da nomenclatura - típica de um grupo de pesquisadores - que constitui uma comunidade específica. Para Swales (1990), pelo conhecimento profundo com os gêneros, pesquisadores experientes designam um dado evento comunicativo de acordo como eles apreendem uma dada ação retórica. Embora esse critério seja importante para o reconhecimento de um gênero, Swales (1990) aponta algumas fragilidades dessa definição, a exemplo de: um mesmo evento comunicativo poder ter mais de uma denominação por um grupo de pesquisadores que

constitui uma mesma comunidade acadêmica (por exemplo: grupo de pesquisadores da área de Linguística de Texto, grupo de pesquisadores da Análise do Discurso etc.); ainda há a permanência de uma mesma terminologia mesmo diante de mudanças das ações retóricas de uma comunidade discursiva. Nesse quinto critério, Swales (1990) obteve influência da perspectiva dos estudos folclóricos. Por isso, os gêneros são caracterizados, pelo pesquisador, como ações retóricas reconhecíveis por membros de uma dada comunidade. Desse modo, “os gêneros são propriedades de grupos de indivíduos, que geram convenções e padrões que restringem as escolhas individuais” (BIASI-RODRIGUES, HEMAIS E ARAÚJO, 2009, p. 23).

Nessa mesma linha, Bhatia (2013 [1993]) defende que os gêneros são resultantes de ações comunicativas que giram em torno de propósitos sociais de um dado grupo (de profissionais e/ou acadêmicos). Para o autor, mesmo que haja outros aspectos relevantes no processo de reconhecimento de um gênero, o propósito comunicativo é, para ele, um elemento que representa a compreensão de um grupo sobre o funcionamento de um gênero que constitui a comunidade da qual um determinado pesquisador faz parte. O elo entre os propósitos e o funcionamento de um gênero lembra o que Swales (1990) concebe como motivação impulsionadora de um gênero. Visto desse modo, os gêneros são eventos comunicativos resultantes de experiências vivenciadas por membros de uma dada comunidade discursiva.

Bhatia (2013 [1993]) defende que os eventos comunicativos se apresentam de modo estruturado e convencionado, pois as ações retóricas dos membros de uma dada comunidade decorrem de um conjunto de experiências acumuladas através das práticas das pessoas que constituem uma dada área do conhecimento. Por isso, membros mais experientes de uma comunidade desfrutam de uma percepção mais lúcida dos propósitos sociais de um gênero. Dessa forma, o modo como as pessoas de uma dada comunidade apreende um gênero possibilita-lhes agir retoricamente aos propósitos sociais de uma cultura disciplinar.

Após anos dos primeiros aspectos definidores de um gênero, Swales (2004) revisita a definição de gênero e a reorganiza em forma de metáforas, quais sejam: *“frames” para a ação social, padrões de linguagem, espécies biológicas, famílias e protótipos, instituições e atos de fala.*

A primeira das metáforas é *gênero como “frames” para ação social.* Para isso, Swales (2004) pauta-se na concepção de Bazerman (1997) de que os gêneros são formas

de vida, ou seja, representam os modos de ser de/para uma ação social. Assim, os gêneros não são em si a própria ação social. Dito de outro modo, os gêneros são reconhecidos através dos significados construídos e apreendidos nas ações comunicativas desempenhadas pelos membros que constituem um grupo em seu agir social. Por isso, se um domínio discursivo, por exemplo, é novo para um dado grupo, esse grupo irá buscar referências em como deverá agir em um novo evento comunicativo. Para isso, recorrerá a algo que lhe parece ser familiar.

Embora os gêneros sejam um ponto de partida nas ações retóricas dos indivíduos, reconhecê-los não significa dizer que o nosso agir, diante um novo evento comunicativo, seja de fácil controle (SWALES, 2004). Sobre essa questão, concordamos com Pacheco (2020), quando ele afirma que o gênero é uma representação de um modelo que nos ajuda agir em domínios discursivos diversos, embora estar diante de algo desconhecido possa resultar em ações comunicativas insatisfatórias.

Gênero como padrões de linguagem é a segunda metáfora elaborada por Swales (2004). Essa metáfora nos faz olhar para um gênero como um espaço que, ao mesmo tempo, restringe e possibilita novas criações. Ou seja, o gênero pode regular nossa forma de agir socialmente, mas também pode provocar mudanças a depender de nossas escolhas (BERNARDINO, 2007). Nesse sentido, Swales (2004) afirma que os gêneros apresentam normas de conduta retóricas são socialmente aceitas, mas que são flexíveis quanto à sua realização. Bhatia (2009 [1997]; 2004) também defende que, embora haja uma padronização dos gêneros, eles podem sofrer alteração em sua configuração, conforme interesses de membros mais experientes de um campo disciplinar.

Na terceira metáfora, *Gênero como espécies biológicas*, Swales (2004), fundamentando-se em Fishelov (1993), faz uma associação do surgimento, da manutenção e do desaparecimento de gêneros com a da espécie biológica. Através dessa comparação, o autor conclui que os gêneros podem surgir de algum avanço tecnológico, da influência de algum membro experiente de renome, bem como pode também surgir através do desenvolvimento de alguma atividade de um dado grupo disciplinar. Desse modo, a tecnologia pode viabilizar o surgimento de novos gêneros, mas também pode fazer com que outros deixem de existir.

Na quarta metáfora, *Gênero como Famílias e protótipos*, Swales (2004) partindo da concepção de prototipicidade das famílias de gêneros, de Fishelov (1993), discute algumas categorias de gêneros a partir de exemplares de membros de uma família para

apontar os gêneros como paradigmas no interior dos diferentes campos do conhecimento. E, ao fazer uso dessa metáfora, Swales (2004) afirma que um gênero pode apresentar elementos característicos de um outro gênero. E isso faz parte do processo de evolução de um gênero. Mas a prototipicidade se dá através da recorrência de ações retóricas, no interior das culturas disciplinares, quando os membros usam os gêneros para agirem nas mais diferentes situações de uso da língua.

Assim como na terceira e quarta metáfora, Swales (2004) fundamenta-se em Fishelov (1993) para elaborar a metáfora *O gênero como uma instituição*. Nessa metáfora, o gênero não é um artefato sempre expresso/perceptível, mas também “uma instituição complexa, que envolve processos mais ou menos tipificados de produção e recepção” (SWALES, 2004, P.66). Assim, um dado gênero passa a ser compreendido como uma instituição complexa e, por isso, é constituído de uma rede de convenções, valores e tradições. Nessa mesma linha, Bhatia (2009 [1997]) afirma que os gêneros que assumem um papel mais institucional apresentam-se de forma mais limitada, uma vez que os propósitos desses gêneros estão interligados às experiências dos membros que fazem parte de uma determinada comunidade discursiva.

Em sua sexta e última metáfora, *gênero como ato de fala*, Swales (2004) pauta-se nos atos de fala, de Bazerman (1994), para defender a ideia de que os atos de fala, vistos como uma ação comunicativa, se realizam através dos gêneros. Mas cabe lembrar que “qualquer enunciado pode ter uma multiplicidade de funções e significados e que o contexto local pode influenciar fortemente a nossa interpretação e realização de qualquer ato de fala de qualquer tipo designado (SWALES, 2004, p. 67). Por isso, o gênero é uma ação comunicativa que se realiza via interações estabelecidas e certificadas pelos pesquisadores que fazem parte de um dado campo do conhecimento.

Bhatia (2017), assim como Swales (2004), revisita a noção de gêneros proposta inicialmente, em estudos anteriores, para apresentar uma concepção de gêneros associada a um contexto de realização mais dinâmico, visto que a noção de gêneros trará à tona a forma de funcionamento de um gênero, levando em consideração as diferenças existentes entre as áreas disciplinares, seja em ambiente acadêmico, seja ambiente profissional. Bhatia (2017) admite que, em outros trabalhos sobre a concepção de gêneros, os aspectos linguísticos eram postos em maior evidência, enquanto o contexto exercia uma função mais secundária. Tanto Bhatia (2017) quanto Swales (2004), em seus últimos estudos, passaram a valorizar, em suas pesquisas, aspectos metodológicos envolvendo uma

associação do discurso ao seu contexto de uso. Desse modo, um analista de gênero, ao empreender uma pesquisa, precisará estabelecer uma interação entre os textos e os ambientes nos quais esses textos funcionam. Assim, apreender um gênero significa compreender os seus modos de realização.

Bhatia (2017), ao inserir a compreensão de um gênero ao seu contexto de realização, defende que um analista de gêneros precisa compreender os modos de funcionamentos dos campos profissionais e/ou acadêmicos. Para isso, um analista precisará: compreender como os membros de um grupo profissional e/ou acadêmico escrevem; a essência dos seus propósitos; o papel que o discurso detém na realização dos seus propósitos; o que possibilita a interação em um dado domínio discursivo; como se alcança o êxito dos seus propósitos profissionais; quem são, quando o evento acontece e como esses dois aspectos contribuem para a realização da produção de um discurso; quais são os gêneros que estão imbricados no processo de realização dos gêneros acadêmicos e/ou profissionais e como esses aspectos contribuem para o sucesso de sua realização; além disso, de que modo a Análise Crítica de Gêneros contribui para o entendimento de práticas acadêmicas e/ou profissionais.

A Análise Crítica de Gêneros é concebida por Bhatia (2017) como um plano teórico que enriquece as perspectivas tradicionais sobre a compreensão de um gênero. E ao defender essa ideia, o autor aponta três pontos fundamentais nessa abordagem, quais sejam: princípios da interdiscursividade, a função que as práticas discursivas desempenham em ambientes profissionais e/ou acadêmicos, bem como a compreensão de um gênero associado a uma concepção multidimensional. Para Bhatia (2017), ao levarmos em consideração esses três aspectos, faz-se necessário entender como as práticas discursivas se realizam em determinados ambientes. Assim, os entornos da realização de um gênero passam a ser um aspecto de maior relevância no processo de compreensão de funcionamento de um gênero. Assim, o autor aponta que devemos entender o discurso em quatro níveis distintos, mas de uma forma que esses níveis se interrelacionam. Nesse sentido, ele apresenta estes níveis, conforme figura a seguir.

Figura 1 – Níveis de realização do discurso



Fonte: Bhatia (2017)

O primeiro dos níveis do discurso, como apontado por Bhatia (2017), é o da concepção de *discurso associado ao texto*. Muitos dos estudos empreendidos por analistas de gêneros apontam, segundo o autor, uma visão formalista do discurso, uma vez que a análise de um texto é marcada pela presença de elementos mais estruturais, fonológicos e gramaticais. Essa é uma tendência também nos estudos que envolvem o discurso, visto que a ideia de contexto, muitas vezes, é concebida de uma forma distorcida pelos analistas de gêneros, pois a noção de contexto é associada às semelhanças que os textos guardam entre si. O discurso, defende ele, está imbricado à noção de contexto, mas a compreensão de contexto é concebida erroneamente por alguns pesquisadores da área (que conectam o contexto às relações intertextuais que há entre os textos).

Bhatia (2017) afirma que o discurso está essencialmente inserido em um contexto, mas quando o discurso é associado ao texto, há uma análise pouco aprofundada do contexto, já que o contexto é concebido em um sentido muito restrito, associado à ideia de intertextualidade. Isso decorre de que a ênfase, neste nível de análise, está essencialmente nas propriedades associadas à construção da materialidade textual, e não na interpretação do uso do discurso. Além disso, quando uma analista de gêneros enfoca o texto em si, ele ignora, em grande parte, a contribuição do escritor ou leitor que utilizam um dado gênero em suas atividades acadêmicas e/ou profissionais, especialmente no que

diz respeito ao conhecimento do mundo, ao conhecimento profissional, sociocultural e institucional, bem como a experiência que alguém provavelmente usará para construir, interpretar, usar e explorar o discurso em suas práticas retóricas.

Bhatia (2017) denomina o segundo nível de *discurso como gênero*. O autor admite que, nesse relação, a análise que é operacionalizada por um pesquisador deve ultrapassar os aspectos da materialidade linguística e organizacionais de um texto. Desse modo, o contexto é visto de um modo mais amplo, já que a ideia, nesse nível, não é mais somente compreender apenas a maneira como um texto é construído, mas também a forma como esse texto, provavelmente, será interpretada, usado e explorado em contextos específicos, seja em um contexto social, institucional ou mais estritamente profissional, para atingir propósitos específicos. A natureza das questões abordadas, neste tipo de análise, pode, muitas vezes, ser não apenas linguística, mas também social, pragmática e etnográfica. Uma análise fundamentada na estrutura e organização de um texto era algo marcante na teoria baseada em gênero (SWALES, 1990; BHATIA, 1993), já que Bhatia (2017) afirma que, em sua forma inicial, a teoria dos gêneros estava preocupada, principalmente, com a aplicação da análise de gênero para desenvolver soluções pedagógicas para salas de aula.

Práticas discursivas e práticas profissionais é o terceiro nível elaborado por Bhatia (2017). Ao tratar desse nível, o autor, inicialmente, aponta a distinção e a aproximação entre esses dois fenômenos. Para ele, as práticas discursivas são, por um lado, essencialmente o resultado de procedimentos profissionais específicos e, por outro lado, estão inseridas em culturas profissionais específicas. As práticas discursivas incluem fatores como a escolha de um determinado gênero para atingir um determinado propósito específico, bem como um modo de comunicação adequado e eficaz associado a tal gênero. Os procedimentos discursivos, segundo o autor, envolvem as características dos participantes que estão autorizados a fazer uma contribuição válida e adequada; mecanismo de participação, que determina que tipo de contribuição um determinado participante pode fazer; estágio do processo de construção do gênero, bem como os outros gêneros que contribuem para um aporte válido e justificável ao documento em construção. Para Bhatia (2004; 2017), tanto as práticas discursivas como os procedimentos discursivos ocorrem dentro do contexto das culturas disciplinares e profissionais típicas de um determinado gênero. Culturas disciplinares e profissionais determinam, segundo ele, os limites de vários tipos de restrições, como normas e convenções genéricas, metas e propósitos profissionais e disciplinares, bem como questões de identidades

profissionais, disciplinares e organizacionais. Já as *práticas profissionais* são concebidas, por Bhatia (2017), como as ações que podem não necessariamente ser alcançadas totalmente por meio de artefatos discursivos. Essas práticas são a realização bem-sucedida dos propósitos característicos de uma comunidade profissional específica.

Mesmo diante dessas diferenças, defende Bhatia (2017), as práticas discursivas e as práticas profissionais estão intimamente interrelacionadas, na medida em que um é significativamente instrumental na realização do outro. Portanto, afirma o pesquisador, a estreita relação entre esses dois fenômenos é crucial para preencher a lacuna que há entre ambientes acadêmicos e profissionais.

No contexto desse desenvolvimento, também é importante apontar que, nos primeiros anos da análise de gênero, especialmente na década de 1990, havia relativamente pouco trabalho com ênfase no discurso na área de Gêneros e em outros campos disciplinares; a situação, no entanto, mudou consideravelmente nos últimos anos, pois muitas profissões fizeram descobertas interessantes sobre o funcionamento das instituições e das profissões. Houve um aumento substancial de pesquisas com as contribuições dos estudos analíticos do discurso em campos disciplinares como Direito, Medicina, Contabilidade, Administração, dentre outros. Atualmente, há uma melhor compreensão do papel da linguagem, não apenas na construção e disseminação do conhecimento disciplinar, mas também na condução das práticas profissionais (BHATIA, 2017).

No quarto nível, denominado *discurso e cultura profissional*, Bhatia (2017) sustenta que as identidades profissionais e disciplinares propiciam o sucesso pragmático da ação discursiva e profissional. Nesse sentido, a performance discursiva, que é o modo como a atuação discursiva ocorre em contextos profissionais específicos, evidencia-se como um constituinte primordial nos estudos empreendidos por um Analista de Gêneros. Isso porque as práticas discursivas se interrelacionam às práticas profissionais.

Entendemos que os critérios elaborados por Swales (1990; 2004) e Bhatia (2004; 2017) para a definição de um gênero são importantes e se mostram operacionais para o processo de realização de uma pesquisa que envolve a investigação do funcionamento de um gênero em uma dada cultura disciplinar do contexto acadêmico. Como a nossa pesquisa busca compreender como o gênero parecer funciona na cultura disciplinar da área de linguística no Brasil, acreditamos que as abordagens de gênero desses autores, por não se limitarem somente a uma análise textual, são caras à nossa pesquisa, pois a

compreensão do gênero parecer, em nossa pesquisa, busca descrever o gênero em questão, partindo das crenças dos pareceristas sobre o gênero artigo acadêmico. Assim, a triangulação entre as entrevistas dos pareceristas, dos editores e dos exemplares de pareceres de periódicos configura o que se concebe como uma análise sociorretórica de gêneros em seus ambientes de funcionamento.

No tópico a seguir, dando sequência à discussão sobre gêneros, discutiremos a noção de propósito comunicativo, um dos critérios importantes na compreensão do funcionamento de um gênero e uma das categorias de análise da nossa pesquisa.

1.1 PROPÓSITO COMUNICATIVO

Ao caracterizar e definir os critérios para identificação de um gênero, Swales (1990) elenca - como um desses critérios - o *propósito comunicativo*. Para o autor, essa categoria é

“... um critério privilegiado e que opera para manter o escopo de um gênero que é concebido através de ação retórica comparável. Além do propósito, exemplares de um gênero exibem vários padrões de similaridade em termos de estrutura, estilo, conteúdo e público-alvo. Se todas as expectativas de alta probabilidade forem realizadas, o exemplar será visto como prototípico pela comunidade discursiva original”. (SWALES, 1990, p. 58) (Tradução nossa)

Embora essa definição aponte para outras características dos gêneros, a exemplo do conteúdo, da forma, do público-alvo e do meio, ela classifica os textos como pertencentes a gêneros particulares e o faz com base no propósito comunicativo. Por isso, essa noção é escorregadia, já que o propósito é posto como um dos critérios principais para a determinação de um gênero (ASKEHAVE, 1998).

Bhatia (1993), ao analisar gêneros da esfera profissional, fundamenta as suas análises com base na concepção de gêneros empreendida por Swales (1990). Por isso, Bhatia (1993) defende que gêneros, a exemplo das cartas de promoção e dos pedidos de emprego, pertencem a um mesmo gênero, pois o propósito comunicativo geral desses textos é promover algo, seja um produto, empresa ou pessoa. Paltridge (1994) critica essa forma de conceber um gênero, pois a considera muito ampla, uma vez que resulta em agrupamentos de textos que, apenas em um nível muito geral, podem ser considerados como atendendo a um mesmo propósito.

Swales (1990) fala sobre as dificuldades de identificação de um propósito comunicativo de um gênero e aborda a necessidade que um analista tem de considerar, em seu estudo, propósitos que podem não ser postos de forma explícita. Nas palavras do próprio autor:

“Embora os noticiários sejam projetados para manter o seu público atualizado com os eventos do mundo..., eles podem também ter o propósito de moldar ou influenciar a opinião pública ou apresentar os controladores e donos das telecomunicações de uma forma favorável” (SWALES, 1990, p. 47).

Swales (1990) aponta, em sua definição de gênero, dois tipos de propósitos: propósitos que se evidenciam de um modo mais explícito nos textos; e propósitos que não são facilmente identificáveis, os implícitos. Assim, quando ele caracteriza o propósito dos noticiários como sendo o de manter seu público atualizado com os eventos do mundo, ele parece falar sobre o propósito geralmente socialmente aceitável de noticiários, o que se concebe como propósito explícito do gênero. No entanto, ao mesmo tempo, Swales (1990) defende a ideia de que o objetivo de um noticiário também pode ser “moldar ou influenciar a opinião pública ou apresentar os controladores e donos das telecomunicações de uma forma favorável”. Assim, o gênero apresenta propósitos implícitos, já que eles não são percebidos claramente pelos usuários do gênero. Além disso, não há uma distinção entre esses tipos de propósito. Como o propósito é um critério essencial no processo de definição de um gênero, entender essa diferenciação entre o que é explícito e implícito é de grande relevância para que um analista compreenda o funcionamento de um gênero em seus diferentes ambientes de uso (ASKEHAVE, 1998).

Askehave (1998) afirma que a noção de propósito comunicativo - como um fator determinante de um gênero - não o agrada, visto que o uso desse termo é um tanto problemático, uma vez que essa terminologia é apontada de modo genérico. A noção de propósito comunicativo é problemática porque, se aceitarmos que os gêneros servem a propósitos diferentes, um propósito seria mais secundário que outros. Diante disso, emergiria, segundo o autor, um problema, qual seja: quais seriam os critérios utilizados pelos analistas para definir o que seria principal e secundário nessa concepção?

Esses são alguns dos problemas que enfrentamos quando, como analistas, usamos o propósito comunicativo como o principal mecanismo de classificar os textos. Para Askehave (1998), o uso desse critério é complexo, pois ele apresenta-se como um

dispositivo de medição pouco confiável para a definição e caracterização do funcionamento de um gênero. Isso não significa, defende o autor, e concordamos com ele, que esse fenômeno deva ser deixado de lado e não deva ser tratado de forma alguma no processo de análise de um gênero. Na verdade, o propósito é, segundo ele, um dos aspectos mais interessantes de análise para um pesquisador, uma vez que esse critério nos possibilita entender qual é a intenção apontada em um dado texto.

Diante desse problema, Askehave (1998) sugere que compreendamos o contexto e entendamos o porquê de as pessoas usarem determinados textos em suas práticas comunicativas, pois, somente assim, conseguiremos dizer algo sobre os propósitos implícitos usados em nossas práticas discursivas. Desse modo, é que, afirma o autor, perceberemos que um gênero poderá ter mais de um propósito e como esse propósito se interrelaciona com as crenças de quem participa de um dado contexto, seja ele profissional, acadêmico, etc.

Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), ao discutirem sobre a noção de propósito comunicativo, apontam esse critério para definir e caracterizar um gênero, como um aspecto essencial para a realização de um evento comunicativo. Porém, os autores admitem que a identificação do propósito comunicativo não é uma atividade de simples observação para um analista de gêneros, já que os propósitos se apresentam de forma diversa e variada e nem sempre são marcados explicitamente nos textos.

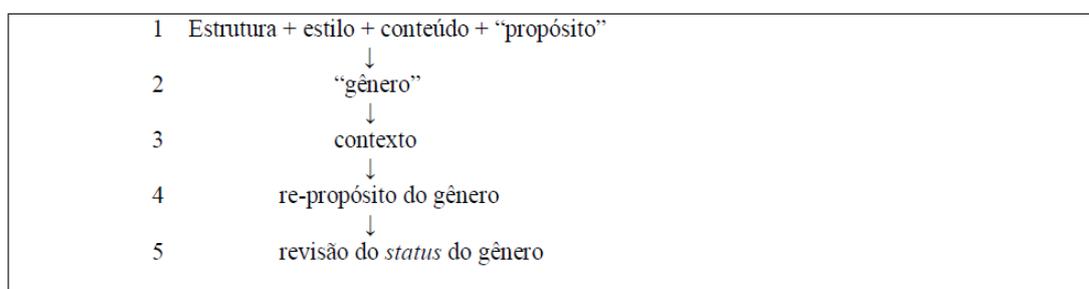
Diante desse contexto, a noção de *propósito comunicativo* foi rediscutida por Askehave e Swales (2009 [2001]) e Swales (2004). E ao retomar esse critério, os autores apontam as limitações da noção do propósito no processo de compreensão do funcionamento de um gênero. Com isso, eles afirmam que o propósito comunicativo não pode ser um critério determinador de um gênero, pois muitos analistas apontam a implicitude do propósito como algo complexo, pois nem sempre os propósitos comunicativos de um texto são facilmente identificados. Além do propósito, muitas vezes, ser velado, Biasi-Rodrigues, Hemais e Araújo (2009), defendem que há ainda uma complexidade em se compreender os propósitos de um gênero, porque eles são múltiplos, ou seja, um gênero pode ter mais de um propósito comunicativo. Além disso, Bhatia (2009 [1997]) afirma que o propósito comunicativo pode apresentar-se de um modo mais amplo ao mais específico. Por isso, o propósito de um gênero mostra-se de forma multifacetada.

O processo de identificação dos propósitos comunicativos demanda um olhar aprofundado dos analistas sobre os textos que circulam e fazem parte de uma dada comunidade discursiva, pois a compreensão dos propósitos torna-se mais concreta/efetiva quando se faz uma análise de vários fenômenos que colaboram para a sua realização prática. Assim, para que um analista apreenda os propósitos de um gênero é preciso que ele considere, em seus estudos, tanto o contexto (seja ele institucional, acadêmico ou profissional) quanto os participantes que fazem uso dos textos que circulam nos ambientes investigados. Somente assim, um analista poderá perceber que um gênero poderá ter mais de um propósito. E os propósitos que são deduzidos, ao final da análise de um gênero, estão associados às crenças de quem utiliza os textos em seus ambientes de funcionamento.

É nessa linha de pensamento que Askehave e Swales (2009 [2001]) e Swales (2004) preservam o propósito comunicativo como um critério essencial nos estudos analíticos de gênero. Os autores sugerem ainda dois esquemas para que o analista empreenda um diagnóstico do propósito comunicativo em diferentes etapas da investigação de um gênero. Os diferentes momentos de avaliação de um gênero foram concebidos pelos pesquisadores como *re-propósito*.

Assim, o propósito comunicativo passa, quando investigamos um gênero, por um processo de redefinição que se alinha a mecanismos de análise textual ou contextual dos textos. Para Askehave e Swales (2009 [2001]) e Swales (2004), uma das primeiras etapas de análise de um gênero se alinha à uma perspectiva mais formal, uma vez que o processo de análise inicial está focado na materialidade linguística dos textos. Analisemos o primeiro esquema sugerido por Askehave e Swales (2009 [2001]) e que aponta, inicialmente, análise do gênero partindo de uma orientação mais textual.

Figura 2 – Análise de gênero a partir do texto



Fonte: Askehave e Swales (2009 [2001], p. 239).

Na figura 2, Askehave e Swales (2009 [2001]) apontam cinco etapas para que seja empreendida uma análise de gênero a partir de uma perspectiva materialista do texto. Nessa abordagem, alguns comentários explicativos, segundo eles, são necessários: o primeiro desses comentários está pautado na afirmação de que o conteúdo deve incluir também uma atenção cuidadosa ao que não foi dito ou escrito. Dito de outro modo, é importante que o analista de gêneros fique atento ao “conteúdo”, pois o que não foi explícito seja na fala, seja no texto escrito, poderá ser um aspecto de observação essencial na definição de um propósito, uma vez que as omissões podem trazer indícios de convenções típicas de uma cultura disciplinar. A segunda observação é a de que “os usos iniciais do *propósito* (no passo 1) e do *gênero* (no passo 2) foram postos entre aspas para indicar seu status provisório naqueles estágios de procedimento” (p. 240). O destaque dado a esses termos significa que tanto a definição de propósito quanto de gênero dar-se-á somente na etapa final de uma pesquisa. O terceiro comentário gira em torno das reestruturações das instituições por força das condições de uma dada época e, por isso, muitos órgãos estão revendo suas incumbências. Isso permite aos autores não se desculparem pelo uso do neologismo “re-propósito”. A quarta explicação refere-se ao fato de, atualmente, os autores optarem em analisar o gênero como uma categoria aberta que pode, nas palavras dos próprios autores: “implicar a revisão de fronteiras genéricas ou a defesa da existência de um novo gênero ou a atrofia ou descaracterização de um gênero antigo” (p.240). Dito de outro modo, atendendo à reavaliação dos propósitos comunicativos, o analista terá como observar o *status* do gênero, validando ou não as suas fronteiras. Além disso, captará se está havendo o surgimento de um novo gênero ou a declinação de um gênero antigo. Na quinta e última observação, Askehave e Swales (2009 [2001]) declaram que não estão preocupados em definir ou discutir a noção de contexto. Eles preferem deixá-la como uma espécie de “caixa-preta” que “pode ser operacionalizada por investigadores individuais de acordo com suas circunstâncias” (p.240).

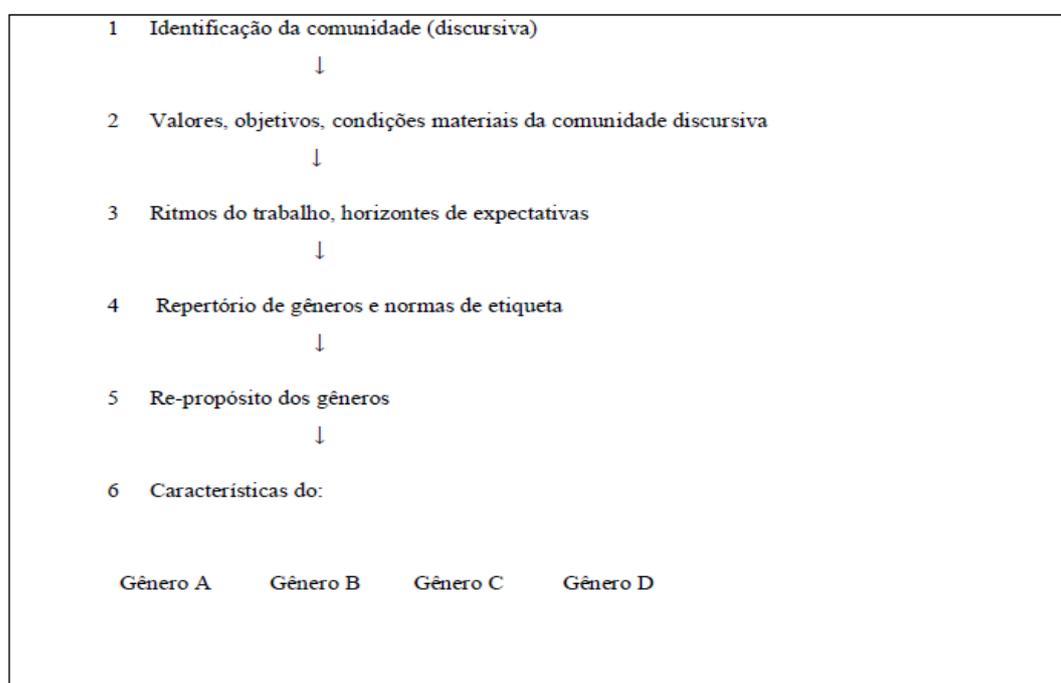
Assim concebido, a primeira etapa da investigação busca uma análise aspectos mais gerais: forma, estilo, conteúdo e propósito comunicativo. São essas observações mais gerais que colaborarão para o levantamento de possibilidades de funcionamento de um gênero. Diante dessa análise mais ampla, Askehave e Swales (2009 [2001]) elencam o contexto como um aspecto analítico imprescindível no processo de compreensão da realização de um gênero. Sobre esse olhar mais global sobre o gênero e que envolve a instrumentalização de aspectos linguístico-textuais, Biasi-Rodrigues e Bezerra (2012)

afirmam que uma investigação analítica mais geral do gênero ocorre de forma concomitante entre propósito comunicativo, forma, estilo e conteúdo. E, numa etapa superior, é retomado no processo de redefinição do gênero analisado.

Para Askehave e Swales (2009 [2001]), Swales (2004), bem como para Biasi-Rodrigues e Bezerra (2012), o propósito comunicativo continua sendo uma importante categoria no processo de investigação dos textos, mas não o único fator determinante de um gênero, como preconizado por Bathia (1993) e Swales (1990).

Askehave e Swales (2009 [2001]), Swales (2004) e Biasi-Rodrigues e Bezerra (2012) apontam que, hoje, a categorização do propósito se faz diante da apreensão do contexto no qual os textos estão imersos. Desse modo, um analista precisará incluir, em suas análises, as crenças, as expectativas e o repertório de gêneros que constituem uma determinada comunidade discursiva. Assim concebido, o primeiro passo de investigação, antes de observar os mecanismos linguísticos que constituem os textos, é uma análise de ambiente onde os gêneros se realizam. Desse modo, há uma inversão nos métodos de investigação, uma vez que, primeiro, será considerado os meios em que ocorrem a produção do discurso e, posteriormente, a observação voltar-se-á para os mecanismos linguísticos dos textos. Analisemos o esquema a seguir que traz uma análise de gêneros pautada no contexto.

Figura 3: Análise de Gêneros a partir do contexto



Fonte: Askehave e Swales (2009 [2001], p. 240).

Na figura 3, Askehave e Swales (2009 [2001]) aventam seis etapas para que um pesquisador possa operacionalizar a análise de um gênero partindo de uma concepção contextual. Nesse sentido, o contexto passa a ser um ponto central nos estudos sociorretóricos de gêneros, visto que a análise em torno de um gênero precisa averiguar os entornos nos quais os gêneros estão submersos. E isso implicar compreender como uma comunidade discursiva funciona. Por isso, a etapa inicial (conforme figura 2), consiste no fato de que um pesquisador precisa (re)conhecer o funcionamento da configuração de uma comunidade discursiva.

Ao comentar essa perspectiva, Pacheco (2020) afirma que, embora Askehave e Swales (2009 [2001]) e Swales (2004) sugerem esse esquema como um modelo de análise de gêneros em seu ambiente contextual, os autores não especificam como esses passos se relacionam à ideia de contexto. Para Pacheco (2020), os passos 2, 3 e 4 são apontados, na figura 3, de forma individualizada, mas, para o autor, eles não são estritamente utilizados nessa sequência. Nessa linha,

os valores, os objetivos, as expectativas podem ser analisados à medida que estudamos a literatura referente à comunidade discursiva ou recorreremos às informações dos membros experientes da comunidade discursiva, são etapas que não necessariamente excluem umas as outras. Diante de uma compreensão minuciosa da comunidade discursiva e, por conseguinte, dos seus valores e objetivos, a análise textual se mostra mais eficaz, uma vez que se torna mais visível ao analista uma reavaliação dos propósitos comunicativos que se fazem presentes no gênero, e, nesse sentido, torna-se possível descrever sociorretoricamente um determinado gênero (PACHECO, 2020, pp.63-64)

Com base nisso, vemos que os métodos (textuais e contextuais) utilizados para a análise de um gênero nos levam a uma maior compreensão dos propósitos comunicativos, já que os dois mecanismos de investigação, no que diz respeito à observação do propósito comunicativo, ocorrem em uma etapa final de uma pesquisa, e não de um modo apriorístico como defendia Swales (1990). Por isso, Askehave e Swales (2009 [2001], p.241) defendem que “Descrições esquemáticas de procedimentos... são sem dúvida idealizadas e higienizadas, mas mostram que a atribuição de propósitos comunicativos a um complexo de gêneros é um estágio tardio do processo”. Essas novas considerações acerca do propósito apontam para a categorização do gênero como uma atividade prática da linguística aplicada aliada a uma investigação do texto associado ao contexto.

Alves Filho (2011), seguindo a ideia de propósito de Askehave e Swales (2009 [2001]) e Swales (2004), defende que um gênero pode atender a diferentes propósitos. O autor cita como exemplo as postagens do Twitter que, inicialmente, foram criadas com a finalidade de as pessoas informarem, de forma objetiva, aos seus colegas de trabalho o que estavam fazendo em determinado momento do dia. Mas, ao longo do tempo, novos propósitos surgiram, pois esse aplicativo passou a ter uma demanda mais diversificada, pois um número muito maior de pessoas e de diferentes instituições (das mais diversas esferas da atividade humana) passaram a realizar suas postagens no Twitter, o que possibilitou o surgimento de novos propósitos, a exemplo de fazer propaganda, divulgar notícias, autopromover-se e convocar mobilizações políticas. Isso demonstra, segundo Alves Filho (2011), que os propósitos apresentam um poder de dinamicidade e, por isso, nas palavras do próprio autor, “podem mudar com o passar do tempo ou variar entre grupos ou instituições” (p.34).

Alves Filho (2011) defende que há propósitos que, com o tempo, ganham uma certa estabilidade. E isso, segundo o autor, promove o encorajamento das pessoas a usarem, para as mesmas finalidades, um determinado gênero. É nesse sentido que Alves Filho (2011) afirma que seria importante compreendermos os propósitos que são recorrentemente interligados a um gênero específico. Ainda segundo o autor, a mudança na forma de funcionamento de um gênero pode decorrer tanto do seu aspecto formal, de conteúdo e estilo quanto das mudanças que emanam da função social.

Para Alves Filho (2011), os propósitos comunicativos de um gênero podem ser concebidos a partir de duas perspectivas, quais sejam: do ponto de vista de quem escreve ou fala (locutor/enunciador) e do ponto de vista de quem lê ou escuta (ouvinte/interlocutor). O autor faz essa distinção, porque defende a tese de que os propósitos de um dado gênero podem variar a depender do ponto de vista de quem o produz um texto que compõe um gênero e de quem o recebe.

Com isso, a análise de um gênero não está mais interligada em se observar apenas os elementos linguísticos que compõem os textos de um dado campo do conhecimento. Como nossa pesquisa busca explicar os propósitos do parecer de periódico para descrever e explicar como agem retoricamente os pareceristas em suas avaliações sobre artigos de pesquisa, analisaremos fontes variadas e que fazem parte da área de linguística, a exemplo das avaliações escritas feitas pelos pareceristas, entrevistas cedidas tanto pelos pareceristas como pelos editores dos periódicos investigados e os formulários de

avaliação. Desse modo, faz-se de grande valia, em nossa pesquisa, compreender o contexto de realização do parecer para que possamos explicar, de modo mais concreto, os fenômenos que estão circunscritos ao gênero em questão.

Outro critério essencial no processo de definição e caracterização de um gênero é o termo comunidade discursiva. Por isso, no próximo tópico discutiremos um pouco sobre essa questão.

1.2 COMUNIDADE DISCURSIVA

A noção básica de *comunidade discursiva* surgiu em oposição à concepção mais antiga de *comunidade de fala* (do campo da sociolinguística). Para a sociolinguística, a *comunidade de fala* era representada por um conjunto homogêneo de pessoas que compartilhavam um lugar, uma variedade de linguagem e, também, partilhavam valores sociais, religiosos e culturais semelhantes. Esse tipo de comunidade tendia a ser pequeno e isolado, a exemplo de grupos que viviam em aldeias, pequenas ilhas e oásis de áreas desérticas. Opondo-se a essa ideia, a *comunidade discursiva* caracteriza-se como um conjunto mais amplo e heterogêneo de pessoas que compartilham sociorretoricamente suas experiências, seus propósitos, bem como seus interesses em termos do que ocupam socialmente. Pensando dessa maneira, as pessoas, que fazem parte de uma *comunidade discursiva*, podem ter línguas maternas diferentes, religiões diferentes, bem como podem ter origem étnicas diferentes (SWALES, 2016).

Refletindo sobre a configuração de uma *comunidade de fala* na atualidade, Swales (2016) afirma não ter certeza de que esse tipo de comunidade continua a existir de forma significativa, uma vez que passamos por diversas mudanças ao longo do tempo, a exemplo das mídias digitais, que permitem uma série de alterações no processo de comunicação entre as pessoas. O autor também revisita a terminologia *comunidade discursiva* que, há tempos, deixara de lado e passa a afirmar que, assim como a *comunidade de fala*, a *comunidade discursiva* também se tornou mais difusa diante das alterações que o mundo sofreu nos últimos anos. Diante de uma nova configuração da vida em sociedade, um dos problemas que se pode apontar em relação ao conceito de *comunidade discursiva* é que o conceito era excessivamente estático. Talvez isso, no contexto de 1990, não fosse algo tão relevante, mas, levando em consideração o mundo de hoje, isso parece ser um problema que deve ser avaliado com cautela, já que, em seus

primeiros estudos sobre *comunidade discursiva*, Swales (1990) não considerara a forma de participação (entrada e saída) de membros em uma dada comunidade.

Diante dessa questão de entrada e saída de membros de uma *comunidade discursiva*, Swales (2016), recorrendo ao conceito de ‘*comunidade de prática*’³ (LAVE; WENGER, 1991), afirma que são múltiplos os processos que possibilitam a inserção e a saída de pessoas em comunidades. Alguns fatores que viabilizam a entrada são a persuasão, treinamento e/ou qualificação; e a saída pode ser por aspectos como a morte, a aposentadoria, a translocação, dentre outros fatores. Para Swales (2016), tanto a *comunidade discursiva* como a *comunidade de prática* tendem a enxergar seus objetos de estudo de um modo idealista, já que cremos em um mundo disciplinar com acordos sobre questões metodológicas e epistêmicas homogêneas. Concordamos com Swales (2016) quando ele adere à ideia de que uma comunidade, quando vista internamente, parece ser mais fragmentada e compartimentada do que pensamos, uma vez que há diferenças claras entre os pesquisadores que fazem parte de um mesmo campo do conhecimento. Assim, os linguistas, embora tenham interesses em comum (ter, por exemplo, como ponto central de estudo a linguagem), há diferenças entre eles (a depender do campo em que atuam). Por exemplo, os valores de linguistas que compõem uma comunidade da Análise do Discurso podem ser diferentes das crenças de pesquisadores que participam da disciplina de Sociolinguística.

Cabe lembrar que há divergências entre os pesquisadores de uma mesma comunidade, mas, quando essas diferenças passam a ser discrepantes, pode haver uma segmentação de uma comunidade em uma nova *comunidade discursiva*. Essa fragmentação é exemplificada por Swales (2016) com o Departamento de Biologia, de Michigan, que foi dividido em dois (um grupo que lida com a microbiologia, e o outro que trabalha com a ecologia e a evolução), por causa do grande conflito de interesses entre os pesquisadores que faziam parte, antes, de uma mesma comunidade.

Sobre isso, Miller (2009) já havia defendido a tese de que as comunidades requerem “... acordo e desacordo, compreensões partilhadas e novidade, premissas entimemáticas e afirmações contestadas, identificação e divisão” (p.56). Isto é, faz parte de uma comunidade reconhecer as semelhanças e diferenças em suas práticas retóricas.

³ Grupo de pessoas que se unem em função de propósitos semelhantes. As pessoas fazem parte de uma comunidade, que apresenta interesses comuns, para agirem retoricamente em diferentes situações de uso da língua.

Embora saibamos que, dentro de uma determinada *comunidade discursiva*, tenha divergências de interesses entre os membros que a compõem, consideramos o estudo dos gêneros atrelado à ideia de comunidade muito importante, porque, mesmo diante de muitos aspectos diferentes, nós, que fazemos uso da linguagem para nos comunicarmos nas mais diferentes situações, buscamos ver semelhanças nos discursos para dar uma resposta à uma nova situação que se assemelhe a uma já vivenciada. cremos que as comunidades discursivas, chamadas de *comunidades retóricas* por Miller (2009) e de *comunidades discursivas* por Swales (2016), apresentam o seu poder de aculturação pelo fato de que tendemos, como pesquisadores, apresentar tendências de crenças aparentemente homogêneas. E são essas inclinações que constroem a ideologia marcante de uma comunidade. Por isso, mesmo diante das diferenças existentes dentro de uma comunidade, um dos fatores que possibilita a inserção de um novo membro, em uma comunidade, são as tipificações socialmente feitas sobre o que é ou como funcionam determinadas comunidades do ponto de vista de seus membros.

Desse modo, concordamos com Miller (2009), quando defende que os gêneros são artefatos culturais, já que os pareceres, objeto de estudo da nossa pesquisa, são uma forma de transmissão de conhecimento, porque, ao analisarmos os pareceres de um dado periódico, podemos perceber, através do discurso presente nos documentos, como os pareceristas de uma determinada área do conhecimento compartilham os seus conhecimentos e como eles agem socialmente como pesquisador. Desse modo, para que as pessoas façam o reconhecimento das práticas linguísticas (das ações) de uma comunidade, elas comumente fazem o reconhecimento das tipificações de uma comunidade para agirem nos ambientes de interação.

A ideia de *tipificação*, de Miller (2009), que está associada ao estoque de conhecimentos aplicados às ações rotineiras dos sujeitos, para controlar estados de coisas postos em situações novas, guarda relações importantes com a tese de *comunidade discursiva*, de Swales (2016), uma vez que uma comunidade discursiva será concebida como familiar aos membros de uma comunidade a partir das similaridades que lhes possibilitarão dar uma resposta adequada a uma nova situação dentro de um grupo do qual ele fará/faz parte. E, para os membros que já constituem uma comunidade, o que fará com que uma *comunidade discursiva* permaneça sendo como tal são as particularidades vistas por seus participantes.

1.2.1 Comunidades de discurso locais

Nos últimos anos, o mundo tem passado por diversas mudanças no que diz respeito ao uso e acesso das tecnologias. Novas configurações de relações têm surgido em meio às mídias digitais. Considerando esse contexto das tecnologias, Swales (2016) projeta uma categorização/recategorização dos diferentes tipos de *comunidade discursiva*, quais sejam: *comunidades de discurso locais*, *comunidades de discurso focais* e *comunidades de discurso folocais*.

Sobre as *comunidades locais*, o autor afirma que há essencialmente 3 subtipos, quais sejam: residencial, ocupacional e profissional. Desses, apenas a última, a profissional, se aplica, de fato, ao contexto acadêmico. As comunidades locais são formadas por um grupo de pessoas que trabalham em um mesmo local (por exemplo, Coordenação de Letras Vernáculas da UFPI – Universidade Federal do Piauí) ou que exercem uma mesma profissão dentro de uma mesma área/campo do conhecimento de um mesmo lugar (todos os professores da cidade de Teresina, por exemplo). As comunidades, para agilizarem suas atividades, usam siglas, terminologias e/ou expressões que são particulares/familiares às suas práticas retóricas. Portanto, pessoas, que não fazem parte das práticas de uma determinada comunidade, poderão não compreender termos (e/ou siglas) que são específicos de uma atividade profissional.

Além disso, quando se ocupa uma atividade em uma comunidade discursiva local, sabemos informações específicas do lugar onde exercemos nossas práticas, ou seja, sabemos horários de entrada e saída, códigos para ter acesso a determinadas plataformas/sistemas, onde fica e quais são os funcionários responsáveis por cada departamento do local de trabalho etc. Os membros desse tipo de comunidade podem se reunir em outros ambientes fora do trabalho, o que poderá reforçar, ainda mais, as relações entre os membros de uma comunidade (SWALES, 2016).

1.2.2 Comunidades de discurso focais

Opostas, em muitos aspectos, às comunidades locais, as comunidades focais são concebidas como associações de pessoas de diferentes regiões, nacionalidades, idades, ocupações e podem ainda ter situações econômicas e formações acadêmicas/educacionais diferentes. São constituídas por agrupamentos mais informais ou mais formais regidos por regras, eleições e/ou perfilhações (filiações adotadas que podem ser, inclusive, pagas).

Nas comunidades focais, a reunião dos seus membros dar-se-á em função de seus *hobbies*, bem como de suas preferências, mas também podem partir da reunião de pessoas por interesses profissionais em comum (SWALES, 2016).

Swales (2016) afirma que os membros que se reúnem, motivados por seus interesses, têm o auxílio das conveniências modernas, a exemplo dos e-mails, redes sociais e celulares, que favorecem a existência dessas comunidades. Já as comunidades focais profissionais destinam-se a unir os membros e a promover-lhes a garantia de sua manutenção (No Brasil, podemos citar algumas associações, a exemplo da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística* e da *Associação de Linguística Aplicada do Brasil*, que propiciam encontros entre pesquisadores de diferentes universidades brasileiras, que apresentam interesses profissionais comuns).

1.2.3 Comunidades de discurso folocais

O terceiro e último tipo de *comunidade discursiva* apresenta tanto características de comunidades *locais* quanto *focais*. Por essa razão, foi nomeado de *folocal*. As comunidades *folocais* são “comunidades híbridas cujos membros têm uma dupla – e, às vezes, dividida – lealdade, pois são confrontados por desafios e pressões internas e externas” (SWALES, 2016, p.6). Isto é, as comunidades discursivas folocais, por conter características híbridas, trazem aos seus membros desafios provocados por pressões internas e externas. Isso significa que os seus membros carregam a tarefa de vincular as demandas de conduta de suas atividades locais às práticas de conduta de suas atividades norteadas pelas orientações dadas a nível nacional e/ou internacional. Desse modo, as práticas e as determinações de funcionamento de uma comunidade são regidas não somente por forças centrípetas, mas também por forças centrífugas. Assim,

À medida que passamos de uma CD para outra, nosso comportamento verbal e social se adapta ao novo ambiente, mas não acredito que isso implique necessariamente que adotemos novas identidades, ou que sejamos, de alguma forma, apenas uma agregação de diferentes personagens (A menos, é claro, que sejamos espíões ou agentes disfarçados)⁴ (SWALES, 2016, p. 7) (Tradução nossa)

⁴ As we move from one DC to another, our verbal and social behavior adapts to the new environment, but I do not believe that this necessarily implies that we adopt new identities, or that we are somehow merely an aggregation of different personae. (Unless, of course, we are spies or undercover agents) (SWALES, 2016, p. 7)

Portanto, participar de diferentes comunidades discursivas, seja por interesses pessoais ou profissionais, é um processo natural em nossas práticas cotidianas. E isso nos leva a perceber as comunidades como ambientes de abertura para membros das mais diversas comunidades. Quando participamos de uma comunidade, tendemos a ter comportamentos linguísticos e sociais que contribuem para sermos aceitos nesse ambiente. Por isso, tendemos a exercer o papel social típico solicitado por uma dada comunidade. Ou seja: as nossas ações retóricas, no interior das comunidades discursivas, são compartilhadas coletivamente, já que uma dada comunidade está em função de propósitos partilhados socialmente. É nesse sentido que Swales (1990; 2016) defende a tese de que os membros de uma comunidade discursiva podem pertencer a outras comunidades e, quando isso acontece, eles angariam um extenso conhecimento sobre o funcionamento dos gêneros advindo do contato com as diferentes comunidades.

1.3 COMUNIDADE DISCURSIVA: NOVA ABORDAGEM SOBRE O CONCEITO

Ao rever a noção de *comunidade discursiva* e ao oferecer uma categorização de diferentes tipos de comunidade, Swales (2016) afirma que os 6 critérios pensados por ele, em 1990, apontavam para uma construção estática de comunidade discursiva, já que não havia levado em consideração as mudanças tecnológicas futuras pelas quais o mundo passaria. Diante de um mundo mais flexível e mediado pelas novas tecnologias, Swales (2016) faz uma reflexão sobre os 6 critérios definidos por ele, em 1990, para categorizar uma comunidade discursiva; e, ao revisitar esses critérios, o autor elenca mais dois novos critérios que comporão a configuração de comunidade no contexto histórico, social e cultural do século XXI.

Os seis critérios caracterizadores para o reconhecimento de uma comunidade discursiva propostos por Swales (1990) foram que uma comunidade: (1) *tem um conjunto de propósitos amplamente acordados*; (2) *apresenta mecanismos de intercomunicação entre seus membros*; (3) *usa seus mecanismos participativos para fornecer informações e feedback*; (4) *utiliza e, portanto, possui um ou mais gêneros para a promoção de seus propósitos comunicativos*; (5) *apresenta léxicos específicos* e (6) *tem a limitação de membros fundamentada no grau de conhecimento relevante de conteúdo e discurso*.

Sobre o primeiro critério, Swales (2016) afirma que uma Comunidade Discursiva apresenta propósitos comuns que são acordados e reconhecidos entre os seus membros. Esses propósitos podem aparecer, de forma explícita, em documentos oficiais, a exemplo

de regulamentos/regimentos publicados por uma dada comunidade, mas também esses propósitos podem ser reconhecidos, de forma tácita, pelos membros de uma comunidade. Ao retomar o estudo sobre Comunidade Discursiva, Swales (2016) sustenta a ideia de que os propósitos podem ser reconhecidos pelos membros de uma comunidade de modo integral ou parcial. E, embora o reconhecimento dos propósitos seja resultante de um acordo consensual entre os membros de uma comunidade, poderá haver divergências entre membros mais experientes e membros iniciantes no que diz respeito às visões distintas sobre o (re)conhecimento de um mesmo propósito.

O segundo critério, utilizado pelo autor para definir Comunidade Discursiva, aborda os mecanismos de intercomunicação entre membros de uma comunidade. Esse critério não sofreu alterações avultosas, pois sem os mecanismos de interação, não teríamos a possibilidade de falarmos na existência de uma comunidade. Dito de outra maneira: os membros de uma comunidade, para interagir, de um modo recíproco, precisam de mecanismos para que haja o engajamento entre seus membros de acordo com suas exigências, a exemplo de reuniões para tomada de decisões para que ações retóricas sejam praticadas em grupo, das trocas de mensagens entre os membros através das mídias sociais, elaboração de informações úteis para os membros de uma comunidade, dentre outros fatores, os meios digitais entram como um aspecto importante na intercomunicação entre os membros de uma comunidade discursiva.

O terceiro critério está associado à relevância dos mecanismos de participação dos membros de uma comunidade tanto no que diz respeito à aquisição quanto no que diz respeito ao fornecimento de informações. Segundo Swales (2016), esse critério ainda é muito inconcluso, uma vez que um membro para atuar, efetivamente, em uma comunidade, não pode desprezar as informações fornecidas pela comunidade da qual faz parte. Esses mecanismos não se prestam apenas como uma forma de fornecimento de informações, mas também para iniciar ações e atividades (como a seleção, a mudança e o desenvolvimento de membros de uma comunidade), gerenciar extinção ou redução das operações de uma comunidade discursiva. Essa função, segundo o autor, não é orquestrada com uma certa frequência. Por isso, esse terceiro critério é concebido, por Swales (2016), como um mecanismo incompleto. Um dos exemplos dados pelo autor é uma série de reuniões que são realizadas por um departamento de uma universidade para a tomada de decisão da extinção ou continuidade de um dado curso (em função do número muito pequeno de matriculados).

No que diz respeito ao quarto critério, os gêneros utilizados para a promoção de propósitos de uma comunidade discursiva, Swales (2016) defende que a associação de gênero com a ideia de posse soa de um modo um tanto estranho, já que não há, segundo o autor, e concordamos com ele, um número ilimitado de gêneros para que uma dada comunidade tenha uso exclusivo deles em suas práticas retóricas. Embora uma comunidade se utilize de um conjunto de gêneros de forma particularizada, porque os grupos tendem a fazer uso dos gêneros de modo que lhes dê uma interpretação com base em suas exigências, os gêneros não são uma propriedade exclusiva de uma comunidade discursiva. O parecer de artigo, objeto de estudo deste trabalho, por exemplo, é utilizado por diferentes comunidades discursivas, por isso esse gênero, bem como outros da esfera acadêmica, não é exclusivo de um dado grupo. Pesquisadores das mais diferentes áreas e que compõem as diferentes comunidades têm acesso ao gênero parecer. E por não ser particular de uma comunidade, é que os pareceres podem sofrer alterações tanto no seu formato estrutural quanto funcional. O que vai apontar a inclinação de um dado valor em uma comunidade são as crenças dos pesquisadores que a compõe.

Além de “possuir” gêneros, uma Comunidade Discursiva, segundo Swales (2016), apresenta terminologias específicas. Ao rever esse critério, o autor aponta que, mesmo diante de um léxico particular, já adquirido ao longo de sua história, uma comunidade poderá obter novos termos, uma vez que uma comunidade opera suas práticas em contextos sociais, históricos e culturais em um determinado momento da história no qual uma dada comunidade está inserida. Portanto, uma comunidade discursiva será caracterizada, de um modo particularizado, pelo léxico especializado utilizado pelos membros que a compõe.

O sexto critério está interligado à *composição mínima de membros de uma comunidade fundamentada no grau de conhecimento relevante de conteúdo e discurso*. Desse modo, a perduração de uma comunidade discursiva depende de uma relação consensual entre membros mais experientes e membros iniciantes. Assim, uma comunidade tem uma hierarquia/estrutura explícita (ou pode ser implícita também) que viabiliza a seleção e a saída de membros de uma comunidade discursiva. Ao rever esse critério, Swales (2016) afirma que a forma como ocorre o gerenciamento de questões importantes para uma comunidade discursiva ameniza a ideia de mecanismo estático assumida na formulação desse critério em 1990.

Ao rever o conceito de comunidade discursiva, olhando para os critérios que auxiliam na identificação de uma comunidade, Swales (2016) propõe algumas mudanças

nessa terminologia, de modo a acomodá-la em uma época em que as relações sociais, por conta das novas tendências tecnológicas, são tão frágeis e instáveis. Procurando acomodar a noção de Comunidade Discursiva no contexto de uma *modernidade líquida* (BAUMAN, 2001), Swales (2016) propõe, além dos seis critérios já revistos por ele, mais dois novos critérios para definição/identificação de uma comunidade, a saber: (7) *Uma Comunidade Discursiva é marcada por percepções silenciosas*; e (8) *Uma Comunidade Discursiva desenvolve horizontes de expectativa*.

Ao propor o sétimo critério (das percepções silenciadas), Swales (2016) afirma que há um sentido nas práticas retóricas dos membros de uma comunidade que não precisa ser explicitado oralmente, nem formulado em forma de documentos escritos. Swales (2016) menciona algumas situações para esclarecer esse novo critério. Dentre elas, cita esta descoberta: “*Bunchosia itacarensis* W R Anderson, sp. Nov.–Tipo: Brasil. Bahia: Mun. Itacaré, 3 km ao S de Itacaré, floresta à beira do mar, Dez fl, Mori et al. 13081 (Holotipo: MICH! CEPEC, NY, não visto)⁵” (Tradução nossa). Ao analisar essa descoberta, o autor afirma que não há a necessidade de dizer a um membro de uma Comunidade Discursiva que essa informação faz parte de uma descoberta, já que a aprendizagem de termos científicos é um processo tácito. Um membro dessa comunidade irá a partir da frase latina abreviada “sp. novembro” e da convenção abreviada em “MICH!” perceber que essa informação se trata de uma nova descoberta realizada pelo pesquisador com uma espécie da Universidade de Michigan. Como essa informação foi inferida a partir de um conhecimento prévio, não foi necessário apresentar informações detalhadas para que essa percepção fosse realizada, por isso a importância da noção de *relações silenciadas* como critério fundamental para o reconhecimento de uma dada Comunidade Discursiva.

No caso da nossa pesquisa, é possível que as *relações silenciosas* se deem entre os atores sociais envolvidos com a publicação de artigos: editores, pareceristas e autores. Em geral, na área de linguística, as diretrizes tanto para autores quanto para pareceristas contém informações bastante resumidas, sendo muitas delas implícitas, pelo fato de se presumir que os membros da comunidade científica são conhecedores dos principais valores e expectativas que orientam a produção de artigos. As diretrizes são lacunares e lacônicas pelo fato de se apoiarem no conhecimento tácito dos seus atores. Entretanto, tais relações silenciosas podem se revelar problemáticas para os pesquisadores iniciantes no

⁵ *Bunchosia itacarensis* W R Anderson, sp. nov.–Type: Brazil. Bahia: Mun. Itacaré, 3 km S of Itacaré, forest at edge of ocean, Dec fl, Mori et al. 13081 (Holotype: MICH! CEPEC, NY, not seen).

processo de submissão de publicação, como também para pareceristas iniciantes no processo de avaliação, porque estes podem buscar apoio para suas decisões apenas em informações contidas explicitamente em diretrizes.

Ao analisarmos esse sétimo critério, vemos uma semelhança entre a ideia de *relações silenciadas* (SWALES, 2016) e a concepção de *percepção dos retores* (JAMIESON, 1973), uma vez que a *percepção dos retores* representa o modo como nós vemos e construímos o mundo, seja de modo explícito ou não. É através de uma percepção coletiva que procuramos quase sempre buscar tipificar as nossas ações para dar uma resposta à uma situação.

O oitavo critério acrescido pelo autor foi o de que uma Comunidade Discursiva envolve os horizontes de expectativas. E são esses horizontes de expectativas que guiarão a compreensão de valores de uma determinada comunidade. Ao falar sobre esse critério, Swales (2016) afirma que uma das suas descobertas no processo de investigação como pesquisador foi o fato de que

os relógios das universidades se movem em velocidades diferentes em diferentes partes de uma universidade. O relógio anda muito devagar no Herbário. Se um botânico quiser pedir emprestado alguns espécimes de Michigan, ele precisa concordar em mantê-los por pelo menos dois anos e pode, na verdade, mantê-los por décadas. Os livros de referência que os botânicos sistemáticos empregam para identificar as plantas que estão estudando têm uma vida útil de décadas. Um grande projeto, para descrever todas as plantas do oeste do México, começou em 1946 e continuou até alguns anos atrás. No ELI, o prazo de validade de produtos, normalmente livros didáticos e resultados de pesquisas, dura cerca de 5 a 10 anos antes de serem revisados ou substituídos. Enquanto estiver no Centro de Computação, a vida útil dos manuais de computador etc., geralmente é apenas uma questão de meses antes que uma atualização seja feita ou alguma retificação seja incorporada. Outra descoberta foi que os botânicos utilizaram um conjunto de gêneros acadêmicos muito diferente daqueles aos quais eu estava acostumado (SWALES, 2016, p.2)⁶ (Tradução nossa)

⁶ university clocks move at different speeds in different parts of a university. The clock goes very slowly in the Herbarium. If a botanist wants to borrow some specimens from Michigan, he or she needs to agree to keep them for at least two years, and may actually keep them for decades. The reference books that the systematic botanists employ for keying out the plants they are studying have a shelf-life for decades. One major project, to describe all the plants of western Mexico, began in 1946 and was still continuing up to a few years ago. In the ELI, the shelf-life of its products, typically textbooks and tests, runs some 5–10 years or so before they are revised or replaced. While in the Computer Center, the shelf-life of computer manuals etc., is often just a matter of months before an update appears or some patch is incorporated. Another discovery was that the botanists utilized a very different set of scholarly genres from those to which I had become accustomed (SWALES, 2016, p.2)

Essas observações nos levam a perceber que um ponto de importância, dentro das comunidades discursivas, é aquilo que os membros, que constituem as comunidades, concebem como valor(es) importante(s) para que haja uma intercomunicação entre eles. Nesse sentido, cada comunidade apresenta, seja tacitamente ou explicitamente, suas crenças. E são os horizontes das expectativas que possibilitam os membros de uma comunidade perceberem o que será mais adequado (ou não) para o dinamismo das ações práticas desenvolvidas por eles nas diferentes situações retóricas. Essa ideia dialoga, a nosso ver, com a tese de Devitt (2004, p.78) de que o gênero mostra “(...) como muitas pessoas no grupo agem ou se espera que elas ajam e no que muitos de seus membros acreditam, ou agem como se eles acreditassem, ou pensam que eles devem acreditar”. Por isso, Devitt (2004) defende que é justamente a mistura de comportamento e expectativas que caracteriza os valores, epistemologia e poder de relacionamento dos grupos.

A reconfiguração do reconhecimento dos critérios definidores de comunidade discursiva, realizada por Swales (2016), aponta que uma comunidade discursiva não é estática, uma vez que a definição e o reconhecimento de uma dada comunidade sofrem influências do contexto histórico, social e cultural de uma dada época. Desse modo, os critérios adotados hoje poderão ser revistos em um momento futuro, já que vivemos em um mundo com mudanças constantes.

Em nossa pesquisa, consideramos o parecer de periódicos da área de linguística como sendo um gênero que faz parte do universo acadêmico, uma vez que os periódicos, no Brasil, têm seu funcionamento associado aos Programas de Pós-graduação e os pareceres de artigos são feitos por professores/pesquisadores que também fazem parte da comunidade acadêmica. Assim, concordamos com Pacheco (2020), quando ele afirma que uma comunidade acadêmica é uma comunidade discursiva, pois

o cerne de suas atividades gravita em torno de suas práticas discursivas. No entanto, não podemos conceber a comunidade acadêmica de forma uníssona, haja vista que a universidade é constituída por diversas áreas disciplinares que apresentam especificidades quanto à construção do conhecimento e à utilização dos gêneros por sua comunidade discursiva particular (PACHECO, 2020, p. 63)

Portanto, para compreendermos como uma determinada comunidade discursiva funciona, precisamos olhar para as particularidades culturais das diferentes áreas do conhecimento do universo acadêmico. Nesse sentido, a compreensão do gênero parecer na área de linguística deve levar em consideração as práticas retóricas e as crenças que

tipificam esse gênero nesse campo do conhecimento. Por isso, abordaremos também algumas discussões sobre as crenças e a noção de cultura disciplinar no próximo capítulo.

2 CRENÇAS E CULTURA DISCIPLINAR

2.1 CRENÇAS

Ao trazermos a noção de crença como ponto de discussão para a nossa pesquisa, o nosso intuito é compreender como se dá a crença sobre um dado objeto dentro de uma dada esfera ou cultura acadêmica.

Quando fazemos afirmações e temos a convicção de que elas são verdadeiras, estamos diante de algo que tomamos como verdade. Essa adesão a um conhecimento convicto da verdade é o que se toma socialmente como crenças (PEHKONEN; PIETILA, 2003). Pautando-se nessa concepção, os autores defendem a ideia de que a crença é um tipo de conhecimento subjetivo, já que é baseado na experiência das pessoas. Essa definição dialoga com a concepção de crença de Raymond e Santos (1995), quando estes afirmam ser a crença um modo de julgamento pessoal formulado a partir de nossas experiências.

As crenças estão relacionadas ao que acreditamos ser verdade e, por isso, elas não são passíveis de contestação. Nesse sentido, as afirmações que tomamos como convictas não são percebidas por nós com um olhar de criticidade. Ademais, as crenças estão associadas às nossas atitudes, expectativas e experiências pessoais (NESPOR, 1987). Ao contrário do autor, acreditamos que as pessoas, que apresentam suas crenças fundadas em um determinado tipo ideologia, tendem a contestar as crenças de um outro grupo que divergem das suas e as enxergam com um olhar crítico.

A literatura afirma haver inúmeras evidências de que as crenças orientam nossas práticas em sala de aula. Na esfera internacional e, timidamente, no cenário nacional, há estudos sobre as crenças dos professores e suas práticas em sala de aula (BRICKHOUSE, 1990; KAPLAN, 1991; PEPIN, 1999; SKOTT, 2015). Acreditamos que não somente as práticas de sala de aula são guiadas por nossas crenças, mas também todo e qualquer tipo de prática na qual estamos submersos.

Quando falamos em crenças, de uma forma mais generalizada, tendemos a olhar de modo mais cristalizado para essa terminologia. No entanto, há que se considerar que as crenças apresentam características diferentes a depender da esfera/campo ou das culturas nas quais elas existem. Por isso, é preciso que especifiquemos o tipo de crença ao qual estamos nos referindo. É, através dessas especificações, que saberemos, ao certo,

se estamos nos referindo às crenças religiosas, crenças políticas, crenças epistêmicas, para, então, compreendermos um tipo particular de crença.

No caso do mundo acadêmico e do mundo da pesquisa, por conta de valores e de comportamentos típicos dessa esfera, é bastante provável que as crenças tenham características que lhes são peculiares. Por exemplo, advoga-se muito, no mundo científico, que o conhecimento é contingente e passageiro, o que leva os cientistas a buscarem renová-lo o tempo todo.

Há uma crença, no mundo da ciência, de que a verdade não é absoluta, uma vez que se considera a noção de verdade associada a uma certa relatividade. Isso é uma crença. E essa crença atua sobre os comportamentos das pessoas que fazem parte do mundo acadêmico. Assim, as pessoas acreditam que uma explicação pode ser refeita/revista/aprimorada. Ora, isso é uma crença sobre o conhecimento científico. Esse tipo de crença se diferencia das crenças religiosas, uma vez que, no campo religioso, as pessoas, em geral, tomam o conhecimento como um dogma, como algo que não é passível de contestação.

O surgimento da ciência moderna é marcado pela crença de que a ignorância é importante, pois é muito importante pensar sobre aquilo que não se tem conhecimento ainda. Ou seja, há uma transformação sobre o modo como se trata o conhecimento (HARARI, 2015).

Maggioni, Vansledright e Alexander (2009) afirmam que as crenças epistêmicas estão relacionadas ao processo cognitivo que habilita os indivíduos a considerar os critérios, os limites e a certeza do conhecimento. Dito de outra maneira: a forma como os indivíduos valorizam o conhecimento marca suas crenças sobre o que é importante conhecer dentro de uma comunidade e, mais do que isso, como o conhecimento é, comumente, obtido e/ou aplicado numa dada área do saber. Essa concepção de crença nos ajuda a compreender o que se concebe, dentro dos estudos sobre gêneros acadêmicos, como cultura disciplinar. Isso ocorre pelo fato de uma cultura disciplinar estar relacionada às crenças sobre o conhecimento em comunidades específicas no mundo científico.

Assim, como discutiremos mais detalhadamente mais a frente, alguns grupos de pesquisa têm trabalhado na perspectiva de explicar/descrever os valores dados aos gêneros, a exemplo de projetos de pesquisa (CATAPHORA-UFPI) e de artigos científicos (DILETA-UECE), olhando para as diferentes culturas disciplinares investigadas. Desse modo, as crenças epistêmicas sobre o valor do conhecimento, seja em projetos de

pesquisa, seja em artigos, são diferentes quando visualizamos as percepções de pesquisadores de culturas disciplinares diferentes.

Hofer (2002) defende a ideia de que a forma como concebemos o conhecimento está relacionada ao modo como nós estruturamos nossos valores (nossas crenças) sobre o processo de ensino e aprendizagem em um dado campo do saber. Essa noção se alinha, a nosso ver, com a noção de cultura disciplinar, uma vez que a depender do campo do conhecimento, teremos crenças diferentes sobre o funcionamento de um dado gênero. Desse modo, por exemplo, quando falamos de artigo ou de projeto, embora utilizemos um mesmo nome, com funções gerais reconhecíveis, temos formas específicas para descrever/explicar um artigo ou projeto quando levamos em consideração o que é importante (o que é visto como valor) em áreas do conhecimento diferentes.

Sobre crenças epistêmicas, levando em consideração o conhecimento entre futuros professores da área de História, temos que

Quando se consideram os modos pelos quais as pessoas pensam sobre a história, é importante reconhecer os seus entendimentos epistemológicos em torno da natureza do conhecimento deste campo. Especificamente, é importante considerar as relações entre o investigador – o conhecedor, e o passado – o que está por conhecer. Tais dimensões representam maneiras de conhecer, que ditam como e o que o aprendiz constrói como conhecimento (VANSLEDRIGHT; REDDY, 2014, p.75)

Nesse sentido, a compreensão das crenças valoradas, dentro de um dado grupo disciplinar, é um fator primordial no processo de construção do conhecimento, uma vez que somos nós, em um processo de aprendizagem coletiva, que construímos e reconhecemos o que será tido como valor na área do conhecimento da qual fazemos/faremos parte. Cabe lembrar que esse construto do conhecimento é consolidado, no interior das comunidades acadêmicas, por membros reconhecidos como experientes.

Assim, alguém que irá fazer parte (ou participará) como um membro novato de uma comunidade acadêmica específica não tem forças para modificar o que já foi instituído como valor em uma área do conhecimento. Uma mudança de valor poderá ocorrer. Mas, para isso, é preciso que haja uma convenção que parta de uma decisão advinda do coletivo. A alteração de mudança pode/poderá partir do nível do indivíduo, porém, ela só será internalizada por uma comunidade se o grupo de pesquisadores tornar creditada uma dada mudança de crença como um novo valor dentro de uma determinada comunidade acadêmica.

O termo cultura tem sido bastante estudado por antropólogos há mais de um século. A partir da preocupação de sociólogos com as sociedades contemporâneas, estudos sobre culturas de grupo surgiram, possibilitando uma melhor compreensão da cultura de uma organização e/ou instituição. Com isso, uma maior literatura sobre a ideia de cultura como conhecimento compartilhado e uma associação de cultura a crenças e suposições apareceram na década de 1970 (GODFREY, 2003).

A noção de cultura é importante para a nossa pesquisa pelo fato de as crenças presentes nos pareceres da área de linguística não serem, assim acreditamos, práticas valorizadas igualmente em todas as áreas do campo da pesquisa. Acreditamos que os pareceres, também, apresentam práticas consensuais dos membros de uma dada comunidade, mas que podem ser diferentes das crenças concebidas em outros campos de conhecimento. Por isso, faremos, na próxima seção, uma discussão sobre cultura disciplinar.

2.2 CULTURA DISCIPLINAR

Estudos sobre as crenças nas diferentes áreas do conhecimento têm sido estudadas há mais de três décadas. E as motivações para os estudos sobre as práticas de escrita em diferentes culturas disciplinares estão associadas à expansão e ao acesso ao ensino superior (PACHECO, 2020).

Em geral, alunos que iniciam a vida acadêmica apresentam dificuldades com as práticas letradas exigidas nas universidades. Normalmente, um aluno que inicia a vida acadêmica é convidado a produzir gêneros como resenhas e artigos, mas, por estar habituado a outros tipos de práticas durante a vida escolar (no ensino básico) sente dificuldades com as novas práticas da vida acadêmica. Ainda há que se considerar que, a depender da disciplina e da prática de um dado professor, as orientações em torno da produção de um mesmo gênero podem ser diferentes, o que proporciona dúvidas durante o processo de aprendizagem das práticas letradas das pessoas que estão se inserindo na vida acadêmica.

Isso ocorre porque, no ambiente acadêmico, pairam crenças e propósitos diferentes a depender da área na qual um aluno está imerso. Cada área apresenta práticas de escrita específicas do seu campo e o processo de aprendizagem de um dado gênero, na vida acadêmica, depende das crenças que os membros de uma da cultura disciplinar

valorizam (YLIZOKI, 2000; MORALES, CASSANY, 2008). Desse modo, há variações nas práticas de escrita de um artigo ou de um projeto quando estamos diante de áreas como matemática, letras, medicina etc. Por isso, concordamos com Navarro (2014) quando ele afirma que, para fazermos parte de uma cultura disciplinar específica, precisamos conhecer as práticas de leitura e de escrita consensuais dentro da comunidade da qual pretendemos fazer parte.

Desse modo, a escrita não deve ser ensinada a todos os estudantes de forma genérica, desconsiderando os contextos específicos de formação em que se encontram, mas com base nas suas necessidades disciplinares (SILVA, REINALDO, 2016). Seguindo essa linha de raciocínio, os gêneros que fazem parte da vida acadêmica, nas universidades, apresentam características específicas dentro de suas disciplinas, uma vez que os gêneros são formas de divulgação (e da própria realização) das práticas dos membros que constituem uma dada cultura disciplinar. Sobre cultura acadêmica, Clark (1980) afirma que

Todas as entidades sociais têm um lado simbólico, uma cultura bem como uma estrutura social, mas em formas e graus muito variados. Nas organizações formais, diferentes estruturas e tecnologias dão diferentes formas e conteúdos às crenças pelas quais as pessoas definem quem são, o que estão fazendo e se foram abençoadas ou amaldiçoadas. Tais organizações "normativas" como igrejas e associações voluntárias sem fins lucrativos... dependem consideravelmente de crenças comuns para motivar as pessoas e mantê-las vinculadas... Mas o lugar de crença é complicado, pois há muita variação na força ideológica dentro de qualquer setor importante das organizações e muita sobreposição entre os setores ⁷ (CLARK, 1980, p.4) (Tradução nossa)

Nesse sentido, Clark (1980) defende que os sistemas acadêmicos são ricos de ideologias. E isso se deve, em parte, porque as universidades fornecem uma pluralidade de agrupamentos homogêneos alinhados àquilo que se acredita como parte constitutiva de um trabalho. E é assim que cada grupo constrói a cultura como parte de interesses

⁷ All social entities have a symbolic side, a culture as well as a social structure, but in widely varying form and degree. In formal organizations, different structures and technologies give different forms and contents to the beliefs by which people define who they are, what they are doing, and whether they have been blessed or cursed. Such "normative" organizations as churches and non-profit voluntary associations, weak in instrumental rewards and coercive bonds, depend considerably on common beliefs to motivate people and hold everything together, more than do business firms and prisons. But the place of belief is complicated, since there is much variation in ideological strength within any major sector of organizations and much overlap among sectors (CLARK, 1980, p.4).

próprios. Assim, o pesquisador afirma que um professor de alemão pode participar de diferentes culturas: pode fazer parte da cultura da física, da cultura acadêmica em geral, da cultura da instituição da qual um profissional faz parte, bem como da cultura acadêmica nacional alemã. Além disso, ainda há identificações outras, a exemplo da identificação política e social. Diante desses diferentes tipos de culturas, Clark (1980) defende a ideia de que as ideologias são sistematizadas dentro de uma dada cultura. Por isso, o autor distingue cultura em quatro diferentes tipos, quais sejam: cultura da disciplina, cultura da profissão, cultura da instituição e cultura do sistema.

Clark (1980), ao falar sobre a cultura da disciplina, afirma que uma maior organização das disciplinas acadêmicas e das áreas de conhecimento resultam de avanços ocorridos no mundo acadêmico. A crescente especialização que o mundo moderno testemunhou (e testemunha) nas mais diversas áreas do conhecimento está interrelacionada a um aumento da transformação de conhecimentos gerais de uma área em suas especialidades e, conseqüentemente, das especialidades em subespecialidades.

Os especialistas de uma dada área são membros de disciplinas e veem os seus departamentos e instituições como elementos que fazem parte das disciplinas. Nesse sentido, Clark (1980) menciona como exemplo um departamento de psicologia de uma universidade americana que se subdivide em subdepartamentos organizados em torno de subáreas como a psicologia fisiológica (assume uma perspectiva das ciências naturais) e a psicologia da personalidade (que se orienta através das ciências sociais). Essa mesma universidade pode dar origem a novos departamentos e novas disciplinas a serem potencialmente incorporadas na comunidade acadêmica. À medida que novos conhecimentos atraem adeptos, um novo nicho na academia será formado, o que possibilita a criação das disciplinas e subdisciplinas. Para o pesquisador, a disciplina tem poderes que possibilitam uma vinculação entre seus membros maior que a vinculação institucional. Para ele, é menos custoso deixar uma instituição do que uma disciplina, uma vez que “abrir mão” de uma disciplina significa deixar de lado a expertise e a identidade de uma área duramente conquistadas.

Para Clark (1980), a identidade, por exemplo, de um físico, de um economista ou do historiador da arte é adquirida pela socialização decorrente de um campo particular, seja como estudante, seja pela socialização decorrente do seu fazer no trabalho, bem como pela interação entre colegas de uma mesma disciplina. A absorção das particularidades de uma especialidade colabora com o processo de criação de um modo de vida. Visto

dessa maneira, as culturas, dentro do campo acadêmico, surgem a partir das diferenças entre as peculiaridades das diversas disciplinas. Assim, as disciplinas apresentam formas de organização como um meio de conectar especialistas de diferentes instituições.

Outro tipo de cultura menciona por Clark (1980) é a cultura profissional. Esse tipo de cultura está associado à ideia de “liberdade acadêmica”, pois ela abrange todas as disciplinas. Além disso, uma profissão é criada a partir de deveres comuns na academia. Já a cultura disciplinar está associada à ideia de “liberdade científica”, uma vez que o avanço do conhecimento ocorre de forma sistematizada nas diferentes áreas do conhecimento. Ao distinguir cultura disciplinar da cultura profissional, Clark (1980) defende que a principal diferença entre essas duas culturas está associada à ideologia de “liberdade acadêmica” e “liberdade científica”.

O terceiro tipo de cultura acadêmica é a cultura institucional, a qual é associada ao âmbito das universidades e faculdades. Para o autor, a cultura institucional varia muito em força e conteúdo dentro de um sistema nacional. Assim, o valor simbólico de uma instituição pode ser afetado por aspectos como: organização, rigidez da organização, idade e produção de conhecimento. No Brasil, este sistema de forças é bastante visível quando se compara universidades mais antigas, como USP, UFRJ, criadas há quase 100 anos, e universidades criadas nas duas últimas décadas em cidades de porte médio no norte e nordeste do país. Provavelmente em universidades como USP, UNESP e UNICAMP, que detém altos índices de produção de conhecimento, haja uma cultura institucional bem estabelecida, com um claro sentimento de pertencimento entre seus pesquisadores.

O quarto tipo de cultura discutida pelo pesquisador é a “cultura do sistema”. Nesse tipo de cultura, há uma organização mais ligada ao contexto nacional. O autor menciona como exemplo a vida acadêmica italiana nos séculos XIX e XX. Na Itália, afirma Clark (1980), um conjunto de crenças ligadas à política e não aos interesses dos alunos. Nesse contexto da história acadêmica italiana, a universidade era um lugar em que os interesses dos professores estavam acima de qualquer outro interesse. Desse modo, o aluno era posto, nesse sistema, em um espaço secundário, já que era visto como alguém somente na condição de aprendiz. E isso virou uma tradição nos espaços acadêmicos desse país. Havia um controle oligárquico dentro da academia que era típico do sistema da política nacional na época.

Clark (1980) também menciona a vida acadêmica polonesa. Segundo ele, na Polônia, por causa da ausência de um estado, a identidade da vida acadêmica foi mantida, durante muito tempo, por professores e membros da igreja católica. Assim, tanto os professores quanto a igreja permaneceram respeitados e mais próximos de um núcleo nacionalista do que outras sociedades. Por isso, na Polônia, ao contrário de países com regimes autoritários, os grupos apresentavam ideais de vida fundadas em um respeito difundido e profundamente enraizado nos símbolos da liberdade e da nação. Segundo ele, existe uma tradição polonesa no ensino superior que não é resultante das culturas da disciplina, profissão e instituição. Os sistemas nacionais de ensino superior, na Polônia, variam, principalmente, em conteúdos culturais: científico x humanístico, restrito x abrangente, erudição x aplicação pragmática.

O autor discute ainda sobre a proliferação e a fragmentação da cultura acadêmica. Sobre esse aspecto, ele afirma que a tendência básica da cultura acadêmica é a fragmentação do conhecimento em partes, em subdivisões. Essa subdivisão resulta de um número cada vez maior de necessidades e interesses variados. Assim, o autor afirma que, à medida que novos campos como linguística biofísica, estudos ambientais e estudos urbanos se multiplicam, a subcultura avança rapidamente, com cada disciplina delimitando seus princípios de pensamento em torno de certas facetas da realidade e adotando suas próprias maneiras de ver o mundo. De fato, essa segmentação em subculturas disciplinares oferece dificuldades para entendimento mútuo entre participantes da vida acadêmica.

Os textos nos dão pistas das atividades disciplinares, pois as regularidades textuais, que permeiam uma cultura disciplinar, oferecem vestígios das práticas que norteiam as interações em uma disciplina. Desse modo, os textos produzidos por pesquisadores que fazem parte de um grupo disciplinar refletem as práticas e as crenças valorizadas nesse grupo. Nós, enquanto pesquisadores, precisamos de experiências sensoriais do mundo. E essas experiências estão associadas a princípios e recursos culturais para que os grupos organizem aquilo que é visto como crença ou discurso de uma disciplina (HYLAND, 2004). É nesse sentido que é construído o conhecimento dentro de uma tribo ou grupo social. São as práticas disciplinares de cada disciplina que as particularizam. São essas práticas que viabilizam a existência das tribos acadêmicas (BECHER; TROWLER, 2001). Nesse sentido, eles defendem que, dentro de cada cultura disciplinar, os pesquisadores obtêm competências de

discurso especializadas que lhes permitirão ser membros de um grupo disciplinar. E as culturas tomam dimensões particularizadas a partir de dimensões sociais e cognitivas, que possibilitam as diferenças não somente na forma de sistematizar o conhecimento, mas também no modo como organizam seus propósitos, comportamentos e relações de poder.

Hyland (2004) afirma que as comunidades de discurso não são monolíticas e unitárias, uma vez que são compostas por indivíduos especializados, influentes e com experiências diversas. Por isso, as disciplinas representam instituições humanas, onde as ações e compreensões do conhecimento são influenciadas tanto pelo indivíduo quanto pela interação entre eles e, também, pelos aspectos sociais e culturais que os permeiam. Para o autor, a noção de comunidade, embora venha sendo contestada, é uma importante influência na interação social. E o discurso de uma comunidade, por ser algo socialmente situado, ajuda escritores e leitores a tomar decisões sobre o que expressar em seus próprios textos em termos de como posicionarão discursivamente e do que irão supor. Hyland (2004), fundamentando-se em Foucault (1972), diz que os discursos disciplinares são particularizados e autoritários, pois os grupos disciplinares criam seus textos de um modo que suas disciplinas sejam exibidas para fins de comunicação com os seus pares. Hyland (2004) associa essa ideia às relações de poder, uma vez que as suposições não ditas, escondidas em um texto, são a base para uma ação cooperativa nos grupos sociais. Desse modo,

“As formas que os escritores escolheram para representar a si mesmos, seus leitores e seu mundo, como eles buscam o avanço do conhecimento, como eles mantêm a autoridade de sua disciplina e os processos pelos quais eles estabelecem o que deve ser aceito como verdade substantiada, uma contribuição útil e um argumento válido são todas as ações práticas culturalmente influenciadas e questões para o acordo da comunidade.” (HYLAND, 2004, p.11)⁸
(Tradução nossa)

Nesse sentido, o autor reforça a tese de que as ações práticas de escrita dos pesquisadores que fazem parte de uma disciplina não são uma questão de estilo pessoal, mas resultantes do reconhecimento de uma comunidade ao adotar uma

⁸ The ways that writers chose to represent themselves, their readers and their world, how they seek advance knowledge, how they maintain the authority of their discipline and the processes whereby they establish what is to be accepted as substantiated truth, a useful contribution and a valid argument are all culturally influenced practical actions and matters for community agreement. (HYLAND, 2004, p.11)

determinada forma de ver o conhecimento para expressar suas crenças e os seus valores. Assim, as ações retóricas presentes nos textos refletirão as crenças da cultura disciplinar da qual a pessoa responsável pelo texto faz parte. Vemos conexão entre a concepção de cultura disciplinar, de Hyland (2004), e a definição de cultura, de Miller (2009), uma vez que cultura, para Miller (2009, p.47) é “um ‘modo particular de vida’, em um certo tempo e lugar, experienciado em toda a sua complexidade por um grupo que compreende a si mesmo como um grupo identificável”. Desse modo, os membros que fazem parte de um grupo disciplinar se integram aos grupos a partir de particularidades socialmente reconhecidas, tipificadas e aceitas pelos sujeitos que integram uma cultura.

Por isso, os textos - que fazem parte de um mesmo gênero - não podem ser chamados de tipos de textos, pois os gêneros, como defende Fairclough (2001 [1992]), apresentam práticas particulares daqueles que os produzem. Então, analisar um gênero implica, também, perceber como cada disciplina valoriza e define o conhecimento. É nesse sentido que as interações entre pesquisadores - que ocorrem através das atividades de escrita acadêmicas - simbolizam o conhecimento das convenções epistemológicas dos grupos. Portanto, o conhecimento acadêmico está associado às crenças que orientam e definem as práticas de uma disciplina.

Desse modo, os gêneros não apenas nos revelam algo sobre as particularidades da comunidade que influencia a interação por meio de um contexto cultural, mas também nos mostram como os membros de um grupo entendem o aqui e o agora da interação (o contexto da situação). São através dos gêneros utilizados pelos grupos disciplinares que percebemos as maneiras como os membros elaboram retoricamente a proximidade e os posicionamentos dos discursos (HYLAND, 2015). Essa ideia dialoga com a associação que Miller (2009) faz entre gênero e artefato cultural, uma vez que Miller (2009) afirma que

Chamar gênero de *artefato cultural* é um convite a vê-lo da forma como um antropólogo vê um artefato material de uma civilização antiga, como um produto, que tem funções particulares, que se encaixa dentro de um sistema de funções e de outros artefatos. Assim, muito do que sabemos sobre a cultura da Grécia Antiga, aprendemos de padrões recorrentes – na cerâmica, na escultura e na arquitetura, assim como no discurso (MILLER, 2009, p.49)

Nesse sentido, gêneros são artefatos, porque apresentam um significado atribuído por um grupo de pessoas. E esse grupo apresenta, nos gêneros, suas crenças, comportamentos, linguagem particularizada, normas. Desse modo, os gêneros estão

interligados à uma organização social. Visto dessa maneira, os gêneros, utilizados pelas diferentes culturas disciplinares, reforçam a identidade de seus grupos e, por isso, a cultura de um grupo não é individual, pois, como afirma Hofstede (1997), a cultura é uma programação coletiva que diferencia os membros de um grupo de outro. Portanto, os gêneros são uma representação dos valores e significados do comportamento dos grupos sociais, porque fazemos uso dos gêneros de forma socializada, de modo convencional. Tratar o gênero como um artefato cultural significa dizer que as ações retóricas são uma resposta a uma situação tipificada, padronizada pelos sujeitos que interagem socialmente e percebem semelhanças entre situações. Assim,

Como portadores de cultura, esses artefatos literalmente incorporam conhecimento – conhecimento sobre estética, economia, política, crenças religiosas e todas as várias dimensões daquilo que conhecemos por cultura humana. Como intérpretes-historiadores, antropólogos – nós, no século XX, devemos tentar reconstruir o saber que conduz ao conhecimento desses padrões como significativos e inter-relacionados. Fazemos inferências a partir de artefatos específicos, ou de ações específicas, sobre a cultura através de seu conjunto de gêneros (MILLER, 2009, p.49)

Desse modo, a autora defende que a perspectiva de gêneros, defendida por ela, apresenta implicações para a educação retórica, já que aquilo que aprendemos, quando estamos diante de um determinado gênero, não são apenas um padrão de formas. É mais do que isso. Aprendemos, segundo Miller (2009), quais propósitos pretendemos abarcar. É nessa busca de fins a serem alcançados que aprendemos a elogiar, pedir desculpas, recomendar uma pessoa a outra, dentre outros aspectos. Com a educação retórica, aprendemos também compreender as situações nas quais estamos submersos e visualizamos respostas que tendem para o fracasso ou para o sucesso. Mas só compreendemos isso através do agir coletivo. É através da recorrência e desse agir junto que um gênero incorpora crenças culturais de um dado grupo. Por isso, enfatiza Miller (2009), um gênero, como artefato cultural, pode ser, para um crítico, tanto um aspecto revelador de padrões culturais como uma forma de apontar as realizações de falantes e escritores em situações particulares, mas também, os gêneros podem servir como formas de compreensão de como participar das ações de um dado grupo ou comunidade quando se trata da percepção de alunos, por exemplo.

Levando em consideração nosso objeto de estudo, podemos afirmar que o gênero parecer é um exemplo típico de artefato cultural, mas não um artefato que nos possibilita entender uma cultura mais ampla, como defende Miller (2009), mas um artefato de cultura disciplinar tendo em vista que os pareceres, por um lado, revelam a visão de pesquisadores experientes sobre como fazer e divulgar pesquisas e, por outro, funcionam como guias para a aculturação de novos membros. Supomos que é possível conhecer de perto uma cultura disciplinar (ou subdisciplinar) observando as crenças manifestas nos pareceres e, no geral, atendidos nas versões revistas dos artigos. É por isso que um dos objetivos desta tese é justamente buscar entender como o artefato cultural parecer de periódico funciona sociorretoricamente num recorte específico da comunidade linguística no Brasil.

As ações retóricas dos membros de um grupo, a nosso ver, ajudam a revelar as crenças que caracterizam as práticas típicas dele. Dessa maneira, uma pessoa que deseja fazer parte de um campo específico em uma universidade precisa seguir a forma de agir e o discurso reconhecidos e validados por uma dada comunidade acadêmica. Sobre essa questão, Clark (1980), ao escrever sobre as práticas disciplinares no/do ensino superior, observou que é em torno das especificidades de cada disciplina que o corpo docente revela suas crenças. Isso porque, para o pesquisador, à medida que os trabalhos e os pontos de vista se atrelam às especificidades, nós, como profissionais da vida acadêmica, temos menos coisas em comum, tanto no que diz respeito à formação quanto aos problemas vivenciados no cotidiano acadêmico. O autor enfatiza ainda o fato de que um profissional de uma disciplina tem menos impulso para interagir com outros de áreas diferentes do que com aqueles que estão inseridos em seu mesmo campo do conhecimento.

Pautando-se nisso, Clark (1980) afirma que precisamos deixar de lado a ideia de comunidade e cultura homogênea, uma vez que cada comunidade acadêmica apresenta formas de agir diferentes. Por isso, defende ele, deveríamos nos concentrar no conjunto de subculturas disciplinares que fazem parte da vida docente. E

Se compreendermos a dinâmica da cultura, teremos menos probabilidade de ficar confusos, irritados e ansiosos quando encontrarmos o comportamento desconhecido e aparentemente irracional das pessoas nas organizações, e teremos uma compreensão mais profunda não apenas do porquê de vários grupos de pessoas ou organizações podem ser tão diferentes, mas também porque é tão difícil mudá-las (SCHEIN, 1992, p. 4-5)⁹ (Tradução nossa)

⁹ If we understand the dynamics of culture, we will be less likely to be puzzled, irritated, and anxious when we encounter the unfamiliar and seemingly irrational behavior of people in organizations, and we will have

É nesse sentido que Schein (1992) define o que ele nomeou de cultura organizacional. Para o pesquisador, a cultura organizacional é um padrão de suposições básicas que são compartilhadas por um grupo. Esse grupo consegue resolver problemas e a forma de resolução passa a ser concebida como válida pelos membros do grupo. E essa forma de resolver um problema é transmitida aos novos membros como a maneira adequada de perceber, sentir e resolver um problema. Por isso, para o autor, os processos culturais estão por trás do que acontece nas organizações. A cultura organizacional ajuda os membros de um grupo a filtrar a compreensão de seu mundo.

Acreditamos estar nessa ideia comprada por Clark (1980) e por outros autores que trabalham com a ideia de cultura disciplinar, a exemplo de Hyland (2004; 2015), Becher e Trowler (2001), umas das nossas motivações para estudar as crenças dos pareceristas na área de linguística, pois a prática de elaborar um parecer não é única, tendo em vista as particularidades de cada área disciplinar.

O termo Cultura Disciplinar é

Um conjunto comum de suposições, atitudes, definições, epistemologias e crenças mantido por membros de uma comunidade disciplinar acadêmica (como química ou sociologia), que é transmitido tacitamente a novos membros e que molda suas visões da natureza, produção, transmissão e compartilhamento de conhecimento (STARR-GLASS, 2022, p. 82)¹⁰ (Tradução nossa)

Dito de outra maneira, as crenças que viabilizam as práticas retóricas de uma comunidade discursiva revelam as tendências ideológicas de seus membros. E a partir de tipificações identitárias, os membros de uma comunidade agrupam-se. É nesse sentido que surgem as tendências particulares de uma dada comunidade. Sobre essa questão, discutiremos na próxima seção algumas tendências disciplinares em diferentes áreas do conhecimento no Brasil.

2.3 CULTURA DISCIPLINAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

a deeper understanding not only of why various groups of people or organizations can be so different but also why it is so hard to change them. (SCHEIN, 1992, p. 4-5)

¹⁰ Disciplinary Culture: A common set of assumptions, attitudes, conceptualizations, epistemologies, and values held by members of an academic disciplinary community (such as chemistry, or sociology), which is tacitly transmitted to new members and which shapes their views of the nature, production, transmission, and sharing of knowledge. (STARR-GLASS, 2022, p. 82)

No Brasil, um dos trabalhos pioneiros a investigar questões ligadas a culturas disciplinares foi a tese de doutorado de Desirèe Mota-Roth, intitulada *Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry, and economics*, defendida no ano de 1995, na - Universidade Federal de Santa Catarina. Na tese, Motta-Roth (1995, p. 6), fez uma análise das relações entre retórica e discursos disciplinares em resenhas acadêmicas, escritas em inglês, nas áreas de lingüística, economia e química. A conclusão principal da tese foi que:

As variações específicas em cada disciplina sugerem a necessidade de se desenvolver programas de ensino de línguas para fins acadêmicos que explorem as características macroestruturais de gêneros textuais, sem deixar de considerar as idiossincrasias das práticas discursivas em cada disciplina. Concluiu-se que a apropriação de um mesmo gênero textual responde à organização epistemológica da área de conhecimento específica, evidenciando-se assim as conexões entre texto e contexto de produção. A exploração da diversidade de valores e recortes epistemológicos das culturas disciplinares pode contribuir para a formação de leitores e escritores mais críticos em relação às práticas discursivas encontradas em textos acadêmicos em suas respectivas disciplinas. (MOTA-ROTH,1995, p. 6)

Desde esta época, muitos outros trabalhos foram sendo desenvolvidos em diversas universidades brasileiras, os quais têm procurado descrever como se dá o funcionamento da produção de escrita de artigos acadêmicos, de projetos de pesquisa e de outros gêneros em diferentes culturas disciplinares, a exemplo dos grupos de pesquisa DILETA (UECE), CATAPHORA (UFPI). As pesquisas desenvolvidas no âmbito desses grupos têm trazido à tona as variações de um mesmo gênero quando se trata de culturas disciplinares diferentes. A nosso ver, compreender essas variações são fundamentais para que possamos compreender as crenças de membros que compõem uma dada cultura. Por isso, a seguir, mostraremos alguns dos achados desses dois grupos, pois entendemos que as descobertas sobre o funcionamento de gênero, levando em consideração práticas de escrita particulares de uma cultura disciplinar, são fundamentais para que membros iniciantes possam compreender como agir e se inserir em práticas retóricas, até então, desconhecidas por eles.

Pacheco (2020), ao analisar o artigo acadêmico, de culturas disciplinares da grande área da saúde (Enfermagem, Farmácia, Medicina e Odontologia), observou que o

gênero em questão aponta, quanto ao aspecto de produção, regularidades, uma vez que as seções dos artigos analisados são sistematizadas pela presença de títulos e subtítulos que demarcam uma função comunicativa. Além disso, o pesquisador afirma que a organização do artigo se apresenta de forma enxuta, já que não é comum, nas áreas investigadas, a prática de escrita com textos longos. Porém, a sistematização de uma pesquisa dar-se através do uso de resultados no formato de tabelas. Pacheco (2020) afirma ainda que os artigos, analisados por ele, apresentam indício da presença de uma escrita colaborativa, pois, em muitas de suas amostras, há a presença de pesquisadores de diferentes instituições: brasileiras e internacionais.

Em sua pesquisa, Pacheco (2020), ao analisar as seções (introdução, metodologia, resultados, discussão, conclusão e agradecimentos) dos artigos do campo da grande área da saúde, apresenta estas conclusões: (1) as amostras analisadas não apresentam uma seção específica de revisão de literatura, por isso a introdução é um espaço utilizado para exposição de estudos relevantes nas áreas investigadas. Além disso, os exemplares, analisados por ele, apresentam lacunas teóricas a serem preenchidas em novas pesquisas. Pacheco (2020) afirma ainda que, embora a introdução seja um espaço em que se faça a revisão da literatura, essa seção não é longa, pois, normalmente, não se ultrapassa o limite de duas laudas; (2) a seção de metodologia apresenta uma riqueza de informações acerca dos caminhos seguidos nas investigações, a exemplo do tipo de pesquisa, da coleta e seleção de dados, dentre outros aspectos. Segundo o autor, essas informações detalhadas colaboram para o processo de validação de uma pesquisa na grande área da saúde investigada por ele; (3) a seção de resultados apresenta os achados de forma objetiva, com pouca textualização. Os dados são dispostos em forma de tabelas e isso decorre de, na área da saúde, os recursos visuais serem vistos como autoexplicativos; (4) na seção de discussão, os pesquisadores mostram-se autor do trabalho, visto que é, nessa parte do artigo, que eles discutem e se posicionam acerca dos dados mais importantes (não discutidos na seção de resultados); (5) a conclusão, na grande área da saúde, representa uma síntese da pesquisa e é, nessa seção, que os pesquisadores da área apontam as contribuições teóricas e práticas para novas pesquisas. E quanto à extensão, a seção de conclusão, normalmente, é breve, já que a sumarização de uma pesquisa gira em torno de 1 a 2 laudas; (6) a seção de agradecimentos aparece, de forma objetiva, entre a conclusão e as referências. Os pesquisadores utilizam esse espaço para colocar informações administrativas e para reforçar que o trabalho não apresenta conflitos de interesses e (7) as referências normalmente apresentam um hiperlink para direcionar os leitores do

trabalho às plataformas onde estão os textos lidos para o embasamento da pesquisa. É interessante perceber, como afirma Pacheco (2020), o quão os artigos das áreas de saúde, analisados por ele, demonstram que as culturas disciplinares investigadas apresentam uma uniformidade, já que apresentam uma organização retórica semelhante.

Assim como Pacheco (2020), outros pesquisadores do DILETA também analisam artigos, com foco na organização retórica, para explicar como os pesquisadores das diferentes culturas disciplinares fazem uso do gênero artigo em suas práticas retóricas, a exemplo de Bernardino e Valentim (2016) que, ao analisarem artigos do campo do Direito, destacaram diferenças entre os artigos experimentais e os de revisão de literatura quanto à organização retórica: ausência e presença da seção de metodologia e da seção de resultados. Além disso, na cultura disciplinar do Direito, valoriza-se a “a contextualização histórica das leis que fundamentam os artigos” (p. 139).

Outro trabalho que trata da importância de se entender as variações disciplinares, a partir da descrição e explicação das funções retóricas de artigos acadêmicos, é o trabalho de Bernardino, Silva e Valentim (2020) sobre a seção de introdução de 30 artigos experimentais na Linguística Aplicada. Ao analisarem a configuração retórica da introdução, eles registram a ocorrência de dois movimentos, quais sejam: “Construindo o objeto de pesquisa” e “Indicando a estrutura do artigo”, bem como apontam a presença de quatro passos retóricos, a saber: “Construindo problematização por meio de contextualização sócio-histórica do objeto”, “Construindo problematização em torno do objeto por meio de discussão com literatura prévia”, “Apresentando objetivos” e “Apresentando objeto de pesquisa”.

Entendemos, assim como Bernardino, Silva e Valentim (2020), que compreender os mecanismos da organização retórica envolvidos na escrita de um gênero ajudam membros iniciantes a compreenderem as práticas de escrita de uma dada cultura disciplinar, viabilizando, assim, o seu processo de participação em uma comunidade discursiva.

O CATAPHORA (UFPI) também tem observado a organização retórica de gêneros acadêmicos, em especial, do Projeto de Pesquisa. O Núcleo tem desenvolvido algumas pesquisas sobre o gênero projeto de pesquisa, envolvendo as áreas de Linguística, História do Brasil e Química, focados essencialmente em graduandos e mestrandos. Resultados desta pesquisa indicam que: a organização retórica da seção de metodologia de projetos da área de Linguística varia bastante entre subáreas da linguística

e em função de a pesquisa ser de campo ou de natureza documental (MONTEIRO, 2016), o que sugere a importância das pesquisas com projetos levar em conta não apenas a cultura disciplinar, mas também subculturas disciplinares. A análise com a seção de fundamentação teórica mostrou que a principal função desta envolve a apresentação e a explicação das categorias teóricas que embasam a pesquisa e que nortearão a análise de dados sendo sobreposta pela função de demonstração de familiaridade com o conhecimento de background da área (ALVES FILHO; RIO-LIMA, 2019).

A análise da seção de justificativa trouxe à tona a presença de três passos retóricos bastante recorrentes: *Definindo conceitos, explicando fenômenos e prescrevendo e/ou recomendando ação empírica* (ALVES FILHO, 2017). Em função da diversidade de passos retóricos presentes nesta seção, o autor concluiu que “o principal propósito comunicativo da seção de justificativa não é exatamente justificar a pesquisa a ser empreendida, mas proceder a uma introdução do texto completo do pré-projeto” (ALVES FILHO, 2017, p. 154).

Há também pesquisas que observaram o modo como os editais de seleção de Linguística e História do Brasil orientam a elaboração de projetos de dissertação e que concepções/valores eles reforçam. Alguns dos achados são: os editais são pouco claros em suas recomendações e pouco padronizados em termos coletivos; não explicitam recomendações de natureza retórica, discursiva ou conteudística, focando quase exclusivamente em aspectos de diagramação, estilo e formatação textual (GOMES, 2018).

Um estudo comparativo entre a seção de justificativa em projetos de dissertação de Linguística e de História do Brasil, foi possível ver como as duas áreas valorizam bastante a enunciação dos objetivos da pesquisa na seção de justificativa, mesmo havendo uma seção específica para tratar dos objetivos da investigação (ALVES FILHO; OLIVEIRA, 2017). Mas há diferenças significativas: enquanto em linguística, a justificativa da pesquisa se ampara mais na indicação de benefícios futuros e na relevância da investigação, em História do Brasil, as motivações pessoais e lacunas da pesquisa local são tomados como argumentos para iniciar uma nova pesquisa (ALVES FILHO; OLIVEIRA, 2017).

Os resultados encontrados, até o momento, indicam quão se mostra relevante investigar como áreas do conhecimento diferentes concebem e praticam a elaboração de projetos de pesquisa. Tendo em vista a já aludida dificuldade de acesso a projetos e a

complexidade de sua elaboração e escrita, pesquisas sobre como áreas diferentes desenvolvem práticas de leitura e escrita de projetos podem favorecer o letramento acadêmico-científico de novos pesquisadores e contribuir para a melhoria da pesquisa em universidades com pouca tradição de pesquisa, como é o caso da UFPI. Nos últimos anos, a UFPI tem ampliado a oferta de cursos de mestrado e doutorado em todas as grandes áreas do conhecimento, o que significa dizer que mais alunos de pós-graduação serão solicitados a elaborar projetos de pesquisa para se engajarem na pós-graduação.

Esse contexto reforça o quão é relevante compreender como alunos de pós-graduação concebem e executam seus projetos de pesquisa e como eles conseguem identificar as expectativas dos orientadores quanto às práticas de escrita dos pós-graduandos. Tradicionalmente, as áreas de ciências humanas, em face de objetos de pesquisa muito complexos, possuem pouco consenso em relação às metodologias de pesquisa (SWALES, 2004), o que ocasiona grandes variações nos modos de organização retórica dos textos acadêmicos, o que, por sua vez, torna ainda mais complexa a tarefa de aprender a escrita dos gêneros destas áreas.

No caso do objeto de nossa pesquisa, observamos que, assim como em artigos e projetos de pesquisa, o parecer por também pode ser concebido como um *artefato cultural* (MILLER, 2009), visto que ele aponta crenças de membros de uma dada comunidade discursiva. E os estudos que aqui apresentamos apontam para as formas de funcionamento de um gênero em suas diferentes culturas disciplinares.

3 PARECERES: HISTÓRICO, TIPOS E FUNÇÕES

3.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DOS PARECERES

A revisão por pares – processo pelo qual há o julgamento da adequação de uma publicação por profissionais que detêm um conhecimento de uma dada área – não é um fenômeno moderno. A primeira evidência do conceito de revisão por pares foi encontrada no livro *Ethics of the Physician by Ishap bin Ali Al Rahwi*, de Al Raha, entre 854-931 d.C., na Síria. E, desde o seu surgimento, a revisão por pares colabora com o controle de qualidade de um Periódico, uma vez que quanto mais criterioso/rigoroso é o parecerista, mais difícil é a aprovação de uma pesquisa para publicação e isso colabora com o controle de qualidade dos periódicos (FORD, 2013; ROY, 2021; WARE, 2008).

Porém, muitos periódicos têm revisado alguns critérios de avaliação de pesquisas que lhes são submetidos, a exemplo do critério ‘importância de um artigo para o futuro’. Essa reavaliação se dá em face de novas ideias não serem, em certos contextos, publicadas porque não se viu nelas um impacto da pesquisa para o futuro (ROY, 2021).

Ford (2013), Roy (2021) e Ware (2008) afirmam que, além de verificar a qualidade dos artigos, tem sido, também, papel dos pareceristas, por conta do grande avanço tecnológico, verificar a veracidade das informações contidas nos trabalhos enviados aos periódicos, isso decorre da quantidade significativa de textos que têm apresentado plágio, dados falsos e conclusões imaginárias.

Outro fator mencionado é o surgimento de periódicos que recebem dinheiro para publicar pesquisas, o que tem comprometido a qualidade das pesquisas, pois empresas de fachada - com um corpo editorial falso - têm surgido no contexto atual. No entanto, também é um problema considerável, no contexto internacional, o monopólio da publicação por empresas que não são de fachada, mas também cobram caro. Embora o processo de revisão por pares pareça ser algo simples, ainda é um assunto muito estudado nos tempos modernos (FORD, 2013; ROY, 2021; WARE, 2008).

Os pareceres são de natureza dinâmica e evoluíram ao longo do tempo com o progresso da tecnologia. Por isso, para se compreender e valorizar o processo de revisão por pares é importante conhecer tanto o contexto histórico como a sua evolução. Houve um momento da nossa história em que o conhecimento repassado não passava por filtro, ou seja, não sofria avaliação de terceiros, a exemplo dos estudos sobre a sistemática de

observação dos organismos, de Aristóteles e de outros estudiosos da época, que resultaram em processos metabólicos e de regulação de temperatura, que não passaram por uma avaliação de pares, mas, mesmo assim, foram considerados, em muitos livros da literatura, como os primeiros fundamentos teóricos na ciência (ROY, 2021).

O termo *parecer* apareceu pela primeira vez na imprensa científica na década de 1960, porém, a primeira evidência científica acerca dessa terminologia foi encontrada, como dissemos antes, no livro *Ethics of the Physician*, de Ishaq bin Ali Al Rahwi (854-931, d.C.), na Síria. Nesse livro, Ishaq orientava os médicos da época a seguirem as mesmas orientações (os mesmos procedimentos) de tratamento para os pacientes, tais como: manter tanto informações sobre a condição do mesmo paciente como também o tratamento detalhado de forma duplicada. Desse modo, a análise do paciente passava pelo crivo de dois olhares médicos. E os registros realizados pelos médicos eram examinados por um conselho de médicos, concebidos como pares, para verificar se os médicos seguiam ou não, as normas médicas vigentes da época. Se o parecer sobre o doente fosse o mesmo, os médicos recebiam elogios. Porém, se fosse uma avaliação diferente, eles sofriam punições conforme decisão de um comitê médico. Após a invenção da máquina de escrita, é que houve o processo de publicação dos pareceres (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; ROY, 2021).

Com a invenção da imprensa escrita, no século XV, o conhecimento passou a se descentralizar, uma vez que deixou de ser monopólio da elite e tornou-se disponível a um público mais amplo. Johannes Gutenberg (1398-1468), ao inventar a imprensa no século XV, por volta de 1440, revolucionou o mundo de muitas maneiras. No entanto, não há dúvida da contribuição de Gutenberg no sentido de ele ter inventado as ferramentas e dispositivos existentes para a adequação do propósito da imprensa da época. Essa contribuição possibilitou o compartilhamento de conhecimento em nossa história, já que, com o surgimento da tecnologia de impressão de Gutenberg, houve uma ampla divulgação de milhares de cópias de livros por toda a Europa, o que redefiniu a aquisição de conhecimento nas diferentes estruturas das classes sociais. E essa redefinição permitiu que o conhecimento passasse a ser democratizado, uma vez que, não somente a elite, mas também as demais classes sociais passaram a ter acesso aos conhecimentos divulgados naquele contexto histórico (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; ROY, 2021).

A impressão possibilitou a replicação dos manuscritos que, antes, eram escritos à mão e demoravam cerca de um ano para serem finalizados, pois o processo de cópia era

realizado manualmente. Foi a replicação mais rápida dos manuscritos que viabilizou os materiais impressos receberem comentários, apreciações e críticas para futuras discussões. Este foi o início de uma espécie de revisão por pares pós-publicação, a qual não era solicitada pelo autor. Alguém que lesse poderia oferecer um feedback informal aos autores (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; ROY, 2021).

Após falar sobre a origem do termo parecer e da influência que a imprensa escrita teve sobre a apreciação de manuscritos, Roy (2021) faz uma discussão sobre a origem dos periódicos e a necessidade da realização da revisão por pares. O pesquisador afirma que a formulação de uma avaliação da ciência foi apontada, de modo mais evidente no livro *Novum Organum* (1620), de Francis Bacon. Antes disso, afirma o autor, a compreensão que tínhamos do mundo natural fundamentava-se, principalmente, na noção de Aristóteles e Platão de que a filosofia não podia se sujeitar à verificação das medições científicas. Diante desse tipo de visão, Bacon formulou um tipo de metodologia que desvinculou as teorias científicas dos mitos, da religião e da teologia. E a desvinculação da ciência desses outros campos do conhecimento despertou discussões e debates entre os pesquisadores/estudiosos da época, marcando o início do que conhecemos como ciência moderna (na Europa do século XVII).

No ano de 1645, nos 25 anos da *Novum Organum* - de Bacon, um grupo foi formado para discutir e debater a formação de uma academia ou sociedade que pudesse avaliar teorias/conhecimentos da época. Foi a partir dessa discussão que, em 1662, a Royal Society of London nasceu. E, no ano de 1665, a *Royal Society* criou e publicou seu primeiro periódico: *Philosophical Transactions* – que, tempos depois, foi renomeado: *Philosophical Transactions of the Royal Society* – cuja editoria ficou sob às guardas de Henry Oldenburg¹¹, considerado o pai da revisão por pares. Ainda em 5 de janeiro de 1665, um membro do Parlamento de Paris, Denis de Sallo, também criou e publicou um periódico – *Journal des Scavans* (tempos depois renomeado como *Journal de Savants*) – sob a editoria de Jean-Baptiste Colbert. O *Journal de Savants* publicou novas descobertas

¹¹ Oldenburg reconheceu, na época (século XVII), a necessidade de revisão de manuscritos por pares. Por isso, ele é considerado o pai da introdução da revisão por pares. Mas o que Oldenburg fez em nome da revisão por pares estava longe do que entendemos por revisão por pares atualmente. O que, naquele contexto histórico, era publicado decorria da sabedoria do editor ou por aqueles cuja ajuda era solicitada pelo editor. Oldenburg raramente convidava opiniões externas para decidir sobre o que deveria ser publicado. Não havia um processo formal de submissão de manuscritos como ocorre hoje, as publicações do periódico eram realizadas conforme os interesses para Oldenburg ou pelos interesses de valorização dos leitores naquele momento (ROY, 2021).

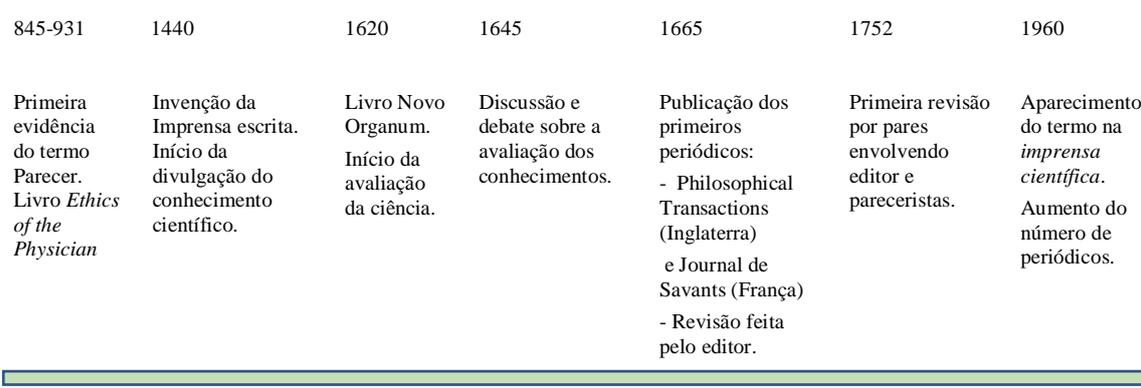
nas mais diferentes áreas do conhecimento, a título de exemplificação: Artes, Ciências, Física, Química, Matemática, Meteorologia etc. Além disso, divulgou resenhas de livros, obituários e invenções mecânicas. Embora o periódico *Philosophical Transactions* seja reconhecido por muitos como o primeiro periódico/revista acadêmica do mundo, em termos de aspectos temporais, o *Journal de Savants* foi o primeiro a publicar sua primeira edição (em janeiro de 1665), já que a primeira edição do *Philosophical Transactions* ocorreu dois meses depois - em março de 1665 (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; RAJAGOPALAN; JIE, 2014; ROY, 2021).

Em 1752, quase cem anos depois do surgimento das 2 primeiras edições mencionadas no parágrafo anterior, é que houve a revisão por pares em que o editor passou a receber ajuda de outros membros da mesma área disciplinar- conhecidos somente pelo editor - para avaliar os manuscritos que chegavam às revistas. E a revisão por pares passou a ser um processo comum cuja interação do parecerista com o autor passou a ser intermediada pelo editor (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; RAJAGOPALAN; JIE, 2014; ROY, 2021).

A avaliação por pares tornou-se prática ainda mais comum no século XIX, pois houve uma maior diversidade de periódicos e, conseqüentemente, um maior número de pesquisas - submetidas aos periódicos - com assuntos variados. Anteriormente, os trabalhos passavam por um processo de escrita manual para se obter as cópias que eram enviadas a diferentes revisores. Com o surgimento da máquina de escrita, o processo de cópia passou, segundo o pesquisador, a ser mais ágil, pois replicar 3 a 5 cópias de um mesmo trabalho, com o auxílio da máquina, tornou mais rápido o processo de submissão das pesquisas. E a modernização desse tipo de máquina (com o uso da eletricidade) possibilitou melhorias nos textos enviados aos editores, uma vez que as figuras puderam ser inseridas dentro dos trabalhos submetidos aos periódicos. Com o advento dos computadores e da internet, o processo de revisão de pesquisas submetidas aos periódicos foi revolucionado, uma vez que os artigos puderam ser disponibilizados e lidos de forma muito rápida em todo o mundo (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; ROY, 2021).

No mecanismo de revisão por pares tradicional, a comunicação entre o autor e o parecerista ocorre apenas por meio do editor. Os autores enviam suas pesquisas aos periódicos e as submissões são, por conseguinte, enviadas pelo editor aos pareceristas para que estes possam julgar a adequação (ou não) da publicação no periódico. Os pareceres são recebidos pelo editor e enviados aos autores (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; ROY, 2021).

Figura 4: Linha do tempo – Cronologia dos pareceres



Fonte: linha do tempo elaborada pela autora a partir dos fundamentos teóricos de Adeli, Kelly, Sadeghieh (2014) e Roy (2021)

Na linha do tempo acima, apresentamos um registro resumido da história do surgimento e da evolução dos pareceres de periódicos. Merece destaque o fato de que os primeiros pareceres surgiram na área de medicina, no século IX, e visavam criar uma sistemática de controle da avaliação das doenças pelos clínicos. Somente nos séculos seguintes é que esta forma de avaliação se expande para outros campos do conhecimento. É na área da Filosofia da ciência que se inicia, no século XVII, o debate sobre as formas válidas de avaliar o conhecimento relacionado às novas pesquisas. Quando surgem os primeiros periódicos (*Philosophical Transactions*, na Inglaterra e o *Journal de Savants*, na França), tem-se as primeiras experiências de avaliação de artigos, no caso, realizadas, individualmente, apenas pelo editor do periódico. É no século XVIII que se institui efetivamente uma avaliação por pares, sendo, agora, feita em conjunto pelos editores e avaliadores externos. Embora tenha havido muitas mudanças ao longo deste percurso histórico, algo se manteve e se mantém até hoje: a avaliação sendo realizada por pesquisadores do mesmo campo do conhecimento.

3.2 PARECER: UM MECANISMO DE AVALIAÇÃO

A avaliação é um procedimento comum na ciência, uma vez que ela é fundamental para a construção do conhecimento científico. É através da avaliação (seja de projetos, de artigos) que são legitimados os conhecimentos da ciência e que é conferida relevância às instituições onde estes conhecimentos são produzidos. Por isso, não nos causa espanto ver a avaliação da atividade científica associada ao surgimento da própria ciência. Isso não significa afirmarmos que os procedimentos de avaliação tenham sido os mesmos desde o seu surgimento, pois temos que levar em consideração que tanto os cientistas como os instrumentos de avaliação estão atrelados ao contexto histórico e social de uma dada época. O que parece ter permanecido, em meio há mais de três séculos, é a ideia de que somente os cientistas podem apreciar os trabalhos dos seus pares (DAVYT; VELHO, 2000).

Nesse sentido, a avaliação por pares é o processo de revisão de um trabalho acadêmico, pesquisa ou ideias de um pesquisador a outros especialistas de uma mesma área de conhecimento. E esse tipo de revisão apresenta como principais propósitos: servir como uma espécie de filtro com a finalidade de selecionar as pesquisas consideradas, pela área, como de qualidade (em termos de importância e de originalidade) de modo a serem publicadas em periódicos conceituados; e, também, melhorar a qualidade das pesquisas consideradas como adequadas para publicação, uma vez que os pareceristas apontam, em suas análises, equívocos cometidos pelos autores, o que ajuda a melhorar a qualidade dos artigos que serão publicados. Ademais, a avaliação por pares colabora, também, para que haja a manutenção da integridade e autenticidade do avanço científico, uma vez que uma hipótese (ou uma ideia) somente será aceita pela comunidade científica se ela tiver sido publicada em um periódico cujo trabalho foi avaliado por outros membros da comunidade científica, pois o Instituto de Informação Científica (IIC) fornece o Fator de Impacto somente aos periódicos que realizam avaliação por pares (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; WARE, 2008).

O processo de revisão por pares tem início quando um pesquisador conclui um estudo e parte para a produção escrita da pesquisa para explicitar a descrição dos propósitos, os experimentos, os resultados e as conclusões da pesquisa realizada por ele. Feito isso, o pesquisador submete o artigo escrito por ele a um periódico especializado em um campo do conhecimento. Após a submissão, cabe ao editor avaliar a adequação

ou não da temática do artigo enviado ao periódico. Se os editores do periódico entenderem que a pesquisa se enquadra nos requisitos exigidos pelo periódico, eles farão o envio do artigo a pesquisadores experientes na área para uma avaliação da qualidade do trabalho submetido. Cabe, também, ao editor evitar conflitos de interesses e garantir uma condução justa durante o processo de revisão. Já os pareceristas, ao receberem um artigo, verificarão a qualidade dos experimentos, bem como a adequação dos métodos utilizados e a relevância da pesquisa. Além disso, os pareceristas deverão identificar as falhas do trabalho e a ausência (ou uso inadequado) de referências utilizadas no trabalho analisado por eles. Após a apreciação, os pareceristas fazem estas possíveis recomendações ao editor: o artigo deve ser aceito do modo como se encontra, o artigo não deve ser aceito ou o artigo deve ser aceito com ajustes. Cabe ao editor realizar essa mediação da avaliação entre o autor e o parecerista. Com a finalização de todo o processo, se o artigo foi aceito, ele irá para a fase final do processo e será formatado e ajustado pelos editores para que seja publicado no periódico (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014; FORD, 2013; WARE, 2008; ROY, 2021).

Sobre os pareceristas, Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014) e Ware (2008) afirmam que os avaliadores podem ser quaisquer pesquisadores com experiência nas áreas temáticas do periódico. Dizem ainda que os pareceristas vão desde pesquisadores mais jovens e promissores a antigos pareceristas com ampla experiência na área temática do periódico. Os periódicos têm um banco de pareceristas grande e isso colabora para os avaliadores não se sentirem cansados, sobrecarregados ou com tempo indisponível para apreciar vários artigos simultaneamente. Eles reiteram, ainda, que os pareceristas, em termos financeiros, não recebem nada pelas avaliações que realizam. Diante disso, os autores refletem sobre quais seriam as motivações que permitem os pareceristas concederem suas apreciações sobre pesquisas submetidas aos periódicos, mesmo não tendo retorno financeiro para isso. Eles apresentam estas possibilidades: os pareceristas avaliam as pesquisas que lhes são enviadas, porque sabem da necessidade que eles, também, têm de que seus trabalhos sejam, da mesma forma, avaliados por outros especialistas da área do conhecimento da qual fazem parte, por isso enxergam a sistemática de avaliação como um dever na comunidade científica; o processo de avaliação pode ser uma forma de os avaliadores manterem contato pessoal com os editores e estes podem ajudar os pareceristas em situação futura; Outros avaliadores apreciam os trabalhos com o intuito de se manterem atualizados sobre as novas descobertas em sua área de atuação (e os artigos lidos colaboram justamente para essa

atualização); Para outros, a avaliação por pares é uma oportunidade de avanço em suas próprias pesquisas, uma vez que os artigos podem trazer novas ideias e novas técnicas experimentais; já outros enxergam, nessa realização, uma forma de tornar-se parte da comunidade e vir a ser um próximo editor, tendo em vista que há a possibilidade de bons avaliadores se tornarem futuros editores; E há aqueles que veem a possibilidade de ter acesso às pesquisas mais recentes antes de seus pares e daí poder desenvolver novos *insights* a partir do material lido. Além disso, os autores mencionam ainda estes fatores: em termos de desenvolvimento profissional, a revisão por pares pode ser algo aceitável pela comunidade por trazer acréscimos ao currículo do avaliador e isso, em muitas instituições, é um aspecto importante na promoção interna do profissional. E a avaliação por pares pode ser uma forma eficaz de um pesquisador mostrar aos seus superiores que está comprometido com seu fazer científico na comunidade da qual ele faz parte, uma vez que os pareceristas emitirão o seu posicionamento acerca do artigo avaliado, dando um parecer positivo ou negativo.

Essa ideia de juízo de valor, de avaliação realizada pelos pareceristas, nos remete à ideia de signo como carga avaliativa (BAKHTIN, 1995), uma vez que os pareceres são carregados de valores, de ideologias, pois “quando um conteúdo objetivo é expresso (dito ou escrito) pela fala viva, ele é sempre acompanhado por um acento apreciativo determinado. Sem acento apreciativo, não há palavra (BAKHTIN, 1995, p. 132)”. Assim, a ideia de que, em determinadas situações, agimos de modo neutro, é invalidada, pois “a própria retórica da neutralidade é também uma posição axiológica” (FARACO, 2006, p. 46). Por exemplo, um parecerista, quando elabora um parecer sobre um trabalho, não faz uma seleção abstrata de elementos linguísticos para compor o seu texto. Ele seleciona palavras que indicarão avaliações/opiniões sobre o objeto focado na pesquisa analisada por ele.

Na sistemática de avaliação de um periódico, o número de sujeitos com o gênero parecer anônimo é bastante limitado. O produtor do gênero é o parecerista, enquanto seus únicos destinatários são o autor do artigo avaliado e o editor. No entanto, esse gênero “ocluso” está no cerne do processo de publicação, desempenhando o papel de um mecanismo comunicativo, que regula o processo de publicação através de uma avaliação (positiva ou negativa). Desse modo, modo o parecer desempenha uma função didática, visto que possibilita aos pesquisadores melhorarem a qualidade de seus artigos (YAKHONTOVA, 2019).

Ao analisar o parecer, Yakhontova (2019) aponta três características salientes desse gênero, quais sejam: a) representa uma forma de proteção de uma dada área disciplinar; b) documento avaliativo e c) texto de cunho didático. Essas funções, segundo a autora, diferenciam o parecer anônimo de outros que apresentam caráter avaliativo, a exemplo de um parecer de um livro, que traz informações gerais sobre este tipo de publicação, inclusive fazendo menção a estudos anteriores interligados ao livro divulgado e procura atender um público bem mais amplo.

A avaliação e as especificidades linguísticas presentes nos pareceres anônimos podem ser influenciadas por um conjunto de fatores, dentre eles: a) a intenção do parecerista em apreciar criticamente um artigo submetido para verificar se ele apresenta qualidade e mérito que o torne publicável na área disciplinar na qual o trabalho se insere; b) o status do parecerista convidado - como um especialista na área; c) o anonimato do parecerista que pode provocar violação das normas de etiqueta ao interagir com o autor do artigo submetido. Esses são alguns dos fatores que possibilitam o teor de criticidade manifesto por meio de um amplo espectro de dispositivos lexicais avaliativos. (YAKHONTOVA, 2019)

Ao estudar os comentários em pareceres, Paltridge (2015) investigou os mecanismos linguísticos selecionados pelos pareceristas para expressarem suas avaliações sobre um dado artigo avaliado. Achados desta pesquisa apontaram que muitas das alterações exigidas nos documentos analisados são feitas de modo indireto, o que pode ocasionar dificuldades de compreensão das recomendações pelos autores, membros inexperientes, que desconhecem as crenças de uma comunidade discursiva. Uma atenção especial à linguagem avaliativa em pareceres também tem sido dada por autores como Fortanet (2008), Gosden (2003) e Samraj (2016).

Portanto, a ideologia - dos sujeitos e de grupos sociais - é percebida através dos signos, uma vez que a ideologia e o signo são mutuamente determinados. Partindo dessa premissa, tomamos como pressuposto aqui que se os signos representam ideologias, eles apresentam crenças acerca dos referentes do mundo.

Desse modo, os pareceres não são impessoais, porque, os discursos dos pareceristas ocupam um lugar de fala a partir de um ponto de vista valorado a partir de uma ideologia, de um modo de conceber a ciência em suas áreas disciplinares (YAKHONTOVA, 2019). A autora, ao analisar, comparativamente, 17 pareceres da área de Linguística Aplicada e 17 da área de Matemática, utilizando-se dos aportes teóricos de

Swales (1990, 1996) e Fortanet (2008), chegou à conclusão de que os pareceres anônimos na área disciplinar de Linguística apresentam mais palavras avaliativas e menos formais que a área de Matemática. Contudo, as avaliações na área disciplinar de Matemática são elaboradas com construções mais imperativas que a área de Linguística Aplicada (nesta, faz-se uso de modalizadores do campo da obrigação quando querem expressar alterações que não são sugestivas).

Yakhontova (2019) aponta o parecer anônimo como um dos gêneros mais importantes no processo de publicação e na disseminação de novos conhecimentos. Como autora apresenta uma análise comparativa entre áreas disciplinares diferentes, fazendo uso de mecanismos linguísticos que marcam a presença da avaliação nos pareceres analisados e, para isso, categorizou os comentários em 6 tipos, quais sejam: Conceitual, Metodológico, Contextual, Metacomunicativo, Metaestrutural e Técnico, nossa pesquisa apoiou-se nessa categorização para buscar explicações para as crenças dos pareceristas da área disciplinar de Linguística no Brasil. Porém, fizemos adaptações em alguns tipos de comentários e, com base em nossas análises, elaboramos outras, como será mais bem detalhado na seção das análises dos tipos de comentários.

3.3 ASPECTOS AVALIATIVOS EM PARECERES

No que diz respeito às apreciações feitas pelos avaliadores de artigos científicos, pareceristas verificam, geralmente, se o título descreve suficientemente o trabalho e se ele é claro e conciso. Outro ponto analisado pelos avaliadores é o resumo. O resumo é uma síntese do artigo, uma vez que menciona brevemente os propósitos, métodos, resultados principais e as principais conclusões de uma pesquisa, por isso, os pareceristas costumam verificar se o resumo é informativo e se o conteúdo é coerente com o que se discute ao longo do artigo. (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014)

A introdução também é apontada como foco dos avaliadores pelo fato de apresentar a questão de pesquisa, as pesquisas prévias sobre o tema ou objeto investigado e a lacuna a ser preenchida pela pesquisa apresentada. É, nesse sentido, que um avaliador irá averiguar se a introdução fornece ou não informações necessárias sobre a hipótese e a questão de pesquisa do trabalho submetido para apreciação. (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014)

Também comumente avaliada pelos pareceristas, a seção de metodologia se caracteriza pela descrição dos procedimentos experimentais e as escolhas pelos experimentos realizados. Assim, tipicamente o parecerista avalia se os métodos são apropriados, se foram escritos de forma detalhada e se eles foram usados adequadamente para responder à pergunta da pesquisa a que se propôs no trabalho. (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014)

A seção de resultados é outro ponto de análise dos pareceristas, uma vez que é, nessa seção, onde os resultados dos experimentos e as tendências dos dados são explicados sem julgamento e é, nela, onde se inclui informações estatísticas, tabelas e figuras sobre os dados analisados. O parecerista garante, dessa forma, se os resultados foram ou não descritos com detalhes suficientes para, desse modo, determinar a credibilidade das informações dispostas no artigo pelo pesquisador. Além disso, os pareceristas, também, confirmarão se o texto apresentado na seção está coerente ou não com as informações dispostas nas tabelas e/ou figuras. E verificarão, ainda, se todas as figuras e tabelas são importantes para a pesquisa. Outro aspecto avaliado pelos pareceristas é se as legendas das tabelas e das figuras estão adequadas ao contexto da pesquisa e se os dados apresentados nelas são precisos. (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014)

Já na seção de discussão, resume-se as principais descobertas da investigação, por isso o parecerista determinará, observando essa seção, se a discussão está suficientemente clara e se as interpretações realizadas são coerentes com os resultados apresentados no trabalho (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014)

Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014) apontam, ainda, as referências como um outro aspecto de análise nas pesquisas. Eles definem as referências como fontes de informação citadas ao longo de um texto para descrever o que já se falou sobre algum aspecto temático, métodos e / ou interpretar os resultados. Dependendo da norma de citação utilizada, as referências são listadas em ordem alfabética, de acordo com o sobrenome do autor, ou numeradas de acordo com a ordem em que aparecem no artigo. O parecerista garante que as referências sejam usadas apropriadamente, citadas com precisão e formatadas corretamente. Após analisar cada uma das partes de um artigo, o parecerista determina se o trabalho foi escrito de forma clara e coerente, assim, estando apto ou não para a publicação no periódico. Porém, na visão de Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), o pesquisador-autor, antes de submeter sua pesquisa para uma avaliação, precisa verificar

se seu trabalho segue a linha temática e teórica do periódico para o qual pretende enviar seu artigo.

Além disso, o autor do artigo precisa estar aberto tanto às críticas como às sugestões de melhoria do trabalho apontadas pelos pareceristas. Portanto, um parecer negativo deve ser visto como uma forma de aprender com os erros cometidos para que um dado aspecto apontado como inapropriado em uma pesquisa submetida anteriormente não seja cometido em trabalhos futuros realizados por um pesquisador. Da ordem do mais importante para o menos importante, os pareceristas avaliam como mais importante a validação científica das informações, a qualidade dos experimentos, bem como o uso apropriado dos métodos; e põem como aspectos menos importantes aspectos ligados a erros gramaticais (ADELI; KELLY; SADEGHIEH, 2014).

A análise feita por Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014) é uma forma de visualizar o modo como pareceristas agem retoricamente na área disciplinar de Química. Como afirmam Bathia (2004) e Hyland (2000), cada cultura disciplinar aponta maneiras de se conceber um dado gênero, porque os gêneros são passíveis de variações disciplinares, uma vez que eles são estabelecidos de acordo com as crenças, com os aspectos sociais e culturais de um dado grupo, e não seria diferente com o parecer. Como um dos pontos de investigação do nosso trabalho é verificar que aspectos são concebidos pelos pareceristas que configuram um artigo científico com mérito e qualidade para ser publicável, vimos, como será apontado nos capítulos de análises mais a frente, que há uma tendência em se consagrar a fundamentação teórica no campo disciplinar da área de Linguística e em se avaliar a qualidade da escrita e a conexão entre as seções de um artigo científico, e pouco se avalia o conteúdo da pesquisa.

3.4 PARECERES: DOS MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

Além do “Double Blind”, método reconhecido como tradicional, em que tanto a identidade dos autores quanto dos pareceristas, incluindo suas afiliações, também são mantidas no anonimato, e do “Single Blind”, em que o parecerista não tem sua identidade revelada, porém, os nomes dos pesquisadores cujos trabalhos estão sendo avaliados são revelados aos revisores, há outro método diferente de avaliação de pesquisas por pares, qual seja: o “Open”. Nesse tipo de método, tanto a identidade do parecerista quanto a do

autor são reveladas, com todos sabendo quem é quem durante o processo de avaliação (ROY, 2021; WARE, 2008).

Roy (2021) defende que “Double Blind” é melhor que o “Single Blind”, mas este método requer um esforço considerável do editor para remover todos os vestígios da identidade do autor antes de o trabalho ser enviado para avaliação do parecerista. No Brasil, quem remove os vestígios de identidade é o próprio autor, antes de submeter um artigo a um periódico.

Roy (2021) afirma que uma espécie de avaliação “Open” foi sugerida por William Whewell (Universidade de Cambridge), em 1831, à Royal Society para que ela publicasse os pareceres dos artigos submetidos a alguns periódicos da época e isso viabilizasse novas discussões científicas. A Royal Society até chegou a publicar alguns pareceres, mas interrompeu essa prática em meados dos anos 1930, porque o sistema de revisão “Open” passou a ter um número cada vez menor de aceite de muitos pareceristas no processo de avaliação. Essa diminuição na quantidade de pareceristas foi vista como uma das desvantagens desse tipo de método.

A revisão por pares serve como um fator de controle na qualidade da pesquisa. No entanto, tanto a confiabilidade como a imparcialidade dos pares são questionáveis quando o parecerista tem sua face protegida, mas a do autor é revelada. Além de esse processo ser visto pela comunidade acadêmica como algo lento, é também percebido como subjetivo e sujeito a preconceitos. Embora o anonimato seja fornecido ao parecerista para que ele seja capaz de se expressar uma avaliação justa do artigo, muitas vezes, essa proteção induz o parecerista a ser tendencioso e agressivo, já que ele não precisará temer as consequências dos aspectos negativos apontados ao trabalho, diferente da posição do editor de um periódico. Tendo em vista que um dos propósitos esperados da revisão por pares é a seleção dos melhores trabalhos a serem publicados, esse propósito parece nem sempre ser alcançado no método “Single Blind” (ROY, 2021).

Há, ainda, o fato de que muitos dos artigos mais citados são publicados em revistas de pouco reconhecimento em áreas renomadas. E isso se deve à falta de transparência no sistema tradicional de revisão por pares por permitir que o editor rejeite unilateralmente uma submissão ou molde o resultado de uma revisão selecionando pareceres de sua própria escolha. Os pareceristas que avaliam no sistema de anonimato, no processo “Single Blind”, podem agir de forma antiética, deixando, assim, transparecer conflitos de interesses entre as diferentes áreas do conhecimento (ROY, 2021).

Diante disso, Roy (2021) advoga que o método “Double Blind” é mais positivo do que o método “Single Blinde”, pois nele o parecer resulta em uma análise mais imparcial. Outra vantagem do “Double Blind” foi a diminuição, de forma significativa, do preconceito de gênero, pois o “Double Blind” evidenciou um aumento de aceites de publicação de artigos cuja autoria é de mulheres.

A revisão por pares não é perfeita, sofre de várias deficiências e falhas, e isso não é uma descoberta recente, já que, desde 1845, alguns pareceristas têm sido rotulados como preconceituosos. Mesmo diante das críticas realizadas, a revisão por pares tradicional ainda é vista por muitos como um "padrão ouro" para a publicação de resultados de pesquisa, pois os comentários do parecerista e do editor colaboram para uma melhor qualidade dos artigos, por isso, muitas revistas, ao redor do mundo, ainda seguem o método de revisão por pares tradicional (ROY, 2021).

Parece mesmo não ser possível tornar a avaliação por pares um sistema totalmente infalível. O que pode colaborar para a melhoria de qualidade dos artigos é uma maior rigidez nas avaliações. Um exemplo disso foi o estabelecimento de um Comitê de Ética em Publicações (COPE), em 1997, com a finalidade de melhorar a qualidade das revisões por pares e dos artigos por meio de um conjunto de critérios padronizados para tratar de casos potenciais de abuso e má conduta durante o processo de publicação. O comitê estabeleceu diretrizes específicas direcionadas aos autores, revisores e editores (ROY, 2021; WARE, 2008).

A revisão por pares é um processo dinâmico que passou por muitas mudanças ao longo dos anos. E as plataformas digitais fizeram com que a comunidade de cientistas sentisse uma necessidade de uma avaliação de trabalhos de um modo imparcial, não mais somente por um grupo seleto de pessoas, mas pela comunidade científica como um todo, a exemplo da plataforma “arXiv.org” (criada em 1991, administrada pela Cornell University e com serviço gratuito), na qual a avaliação é feita pelos especialistas da área de conhecimento na qual se enquadra o artigo enviado. Ao postar uma pesquisa na “arXiv”, os autores abrem o artigo para exibição pública para que os pesquisadores interessados possam ler o artigo, trabalhar nele, citá-lo e dar *feedback* imediatamente. Paralelamente, o mesmo artigo passa pela revisão por pares, que é um processo demorado, antes de ser publicado em um periódico. A vantagem é que os autores aqui têm a chance de alterar o artigo com base na avaliação por revisão aberta e, se necessário, podem enviar uma versão revisada do artigo ao editor para publicação (ROY, 2021).

Shotton (2012) e Ford (2013) fazem uma discussão sobre as definições e as características dos diferentes tipos de revisão por pares do método “Open”, o qual é definido de distintas maneiras. Além disso, discutem os benefícios e os desafios que representam esse tipo de método para a comunidade acadêmica.

A revisão “Open” é vista como um processo transparente, uma vez que cada artigo submetido é disponibilizado no site de uma revista para, concomitantemente, com a avaliação que será feita pelos pareceristas, também ser apreciado pelos leitores através de seus comentários. Embora diante das diferentes definições e implementações da revisão “Open” discutidas na literatura, a definição geral desse tipo de revisão decorre de um processo que incorpora a divulgação das identidades tanto dos autores como dos pareceristas. Isso pode ocorrer em algum momento do processo de avaliação do trabalho (que foi submetido aos periódicos), mas também essas identidades podem acontecer no momento da publicação do artigo (SHOTTON, 2012; FORD, 2013). No Brasil, podemos citar como exemplo desse método estes periódicos: *Abralin* e o *Cadernos de Linguística* (nos quais autores e pareceristas não são anônimos).

Shotton (2012) e Ford (2013) apontam alguns tipos do método “Open”, quais sejam: “*Signed review*”, “*Disclosed review*”, “*Editor-mediated review*”, “*Transparent review*”, “*Crowdsourced review*”, “*Pre-publication review*”, “*Synchronous review*” e “*Post-publication review*”.

A “*Single review*” refere-se a uma avaliação que é assinada pelo parecerista e essa apreciação será divulgada publicamente no momento da publicação de um artigo ou será divulgada para o autor do trabalho no momento em que ele recebe o parecer formal sobre o trabalho que submeteu ao periódico.

A “*Disclosed review*” refere-se a um processo no qual pareceristas e autores conhecem as identidades uns dos outros, durante a revisão realizada por pares, permitindo que eles se envolvam em discussões ou discursos durante o processo de avaliação do artigo. Nesse tipo de revisão, o processo de avaliação se inicia às cegas e, somente depois, é que passa a uma fase de revisão aberta.

A “*Editor-mediated review*” é a revisão que é mediada pelo editor (é uma característica encontrada na maioria dos processos abertos de revisão por pares). Esse tipo de mediação ocorre quando há qualquer tipo de trabalho realizado por um editor de periódico para facilitar a revisão por pares do método “Open” (isso pode incluir a pré-seleção editorial dos artigos e / ou a tomada de decisão final para aceitação ou rejeição

dos artigos). A parte mediada pelo editor do periódico durante o processo de revisão por pares não pode ser divulgada publicamente nesse tipo de revisão.

A “*Transparent review*” refere-se à divulgação completa do processo de revisão para a comunidade acadêmica. Esse tipo de revisão permite que o público observe todo o desenrolar da revisão por pares. Assim, os autores e o público conhecem as identidades dos pareceristas, bem como os pareceristas conhecem as identidades dos autores. As respostas dos autores aos comentários dos pareceristas são públicas, de tal forma que o público pode ver os artigos, os pareceres, as respostas de autores e os comentários do público acerca dos artigos publicados.

Na “*Crowdsourced review*”, o processo de avaliação é coletivo e qualquer membro da comunidade pode contribuir com a revisão do artigo. No entanto, nesse tipo de avaliação, há um limite do número de comentários e avaliações que um artigo pode receber, havendo, também, pouca mediação por parte do editor.

A “*Pre-publication review*” é um tipo de revisão que ocorre antes mesmo da publicação do artigo e, normalmente, acontece em um espaço público (repositórios que recebem artigos - que ainda não foram publicados, nem avaliados por pares – para que sejam apreciados).

A “*Synchronous review*” refere-se a um tipo de revisão (apenas de abordagem teórica) na qual os autores de artigos têm a oportunidade de aprender e interagir com os avaliadores no momento em que a avaliação está sendo realizada. Especificamente, a “*Synchronous review*” é um tipo de avaliação em grupo que permite que todos os envolvidos aprendam ao mesmo tempo durante o processo de revisão de um artigo. Já “*Post-publication review*” refere-se ao tipo de revisão que é realizada após a publicação do artigo, de maneira semelhante ao que ocorre em blogs.

No Quadro 1, a seguir, apresentamos uma síntese dos diversos tipos de avaliação presentes em pareceres.

Quadro 1: Especificações dos métodos de avaliação.

Tipos de avaliação	Identidade do Parecerista	Identidade do Autor	Características
Double Blind	Não revelada	Não revelada	----- -

Single Blind	Não revelada	Revelada	----- -
Open 1: Single review	Revelada após a avaliação	Revelada	Parecer assinado e divulgado quando o artigo é publicado ou quando o autor recebe a avaliação do artigo.
Open 2: Disclosed review	Revelada após a avaliação	Revelada após a avaliação	A avaliação se inicia às cegas e, posteriormente, passa para uma revisão aberta (tanto os pareceristas como os autores têm suas identidades reveladas).
Open 3: Editor-mediated review	Revelada	Revelada	Avaliações mediadas pelo editor. Nesse tipo de revisão, as intervenções do editor não podem ser divulgadas.
Open 4: Transparent review	Revelada ou Não revelada	Revelada	Os autores e o público conhecem as identidades dos pareceristas, bem como os pareceristas conhecem as identidades dos autores. Os pareceres são postados com o artigo publicado. O parecerista pode escolher entre revelar ou não sua identidade.
Open 5: Crowdsourced review	Revelada	Revelada	Processo de avaliação é coletivo e qualquer membro da comunidade pode contribuir com a revisão do artigo.
Open 6: Pre-publication review	Revelada	Revelada	Revisão que ocorre antes mesmo da publicação do artigo e, normalmente, acontece em um espaço público

			(repositórios que recebem artigos).
Open 7: Synchronous review	Revelada	Revelada	Avaliação em grupo que permite que todos os envolvidos aprendam ao mesmo tempo durante o processo de revisão.
Open 8: Post-publication review	Revelada	Revelada	Revisão realizada após a publicação do artigo, de maneira semelhante ao que ocorre em blogs. Estas revisões não são consideradas como válidas pelos periódicos.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das ideias desenvolvidas por Ford (2013), Shotton (2012) e Roy (2021).

O critério principal gerador de divergência e de convergência entre tais tipos diz respeito à revelação pública da identidade dos atores principais envolvidos: autores e pareceristas. Num polo, temos o *Double Blind*, que opta por não revelar nenhuma das identidades e, no outro pólo, o tipo *Synchronous review*, que revela a identidade de todos os envolvidos e, além disso, permite que pareceristas e autores interajam buscando colaborativamente atender às solicitações feitas. Entre um polo e outro, os outros tipos apostam em combinações diferentes de revelação e ocultamento de identidade bem como propõem formas diferenciadas de interação entre os participantes envolvidos.

3.5 VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS DIFERENTES MÉTODOS DE PARECERES

Após apresentar os subtipos do método “Open”, Shotton (2012) e Ford (2013) descrevem os benefícios e desafios desse tipo de avaliação para as publicações científicas. Dentre os benefícios, elencam a rapidez no avanço da ciência e do conhecimento, pois o método “Open” colabora na melhoria da qualidade das revisões, bem como, também, dos

artigos. Além disso, há uma maior possibilidade de identificação da má conduta científica. Os pesquisadores apontam os estudos de Bornmann (2011) e de Hu *et al.* os quais defendem a ideia de que artigos publicados sob método “Open” apresentam um maior desempenho de citação dentro dos campos do conhecimento nos quais os trabalhos foram publicados.

Conquanto reconheça seus aspectos positivos, Ford (2013) afirma ser muito difícil acreditar que teremos um aumento da qualidade dos artigos com o passar do tempo, pois, em muitas áreas, a qualidade das pesquisas é vista de forma subjetiva e isso impede que tenhamos um modo adequado de padronização no que é concebido como um artigo de qualidade. Além disso, a autora menciona que outra questão polêmica relacionada à revisão por pares é o abuso de poder do parecerista, sobretudo, no que diz respeito ao gênero e à filiação institucional. Se, por um lado, o abuso do parecerista, também, se evidencie quando ele tem sua identidade no anonimato (pelo fato de o avaliador se sentir mais à vontade para emitir um parecer negativo); por outro, isso não se apresenta como um problema na publicação acadêmica (para mulheres e para autores de instituições poucas renomadas na comunidade científica).

A autora afirma que, apesar das evidências de abuso do parecerista no método “Open”, esse tipo de revisão colabora para a melhoria de qualquer problema existente ou potencial no que se refere à conduta do avaliador diante do trabalho por ele apreciado. Nesse sentido, defende que o parecerista, ao ter sua identidade revelada, passa a ser o responsável pela qualidade, conteúdo e profissionalismo de suas avaliações. E suas avaliações serão julgadas tanto pelos editores dos periódicos como pela comunidade acadêmica. Ford (2013) aponta que, quando a identidade do parecerista é revelada, há uma maior transparência no processo de avaliação e isso permite que conflitos de interesses possam ser vistos pelos editores e por outros avaliadores.

Ademais, as contribuições positivas, justas e coerentes - feitas pelos avaliadores - dão a eles próprios uma maior visibilidade dentro da comunidade científica. Se aceitarmos a definição de justiça social como sendo a distribuição justa dos benefícios e encargos de uma sociedade entre seus respectivos membros, o método “Open” pode ser um modelo para alcançar a justiça social na publicação acadêmica (FORD, 2013; ROSS, 2017).

A revisão “Open” cria um diálogo em torno da escrita acadêmica de uma forma que a revisão às cegas não o faz. Já o anonimato e os papéis do editor - como intermediário

e juiz - reduzem muito o diálogo entre autor e parecerista (MAHARG, DUNG, 2007). Para que o diálogo ocorra, é importante que a comunidade participe do processo, pois ela colabora no estabelecimento de limites do diálogo entre autor e parecerista. Maharg e Duncan (2007) afirmam, ainda, que os processos de avaliação “Open” que se utilizam de uma menor mediação por parte do editor funcionam melhor para criar esse diálogo.

Ford (2013) afirma que, embora a promoção de diálogos entre autor-parecerista crie um rico processo de avaliação dentro de uma comunidade de prática, não fica claro para ela o porquê de uma menor mediação pelo editor. Assim, acredita, ao contrário de Maharg e Dung (2007), que a mediação editorial continue sendo um componente importante no processo de publicação acadêmica, pois a presença do editor colabora no processo de tomada de decisão nas edições dos periódicos.

Os benefícios do método “Open” são amplos, uma vez que esse tipo de sistemática de revisão beneficia tanto os periódicos, como autores, revisores e a comunidade acadêmica, pois esse tipo de avaliação pode resultar em discursos acadêmicos e publicações mais ricas. Ademais, periódicos que se utilizam do método “Open” podem atrair autores mais hábeis, ganhar mais leitores e ter um maior reconhecimento na comunidade científica. Além disso, esse tipo de sistemática pode, também melhorar e facilitar o gerenciamento da avaliação por pares (FORD, 2013).

Ford (2013) defende que há um certo ceticismo no processo de avaliação “Open”. Muitos pareceristas renomados hesitam em participar desse tipo de avaliação, pois os avaliadores temem criticar pesquisas de cientistas renomados na comunidade científica. E os autores, que têm seu reconhecimento em uma dada comunidade, preferem discutir sobre as falhas de seu trabalho de modo particular. Segundo a autora, a implementação de processos abertos de revisão por pares também impediu que os indivíduos participassem como autores ou pareceristas de periódicos. Diante disso, Ford (2013) afirma que alguns processos abertos de revisão por pares permitem que os avaliadores permaneçam anônimos. Segundo a pesquisadora, a permissão do anonimato, embora apazigue as preocupações dos pareceristas, torna-se um obstáculo à implementação da revisão por pares totalmente aberta (que depende da divulgação da identidade dos avaliadores dos artigos).

Provenzano (2020) afirma que, das muitas etapas do processo de publicação acadêmica, a revisão por pares é uma das mais importantes, porque esse tipo de revisão funciona como uma forma de controle de qualidade da pesquisa que será publicada em

um periódico. Ainda assim, a revisão por pares, segundo Provenzano (2020), apresenta falhas e, por isso, essa é uma das etapas mais criticadas por pesquisadores das mais diferentes áreas do conhecimento. Avaliações favoráveis a um mesmo autor podem acarretar um número desproporcional de publicações de artigos acadêmicos, pois quando a identidade do autor é revelada ao parecerista, este pode ser induzido a aceitar mais publicações de um dado autor do que de outro. Para a autora, a revisão do tipo “single-blind”, pelo fato de os pareceristas terem acesso às informações pessoais sobre os autores, a exemplo de nome, raça, gênero e filiação institucional, possibilita o surgimento de um julgamento parcial. A autora, apoiando-se nos estudos realizados por Tvina, Spelley e Palatnik (2019), afirma que a decisão a favor (ou contra) dada a uma publicação leva em consideração, no “single-blind”, o sentimento de simpatia e a relação de amizade que o parecerista guarda com o autor. Ademais, outro fator que há que se considerar é a filiação institucional, pois, a depender do peso da instituição da qual o autor faz parte, o seu trabalho pode visto como algo relevante ou não, o que faz com que o julgamento de uma pesquisa seja fundamentado em dados irrelevantes e não no mérito do trabalho.

Provezano (2020) advoga, ao contrário de Ford (2013), a favor da ideia de que os periódicos devam recorrer ao método “Double Blind”. Provezano (2020) traça uma linha de raciocínio semelhante à de Shaw (2015), que afirma que “o sistema de revisão por pares ‘Double Blind’ é considerado por alguns como o modelo mais justo para todas as partes envolvidas e, por isso, é usado por muitos periódicos ” (p. 894). Dito de outra maneira: manter o anonimato dos autores é uma garantia de que os pareceristas não avaliem um autor com base em gênero, raça e/ou filiação institucional. Defende Shaw (2015) que tornar anônima a identidade dos pareceristas faz-se muito importante dentro do processo de revisão por pares, pois isso dá uma maior garantia de que o avaliador realize uma avaliação mais justa, já que ele não terá medo de retaliações em caso de o autor ser alguém renomado e influente na área. Partindo dessa ideia, o autor diz que o método de revisão “Double Blind” ameniza os problemas que são encontrados no “Single Blinde”.

Provezano (2020) afirma que o método “Single Blinde” tem trazido à tona o preconceito em relação ao gênero, isso porque as autoras de artigos são mais propensas a receber pareceres negativos do que seus colegas (do sexo masculino). As mulheres estão, assim, subrepresentadas. Provezano (2020) relata uma pesquisa realizada por Helmer, Schottdorf, Neef e Battaglia (2017), na qual se descobriu que há um menor número de

mulheres (autoras) do que homens (autores) no universo da pesquisa científica e que os editores – homens - de periódicos são mais propensos a escolher homens do que mulheres, já as mulheres são mais propensas a escolher outras mulheres. Diante disso, Provezano (2020) afirma que o preconceito de gênero não deve ser uma instância em que os pareceristas devam julgar o trabalho de um autor, pois isso não deve ser visto como relevante para se avaliar o mérito de um trabalho. Acreditamos que a revisão por pares em que a identidade do autor não é revelada – pode, se não resolver, pelo menos amenizar julgamentos preconceituosos em relação ao gênero. Ao olharmos as publicações na área de Linguística, no Brasil, vimos que há percentual considerável de mulheres no universo da ciência, então, o sistema de avaliação em que o anonimato tanto do parecerista como do autor são postas no anonimato – modo de revisão bastante utilizado nos periódicos brasileiros – colaboram para uma participação maior do público feminino no meio científico.

A revisão por pares é uma parte crucial do processo de publicação acadêmica, pois, sem essa avaliação, os periódicos não teriam como filtrar informações que coloquem em risco a qualidade e o mérito de uma pesquisa. No entanto, por mais importante que seja a revisão por pares, esse sistema não é totalmente perfeito e apresenta muitas falhas. Por exemplo, pode haver muitos tipos de preconceitos - a favor ou contra um autor - que podem impedir uma avaliação justa. Muitos periódicos usam modelos - como “single-blind” e “open review” - que permitem aos pareceristas terem acesso ao nome, raça, gênero e afiliação institucional do autor. Diante da posse dessas informações, os pareceristas têm maior probabilidade de fazer julgamentos com base em fatores irrelevantes sobre uma pesquisa que está sob sua avaliação. O método “Double Blind”, por sua vez, pelo anonimato total, permite que as avaliações sejam feitas com base no mérito do artigo e não nas informações pessoais do autor do trabalho. Para um sistema que nos é tão essencial no processo de publicação, é fundamental que os periódicos implementem um modelo de avaliação das pesquisas mais justo, para que, assim, possam garantir uma revisão confiável e de alta qualidade (PROVENZANO, 2020).

Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), também, discutem as vantagens e desvantagens dos diferentes tipos de pareceres. Para eles, não há, em nenhum dos tipos, uma total perfeição. Cada um dos métodos de avaliação apresenta aspectos positivos e negativos, estando cada um deles sujeito a falhas. O método “Open” pode ser mais vantajoso, pelo fato de o parecerista ter que ser mais cuidadoso e respeitoso em suas observações, além

de desencorajar o plágio na escrita dos artigos. Porém, enfatizam os pesquisadores, as desvantagens desse tipo de avaliação é que os pareceristas podem não ser verdadeiros em sua análise pelo fato de manter ou não uma relação amigável com o autor do trabalho analisado. Diante disso, o parecerista pode suavizar suas críticas para não estremecer sua relação com a pessoa cujo texto está sendo apreciado. Isso acontece, sobretudo, quando avaliadores mais jovens avaliam os trabalhos de pesquisadores renomados na área. Outra desvantagem desse tipo de avaliação é que há pouca adesão de pareceristas quando estes sabem que irão avaliar um artigo com sua identidade revelada.

Já a avaliação em que tanto o parecerista como o autor têm como garantia o anonimato é vantajosa, porque, segundo Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), essa sistemática evita que uma avaliação tendenciosa contra o autor seja realizada. E isso permite que o trabalho do autor seja analisado pelo conteúdo e não pela identidade, gênero ou filiação institucional do autor do trabalho. A desvantagem desse tipo de avaliação é que, sobretudo, em áreas que estudam, especificadamente, um dado tema, às vezes, pode ser fácil para o parecerista determinar a identidade do autor com base no estilo de escrita, tema e/ou citação. E isso pode trazer uma parcialidade do parecerista acerca do trabalho analisado. Desse modo, afirmam eles, o anonimato da identidade do autor e dos pareceristas, geralmente, é pensado para minimizar o preconceito e manter a qualidade da revisão.

O método “Single-blind”, também, apresenta vantagens e desvantagens. A vantagem apresentada pelos autores é a de que o parecerista tem maior probabilidade de fornecer um *feedback* mais justo quando sua identidade é ocultada. Ter sua identidade no anonimato permite que o parecerista tome decisões sem ter receio do que dirá sobre o trabalho do autor. No entanto, enfatizam os autores, a principal desvantagem do anonimato do parecerista nesse tipo de avaliação é que os pareceristas, que recebem artigos sobre temáticas que se assemelham às suas próprias pesquisas, podem ser tentados a atrasar a avaliação do trabalho que está sob seu julgo para publicar seus próprios dados primeiro.

Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014) defendem a ideia de que, mesmo diante de falhas existentes em qualquer um dos tipos de avaliação, a revisão por pares ainda é a forma mais confiável no processo de escolha de uma pesquisa para publicação em um periódico, pois é, a partir do olhar do parecerista, que se garante a melhoria e/ou correção de alguma

questão problemática presente na pesquisa analisada que será divulgada para a comunidade científica.

Os quadros 2, 3 e 4, a seguir, sintetizam as principais vantagens e desvantagens dos três principais tipos de métodos: *Double Blind*, *Single Blind* e *Open*.

Quadro 2: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens

Tipos	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Single Blind	<ul style="list-style-type: none"> - Presença do editor colaborando para a tomada de decisão sobre a qualidade dos artigos. - Busca de controle de qualidade da pesquisa a ser publicada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução do diálogo entre autor e parecerista. - Risco de Julgamento parcial. - Risco de preconceito de gênero. - Risco de subjetividade na avaliação.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das ideias desenvolvidas por Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), Ford (2013), Maharg e Dung (2007), Ross (2017), Shaw (2015), Shotton (2012) e Provenzano (2020).

Quadro 3: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens

Tipos	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Double Blind	<ul style="list-style-type: none"> - Presença do editor colaborando para a tomada de decisão sobre a qualidade dos artigos. - Ausência de julgamentos preconceituosos baseado em gênero; - Busca de controle de qualidade da pesquisa a ser publicada. - Modelo justo para todas as partes; - Foco no mérito do artigo e não nas informações pessoais do autor do trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> - Redução ou inexistência de diálogo entre autor e parecerista.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das ideias desenvolvidas por Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), Ford (2013), Maharg e Dung (2007), Ross (2017), Shaw (2015), Shotton (2012) e Provenzano (2020).

Quadro 4: Tipos de avaliação_vantagens e desvantagens

Tipos	VANTAGENS	DESVANTAGENS
Métodos OPEN	<ul style="list-style-type: none"> - Melhoria na qualidade das avaliações e dos artigos; - Maior possibilidade de identificação da má conduta científica; - Maior probabilidade de citação dos artigos avaliados; - Envolvimento da comunidade acadêmica no processo avaliativo; - Maior transparência no processo de avaliação; - Maior visibilidade e reconhecimento aos avaliadores dentro da comunidade científica; - Diálogo em torno da escrita acadêmica; - Avaliação pode resultar em discursos acadêmicos e publicações mais ricas; - Periódicos com maior reconhecimento na comunidade científica; - Controle de qualidade da pesquisa que será publicada em um periódico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Risco de avaliação influenciada pela filiação institucional. - Receio de críticas em relação a pesquisas de cientistas e instituições renomadas - Risco de Julgamento parcial. - Risco de preconceito de gênero. - Risco de subjetividade na avaliação.

Fonte: quadro elaborado pela autora a partir das ideias desenvolvidas por Adeli, Kelly e Sadeghieh (2014), Ford (2013), Maharg e Dung (2007), Ross (2017), Shaw (2015), Shotton (2012) e Provenzano (2020).

Nosso entendimento é que é bem complexo e difícil indicar qual destes métodos é o melhor ou mais satisfatório, tendo em vista que, a depender dos riscos que se busca evitar e das vantagens que se quer obter, a escolha sofrerá variações. Também entendemos da grande importância de considerar que qualquer dos métodos apresenta desvantagens e riscos, o que justifica cautela e relatividade nos processos avaliativos.

4 DOS ASPECTOS METODOLÓGICOS

4.1 TIPO DE PESQUISA

Seguindo uma tradição da pesquisa interpretativa, fundada na ideia de que a realidade é concebida a partir da experiência humana e esta resulta da interação dos seres humanos com o mundo onde vivem (CROTTY, 1998; RICHARDS, 2003), fizemos, em nossa investigação, uso de instrumentos variados de coleta de dados. Utilizamos entrevistas feitas a editores e pareceristas de periódicos da área de linguística no Brasil, a partir dos quais buscamos interpretar e compreender os significados dados pelos entrevistados ao fenômeno investigado para que, assim, fosse possível descrever os propósitos comunicativos e, em outro momento, estabelecer relações com os tipos de comentários avaliativos presentes nos pareceres anônimos que compõem a amostra textual da pesquisa. Foram analisados exemplares de pareceres, pois consideramos, assim como Punch (2009) que os textos escritos podem fornecer aos pesquisadores uma rica fonte de informações sobre as atividades, intenções e ideias de seus criadores.

Fizemos uma pesquisa qualitativa através da análise de documentos, já que análises deste tipo podem trazer contribuições importantes para o estudo aqui empreendido, uma vez que textos escritos são uma fonte rica de dados (GODOY, 1995). A análise de exemplares de pareceres escritos nos possibilitou obter informações acerca dos pareceres, um gênero considerado ocluso (SWALES, 1996), ou de acesso público restrito (VAN DIJK, 2010), o que faz com que suas ações retóricas sejam pouco compreendidas por grande parte dos pesquisadores, sobretudo, os iniciantes. Por isso, a análise dos pareceres nos possibilitou entender, descrever e explicar alguns dos aspectos avaliativos utilizados por pareceristas para conferir credibilidade aos artigos científicos a serem publicados. Alinhamo-nos aqui à ideia de Godoy (1995) de que os documentos são uma fonte não-reativa de informações, visto que, mesmo após um longo período, não há perigo de alteração no comportamento que os sujeitos investigados tiveram no momento que produziram esses documentos.

Além dos dados coletados, a pesquisa nos permitiu gerar dados, tendo em vista que algumas das informações que interessam à pesquisa não se encontravam prontas no cenário da pesquisa para serem coletadas, mas foram criadas a partir da conexão

entre informações diversas (ERICKSON, 1989). Por considerarmos essas conexões importantes para uma pesquisa, fizemos o cruzamento dos dados coletados nas entrevistas, nos pareceres e nos textos que regem as diretrizes de funcionamento das revistas direcionadas aos pareceristas e verificamos as aproximações, distanciamentos e/ou contradições entre as informações e os pontos de vista presentes nos diferentes documentos analisados.

4.2 CENÁRIO DE PESQUISA

4.2.1 CORPUS: Pareceres anônimos de periódicos da área de Linguística emitidos por pesquisadores atendendo à solicitação de periódicos e formulários de avaliação dos trabalhos submetidos às revistas analisadas.

4.2.2 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO: Pareceres sobre artigos submetidos a periódicos que estão incluídos no sistema Qualis da Capes, no último quadriênio (2017-2020).

4.2.3 QUANTIDADE: 80 *pareceres*¹², 3 *formulários de preenchimento para avaliação dos trabalhos*¹³ e 4 *instruções dos periódicos direcionadas aos pareceristas e autores*¹⁴. A quantidade de formulários e de instruções foram em menor número, porque o foco central da nossa análise é o ‘parecer’.

4.2.4 FORMA DE ACESSO AOS EXEMPLARES: Através do contato por e-mail com os editores de 30 Periódicos da área de Linguística de todas as regiões do Brasil. Dos 30, aceitaram participar da pesquisa três periódicos do Nordeste e um do Sul do país. Solicitamos aos editores que nos enviassem 20 pareceres (do tipo aprovados com solicitação de alteração) do último quadriênio, em relação aos quais foi oferecida garantia de confidencialidade e anonimato. Enviamos ao editor toda a documentação submetida e aprovada pelo Conselho de Ética da Universidade Federal do Piauí (UFPI) para que ele sentisse segurança de que seu anonimato seria preservado e, também, confiasse na ética da nossa pesquisa. A escolha dos pareceres foi feita pelo

¹² Como foram investigados pareceres de 4 periódicos diferentes, analisamos 20 pareceres de cada periódico, totalizando, assim, 80 pareceres;

¹³ Analisamos 1 formulário de cada um dos periódicos (que contém formulário), pois este documento, no processo de avaliação e direcionado aos pareceristas, é o mesmo. Não há alteração no conteúdo presente em seu texto;

¹⁴ Analisamos as instruções direcionadas aos autores de cada um dos periódicos. Como são 4 periódicos, foram, então, 4 instruções para autores. Desse modo, verificaremos como cada um dos periódicos instrui os pesquisadores.

próprio editor, pois somente ele pode ser o responsável por armazenar e proteger os pareceres. Ao final, somente foram enviados pareceres aprovados com ressalva, ou seja, com a publicação condicionada às alterações solicitadas pelos revisores e, por isso, a amostra ficou constituída de 80 pareceres de tipo aprovado com solicitação de alterações.

4.3 DOS PARTICIPANTES

4.3.1 (4 Editores): editores de periódicos da área de letras, linguística e linguística aplicada que atuaram no último quadriênio (2017-2020). Como são 4 periódicos que fizeram parte da nossa pesquisa, entrevistamos o editor-chefe de cada um deles.

4.3.2 (9 Pareceristas): pareceristas de periódicos de Letras, Linguística e Linguística Aplicada que atuaram no último quadriênio (2017-2020) prestando pareceres para diferentes periódicos brasileiros. Em função da confidencialidade e anonimado dos pareceres, não foi possível identificar se os pareceristas atuaram nos mesmos periódicos dos editores entrevistados. Este fato, porém, não é significativo para o tipo de análise aqui desenvolvida.

4.4 DAS ENTREVISTAS:

4.4.1 ESCOLHA DO CAMPO INVESTIGADO: A escolha por essa cultura disciplinar se deu em função de não terem identificadas nas bases de dados pesquisas sobre esse gênero na área de linguística no Brasil.

4.4.2 DA IDENTIDADE DOS PERIÓDICOS: Os periódicos são públicos e, considerando ser possível a identificação da identidade dos editores através da revelação do nome das revistas, os nomes dos periódicos não foram divulgados. Os 4 periódicos foram assim codificados: [PER_A_B2](#), [PER_B_A4](#), [PER_C_A2](#) e [PER_D_A4](#)¹⁵.

4.4.3 DA IDENTIDADE DOS ENTREVISTADOS (PARECERISTAS): As identidades foram ocultadas, com a finalidade de proteger suas imagens. Assim, os 9

¹⁵ [PER_A_B2](#): PER (Periódico); A (Letra utilizada para substituir o nome do periódico) e B2 (Indica o qualis do periódico). Desse modo, as pessoas que lerão nossa pesquisa não terão acesso aos nomes dos periódicos que contribuíram com o nosso trabalho;

pareceristas receberam esta codificação em nossa pesquisa: P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9¹⁶.

4.4. DA IDENTIDADE DOS EDITORES: Os nomes dos editores dos periódicos não foram divulgados, pois isso possibilitaria ao leitor desta pesquisa identificar os periódicos investigados. Eles foram codificados desta maneira: EDR_1, EDR_2, EDR_3, EDR_4¹⁷.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

4.5.1 OS ‘FORMULÁRIOS DE AVALIAÇÃO’, INFORMAÇÕES SOBRE A REVISTA E AS ‘INSTRUÇÕES DIRECIONADAS AOS PARECERISTAS E AUTORES’: foram lidos integralmente de modo a: a) identificar a presença de crenças da equipe editorial em relação ao mérito e qualidade dos artigos; b) identificar os potenciais indícios para a reconstrução dos propósitos comunicativos dos pareceres; c) explicar o funcionamento do sistema editorial dos periódicos investigados.

4.5.2 OS PARECERES: foram codificados alfanumericamente¹⁸, com omissão dos nomes dos editores e de outras fontes que pudessem revelar o nome do periódico. Eles receberam esta codificação: PC_1, PC_2, PC_3, seguida da codificação do periódico. Na análise, foi observado o processo de construção de crenças em correlação aos tipos de comentários. Recortamos os enunciados presentes nos pareceres que mais revelaram os tipos de comentários dos pareceristas (YAKHOTOVA, 2019). Feito isso, verificamos o aspecto avaliado e a crítica estabelecida sobre esse aspecto (FORTANET, 2008). Com isso, observamos os tipos de comentários e como eles apontavam para algumas crenças sobre qualidade textual e mérito científico dos artigos.

¹⁶ P (para indicar o grupo que será entrevistado. No caso, em questão, “P” significa parecerista). Já a numeração “1” indica o nome do parecerista entrevistado para, assim, resguardarmos o seu anonimato.

¹⁷ EDR_1: EDR (Editor) e 1 (Numeração correspondente à ordem do editor que cedeu entrevista para a pesquisa);

¹⁸ PER_A_B2_PC_1: PER (Periódico); A (Letra utilizada para substituir o nome do periódico); B2 (Indica o qualis do periódico); PC (Parecer) e 1 (Numeração correspondente ao parecer analisado na ordem lida pelo pesquisador).

4.5.3 DA SISTEMATIZAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS: Analisamos trechos com a presença de avaliações, seguindo categorização de tipos de comentários proposta por Yakhontova (2019). Esta categorização, após as análises, sofreu algumas adaptações, de modo que alguns tipos de comentários foram mantidos, outros foram adaptados e alguns outros foram criados (ver Quadro 7, capítulo 6).

4.5.4 DO CRUZAMENTO DOS DADOS: Fizemos o cruzamento dos dados encontrados, pois esse procedimento pode oferecer uma maior validação às descobertas de uma pesquisa (MARSHALL; ROSSMAN, 2006). Dessa forma, integramos os variados dados coletados, pois acreditamos ser esse procedimento mais rico para explicarmos os propósitos e as crenças dos pareceristas presentes nos dados. Por isso, fizemos o cruzamento da análise dos pareceres com a análise dos depoimentos dos entrevistados (pareceristas e editores) com o propósito de vermos como as informações e os pontos de vista presentes nos diferentes documentos e entrevistas analisados se aproximavam, se distanciavam e/ou se contrapunham. O cruzamento de dados textuais e dados contextuais também foi usado como base para a definição do propósito comunicativo dos pareceres. Seguindo a orientação de Askehave e Swales (2009 [2001]), ouvimos os participantes em relação a suas crenças sobre os propósitos dos pareceres, analisamos os propósitos comunicativos dos pareceres indicados nos comentários e as orientações contidas em documentos (formulários e instruções aos autores e pareceristas) e fizemos um entrecruzamento destes dados com a finalidade de fazer uma proposta, enquanto analistas de gênero, dos “re-propósitos” dos pareceres.

4.6 DAS ENTREVISTAS E DAS FERRAMENTAS

As entrevistas realizadas centraram-se em questões que elucidariam as percepções e as experiências dos participantes em relação ao gênero parecer. Utilizamos as entrevistas porque elas funcionam como uma forma específica de produção de conhecimento resultante da interação entre entrevistador e entrevistado e são uma das formas mais comuns e poderosas de conhecermos como outras pessoas vivenciam e compreendem o seu mundo (FONTANA; FREY, 2005; KVALE, 2007). O tipo de entrevista utilizada na pesquisa foi a semiestruturada. Foram explorados tópicos específicos em um formato aberto para, assim, obter informações dos

indivíduos sobre o parecer anônimo. Para esse fim, fizemos uma série de questionamentos que foram direcionados aos entrevistados, mas não seguimos uma ordem específica e predeterminada ao interagir com o entrevistado. Ademais, solicitamos que os entrevistados (pareceristas e editores), ao final da entrevista, evidenciassem algo que considerassem importante, mas que não foi posto, em nenhum momento da entrevista pelo entrevistador-pesquisador.

Levando em consideração a instabilidade a nível mundial por conta da Pandemia do Covid-19, os participantes puderam escolher qual das duas possibilidades abaixo seria a mais adequada para a realização da entrevista:

✓ **1ª possibilidade:** entrevista pelo Meet ou pelo Zoom, na qual a doutoranda e o entrevistado (a) estabeleceram o melhor horário para conversarem através de videochamadas. A fim de que não fosse interrompida e mantivesse a ética na troca de informações, a doutoranda esteve na sala do Núcleo de Pesquisa CATAPHORA, sozinha, no horário combinado. Após o procedimento de troca de mensagens em áudio ou áudio e imagem, foi realizada a transcrição da entrevista.

✓ **2ª possibilidade:** Nos casos em que não houve a possibilidade de encontros entre os sujeitos e a doutoranda, enviamos um Formulário do Google, em forma de questionamentos, que somente os sujeitos, a doutoranda e seu orientador, Prof. Dr. Francisco Alves Filho, tiveram acesso, com as mesmas perguntas feitas na entrevista, via Meet ou via Zoom. Nesse caso, os sujeitos participantes tiveram que se colocar à disposição para novas perguntas, uma vez que não houve o contato direto e rápido possibilitado pela opção anterior. O *link* do formulário foi enviado para o e-mail dos sujeitos participantes.

4.7 DOS QUESTIONÁRIOS E DOS TCLES

O projeto que viabilizou essa pesquisa passou pelo Conselho de Ética de Pesquisa (CEP), da Universidade Federal do Piauí (UFPI). E seguindo as orientações do CEP, elaboramos 2 questionários (1 para cada grupo que foi entrevistado em nossa pesquisa) e 2 TCLs diferentes (1 para cada grupo de pessoas entrevistadas).

4.7.1 DA APROVAÇÃO DA PESQUISA NO CEP

O Projeto *Ações retóricas do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística* foi submetido ao CEP no dia 24 de fevereiro de 2021. Fizemos algumas modificações, conforme sugestões do Conselho e, depois, reenviamos a documentação de acordo com as exigências do órgão de pesquisa e ética, conforme quadros a seguir.

Quadro 5: Da submissão e modificação do projeto

Apreciação ↕	Pesquisador Responsável ↕	Versão ↕	Submissão ↕	Modificação ↕	Situação ↕
PO	LAFITY DOS SANTOS ALVES	2	24/02/2021	05/04/2021	Aprovado

Fonte: CEP (2021)

Quadro 6: Da aprovação do projeto pelo CEP

CAAE ↕	Versão ↕	Pesquisador Responsável ↕	Comitê de Ética ↕
42108620.6.0000.5214	2	LAFITY DOS SANTOS ALVES	5214 - UFPI - Universidade Federal do Piauí - Campus Ministro Petrônio Portela

Fonte: CEP (2021)

Com a aprovação do Conselho, a nossa pesquisa pode ser desenvolvida com os respaldos da ética - previstos pelo CEP - da Universidade Federal do Piauí (Campus Universitário Ministro Petrônio Portella - Teresina - PI). Isso viabilizou uma confiança dos entrevistados em nossa pesquisa, principalmente, no que diz respeito às informações cedidas por eles.

5 O FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DOS PERIÓDICOS NA ÁREA DISCIPLINAR DE LINGUÍSTICA NO BRASIL

5.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PERIÓDICOS INVESTIGADOS

A partir da análise dos sites das revistas que fazem parte da nossa pesquisa, bem como das entrevistas concedidas pelos editores-chefes de cada uma delas, empreenderemos, nesta seção, uma descrição geral dos periódicos aqui investigados: *PER_A_B2*, *PER_B_A4*, *PER_C_A2* e *PER_D_A4*.

A revista *PER_A_B2* foi criada em 2011 e tem publicação semestral. Faz parte de um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública da região Nordeste do país e divulga, semestralmente, trabalhos inéditos relacionados a estudos literários e linguísticos. O primeiro volume foi divulgado no formato impresso e, com a publicação do volume 2, passou para o suporte eletrônico. Tem 12 anos de circulação e é, dentre as revistas investigadas, a mais nova na atividade de publicação. O Estrato Qualis-Capes atual é *B2*.

Já a revista *PER_B_A4* foi criada em 2009 e faz parte de um Programa de Pós-graduação de uma universidade pública da região Nordeste. Divulga pesquisas inéditas produzidas no escopo de interesse da Linguística Aplicada e circula há 14 anos, no formato eletrônico. Assim como *PER_A_B2*, a *PER_B_A4* é uma das mais novas na prática de publicação de artigos e outros gêneros. Seu Estrato Qualis-Capes atual é o *A4*.

A *PER_C_A2*, também uma revista publicada por um Programa de Pós-Graduação em Linguística, é oriunda de uma universidade pública do Sul do Brasil. Existe desde 1998, tem periodicidade trimestral e divulga trabalhos inéditos, de caráter teórico ou aplicado, na área da linguagem e do seu ensino. Dos 4 periódicos investigados, é um dos mais antigos, com 25 anos na prática de publicação. Seu Qualis-Capes, atualmente, é o *A2*.

A *PER_C_A2*, a revista *PER_D_A4* é a mais antiga, já tendo 36 anos no mercado editorial. Foi criada em 1987 e, assim como as outras três, está interligada a um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do Nordeste do país. O seu projeto editorial está interligado às duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação: Teoria Literária e Linguística e publica artigos inéditos nesses dois campos do conhecimento. O Qualis-Capes atual desse periódico é *A4*.

Os quatro periódicos estão interligados a Programas de Pós-Graduação de universidades públicas do Brasil, provavelmente por que os programas se sentem premidos pelo sistema nacional de avaliação de cursos a criar um periódico, como vemos no depoimento abaixo.

“Então, vamos lá. A revista F nasceu com um programa de pós-graduação que é o que está acontecendo no Brasil inteiro. Todo programa se sente na obrigação de ter um espaço ali, um locus de publicação. Nós temos um programa de pós-graduação com muitos professores, muitos pesquisadores, alunos que estão em formação, além de mestres e doutores que têm que publicar porque a Capes exige a avaliação dos programas” (Depoimento EDR_2)

Além de estarem interligados a um Programa de Pós, esses periódicos apresentam uma política de livre acesso aos leitores e autores, já que oferecem acesso imediato aos trabalhos científicos neles divulgados e não cobram taxas de pesquisadores que submetem e publicam seus trabalhos, assim como não cobram o acesso dos leitores. As publicações das revistas ocorrem de duas maneiras e de forma alternada: com números temáticos e abertos.

5.2 O PROCESSO DE ESCOLHA DOS EDITORES

Nos 4 periódicos não há um processo regido por votação ou abertura de um edital para a seleção de um editor. Os editores das revistas em questão são professores de Pós-Graduação e, ao demonstrarem interesse pela função, os demais profissionais de seus Programas acatam os seus nomes e, assim, eles passaram a exercer esse papel. Ser editor de uma revista é, como podemos ver no depoimento do EDR_1 (a seguir), um projeto pessoal, já que é preciso existir apenas uma oportunidade e um profissional que queira assumir a função de editor.

“Eu só posso falar da minha experiência. Eu fui editor de dois periódicos, um que eu criei, que é a X, na Universidade onde eu estava antes. Então, eu virei editor porque eu falei eu quero ser editor, porque a gente ia criar um programa interdisciplinar em ciência humanas e eu queria ter uma revista. Sempre me interessei muito por periódico e na revista X, o editor anterior pediu para sair e eu tinha acabado de entrar na universidade X. E em 2014, perguntaram "Quem quer?" E eu levantei a mão na reunião... eu falei assim: "eu tive um periódico e eu tenho vontade de ser da revista X". Porque tem uma coisa, Láfity... eu fui aluno da universidade X no mestrado, fiz doutorado nela... e publiquei na revista X. Dei parecer para a revista X... e, assim, eu gostava daquilo. Então, eu tinha um interesse, eu queria saber como funcionava, enfim. E na medida em que eu vejo que na minha pós-graduação tem uma vaga para ser ocupada e eu tinha interesse pela vaga... eu me apresentei aos colegas. Eles aceitaram, já que eu queria. A Working Papers, por exemplo, foi da Izete Coelho por muito tempo. Acho que uns cinco, seis anos. E na

última reunião, penúltima reunião, ela pediu para sair, porque já estava aposentada. Daí o Marco Antônio, que foi editor da revista do GELNE, colocou o nome dele para discussão, e as pessoas aceitaram. Enfim, ele se colocou para assumir... e colocou os motivos. É sempre assim. O que eu vejo, na minha pós, que tem uma revista, é que se tem um lugar vago e alguém tem desejo nele, é a oportunidade de assumir o papel de editor” (Depoimento EDR_1)

Além de ser um projeto pessoal, a função de editor não é fonte de desejo de muitos profissionais da área de Letras, visto que exercer esse papel traz uma demanda de trabalho muito grande e não há nenhum tipo de retorno financeiro para quem aceita realizar esse tipo de atividade na vida acadêmica, como podemos ver no depoimento do EDR_1.

“Diz respeito à falta de profissionalização dessa escolha. Assim, não é... não é um lugar cobiçado. É um lugar que as pessoas não querem ocupar. Eu já vi muitas pessoas falarem que não querem ser editor de revista, porque é um lugar em que você não tem nenhuma, digamos assim, uma... não tem um retorno financeiro. Você tem muito trabalho e pouco retorno para você, pessoal” (Depoimento EDR_1)

Outro ponto importante e que se destacou nos depoimentos de todos os editores entrevistados é que não há um tempo predeterminado para o exercício do papel em questão. Esta indeterminação provavelmente decorre da própria carência de pesquisadores dispostos a assumir a função. Assim, um editor pode ficar o tempo que quiser nessa função, a exemplo deste trecho do depoimento do EDR_2.

“Quando ela [Editora anterior] terminou o terceiro número, aí foi uma época em que estavam exigindo que a revista tivesse dentro de uma plataforma que deveria ser igual para o Brasil inteiro e tal. E aí houve cursos, o MEC promoveu cursos, chamou todo mundo de pós-graduação para ir fazer curso lá em Brasília, para conhecer sua plataforma e tal. E aí, nessa época aí, essa minha colega saiu da revista e passou o comando pra outra. Então, foram duas, duas outras professoras que foram as editoras-chefes da segunda fase da revista, que aí, nesse momento a revista começava a tomar um corpo, começava a ir para a plataforma. Elas ficaram até uma delas se aposentar. Então, quando uma delas se aposentou, foi preciso então passar o comando para outra pessoa. E foi que eu me ofereci para trabalhar como editora-chefe da revista” (Depoimento EDR_2)

5.3 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

O mecanismo de revisão tradicional consiste na mediação entre autor e parecerista via editor. Assim, somente a identidade do editor é conhecida durante o processo de avaliação do artigo científico-acadêmico, autor e parecerista não têm acesso um ao outro. Nesse sentido, os trabalhos submetidos aos periódicos, após a verificação da adequação

à política editorial da revista são enviados anonimamente a pareceristas especialistas externos à equipe editorial para que seja feita a avaliação do manuscrito. Após a avaliação dos manuscritos, os pareceristas (pesquisadores da mesma área do trabalho analisado) compartilham os pareceres com o editor. O editor irá avaliar se não há divergência entre as decisões (aprovar sem ressalvas, reprovar ou aprovar com alterações). Se não tiver divergência, o editor encaminha os pareceres aos autores para procederem às modificações que, via de regra, são solicitadas.

Porém, em caso de dissonância entre os avaliadores, o editor contacta um outro avaliador para que se tenha uma tomada de decisão final em relação ao trabalho submetido ao periódico. Ao longo de todo esse processo, parecerista e autor não têm acesso às informações pessoais e profissionais uns dos outros. Portanto, as quatro revistas apresentam um processo de *avaliação cega por pares*.

Todo esse processo de avaliação dos manuscritos submetidos demanda muito tempo, segundo os 4 editores. Isso ocorre, segundo eles, pela demora no retorno por parte dos pareceristas. E, muitas vezes, há a necessidade de se contactar novos pareceristas, porque alguns demoram até mesmo a dar uma resposta sobre o aceite do convite para avaliação do trabalho submetido ao periódico. Há casos também, conforme depoimento dos editores, em que os pareceristas aceitam realizar a avaliação, mas demoram na devolutiva do parecer. Isso gera uma cobrança grande dos autores, porque, como as revistas funcionam no formato digital, eles podem acompanhar o passo a passo da avaliação do seu trabalho. Assim, eles têm acesso à data de envio do manuscrito ao parecerista e, quando veem que o processo não “anda”, enviam e-mails aos editores exigindo-lhes uma resposta.

A demora pode ter algumas causas: a) o serviço prestado ser gratuito; b) esse tipo de atividade acadêmica ser pouco valorizado no currículo dos pesquisadores que atuam na vida acadêmica; c) demanda de serviço dos pesquisadores ser grande, uma vez que atuam como professores de graduação, professores de pós-graduação, orientadores, serviços de gestão etc. Para o editor EDR_3, emitir parecer é...

“... é um trabalho braçal muito grande e que é pouco valorizado dentro dessas instâncias de avaliação. E o parecerista tem uma função muito importante na garantia da qualidade da divulgação científica, mas esse é um trabalho desvalorizado, é como se fosse um trabalho qualquer. E no caso do Brasil, é uma atividade gratuita. É muito uma troca de favor acadêmico que se faz. Vamos dizer assim, é o cumprimento de um papel social que não é remunerado e que é pouco valorizado pelas instituições, como por exemplo a Capes, e que muitos colegas vieram

dizer que não vão mais aceitar fazer esse esforço de aceitar tantas emissões de pareceres, já que o retorno acadêmico é muito pequeno, né” (Depoimento EDR_3)

O editor EDR_4 afirma que, além de atuar como editor, também exerce a função de parecerista e que atuar neste papel...

“é um serviço que a gente se voluntaria, que a gente faz também por camaradagem, por uma questão de parceria, de coleguismo. Mas eu acredito que isso se deva porque eu também sou professora e eu sei e, às vezes, eu também preciso recusar. Eu, quando recuso, é porque realmente eu estou até o último fio de cabelo de coisa por fazer, pra fazer. E eu não vou me comprometer justamente porque, como editora, eu também não quero atrasar o processo, né? Então, agora, como autora... autora não, como parecerista também, porque eu também dou parecer em outras revistas. Eu, às vezes, eu olho se eu recebo um trabalho e falo "meus Deus, mas eu não tenho tempo"...” (Depoimento EDR_4)

Ainda no que diz respeito ao processo de avaliação, os pareceres emitidos são elaborados ou por membros do conselho editorial da revista ou por pareceristas *Ad Hoc*, convidados a atuar de modo pontual sem vínculo permanente com a revista. Um parecerista expressa uma queixa em relação a um tratamento de segunda categoria ele enquanto parecerista *Ad Hoc*, o qual embora tenha emitido pareceres para vários periódicos, nunca teve o seu nome validado na lista do Conselho Editorial desses periódicos para os quais houve a prestação de serviço.

*“Tem uma coisa que eu não sei se conta na entrevista... mas... é... quem é parecerista *Ad Hoc*, né, não aparece na comissão editorial. Alguns nomes de pareceristas se repetem em várias revistas e outros nomes não aparecem, né... porque, se isso acontece comigo, deve acontecer outros pareceristas também” (Depoimento P6)*

Sobre a escolha dos pareceristas para a avaliação dos trabalhos submetidos, os editores afirmaram que a seleção parte destes aspectos: a) verificação dos nomes de pesquisadores que fazem parte das listas de GTS e Associações de pesquisadores; b) consulta a professores de Pós-Graduação que conheçam profissionais capacitados para a emissão de pareceres e c) buscas no Google por especialistas de uma dada área do conhecimento.

Sobre o tipo de documento utilizado para a avaliação dos manuscritos, somente o PER_D_A4, não faz uso de formulário (nesse caso, o parecerista fica livre para realizar sua avaliação).

O formulário do periódico PER_A_B2 apresenta a seguinte estrutura: título do trabalho; data do envio da avaliação; critérios de avaliação (objetivos), mas há espaço para comentários extras; parecer final, no qual o parecerista irá dizer se o trabalho deve ser aceito na sua forma atual, se deve ser aceito (desde que sejam observadas as correções sugeridas no parecer) ou se o trabalho não deve ser aceito para a publicação. Dentre os critérios de avaliação estão: tema (se é condizente com o escopo da revista, se é atual e contribui para a área do conhecimento, se apresenta originalidade); relação do título com o conteúdo do artigo; coerência entre o resumo e o que foi exposto no trabalho; consistência teórica e domínio da literatura; metodologia atende aos objetivos apresentados; quando há análise de dados, se ela é coerente com os objetivos e com o quadro teórico apresentado no manuscrito; referências são pertinentes e atuais; o trabalho segue a norma gramatical da língua e a ABNT. Para sinalizar sua avaliação diante desses aspectos objetivos, o parecerista tem 3 opções: concorda, concorda parcialmente ou discorda. E ainda pode optar se pretende ver novamente o manuscrito após as correções para verificar se as alterações requisitadas foram atendidas ou não pelo autor.

O formulário do periódico PER_B_A4 é estruturado desta maneira: a) título do manuscrito avaliado; b) instrução ao parecerista; c) critérios de avaliação: relevância para a área (contribuição, inovação, tema definido e desenvolvido, atende aos objetivos e questões propostos, reflexão original), coerência com a proposta da revista (trabalho se adequa ao escopo da revista), consistência teórico-metodológica (o artigo especifica o referencial teórico e a metodologia adotados, a metodologia é adequada ao que se pesquisa e à teoria analisada, as teorias são relevantes e atuais, o artigo revela domínio de conceitos e vocabulários da área no qual se insere), pertinência dos referenciais teóricos (atual e/ou clássica), qualidade da escrita (clareza, bem escrito, resumo e abstract corresponde ao que se apresentou no texto, o manuscrito está adequado à escrita acadêmica quanto a estrutura e convenções, intertextualidade clara e bem sinalizada, sequência de ideias e uso coerente das vozes autorais); normatização (normas da revista e da ABNT); parecer final (aqui o parecerista assinalar a síntese de sua avaliação: recomenda o artigo sem alterações, não recomenda ou recomenda com pedidos de alteração. Em qualquer uma das opções, o avaliador precisará justificar a opção assinalada); espaço adicional para comentários do parecerista. O formulário apresenta critérios de avaliação objetivos (nos quais o parecerista deverá assinalar sim ou não para cada um dos itens analisados).

Já o formulário do PER_C_A2 estrutura-se deste modo: título da pesquisa; instruções ao parecerista; título (adequação ao conteúdo do texto); resumo apresenta tema, objetivos, linha teórica adotada; metodologia e resultados; delimitação do estudo bem definido; pressupostos teóricos adequados; o manuscrito atende aos parâmetros do gênero submetido ao periódico (artigo, ensaio etc.); contribuição para área; o texto apresenta qualidade de escrita (coerência, clareza, organização textual e correção gramatical); referências em conformidade com as normas da ABNT. Ao final do formulário: o parecerista deverá emitir um parecer global, explicitando as razões pelo aceite (com ou sem alteração) ou pela recusa de um determinado manuscrito; também explicitará se o trabalho necessita passar por uma revisão gramatical. O parecerista deverá assinalar, em uma escala de 0 a 4 para cada um dos critérios apontados no formulário.

Diferentemente dos três periódicos supracitados, o PER_D_A4, como dissemos anteriormente, não apresenta critérios de avaliação. Desse modo, a revista se isenta de indicar os critérios a serem seguidos pelo avaliador, cabendo a este usar critérios que lhe pareça ser mais adequado para dizer se um manuscrito tem (ou não) mérito e qualidade para publicação.

Os três periódicos que têm o formulário para avaliação dos manuscritos apresentam alguns pontos comuns no que diz respeito aos critérios de avaliação, quais sejam: relevância, originalidade e adequação do tema, qualidade textual, coerência entre o que se propõe fazer e o que é construído no manuscrito, consistência e pertinência teórica, relação entre as seções e adequação do título ao conteúdo do texto e normatização (aspectos gramaticais e ABNT). Assim,

*“... os formulários disponibilizados para guiar a avaliação, Láfity, no geral, **eles são muito parecidos**, viu!?... Assim, **os pareceres que eu emiti, eles têm formulários semelhantes**. E, no geral, eles dão conta do que a gente pretende comentar. Quando não dão... tem aquela seção de outras informações... que lá a gente coloca aspectos não contemplados no roteiro de avaliação, viu!?” (Depoimento P2)*

Quanto aos critérios de avaliação (presentes nos formulários), eles são definidos a partir da análise de outros formulários de periódicos de grande impacto na área de Letras, bem como pelo comitê editorial que compõe uma dada revista. Esse comitê é formado por pesquisadores de Programas de Pós-Graduação da instituição da qual o periódico faz parte, como podemos ver no depoimento do EDR_3.

“No caso, nós definimos. Nós temos um comitê editorial formado por professores do programa de pós-graduação. E são eles que define esses critérios. A definição desses critérios ocorre a partir de diversos outros formulários de outras revistas que já tinham, sobretudo as revistas consideradas mais... mais importantes na área de Letras, porque a gente sempre buscou um patamar superior de avaliação. Então, nós chegamos num, vamos dizer assim, num acordo. Eu fiz uma proposta e nós discutimos essa proposta, esse formulário” (Depoimento EDR_3)

Ainda no tocante aos critérios da avaliação da qualidade e mérito de um manuscrito, quando comparamos os depoimentos dos pareceristas com os critérios presentes nos formulários (de três dos quatro periódicos investigados), notamos algumas semelhanças entre os critérios usados. Assim como nos formulários, os comentários dos pareceristas apontam que alguns aspectos que possibilitam uma avaliação positiva das pesquisas submetidas aos periódicos são: domínio da teoria, qualidade da escrita, relação coerente entre as seções do manuscrito, coerência entre o que é proposto e o que é apontado no texto, bem como originalidade e relevância do tema, como podemos ver, a seguir, nos depoimentos dos pareceristas P1, P4, P7 e P8, bem como do editor EDR_3.

“Consistência teórica, argumentação que sustente as teses defendidas (ou os resultados alcançados), atendimento aos objetivos traçados” (Depoimento P1)

“Um artigo com qualidade e mérito precisa ter, sobretudo, uma articulação coerente entre as diversas seções e, além disso, precisa: i) ser relevante quanto à temática discutida...” (Depoimento P4)

“Basicamente, como eu disse, como o que eu mais valorizo é a análise, porque me faz, digamos, dar um parecer contrário é basicamente se a análise for precária. Ou se ela... é... enfim... não tá associada a uma teoria tal qual ela foi resenhada ou apresentada. Se a pessoa disser que vai analisar X segundo uma teoria Y, ela não analisa X ou X é um X muito miúdo... não é representativo... e a teoria não é bem apresentada ou é mal aplicada... eu critico... eu rejeito... ou então se for pouca a diferença, eu sugiro uma refacção do artigo” (Depoimento P7)

“Eu penso que a relevância desse recorte temático, um referencial teórico que se mostre condizente com o trabalho e também com o grau de atualização. Eu acho que isso é relevante. A coerência entre aquilo que se anuncia fazer e aquilo que se faz, né... Eu acho que isso também é importante. Uma qualidade na escrita” (Depoimento P8)

“Exatamente na relação teoria e análise. É o momento em que, assim, essa indicação de que, se há uma contradição teórica, se há uma inconsistência teórica e qual é essa inconsistência e como isso se reflete na análise dos dados...” (Depoimento EDR_3)

Em relação ao processo de aprendizagem sobre como avaliar artigos, os pareceristas apontaram os seguintes fatores: a) contato com pareceres de artigos recebidos de pesquisas submetidas a revistas da área; b) leitura de normas editoriais e formulários disponibilizados pelos periódicos; c) orientações e pareceres de orientadores de pós-

graduação; d) práticas como leitores e revisores de textos; e) participação como membro de banca de defesa de pós-graduação, como podemos ver nos depoimentos a seguir.

*“Eu me guiei bastante nos pareceres que eu já tinha recebido dos meus artigos, sabe!? ... Então, assim, é... qual foi a estratégia que eu usei... é... pra construir esse parecer... **ver, né, os pareceres que eu já tinha recebido e as normas editoriais e o formulário disponibilizado pelo periódico**” (Depoimento P2)*

*“Meu primeiro parecer foi inspirado **nas orientações e pareceres que recebia de minha orientadora**” (Depoimento P3)*

*“Sobejamente **na minha própria prática de leitor e de revisor de textos**” (Depoimento P4)*

*“Como membro de banca, eu acredito que me inspirei principalmente **no modo como eu via algumas pessoas participando da banca de um jeito que eu achava interessante, que era comentando o trabalho, trazendo o parecer para a banca, registrando por escrito todas as coisas. Aí eu acho que isso foi um fator importante para mim. E também como orientando, observando como a minha orientadora via o meu texto. Essas foram, assim, as principais fontes**” (Depoimento P9)*

Ao analisarmos esses excertos, vemos que o depoimento do parecerista P2 dialoga com o comentário feito pelo editor EDR_1 sobre o formulário representar uma forma “elucidativa” de como proceder no processo de elaboração de um parecer. Segundo este editor, o formulário é um “*metagênero*”¹⁹, pois ele indica ao avaliador como o parecer deve ser feito. No formulário, “a gente já está dizendo: ‘olha, faça isso, faça aquilo’”. Então, do ponto de vista do EDR_1, os formulários são um guia importante para o parecerista construir seus textos sobre os manuscritos submetidos. Porém, ele aponta que os pareceres já recebidos pelos pareceristas em suas submissões a periódicos colaboram para a escrita desse gênero.

5.4 LINGUAGEM UTILIZADA NOS PARECERES

Nos pareceres, os avaliadores, ao apresentarem um aspecto negativo sobre algum problema presente nos artigos, tendem a, de um modo geral, atenuar a crítica. Em suas avaliações, eles usam um discurso modalizado e polido. Por isso, fazem uso de uma linguagem mais sugestiva, com tom de recomendação em suas observações.

¹⁹ Metagêneros, nesse contexto, são as práticas languageiras que viabilizam outras práticas de linguagem (GILTROW, 2022).

Quando precisam ser mais incisivos sobre um determinado aspecto da pesquisa, os pareceristas optam por modalizadores do campo da obrigação, para que seja evitada uma linguagem com um tom de grosseria, como podemos ver em trechos de depoimentos de alguns dos entrevistados e de pareceres elaborados para os periódicos investigados nesta pesquisa.

“...em geral, são muito delicadas, muito delicadas, do tipo o que eu vejo muito é: ‘conserte esse artigo para uma próxima publicação’; ‘Arrume esses pontos’; ‘Volte a isso. Há uma máxima polidez. Há um respeito muito grande da parte dos pareceristas’” (Depoimento EDR_1)

“... porque, de modo geral, eu acho que eu escrevo algo mais como ‘recomenda-se’, ‘sugere-se’, etc...” (Depoimento P8)

“... até onde o meu controle permite perceber, eu não sou ríspido nos meus comentários. Eu tento não usar, por exemplo, imperativos. Eu tento não usar o imperativo. Uso verbos como ‘recomendo’, expressões como ‘no meu entender’... minha modalização é muito no sentido de mostrar que é uma visão minha para que o outro possa efetivamente pensar em modificar. Quando não quero usar o imperativo, mas o que quero dizer é algo mais incisivo, aí eu digo algo com o verbo ‘dever’. Por exemplo, ‘aqui você tem de... é preciso...’. Então, eu uso muito os modalizadores da obrigação, sem ser o imperativo, né... expressões do tipo ‘é preciso... é necessário...’. Eu faço muito uso dessa linguagem pra evitar um tom mais grosseiro. Embora, às vezes, exista uma certa antipatia, porque, às vezes, o texto está com a qualidade tão ruim que você vai criar um abuso, como falamos aqui onde moro. Aí nesse abuso, você tem que se controlar pra evitar que, na linguagem, não apareça” (Depoimento P9)

“(6) À mesma página (p. 4), é preciso completar a afirmação ‘já que nem sempre essa correspondência é biunívoca’, ilustrando a falta de biunivocidade na correspondência grafema-fonema com exemplos de letra que corresponde a mais de um ‘som’” (PER_D_A4_PC_19)

“Sugere-se uma revisão de linguagem mais rigorosa, porque identificamos alguns erros de digitação, pontuação, grafia etc” (PER_A_B2_PC_3)

Essas escolhas linguísticas - utilizadas na composição de um parecer - não são, como defendem Bakhtin (1995) e Faraco (2006), uma realização abstrata da linguagem, visto que os pareceristas fazem uma seleção de palavras quem indicam um tom ameno em suas avaliações.

5.5 MOTIVAÇÕES PARA EMISSÃO DE PARECERES

Quando perguntado aos pareceristas sobre as motivações para a emissão de pareceres aos periódicos, mesmo diante de as instituições brasileiras não valorizarem tanto o trabalho dos pareceristas em suas atividades acadêmicas e de um trabalho de cunho gratuito, estas foram as principais motivações apontadas: parceria acadêmica e

colaboração para a construção e melhoria do conhecimento na área da qual faz parte um parecerista.

*“Láfiti, é a questão da **parceria acadêmica**, sabe!? ... É... na universidade, a gente trabalha e eu acho, em todos os setores da vida, em colaboração, em parcerias, né!?... Então, assim, é... eu acho que, **quando você aceita emitir um parecer, você está colaborando para a construção do conhecimento na nossa área**” (Depoimento P2)*

*“O simples desejo de, no limite do meu conhecimento, **contribuir, minimamente, com a melhoria da qualidade de produtos que serão publicados em periódicos**” (Depoimento P4)*

*“Eu preciso dos colegas para participar das minhas bancas, eu preciso dos colegas para indicar para algumas revistas. Então, eu acho que existe aí uma **retribuição, uma solidariedade para que a comunidade realmente avance**. Se não participarmos dessa maneira, não haverá avanços...” (Depoimento P9)*

As ações apontadas nos excertos indicam que, na área da linguística, ao assumir um papel de avaliador, o parecerista atua como um especialista que age de modo a colaborar para a construção e melhoria do conhecimento da área disciplinar (HYLAND, 2000, 2004, 2015) da qual ele faz parte.

5.6 CONCEPÇÕES SOBRE A QUALIDADE DE UMA PESQUISA

A qualidade de uma pesquisa foi apontada pelos pareceristas como um aspecto associado, sobretudo, ao domínio da teoria e da relação coesa entre teoria e análise, conforme depoimentos a seguir.

*“**Consistência teórica**, argumentação que sustente as teses defendidas (ou os resultados alcançados), atendimento aos objetivos traçados” (Depoimento P1)*

*“...E o outro ponto é no sentido mesmo... de... **fragilidades conceituais, fragilidades teóricas e plágio**, né!? É... a gente também já encontrou plágio em artigos” (Depoimento P2)*

*“A não adequação aos critérios estabelecidos pela revista; plágios, **incoerência ou inconsistência metodológica e teórica**; além de **uma análise de dados superficial**” (Depoimento P3)*

*“**Desarticulação entre a parte teórica e a de análise**. Falta de rigor formal. Desatenção às normas da ABNT” (Depoimento P4)*

*“Sim. Principalmente... ämmm... nesses pontos, né... ou seja, falta de informações metodológicas ou que deveriam ser melhor descritos esses procedimentos... **ou as teorias que embasaram a análise de dados**...” (Depoimento P6)*

“Como eu disse, a análise... a análise de dados, certo? E claro se a análise é coerente com a teoria apresentada...” (Depoimento P7)

Quando perguntado aos pareceristas sobre qual seção recebe mais atenção em suas análises, a grande maioria respondeu que todas as seções têm uma importância na produção de um artigo acadêmico-científico. Contudo, quando perguntamos sobre os problemas que motivam/impedem a não aceitação da publicação de um artigo em periódico, os pareceristas, de um modo geral, apontaram aspectos de falhas conceituais/teóricas e analíticas. Esse valor/crença de que os aportes teóricos precisam ser utilizados de forma adequada nas pesquisas e que eles precisam estar conectados com as análises empreendidas também estão presentes em pareceres empíricos dos quatro periódicos investigados nesta pesquisa. Vejamos:

“Do ponto de vista teórico, o texto precisa, além da tipificação das relativas, trazer os pressupostos teóricos assumidos da Sociolinguística Laboviana e da Linguística Histórica, posto que, já no resumo, diz se fundamentar em ambas as correntes” (PER_D_A4_PC_17)

Nesse caso, o parecerista solicita ao autor que ele traga os pressupostos teóricos que embasam o trabalho avaliado. Assim, há uma exigência para que os aspectos teóricos sejam adicionados ao manuscrito e não apenas mencionados no resumo. Há, nessa avaliação, uma exigência de que seja explicitada claramente os aspectos teóricos usados na pesquisa. Perspectiva parecida pode ser vista no comentário seguinte:

“O artigo apresenta uma discussão pertinente e nele são mobilizados os conceitos necessários às análises empreendidas com bastante adequação” (PER_A_B2_PC_15)

Nesse comentário, há uma manifestação aprovativa do parecerista ao perceber que o autor do trabalho empreende uma análise coerente com os conceitos necessários para o que se propõe na pesquisa. Desse modo, vemos uma apreciação positiva da relação coesa e coerente entre aportes teóricos e analíticos, o que indica que a discussão teórica é concebida como *sine qua non* na análise de um manuscrito na área disciplinar de linguística, o que sugere a presença de valor/crença em relação ao que é considerada como importante qualidade/mérito de um artigo publicável.

Em suas orientações aos pareceristas, os quatro periódicos fazem estas solicitações após a conclusão da análise do artigo: a) verificar a adequação do artigo aos critérios da revista. b) *Aprovar ou recomendar o artigo para revisão se apresentar contribuição nova para a área de investigação e se forem poucas as alterações e não*

precisar reescrever o artigo (GRIFO DAS REVISTAS) e c) devolver o artigo com comentários para ser encaminhado ao autor.

Chamou a nossa atenção o destaque dado pelos periódicos ao *item b*, que revela o interesse por artigos que tragam uma contribuição para a área disciplinar de linguística. E também para o item c, que pede que o campo dos comentários seja preenchido (o que muitas vezes não é feito detalhadamente. E muitos dos comentários são voltados mais para aspectos ligados à materialidade linguística e textual dos artigos). Contudo, a análise dos pareceres empíricos indica haver pouco consenso entre a solicitação feita pelos periódicos (nas instruções) e as práticas retóricas dos pareceristas. Essa situação nos possibilita afirmar, de forma cautelosa, que a área disciplinar de linguística no Brasil pode ser caracterizada como pouco consensual, com certos valores sendo disputados no sentido de serem centrais ou não para o processo de avaliação de artigos científicos.

5.7 SOBRE O PERFIL DOS AUTORES DOS PERIÓDICOS INVESTIGADOS

Com base nas diretrizes voltadas para os autores, nos sites dos periódicos investigados, faremos uma breve descrição do perfil e da quantidade de autores aceitos para cada artigo, bem como do formato de publicação e da exigência do tipo de pesquisa que deve ser submetida neles.

O periódico PER_A_B2 recebe submissão de artigos de pesquisadores doutores, doutorandos e mestres. Em nível de graduação ou ainda como aluno de mestrado, os autores precisam ter como coautor um professor com título de doutor. Não há uma diretriz que especifique a quantidade de autores para cada manuscrito a ser submetido. Os trabalhos devem ser inéditos e todo o processo editorial ocorre no formato on-line.

O PER_B_A4 publica também as edições no formato on-line; e os trabalhos precisam ter caráter de ineditismo. A titulação mínima exigida é de doutor. Mestres, doutorandos e mestrados precisam enviar o manuscrito em coautoria com pesquisadores doutores vinculados a uma instituição de ensino. Não há especificação da quantidade de autores em um mesmo manuscrito.

Já o PER_C_A2 indica que cada trabalho deve ter, no máximo, três autores. A titulação exigida é a de doutores ou doutorandos. Porém, autores graduados, mestrados e mestres podem publicar no sistema de coautoria, desde que um dos autores do trabalho seja doutor ou doutorando.

Assim como o PER_C_A2, O PER_D_A4 aponta a quantidade máxima de 3 autores por trabalho. Ao contrário dos demais periódicos investigados, este não especifica o tipo de titulação exigida para que um autor possa submeter seu manuscrito. E assim como os outros três, o sistema de funcionamento dele é totalmente *on-line* e há a exigência de que a pesquisa contenha aspectos de ineditismo.

De modo geral, os periódicos apresentam algumas semelhanças, quais sejam: exigem que as pesquisas submetidas tenham um caráter de ineditismo, graduandos e mestrandos podem submeter seus manuscritos aos periódicos, desde que em parceria com um doutor e todos eles apresentam um sistema de funcionamento totalmente *on-line*.

5.8 SISTEMA DE GÊNEROS

Quando observamos o funcionamento dos periódicos em sua organização mais ampla, percebemos que há uma interdependência entre os gêneros que fazem parte do sistema de avaliação das revistas investigadas. Assim, um parecer não pode ser emitido sem que se tenha antes um manuscrito produzido e submetido a um periódico.

Ao produzir uma avaliação sobre uma pesquisa, o parecerista precisa ter conhecimento das diretrizes e normas de funcionamento da revista para a qual ele está prestando um serviço. No caso dos periódicos PER_A_B2, PER_B_A4 e PER_C-A2, os avaliadores precisam analisar os critérios de avaliação das revistas para proceder na elaboração de um parecer. Essa interrelação entre textos que fazem parte de diferentes gêneros nos permite, nos termos de Bazerman (2004), dizer que há um sistema de gêneros ao longo desse processo de avaliação nos periódicos investigados nesta pesquisa.

Desse modo, a emissão de uma avaliação só se torna possível mediante a interrelação com gêneros como chamadas de fluxo contínuo, formulários de avaliação, instrução aos autores, artigos, e-mails. Trata-se aqui de um sistema de gêneros com um percurso rigidamente definido, com prazos estipulados para cada uma das atividades envolvendo editores, autores, pareceristas.

Em vista dessa organização, os gêneros que fazem parte do funcionamento de um periódico não podem ser concebidos de forma isolada, uma vez que eles fazem parte de uma rede constituída por diferentes gêneros (que auxiliam os avaliadores a realizar as atividades específicas de um sistema).

O processo de funcionamento de um periódico pode, portanto, ser considerado um sistema de gêneros na medida em que os pareceristas utilizam-se de uma série de documentos que podem ser reconhecidos por funções e formas específicas, configurando-se em gêneros que se interpelam para se alcançar uma determinada finalidade, no caso em questão, avaliar a qualidade e mérito de um manuscrito submetido a um periódico.

6 TIPOS DE COMENTÁRIOS DOS PARECERES

Nesta seção, iremos analisar os tipos de comentários mais salientes na amostra de 80 pareceres dos 4 periódicos brasileiros da área de linguística ao qual tivemos acesso. A categorização dos tipos de comentários foi inspirada na proposta de Yakhontova (2019), a qual foi ampliada para dar conta de particularidades da amostra da tese. O Quadro 7 contém os 8 principais tipos de comentários reconhecidos e catalogados na análise, os quais se mostraram relevantes para o reconhecimento de crenças dos pareceristas que orientaram o processo de avaliação dos artigos. Além disso, foi possível proceder a um cruzamento entre os depoimentos dos pareceristas e dos editores e os tipos de comentários de modo a identificar em que medida havia (ou não) uma materialização textual e retórica das crenças sobre os propósitos comunicativos dos pareceres. Além disso, fomos também buscando fazer relações entre o conteúdo dos comentários e as crenças dos pareceristas sobre critérios considerados relevantes para se definir a qualidade do texto e o mérito da pesquisa.

Os documentos aos quais tivemos acesso revelam três principais modos pelos quais os pareceristas indicaram suas avaliações: a) respondendo a um formulário padrão do periódico; b) realizando comentários ao longo do documento original do artigo; c) escrevendo um texto em prosa contendo uma avaliação global do artigo. É interessante o registro de que muitos pareceristas demonstraram uma preferência por fazer comentários ao longo do documento original, caso em que o texto em prosa avaliativo tem uma extensão bem curta.

Na sequência ao Quadro 7, iremos comentar cada um dos tipos de comentários e fazer interpretações dos possíveis significados particulares dos exemplos selecionados.

Quadro 7 - Tipos de comentários²⁰ nos pareceres: descrição e exemplificação

TIPOS DE COMENTÁRIO	DESCRIÇÃO	EXEMPLO
---------------------	-----------	---------

²⁰ Os tipos de comentários *Teórico-conceitual*, *Metodológico*, *Revisão textual e adequação de linguagem e Contribuição e inovação* foram criados pela autora desta tese; já os tipos *Contextual-disciplinar*, *Metacomunicativo*, *Metaestrutural-genérico* e o *Analítico-conceptual* foram adaptados dos comentários criados por Yakhontova (2019), que aliou os estudos de retóricos da ESP (Inglês para Fins Específicos) com a SF (Sistêmico-Funcional) para analisar comparativamente a organização retórica de expressões avaliativas em pareceres da área da Linguística Aplicada e da Matemática.

Teórico-conceitual	<p>Refere-se a conceitos, categorias de análise, abordagens teóricas e pressupostos teóricos, os quais são analisados tendo em vista sua precisão, completude e adequação à pesquisa ou às seções do artigo. Inclui também análise integral da seção de fundamentação teórica e da coerência da posição teórica assumida pelo autor.</p>	<p><i>“Do ponto de vista teórico, o texto precisa, além da tipificação das relativas, trazer os pressupostos teóricos assumidos da Sociolinguística Laboviana e da Linguística Histórica, posto que, já no resumo, diz se fundamentar em ambas as correntes”</i></p> <p>(PER_D_A4_PC_17)</p>
Metodológico	<p>Refere-se à abordagem metodológica escolhida, com foco em sua adequação aos objetivos de pesquisa e à teoria. Inclui ainda observações sobre critérios adotados e sobre completude, clareza, especificação e quantificação de informações de cunho metodológico.</p>	<p><i>“A metodologia sugere que as dez línguas serão consideradas, mas dados de apenas três delas foram explorados, sem que os autores justifiquem tal limitação”</i></p> <p>(PER_C_A2_PC_4)</p>
Contextual-disciplinar	<p>Foca no posicionamento da pesquisa no contexto de uma área de investigação escolhida; fornece críticas às citações no artigo, no caso de estarem incorretas ou incompletas ou à desatualização das referências; sugere citar outras pesquisas ou recomenda enfatizar o conteúdo desta. Pode ainda apresentar critérios quanto a uma melhor organização da revisão de literatura</p>	<p><i>“Em termos teóricos, para maior aprofundamento, sugere-se a obra Escritos de Linguística Geral (Saussure), tendo em vista que, neste livro, especificamente em - “Nota sobre o discurso”, a discussão se encaminha para a noção de discurso [...]”</i></p> <p>(PER_A_B2_PC_1)</p>
Revisão textual e adequação de linguagem	<p>Refere-se a problemas de ordem gramatical-linguística (pontuação, concordância, regência, ortografia), textual (coesão), lexical, erros de digitação, incluindo críticas a inadequações em relação à norma padrão de linguagem tanto em língua portuguesa quanto em línguas estrangeiras.</p>	<p><i>“1) Na página 4 – seção Fundamento teóricos – parág. 1 – em vez de usar o verbo “faremos” use “apresentaremos uma breve abordagem...”</i></p> <p><i>3) Na seção 2.3, pág. 7, parág. 2, necessita de clareza quanto aos termos prescrições descendentes, prescrições ascendentes, déficit de prescrição.</i></p> <p><i>6) Abstract: sugiro iniciar o parágrafo com o sujeito da oração, por exemplo Teachers’ work, object of several studies over the last decades, may be limitedly analysed....</i></p>

		<p><i>E acrescentar a palavra theory após Clinical of Activiety”</i></p> <p>(PER_B_A4_PC_5)</p>
Metacomunicativo	<p>Refere-se à comunicação do autor do artigo com seus potenciais leitores; inclui recomendações destinadas a reforçar a eficiência da interação entre o autor e o público.</p>	<p><i>“Outro ponto relevante é que há algumas parte em que as explicações são tão endógenas, que se torna inacessíveis àqueles que não estão a par do arcabouço teórico utilizado e da bibliografia mencionada. É o que ocorre na página 6, no parágrafo que trata da subdivisão das orações monocondicionais de condição suficiente, por exemplo”</i></p> <p>(PER_C_A2_PC_6)</p>
Metaestrutural-genérico	<p>Crítica a estrutura e a composição do texto revisado e sugere mudanças apropriadas; pode conter requisitos como divisão adicional do texto em subsecções, introdução de legendas, e melhoria de visuais e/ou apêndices, além de conexões entre as seções do texto. Contém ainda recomendações para adequação às normas da ABNT e às convenções retóricas de artigos científicos.”</p>	<p><i>“Fazer a adequação dos autores referenciados no corpo do texto aos autores citados nas referências. Substituir, no Abstract, “the lived experiences would have a positive connotation” por “their life experiences would have had a positive connotation”</i></p> <p>(PER_B_A4_PC_14)</p>
Analítico-conceptual	<p>Refere-se às ideias e o conteúdo assumidos como de autoria do autor do artigo ou aos quais demonstra clara adesão; pode incluir discordância com as análises, discussões teóricas, interpretações ou conclusões ou acréscimo de informações sobre estes últimos itens; pode conter críticas aos resultados e/ou recomendações sobre como fazer melhorar a investigação”.</p>	<p><i>“Acho que o autor do artigo se utiliza de muitas citações diretas tanto curtas dentro dos parágrafos, quanto longas recuadas ao longo do texto o que dificulta se perceber a voz autoral. A página 6 é um exemplo em que o autor poderia parafrasear as ideias dos autores citados, pois há um uso demasiado de citações”</i></p> <p>(PER_B_A4_PC_5)</p>
	<p>Refere-se às potenciais contribuições da pesquisa tanto em relação ao contexto acadêmico-teórico quanto em relação à sociedade. Foca também no caráter de originalidade ou inovação</p>	<p><i>“O artigo é bastante relevante na área de Libras, tendo em vista que traga a discussão e a importância da nomeação de</i></p>

Contribuição e inovação	proposto pela pesquisa, sem em termos teóricos, metodológicos, analíticos ou aplicados.	<p><i>peçoas dentro da comunidade surda.</i></p> <p><i>2) Precisão na abordagem do tema explorado. O(s) autor(es) aborda(m) o tema com precisão e apresenta(m) claramente a orientação teóricometodológica na qual o trabalho se baseia”</i></p> <p>(PER_D_A4_PC_13)</p>
-------------------------	---	--

Fonte: Adaptado e ampliado a partir de Yakhontova (2019).

6.1 TEÓRICO-CONCEITUAL

O comentário de tipo teórico-conceitual refere-se a conceitos, categorias de análise, abordagens teóricas e pressupostos teóricos, os quais são analisados tendo em vista sua precisão, completude e adequação à pesquisa. Inclui também uma análise integral da seção de fundamentação teórica e da coerência da posição teórica assumida pelo autor.

Uma manifestação mais geral deste tipo de comentário pode ser vista na crítica a generalidades e afirmações desconexas e não decorrentes do pensamento científico, mas ancoradas no senso comum, o que sinaliza casos, raros na amostra, em que o artigo nem chegaria mesmo a fazer jus ao qualificativo de científico, como podemos ver no exemplo (1).

(1) “O texto contém muitas generalidades e afirmações do senso comum, bastante desconexas entre si. Os conceitos expostos não estão adequadamente referenciados” (PER_A_B2_PC_7)

Nos comentários de tipo teórico-conceitual, ocorre de o parecerista criticar o uso inadequado de conceitos sobretudo quanto provenientes de linhas teóricas diferentes, prática vista como gerando certa incoerência teórica e lançando dúvidas sobre o lugar teórico do autor. Isso deixa transparecer, da perspectiva do parecerista, uma valoração/crença em relação a certa pureza teórica, ou seja, de algum perigo que surge quando se usam termos teóricos de abordagens diferentes, como evidenciado no exemplo (2).

(2) “Por último, e não menos importante, **o autor precisa refletir sobre o seu lugar teórico quando trata de fenômeno versus aplicação de regras. No decorrer de todo o texto, o autor usa o termo aplicação vs. não-aplicação. A sugestão que faço é de que o autor substitua aplicação por ocorrência da vogal [i] vs. não ocorrência, pois aplicação pressupõe que ela está sendo inserida via regra fonológica. E na verdade, os autores estão observando um fenômeno e, ao usar o termo aplicação, já estão enviesando sua observação por um modelo linguístico específico**” (PER_D_A4_PC_7)

Em outro comentário, aparece a sugestão de que seja revista a bibliografia sobre o assunto para ajustar uma definição teórica, sendo interessante observar que o parecerista já faz uma espécie de correção no uso da terminologia, seguindo a bibliografia específica, deste modo atuando em prol do propósito de colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos.

Em outro comentário, manifesta-se aprovação ao fato de haver no artigo a “*mobilização [adequada] de conceitos necessários às análises*”. Vemos aqui a valoração de uma coesão interna entre aspectos teóricos e analíticos, de modo a salientar uma relação de condicionamento das análises em relação a conceitos teóricos. A discussão teórica é vista como uma condição imprescindível para uma análise ou discussão empírica, de tal modo que conceitos e categorias usadas para análises devem ser antecipadamente discutidas e apresentadas ao leitor. Como dito por um parecerista, uma noção “*não pode ser mencionada na análise sem ter sido trabalhada teoricamente*” (PER_A_B2_PC_6). Em outras palavras, essa avaliação indica uma crença/valor nos conceitos teóricos como uma condição necessária para se proceder às análises, como antecedentes responsáveis pela sustentação teórica. Interessante observar no comentário (3) que o parecerista deixa bem claro que está apenas sugerindo mudanças as quais devem ser encaradas como opcionais e não como obrigatórias e que isso não atende a uma expectativa dos editores (a exemplo do EDR-4) e que os pareceres indiquem claramente que as modificações são uma condição para a publicação do artigo.

(3) “*O artigo apresenta uma discussão pertinente e nele são mobilizados os conceitos necessários às análises empreendidas com bastante adequação. São indicadas no arquivo sugestões que dizem respeito à busca de uma maior precisão na apresentação da materialidade a ser analisada e à observação mais acurada da forma do texto. Tais recomendações são sugestivas e não obrigatórias*” (PER_A_B2_PC_15).

Em certos casos, há uma exigência para que os pressupostos teóricos das correntes teóricas sejam acrescidos ao texto e não apenas aludidos no resumo, de modo a haver explicitação clara dos aspectos teóricos usados, como podemos ver a seguir, no exemplo (4).

(4) *“Do ponto de vista teórico, o texto precisa, além da tipificação das relativas, trazer os pressupostos teóricos assumidos da Sociolinguística Laboviana e da Linguística Histórica, posto que, já no resumo, diz se fundamentar em ambas as correntes” (PER_D_A4_PC_17)*

Ocorre também de os pareceristas informarem da necessidade de especificação, definição e explicação de termos técnicos, com o argumento de que o leitor poderia não identificar o tipo específico da categoria teórica em jogo, como apontado no exemplo (5).

(5) *“Na questão (iii) de pesquisa informada na introdução, o termo “estratégias” carece de especificação, posto que não fica claro para o leitor a que tipo de estratégias de relativização o autor se refere” (PER_D_A4_PC_17)*

Também aparecem críticas ao fato de algumas termos e expressões serem tomados sem ficar claro o seu sentido e a sua vinculação a uma dada teoria. A crítica incide sobre ausência de explanação sobre o conceito, falta de ampliação do sentido dos conceitos além de oscilação/indefinição conceitual. Vemos uma grande valorização da explicitude conceitual e da sua explícita vinculação a teorias específicas, conforme aponta o exemplo (6).

(6) *Noções e conceitos da teoria dialógica são adequadamente tomados como categorias analíticas e atendem ao objetivo principal do estudo de analisar o discurso presumido em práticas de leitura e escrita em fórum de EaD. Entretanto, alguns termos e expressões são postos no texto aleatoriamente gerando dúvida se estão sendo tomados como conceitos de outros campos de estudo ou se apenas seriam expressões criadas para designar termos já conhecidos, a exemplo de “objeto de discurso” (equivalendo a texto); “ponto de vista”, “comunidade discursiva”. Esses termos e expressões, além de outros, foram destacados em vermelho no texto analisado (anexado), indicando ausência de explanação ou de ampliação da ideia sobre eles, como também de oscilação/indefinição conceitual” (PER_D_A4_PC_14)*

Nos comentários (7) e (8) sobre a fundamentação teórica como um todo, ocorreu de um parecerista informar da necessidade de uma “apresentação/discussão mais adequada” da fundamentação teórico-metodológica pois esta apareceu apenas como citação, sem ter sido discutida. O parecerista critica o fato de uma concepção teórica ser tomada como pressuposta, mas “não introduzida”, embora seja um tanto difícil compreender o que significa “não introduzida”. Por outro lado, contudo, não deixa de ser intrigante o fato de o parecerista reconhecer que a categoria teórica é “adequadamente empregada na análise do corpus”, indicando que o uso adequado de um conceito teórico no plano analítico não é suficiente, sendo necessária uma explicitação do seu significado

no plano teórico. Ao usar o termo “*não elucidação adequada*”, há a defesa da necessidade de um explícito esclarecimento, para o leitor, de quais categorias, noções e conceitos teóricos fundamentam o trabalho. Isso aponta para a necessidade de clara especificação, identificação e definição teórica como uma crença/valor bastante importante, *incluindo ainda a indicação dos autores e das obras de onde os conceitos provêm.*

(7) “*O artigo é original e pode contribuir com o campo de conhecimento, sendo o objetivo claramente explicitado e desenvolvido no texto. No entanto, observo que o texto carece de uma apresentação/discussão mais adequada da fundamentação teórico-metodológica de base linguística (ADD, Bakhtin e o Círculo), pois, enquanto a base sociológica/psicológica (a adultização das crianças) é bem elaborada e em seção própria, o arcabouço advindo dos estudos da linguagem aparece como citação para fundamentar a análise. Nesse sentido, pontuo que a própria concepção de verbo-visualidade é tomada como um dado desde o título e não introduzida, embora adequadamente empregada na análise do corpus. Ressalto ainda que essa não elucidação adequada da fundamentação teórico-metodológica está marcada desde o resumo, em que se lê apenas que ‘A partir de revisão bibliográfica heterogênea e de pressupostos teóricos da Filosofia da Linguagem do Círculo de Bakhtin neste artigo tomamos como objeto de análise uma reportagem especial da revista ...’ Ou seja, não ficam claros para o leitor quais conceitos, noções, categorias fundamentam o trabalho e em quem ou qual estudo se apoiou a metodologia empregada para análise. Caso o artigo esteja no limite da extensão aceita pelo periódico, sugiro uma maior síntese da discussão sobre a infantilização do adulto (que não é o enfoque do estudo) e uma melhor introdução dos preceitos teóricos e metodológicos da perspectiva linguística (bakhtiniana) adotada - levando em consideração, inclusive, o lugar de fala do(a)s autor(a)s” (PER_D_A4_PC_15)*

(8) “*É preciso: c) O texto faz uma comparação dos usos das orações temporais no português brasileiro e europeu; mas, na revisão de literatura, as sentenças apresentadas não especificam qual é o português apresentado. Precisa identificar, porque são estruturas diferentes (como o próprio autor do texto constata ao final do texto)” (PER_C_A2_PC_5)*

Em casos menos comuns, como visto no exemplo (9) a seguir, ocorreu de o parecerista elogiar a existência de uma discussão efetiva da teoria e de levantar tanto ressalvas quanto lacunas teóricas na pesquisa empreendida pelo autor da pesquisa analisada, o que faz coro à crença/valor em relação à análise crítica das teorias.

(9) “*O artigo faz uma crítica à teoria da integração conceptual de Faoconnier e Turner, através da análise de Portrait Hijacks, que são uma espécie de charge em que há mesclagem de personagens. O autor discute a teoria com propriedade, levantando ressalvas e propondo discussões sobre lacunas na teoria da integração” (PER_D_A4_PC_15)*

Ao sugerir o acréscimo de uma explicação, em nota de rodapé, sobre o rótulo para um grupo de cientistas, como elucidado no exemplo (10), um parecerista manifesta a valorização de informações sobre aspectos contextuais referentes aos próprios cientistas e não a aspectos ligados diretamente ao conteúdo da pesquisa desenvolvida.

(10) “O estudo apresenta ainda a ideia de um Bakhtin “mentor” de um Círculo, embora estudos no Brasil e no exterior apontem para os trabalhos desenvolvidos por estudiosos russos que não se sobrepujam hierarquicamente. Seria interessante uma justificativa, em nota de rodapé, explicando-se o motivo de se manter a expressão ‘Bakhtin e o Círculo’ e outras equivalentes” (PER_D_B1_PC_14)

Já no excerto a seguir (11), o parecerista recomenda que seja assumida no trabalho uma (única) corrente teórica com o conseqüente apoio nela para o desenvolvimento do texto. É importante observar aqui que a recomendação não é por adotar conceitos, mas seguir toda uma corrente teórica, sugerindo uma visão teórica pura, em oposição à articulação entre teorias.

(11) “O grande obstáculo está na base teórica que sustenta o texto. Durante a apresentação dos passos no procedimento de trabalho apresenta-se, por exemplo, a compreensão da “intencionalidade comunicativa”, tal como assumida pelos estudos de Eni Orlandi. Este é apenas um aspecto, mas que permite apontar para a necessidade de revisão das obras citadas no trabalho. Neste sentido, recomenda-se que o trabalho **assuma uma corrente teórica e a sustente devidamente**” (PER_D_A4_PC_12)

Essa visão purista aparece reforçada na fala (12), que adverte contra os riscos de se articular conceitos de autores diferentes, ou seja, de correntes teóricas diferentes. Neste sentido, recomenda-se que o trabalho assumira uma corrente teórica e a sustente devidamente.

(12) “[...] articular Orlandi e Geraldí para conceituar texto **não é algo sem conseqüências**, considerando-se que outros conceitos (discurso, sujeito, ideologia) não funcionam à margem, mas se entrelaçam ao que se concebe como texto” (PER_D_A4_PC_12)

Os comentários (13), (14) e (15), a seguir, também ilustram a crença/valor ligado à importância dos aspectos teóricos nos artigos, já que é prescrito que as noções de “condições de produção e sujeito” não devem estar atreladas apenas à questão contextual e empírica, ou seja, a questões de análise ou discussão, mas precisam ser mobilizadas como questão teórica e analítica de uma corrente teórica. Ou seja, há aqui a defesa da centralidade do aspecto teórico no processo de construção de um artigo para divulgação de uma pesquisa. Um caso um tanto curioso é o do exemplo (15) abaixo. A pergunta do formulário do periódico refere-se à metodologia (“se é adequada aos objetivos”), entretanto a resposta do parecerista tematiza “a mobilização das noções teóricas”, as quais, se “melhor explicitadas”, promoverão “análises mais bem fundamentadas”. A crença/valor sobre a importância da teoria é tão marcante que deveria ocupar um lugar central na seção de metodologia.

(13) “A noção de CP deve ser de fato mobilizada como questão teórica, não se vinculando apenas à questão contextual” (PER_A_B2_PC_6)

(14) “A noção de sujeito às vezes se confunde com o que é empírico, ficando de lado a questão do sujeito como categoria analítica da AD: o sujeito interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente” (PER_A_B2_PC_6)

(15) “A metodologia utilizada é adequada aos objetivos pretendidos?J Sim, mas a mobilização das noções teóricas precisam ser melhor explicitadas. Isso promoverá análises mais bem fundamentadas” (PER_A_B2_PC_6)

Um outro parecerista recomenda maior ênfase na discussão da pertinência de dada abordagem para certo tema, mas sugerindo que isso possa ser feito na conclusão do artigo. Sugerir que isso seja feito na conclusão do artigo dá a entender o quanto é importante a coerência entre tema e abordagem teórica tendo em vista a conclusão do artigo ser uma seção dedicada a se discutir as questões mais importantes de um artigo, como podemos ver neste trecho (16).

(16) “Uma vez que a temática é fundamental no processo de ensino, sobremaneira no que se refere ao processo de leitura de textos, seria importante trazer, **com maior ênfase**, uma breve discussão (pode ser na conclusão do artigo) ressaltando a **pertinência** de se abordar a leitura pelo **viés enunciativo no contexto educacional**” (PER_A_B2_PC_1)

Em suma, uma prática comum nos pareceres de tipo teórico-conceitual é sugerir o desenvolvimento, a ampliação e o aprofundamento de conceitos teóricos quando mencionados rapidamente, o que indica a presença de uma concepção de artigo científico como um gênero que apresenta como uma de suas funções discutir com certa profundidade os aspectos teóricos que dão sustentação às análises e ao resultado da pesquisa.

6.2 REVISÃO TEXTUAL E ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM

O comentário de tipo Revisão textual e adequação de linguagem se refere a problemas de ordem gramatical-linguística (pontuação, concordância, regência, ortografia, dentre outros), de ordem textual (coesão, coerência, progressão temática, paragrafação), de natureza lexical e terminológica, incluindo ainda erros de digitação e críticas gerais a inadequações em relação à norma padrão de linguagem.

Os pareceristas demonstram grande envolvimento em revisar detalhes ortográficos, digitação, pontuação, ou seja, apresentando-se como revisores do texto ao se ocuparem de modo significativo com este aspecto. De modo geral, predominam aspectos de norma relacionados à sintaxe (pontuação, concordância, regência) e à ortografia, conforme os exemplos (17) a (23), a seguir.

(17) “Além disso, há alguns problemas, como: **frases e até períodos desconexos, sem sequenciamento lógico e um dos nomes dos autores estudados encontra-se escrito equivocadamente, a saber ‘Luchesi’**” (PER_D_A4_PC_20)

(18) “Há um trecho que **precisa de correção na estrutura sintática**” (PER_A_B2_PC_19)

(19) “Mas nesta seção também se apresentam problemas, como: **concordância mal realizada; problemas de pontuação e acentuação; há problemas quanto ao espaçamento entre as citações, bem como a sua formatação; [...] falta de coesão em alguns momentos; há problemas quanto ao espaçamento entre as citações, bem como a sua formatação**” (PER_D_A4_PC_20)

(20) “4. Há **problemas de digitação** que precisam ser revistos (trocas de letras, etc.)” (PER_D_A4_PC_10)

(21) “Revisão de **pequenos problemas de digitação e de emprego da vírgula; Revisão de sintagmas iniciais, desconectados de orações;**” (PER_C_A2_PC_10)

(22) “3) No início da Introdução, o artigo afirma inadequadamente: “A possibilidade de diversas realizações **para** um mesmo contexto linguístico”. Deveria ser: A possibilidade de diversas realizações **de** uma unidade linguística num mesmo contexto... É necessário corrigir a afirmação” (PER_D_A4_PC_19)

(23) “O texto carece de uma boa revisão, pois há aspectos que precisam ser uniformizados. Por exemplo, a **palavra "aspecto" aparece com e sem o grupo 'ct'**. Há também alguns **problemas de pontuação** que precisam ser ajustados” (PER_C_A2_PC_6)

Os exemplos seguintes (24) e (25) ilustram como alguns pareceristas se ocupam de detalhes ortográficos, os quais ao serem mencionados no corpo do texto do parecer final produzem um efeito de relevância temática para a ortografia de nomes próprios.

(24) “O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar. Há três sugestões de correção: i) ortografia do **nome Schnewly em duas ocorrências no texto [...]**” (PER_B_A4_PC_17)

(25) “5. A obra ‘Discurso na Vida e Discurso na Arte’, de Voloshinov ([1926] 1976), embora seja a única referenciada, atribuída a esse autor, **apresenta grafias diferentes: Voloshinov (até à página 8) Volochínov** (da página 9 em diante, com outra variação também nestas últimas páginas)” (PER_D_A4_PC_13)

Importa observar os casos em que alguns pareceristas ocuparam-se exclusivamente (ou quase exclusivamente) com a revisão textual, não manifestando nenhum comentário sobre outros quesitos ligados à avaliação de artigos. Não temos aqui como afirmar que este perfil de parecerista está valorizando apenas (ou prioritariamente) a revisão textual sem se ocupar de outros aspectos, mas pode-se levantar a seguinte questão: textos que apresentam grandes problemas de textualidade e de norma de linguagem apresentariam uma satisfatória qualidade teórica, metodológica e analítica a ponto de não merecer críticas sobre estes aspectos? Pesquisas futuras poderiam se ocupar desta questão.

Uma prática bastante comum dos pareceristas é fazer a correção no próprio texto do artigo ou transcrevendo trechos e procedendo uma versão corrigida logo à frente, deste modo agindo como um revisor textual. Há casos em que não há um comentário global e sintético avaliando o artigo, mas apenas as marcações e comentários ao longo do texto. É o caso dos exemplos (26) e (27), abaixo, em que os pareceristas remetem os autores para verem os comentários no próprio manuscrito, com o parecer final reportando-se apenas à questão da correção gramatical. Este tipo de comentário faz supor um entendimento de que a função do parecer incide essencialmente sobre a qualidade gramatical do texto, estando ausentes preocupações com questões da ordem da pesquisa propriamente dita. Caso não seja esse o cenário, teríamos uma situação um tanto surpreendente de um texto com problemas de qualidade gramatical, mas sem problemas de ordem teórica, analítica e metodológica.

(26) *“O texto necessita de correção gramatical. Seguem alguns comentários no arquivo em anexo” (PER_A_B2_PC_9)*

(27) *“Em se tratando da escrita, há alguns pequenos problemas de concordância. No texto, estão assinaladas as passagens que merecem revisão, de modo que, desde que seja feito o acréscimo de informações no pontos sugeridos, o artigo pode ser publicado” (PER_D_A4_PC_18)*

Em geral, houve poucas sinalizações sobre questões lexicais e terminológicas, caso do exemplo (28) em que o parecer sugere evitar problemas de flutuação terminológica.

(28) *“1) No Resumo, afirma-se que se realizaram “testes”, no corpo do artigo, “textos”. O que foi realizado? Sugere-se usar um só termo ao longo do artigo para mencionar o procedimento de obtenção de dados usado na análise. 2) O artigo emprega diferentes denominações para referir-se à variável dependente: no título do artigo, aparece simplificação de coda silábica; no Resumo, consta apagamento do /R/; nas considerações finais, usa-se apagamento do rótico em coda*

silábica final. Essa flutuação terminológica afeta a compreensão do que, exatamente, o artigo está investigando e confunde o leitor, em especial aquele com menor conhecimento de termos técnicos de fonética e fonologia. Sugere-se usar apenas um termo ao longo do artigo para denominar a variável investigada. a) Na página 4 – seção Fundamento teóricos – parág. 1 – em vez de usar o verbo ‘faremos’ use “apresentaremos uma breve abordagem.... b) Na seção 2.3, pág. 7, parág. 2, necessita de clareza quanto aos termos prescrições descendentes, prescrições ascendentes, déficit de prescrição; c) “Na seção 1, como acontece com as demais siglas do texto, a sigla DP deve ser explicitada” (PER_D_A4_PC_17)

Já o exemplo (29), a seguir, é interessante por conter explicações sobre regras de uso padrão da Língua Portuguesa e uma espécie de repreensão indireta ao autor do artigo por desconhecer normas de linguagem elementares (“seminais”) e deixar de usá-las num artigo científico. A menção às regras sugere que o papel de parecerista aparece conjugado ao papel do professor da área de língua materna e serve de argumento para a crença/valor de que um dos objetivos dos pareceres é zelar pela qualidade textual e de norma de linguagem dos artigos.

*(29) “A segunda diz respeito à **pontuação** de vários trechos do texto, principalmente em relação ao uso da vírgula, **que é empregada de modo incorreto ao separar termos da oração complementares**, ao emprego da regência verbo-nominal e à **ortografia de verbos monossilábicos terminados em “a” (acentuado) ou em “r” (algo seminal que não deveria ocorrer em um artigo da área de linguagem)**. Isso se mostra, por exemplo, último parágrafo da página 2 (vírgula), nos parágrafos 2 e 3 da seção 2 (ortografia e regência) e segundo parágrafo da subseção 2.1 (vírgula)” (PER_B_A4_PC_7)*

Um outro subtipo de comentário focado na revisão textual centra-se em aspectos de ordem textual (coesão, organização do texto, repetição de informações). A presença de comentários deste tipo tem uma incidência menor se comparados com os que têm como foco aspectos de norma gramatical, como ilustram os exemplos (30) a (34).

(30) “pg. 3) o fragmento ” A marcação do DOM tem por função destacar a presença, na predicação, de porções individuadas relevantes de um ponto de vista cognitivo e pragmático.” está repetido. (PER_C_A2_PC_19)

*(31) “A introdução está bem redigida e apresenta com clareza o fenômeno. Sugiro, no entanto, que se coloque o trecho ” Neste artigo, pretendo propor uma teoria que forneça um tratamento semântico unificado para os dois tipos de fatores (nominais e verbais) que motivam a marcação diferencial do objeto direto.” antes de ”a minha hipótese” para **melhorar o encadeamento das ideias**”. (PER_C_A2_PC_19)*

*(32) “Em alguns momentos o texto **carece de elementos coesivos entre os parágrafos**, de modo que alguns deles parecem soltos, sem relação com os anteriores/posteriores” (PER_A_B2_PC_4)*

*(33) “O artigo pode contribuir para os estudos da área. Ele possui **progressão de ideias e o tema está bem desenvolvido**. Está um pouco longo e apresenta **certa repetição nas explicações**.” (PER_C_A2_PC_12)*

(34) “*Há pequenas correções textuais a serem feitas. Sugiro modificar o título, pois eu não vi enfoque desta parte "internacionalização e os desafios para o ensino e a pesquisa institucionais" no corpo do texto, nem no resumo*” (PER_C_A2_PC_7)

Foram encontramos alguns comentários, a exemplos dos trechos (35) a (38), nos quais os problemas de revisão são apontados de um modo bastante genérico e inespecífico, diferentemente dos casos em que os pareceristas chegam mesmo a revisar trechos do texto original. Nestes casos, há um parecer crítico sobre a qualidade textual, apenas informando da necessidade de ser feita uma revisão linguística rigorosa. Estas duas diferentes formas de comentar a qualidade textual-linguística ligam-se a dois propósitos comunicativos dos pareceres. Os casos em que o próprio parecerista revisa o texto do artigo liga-se ao propósito pedagógico de melhorar diretamente a qualidade textual-linguística. Já as situações em que o parecerista elabora um parecer crítico sobre a qualidade textual-linguística indica o propósito de avaliar a qualidade textual-linguística, no caso sendo delegado ao autor do artigo a tarefa de proceder à revisão.

(35) “*Outra recomendação é que seja feita uma revisão do texto, pois o mesmo apresenta alguns problemas de redação*” (PER_C_A2_PC_20)

(36) “*Requer uma revisão, porque alguns **deslizes** foram cometidos. Nada que interfira na qualidade do artigo, mas serve para preservar a boa imagem da revista e do/a autor/a*” (PER_A_B2_PC_20) [É o parecer inteiro]

(37) “*O TRABALHO DEVE SER SUBMETIDO A UMA RIGOROSA REVISÃO LINGUÍSTICA*” (PER_A_B2_PC_12)

(38) “*O artigo está bem escrito, mas ainda assim necessita de revisão, como em "chama atenção", por exemplo*” (PER_C_A2_PC_11)

Nos comentários seguintes, exemplos (39) e (40), não se diz, de modo exato, o que deve ser revisto ou que aspecto de linguagem precisa ser revisto, em parte por não ter sido feita uma categorização do tipo de problema. Parece-nos que a tarefa do autor de revisar o seu texto pode ficar comprometida pela dificuldade de compreender a solicitação do parecerista.

(39) “*2) Na página 1, segundo parágrafo: ‘dentre as deficiências’. Terceiro parágrafo: ‘foco deste...’ e ‘as políticas públicas elaborem...’ 3) Na página 2, primeiro parágrafo de 1): ‘Teoria da multimodalidade’. Segundo parágrafo: ‘teoria da Semiótica Social’ 4) Na página 5, parágrafo iniciado na página anterior: ‘as três funções universais da linguagem’”. Primeiro parágrafo: “esse envolvimento,’ 5) Na página 8, segundo parágrafo de 1.1: ‘que balizaram..., que o candidato...’ 6) Na página 14, segundo parágrafo de 2.2) ‘as críticas... se dá...’ (PER_B_A4_PC_4)*

(40) 3. Item 2, 2º. Parágrafo: rever redação, especialmente para “fora elaborada...” e “trajetória de torna-se professor” (PER_B_A4_PC_3)

A grande valorização que recebe a revisão de linguagem estende-se também para as seções do artigo escritas em línguas estrangeiras, como vemos nos exemplos seguintes: (41), (42) e (43), em que encontramos correções ortográficas, crítica a problemas gerados pelo uso de tradutores automáticos, problemas de sintaxe e ausência de palavras:

(41) “Substituir, no Abstract, “**the lived experiences** would have a positive connotation” por **their life experiences** would have had a positive connotation” (PER_B_A4_PC_14)

(42) “O **resumo em inglês** precisa de revisão, visto que esse é uma tradução do Google Tradutor e traz traços que não são pertinentes à linguagem acadêmica;” (PER_A_B2_PC_11)

(43) “(6) Abstract – sugiro iniciar o parágrafo com o sujeito da oração, por exemplo Teachers’ work, object of several studies over the last decades, may be limitedly analysed....É acrescentar a palavra theory após Clinical of Activicty.” (PER_B_A4_PC_5)

No exemplo seguinte (44), o parecerista critica abertamente o fato de a língua inglesa usada no texto mostrar-se artificial tanto em relação ao próprio vernáculo como em relação ao estilo do inglês para fins acadêmicos e científicos.

(44) “Em relação à **escrita em inglês**, o texto tem caráter de **português vertido para o inglês**. Há muitas repetições de ideias, paráfrases ao longo [do] texto, construções típicas do português e, de forma mais crítica, uma escrita não objetiva. Minha sugestão é revisar totalmente a forma de escrita, porque, em termos do inglês propriamente dito, está bem escrito; porém, **não é a forma de um inglês com propósitos científicos**. É um português científico traduzido. Isso não desmerece o texto e é admirável que autor submeta em uma língua que não é a sua. É um mérito do trabalho, inclusive; porém, este texto não deve ser o texto final.” (PER_D_A4_PC_7)

Em suma, foi notado um grande envolvimento em revisar a linguagem dos artigos, inclusive se ocupando de detalhes como ortografia e digitação e das seções escritas em língua estrangeira, como é o caso do resumo. Muitos dos pareceristas agem mesmo como revisores, zelando pela qualidade textual e de norma de linguagem dos artigos, mas, em alguns casos em desequilíbrio com o papel de avaliador crítico do mérito científico da pesquisa

6.3 CONTEXTUAL-DISCIPLINAR

Este tipo de comentário “foca no posicionamento da pesquisa no contexto de uma área de investigação escolhida; fornece críticas às citações no artigo, no caso de estarem incorretas ou incompletas ou à desatualização das referências; sugere citar outras pesquisas ou recomenda enfatizar o conteúdo desta. Pode ainda apresentar critérios quanto a uma melhor organização da revisão de literatura” (Adaptado de YAKHONTOVA, 2019).

Neste tipo de comentário, uma das práticas mais comuns dos pareceristas é recomendar a inclusão de obras a serem lidas e acrescidas como referencial para apoio teórico ou metodológico. Houve a sugestão de inclusão de livro clássico da área de Linguística, com a justificativa de que tal inclusão pode proporcionar uma maior aprofundamento da discussão teórica, conforme exemplo (45). Essa recomendação guarda relação com a crença/valor de que o gênero artigo científico tem como uma de suas funções promover discussões teóricas de modo denso.

(45) - “*Em termos teóricos, para maior aprofundamento, sugere-se a obra Escritos de Linguística Geral (Saussure), tendo em vista que, neste livro, especificamente em - “Nota sobre o discurso”, a discussão se encaminha para a noção de discurso. É o próprio Saussure quem sugere que “a língua só é criada em vista do discurso”. Ou seja, tem-se aqui um princípio embrionário da ideia de enunciação – desenvolvida posteriormente por Benveniste*” (PER_A_B2_PC_1)

Ocorre de a recomendação recorrer a uma estratégia retórica, realizada num ato de fala indireto através de uma pergunta, sugerindo que um determinado autor seja mencionado no referencial teórico, como indica o exemplo (46). Em termos pragmáticos, pode-se entender a pergunta como uma crítica e mesmo uma repreensão a uma omissão que viola algo considerado imprescindível. Ou seja, o parecerista não parece solicitar que o articulista justifique porque não mencionou o autor, mas que ele compreenda que impreterivelmente já deveria tê-la mencionado. Contudo, por se tratar de um ato de fala indireto, este comentário comporta riscos e dificuldades de compreensão por parte dos autores do artigo.

(46) “2. No referencial teórico por que Bakhtin não é mencionado? (PER_C_A2_PC_14)

A recomendação chegou a ser tratada como obrigatória (uso da expressão “é preciso considerar” – exemplo (47) - ao solicitar a leitura de “muitos” estudos já disponíveis e de um capítulo específico sobre o tema da pesquisa relatadas. A afirmação

(por duas vezes) de que existem muitos estudos sobre o tema da pesquisa pode ser interpretado pragmaticamente como uma crítica ao desconhecimento por parte do autor da produção acadêmica atual em sua área.

(47) “(3) *é preciso considerar na revisão bibliográfica alguns dos muitos estudos sobre a variação tu/você no português brasileiro numa perspectiva histórica e que esses têm mostrado que a implementação do pronome você em muitas comunidades já se efetivou no sistema pronominal do PB nos no início do século XX ou mesmo final do XIX (ver os muitos estudos diacrônicos sobre o tema, e, em especial, Lopes et all (2018) In: História do Português Brasileiro)*” (PER_D_A4_PC_5)

No comentário (48), o parecerista também recorre a uma pergunta retórica contendo um tipo de repreensão pragmática incidindo sobre o possível desconhecimento por parte do autor de publicações brasileiras mais adequadas para o oferecimento de exemplos em Língua Portuguesa. É interessante observar que o parecerista, após a atitude de repreensão, assume um papel pedagógico colaborativo ao indicar o periódico onde se encontram publicados os trabalhos, inclusive com a indicação de que estão disponíveis online.

(48) “pg. 7) *por que utilizar um exemplo de tradução de uma obra estrangeira? há muitos exemplos do vernáculo nesse sentido que podem ser apresentados. Vejam-se os trabalhos recentes de Sonia Cyrino e seus orientandos sobre o assunto. Cyrino (2017), publicado na revista Estudos Linguísticos e Literários (está on line) traz bons exemplos do português*” (PER_C_A2_PC_19)

A seguir, no exemplo (49), apareceu uma sugestão de caráter polido e nada impositiva (“*você também se interessaria pela abordagem de...*”). Ao invés de recomendar de modo direto ou prescrever o uso de uma abordagem de certos autores, o parecerista apresenta vários argumentos sobre as vantagens da obra sugerida. Esta opção aponta para uma interação de caráter menos vertical (sem presumir como leitor um autor-estudante) e mais horizontal, pressupondo um leitor pesquisador capaz de aderir a sugestões quando se acha convencido por intermédio de argumentos consistentes.

(49) “3. *Acho que, do ponto de vista teórico, você também se interessaria pela abordagem de BROWN, CHUMAKINA & CORBETT (2012) – Canonical Morphology and Syntax. É uma forma mais interessante de lidar com parâmetros tipológicos, como DOM, que pode se manifestar de formas muito diferentes entre as línguas. No fundo é uma nova forma de lidar com o problema da correspondência de Comrie. Os resultados deles são muito promissores*” (PER_D_A4_PC_10)

O comentário (50) contém também uma recomendação indireta, sem caráter obrigatório (veja-se o uso da expressão “*seria importante*”), para que sejam feitas pesquisas em teses, dissertações e indicação de um capítulo específico. A prática de apenas realizar entra em contradição com uma expectativa manifesta por um editor (EDR_2) de que os pareceres deveriam contemplar essencialmente o que de fato precisa ser alterado no texto. Neste comentário (50), novamente aparece a crença/ valor sobre aprofundamento de pesquisas, ou seja, a ideia de que as práticas científicas devem ser feitas de modo aprofundado, e não de modo superficial ou raso.

(50) “*Além disso, seria importante fazer pesquisa mais aprofundadas quanto a publicações (inclusive teses e dissertações) sobre PLA. Por exemplo, ver capítulo de Figueiredo, Osório e Miranda, no livro Construções Identitárias de Professores de Línguas, organizado por M.C.F.D.Ferreira, C.L. Reichmann e T.R.S. Romero, da Pontes Editora, 2016.*” (PER_B_A4_PC_3)

Em outros casos, a exemplo do comentário (51), o parecerista sugere um aporte teórico para tratar de um certo tema, mas não indica nenhuma referência, deixando a cargo do autor tomar esta decisão. Trata-se de uma estratégia retórica que se opõe à crença/valor da esfera acadêmica de que os temas abordados num artigo necessitam estar amparados em ideias teóricas da área disciplinar, tendo em vista que o parecerista não age aqui para defender a adesão a uma dada corrente teórica. Ou seja, ele age como um cientista generalista e não como especialista de um campo disciplinar específico.

(51) “*Portanto, por entender que as ideias apresentadas sejam condizentes com a proposta da Revista, sou favorável a publicação do artigo. Entretanto, esperando contribuir para uma melhor apresentação e leitura do texto, sugiro algumas correções antes da publicação definitiva. Entre estas, sugiro um suporte teórico para tratar do Facebook logo na introdução e a inversão dos tópicos que tratam dessa rede social e o que descreve as gerações da Web, uma vez que essas gerações antecedem aquela rede social.*” (PER_A_B2_PC_22)

A recomendação presente no comentário (52), em relação à leitura de títulos mais específicos, se ampara na diferenciação entre referências específicas para artigos e para trabalhos escolares de disciplinas. Ao apresentar uma explicação em relação a qual tipo de bibliografia é considerado a recomendada para artigo na área de letras, o parecerista instaura uma relação pedagógica com um presumido autor-estudante, ainda supostamente desconhecedor do tipo de bibliografia apropriada para artigos científicos por não estar

familiarizado com a escrita de trabalhos escolares voltados para os seus professores. Este tipo de comentário exemplifica claramente o propósito pedagógico dos pareceres.

(52) *“Compreendo que para algumas áreas é comum o uso de títulos genéricos para as seções de um artigo como Fundamentação teórica, Metodologia etc. No entanto, na área de letras, esse emprego é mais comum em trabalhos a serem entregues para professores em suas disciplinas do que em artigos publicados. **Considero mais interessante o uso de títulos mais específicos para o estudo realizado e que permitam ao leitor um vislumbre da pesquisa.**” (PER_D_A4_PC_3)*

O exemplo (53) evidencia uma tensão entre duas exigências: uma do gênero artigo científico, cujo formato de texto curto não possui espaço longo suficiente para uma discussão teórica profunda e uma exigência disciplinar orientada pela crença/valor do parecerista na necessidade de apresentação teórica desenvolvida (não sucinta) com base em referências que tratem do mesmo tema.

(53) *“O tema é relevante e, por isso mesmo, **a apresentação teórica não pode ser muito sucinta** (o trabalho não chega a apresentar originalidade). Falta a referência a trabalhos que discutam sobre o trabalho com o texto e a escrita e sobre o ensino. **Ainda que o espaço não permita uma discussão profunda**, esses aspectos estão articulados, mas a forma como o texto está organizado não permite que se perceba claramente essa relação” (PER_D_A4_PC_18)*

Tem-se aqui um dilema de improvável resolução: o gênero não dispõe de espaço para tal desenvolvimento teórico, mas o parecerista considera importante aprofundar uma discussão teórica que requer um espaço inexistente em tal gênero.

Neste subtipo de comentário contextual-disciplinar, aparece a recomendação de inclusão de referências bibliográficas para oferecer respaldo a citações ou ideias presentes no artigo. Nos exemplos seguintes: (54) e (55), o parecerista pressupõe que o autor do artigo não teria autoridade científica para assumir a ideia veiculada (caso de “ser falante nativo não é competência suficiente para ser bom professor de línguas”) ou uma ideia muito categórica e, por esta razão, deveria se apoiar em outro autor/obra para legitimá-la cientificamente. Pode-se hipotetizar aqui que o parecerista tem em mente como leitor presumido um estudante iniciante no mundo da pesquisa, o qual não detém poder suficiente para assumir a autoria de afirmações teóricas. Contudo, se for o caso de um leitor empírico experiente em pesquisa e que se sente à vontade para defender esta ideia

sem necessariamente se apoiar em outrem, a recepção do parecer pode gerar certo mal-estar.

(54) “2. No item 1, 4º. Parágrafo: **citar referência para respaldar a asserção** “*ser falante nativo não é competência suficiente para ser bom professor de línguas.*” (PER_B_A4_PC_3)

(55) “8. Junto de algumas formações lexicais, há uma definição bastante categórica, sem a citação de uma fonte científica. Exemplo: taxa de transmissão – Número que mostra a capacidade de disseminação do vírus entre as pessoas. No caso do novo coronavírus, esse o número é de 2 a 3, ou seja, cada portador da doença pode transmitir para mais 2 ou 3 pessoas.” (PER_C_A2_PC_10)

No exemplo (56), a seguir, há a sugestão do uso de citações para justificar uma afirmação feita pelo autor do artigo, novamente ilustrando a crença/valor de que um conhecimento teórico para ser válido precisa ter sido referenciado pela área. Esta estratégia retórica liga-se ao propósito do buscar zelar pela correta atribuição de autoria das ideias e de, em contrapartida, atuar para evitar apropriações não autorizadas de ideias e proposições teóricas. Uma consequência possível desta prática é conduzir os alunos a aprenderem que são relativamente impotentes para produzir conhecimento novo e a absorverem o conhecimento de autoridade.

(56) “O aparato teórico utilizado para discussão do tema são bem apresentados, estão bem conceituados, bem apresentados e suficientes aos objetivos. Além disso, os autores citados são bastante representativos ao tema. [...] uso de afirmações meio controversas (como por exemplo “Diante do quadro apresentado, é válido salientar que a Sociolinguística Educacional é a que mais se aproxima das abordagens variacionistas. É interessante que se explique melhor essa afirmação, de modo a justificá-la, com citações, e/ou trabalhos que corroborem tal declaração); faz-se uso de autores que não foram elencados na introdução, autores que ora são apontados como parte da pesquisa e não constavam na introdução (como Monteiro (2000), por exemplo); além de haver grifos na citação de MOLLICA e NARO, mas não deixa-se claro de quem são os grifos (se dos autores do livro ou do autor(a) do artigo?)” (PER_D_A4_PC_20)

Ocorreu de o parecerista, no exemplo (57), indagar quem é o autor de uma dada afirmação, com a pergunta pragmaticamente podendo funcionar como uma repreensão do tipo “você não deveria fazer uma afirmação deste tipo sem mencionar a fonte”. Logo em seguida, num ato de fala direto, o parecerista prescreve, com o uso do verbo no imperativo, que seja esclarecida a fonte “no sistema Autor (ano)”. No comentário (58), o parecerista declara que “há uma afirmação sobre a religiosidade do nordestino sem nenhum respaldo em estudos ou fontes estatísticas”, indicando a crença/valor do conhecimento reconhecido por outros estudos ou estatísticas.

(57) “4) À página 3, afirma-se ‘A escrita é considerada uma forma de linguagem secundária’. **Quem afirma isso? Esclarecer a fonte no sistema Autor (ano). E por que seria ‘secundária’? Justificar.**” (PER_D_A4_PC_19)

(58) “6. Nas páginas 19 e 20 há uma afirmação sobre a religiosidade do nordestino sem nenhum respaldo em estudos ou fontes estatísticas” (PER_D_A4_PC_13)

Ainda nos exemplos (57) e (58), anteriormente discutidos, importa refletir se se trata de: a) uma ideia já tornada consensual na área, tendo sido enunciada e apropriada por diversos autores; b) uma ideia mais particular, mais recente, ainda disputada. No primeiro caso, seria mesmo necessário indicar as fontes de tal ideia? Parece-nos que a ideia de que “escrita é considerada uma forma de linguagem secundária” tende mais para o primeiro caso, encontrando ressonância teórica em diversas correntes teóricas. Uma hipótese para explicar este tipo de comando pode ser relacionado ao tipo de interlocutor presumido na interação instaurada pelo parecer: em se tendo em mente que o autor do artigo é tipicamente um estudante inexperiente em pesquisa científica, o parecerista assume o papel de professor experiente e age para recomendar ao hipotético autor-aluno que seja cauteloso com suas afirmações e busque, no mais das vezes, fazer afirmações, sobretudo de natureza teórica, amparado em outras fontes. Um efeito deste tipo de comentário pode ser desestimular os jovens autores a assumirem um protagonismo teórico no campo das pesquisas.

Há casos, como o comentário (59), em que apenas é feita a sugestão para que uma dada publicação receba mais atenção no artigo com a justificativa de que se trata de um dos trabalhos mais importantes sobre o tema em discussão (no caso “marcação tipológica”). Contudo, a informação do período de publicação da obra sugerida (“primeira metade do século XX”) é de difícil compreensão pragmática: o fato de se tratar de uma obra antiga é um aspecto positivo ou negativo? Serviria de argumento favorável em que termos? Como leitora, sou inclinada a compreender, ainda que sem total convicção, que se trata de um aspecto positivo, tomando como critério o fato de que na área de letras há valorização de obras clássicas e mais antigas.

(59) “2. No parágrafo que fala sobre marcação. Acho que o trabalho de Jakobson é um dos mais fundamentais para entender marcação tipológica. Talvez, fosse interessante dar um pouco mais de destaque. Além disso, ele fica na primeira metade do século XX” (PER_D_A4_PC_10)

Por vezes, a crítica incide sobre a falta de clareza em relação ao referencial teórico ao articular diferentes abordagens teóricas, bem como sobre a exploração insuficiente,

nas seções de metodologia e resultados, deste mesmo referencial teórico, como se evidencia neste exemplo (60).

(60) *“1. LITERATURA: O referencial teórico-metodológico da Análise Crítica de Gênero apresentado é insuficientemente explorado na seção de metodologia e na interpretação dos resultados. Na seção de revisão da literatura, esse referencial carece de maior clareza no que tange à explicação sobre como três outros referenciais que compõem a ACG estão inter-relacionados, a saber Sociorretórica, Análise Crítica do Discurso e Linguística Sistêmico-Funcional. Além disso, faz falta o conceito de leitura a partir desse referencial que embasa a interpretação dos resultados (embora o leitor possa presumir que conceito seja esse). Faz falta também a apresentação da literatura sobre o tema teste de suficiência. Essas informações são parcialmente apresentadas na seção de resultados.” (PER_C_A2_PC_16)*

Há comentários, como o exemplo (61), nos quais o parecerista alerta aos autores do artigo sobre possíveis riscos de apropriação indevida, por parte deles, das ideias de outros autores, ao tempo em que assume a função de proteger os direitos dos autores originais de um texto. É interessante que o zelo do parecerista em proteger a autoria se manifesta na cobrança de que a referência ao autor seja indicada sempre perto das ideias de modo a evitar o risco de o leitor supor que as proposições possam ser de autoria do autor do artigo e não do teórico referido (*“quando as referências ao ‘autor’ se encontram longe do parágrafo no qual esse autor foi mencionado”*). Esta estratégia retórica se liga diretamente à crença/valor da comunidade acadêmica relacionado à atribuição e indicação explícita da autoria de ideias, teses, conceitos e obras e à crença de que o pensamento científico, diferentemente do senso comum, não é coletivo e anônimo, mas possuído por quem os registrou e os certificou pela primeira vez. A crença/valor de que as fontes das ideias devem sempre ser mencionadas é aqui manifesta no alerta do parecerista.

(61) *“Sugiro também que o autor seja lembrado que parte das ideias apresentadas são de autorias outras, não dos autores do presente artigo, como por exemplo quando estes tratam das vantagens e desvantagens da escrita colaborativa segundo Lowry et al. (2004) e quando as referências ao ‘autor’ se encontram longe do parágrafo no qual esse autor foi mencionado” (PER_A_B2_PC_22)*

Por vezes, a solicitação de acréscimo de referências é expressa como uma repreensão pragmática (exemplo abaixo) em que o parecerista recorre à pergunta direta “que estudos são esses”?, seguida da prescrição (“é preciso referi-los no sistema Autor (ano)”). Aparece a exigência de estudos que foram mencionados apenas de forma

genérica e indefinida (“tais estudos”) sejam referidos segundo as normas técnicas. Novamente vemos um comentário indiciando o propósito pedagógico de informar práticas amplamente conhecidas na esfera acadêmica mas potencialmente desconhecida do presumido leitor do parecer.

O comentário seguinte, exemplo (62), contém um ato de fala indireto pois o parecerista informa da existência de uma citação direta sem a devida menção nas referências, cabendo ao leitor inferir que se trata de uma solicitação indireta para fazer tal inclusão. A outra sugestão (“seria importante”), também de caráter indireto, se dirige à necessidade de atualização da bibliografia, a qual responde por uma crença/valor atuante na comunidade acadêmica em geral: os pesquisadores devem se manter atualizados em relação à produção do conhecimento em sua área disciplinar.

(62) “5) À página 4, a afirmação “*Tais estudos procuram descrever as regularidades e irregularidades do sistema e salientam que, algumas vezes, se pode recorrer às regularidades existentes, como forma de facilitar a compreensão daqueles que estão aprendendo*” é bastante vaga. **Que estudos são esses? É preciso referi-los no sistema Autor (ano). Em que consistem as regularidades e irregularidades mencionadas? É necessário explicar e fornecer exemplos.**” (PER_D_A4_PC_19)

A falta de consenso existente na comunidade acadêmica se manifesta no comentário (63) no qual, embora sem conter apreciações explícitas, sugere-se a valorização de duas escolhas diferentes entre si: a opção por referir publicações atuais e a escolha por mencionar publicações mais antigas (de “quase duas décadas”). O reconhecimento de que houve por parte do autor a procura por “trabalhos que têm tradição na área” valida a importância de um conhecimento tradicional e, provavelmente, mais sólido e mais resistente no tempo. Este valor, entretanto, opõe-se em algum grau à recomendação de muitas áreas disciplinares que recomendam que em artigos as referências sejam de datas recentes, do tipo ‘últimos cinco anos’. O parecerista busca conciliar duas crenças opostas: a da atualização das referências, típica do gênero artigo científico e de algumas áreas disciplinares, como as de tecnologia e saúde; e da tradição do conhecimento, mais típica das áreas das humanidades e das letras e de gêneros como livros e capítulos teóricos.

(63) “3) *Revisão da literatura: O estado da arte apresentado é atual, porém apresenta também estudos que se iniciaram há quase duas décadas, o que demonstra uma busca por trabalhos que têm tradição na área. A literatura discutida procura trazer a discussão e a relevância da*

nomeação na Libras. Levando em conta, porém, as especificidades de uma modalidade diferente, como a que se vê no par linguístico Libras/LP.” (PER_D_A4_PC_13)

Em seu papel de zelar pelo reconhecimento e importância de obras teóricas, ocorreu de o parecerista criticar a falta de aprofundamento sobre a relevância e contribuições de uma obra específica, a qual é avaliado de modo positivo pelo parecerista, a exemplo do comentário (64).

(64) *Outro ponto que merece aprofundamento encontra-se no último parágrafo das Considerações finais. Nesse momento, apenas se menciona a importância do artigo O aparelho formal da enunciação, sem maior esclarecimento do por que este texto contribui fortemente para quem se debruça sobre o tema. Trata-se do último texto escrito por Benveniste, a pedido de Todorov; O aparelho formal é um texto destinado a linguistas, além de ser o único que aponta alguns indícios de construção metodológica sobre o aparelho formal da língua*” (PER_A_B2_PC_1)

6.4 ANALÍTICO-CONCEPTUAL E AUTORAL

O comentário de tipo analítico-conceptual se “refere-se às ideias e o conteúdo assumidos como de autoria do autor do artigo ou aos quais demonstra clara adesão; pode incluir discordância com as análises, discussões teóricas, interpretações ou conclusões”, ou acréscimo de informações sobre estes últimos itens; pode conter críticas aos resultados e/ou recomendações sobre como melhorar a investigação” (Adaptado de YAKHONTOVA, 2019).

Foram encontrados casos, como o exemplo (65), em que o parecerista julga como inadequada uma dada afirmação analítica, justificando isso com um argumento e a indicação de uma obra que contempla tal perspectiva. Embora de modo indireto, há uma solicitação de correção.

(65) “(4) a afirmação de que o pronome tu pertence à norma padrão **me parece inadequada**, considerando que há comunidades em que o tu predomina, e há, inclusive, falantes de tu categórico no vasto território brasileiro (Ver discussão sobre norma em muitas publicações recentes de Carlos Faraco);” (PER_D_A4_PC_5)

Também ocorreu, no comentário (66), de o parecerista sugerir a modalização do discurso para evitar polarização e dicotomia.

(66) “Enfim, o texto merece uma revisão geral **no sentido de estar polarizando muito aspectos negativos e positivos**, como se estivesse julgando um discurso e outro, um sujeito e outro. **Sugiro que o discurso seja modalizado** e que o autor trabalhe mais a questão da explicitação dos

processos que produzem tais sentidos e não outros, desfazendo a oposição entre o positivo e o negativo.” (PER_A_B2_PC_6)

Aparecem críticas ao fato de as análises não fazerem extrapolação para explicitar discursos implícitos e efeitos de sentido, o que justifica a recomendação, no exemplo (67), para a realização de análises mais aprofundadas e mais consistentes. Uma variação disso é a presença de críticas ao modo superficial, genérico e obscuro como as análises e conclusões são feitas, exemplos (68) e (69), provavelmente motivadas pela crença/valor na ideia de que a construção do conhecimento científico deve ocorrer de modo aprofundamento e preciso e que, portanto, a abordagem superficial deve ser evitada. Valoriza-se o que é profundo e não se valoriza o que é tido como superficial.

(67) “A análise apresenta uma boa descrição linguística sobre a construção da identidade de gênero na página do facebook “Orgulho de ser hétero”, mas há determinados momentos que a análise não consegue extrapolar essa descrição e deixar evidente o discurso que se apresenta de modo implícito nas imagens e nas estruturas linguísticas. É necessário que o(a) autor(a) deixe explícito no texto os discursos e os efeitos que essas construções linguísticas e as imagens geram na sociedade, por exemplo.” (PER_D_A4_PC_1)

(68) “O artigo centra-se na apresentação dos conceitos de textos e os fatores de textualidade. Embora o autor busque fazer a relação com a escrita, a abordagem deste último aspecto é muito superficial. O autor menciona as dificuldades do trabalho do professor, mas isso é feito também de forma muito genérica.” (PER_D_A4_PC_18)

(69) “Falta clareza na exposição da referida análise, talvez devido a várias passagens confusas, cuja revisão foi solicitada nos comentários inseridos no arquivo do artigo, no âmbito da elaboração deste parecer.” (PER_A_B2_PC_16)

O comentário (70) contém uma argumentação clara e contundente para fundamentar uma crítica à elaboração de conclusões genéricas e que equivalem apenas a paráfrases de pressupostos teóricos e não a uma aplicação adequada e crítica da teoria para analisar os dados e as implicações da análise. Em outras palavras, o comentário deixa transparecer uma crença/valor sobre o que significa elaborar conclusões de uma pesquisa, qual seja discutir a implicação dos resultados de modo propositivo com vistas a contribuir para a área disciplinar. Também nos parece interessante o contraste sugerido pelo parecerista entre os propósitos comunicativos de dois gêneros diferentes: a) um relatório (de pesquisa), o qual poderia visar divulgar dados de pesquisa sem uma discussão consistente do significado e das implicações dos resultados; b) artigo científico, o qual atende ao propósito de se elaborar conclusões a partir da discussão das implicações das

análises realizadas. Este tipo de comentário evidencia um propósito comunicativo dos pareceres reconhecido pelo parecerista P2, qual seja colaborar para manter a convenção genérica dos artigos. Se o texto for publicado da forma como se encontra estruturado, estará desrespeitando convenções genéricas do artigo científico consideradas necessárias para o parecerista.

(70) *“O trabalho tem relevância temática e hipóteses de trabalho consistentes e os resultados têm potencial para conclusões mais interessantes do que as apresentadas. O autor dedica-se a explorar os resultados, limitando-se a conclusões genéricas, parafraseando premissas teóricas. Tal aspecto, que considero importante, deve ser levando em conta em caso de publicação do texto. Falta uma discussão da implicação dos resultados para uma proposta que contribua para área em que o artigo se situa, a saber, a sociolinguística. Por esse motivo, o texto tem um caráter de relatório, embora seja bem feito. É preciso que as implicações dos resultados mereçam, conseqüentemente, um destaque no artigo”* (PER_D_A4_PC_7)

Ocorre também de parecer apontar contradições entre a argumentação feita e os dados apresentados. Trata-se de um tipo de crítica que se relaciona ao propósito de zelar pela qualidade da pesquisa divulgada nos artigos tendo em vista que a presença de contradições na análise de dados num artigo de pesquisa pode comprometer seriamente a validade das análises e, conseqüentemente, a qualidade da pesquisa, a exemplo do comentário (71).

(71) *“pg. 10) é dito que quando o sujeito é não agentivo, o DOM é agramatical. Mas há dados que mostram justamente o contrario: el amor venció al odio.[...] pg. 11) Acredito que a discussão sobre a telicidade deve ser colocada mudando o tempo verbal. pq o problema pode e estar relacionado à especificidade do objeto nesse contexto, ainda mais com "un segundo". por exemplo, com o pretérito imperfeito "besaba" o que aconteceria? Não estou discordando da argumentação, que fica bem clara com o caso do finlandês. Estou sugerindo que os dados não exemplificam com clareza os argumentos apresentados”* (PER_C_A2_PC_19)

Os pareceristas fazem muitas críticas a ausências, nos artigos avaliados, de variados tipos de informações, uma prática que visa garantir a integridade do gênero artigo científico ao exigir que informações consideradas obrigatórias ou essenciais se façam presentes nos textos. No exemplo (72), o parecerista faz uma interpelação direta ao autor para que ele apresente os resultados da pesquisa. Pragmaticamente pode-se compreender esta fala como uma cobrança pela apresentação de um tipo de informação considerada de natureza essencial em artigos científicos: os resultados da pesquisa. Em termos de concepção do gênero artigo, fica bem claro que este parecerista adere à crença/valor de que os resultados respondem por uma unidade temática essencial a este

gênero, agindo assim para atender ao propósito de colaborar para manter a convenção genérica dos artigos e ao mesmo tempo para conferir credibilidade aos artigos.

(72) “5. *Quais os resultados da pesquisa?*” (PER_C_A2_PC_14)

Já no exemplo (73), o parecerista prescreve a necessidade de esclarecimentos referentes a dados quantitativos, tendo em vista se tratar de pesquisa envolvendo quantificação de dados.

(73) “9) *Na seção 4 (Análise dos dados), é preciso afirmar a quantidade total de dados analisados e a proporção total de apagamento de /R/ em cada amostra (nomes e verbos).*” (PER_D_A4_PC_19)

Outro tipo de ausência percebida pelos pareceristas volta-se para o posicionamento claro, e até contundente, do autor em relação a sua comunidade disciplinar, com a sugestão indireta de que esta ausência seja resolvida. É provável que esta exigência de posicionamento, no exemplo (74), ligue-se ao fato do texto se tratar de um ensaio, gênero em que tipicamente há manifestação clara de posicionamento discursivo. No comentário (75), também há críticas ao apagamento da voz autoral do autor do artigo, desta vez, entretanto, decorrente do excesso de citações, recomendadas pelo parecerista para serem substituídas por paráfrases. No caso (76), a posição recomendada para ser assumida por parte do autor do artigo é em relação a uma proposta teórica mencionada no artigo e criticada por outros autores. Subjaz a ideia de que havendo controvérsias, convém aderir a uma das posições. Nestes três exemplos transparece a crença/valor de que as ideias de outrem, na esfera acadêmico-científica, precisam ser reelaboradas de forma autoral, de modo a revelar apropriação das ideias e o posicionamento do autor citante.

(74) “Apesar de tratar da mediação tecnológica no processo de comunicação, **o texto não assume uma postura claramente inserida dentro do escopo dos estudos da linguagem.** O texto traz considerações teóricas para o estabelecimento de uma ecologia dos meios materiais, **entretanto faltam posicionamentos mais contundentes do autor,** já que **o ensaio** foca no comentário das posturas de autores como McLuhan e outros” (PER_A_B2_PC_4)

(75) “2) Acho que o autor do artigo se utiliza de muitas citações diretas tanto curtas dentro dos parágrafos, quanto longas recuadas ao longo do texto **o que dificulta se perceber a voz autoral.** A página 6 é um exemplo em que o autor poderia parafrasear as ideias dos autores citados, pois há um uso demasiado de citações” (PER_B_A4_PC_5)

(76) “Ao apresentar a proposta hierárquica (HA) de Comrie e Keenan (1997), o autor cita Givón (1990) e Dik (1997) como críticos de tal proposta por negligenciar os componentes semântico e pragmático, e **isso requer uma tomada de posição**, o que não se percebe no artigo, posto que a proposta de HA é adiante adotada sem qualquer ressalva” (PER_D_A4_PC_17)

Foi significativa a presença de comentários observando como foi desenvolvida no artigo a relação entre teoria e análise/discussão de resultados. As críticas mantêm relação com a crença/valor de que análises e discussão de resultados/ideias necessitam estar amparados em um arcabouço teórico previamente discutido no artigo. No comentário (77), o parecerista critica de modo direto e lacônico a ausência de sustentação teórica para a análise de dados.

(77) “A análise dos dados apresentada não remete a uma questão de pesquisa clara e **não está sustentada na teoria**” (PER_A_B2_PC_7)

Outro parecerista sugere, no comentário (78), que haja um aprofundamento de questões teóricas específicas e das implicações dos achados da pesquisa e que haja um “amadurecimento” das análises. Esta sugestão se ampara na crítica ao modo como o autor estabeleceu relações entre o arcabouço teórico e os dados, qual seja “apenas acomodando os dados à teoria”, contrariando a expectativa de que os modelos teóricos sejam usados para explicar a complexidade dos dados.

(78) “De modo geral, a pesquisa caracteriza-se mais como um trabalho que está caminhando Para uma contribuição à Sociolinguística na sua interface com a Fonética e Fonologia. Tem condições de dar uma excelente contribuição, mas precisa reestruturar-se como pesquisa científica. A sugestão deste parecerista é que o/a autor/a dedique-se ao aprofundamento das questões linguísticas e das implicações tanto linguísticas quanto culturais dos seus achados. Da maneira que se apresenta, parece que o/a autor/a deseja apenas acomodar os dados em um arcabouço teórico e o que se espera, na verdade, é o contrário: que os modelos possam explicar a variabilidade dos dados. É preciso, portanto, amadurecer a análise, mesmo que para isso uma reestruturação argumentativa e de apresentação da pesquisa seja feita” (PER_D_A4_PC_7)

Outro parecerista, conforme exemplo (79), faz um tipo de crítica ao fato de os conceitos e princípios analíticos de uma teoria não serem efetivamente usados para a realização das análises, embora se encontrem presentes em seções teóricas do artigo. Ou seja, os princípios teóricos e analíticos foram vistos pelo parecerista como desprezados no momento das análises.

(79) “O artigo baseia-se na *Linguística Funcional norte-americana*, mas **os conceitos e princípios analíticos dessa teoria são pouco recuperados ao longo da análise propriamente dita**. Na verdade, aproveita-se apenas uma visão funcionalista da linguagem, que é uma perspectiva de análise baseada no uso” (PER_D_A4_PC_8)

No comentário (80), já é reportado um caso de total ausência de sustentação teórica para a análise de um certo fenômeno, o que contraria frontalmente a crença/valor na necessidade de sustentação teórica para se proceder a análises.

(80) “Na análise de (21b), a referida função modal não fica clara, pois o autor não explicita o processo de modalização a que se refere; ademais, **o texto não traz nenhuma sustentação teórica acerca do fenômeno da modalização**. Na análise de (21c-d), são referidos adjuntos com função temporal e locativa **sem qualquer sustentação teórica** sobre a questão no corpo do texto, e isso se faz necessário, visto que as relativas exercem o papel de modificadores e as noções de tempo e lugar se encontram na semântica dos nominais nucleares a que se encontram encaixadas” (PER_D_A4_PC_17)

Em outro caso, comentário (81), a crítica incide sobre certa incoerência entre o conceito de leitura discutido no referencial teórico e o conceito aparentemente privilegiado pelos autores ao longo do artigo.

(81) “Sugiro que o conceito de leitura seja apresentado no texto para melhor explicar a afirmação abaixo: “A análise mostrou que o TESLLE realmente testa a habilidade de leitura do examinando, pois a maioria das questões explora o nível da Semântica e da Pragmática, em que os examinandos devem acionar conhecimentos tipicamente relacionados à habilidade de leitura de textos, como identificar processos de referenciação no texto, fazer inferências, etc.” (PER_C_A2_PC_16)

Foram encontrados exemplos de pareceres atrelado ao propósito de avaliar a qualidade e integridade de uma produção científica de um dado campo do conhecimento. No exemplo (82), o artigo submetido recebe uma quantidade grande de críticas, as quais incidem sobre: falta de clareza sobre um conceito usado nas análises; ausência de elementos supostamente sendo analisados; erros conceituais; mistura de critérios; uso de nomenclatura desprovida de sustentação teórica no corpo do texto. Diferentemente dos pareceres que se ocupam essencialmente de avaliar a qualidade textual e o padrão de linguagem dos artigos, no caso aqui o foco do parecer é sobre aspectos que atestam a qualidade e adequação do modo como a pesquisa foi realizada e como está sendo divulgada.

(82) *“Ainda na mesma seção, o exemplo (2), que se trata de um sintagma nominal com relativa encaixada, é analisado em relação a uma suposta oração matriz, que não aparece, **então é necessário rever a análise ou apresentar tal oração.** Na análise dos exemplos de (5) e (6), é mencionada a omissão de verbo atribuída à falta de “coerência ou sintaxe gramatical”, e **isso precisa ser revisto porque, além de não existir sintaxe que não seja gramatical, não fica claro o que está sendo concebido como coerência, nem como ela e a tal “sintaxe gramatical” podem justificar o fenômeno em questão. Em (12), é preciso justificar o entendimento de relativa livre, pois o “o” de “o que” pode ser sintaticamente interpretado como pronome demonstrativo (aquele) retomado pelo relativo “que”. Em (13), é dito existir “complemento com função de quantia”, o que, além de misturar critérios sintático e semântico, serve-se de uma nomenclatura desprovida de **qualquer sustentação teórica no corpo do texto**” (PER_D_A4_PC_17)***

Neste subtipo de comentário os pareceristas, comentários (83) e (84), ocupam-se prioritariamente em avaliar como os resultados foram discutidos, como se chegou a eles e como eles se são articulados com as outras informações e seções do artigo. As críticas incidem sobre a pouca ênfase conferida aos resultados tanto na seção de análises quanto na seção de conclusões e sobre a baixa qualidade retórica na análise e na conclusão. Este tipo de comentário aponta para uma baixa valorização das seções de resultados e conclusões, o que pode ter relação com o valor conferido na área de letras para a fundamentação teórica, o que pode acarretar menos ênfase para outras seções do artigo.

(83) *“Sugiro também que **o texto dê mais ênfase ao resultado:** “Os resultados do estudo mostram que a dimensão ideológica serviu para fornecer status de factualidade a opiniões subjetivas”. **Acho que esta é uma importante tese, que aparece de uma forma um tanto tímida na análise e na conclusão. Penso que o/s autor/es poderiam dar mais qualidade retórica aos pontos da análise e da conclusão que dão suporte a essa tese. De resto, recomendo a publicação do paper”** (PER_C_A2_PC_17)*

(84) *“Em relação ao material a ser submetido à análise, observa-se uma contextualização do autor, considerando seu destaque no cenário intelectual chileno. Nessa contextualização, observa-se maior ênfase conferida ao intelectual, indicando o material no contexto de sua obra. **Nota-se uma lacuna de informações específicas sobre a obra, no item 4. Sugere-se fornecer elementos mínimos de caracterização do gesto de leitura empreendido, de modo que seja possível identificar os elementos de categorização**” (PER_C_A2_PC_13)*

Uma tendência marcante aqui é apontar para variados tipos de ausências relacionados às análises: de informações específicas sobre o corpus de análise; de maior ênfase sobre algumas categorias de análise; de argumentos para sustentar afirmações; de quantidade suficiente de exemplos para sustentar uma afirmação; análises ou referência de análises estatísticas para afirmações feitas.

No comentário (85), o parecerista analisa com bastante acuidade as afirmações que indicam resultados da pesquisa, avaliando tais afirmações em relação à representatividade da quantidade de dados e das possíveis conclusões que podem ser

formuladas com base numa quantidade muito pequena de dados. Além disso, o parecer compara os resultados propostos no artigo com dados de pesquisas prévias e afirma que faltam argumentos no artigo para sustentar as asserções feitas. A discordância do parecerista em relação aos resultados da pesquisa relatada traz evidências do propósito do parecer de avaliar a qualidade analítica de um artigo e suas contribuições para a área disciplinar. Pode-se deduzir que se trata de um artigo que, na visão deste parecerista, não traria contribuições para a área, inclusive por ignorar conclusões, já publicadas em trabalhos anteriores, que contrárias às defendidas no artigo.

(85) “(4) *There are no arguments for the following statements: “Apparently, as far as we have seen, cases of OOR in BP, are not certificated, or they are less productive, like the SOR.” “morphosyntactic adjustment of agreement between raised NP and the matrix predicate: mandatory criterion for the three types of raising found in BP (although, in almost all instances the we observed in the corpus, the raised argument of NP of the third singular person, restricting, thereby, the unequivocal verification of this property);” Do the authors affirm this statements based only 4 examples of PB? The fact of not finding cases of morphosyntactic adjustment in the 4 data of the “PB” can not be taken as negative evidence. Martins & Nunes 2005 and Kato & Nascimento 2015 show many examples of this morphosyntactic adjustment;* (5) *Based on which arguments do the authors affirm that ‘modality predicate seems’ constructs are the most productive for the SSR? No analyzes or references of statistical analyzes are presented: “Note the occurrences in (12) and (13), the two main types of semantic predicate: modality predicate seems, the most productive for the SSR (12a-f);* (6) *The conclusions and the generalizations presented in (i) to (v) at the end of section 2 are formalized based on the analysis of only 8 examples of a ‘PB corpus’. The paper’s theme is relevant and pertinent, but the text needs a substantial revision in the sense of presenting empirical and statistical evidences involving the analyzed constructions that support the presented conclusions and generalizations” (PER_C_A2_PC_14)*

Ocorreu em vários pareceres, a exemplo dos comentários (86) e (87), uma recomendação de maior desenvolvimento da argumentação na seção de análises dos resultados de modo a oferecer mais sustentação para as conclusões. Há também críticas ao fato de as análises dos resultados serem rasas, quando deveriam ser acuradas, ou serem feitas minimamente, sem o devido desenvolvimento; ou ainda conterem equívocos que chegam a produzir o mascaramento de um problema real.

Tudo indica haver artigos em que a análise dos resultados não recebe a atenção e o cuidado esperado pelos pareceristas. Duas hipóteses podem ser elencadas para tentar explicar isso: a) uma maior valorização, em parte da área de linguística, da reflexão teórica, o que pode induzir os jovens pesquisadores a priorizarem a discussão teórica em detrimento da análise de resultados; b) certa dificuldade, por parte de muitos

pesquisadores, em fazer análises de dados, em virtude de não ser comum haver práticas de ensino desta habilidade nos cursos de graduação e pós-graduação no Brasil.

(86) “O autor do artigo se propõe a analisar uma obra de Antunes sobre ensino de gramática e dá conta desse objetivo, mas pouco atende os objetivos específicos, dentre eles uma relação mais aguda da proposta da autora com a BNCC, por exemplo, considerando, de fato, as competências e habilidades de ensino de gramática presentes neste documento e a proposta da autora. **Essa análise é mínima no artigo.**[...] Falta **uma análise mais acurada** das condições de produção da BNCC para entender como entra o ensino de gramática do modo como está explicitado nas habilidades e ainda o contexto político-econômico desse documento.[...] Também **o autor faz análises rasas dos resultados de avaliação** em larga escala, que fragilizam ainda mais as escolas públicas, sem se atentar para o que esses resultados revelam, a desigualdade social, que provoca a desigualdade de acesso aos bens econômicos e culturais, que têm resultado nesses exames. **O autor tem elementos para discutir isso, mas não o faz, quando mostra que os índices das escolas privadas e especialmente dos institutos federais são altos.** Isso mostra educação melhor das escolas privadas ou a desigualdade social agindo sobre a aprendizagem? E os resultados dos institutos federais? Tem resultado acima das escolas privadas e acima da média da OCDE. Se têm ótimos resultados, a que se deve? Ao modelo de escola? Então temos bons exemplos de escolas públicas no Brasil..... No final, o autor culpabiliza a escola e seu ensino. Isso mascara a causa dos problemas da educação no Brasil e fragiliza ainda mais toda a educação pública. **O problema é muito mais amplo do que o autor demonstra.** Assim, uma coisa é culpabilizar a escola, outra é ver as causas e o que a escola pode fazer” (PER_C_A2_PC_11)

(87) “Sugere-se **desenvolver o momento de articulação entre as partes.** Ao final do item 3, por exemplo, elabora-se um comentário comparativo. Neste comentário, procede-se a uma indicação de pontos de contato e de afastamento entre as teorias do sujeito. **Não se explora que fatores teriam levado a teoria do sujeito de Benveniste a centrar-se no ‘eu’**” (PER_C_A2_PC_13)

Ocorreu de um parecerista sugerir aos autores, não uma alteração ou correção sobre algum aspecto do artigo, mas que “reflitam” e “pensem” sobre indagações por ele indicadas, as quais incidem sobre o significado de alguns dados e achados e sobre a ausência de evidências sobre ideias parcialmente explícitas na argumentação. Não fica claro se a solicitação para pensar seria uma forma altamente polida e indireta de requerer alteração no texto, caso em que implicaria no risco de o autor não considerar a realização da alteração com certo grau de obrigatoriedade; ou se estaria atrelada ao propósito pedagógico dos pareceres: o parecerista estaria, neste caso, agindo mais como um professor que estimula os processos de reflexão crítica por parte dos aprendizes, como aponta o exemplo (88).

(88) “**Outra questão, ligada à anterior, que demanda alguma reflexão** pelo menos nas considerações finais: O que significa o fato de movimentos (ou “passos”) de outras seções acontecerem na seção de problema? Isso diz alguma coisa importante sobre a escrita do projeto. **Finalmente, sugiro ainda pensar:** O fato de se Linguística preferir livros indica que os trata como conhecimento inquestionável? Que evidências tem para essa ideia que fica mais ou menos explícita em sua argumentação?” (PER_D_A4_PC_9)

Algo bem parecido ocorre no exemplo (89) em que o parecerista diz apontar “uma questão para possível debate”, não indicando tratar-se de algo a ser efetivamente feito na revisão textual. A solicitação para refletir e pensar causa alguma surpresa num gênero como o parecer o qual não se situa num contexto de ensino-aprendizagem, mas num contexto de avaliação de um produto final. Ou seja, os pareceristas deixam os autores bastante livres para acatar ou não a sugestão de reflexão feita, o que entra em contradição com a expectativa manifesta por dois editores entrevistados, os quais esperam que os pareceres indiquem de modo claro o que deve ser alterado no artigo. É provável que nestes últimos casos os comentários guardem relação com a função pedagógica dos artigos no sentido de propor uma reflexão que ultrapassa os limites do artigo e direciona-se para o processo de aprendizagem futura do autor do artigo.

(89) “8. Ao final do texto, são elencados inúmeros exemplos de neologismos, entretanto **aponta-se aqui uma questão para possível debate**: Seriam todas essas formas neologismos? Retomemos o conceito de neologismo, apresentado no início: “As unidades que não estejam registradas no dicionário são consideradas neologismos. O registro delas no dicionário, porém, marca a desneologização da unidade. Assim, o processo da neologia começa e termina no dicionário, pois este adquire o estatuto de instância de legitimação do léxico, funcionando como um ‘cartório de registros’” (KRIEGER, 2012, p. 19) que concede à palavra sua certidão de nascimento e, conseqüentemente, a institucionalização dela no conjunto léxico da língua’ p. 2. [...] Nenhuma dessas formas está registrada no dicionário com definição semelhante a que é empregada nas mídias?” (PER_C_A2_PC_10)

O parecer (90) critica, com bastantes detalhes, a ausência de interpretação de dados apresentados.

(90) “4) Conceito de leitura: Os autores afirmam (Considerações Finais) que a habilidade de leitura está associada aos vários estratos da linguagem, com especial destaque ao estrato da linguagem correspondente à Semântica e Pragmática (Seção de Resultados). No entanto, o conceito de leitura depreendido do referencial teórico-metodológico adotado (Análise Crítica de Gênero) **permite ao leitor vislumbrar um conceito de leitura diferente daquele que parece estar sendo privilegiado pelos autores. Na revisão da literatura, nos estratos da linguagem, há estratos mais gerais, que encapsulam o da semântica e pragmática, e que fornecem uma visão de linguagem, e de seu uso, mais abrangentes. O uso do referencial da Análise Crítica do Discurso, parte da Análise Crítica de Gênero, também corrobora para que seja feita a referência a estratos da linguagem mais abrangentes (como o de gêneros e o do discurso). Mas essa relação é insuficientemente explorada no texto**” (PER_C_A2_PC_16)

Os comentários de tipo analítico-conceitual e autoral mantêm relação direta com a avaliação do mérito da pesquisa pelo fato de ter como escopo principal as análises feitas no artigo em sua relação com a base teórica. Os pareceristas aqui apontarem diversos tipos de ausências: de informações, de posicionamento autoral e de interpretação de

dados. Também apontaram incoerências entre base teórica e análises e solicitaram ênfase e acuidade nas análises. Vemos aqui uma avaliação crítica focada naquilo que deveria se fazer presente no artigo, mas se encontra ausente e que, ao se encontrar ausente, pode comprometer a qualidade da divulgação da pesquisa. É interessante observar que a recomendação de acréscimos sinaliza a existência de expectativas e convenções genéricas sendo controladas pelos pesquisadores experientes.

6.5 METODOLÓGICO

O comentário de tipo metodológico se refere à abordagem metodológica escolhida, com foco em sua adequação aos objetivos de pesquisa e à teoria. Inclui ainda observações sobre critérios adotados e sobre a completude, a clareza e a especificação das informações de cunho metodológico.

Os pareceres (91), (92) e (93) recomendam a inclusão de uma seção de metodologia para esclarecer os critérios, categorias e formas de tratamento dos dados. Ao fazer isso, o parecerista atua em prol do propósito de colaborar para manter a convenção genérica dos artigos, já que é recorrente a presença de uma seção de metodologia neste gênero. Contudo, é importante salientar que não há consenso total entre subáreas no interior da grande área disciplinar de linguística em relação à obrigatoriedade de uma seção de metodologia em artigos, não se tratando de uma crença/valor amplamente acordada e de uma correspondente ação retórica convencional. Contudo, não seguir a crença/valor sobre a necessidade da descrição detalhada da metodologia numa seção própria tem produzido muitas avaliações negativas dos artigos que se relacionam à amostra de pareceres desta tese.

(91) “Além dos pontos mencionados, o texto carece de uma seção de metodologia para que questões como as seguintes fiquem claras: 1) qual a distribuição temporal dos textos no século analisado? 2) textos produzidos no início do século possuem a mesma sintaxe do fenômeno que os do final do século? 3) a transcrição dos textos, sobretudo no que se refere à pontuação, não interfere na análise das estruturas, principalmente as relativas explicativas? 4) Por que foram escolhidos os grupos contrastivos adotados? 5) Quais serão as categorias de análise adotadas para evitar a flutuação nas observações?” (PER_D_A4_PC_17)

(92) “A pesquisa não demonstra seguir a metodologia variacionista. Não há descrição metodológica” (PER_A_B2_PC_8)

(93) “A partir da leitura do artigo, entendo que o mesmo pode ser melhor estruturado a partir de uma maior clareza entre a Metodologia de Ensino utilizada (modelo sistêmico proposto pelo autor) e a Metodologia de Pesquisa, uma vez que a análise dos dados realiza a apresentação de referencial teórico do modelo. Assim, após a fundamentação teórica de sustentação do modelo, **deveria ser apresentada a Metodologia de Pesquisa e, na análise de dados, o cruzamento entre as ideias trazidas pelo modelo e os dados do campo empírico**” (PER_A_B2_PC_2)

Nos casos em que existe uma seção de metodologia nos artigos analisados, as críticas mais comuns referem-se à ausência de informações consideradas importantes e também à falta de clareza e de objetividade da metodologia. As ausências mais indicadas são sobre: indicação dos dados de análise; procedimentos de análise; instrumentos de análise, exemplo (94); critérios de escolha e perfil dos participantes, procedimentos de realização de experimento, procedimentos de análise [exemplo (95)], quantidade de sujeitos e tempo de observação e coleta de dados [exemplo (96)] e critério para seleção de corpus de análise [exemplo (97)]. Comumente, as solicitações para inclusão de informações ausentes são realizadas através de perguntas, as quais podem pragmaticamente serem compreendidas como um tipo de repreensão a uma falha no plano informacional e no atendimento a expectativas sobre as convenções genéricas.

(94) “Metodologia mal explicitada e análise ausente. **Quais são os dados? Quais os procedimentos e instrumentos de análise?**” (PER_C_A2_PC_14)

(95) “3.Da maneira como está apresentado, o artigo deixa dúvidas em relação a diferentes aspectos, tais como: [...] Em relação aos participantes, **qual o critério de escolha dos mesmos e quantos se tornaram participantes efetivos?** [...] **Como exatamente o experimento foi realizado e a como a aprendizagem foi avaliada?**” (PER_A_B2_PC_21)

(96) “Ressente-se de informações mais pontuais sobre como foi feita a pesquisa, como a quantidade de sujeitos na sala de aula, o tempo de observação e coleta dos dados.” (PER_A_B2_PC_3)

(97) “Nos estudos enunciativos atuais, há diversos autores, inclusive discutindo a perspectiva de Benveniste. **Sugere-se explicitar o critério para a seleção de Guimarães (2017)**” (PER_C_A2_PC_13)

O comentário (98) ilustra bem um caso em que se recomenda a inclusão de variados tipos de informações ausentes na seção de metodologia: dados sobre a aprovação do projeto pelo comitê de ética; informações sobre o modo como se deu a assinatura do TCLE; informação sobre os procedimentos de coleta de dados; informações sobre os critérios de seleção dos participantes. É recomendada ainda também a indicação clara da variável dependente usada no experimento além das hipóteses testadas na análise. O grande elenco de indagações indica uma grande quantidade e diversidade de informações consideradas ausentes no artigo, e, com isso, vai-se vendo como o parecerista adere à

crença/valor de que um artigo de pesquisa precisa apresentar de modo completo e detalhado todos os dados que informam como a investigação relatada foi realizada.

(98) “8) A seção 3 (Procedimentos metodológicos) **contém as seguintes lacunas, que necessitam ser preenchidas:** a) A pesquisa foi realizada com estudantes em ambiente escolar. Portanto, o projeto do estudo deve ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da instituição a que se vincula o/a pesquisador/a. **Incluir o número e a data do parecer de aprovação do Comitê de Ética e esclarecer como se deu a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais dos alunos.** b) Afirma-se que os dados foram levantados de textos escritos por estudantes. O que foi solicitado aos alunos? Qual foi o enunciado da tarefa? A tarefa era parte das atividades de aula ou foi solicitada em horário extraclasse, exclusivamente para a pesquisa? Quem aplicou a tarefa, o/a pesquisador/a ou o docente responsável pela turma de cada estudante? c) Na seleção dos alunos, qual era o desempenho escolar dos alunos em ortografia antes da realização da tarefa? Alunos “fortes” e alunos “fracos” no registro ortográfico podem influenciar os resultados alcançados. Como se selecionaram os alunos? Foram indicados por um coordenador, por um professor? Ou os alunos se voluntariaram para participar? d) É necessário afirmar qual é a variável dependente da análise quantitativa e fornecer exemplo. Sobre as variáveis linguísticas e sociais independentes consideradas na análise, além dos nomes, é preciso incluir e exemplificar (sempre que possível) os fatores contidos em cada uma, e as hipóteses testadas na análise” (PER_D_A4_PC_19)

O exemplo (99) também reforça o quanto é comum os pareceristas solicitarem um melhor detalhamento de aspectos metodológicos, como as classificações de categorias de análise e os princípios metodológicos da abordagem escolhida. Em contrapartida, tal exigência indica uma prática comum na escrita da seção de metodologia nos artigos, ao menos em parte daqueles mencionados nos pareceres da amostra desta tese, de não valorização do detalhamento de informações de natureza metodológica. Parece haver duas concepções diferentes: da parte de autores uma não valorização de uma redação detalhada, clara e densamente informativa e, em contrapartida, da parte dos pareceristas uma expectativa de que tal seção seja apresentada com uma redação repleta de detalhes e densamente informativa.

(99) “2. METODOLOGIA: Esta seção pode ser melhor detalhada. Há referência a autores que realizaram classificações de tipos e enfoques de questões, bem como dos estratos de linguagem que elas acionam, mas essas classificações não são detalhadas ao leitor, e permanecem vagas. Além disso, esta seção não faz referência aos princípios metodológicos da *Análise Crítica de Gêneros*, apresentada na seção anterior” (PER_C_A2_PC_16)

O elogio contido no comentário (100), sobre o detalhamento do percurso metodológico usado e a apresentação de critérios para seleção do *corpus*, traduz bem a crença/valor em relação ao caráter detalhista da seção de metodologia:

*(100) “No que se refere ao recorte metodológico, destaco que o texto faz um **bom detalhamento sobre o caminho trilhado durante o estudo e, ainda, apresenta os critérios utilizados para selecionar o corpus analisado**” (PER_D_A4_PC_1)*

O comentário (101), após recomendar que seja reportado adequadamente o experimento, com a inclusão dos detalhes de como o experimento foi realizado, justifica que a descrição detalhada do experimento é importante pelo fato de possibilitar sua replicação e ainda indica um site que contém orientações sobre como reportar trabalhos experimentais. A teor da justificativa acima e a indicação do site permitem sugerem o parecerista supor estar interagindo com um pesquisador iniciante, uma vez que a possibilidade de replicação de procedimentos metodológicos é um tipo de saber básico no mundo da pesquisa. Seria pouco provável perceber a necessidade de informar isso a um pesquisador experiente. Por isso, acreditamos aqui que este tipo de comentário serve de indício da realização do propósito pedagógico dos pareceres.

*(101) “[...] O autor precisa reportar adequadamente o experimento, tal como é usual em trabalhos experimentais. Em geral, mesmo com algumas variações, os experimentos são reportados com as seções: Material, Método, Participantes, Dados, Resultados e Discussão. O modo como está organizado deixa o leitor confuso e alguns detalhes do experimento sequer são descritos, assim como a discussão fica prejudicada. **É importante ter em mente que a descrição do experimento deve ser extremamente detalhada para permitir a sua replicação. Algumas orientações sobre como reportar trabalhos experimentais podem ser lidas aqui: <https://writingcenter.unc.edu/tips-and-tools/scientific-reports>**” (PER_D_A4_PC_7)*

Diferentemente da solicitação de inclusão de informações de caráter metodológico, encontramos um caso em que se sugere a exclusão de informações sobre os sujeitos pelo fato de ser considerada irrelevante para o tipo de análise sendo feita, como no comentário (102).

(102) “Outra reorganização seria na Metodologia. O último parágrafo de a) Sobre os sujeitos: parece irrelevante, uma vez que os diários não são tematizados” (PER_B_A4_PC_3)

Outra preocupação dos pareceristas é com a própria organização da seção de metodologia, decorrentes de equívocos em relação ao lugar onde devem ser dispostas as informações, como aponta o comentário (103).

(103) “*Outra reorganização seria na Metodologia. **Descrições dos sujeitos deveriam estar no item anterior.** [...] As considerações sobre o que as falas dos professores revelam devem estar somente na análise, não servir para descrevê-los*” (PER_B_A4_PC_3)

Ligados ao propósito de avaliar a qualidade da pesquisa são os três comentários seguintes. No comentário (104), são feitas críticas à dissonância entre a indicação de uma pesquisa quantitativa e o uso de dados frutos de percepções subjetivas, e, em (105) e (106), os pareceristas indicam haver informações desencontradas entre a quantidade de dados propostas na metodologia e a quantidade efetivamente analisada.

(104) “(6) *Há uma justificativa de que a pesquisa é quantitativa (e usa o programa R para isso, em detrimento de outros – muito embora sejam apresentados apenas frequências de uso!), **mas todos os dados analisados são de percepções subjetivas dos informantes.** Como os autores se posicionam em relação a isso?*” (PER_D_A4_PC_5)

(105) “*Embora os autores admitam tratar-se de um estudo ainda incipiente, a análise ficou bastante limitada, em razão de algumas incompletudes: (i) **a metodologia sugere que as dez línguas serão consideradas, mas dados de apenas três delas foram explorados, sem que os autores justifiquem tal limitação;***” (PER_C_A2_PC_4)

(106) “3. *Da maneira como está apresentado, o artigo deixa dúvidas em relação a diferentes aspectos, tais como: **se os alunos afirmaram usar mais de dez aplicativos, por que apenas quatro foram considerados/mencionados** e, mais importante ainda, por que o aplicativo Menrise foi o escolhido, uma vez o mesmo apresentava as mesmas características dos demais, exceto o fato de não ser totalmente gratuito, e sendo o menos popular entre os aplicativos apresentados?*” (PER_A_B2_PC_21)

O comentário (107) questiona com argumentos a decisão metodológica adotada na pesquisa e recomenda seguir uma metodologia internacional proposta por um autor específico, ao invés de fazer uma adaptação dela. Parece uma postura que busca mais valorizar métodos e conceitos já estabelecidos no plano internacional e menos em apostar na readequação destes métodos ao contexto brasileiro.

(107) “*A opção de identificar e analisar apenas “passos” **pode ser questionada**, apesar de ter um antecedente citado em Alves Filho. Se os passos são estratégias que realizam movimentos, como posso identificar passos sem identificar os movimentos? **Creio que a literatura internacional dá mais respaldo para o contrário: identificar os movimentos sem entrar nas particularidades dos passos.** Por isso mesmo a teoria/metodologia de Swales também se chama de “move analysis” e não de “step analysis”. Sugiro repensar: o que foi identificado são passos ou movimentos? Se são passos, agrupá-los em movimentos daria maior objetividade à análise*” (PER_D_A4_PC_9)

No exemplo (108), é recomendada cautela e precisão em relação ao tipo de estatística que está sendo usada na pesquisa.

(108) “pg. 7) *Quando se fala em estatística, é preciso ter mais cautela e mais precisão porque não fica claro o que se está assumindo efetivamente por estatística. é uma questão simples de proporção. A questão da transitividade prototípica, levantada anteriormente (e retomada na seção seguinte, como segunda opção do que seja protótipo), parece mais interessante: a transitividade prototípica seria um Agente (definido e animado) executando algo em um paciente / tema (indefinido e inanimado). Como a seção seguinte esclarece a questão de maneira precisa, sugiro que se faça alguma ressalva alertando o leitor que a questão estatística será discutida*” (PER_C_A2_PC_19)

No comentário (109), o parecerista adverte sobre consequências indesejáveis da escolha de um pronome para abordar os participantes da pesquisa. Contudo, não chega a recomendar ou sugerir claramente mudanças. Em vez disso, indaga o que o(s) autor(es) pensam sobre a advertência por ele feita, deixando-os um tanto livres para tomar decisões, conquanto a advertência aponte para possíveis interferências nos resultados da pesquisa. Esse tipo de interpelação do autor pelo parecerista evoca menos a situação prototípica de revisão de artigos e mais contextos acadêmicos de aprendizagem processual, como arguições e seminários de pesquisa.

(109) “(5) em todas as questões do questionário aplicado na pesquisa há o uso categórico do pronome você para se referir à segunda pessoa do singular (P2). Esse uso deve intervir nos resultados e fazer com que o informante intérprete sempre o pronome tu como uma forma de distanciamento. **O que o(s) autor(es) desta pesquisa pode(m) dizer sobre isso?**” (PER_D_A4_PC_5)

Como tem ocorrido para os outros tipos de comentários aqui analisados, o comentário (110) é de difícil compreensão pelo fato de não indicar quais aspectos exatamente carecem de mais clareza. É indicado, mas de modo sumário, sem detalhamento, não haver total clareza sobre a metodologia e o *corpus* usado na pesquisa. O fato de dizer que não há total clareza implica a admissão que há clareza parcial, ficando a cargo do autor do texto tentar desvendar onde exatamente existe e onde não existe clareza.

(110) “6. Não há total clareza sobre a metodologia e o corpus empregados;” (PER_C_A2_PC_10)

Uma tendência importante nos pareceres de tipo metodológico foi a crítica à incompletude de informações de natureza metodológica, o que levou os pareceristas a enfaticamente recomendarem o acréscimo de dados e informações. Houve um caso inclusive de crítica à ausência da seção de metodologia. Estas ausências de informações consideradas essenciais na visão dos pareceristas provocam indagações do tipo: a) trata-se de artigos escritos por autores inexperientes e desconhedores de convenções amplamente acordadas entre os pesquisadores experientes?; b) a ausência de detalhes metodológicos decorre de um valor de parte dos pesquisadores da comunidade de linguística no Brasil que não considera relevante tal detalhamento? Não era objetivo desta tese discutir este aspecto, mas o consideramos de grande relevância para trabalhos futuros.

6.6 CONTRIBUIÇÃO E INOVAÇÃO

O comentário de tipo contribuição e inovação se refere às potenciais contribuições da pesquisa tanto em relação ao contexto acadêmico-teórico quanto em relação à sociedade. Foca também no caráter de originalidade ou inovação proposto pela pesquisa, sem em termos teóricos, metodológicos, analíticos ou aplicados.

Uma das formas mais comuns deste tipo de comentário se dá pelo reconhecimento da relevância da temática para a própria área ou subáreas disciplinares. Isso se ampara na crença/valor amplamente presente na esfera acadêmico-científica de que os objetos de pesquisa considerados relevantes num dado momento são definidos não no plano individual, mas pela coletividade dos que integram uma área ou subárea disciplinar. Por isso alguns pareceristas enunciam que ‘o tema é relevante para a área x’, como apontam os exemplos (111) a (118). Embora este valor da relevância temática legitimada seja bem conhecido entre pesquisadores mais experientes pode se apresentar como algo desafiador para pesquisadores iniciantes, os quais podem ser tentados a escolher os temas de pesquisa guiados por critérios subjetivos e individuais.

*(111)“ O texto apresenta uma série de problemas pontuais, sinalizados nos comentários inseridos ao longo do artigo, que acabam prejudicando a qualidade da produção. No entanto, se o(a) autor(a) fizer uma revisão textual criteriosa, o trabalho merece ser divulgado, **pois traz uma contribuição relevante no âmbito da Sociolinguística Educacional**” (PER_D_A4_PC_4)*

(112) “O artigo avaliado é **relevante, quanto à temática, e sustentado por uma consistente base teórica. Entretanto, precisa ser atualizado ao debate político-ambiental para ser publicado**” (PER_D_A4_PC_2)

(113) “O artigo aborda uma **temática relevante que pode vir a contribuir nas discussões e estudos sobre EFL, mais especificamente, no uso da literatura para a promoção do ensino de inglês**” (PER_D_A4_PC_3)

(114) “**1) A relevância atual do artigo: O artigo é bastante relevante na área de Libras, tendo em vista que traga a discussão e a importância da nomeação de pessoas dentro da comunidade surda. 2) Precisão na abordagem do tema explorado: O(s) autor(es) aborda(m) o tema com precisão e apresenta(m) claramente a orientação teóricometodológica na qual o trabalho se baseia**” (PER_D_A4_PC_13)

(115) “O artigo aborda tema interessante, **com contribuições à linguística, principalmente para a linguística das línguas de sinais**” (PER_C_A2_PC_20)

(116) “A diversidade de posições-sujeito encontradas revela **a importância do tipo de análise empreendida e da contribuição para a área**” (PER_C_A2_PC_13)

(117) “**O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar**” (PER_B_A4_PC_17)

(118) “Trata-se de artigo que **propõe contribuição relevante para a área de estudo em história das ideias linguísticas. A referida contribuição se caracteriza por fornecer conhecimento adequado ao tipo de pesquisa empreendida, contendo ainda uma interessante articulação no quadro teórico**” (PER_C_A2_PC_13)

A relevância foi considerada ainda em relação a outros aspectos, como a abordagem do tema em contexto nacional, a observação da percepção de certo perfil de informantes e a abordagem de um fenômeno linguístico sensível a estigmatização, conforme exemplos (119) a (122). No comentário (122), o reconhecimento do valor do trabalho se dá em função da proposição de uma descrição considerada “muito valiosa” para a área disciplinar.

(119) “O artigo traz uma análise das percepções de uso do pronome tu de estudantes universitários da Universidade Federal de Alagoas. **Um ponto forte do artigo é abordar a variação tu/você em uma comunidade do português brasileiro, considerando a percepção dos informantes**” (PER_D_A4_PC_5)

(120) “**Trata-se de uma temática bastante relevante, não só por estar voltada ao ensino de LP, mas principalmente por abordar um fenômeno gramatical que é sensível a avaliações estigmatizadas e apresentar uma proposta de intervenção pedagógica bastante interessante, com base num gênero com o qual os alunos estão familiarizados.**” (PER_D_A4_PC_4)

(121) “**Sim, o tema possui grande relevância, pois relaciona teorias do texto/discurso à prática docente e ao ensino de língua portuguesa na educação básica.J**” (PER_A_B2_PC_17)

(122) “O trabalho é **bastante importante** na medida em que descreve uma língua que desafia o que se conhece sobre a tipologia de DOM. **Esse tipo de descrição é muito valioso para a linguística teórica e a tipologia linguística.**” (PER_D_A4_PC_10)

O comentário (123), a seguir, apresenta um desafio em termos de compreensão pragmática: seria um caso de elogio ou de crítica? A ambiguidade reside em duas crenças aparentemente contraditórios na esfera acadêmico-científica: de um lado valoriza-se pesquisar temas “em pauta” numa área disciplinar (exemplos desta tese atestam isso), de outro há um incentivo também a inovação. Além disso, também o autor do artigo avaliado poderia se perguntar se confirmar conclusões já defendidas antes na área disciplinar é um aspecto considerado positivo ou negativo? Isso não fica claro no parecer.

*(123) **Temática já bastante discutida sob várias óticas** cujas conclusões corroboram o que os estudos linguísticos defendem: nenhum sistema linguístico deve ser valorado como melhor ou pior do que outro” (PER_A_B2_PC_7)*

O comentário (124) contém um elogio à apresentação de uma temática interessante para a comunidade acadêmica, acompanhada de elogio ao empenho dos autores na realização da pesquisa e à maturidade acadêmica demonstrado em relação ao conteúdo e à textualidade. O argumento da “maturidade acadêmica” parece um indício de que o leitor presumido do artigo é um estudante em formação e não um pesquisador experiente e com *expertise*. O elogio à qualidade da escrita faz mais sentido quando se tem em mente jovens pesquisadores ainda em fase de aprimoramento de suas capacidades de comunicação no ambiente acadêmico. Seria pouco provável fazer um elogio deste tipo a pesquisadores experientes. Contudo, tendo em vista o processo avaliativo ser de tipo duplo cego, um cálculo equivocado no tipo de leitor presumido pode provocar efeitos de sentido indesejados. Um autor experiente talvez espere elogios diferentes daqueles realizados no parecer acima.

*(124) “O trabalho no qual emito o parecer **apresenta uma temática de interesse acadêmico** e com contribuições para o entendimento dos fenômenos linguísticos e culturais que acontecem nas redes sociais, particularmente no Facebook, mostrando como se dá a escrita colaborativa nesses espaços de práticas sociais. Parablenizo o(s) autor(es) **pelo empenho na realização** de um estudo que, acredito, **tenha sido bem amplo** e que **apresenta uma maturidade acadêmica tanto em relação às ideias apresentadas, como na qualidade da escrita**” (PER_A_B2_PC_22)*

O comentário (125), conquanto reconheça a “pretensão” do autor em trabalhar um tema atual e relevante, avalia que a pesquisa não contribui para a área ocasionada por uma não delimitação adequada da questão de pesquisa.

(125) “O autor pretendeu tratar da avaliação de larga escala em relação com o ensino de português, que é um tema atual e relevante; no entanto, não delimitou bem a questão de pesquisa

e, por extensão, não trouxe contribuição às áreas de conhecimento envolvidas na discussão” (PER_A_B2_PC_7)

Foram encontrados casos em que a originalidade ou inovação reveste-se do critério usado para avaliar o mérito do artigo. Nos casos (126) e (127), o reconhecimento do ineditismo/novidade incide a própria temática sendo visto em relação à abordagem de “conceitos recentes” e na integração de teorias de autores diferentes. De uma outra forma, este tipo de avaliação vai fortalecendo o quanto os temas são vistos como algo de grande importância para a área.

(126) “O artigo é muito original quanto ao tema, a questão de solicitar modificações refere-se a normatização e as referências bibliográficas. É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa. Por exemplo: colocar em nota de rodapé referência do corpus analítico e repete no item Referências. Um cópia do artigo estará anexo a este formulário” (PER_B_A4_PC_16)

(127) “O artigo mostra ineditismo por tratar de conceitos recentes acerca dos gêneros do discurso (evidenciar a desgenerização nas crenças de professores de línguas em formação, compor um análise integrando as teorias de Bakhtin e Vigotski). Também é importante ressaltar a contribuição para a área de formação de professores de línguas estrangeiras, pela escolha dos participantes” (PER_B_A4_PC_20)

Os casos (128) e (129) contêm críticas ao quesito inovação/ineditismo. No primeiro caso (128), a crítica incide sobre falta de clareza em relação à contribuição do estudo e ao que ele apresenta de diferente em relação às pesquisas anteriores. Subjaz a este comentário a ideia de que a qualidade e mérito de um artigo podem referendados pela comparação com estudos anteriores, de modo a ser possível destacar uma novidade relativa. O segundo caso (129) expressa, de modo direto e sem atenuantes, que não houve originalidade. É interessante considerar que a expressão referencial usada para mencionar o artigo é reflexão. Isso diz algo de importante sobre uma visão de pesquisa que considera importante a subjetividade do pesquisador como aquele que faz uma reflexão sobre o objeto de estudo. No terceiro exemplo, a ausência de originalidade não foi considerada um empecilho para a não aprovação do artigo, sendo este quesito visto como menos decisivo do que a proposta de aplicação pedagógica da teoria, algo reconhecido pelo parecerista.

(128) “1. Apesar de uma tentativa em apresentar o que poderia ser próximo ao “estado da arte”, o(a) autor(a) não deixa claro qual a contribuição de seu estudo e como este se diferencia exatamente dos que já foram realizados. Sugiro, ainda, que esta tentativa seja incorporada à Introdução e não como parte do referencial teórico” (PER_A_B2_PC_21)

(129) “*Não foi possível identificar pontos originais na reflexão empreendida*” (PER_A_B2_PC_7)

Os casos (131) e (132), a seguir, reconhecem a contribuição do artigo em termos de aplicação para o ensino, a exemplo da proposição de formas de trabalhar um tema em sala de aula, e também para a aproximação entre a teoria linguística e a prática pedagógica.

(130) “*O artigo investiga o registro ortográfico de uma variável fonético-fonológica da fala vernacular de português brasileiro, o apagamento de /R/ em coda silábica. **Pode contribuir não só para o ensino-aprendizagem da grafia do português, mas também para aproximar a teoria linguística da prática pedagógica.** A literatura revisada é pertinente e a análise (quantitativa) efetuada é adequada aos objetivos do estudo. Em termos de textualidade, o artigo é bem escrito*” (PER_D_A4_PC_19)

(131) “*Sim, o tema possui grande relevância, pois relaciona teorias do texto/discurso à prática docente e ao ensino de língua portuguesa na educação básica*” (PER_A_B2_PC_17)

Elogios bem menos comuns foram em relação à contribuição do artigo para a compreensão se um fenômeno, como se dá no exemplo seguinte, no qual se reconhece também como relevante o apoio em bibliografia atualizada, conforme está configurado no exemplo (132).

(132) “*O trabalho é pertinente, bem organizado, bem escrito, com pequenos problemas formais (apontados no texto). A investigação faz uma boa revisão da literatura e se apoia em trabalhos atuais da área. Os resultados são importantes para a compreensão da escrita de projetos de pesquisa*” (PER_D_A4_PC_9)

Os comentários de tipo *contribuição e inovação* centraram-se predominantemente em relação ao reconhecimento da relevância da temática para a área disciplinar, tendo sido raros os casos em que o parecerista indicou não haver contribuição da pesquisa para a área. Também ocorreu esparsamente reconhecimento da contribuição do artigo em termos de aplicação e para a compreensão se um fenômeno. A análise global deste tipo de comentário sugere não haver valores bem consensuais sobre a própria relevância de avaliar a contribuição e inovação dos artigos bem como sobre possíveis critérios para tal avaliação.

6.7 METAESTRUTURAL GENÉRICO

Este tipo de comentário contém “críticas à estrutura e à composição do texto revisado e sugere mudanças apropriadas; pode conter requisitos como divisão adicional

do texto em subsecções, introdução de legendas, e melhoria de visuais e/ou apêndices,” além de conexões entre as seções do texto. Contém recomendações para adequação às normas da ABNT e às convenções retóricas de artigos científicos.

Aqui se concentram críticas às escolhas estilísticas e retóricas que não vistas como inadequadas às convenções do gênero artigo científico. São mencionadas duas indistinções indevidas: entre o artigo e ensaio teórico e entre artigo e propaganda, como apontado nos casos (133) e (134). No exemplo (134), a crítica ultrapassa a adequação genérica e se espalha até o domínio discursivo: o artigo parece mais com uma propaganda do que como um gênero do campo científico. Contudo, e surpreendentemente, o parecerista entende que o artigo (ou propaganda) pode ser aceito.

(133) “A metodologia não está clara. **O texto é primordialmente um ensaio teórico.** Mesmo assim, não há um delineamento claro dos autores a serem analisados, nem da organização da estrutura textual” (PER_A_B2_PC_4)

(134) “O artigo precisa ser caracterizado mais como científico, passa a impressão que eh propaganda de um produto digital, mas com algumas correcoes, podera ser publicado” (PER_C_A2_PC_14)

No comentário seguinte (135), o parecerista constata e critica o fato de o texto não apresentar características e funções de um artigo científico, não se tratando, portanto, de um artigo científico. Os problemas apresentados são: mistura de conceitos, tom prescritivo e confusão entre procedimentos didáticos e análise de dados. Este comentário é muito interessante por relevar uma crença/valor em relação ao que caracteriza o gênero artigo científico: a) apresentação de conceitos teóricos de modo claro e identificáveis, evitando que conceitos diferentes sejam vistos de modo indistinto ou misturado. Ou seja, um artigo precisa revelar que os autores compreendem, do ponto de vista teórico, as fronteiras entre conceitos distintos; b) não adoção de um tom prescritivo mas, em vez disso, optar por um tom reflexivo, aberto, provisório, cautelosos; c) num artigo científico é apropriado discernir claramente entre procedimentos de análise de dados e sugestões de práticas didáticas.

(135) “Além de algumas falhas de normatização bibliográfica, **o texto não se constitui como um artigo científico: apresenta mistura de conceitos teóricos, tom prescritivo e confusão entre sugestões de procedimentos didáticos e análise de dados.**” (PER_A_B2_PC_7)

Críticas também observaram, a exemplo do comentário (136), desequilíbrio entre a fundamentação teórica e o relato de experiência (análises/discussão de dados), no

sentido de haver mais espaço para a fundamentação teórica (“9 páginas”) do que para o relato de experiência (“5 páginas”). O parecerista acredita que as análises devem merecer mais espaço no texto pelo fato de conter “a informação nova do artigo”. É interessante este comentário pelo fato de não ser algo consensual entre os pareceristas aqui analisados já que parte deles faz coro à crença de que a fundamentação teórica é a mais importante. Isso tem indícios em comentários que dedicam mais atenção à parte teórica do que às seções de análise.

Provavelmente este é um caso que exemplifica bem a ideia de que as práticas letradas acadêmicas incluem implícitos desacordos e confusões em relação a quais são as formas de comunicação esperadas. (ZAVALA, 2011; MILLER, 2009)

(136) “10) De modo geral, há um desequilíbrio entre a fundamentação teórica (9 páginas) e o relato da experiência (5 páginas), a qual constitui a informação nova do artigo. Uma das formas de minimizar esse desequilíbrio seria transpor os quadros para o relato, logo após a descrição do corpus de imagens analisado, ilustrando o modelo para os procedimentos/parâmetros usados pelos sujeitos na análise. A outra forma seria incrementar a discussão dos dados com mais detalhes sobre “... o contexto, o tempo...”, elementos também considerados na produção dos textos da experiência. Ressalto que a inovação do artigo está no relato e sua discussão, não na resenha da literatura” (PER_B_A4_PC_4)

Outros subtipos de comentários Metaestruturais/genéricos observam a adequação das escolhas textuais e retóricas às várias seções do artigo: título, resumo, introdução, considerações finais, anexos, notas de rodapé.

No caso (137), a seguir, houve o reconhecimento de que o título é adequado (“compreensivo, conciso e refletindo o conteúdo abordado”).

(137) “O título é apresentado de forma compreensiva e concisa, refletindo o conteúdo abordado” (PER_D_A4_PC_20)

O resumo foi uma seção bastante criticada, em geral por não apresentar todos os tipos de informações consideradas essenciais pelos pareceristas. Nos casos (138) e (139), a seguir, a incompletude foi vista em relação às referências aos autores que dão sustentação à “discussão”, aos “resultados”, às “conclusões” e à “metodologia”. Um aspecto importante no discurso de um parecerista, pelo fato de trazer indícios sobre crenças, é uso de aspas nas palavras “resultados” e “conclusão”. Se interpretarmos o uso das aspas como uma forma de não assumir inteiramente o sentido comum das palavras,

apresentando certa desconfiança sobre ele, podemos enxergar aqui que o parecerista não manifesta concordância que uma pesquisa em linguística produza efetivamente resultados e conclusões. É possível que aqui seja uma manifestação de uma postura anti-positivista. No exemplo (139), também há a cobrança pela presença de resultados e conclusões, mas as palavras não vêm aspeadas, ou seja, sem distanciamento em relação ao seu significado convencional

(138) *“Seu resumo apresenta-se incompleto, pois não apontam os autores que serão utilizados para formar a discussão, assim como falta um certo “resultado” alcançado, a partir das leituras e discussões para este artigo. Isto é, não se apresenta uma “conclusão” provenientes exclusivamente do estudo apresentado”* (PER_D_A4_PC_20)

(139) *“O resumo precisa ser melhor desenvolvido, não se encerrando no objetivo da pesquisa, uma vez que nele se espera que o autor, em linhas gerais, apresente a metodologia, os resultados e as conclusões do estudo”* (PER_D_A4_PC_17)

Nos casos (140) e (141) em que os resumos foram considerados adequados, houve elogios ao fato de serem compreensivos, concisos e refletirem o conteúdo abordado, além de informar com clareza o problema e os objetivos da pesquisa.

(140) *“O resumo coloca claramente o problema e os objetivos. Sugiro, entretanto, que a parte em que se diz “ Não existe uma teoria que tente unificar as diferentes motivações do DOM. Não há uma explicação para a relação entre a semântica do verbo e a semântica do sintagma nominal no DOM. Nossa proposta é que estes diferentes fatores podem ser unificados em uma única teoria” seja apresentada no começo do resumo e não ao final, de maneira a melhorar a sequência da apresentação”* (PER_C_A2_PC_19)

(141) *“O título é apresentado de forma compreensiva e concisa, refletindo o conteúdo abordado”* (PER_D_A4_PC_20)

Em relação à introdução, aparecerem sugestões para contemplar já na introdução do artigo aspectos teóricos e temas centrais. Outra recomendação solicita o esclarecimento na introdução de qual será a organização global do texto, conforme exemplos (142), (143) e (144).

(142) *“(1) A review of the writing is required; a review in the glosses of the examples. (2) **The examples of the constructions studied should be presented in the introduction** when delimited the phenomenon under analysis”* (PER_C_A2_PC_14)

(143) *“Entre estas, sugiro um suporte teórico para tratar do Facebook logo na introdução e a inversão dos tópicos que tratam dessa rede social e o que descreve as gerações da Web, uma vez que essas gerações antecedem aquela rede social. Ainda em relação a esse último tópico, entendo que, por ser parte do objeto de estudo, a Web 2.0 tenha recebido mais atenção, o que é mais que justificado, porém, em um primeiro momento, o fato da mesma não ter sido explicada em uma sequência esperada, **pode causar uma certa expectativa e prejudicar o percurso da leitura**”* (PER_A_B2_PC_22)

(144) “*Convém ainda esclarecer, na introdução, qual o percurso do texto, ou seja, como será organizado*” (PER_D_A2_PC_18)

Mostrou-se bem significativa a solicitação para adequação da estrutura do textual às normas do periódico e às normas da ABNT (normas seguidas pelos periódicos aqui analisados). A principal adequação refere-se ao modo adequado de fazer as referências e o desencontro entre referências mencionadas no corpo do texto e não listadas na seção de referências.

A recomendação de ajuste na dissonância entre autores citados no texto e identificados nas referências recorre à justificativa de que “todos os autores utilizados/citados no artigo devam constar nas referências”. Também aparece uma recomendação de consulta à normatização da revista para uma revisão cuidadosa, com a justificativa de que “É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa”. Tais justificativas levam a pensar que estes pareceristas têm como leitor presumido um jovem pesquisador, tendo em vista que o conhecimento contido nas justificativas é basilar na esfera acadêmica e apenas pessoas que acabaram de ingressar no mundo acadêmico desconheciam tal informação. Entretanto, se um parecerista se vê premido a fazer esse tipo de afirmativa muito provavelmente deduziu, pelos tipos de problemas estruturais presentes no artigo, que o autor do artigo é um recém-ingresso no campo e que, portanto, ainda não conhece regras bem básicas. Em outras palavras, a significativa recorrência de casos com problemas estruturais e, portanto, de mais fácil compreensão e resolução, pode influenciar os pareceristas a imaginarem como leitores presumidos estudantes inexperientes, como elucidam os comentários (145) a (151), a seguir.

(145) “*Quanto à estrutura, o artigo precisa de uma reorganização quanto ao uso da norma padrão da língua portuguesa, como também muita atenção e revisão nas referências das citações - durante todo o texto - saliento uma referência muito utilizada, a qual está indicada como: XXX (2017).*” (PER_D_A4_PC_1)

(146) “*O artigo é muito original quanto ao tema, a questão de solicitar modificações refere-se a normatização e as referências bibliográficas, É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa. Por exemplo: colocar em nota de rodapé referência do corpus analítico e repete no item Referências. Uma cópia do artigo estará anexa a este formulário*” (PER_B_A4_PC_16)

(147) “*O texto não está de acordo com as regras estabelecidas pela equipe editorial. Além disso, há autores citados no corpo do trabalho que não aparecem nas referências. Tais ausências estão assinaladas no corpo do texto*” (PER_A_B2_PC_17)

(148) “Em relação às referências, elas estão em conformidade com a ABNT, mas precisam de uma revisão quanto a espaços que envolvem os hifens. Além disso, **há autores citados no texto, sem a devida referência**” (PER_D_A4_PC_20)

(149) “Há algumas **dissonâncias em citações e na lista de Referências**” (PER_A_B2_PC_19)

(150) “5. REFERÊNCIAS: **Há o uso de citação direta no texto sem a devida referência à página de onde a citação foi retirada (seção de resultados)**” (PER_C_A2_PC_16)

(151) “**Fazer a adequação dos autores referenciados no corpo do texto aos autores citados nas referências. Substituir, no Abstract, “the lived experiences would have a positive connotation” por “their life experiences would have had a positive connotation”**” (PER_B_A4_PC_14)

Houve casos ainda de ausência completa de fontes que dão sustentação a informações no corpo do texto, como visto nos comentários (152) e (153), a seguir.

(152) “4. Há exemplos de neologismos ilustrando os processos, **também sem citação da fonte; Há também ocorrências dos itens lexicais que foram investigados na imprensa, como apontado no início do texto, **entretanto não são mencionadas as fontes;****” (PER_C_A2_PC_10)

(153) “Por fim, recomenda-se a menção aos dos dois textos de reportagens nas **Referências**, pois vê-se apenas uma delas. Além disso, sugere-se que seja feita referência das reportagens de forma devida, tal como definem as normas de publicação desta Revista ou mesmo as normas da ABNT para casos como esse” (PER_B_A4_PC_7)

Houve um caso particular, comentário (154), em que, sem oferecer justificativas, o parecer solicita que sejam evitadas perguntas diretas no texto, dando a entender que em textos acadêmicos não é adequado usar este formato de linguagem. Contudo, essa visão não encontra suporte em dados empíricos, visto que perguntas diretas aparecem em textos acadêmicos com certa frequência. Parece mais uma questão de estilo individual do que de norma de linguagem para os textos acadêmicos.

(154) “2. 5º. **Parágrafo: evitar usar perguntas diretas em texto acadêmico. 7º. parágrafo: corrigir próclise para “o primeiro ponto que se faz necessário...”**” (PER_B_A4_PC_3)

Em relação à estrutura e organização textual, uma crença/valor que se manifesta é a importância da conexão entre as seções do texto. Um parecerista sugere indiretamente que sejam feitas ligações entre as seções do texto, evitando que elas “fiquem soltas e desconexas”. Valor sobre a coesão do texto. Em relação às considerações finais, outro parecerista sugere indiretamente que haja retomada em forma de síntese ou quadro do que foi dito anteriormente, especialmente em relação aos pontos de vista dos autores, conforme comentários (155) e (156), a seguir.

(155) “Uma coisa que ajudaria também nesta seção [fundamentação teórica], a da discussão da teoria e formação de conhecimentos, **seria ligação entre as partes. As seções parecem estar soltas, desconexas.** Não há ligação entre elas, entre uma seção e outra. Finaliza-se uma seção sem que haja ligação com a seguinte” (PER_D_A4_PC_20)

(156) “Nas considerações finais, **esperava-se uma retomada do exposto anteriormente, retomando os objetivos, bem como uma sintetização de todo o apanhado descrito/apresentado,** fosse em forma de conceitos dos autores, fosse em forma de um quadro. Ou seja, uma forma que apresentasse os pontos de vista dos autores sobre os temas abordados” (PER_D_A4_PC_20)

Outros tipos de solicitação de revisão da estrutura textual dizem respeito a: disponibilização de anexos com informações consideradas importantes pelo parecerista, comentário (157); correção de numerações de seções e apresentação de fotografias, exemplos (158) e (159); adequação do modo de apresentar quadros e suas descrições, comentário e formatação das notas de rodapé, exemplo (160).

(157) “O artigo poderia ter as atividades propostas aos alunos (que geraram a discussão o tema) disponíveis em anexo. Assim, seria possível acompanhar, de maneira mais acertada, as reflexões indicadas ao longo do texto” (PER_D_A4_PC_8)

(158) “Sobre as figuras: corrigir as numerações e apresentar fotografias do livro sem escritas, comentários” (PER_A_B2_PC_11)

(159) “A terceira observação concerne à **ausência ou erro de numeração nas seções.** A partir da subseção 2.1, segue-se a seção 4, sem a presença anterior de uma seção 3.” (PER_B_A4_PC_7).

(160) “7) Com relação aos quadros: Consultar a ABNT. Esta tem convenções específicas para a apresentação de quadros que ultrapassam mais de uma página, como é o caso do Quadro 1 e 2 do artigo; 8) As descrições dos quadros são mais que breves e deveriam ser incorporadas ao texto, logo abaixo deles ou antes de serem apresentados” (PER_B_A4_PC_4)

Os comentários de tipo *Metaestrutural-genérico* centraram-se em dois focos: a) convenções genéricas gerais que diferenciam os artigos de outros gêneros: b) convenções retóricas de seções específicas dos artigos, com preferência por observar resumo, introdução e referências/citações. A julgar pela forte presença de comentários em relação às referências e citações parece haver certo desconhecimento (ou desimportância), da parte dos autores, em relação às normas para uso de referências em artigos. Isso motivou uma atitude pedagógica de pareceristas no sentido de repreender, em tom professoral, as inadequações presentes nos artigos. Outra constatação importante é uma ausência de críticas e recomendações sobre convenções retóricas relacionadas às seções de análise e conclusões dos artigos.

6.8 METACOMUNICATIVO

O comentário de tipo metacomunicativo se “refere à comunicação do autor do artigo com seus potenciais leitores; inclui recomendações destinadas a reforçar a eficiência da interação entre o autor e o público” (YAKHONTOVA, 2019)

Um parecerista, exemplo a seguir (161), avalia que o artigo pode apresentar problemas de comunicação entre o autor e o potencial leitor pelo fato de conter “*explicações endógenas*”, “*inacessíveis àqueles que não estão a par do arcabouço teórico utilizado e da bibliografia mencionada*”. A crítica apresentada pode ser interpretada como uma sugestão para sejam realizadas modificações nas explicações de modo a ser possível uma comunicação com leitores não especialistas (exógenos). É interessante o fato de esta crítica/recomendação transparecer uma concepção do leitor presumido de artigos como não especialistas quando a prática de elaboração e circulação de artigos em periódicos tende a apontar para uma comunicação mais endógena do que exógena. Ou seja, em geral, os leitores de artigos mais comumente são pesquisadores especialistas interessados em temas muitas vezes bem particulares e circunscritos a teorias específicas.

(161) “*Outro ponto relevante é que há algumas parte em que as explicações são tão endógenas, que se torna inacessíveis àqueles que não estão a par do arcabouço teórico utilizado e da bibliografia mencionada. É o que ocorre na página 6, no parágrafo que trata da subdivisão das orações monocondicionais de condição suficiente, por exemplo*” (PER_C_A2_PC_6)

Preocupados com o sucesso da comunicação com os potenciais leitores dos artigos, os pareceristas solicitam que informações consideradas importantes sejam antecipadas para as partes iniciais dos textos de modo que o leitor não tenha dificuldade de compreensão quando elas aparecerem nas seções de análise. Um parecerista, exemplo (164) sugere ao autor que “*apresente as informações de maneira que dê a resposta ao leitor antes que o mesmo sinta a necessidade de buscá-la*”, com isso buscando contribuir para que a leitura do artigo possa ser realizada de modo fácil e fluente, evitando-se maiores esforços da parte do leitor. Os pareceristas, a exemplo de (162) a (166), atuam com o objetivo de evitar expectativas de leitura equivocadas por parte dos leitores e de evitar ‘prejuízos no percurso da leitura’.

(162) “*3.2) Além disso, é preciso explicar melhor os próprios enfoques (o que significam, o que demandam do examinando). Essa informação está no texto, mas é apresentada posteriormente.*

Sugiro que seja apresentada antes para o leitor, para que este possa compreender melhor o que está sendo dito” (PER_C_A2_PC_16)

(163) “***Recomendo o artigo ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE UM TESTE DE PROFICIÊNCIA EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA para publicação, mas sugiro algumas alterações que, espero, contribuam para qualificar ainda mais o trabalho. Elenquei as sugestões ao longo do texto, dentre as quais destaco a necessidade de desenvolver mais a argumentação na seção de análise dos dados para que as conclusões apresentadas sejam, de fato, claras ao leitor e bem sustentadas pelos resultados***” (PER_C_A2_PC_15)

(164) “***4. Além desses questionamentos, sugiro que o(a) autor(a) apresente as informações de maneira que dê a resposta ao leitor antes que o mesmo sinta a necessidade de busca-la. Por exemplo, ao apresentar termos novos e/ou não muito conhecidos, tais como multimodalidade (relevância?), gameficação, nativos digitais e typeform, dar créditos aos seus teóricos e explicar, mesmo que em uma nota de rodapé, o que esses termos significam. Explicar porque nem todos os questionários aplicados receberam respostas e quantos exatamente desses precisaram ser descartados***” (PER_A_B2_PC_21)

(165) “***Minha sugestão, antes da publicação, é que a metodologia seja melhor explicada/explicitada no resumo e no corpo, pois, sobre amostra das produções textuais e dos sujeitos analisados, o leitor não encontra informações***” (PER_B_A4_PC_20)

(166) “***Ainda em relação a esse último tópico, entendo que, por ser parte do objeto de estudo, a Web 2.0 tenha recebido mais atenção, o que é mais que justificado, porém, em um primeiro momento, o fato da mesma não ter sido explicada em uma sequência esperada, pode causar uma certa expectativa e prejudicar o percurso da leitura***” (PER_A_B2_PC_22)

Outros dois tipos de sugestões no sentido de ajustar a comunicação entre pesquisadores e leitores são: apresentar exemplos e trazer explicações contextuais que o leitor possivelmente desconhece, como elucidam os exemplos (167) a (169).

(167) “***Além disso, é importante, na seção 4, dar exemplos de sentenças que apresentem o passado marcado e não marcado, o presente marcado e não marcado, o futuro, para que o leitor entenda melhor o sistema de marcação temporal na Libras***” (PER_C_A2_PC_20)

(168) “***5) Adequação dos exemplos. Por se tratar de uma língua visu-espacial senti falta de exemplos ilustrativos para que possa ter mais clareza e entendimento do texto***” (PER_D_A4_PC_13)

(169) “***O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar. Há três sugestões de correção: [...] ii) inserção de um pequeno parágrafo descrevendo a SD e o que são os Cadernos PDE para o leitor que não é do Paraná e que não conhece o Programa ou o material;***” (PER_B_A4_PC_19)

Os comentários de tipo metacomunicativo têm uma presença menor na amostra quando comparados com os outros tipos. Nos casos presentes os pareceristas sugerem aos autores antecipar explicações para que o leitor compreenda o quanto antes certos aspectos do texto, bem como sugerem no sentido de ajustar a comunicação entre pesquisadores e

leitores são: apresentar exemplos e trazer explicações contextuais que o leitor possivelmente desconhece.

6.9 ANÁLISE GLOBAL DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS

Na análise global dos comentários presentes nos 80 pareceres da amostra desta tese foi possível observar uma marcante diversidade e heterogeneidade de tipos de comentários, incidindo sobre diferentes aspectos, como atestado na análise anterior. Tal diversidade decorre, em parte, da complexidade do gênero artigo científico, o qual, em termos de organização retórica, tematiza diversos aspectos relacionados a uma pesquisa sendo divulgada: problema de pesquisa, teoria, metodologia, análises, conclusões, para citar os mais importantes. Além disso, é provável que a comunidade discursiva de linguística no Brasil - a julgar pelo microcosmo de cerca de 80 pareceristas aqui analisados - seja caracterizada por uma comunidade heterogênea e pouco consensual em termos de crenças sobre qualidade textual e mérito científico de artigos.

Como visto, para alguns pareceristas, o foco principal para a avaliação dos artigos reside na qualidade textual; para outros, importa prioritariamente a qualidade e coerência das análises; para outros ainda, revela-se como central a adequação e precisão da discussão teórica. Em relação aos *pareceres de tipo teórico-conceitual*, uma tendência encontrada foi a *sugestão/recomendação de aprofundamento conceitual*, o que sugere uma *concepção de artigo científico como um gênero com marcantes características teóricas*.

No caso do parecer focado na revisão textual e adequação de linguagem, observamos pareceristas agindo como autênticos revisores de texto, o que indica o quão se valoriza a qualidade textual no processo avaliativo. Houve pareceres cujo conteúdo inteiro incidiu sobre questões de revisão textual, gramatical, formatação do texto e ABNT, estando os outros aspectos ausentes. Contudo, aqui o que pode ser problematizado é o fato de haver pareceres que observaram apenas a qualidade textual, com total ignorância de aspectos ligados ao mérito da pesquisa.

Os comentários de tipo analítico-conceitual e autoral caracterizaram-se por conter muitas críticas ao modo como as análises foram feitas e a como se articulam com a sustentação teórica, apontando ausências consideradas inaceitáveis. Esse modo de avaliar

parece zelar bastante por valores da comunidade disciplinar de linguística associadas às práticas de realização e divulgação de pesquisa.

De fato, a análise indica haver poucas convenções genéricas tanto no que respeita à organização retórica dos pareceres (razão pela qual abondamos a ideia de fazer uma descrição deste tipo) quanto às convenções genéricas no plano funcional, ou seja, em relação a propósitos comunicativos. A diversidade e heterogeneidade dos tipos de pareceres é um indicativo de escassas convenções genéricas em relação aos propósitos dos pareceres, constatação que se mostrou reforçada na análise dos propósitos comunicativos do ponto de vistas de editores e pareceristas, como apontado na próxima seção mais a frente (que trata da análise dos propósitos comunicativos no gênero Parecer).

Do ponto de vista interativo-pragmático, observamos que os pareceres interpelam os autores do artigo das seguintes formas: elogiando, criticando, sugerindo e recomendando. No geral, houve poucos elogios, no geral enaltecendo a relevância temática e sua adequação às expectativas da área disciplinar. Muitas críticas se fazem presente na amostra e incidem sobre os diversos aspectos dos artigos, notadamente em relação à qualidade textual e ao arcabouço teórico. Em relação ao binômio sugerir ou recomendar, tende a haver preferência por sugestões indicadas muitas vezes explicitamente como opcionais. Nota-se, em muitos pareceres, o uso de um tom bastante polido no momento das sugestões ou recomendações, o que parece decorrer da busca por evitar uma avaliação que possa soar como autoritária.

7 PROPÓSITOS COMUNICATIVOS DO PONTO DE VISTA DOS EDITORES E PARECERISTAS

O propósito comunicativo não é um critério único e determinante para que possamos identificar e caracterizar um gênero. Membros de uma mesma comunidade discursiva podem, mesmo sendo pesquisadores experientes, não concordarem, de forma unânime, que um ou mais propósitos faça(m) parte de um gênero específico. Com isso, eles podem redirecionar o(s) propósito(s) dos gêneros que fazem parte de suas práticas retóricas. Por isso, o propósito comunicativo não está no início da análise, mas ao final de todo o processo, quando se “completa o círculo hermenêutico” (ASKEHAVE, SWALES, 2009 [2001], p. 243). É nesse sentido que o propósito comunicativo é conservado como instrumento de análise, não mais como uma ferramenta determinante, mas como um aspecto importante em todo o mecanismo de investigação de funcionamento de um gênero (BIASI-RODRIGUES, BEZERRA, 2012).

A partir da análise dos dados gerados nas entrevistas realizadas com 4 editores e 9 pareceristas fizemos a proposição de 9 propósitos para pareceres de artigos científicos no interior da comunidade disciplinar de linguística no Brasil (Quadro 8). Tais propósitos são propostos a partir da visão êmica dos atores envolvidos no processo de elaboração e de avaliação dos pareceres. Na elaboração, procuramos observar e registrar em que medida a crença/valor sobre o propósito era compartilhada entre editores e pareceristas.

Quadro 8 – Lista de propósitos comunicativos percebidos por editores e pareceristas

Propósitos comunicativos
Contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista
Avaliar, com rigor, antes da publicação, o conteúdo, a qualidade, a relevância e a inovação dos artigos em relação a culturas disciplinares específicas.
Avaliar a adequação do artigo às normas do periódico e à ABNT.
Sugerir mudanças no texto, de modo a oportunizar ao autor revisar o artigo para resolver problemas nele detectados.
Colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos.
Atuar para manter a convenção genérica dos artigos.
Autorizar ou recusar a publicação de artigos.
Conferir credibilidade aos artigos
Legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência.

Fonte: Elaborado pela autora.

7.1 PROPÓSITO DE CONTRIBUIR PARA O FUNCIONAMENTO BUROCRÁTICO E ADMINISTRATIVO DO PROCESSO EDITORIAL DA REVISTA

O EDR_1 e EDR_4 [exemplos (170) e (171)] manifestaram a concepção de que os pareceres contribuem para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista. O EDR_1 entende que o parecer cumpre um papel organizacional importante no sistema de atividades e no sistema de gêneros (BAZERMAN, 2005) que se estrutura em torno da publicação de artigos em periódicos, de tal modo que se os pareceres não forem acionados o processo editorial simplesmente ficará paralisado. Embora a adjective como uma função “brejeira” (simplória ou menos relevante), o EDR_1 entende que esta função responde pelo motor do processo editorial: sem os pareceres, o processo fica travado.

(170) “Uma outra função, um pouco mais, digamos assim, brejeira, dos pareceres é a fazer a revista funcionar. Por exemplo, estou, neste momento, com 200 e poucos textos na revista. E eu sou uma pessoa, que sozinha, faz funcionar o processo editorial inteiro. É assim para mim: eu começo com os pareceres. Procuo os pareceristas, porque a revista precisa escoar. Sem isso, a revista não funciona” (Depoimento EDR_1)

Em concepção semelhante, O EDR_4 usa a metáfora do “filé dentro do sanduíche” para destacar a centralidade e importância dos pareceres para o processo editorial, como podemos ver no depoimento a seguir.

(171) “... elemento nuclear dentro de um processo editorial. Para mim, o parecer é o filé dentro do sanduíche” (Depoimento EDR_4)

Esta percepção dos editores exemplifica a concepção de que os propósitos dependem do ponto de vista dos usuários do gênero ao desempenharem um certo papel social (ALVES FILHO, 2011). O propósito aludido acima somente foi mencionado por editores e por nenhum parecerista, além de não conter contraparte textual nos pareceres empíricos aqui analisados. De fato, a percepção desta função burocrática depende de uma perspectiva que esteja ocupada não com um parecer ligado a um único artigo, mas com o complexo fluxo de uma grande quantidade de pareceres enviados a diversos pareceristas e à pressão, da parte dos autores, pelos resultados das avaliações. Isso se dá...

(172) “... porque tem uma urgência, uma cobrança urgente pelo parecer. A revista precisa funcionar. Há uma certa cobrança dos autores, porque querem retorno logo. Daí reclamam. Eu recebo e-mails diários. E agora o sistema pode ser visto. Ele é sistêmico e transparente. Agora, se você vê, você vê exatamente quando o editor mexeu no seu texto. Todo mundo quer

saber, o meu é de 8/11 e... não mexeu ainda. E eu recebo esse tipo de reclamação” (Depoimento EDR_1)

São os editores que se dão conta de que *“há também a função de fazer a revista funcionar, porque tem um processo editorial que precisa andar, tem muita pressão. (EDR_1)”* e de que há, *“às vezes, pareceristas que não respondem se estão disponíveis ou não para avaliar”* e ainda que *“o que dá trabalho é exatamente esse processo, porque você fica cobrando os pareceres e quando não há resposta... a gente acaba cancelando e enviando para outros pareceristas (EDR_4)*. Portanto, são exatamente os editores que se encontram numa posição favorável para perceber um propósito de natureza burocrático-organizacional.

7.2 PROPÓSITO DE AVALIAR, COM RIGOR, ANTES DA PUBLICAÇÃO, O CONTEÚDO, A QUALIDADE, A RELEVÂNCIA E A INOVAÇÃO DOS ARTIGOS EM RELAÇÃO A CULTURAS DISCIPLINARES ESPECÍFICAS

Este propósito, mencionado por 4 pareceristas e pelo EDR_2, responde pela crença/valor de que os pareceres servem para avaliar, como uma etapa anterior e obrigatória a uma eventual publicação, aspectos variados de um artigo, como: clareza, consistência, conteúdo, relevância, qualidade, produção de conhecimento novo, integridade, metodologia, interpretação/análise, referências. É importante a perspectiva do EDR_2 [exemplo (173)] que vê este propósito não apenas da perspectiva do parecerista avaliador, mas também do ponto de vista do autor do artigo o qual, por intermédio do diálogo estabelecido com um avaliador externo, pode se autoavaliar em termos de escrita científica.

(173) “Então, eu acho que o papel social extremamente importante é o olhar cuidadoso do outro, o olhar do acadêmico, do colega acadêmico, que tem uma expertise naquela área e que consegue ali enxergar coisas que a gente, às vezes, não enxerga. Questão de clareza, questão do que precisa aprofundar no seu texto, né? E, às vezes, outras questões menores que a gente, quando escreve, não presta muita atenção e deixa passar. Então, esse papel social é extremamente importante. Esse olhar é necessário para, inclusive, promover a qualidade do texto do artigo que vai circular como um produto final.... Aí é de conhecimento de um... de um fenômeno, de um objeto de estudo que a pessoa está trabalhando. Então, isso vai para uma circulação maior, mas de uma maneira melhor, com a melhor qualidade desse texto” (Depoimento EDR_2)

Ademais, os pareceristas fazem coro à tese de que o processo avaliativo leva em conta valores das culturas disciplinares específicas ao manifestar que se deve observar se o texto está *“de acordo com as regras típicas do campo”* e também *“avaliar a qualidade*

e integridade de uma produção científica publicada em determinado campo de conhecimento”.

Além disso, o propósito de avaliar é visto em duas dimensões, quais sejam: 1) como avaliação do texto como um processo, como no exemplo (174) em que a avaliação do artigo é vista de modo interativo-processual, como uma oportunidade de revisão da clareza e consistência do texto a partir de um olhar de alteridade. 2) como uma avaliação final em termos de seleção (aprovação ou não aprovação em termos de publicação), caso do exemplo (175) em que se menciona o propósito de se avaliar o artigo em termos de aprovação, rejeição ou recomendação para submissão em outro periódico.

(174) “O parecer serve para avaliar um trabalho, antes de ser publicado. É a oportunidade que o autor/pesquisador tem de rever o que não ficou claro/consistente no texto, além de dialogar com outro pesquisador sobre seu trabalho. O parecer confere credibilidade ao que está sendo publicado” (Depoimento_P1)

(175) “é... com esse sentido de avaliar... é... ãmmm... justamente pra avaliar aquele relato, pra identificar em que medida... é... ele é... deve ser publicado ou não... deve sofrer algumas alterações a conquista de ser publicado... ou deve ser rejeitado pra ser re-submetido pra outra revista ou a mesma revista... enfim, há várias possibilidades de desfecho desse parecer, mas o objetivo dele é avaliar aquele relato daquela pesquisa” (Depoimento_P6)

O propósito de avaliar os artigos encontra farta manifestação textual-discursiva nos pareceres empíricos aqui analisados, o que atesta o seu grau de força pragmática e retórica na configuração do parecer como um gênero sociorretórico.

Também se mostra relevante que um parecerista, como no exemplo (176), resiste ao termo “função social” usado por mim no momento da entrevista e sugere substituí-lo pelo “modo de funcionamento do campo científico [...] regido por normas sociais”, já indicando olhar para o propósito comunicativo do ponto de vista de sua especialidade disciplinar. Ele também levanta suspeitas sobre a efetiva especialidade dos pareceristas ao rotulá-los de “supostos especialistas”.

(176) “Quer dizer... é... ninguém publica sem ter uma revisão de pares. Digamos... supostos especialistas são convidados a avaliar um artigo submetido. Então, não sei bem se é bem uma função social. Acho que é o modo de... funcionamento do campo científico, né, e claro é regido por regras sociais. O parecerista tem a função de dizer se o texto parece adequado ou se parece significativo, se produz algum conhecimento novo, se está de acordo com as regras típicas do campo. Acho que essa é a função do parecerista. Eventualmente, sugerir mudanças quando lhe parece que não... ou recusar quando lhe parece que tá muito longe do desejado, né... A função é mesmo avaliar... a adequação, a relevância do texto submetido” (Depoimento P7)

Este parecerista também destaca a função de avaliar a “relevância do texto submetido”, formulação polissêmica ao abrir a possibilidade de considerar se tal relevância restringe-se mais diretamente ao texto enquanto um produto ou se resvalaria para incluir a relevância da pesquisa envolvendo os resultados, as discussões ou as conclusões. Quando comparamos esta percepção com os pareceres empíricos, podemos destacar que se manifestou mais comumente o elogio à relevância do tema dos artigos, e quase inexistindo comentários sobre a importância do texto (ou como produto ou como uma pesquisa global).

7.3 PROPÓSITO DE AVALIAR A ADEQUAÇÃO DO ARTIGO ÀS NORMAS DO PERIÓDICO E À ABNT

O EDR_1 e mais dois pareceristas manifestaram a crença/valor de que o parecer tem como um de seus propósitos avaliar a adequação dos artigos às normas do periódico onde se deseja publicar uma pesquisa sendo, em muitos casos, vista como decorrente de uma adequação às normas da ABNT, usada comumente como referência na grande maioria dos periódicos de linguística no Brasil. Os participantes enunciaram isso de modo direto e sintético provavelmente porque se trata de um propósito que já se tornou uma norma amplamente difundida nos sites dos periódicos.

Esse propósito encontra nítida ressonância nos pareceres empíricos, nos quais apareceram muitas críticas ao fato de vários artigos conterem inadequações em relação às diretrizes e normas das revistas com conseqüente recomendação para que correções sejam realizadas. Este tipo de percepção chegou a motivar uma atitude pedagógica de parte de um avaliador quando informa que “*É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa. Por exemplo: colocar em nota de rodapé referência do corpus analítico e repete [repetir] no item Referências.*” (PER_B_A4_PC_16). O tom prescritivo da recomendação acima sugere uma interação com um autor iniciante e potencialmente desconhecedor de uma prática de leitura elementar da esfera acadêmica: a consulta às normas de uma revista, como podemos ver nos depoimentos a seguir: (177) a (179).

(177) “*A função do parecer é o quê? É fazer uma avaliação do manuscrito para ver se está adequado às normas, à revista e, sobretudo, para ver se ele tem alguma relevância no campo em que o artigo, a resenha ou o texto se escreve*” (Depoimento EDR_1)

(178) “*Serve para avaliar o texto submetido para publicação, de acordo com os parâmetros informados pelo periódico para o qual o texto foi enviado. O papel social deste gênero é selecionar e qualificar gêneros acadêmicos com o máximo de objetividade possível, em relação a parâmetros previamente estabelecidos*” (Depoimento P3)

(179) *“E, também, Láfity, no sentido de atender as normas editoriais, sabe... do periódico. Em síntese, eu penso que a função social do parecer é manter a convenção genérica do gênero artigo. É... ter alguma garantia de que aquele texto não é plagiado, que atende às normas editoriais e que, teoricamente, metodologicamente, é o esperado, né, se for o caso, para um dossiê temático... é o esperado para o tema daquele dossiê... ou se for tema livre... se é um artigo, realmente, que a nossa comunidade discursiva, da área de linguística, né... reconhece como um bom artigo. Tentando sintetizar, Láfity, é, principalmente, manter a convenção genérica, né, e assegurar, de alguma forma, para o editor, **que aquele artigo é publicável, considerando as normas editoriais do periódico**” (Depoimento P2)*

Em grande parte dos casos, nos pareceres empíricos, a avaliação da adequação do artigo às normas do periódico e à ABNT é associada subsequentemente ao propósito de já colaborar com os autores no processo de reelaboração dos textos.

7.4 PROPÓSITO DE SUGERIR MUDANÇAS NO TEXTO, DE MODO A OPORTUNIZAR AO AUTOR REVISAR O ARTIGO PARA RESOLVER PROBLEMAS NELE DETECTADOS

O propósito de sugerir mudanças no texto, de modo a oportunizar ao autor revisar o artigo e resolver problemas de clareza/consistência apareceu no discurso de dois pareceristas P1 e P7, conforme exemplos (180) e (181). Eles entendem que este propósito oportuniza aos autores fazerem modificações no texto a partir de uma avaliação das sugestões oferecidas por outros pesquisadores.

(180) *“O parecer serve para **avaliar um trabalho**, antes de ser publicado. **É a oportunidade que o autor/pesquisador tem de rever o que não ficou claro/consistente no texto**, além de dialogar com outro pesquisador sobre seu trabalho” (Depoimento P1)*

(181) *“Quer dizer... é... **ninguém publica sem ter uma revisão de pares**. Digamos... supostos especialistas são convidados a avaliar um artigo submetido. [...] O parecerista tem a função de dizer se o texto parece adequado ou se parece significativo, se produz algum conhecimento novo, se está de acordo com as regras típicas do campo. Acho que essa é a função do parecerista. **Eventualmente, sugerir mudanças quando lhe parece que não... ou recusar quando lhe parece que tá muito longe do desejado, né... A função é mesmo avaliar... a adequação, a relevância do texto submetido**” (Depoimento P7)*

Na análise dos tipos de comentários foi percebido que o tipo de interpelação pragmática mais comum, relacionada a este propósito, é realizada através de sugestão (que pode ser entendida como facultativa) e não como recomendação (de caráter obrigatório). A título de exemplificação, o termo “sugiro” apareceu 23 vezes nos pareceres empíricos enquanto o termo “recomendo” ocorreu apenas 6 vezes.

Trata-se de um propósito com recorrente presença na amostra de pareceres indicando que ele tem uma significativa contraparte textual e retórica, conforme trechos a seguir: (182) e (183).

(182) *“Na questão (iii) de pesquisa informada na introdução, o termo “estratégias” carece de especificação, posto que não fica claro para o leitor a que tipo de estratégias de relativização o autor se refere” (PER_D_A4_PC_17)*

(183) *“pg. 7) Quando se fala em estatística, é preciso ter mais cautela e mais precisão porque não fica claro o que se está assumindo efetivamente por estatística. é uma questão simples de proporção. A questão da transitividade prototípica, levantada anteriormente (e retomada na seção seguinte, como segunda opção do que seja protótipo), parece mais interessante: a transitividade prototípica seria um Agente (definido e animado) executando algo em um paciente / tema (indefinido e inanimado). Como a seção seguinte esclarece a questão de maneira precisa, sugiro que se faça alguma ressalva alertando o leitor que a questão estatística será discutida” (PER_C_A2_PC_19)*

Contudo, este propósito foi mencionado por apenas 2 pareceristas e por nenhum editor, o que vai indicando dissonâncias significativas entre propósitos percebidos como crenças e propósitos como práticas retóricas concretizadas em textos empíricos. Esse aspecto reforça a tese de que os propósitos comunicativos são complexos, múltiplos e percebidos de modo diferente por diferentes tipos de atores sociais (ASKEHAVE, SWALES, 2009 [2001]; SWALES, 2004; ALVES FILHO, 2011) e da importância do analista de gênero para tentar fazer conexões entre diferentes percepções e diferentes práticas textuais na busca por sistematizar tanto quanto possível o “repropósito” do gênero.

7.5 PROPÓSITO DE COLABORAR PEDAGOGICAMENTE COM OS AUTORES NO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DOS ARTIGOS

A crença/valor sobre o propósito de colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos é compartilhada pelo EDR_1 e um parecerista. Trata-se aqui de conceber o parecer como um instrumento que, do ponto de vista do parecerista, visa tanto resolver problemas no artigo como também ajudar o autor do artigo a compreender eventuais falhas que dependem de um olhar externo.

Os dois trechos abaixo, (184) e (185), exemplificam de modo direto a crença sobre o propósito pedagógico:

(184) *“Eu acho que também tem essa função que eu chamaria de **função pedagógica**, sabe... Até um parecer que rejeite um artigo, eu acho que ele pode ser muito bem aproveitado pelos*

produtores pra compreender... se for um parecer bem justificado, né... **pra compreender o que é que não estava bom pra poder melhorar em produções futuras ou na produção daquele mesmo texto submetido mais uma vez.** Então, essa função que eu chamaria de uma dimensão mais pedagógica também faz parte do parecer. Eu pelo menos tento fazer isso nos comentários, nas correções que são feitas. Então, eu costumo é... fazer os comentários nas laterais tentando assumir também essa função de ensinar, digamos assim, o que me caberia naquele momento” (Depoimento_P9)

(185) “[...] Eu acho que acaba acontecido isso é... eu faço modificações. Então, quando eu vou lá no texto do sujeito e eu mesmo mudo é uma ação de orientador. É muito do orientador que tá ali. Em alguns casos também quando eu coloco conselhos, acaba misturando essa função, de parecerista e orientador. Parece que há uma preocupação não só em avaliar o produto em si, né... mas de tentar, de alguma maneira, interferir na textualização, no processo. Tem um pouco disso, né... de uma interferência numa textualização que é muito do orientador, né... no sentido de “faça assim, modifique isso”. Eu faço isso. Eu penso que existe aí o papel de avaliar e de orientar, existe o critério do avaliador, que é um critério pedagógico. **Me parece que é uma dimensão pedagógica do nosso trabalho.** É... e eu acredito que, não sei os outros, mas eu acho que muitos levam, de fato, essa dimensão pedagógica para o parecer, sabe!?... **Eu acho que é uma extensão da dimensão pedagógica que está por trás da orientação que é levado para o parecer, que é uma manifestação avaliativa.** Eu acho que a gente acaba misturando essas duas ações” (Depoimento P9)

O caráter pedagógico encontra-se também na crença de que o parecer tem um tipo de função formativa, potencialmente útil inclusive em produções futuras. Nos pareceres empíricos este propósito se presentifica quando aparece uma solicitação não para modificações no artigo, mas para uma reflexão sugerida, como aponta o exemplo (186). Tal orientação guarda bem mais relações com o papel de um professor-orientador que visa provocar em seus orientandos novas aprendizagens decorrentes de autorreflexão do que com o papel social prototípico de um parecerista anônimo avaliando a qualidade de um artigo.

(186) “**Outra questão, ligada à anterior, que demanda alguma reflexão pelo menos nas considerações finais: O que significa o fato de movimentos (ou “passos”) de outras seções acontecerem na seção de problema? Isso diz alguma coisa importante sobre a escrita do projeto. Finalmente, sugiro ainda pensar: O fato de se Linguística preferir livros indica que os trata como conhecimento inquestionável? Que evidências tem para essa ideia que fica mais ou menos explícita em sua argumentação?**” (PER_D_A4_PC_9)

Contudo, a função de professor-orientador assumida por pareceristas é percebida como negativa no discurso do EDR_1 [exemplo (187)], para quem as funções do parecerista, visto essencialmente como um avaliador, não deveriam se misturar com a função pedagógica do professor/orientador, tal como ocorre em arguições de mestrado e doutorado:

(187) “Algo que me incomoda bastante no trabalho do parecerista é que **tem gente que é muito gentil... e é muito pedagógico**. Então tem pareceres muito longos, **tentando arrumar o trabalho do sujeito**. Eu acho que isso não é função do parecer. **O parecer aqui não é dizer: você deveria fazer esse artigo**. Não é bem... **não é uma arguição de mestrado, de doutorado, sabe!?”** (Depoimento EDR_1)

O EDR_1 faz uma associação entre pareceristas menos experientes e o caráter pedagógico do parecer (“**Tem gente menos experiente também... que tende a fazer parecer mais pedagógico**”) e uma oposição entre pareceres de qualidade (“**pareceres muito bons**”) e o caráter pedagógico (“**mas muito pedagógicos**”). É bem provável que, uma vez mais, o papel social e a perspectiva dos atores sociais envolvidos exerçam influência na percepção dos propósitos. Para os editores, os quais sofrem forte pressão da parte dos autores em relação ao tempo de avaliação final dos artigos, a função pedagógica não é vista como pertinente porque a expectativa deles é mais por uma avaliação que tem um prazo claramente definido e que, portanto, não pode esperar por mudanças que dependem ainda de um novo aprendizado.

Os pareceristas, por sua vez, ocupando outro lugar social, se percebem mais livres em relação à cobrança pelo veredito final sobre a aceitação ou não do artigo e, além disso, parecem não separar inteiramente os papéis sociais de parecerista, orientador e professor, o que os leva, muitas vezes, a avaliar os artigos ao modo processual típico da sala de aula e da orientação e menos ao estilo prototípico de avaliação final de um produto. No excerto seguinte, o parecerista assume mesmo que não diferencia os papéis de parecerista e orientador. Vejamos os depoimentos a seguir do parecerista P7 [exemplo (188)] e do editor EDR_1 [exemplo (189)].

(188) “É a mesma coisa. **Eu trato os artigos dos alunos como trato os artigos que eu analiso como parecerista**. Eu digo se há coerência, se a coerência é adequada, se tá bem escrito, se não tá bem escrito, se tem boas análises, se não tem. Eu atuo nos dois papéis da mesma maneira. Mas as responsabilidades que eu tenho são diferentes, porque se eu der um parecer negativo, o editor pode, mesmo assim, publicar o trabalho, porque, por exemplo, o outro parecer é positivo. Enquanto que se eu sou orientador do meu aluno... algumas coisas eu vou exigir que ele mude. Também deixo muita liberdade pros meus alunos fazerem a versão final dos seus textos. Eu nunca digo: ah, isso aqui eu não quero de jeito de nenhum. Se ele quiser fazer, ele faz... mas tem uma defesa e os outros membros da banca vão dizer: olha isso daqui tá... daí eles dizem: bem que meu orientador pediu para não fazer, mas eu temi... tal... **eu atuo da mesma maneira, da mesma maneira**” (Depoimento P7)

(189) “Então... eu acho que tem isso que você disse. **Tem gente menos experiente também... que tende a fazer parecer mais pedagógico, mas, às vezes, a gente tem o estilo do parecer pedagógico, tem gente que dá pareceres muito bons, mas muito pedagógicos**. Tem umas pessoas que são assim... pessoas que têm muita experiência, pesquisadores CNPQ (pessoas fundamentais)

que sentam lá e ajudam o sujeito. É muito interessante. Então, tem essas duas coisas” (Depoimento EDR_1)

Vemos aqui mais um caso de dissenso sobre crenças: enquanto para o EDR_1 o propósito pedagógico não é adequado aos pareceres, para o parecerista P7, não somente parece-lhe adequado, mas mesmo necessário. O caráter pedagógico se manifesta na ideia de que o autor pode se amparar no parecer para um aprendizado não apenas em relação ao artigo X sendo submetido para a revista Y, mas em relação a novas submissões do mesmo artigo para outras revistas ou novas submissões de produções futuras. Esta percepção encontra eco em dicas que eu mesma, quando aluna de mestrado, ouvia de professores experientes sobre publicação: ‘submeta sempre artigo às revistas mais qualificadas para receber pareceres de qualidade. Daí você lê os pareceres para entender os problemas do texto e aprender como fazer um bom artigo. Você pode submeter depois para uma revista menos qualificada e terá bem mais chances de ter o artigo publicado’. Depoimento em termos quase idênticos aparece na fala do EDR_4, ao dizer que: *“A gente já teve trabalho de alunos de pós-graduação que foi rejeitado... E aí eles pegam os pareceres analisam, melhoram o trabalho e, depois de alguns meses, eles submetem e o trabalho foi aprovado”*. Esta crença deposita, no parecer, um papel extremamente significativo: a potencialidade de revelar saberes tácitos da esfera acadêmico-científica essenciais para o aprendizado da produção de artigos considerados de qualidade. Neste contexto, uma questão aparece como relevante: será que o parecer está assumindo, ao menos em parte, uma lacuna do processo de formação de pesquisadores em relação à divulgação de suas pesquisas?

Como visto na análise dos tipos de comentários, discutido anteriormente, a função pedagógica se manifesta quando os pareceres contêm explicações e orientações sobre aspectos que podem ser considerados como de amplo conhecimento na cultura acadêmica, mas ainda supostamente não conhecidas por pesquisadores iniciantes. No exemplo (190), a seguir, o parecerista supõe que o autor do artigo desconhece os tipos de publicações esperadas e valorizada em trabalhos escolares (*“títulos genéricos”*) e em artigos da área de letras (*“títulos mais específicos para o estudo realizado e que permitam ao leitor um vislumbre da pesquisa”*).

(190) “Compreendo que para algumas áreas é comum o uso de títulos genéricos para as seções de um artigo como Fundamentação teórica, Metodologia etc. No entanto, na área de letras, esse emprego é mais comum em trabalhos a serem entregues para professores em suas disciplinas do que em artigos publicados. Considero mais interessante o uso de títulos mais específicos para o estudo realizado e que permitam ao leitor um vislumbre da pesquisa” (PER_D_A4_PC_3)

Ao opor preferências sobre bibliografia em “algumas áreas” e em Letras, o parecerista busca oferecer um tipo de ensinamento sobre um valor disciplinar específico, o que significa que o propósito pedagógico dos pareceres também pode funcionar como um mecanismo de aculturação de novos autores.

7.6 PROPÓSITO DE ATUAR PARA MANTER A CONVENÇÃO GENÉRICA DOS ARTIGOS

O propósito de *atuar para manter a convenção genérica dos artigos* foi mencionado por apenas um parecerista [exemplo (191)] e por nenhum editor. A crença deste avaliador é que os pareceres podem colaborar para o texto avaliado adequar-se ao protótipo do gênero artigo científico de modo que aspectos temáticos, teóricos e metodológicos atendam às expectativas genéricas. O parecerista enfatiza que a adequação ao gênero deve ser em termos sociorretóricos, ou seja, considerando o que é esperado pela “comunidade discursiva da área de linguística” em relação ao que é considerado um “bom e publicável artigo”.

(191) “Láfity, eu acho que ele, ele tem um papel importante na comunidade discursiva acadêmica, no sentido de manter a convenção genérica, de manter a convenção do que se espera em um artigo, de manter o protótipo do gênero artigo. Essa é uma função e é, talvez, uma das funções mais importantes do parecer. [...] Em síntese, eu penso que a função social do parecer é manter a convenção genérica do gênero artigo. É... ter alguma garantia de [...] teoricamente, metodologicamente, é o esperado, né, se for o caso, para um dossiê temático... é o esperado para o tema daquele dossiê... ou se for tema livre... se é um artigo, realmente, que a nossa comunidade discursiva, da área de linguística, né... reconhece como um bom artigo. Tentando sintetizar, Láfity, é, principalmente, manter a convenção genérica, né, e assegurar, de alguma forma, para o editor, que aquele artigo é publicável, considerando as normas editoriais do periódico” (Depoimento P2)

Interessante ver como este ponto de vista guarda relação direta com os postulados dos estudos retóricos de gêneros quando analistas defendem que “o gênero é inerentemente social porque [...] requer multiplicidade, ações múltiplas de múltiplas pessoas” (DEVITT, 2004, p. 33).

Esse propósito aparece textualizado de maneira direta em alguns comentários de tipo Metaestrutural-genérico, nos quais os pareceristas fazem críticas a certas confusões feitas entre o artigo e outros gêneros, como ensaio teórico, propaganda e relato de experiência, como elucidado nos trechos a seguir.

(192) “O artigo precisa ser caracterizado mais como científico, passa a impressão que *eh propaganda de um produto digital*, mas com algumas correções, poderá ser publicado” (PER_C_A2_PC_14)

(193) “A metodologia não está clara. O texto é primordialmente um ensaio teórico. Mesmo assim, não há um delineamento claro dos autores a serem analisados, nem da organização da estrutura textual” (PER_A_B2_PC_4)

(194) “10) De modo geral, há um desequilíbrio entre a fundamentação teórica (9 páginas) e o relato da experiência (5 páginas), a qual constitui a informação nova do artigo. [...] Ressalto que a inovação do artigo está no relato e sua discussão, não na resenha da literatura” (PER_B_A4_PC_4)

Este propósito se evidencia também, só que de um modo mais indireto, em comentários de vários tipos, nos quais os pareceristas fazem críticas ao modo como as seções de resumo, introdução, análises, metodologia e conclusões são construídas. Estes tipos de comentários também contribuem para a realização, na prática textual e retórica, do objetivo de agir para manter as convenções genéricas do artigo. Aqui temos mais um caso de dissonância entre um propósito pouco percebido no nível das crenças, mas bastante presente nos textos empíricos. Essa dissonância reforça novamente a tese da complexidade dos propósitos comunicativos (ASKEHAVE, SWALES, 2009 [2001]; SWALES, 2004) quando observamos que a tomada de consciência dos propósitos deixa de ocorrer mesmo quanto a prática retórica oferece nítidas evidências dela, como ocorreu aqui nos pareceres empíricos.

7.7 PROPÓSITO DE AUTORIZAR OU RECUSAR A PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS

Curiosamente, embora se trate de um propósito de natureza empírica, o propósito de *autorizar ou recusar a publicação de artigos* foi mencionado por apenas um parecerista e por nenhum editor, a exemplo do depoimento a seguir.

(195) “Então, eu acho que o parecer tem essa primeira função mesmo de balizar, né... de definir o que vai pra revista e o que não vai. Então, que é uma primeira função que é importante do parecer é que ele é um parecer, um gênero que revela explicitamente uma tomada de decisão e tem uma consequência muito real naquele processo, né... que é definir efetivamente se o artigo vai ou não ser aceito pra publicação. Essa, eu acho que é uma principal. Uma função secundária que eu penso é que o parecer, ele pode ajudar o produtor do texto a ter uma noção é... da... do seu produto, né... pela ação de outrem” (Depoimento P9)

Talvez por ser uma finalidade bem óbvia, este propósito termina passando despercebido ou talvez pelo fato de o parecer ser um gênero multifuncional

(ASKEHAVE, SWALES, 2009 [2001]); SWALES, 2004) dificulte aos atores sociais perceberem toda uma complexidade funcional. De todo modo, embora quase ignorado nos discursos, este é um propósito inevitável e incontornável: os artigos ou terão sua publicação aprovada ou recusada.

7.8 PROPÓSITO DE CONFERIR CREDIBILIDADE AOS ARTIGOS

O propósito de *conferir credibilidade aos artigos*, o qual aparece como uma crença/valor no discurso de 4 pareceristas, equivale à busca por referendar e oferecer garantias, para uma dada área disciplinar, em relação à qualidade de pesquisas divulgadas em artigos (“*garantir a qualidade das pesquisas que são efetivamente trazidas a público por meio das revistas*”), conforme exemplos a seguir. Há uma crença de que o parecer tem o importante papel de certificação de qualidade na comunidade acadêmica, o que justifica que haja a exigência de que os pareceristas sejam especialistas no tema da pesquisa avaliada (“*you have that voice of the other, do you, né... que sendo um especialista naquela temática em que se desenvolve um artigo, ele pode, sim, trazer um olhar de referência pra área*”).

(196) “*O parecer serve para avaliar um trabalho, antes de ser publicado. É a oportunidade que o autor/pesquisador tem de rever o que não ficou claro/consistente no texto, além de dialogar com outro pesquisador sobre seu trabalho. O parecer confere credibilidade ao que está sendo publicado*” (Depoimento P1)

(197) “*O parecer pode ter a função de referendar aspectos qualitativos variados (ou a falta deles) em produtos como os artigos publicados em periódicos*” (Depoimento P4)

(198) “[...] o primeiro aspecto ressaltaria é que você tem ali uma baliza, né... de um outro... na verdade, não um único, né... mas a ideia de que você tem, pelo menos, dois pareceristas... pra um artigo, né... às vezes, três... às vezes, quatro, dependendo da natureza do trabalho. **E você tem essa voz do outro, do par, né... que sendo um especialista naquela temática em que se desenvolve um artigo, ele pode, sim, trazer um olhar de referência pra área... que possa não só confirmar a qualidade daquele trabalho, como também contribuir pra que o trabalho alcance essa qualidade.** Essa qualidade é algo que a gente mensura em termos de contribuição dentro de um dado campo, né... [...] **Essa importância de dar crédito. Não só de dar crédito, mas também de contribuir pra que aquele trabalho alcance é... uma... uma qualidade necessária ao desenvolvimento daquele campo**” (Depoimento P8)

(199) “*Tá. Assim... Um primeiro dos papéis, eu penso, Láfty, que é realmente garantir a qualidade das pesquisas que são efetivamente trazidas a público por meio das revistas. Então, eu acho que o parecer tem essa primeira função mesmo de balizar, né... de definir o que vai pra revista e o que não vai. Então, que é uma primeira função que é importante do parecer é que ele é um parecer, um gênero que revela explicitamente uma tomada de decisão e tem uma consequência muito real naquele processo, né... que é definir efetivamente se o artigo vai ou não ser aceito pra publicação*” (Depoimento P9)

Curiosamente, os editores não falam diretamente sobre este propósito, tendo havido uma visão parecida com esta (EDR_1), só que numa dimensão mais ampla, nos termos do propósito de legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência. Podemos pensar que o propósito de conferir credibilidade aos artigos contribui para o alcance mais ambicioso e mais demorado do objetivo de legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência.

7.9 PROPÓSITO DE LEGITIMAR O CONHECIMENTO CIENTÍFICO, CONTRIBUINDO PARA PRODUZIR O DISCURSO DE VERDADE DA CIÊNCIA

Este propósito foi citado por apenas um dos editores e por nenhum dos pareceristas. O EDR_1 acredita que os pareceres funcionam como um pilar a partir do qual o discurso de verdade da ciência pode ser produzido e que isso é possível pelo fato de pareceristas pertencerem geralmente a uma mesma cultura disciplinar e, portanto, compartilharem algumas crenças. Embora não fique explícito na fala do EDR_1, o discurso de verdade vai manifestar-se mais concretamente nos artigos publicados, entretanto sem a aprovação dos pareceres estes artigos não viriam a públicos e suas descobertas e explicações não passariam a ser vistas como legítimas. Ao usar o termo “discurso de verdade” (e não “a verdade”), o EDR_1 pode estar querendo indicar que não se trata de uma verdade naturalizada e eternizada, mas de um efeito de sentido de verdade, de um tipo de conhecimento que, por ter sido recomendado e aprovado por especialistas de uma cultura disciplinar, pode ser considerado legítimo e, do ponto de vista científico, verdadeiro, como elucida o depoimento a seguir (200)

(200) “Sabe... Quando eu li essa questão, fiquei pensando: ‘Quanta coisa tem para dizer sobre isso...’ Tem uma discussão de um artigo que li recentemente sobre o papel do parecer, sobre o duplo cego e da qual me lembrei. Esse artigo fala sobre o que o parecer informa sobre a ciência. Esse trabalho aponta o discurso científico como uma assertividade, como certeza, verdade. Desse modo, **a verdade é produzida a partir de dois pareceres**. Às vezes, três. E verdade, geralmente, parte de pessoas que estão no mesmo campo... dizendo a mesma coisa. Então, para que servem os pareceres? **Eles servem para a gente asseverar a cientificidade. Eles dão um efeito acadêmico ao trabalho.** [...] Essa é a função, mas há outras funções, que é **produzir o discurso de verdade da ciência**” (Depoimento EDR_1)

A partir dos depoimentos dos 4 editores e dos 9 pareceristas foi possível formular a existência de 9 propósitos comunicativos para os pareceres no contexto analisado nesta tese. Confirmando um aspecto já apontada por Askehave e Swales (2009 [2001]) não houve consenso entre os especialistas consultados sobre quais são os propósitos identificados. Tanto não houve consenso entre os 9 pareceristas entre si como não ocorreu entre os 4 editores quando comparados entre si. Consequentemente, também não houve consenso entre todos os pareceristas e editores, como podemos observar nos quadros a seguir.

Quadro 9: Propósitos e pontos de vista de percepção

Propósitos comunicativos	Ponto de vista de percepção												
	EDR1	EDR2	EDR3	EDR4	P1	P2	P3	P4	P5	P6	P7	P8	P9
Contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista	X			X									
Avaliar, com rigor, antes da publicação, o conteúdo, a qualidade, a relevância e a inovação dos artigos em relação a culturas disciplinares específicas.			X		X					X	X	X	
Avaliar a adequação do artigo às normas do periódico e à ABNT.				X		X	X		X				
Sugerir mudanças no texto, de modo a oportunizar ao autor revisar o artigo para resolver problemas nele detectados.											X		
Colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos.	X	X				X	X	X	X	X	X	X	X
Atuar para manter a convenção genérica dos artigos.						X							
Autorizar ou recusar a publicação de artigos.													
Conferir credibilidade aos artigos		X			X	X		X				X	X
Legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência.	X												

Fonte: Elaborada pela autora.

Quadro 10 - Propósitos comunicativos dos pareceres na relação com o ponto de vista de percepção

Propósitos comunicativos	Ponto de vista de percepção
Contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista	Editor
Avaliar, com rigor, antes da publicação, o conteúdo, a qualidade, a relevância e a inovação dos artigos em relação a culturas disciplinares específicas.	Editor e Parecerista
Avaliar a adequação do artigo às normas do periódico e à ABNT.	Editor e Parecerista
Sugerir mudanças no texto, de modo a oportunizar ao autor revisar o artigo para resolver problemas nele detectados.	Parecerista
Colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos.	Editor e Parecerista
Atuar para manter a convenção genérica dos artigos.	Parecerista
Autorizar ou recusar a publicação de artigos.	Parecerista
Conferir credibilidade aos artigos	Parecerista e editor
Legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência.	Editor

Fonte: elaborada pela autora.

Quadro 11 - Presença de evidência textual dos propósitos comunicativos nos pareceres empíricos

Propósitos comunicativos	Presença de evidência textual nos pareceres empíricos	
	SIM	Não
Contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista		X
Avaliar, com rigor, antes da publicação, o conteúdo, a qualidade, a relevância e a inovação dos artigos em relação a culturas disciplinares específicas.	X	
Avaliar a adequação do artigo às normas do periódico e à ABNT.	X	
Sugerir mudanças no texto, de modo a oportunizar ao autor revisar o artigo para resolver problemas nele detectados.	X	
Colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos.	X	
Atuar para manter a convenção genérica dos artigos.	X	
Autorizar ou recusar a publicação de artigos.	X	
Conferir credibilidade aos artigos	X	
Legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência.		X

Fonte: elaborada pela autora.

Dos 9 propósitos, 7 deles aparecem materializados textualmente nos pareceres empíricos, enquanto não há nada nos pareceres empíricos que indique a presença dos propósitos de *contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista* e de *legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência*. Estes dois últimos são justamente aqueles que foram concebidos apenas do ponto de vista de editores, o que serve para reforçar a tese de que a existência dos propósitos é condicionada pelo tipo de atividade exercida pelos atores

sociais, o que lhes habilita e condiciona a pensar em certas funções sociais específicas para o gênero.

Além disso, este achado indica a existência de propósitos que não dependem de movimentos retóricos, passos retóricos ou atos de fala diretos ou indiretos, como claramente é o caso de *contribuir para o funcionamento burocrático e administrativo do processo editorial da revista*. Este propósito é realizado pelos pareceres como um objeto simbólico completo, sem a necessidade de uma contraparte específica na materialidade textual. Por esta mesma razão, mesmo uma análise de uma grande amostra de textos de pareceres poderia não ser suficiente para um analista de gênero reconhecer tal propósito, o que reforça a ideia de que o analista não acessa de modo imediato e fácil o propósito (ASKEHAVE, SWALES, 2009 [2001]). Também serve como uma advertência metodológica importante de que buscar reconhecer o propósito ao modo *botton-up*, partindo de passos e movimentos retóricos, pode ofuscar a identificação de propósitos que funcionam sem a necessidade de materialidade textual ou retórica.

Por sua vez, o propósito de *legitimar o conhecimento científico, contribuindo para produzir o discurso de verdade da ciência* também não apresenta evidências textuais, retóricas ou mesmo pragmáticas. A efetivação deste propósito ocorre num plano cultural, social e histórico amplo e duradouro e não no aqui e agora de cada parecer, o que aponta mesmo para um aspecto importante dos propósitos de gêneros: o fato de serem compartilhados por múltiplas pessoas e dependerem de ações e crenças coletivas (DEVITT, 2004). Este propósito pode ser tomado como uma evidência importante da ideia de gênero como artefato cultural (MILLER, 2009), no sentido de que os pareceres são artefatos simbólicos com potencial para revelar o que particulariza uma comunidade acadêmico-científica, como é o caso aqui da comunidade dos pesquisadores de linguística no Brasil.

Outro aspecto que pode ser mais bem explorado em trabalhos futuros é a presença de certa continuidade e superposição entre alguns propósitos ou, em outras palavras, o fato de os propósitos não serem totalmente discretos entre si. Por exemplo, os propósitos de avaliar a qualidade dos artigos, de sugerir mudanças no texto e de colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos aparecem interrelacionados em alguns pareceres, de modo a resistir a uma discretização entre eles. Além disso, o propósito de colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos também apareceu interrelacionado aos três propósitos mencionados acima.

Outro aspecto importante é que os propósitos de conferir credibilidade aos artigos e legitimar o conhecimento científico para serem efetivados na prática irão depender de que os outros propósitos sejam satisfeitos. Em outras palavras, sem a avaliação rigorosa dos artigos, sem as sugestões de mudanças, sem as adaptações aos gêneros e às normas editoriais seria quase improvável que os pareceres pudessem conferir credibilidade aos artigos e legitimar o conhecimento científico.

Em suma, a análise dos propósitos dos pareceres revela um quadro complexo (não há sempre correlações entre propósitos no nível das crenças e no âmbito da materialidade textual); multifacetado (há uma presença de diversos propósitos condicionados em parte pelo ponto de vista relacionado ao tipo de atividade exercida pelos atores sociais); e parcialmente consensual (pareceristas e editores concordam apenas parcialmente em relação a quais sejam os propósitos dos pareceres).

Embora tenhamos analisado a percepção dos entrevistados sobre a função que o parecer assume na vida acadêmica e tenhamos analisado as evidências nos pareceres empíricos, o propósito comunicativo não é algo que parte do campo da individualidade, e sim do olhar de uma coletividade. Visto dessa maneira, podemos afirmar que, analisando os propósitos mais salientes nos depoimentos e pareceres textuais, uma tendência, na área de linguística, é conceber como propósitos comunicativos do parecer: Avaliar, com rigor, antes da publicação, o conteúdo, a qualidade, a relevância e a inovação dos artigos em relação a culturas disciplinares específicas; colaborar pedagogicamente com os autores no processo de elaboração dos artigos, bem como conferir credibilidade aos artigos

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS

Nesta tese, objetivamos descrever, de modo geral, como ocorre o funcionamento do sistema de avaliação de artigos nos periódicos sob investigação tendo os pareceres anônimos como gênero centralizador deste processo; categorizar e descrever, do ponto de vista sociorretórico, a partir das evidências encontradas em textos, documentos e entrevistas com pareceristas, quais são os propósitos comunicativos recorrentes do gênero parecer; identificar e caracterizar as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas de artigos; descrever e categorizar os comentários avaliativos dos pareceres empíricos; discutir a relação entre comentários avaliativos e as crenças relacionadas a qualidade textual e mérito científico de artigos de pesquisa na área de linguística.

Para isso, analisamos os formulários, as instruções direcionadas aos autores (divulgadas nos sites dos periódicos investigados) e aos pareceristas (no caso destas instruções, algumas constavam no próprio formulário e outras foram cedidas pelos editores – participantes desta pesquisa). Ademais, exploramos as informações contidas nos sites das revistas para compreendermos o funcionamento do sistema de avaliação dos periódicos investigados. Feito isso, aliamos depoimentos de editores e pareceristas às informações presentes nos documentos analisados de modo a fazer uma caracterização mais ampla do sistema de gênero, no qual os pareceres anônimos desempenham um papel central.

Esse olhar nos permitiu dizer que o parecer anônimo tem sua existência em função de outros gêneros com os quais se relaciona, apontando para o que Bazerman (2005) concebe como sistema de gêneros. De fato, a emissão de uma avaliação só se torna possível mediante a interrelação com gêneros como chamadas de fluxo contínuo, formulários de avaliação, instrução aos autores, artigos, e-mails. Trata-se aqui de um sistema de gêneros com um percurso rigidamente definido, inclusive com prazos estipulados para cada das atividades envolvendo editores, autores, pareceristas.

Vimos que três dos quatro periódicos apresentaram alguns critérios avaliativos semelhantes em seus formulários, quais sejam: relevância, originalidade e adequação do tema, qualidade textual, coerência entre os objetivos propostos e o que se fazer no artigo, consistência e pertinência teórica, bem como relação coesa entre as seções do trabalho e adequação do título à pesquisa proposta, além de aspectos ligados à normatização. Esses

critérios sinalizam diversos valores sobre qualidade textual e mérito científico adotados pelos periódicos e assumidos como devendo orientar o processo de avaliação. Trata-se de valores que são, ao menos em tese, amplamente consensuais na grande maioria das culturas disciplinares. Com a análise comparativa entre os depoimentos dos pareceristas e os critérios presentes nos formulários, vimos que tende a haver mais consenso em relação aos seguintes critérios: domínio da teoria, qualidade da escrita, relação coerente entre as seções do texto, coerência entre o que é proposto e o que é apontado no texto, bem como originalidade e relevância do tema.

Contudo, a análise dos pareceres empíricos indica haver menos consenso entre esses critérios, uma vez que os valores são seletivamente escolhidos pelos pareceristas, com alguns recebendo mais ou menos ênfase e outros sendo inteiramente esquecidos em pareceres particulares. Essa situação nos leva a afirmar cautelosamente que a área disciplinar de linguística no Brasil pode ser caracterizada como pouco consensual, com certos valores sendo disputados no sentido de serem centrais ou não para o processo de avaliação de artigos científicos. Pesquisas futuras podem ser realizadas para se avaliar como os pareceristas se relacionam com as normas e critérios dos periódicos, inclusive para se poder compreender o fato de haver certa preferência por ignorar tais critérios e proceder a uma análise com base em critérios de natureza subjetiva.

A partir dos depoimentos dos editores e das informações presentes nos sites dos quatro periódicos investigados, podemos dizer que eles estão interligados a Programas de Pós-Graduação de universidades públicas do Brasil, situação decorrente em parte da pressão que sofrem os programas pela CAPES para melhorar seus índices de avaliação. Como consequência deste tipo de vinculação, os periódicos da área de Linguística no Brasil apresentam uma natureza pouco subespecializada e bem mais generalista, a exemplo de periódicos que aceitam artigos das áreas de linguística e literatura ou de todas as subáreas de linguística. Pesquisas futuras poderiam analisar se tal cenário pouco subespecializado dificulta a definição e aplicação efetiva de critérios mais consensuais para avaliar os artigos e a formação de conselhos editoriais de natureza subespecializada.

Os pareceres podem ser considerados um exemplo elucidativo da noção de *metagênero*, na proposição de GILTROW (2002), pelo fato de eles conterem diretrizes e orientações típicas para a reescrita dos artigos de modo a adequá-los a expectativas de uma área disciplinar. No seio de uma *atmosfera metagenérica* (GILTROW, 2002) que inclui ainda as instruções aos autores, os formulários e as chamadas em fluxo contínuo,

os pareceres induzem os autores a se comportarem linguisticamente de certos modos, assim agindo para regular e estabilizar a escrita. Entretanto, devido à presença de valores não consensuais na área de linguística no Brasil, os pareceres aludem, na concepção de Giltrow (2002), a situações conflitantes, oclusas e pouco esclarecidas sobre situações retóricas e gêneros. Em outras palavras, o caráter *relativamente instável* (BAKHTIN, 2005) e *estabilizado por agora* (SCHRIYER, 1984) dos artigos científicos faz com que um dos seus metagêneros, o parecer, absorva este caráter de instabilidade.

Quanto ao perfil acadêmico de autores aceitos para submeter publicação, vimos que 2 periódicos aceitam a submissão de graduandos, desde que em coautoria com doutores, 3 periódicos admitem a submissão de mestrands e doutorandos desde que em coautoria com doutores e apenas 1 periódico não especifica a titulação mínima exigida. Há dados mostrando que, na área de Linguística no Brasil a publicação de artigos em coautoria envolvendo doutores ao lado de graduandos e mestres tem aumentado muito nos últimos 20 anos (ASSIS, 2022). Esses dados atestam a percepção corrente de que, desde a graduação, alunos que almejam seguir carreira acadêmica já começam a submeter artigos a periódicos.

Vimos na tese que há uma série de comentários avaliativos que apresentam indícios de que o seu leitor presumido é um autor iniciante com pouca experiência em publicação, e que, por conta disso, o comentário assume um objetivo pedagógico. É possível que artigos recebendo este tipo de comentário sejam do tipo que envolve coautoria entre graduandos e/ou mestrands com um pesquisador doutor, mas tendo como autor principal o pesquisador menos experiente. Entretanto, seria necessário acesso ao perfil dos autores dos artigos para se averiguar esta possível explicação. Investigações futuras ocupando-se com esta questão seriam de grande valia para a área disciplinar de linguística no Brasil.

Em relação aos tipos de comentários avaliativos, foi possível perceber que eles se manifestam de formas realmente bem variadas tanto em relação ao tipo de informação visada como em relação às funções pragmáticas (elogiar, criticar, recomendar, avaliar, corrigir). Como não nos propusemos a fazer análise quantitativa, e sim uma interpretação qualitativa, seria muito arriscado estabelecer comparações no sentido de indicar tipos ou funções predominantes. Entretanto, é possível apontar algumas tendências quanto olhamos para os dados de maneira global.

Uma primeira tendência reside na valorização dos aspectos teóricos vistos como uma condição de base indispensável para o processo analítico, acrescido de uma recomendação para a sua explicitação em seção específica do texto, mas quase sempre antes da seção de análises. Desse modo, o artigo é visto como um gênero que, a despeito de sua curta extensão, teria como propósito apresentar, com certa profundidade, uma discussão de natureza teórica. Essa visão guarda relações com uma organização estrutural de artigos presente na área de Linguística no Brasil, que pode ser chamada de ITMRD (Introdução, Teoria, Metodologia, Resultados e Discussões) a qual difere da estrutura recorrente em outros contextos disciplinares e que não inclui uma seção própria para teoria, a conhecida estrutura IMRD (Introdução, Metodologia, Resultados e Discussões). Parece subjacente a esta visão a ideia de que os postulados teóricos não deveriam ser pensados como já conhecidos da comunidade de leitores e, portanto, podendo ser apenas aludidos muito sinteticamente no texto dos artigos. Pesquisas futuras poderiam comparar esta visão sobre os aspectos teóricos em culturas disciplinares diferentes para observar se, em outras áreas, eles são tomados como um conhecimento prévio da comunidade de leitores e qual a percepção sobre a necessidade de sua explicitação.

Uma segunda tendência presente nos dados é a grande preocupação com a qualidade textual e linguística dos artigos, o que leva muitos dos pareceristas a assumirem a função de revisores do texto dos artigos, inclusive ocupando-se de detalhes e minúcias as quais poderiam ser facilmente solucionadas pelos revisores de normas de linguagem. Poderíamos afirmar aqui, um tanto cautelosamente, que haveria uma compreensão manifesta em parte dos pareceres de que a função central do avaliador seria revisar muito mais o texto do artigo, com primazia pela qualidade textual e linguística, e menos o papel de revisar a pesquisa do ponto de vista de seus resultados, conclusões, inovação e contribuições para a avanço do conhecimento. Dois dados apontam para a tendência acima apontada: a) presença de alguns pareceres inteiros tematizando apenas questões da natureza da revisão textual e linguística; b) a ausência, em parte dos pareceres, de comentários do tipo *Contribuição e inovação*, os quais mais diretamente objetivam avaliar o mérito científico da pesquisa relatada. Entretanto, devemos admitir que o silêncio sobre os aspectos do mérito científico não pode ser tomado como um argumento suficiente para uma conclusão como a sugerida acima, razão pela qual mais pesquisas com os dados desta tese poderiam se ocupar de estabelecer comparações entre os tipos de comentários presentes e ausentes em cada parecer individual e no corpus como um todo para averiguar a suposição aludida acima.

A amostra dos pareceres anônimos aqui observada na tese sugere fortemente que este gênero pode ser considerado como *bastante* relativamente estabilizado, rememorando a conhecida citação de Bakhtin (1995) ou como “estabilizados por agora”, na formulação mais radical de (SCHRIYER, 1984, p. 108) sobre o caráter instável e não convencional de determinados gêneros em certos contextos. De fato, logo no início da análise, nos apercebemos da saliente variedade da extensão, conteúdo temático, estratégias retóricas e propósitos comunicativos dos 80 pareceres em mãos, o que nos serviu de advertência para declinarmos do objetivo de descrever a sua organização retórica. Uma possível explicação para esta enorme instabilidade estrutural e funcional dos pareceres é o fato mesmo de ser um gênero *ocluso* (SWALES, 1996), com circulação escassa e restrita a editores, os quais acessam apenas os pareceres do periódico que administram, e a autores, os quais possuem acesso somente aos pareceres dos próprios textos quando submetidos a uma publicação. Estamos, portanto, diante de um gênero de pouco *acesso discursivo* (VAN DIJK, 2010) e *ocluso* (SWALES, 1996), por isso ele se caracteriza como “misterioso” e sigiloso, sobretudo, se levarmos em conta que mesmo pareceristas não têm acesso a pareceres de outros pareceristas. Estas restrições enfraquecem uma característica comum apontada por muitos autores (MILLER, 2009, BAZERMAN, 2005, DEVITT, 2004) para os gêneros: o seu caráter coletivo, social, compartilhado e de co-construção. Em outras palavras, o caráter sigiloso dos pareceres impede ou dificulta aos pareceristas apreenderem as ações retóricas praticadas por outros pareceristas e identificarem as escolhas retóricas mais comuns para realizarem tais ações retóricas, o que potencializa uma diversidade de propósitos comunicativos os quais, se tomados isoladamente, poderiam mesmo ser vistos como ameaçando a integridade do gênero. Contudo, como muito bem apontado por Devitt (2004), a integridade de um gênero, quando não se dispõe de convenções formais, contedísticas ou retóricas, pode residir no contexto de situação. É o que nos parece ocorrer aqui com os pareceres. O seu contexto de situação é sempre muito bem delimitado: um pesquisador recebe um convite de um editor para avaliar um artigo de um periódico da sua área disciplinar e precisa fazê-lo de acordo com critérios previamente estabelecidos ou com critérios subjetivamente definidos (um periódico analisado oferece essa alternativa). Embora existam pareceres tão diferentes entre si os quais poderiam ser considerados como participando de gêneros diferentes, eles têm sua vinculação genérica ao mesmo gênero pelo fato de inequivocamente se inserem na mesma situação retórica.

Por outro lado, se considerarmos o conceito de *contexto de cultura* (DEVITT, 2004), podemos refletir que ele opera de modo diferente do *contexto de situação* pelo fato de haver uma diversidade de crenças em relação aos propósitos comunicativos de um artigo e em relação ao que caracteriza sua qualidade como requisito para se tornar publicável em um periódico da área. Ou seja, o contexto cultural diversificado provavelmente ocasiona percepções diferentes dos pareceristas em relação aos papéis sociais a serem desempenhados enquanto pareceristas. Na análise dos propósitos, vimos como alguns pareceristas agem como professores-orientadores oferecendo ajuda e explicações sobre questões aparentemente bastante conhecidas na área disciplinar. Outros agem predominantemente como revisores de texto inclusive procedendo a correções de detalhes. Há ainda os que agem como *guardiães disciplinares* (YAKHONTOVA, 2019), ao criticarem artigos que pouco contribuem para o avanço do conhecimento da área disciplinar. Essa diversidade de papéis guarda relação com a diversidade de *propósitos comunicativos* indicados no discurso dos editores e pareceristas entrevistados e se relaciona também com a diversidade de tipos de comentários encontrados nos pareceres empíricos. Provavelmente, essa complexidade funcional provoca dificuldades no aprendizado das práticas retóricas de emissão de pareceres e nas formas de sua apreensão e de tomada de decisão por parte dos autores avaliados, quando da reelaboração dos artigos. É provável ainda que essa situação exija do editor bastante habilidade para intermediar a interação entre os pesquisadores quando mediadas pelos pareceres. Por tudo isso, entendemos ser de grande importância para a comunidade acadêmica pesquisas como esta que buscam oferecer uma descrição do funcionamento de gêneros oclusos como é o caso dos pareceres anônimos.

REFERÊNCIAS

ADELI, K.; KELLY, J.; SADEGHIEH, T. Peer review in scientific publications: benefits, critiques & a survival guide. **The Journal of the International Federation of Clinical Chemistry and Laboratory Medicine**, v. 25, n.3, p. 227-243, Out. 2014.

ALVES FILHO, F. A autoria nas colunas de opinião assinadas da Folha de S. Paulo. 2005. 272f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2005.

ALVES FILHO, F. **Gêneros jornalísticos**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

ALVES FILHO, F; OLIVEIRA, M. S. A organização retórica das seções de justificativa de pré-projetos de pesquisa. **Revista do Gel**, v. 14, n. 1, p. 36-58, 2017.

ALVES FILHO, F; RIO-LIMA, C. A escrita da fundamentação teórica em projetos de pesquisa na área de linguística. In: Regina Celi Mendes Pereira. (Org.). **Cultura disciplinar e epistemes: representações na escrita acadêmica**. 1ªed. João Pessoa: Ideia, 2019, v.1, p. 249-276.

ASKEHAVE, I. A Functional Interpretation of Company Brochures: from Context to Text: Summary of Ph.D-thesis. **Hermes - Journal of Language and Communication Studies**, v. 21, p. 199-203, 1998.

ASKEHAVE, I.; SWALES, J. M. Identificação de gênero e propósito comunicativo: um problema e uma possível solução. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009. p. 221 -247.

ASSIS, J. A. **O gênero artigo científico na subárea da linguística**. Palestra - VIII COGITE, 10 de Dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=2HEP4FG9Zz8>. Acesso: 10 de janeiro/2023.

BAKHTIN, M. M.; VOLOSHINOV, V. N. Discourse in life and discourse in art – concerning sociological poetics. Trad. Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. In: VOLOSHINOV, V. N. **Freudism**. New York: Academic Press, 1976.

BAKHTIN, M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem**. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Editora Hucitec, 1995 [1929].

BAUMAN, Z. Modernidade líquida. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BAZERMAN, C. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. São Paulo, Cortez, 2005.

BAZERMAN, C. Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions. In: FREDMAN, A; MEDWAY, P. (orgs.) **Genre and the New Rhetoric**. London: Taylor e Francis, 1994, p. 79 – 101.

BAZERMAN, C. The life of genre, the life in the classroom. In: BISHOP, W; OSTRUM, H. (Eds.), *Genre and Writing*. Portsmouth, NH: Boynton/Cook, 1997, p. 19 – 26.

BECHER, T.; TROWLER, P. **Academic Tribes and Territories**: intellectual enquiry and the cultures of disciplines. Buckingham: Open University Press/SRHE, 2001.

BERKENKOTTER, C.; HUCKIN, T. **Genre knowledge in disciplinary communication**: cognition, culture, power. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.

BERNARDINO, C. G. O metadiscorso interpessoal em artigos acadêmicos: espaço de negociações e construção de posicionamentos. Tese. 263 f. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

BERNARDINO, C. G.; SILVA, A. P. N.; VALENTIM, D. L. A construção sociorretórica da seção de introdução em artigos acadêmicos de Linguística Aplicada. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 59, n. 1, p. 686-714, jan./abr., 2020.

BERNARDINO, C. G.; VALENTIM, D. L. O gênero artigo acadêmico e a cultura disciplinar da área do Direito: as primícias de uma análise sociorretórica. *Revlet: Revista Virtual de Letras*, v. 8, p. 122-141, 2016.

BHATIA, V. K. A análise de gêneros hoje. In: BEZERRA, B. G.; BIASI-RODRIGUES, B.; CAVALCANTE, M. M. (org.). **Gêneros e sequências textuais**. Recife: Edupe, 2009 [1997], p. 159 - 195.

BHATIA, V. K. **Analysing Genre**: language use in professional settings. Routledge: New York, 2013 [1993].

BHATIA, V. K. **Critical genre analysis**: investigating interdiscursive performance in professional practice. Routledge: New York, 2017.

BHATIA, V. K. **Worlds of written discourse**: a genre-based view. London, Continuum, 2004.

BIASI-RODRIGUES, B.; BEZERRA, B. G. Propósito comunicativo em análise de gêneros. **Linguagem em (Dis)curso**, Tubarão, v.12, n.1, p. 231-249, jan./abr, 2012.

BIASI-RODRIGUES, B.; HEMAIS, B.; ARAÚJO, J. C. Análise de gêneros na abordagem de Swales: princípios teóricos e metodológicos. In: BIASI-RODRIGUES, B.; ARAÚJO, J. C.; SOUSA, S. T. (Org.). **Gêneros textuais e comunidades discursivas**: um diálogo com John Swales. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

BRICKHOUSE, N.W. Teachers Beliefs About The Nature Of Science And Their Relationship To Classroom Practice. **Journal of Teacher Education**, v. 41, n. 3, 1990.

CLARK, B. R. Academic Culture. **Working paper**, n. 42, New Haven, CN: Yale University Higher Education Research Group, p. 3 – 34, 1980.

- CROTTY, M. **The foundations of social research: meaning and perspective in the research process.** London: Sage Publications, 1998.
- DAVYT, A.; VELHO, L. A avaliação da ciências e a revisão por pares: passado e presente. Como será o futuro? **História, Ciências e Saúde** – Manguinhos, v. 7, n.1, p. 93-116, 2000.
- DEVITT, A. **Writing Genre.** Carbondale: Southern Illinois University Press, 2004.
- ECO, U. **Lector in fabula.** São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social.** Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].
- FARACO, Carlos Alberto. Linguagem e Diálogo: as idéias linguísticas do Círculo de Bakhtin. Curitiba/PR: Criar Edições, 2006.
- FIGUEIREDO, N. M. de. **Serviços de referência e informação.** São Paulo: Polis, 1992.
- FISHELOV, D. **Metaphors of Genre: The Role of Analogies in Genre Theory.** University Park: Pennsylvania state university press, 1993.
- FONTANA, A.; FREY, J. H. The interview: from structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. S. (eds). **The handbook of qualitative research.** London: Sage, 2000.
- FORD, E. "Defining and Characterizing Open Peer Review: A Review of the Literature". **Library Faculty Publications and Presentations**, v. 1, Jan. 2013.
- FORTANET, I. Evaluative language in peer review referee reports. **Journal of English for Academic Purposes**, v. 7, p. 27-37, 2008.
- GILTROW, J. Meta-genre. In: R. COE; L. LORELEI; T. TES-LENKO (eds.), **The Rhetoric and Ideology of Genre: Strategies for Stability and Change.** Creskill, New Jersey, Hampson Press, p. 187-205, 2002.
- GODFREY, E. **The Culture of Engineering Education and its Interaction with Gender: A Case Study of a New Zealand University.** 435f. Tese de doutorado (Doctor of Philosophy) Curtin University of Technology, Bentley – Austrália, 2003.
- GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.
- GOMES, M. E. M. **Expectativas acerca da organização retórica de projetos de pesquisa presentes em editais de programas de pós-graduação em história.** Relatório Final de PIBIC, 2018.
- GOSDEN, H. Why not give the full story?: Functions of referees' comments in peer reviews of scientific research papers. **Journal of English for Academic Purposes**, v. 2, n. 2, pp. 87-101, 2003.
- HARARI, Y. N. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** Trad. Janaína Marco Antonio. Porto Alegre: L&PM, 2015. 464p.

HELMER, M.; SCHOTTDORF, M.; NEEF, A.; BATTAGLIA, D. Gender bias in scholarly peer review. **ELife**, p. 1-18, 2017.

HOFER, B. Personal epistemology as a psychological and educational construct: An introduction. In: HOFER, B.; PINTRICH, P. (Orgs). *Personal epistemology: the psychology of beliefs about knowledge and knowing*. Mahwah, NJ: Erlbaum, p. 3-15, 2002.

HOFSTEDE, G. **Cultures and Organizations: Software of the Mind**. New York: MC Grow Hill, 1997.

HYLAND, K. *Disciplinary discourse: social interactions in academic writing*. Singapura: Pearson Education Limited, 2000.

HYLAND, K. Engagement and Disciplinary: the other side of evaluation In Del Lungo, G. *Academic Discourse: new insights into Evaluation*. Amsterdam: Peter Lang. p. 13-30, 2004.

HYLAND, K. Genre, Discipline and identity. *Journal of English for Academic Purposes*, p.32-43, 2015.

JAMIESON, K. M. Generic Constraints and the rhetorical situation. In: **Philosophy and Rhetoric**, v. 6, pp. 162-170, 1973.

JOB, I.; MATTOS, A. M.; TRINDADE, A. Processo de revisão pelos pares: por que são rejeitados os manuscritos submetidos a um periódico científico?. **Movimento**, v. 15, n. 3, p. 35-55, 2009.

KAPLAN, R.G. **Teacher beliefs and practices: A square peg in a square hole**. Proceedings of the Annual Meeting of the North American Chapter of the International Group for the Psychology of Mathematics Education, Blacksburg: VA, 1991.

KVALE, S. **Doing interviews**. London: Sage Publications, 2007.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated learning: Legitimate peripheral participation**. New York: Cambridge University Press, 1991.

LOPEZ, I. Y.; BUY, N. H. Acculturation and Linguistic Factors on International Students' Self-Esteem and Language Confidence. **Journal of International Students**, v. 4, n. 4, p.314-329, 2014.

MAGGIONI, L.; VANSLEDRIGHT, B.; ALEXANDER, P. Walking on the borders: a measure of epistemic cognition in history. *The Journal of Experimental Education*. v. 77, n. 3, p. 187-213, p. 2009.

MAHARG, P.; DUNCAN, N. J. Black Box, Pandora's Box or Virtual Toolbox? An Experiment in a Journal's Transparent Peer Review on the Web. **International Review of Law Computers & Technology**, v. 21, n. 2, p.1-20, julho, 2007.

MARSHALL, C.; ROSSMAN, G. B. **Designing Qualitative Research**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2006.

- MEADOWS, A. J. **A comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.
- MILLER, C. R. Gênero como ação social. In: DIONÍSIO, A. P.; HOFFNAGEL, J. (orgs.) **Gênero textual, agência e tecnologia**. São Paulo: Editora Parábola, 2009, p. 21 - 41.
- MONTEIRO, B. N. **Organização retórica e estruturação sequencial da seção de metodologia do gênero projeto de pesquisa**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.
- MORALES, O. A.; CASSANY, D. Leer y escribir en la universidad: Hacia la lectura y la escritura crítica de géneros científicos. *Revista Memorialia*, Universidad Nacional Experimental de los Llanos Ezequiel Zamora (Unellez), Cojedes, Venezuela. p.1-14, 2008.
- MOTTA-ROTH, D. **Rhetorical features and disciplinary cultures: a genre-based study of academic book reviews in linguistics, chemistry and economics**. 350f. Tese. 350f. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Letras-Ingês, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.
- MOTTA-ROTH, D. Análise Crítica de Gêneros: contribuições para o ensino e a pesquisa de linguagem. *Delta*, v. 24, n.2, p. 341-383, 2008.
- MUGNAINI, R. **Caminhos para adequação da avaliação da produção científica brasileira: impacto nacional versus internacional**. São Paulo, 2006. 253f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2006.
- MULLIGAN, A.; RAPHAEL, E.; HALL, L. Peer review in changing world: an international study measuring the attitudes of researchers. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, v. 64, n. 1, p.132-16, 2013.
- NAVARRO, F. (ORG.) **Manual de escritura para carreras de humanidades**. 1a ed. – Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2014, 364p.
- OLIVEIRA, E. B.; NORONHA, D. P. **A comunicação científica e o meio digital**. *Informação e Sociedade*, João Pessoa, v. 15, p. 1-12, 2005.
- PACHECO, J. T. S. **Uma análise comparativa entre culturas disciplinares da grande área da saúde: semelhanças e diferenças sociorretóricas em artigos acadêmicos originais**. Tese. 395 f. (Doutorado em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2020.
- PALTRIDGE, B. Genre analysis and the identification of textual boundaries. *Applied Linguistics*, v. 15, n. 3, p. 288-299, 1994.
- PALTRIDGE, B. Referees' comments on submissions to peer-reviewed journals: when is a suggestion not a suggestion? *Studies in Higher Education*, v. 40, n. 1, p. 106–122, 2015.

PEHKONEN, E.; PIETILA, A. **On relationships between beliefs and knowledge in mathematics education**. Paper presented at the CERME 3: Third conference of the European society for research in mathematics education, Bellaria, Italy, 2003.

PEPIN, B. Epistemologies, beliefs and conceptions of mathematics teaching and learning: the theory, and what is manifested in mathematics teachers' practices in England, France and Germany. Em B. Hudson, F. Buchberger, P. Kansanen e H. Seel. **Didaktik/Fachdidaktik as science(s) of the teaching profession**. TNTEE Publications, 1999.

PERON, K. A. **Processo de Peer Review: funcionamento e contribuições no ensino superior de química**. Tese (Doutorado em Química) – Universidade Federal de São Paulo, São Carlos, 2016.

PROVENZANO, Meghan. Bias in Peer Review: An Exploration of the Best Review Models. **Perspectives on Scholarly Communication**. University at Buffalo, v. 2, p. 138-142. 2020.

PUNCH, K. F. **Introduction to research methods in education**. London: Sage Publications, 2009.

RAJAGOPALAN, U. M.; JIE, S. Genre-Based Framework to Reach A More Succinct and Objective Decision in Peer Review of A Research Article. **Proceedings of the International Conference on Advanced Mechatronic Systems**. Kumamoto, Japan, August 10-12, 2014.

RAYMOND, A. M.; SANTOS, V. Preservice elementary teachers and self-reflection: how innovation in Mathematics teacher preparation challenges mathematics beliefs. **Journal of Teacher Education**, 46(1), 58-70, 1995.

RICHARDS, K. **Qualitative inquiry in TESOL**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

ROSS, E. Gender bias distorts peer review across fields. **Nature**, Mar. 2017.

ROY, S. C. Peer review process - its history and evolution. *Science and Culture*, v.87, n. 36, p. 36-44, Jan-Feb. 2021.

SAMRAJ, B. Discourse structure and variation in manuscript reviews: Implications for genre categorisation. **English for Specific Purposes**, n. 42, p. 76–88, 2016.

SAXE, R. How should we manage peer review and why? **Psychological Inquiry**, Vol.23, n. 3, pp.301-302, Set. 2012.

SCHEIN, E. H. **Organizational culture and leadership**. San Francisco: Jossey-Bass, 1992.

SCHRYER, C. F. The Lab vs. the Clinic: Sites of Competing Genres. In: A. Freedman & P. Medway (Orgs.). **Genre and the new rhetoric**. London and New York: Taylor & Francis, 1994. 105-124.

SHAW, D. M. Blinded by the light: Anonymization should be used in peer review to prevent bias, not protect referees. **EMBO reports**, v. 16, n. 8, p. 894-897, Jul. 2015.

SHOTTON, D. The Five Stars of Online Journal Articles: a Framework for Article Evaluation. **D-Lib Magazine**, v. 18, n. ½, Jun. 2012.

SILVA, E. M.; REINALDO, M. A. G. de M. Escrita Disciplinar: Contribuições para o Ensino de Língua Portuguesa na Graduação. **Ilha do Desterro**, v. 69, n. 3, Florianópolis, Set./Dez., p. 1-15, 2016.

SILVA, S. F. R. da. **Revisão por pares e tecnologias eletrônicas: perspectivas paradigmáticas nos procedimentos da comunicação científica**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SKOTT, J. Towards a participatory approach to ‘beliefs’ in mathematics education. In: PEPIN, B.; ROESKEN-WINTER, B. (Ed.). **From beliefs to dynamic affect systems in mathematics education: Exploring a mosaic of relationships and interactions**. Switzerland: Springer, 2015.

STARR-GLASS, D. Scholarship of Teaching and Learning: promoting publications or encouraging engagement. In: WANG, Victor C. X. **Handbook of Research on Scholarly Publishing and Research Methods**. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=XScdBgAAQBAJ&pg=PR27&lpg=PR27&dq=Scholarship+of+Teaching+and+Learning:+promoting+publications+or+encouraging+engagement&source=bl&ots=Kp5CevbNbQ&sig=GSaC43SbW3Bfr5KIJ4pDYqOtCjI&hl=ptBR&sa=X&ved=0ahUKEwinyp6tnt3MAhXK1x4KHQhrBmgQ6AEILTAB#v=onepage&q=Scholarship%20of%20Teaching%20and%20Learning%3A%20promoting%20publications%20or%20encouraging%20engagement&f=false>> Acesso em: 12 de julho de 2022.

SWALES, J. M. **Genre analysis: English in academic and research settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SWALES, J. M. Occluded genres in the academy: the case of submission letter. In: VENTOLA, E.; MAURANEN, A. (Orgs.). **Academic writing: intercultural and textual issues**. Amsterdam: John Benjamins, 1996.

SWALES, J. M. Reflections on the concept of discourse community. **Asp**, Bordeaux, v.69, p. 7-19, 2016.

SWALES, J. M. **Research genres: explorations and applications**. New York: Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TEIXEIRA, E. B. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: importância e desafios em estudos organizacionais. **Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí, ano 1, n.2 (julho-dezembro), 2003.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e Poder**. São Paulo: Contexto, 2010.

VANSLEDRIGHT, B; REDDY, K. Crenças epistêmicas em mudança? Um estudo investigativo do conhecimento entre futuros professores de história. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 6, n. 11, p. 69-112, 2014.

WARE, M. Peer Review: Benefits, Perceptions and Alternatives. **PRC Summary Papers**, p. 4-20, 2008.

YAKHONTOVA, T. “The authors have wasted their time...”: Genre features and language of anonymous peer reviews. *Topics in Linguistics*, v. 20, n. 2, p. 67-89, 2019.

YLIJOKI, O. Disciplinary cultures and the moral order of studying – a case-study of four Finnish university departments. *Higher Education*. v.39, p. 339–362, 2000.

ZAVALA, V. La escritura académica y la agencia de los sujetos. **Cuadernos Comillas**, n. 1, p. 52-66, 2011.

ZIMAN, J. **O conhecimento confiável**: uma exploração dos fundamentos para a crença na ciência. Campinas: Papirus, 1996.

ZUCKERMAN, H.; MERTON, R. K. Patterns of evaluation in science: institutionalization, structure and functions of the referee system. **Minerva**, v. 9, n. 1, p.66-100, jan. 1971.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de perguntas (Editores)

01. Qual a função (para que serve) do gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual seu papel social? Por que é necessário haver pareceres no processo de editoração de artigos?
02. Quais são as tarefas e atribuições de um editor de um periódico em relação a todo o processo de publicação de artigos?
03. Enquanto editor, que diretrizes você considera mais importantes para serem explicitadas aos pareceristas a fim de auxiliar numa avaliação coerente do mérito dos artigos?
04. Quão comum haver divergência entre dois pareceristas quanto ao mérito de um artigo? Se sim, é mais comum esta divergência ser em relação a que?
05. Como são escolhidos os pareceristas para atuarem no periódico que você coordena? Há critérios específicos? Quem define tais critérios?
06. É frequente os pareceristas recorrerem a você, enquanto editor, para solicitarem alguma orientação sobre uma tomada de decisão acerca da aceitação ou não de um artigo? Comente.
07. Para você, quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito para ser publicado?
08. Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo?
09. Nos casos em que você verifica a aprovação sem necessidade de alteração, que aspectos são vistos de forma positiva no artigo avaliado?
10. Nos pareceres dados à revista, têm predominado mais críticas positivas ou negativas?
11. Nos discursos dos pareceristas há uma atenuação da avaliação, quando esta é negativa? Poderia mencionar um exemplo?
12. Que função ou papel social o gênero PARECER tem cumprido, em sua visão, para a comunidade acadêmica de linguística?
13. Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

APÊNDICE B – Roteiro de perguntas (Pareceristas)

01. Qual a função (para que serve) do gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual seu papel social?
02. Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?
03. Nos casos em que você tem aprovado a publicação de artigos sem a necessidade de alteração que aspectos são mais vistos de forma positiva no artigo avaliado?
04. Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?
05. Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?
06. Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?
07. Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?
08. Em uma conversa de orientação com um aluno que pretende escrever um artigo, que aspectos você mais pede para que ele fique atento? Por quê?
09. Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?
10. Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?
11. Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?
12. Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

APÊNDICE C – Termo Fiel Depositário

Eu, _____, Editor responsável pelo Periódico _____, fiel depositário dos pareceres e da base de dados do Periódico supracitado, situado na cidade de _____, estado _____, declaro que os pesquisadores *Lafity dos Santos Alves* e *Francisco Alves Filho* estão autorizados a realizar, neste Periódico, o Projeto de Pesquisa: **AÇÕES RETÓRICAS DO GÊNERO PARECER DE PERIÓDICOS NA ÁREA LINGUÍSTICA**, cujo objetivo geral é: Analisar as ações retóricas e os propósitos comunicativos predominantes no gênero de discurso Parecer de artigos de periódicos na área de linguística, tomando como parâmetro as crenças dos pareceristas relacionadas à avaliação do mérito e da qualidade assumida dos artigos. Desse modo, o projeto consiste em analisar os pareceres da área de linguística nos quesitos: Categorizar e descrever, do ponto de vista sociorretórico, a partir das evidências encontradas em textos, documentos e entrevistas com pareceristas, quais são os propósitos comunicativos recorrentes do gênero parecer; Descrever e caracterizar as crenças reveladas nos pareceres sobre o que configura mérito e qualidade de um artigo de pesquisa na área de linguística; Identificar e caracterizar as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas. Reconhecer a predominância dos tipos de ações retóricas relacionadas a sugerir alterações nos artigos, fazer críticas positivas ou fazer críticas negativas; Correlacionar as críticas (positivas e negativas) e sugestões de alteração indicadas nos pareceres às seções do artigo sobre as quais essas críticas e sugestões incidem; Reconhecer e discutir a valoração social e acadêmica do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística, durante os anos de 2020, 2021, 2022 e 2023.

O acesso refere-se a pareceres emitidos no último quadriênio: 2017-2020 (época coincidente com o último quadriênio de avaliação do Qualis dos periódicos).

Ressalto que estou ciente de que serão garantidos os direitos, dentre outros assegurados pela resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde de:

- 1) Garantia da confidencialidade, do anonimato e da não utilização das informações em prejuízo dos outros.
- 2) Emprego dos dados somente para fins previstos nesta pesquisa.
- 3) Retorno dos benefícios obtidos por meio deste estudo para as pessoas e a comunidade acadêmica do Brasil.

Estou ciente, ainda, que a pesquisa somente será iniciada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa - CEP da Universidade Federal do Piauí, para garantir a todos os envolvidos os referenciais básicos da bioética, isto é, autonomia, não maleficência, benevolência e justiça.

_____, ____ de _____ de _____.

(CARIMBO E ASSINATURA DO
RESPONSÁVEL)

APÊNDICE D – TCLE (Editores)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(GRUPO: EDITORES)**

(De acordo com as normas da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Doutoranda Lafity dos Santos Alves.

PESQUISADOR ASSISTENTE: Professor Dr. Francisco Alves Filho.

TÍTULO DA PESQUISA: Ações retóricas do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística.

Caro (a) participante,

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “*Ações retóricas do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística*”, que está sendo desenvolvida sob orientação do Professor Dr. Francisco Alves Filho, a nível de doutorado, para a escrita da tese, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na área de concentração Estudos de Linguagem, na linha de pesquisa *Texto, Discurso e Gênero*.

Os pareceres são um gênero de discurso protegido e apresentam um inequívoco caráter de confidencialidade, o que o torna um gênero não acessível publicamente. Por isso, as revisões por pares permanecem sendo um campo pouco pesquisado. Ademais, pesquisadores, principalmente, iniciantes, enfrentam a tarefa, por vezes, árdua de elaborar respostas eficazes às críticas dos pareceristas. E isso é um processo complexo, dado ao fato de fatores tanto socioculturais como de competência pragmática e linguística serem um aspecto de exigência feita ao autor de um artigo (GOSDEN, 2003).

No cenário brasileiro, as pesquisas sobre o gênero Parecer de artigos de periódicos são ainda escassas. Cita-se, aqui, o trabalho de Job, Mattos e Trindade (2009), os quais fazem uma análise de 191 pareceres do periódico Movimento, da área de Educação Física. Ao analisar os pareceres, do período de 1997 a 2007, os autores tiveram como principal finalidade conhecer as motivações que levavam os pareceristas a rejeitarem os artigos submetidos ao periódico. Concluíram que a principal preocupação dos pareceristas era com o conteúdo e com os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em

contrapartida, localizaram falta de aprofundamento em relação aos aspectos teorizados nos artigos.

Motivados por uma escassa pesquisa sobre o gênero Parecer de artigos de periódicos, no Brasil, e por acreditarmos que os pareceres podem ser um mecanismo de aculturação em uma dada comunidade disciplinar, nossos objetivos consistem em:

Geral:

Analisar os propósitos comunicativos predominantes no gênero parecer de artigos de periódicos na área de linguística no Brasil, tomando como parâmetro as crenças dos pareceristas relacionadas à avaliação do mérito e da qualidade assumida dos artigos.

Específicos:

Descrever de modo geral como ocorre o funcionamento do sistema de avaliação de artigos nos periódicos sob investigação tendo os pareceres anônimos como gênero centralizador deste processo; categorizar e descrever, do ponto de vista sociorretórico, a partir das evidências encontradas em textos, documentos e entrevistas com pareceristas, quais são os propósitos comunicativos recorrentes do gênero parecer; identificar e caracterizar as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas de artigos; descrever e categorizar os comentários avaliativos dos pareceres empíricos; discutir a relação entre comentários avaliativos e as crenças relacionadas a qualidade textual e mérito científico de artigos de pesquisa na área de linguística.

1 Da participação do(a) convidado(a) como editor (a)

A sua participação, nesta pesquisa, consiste em conceder dados através de entrevista semiestruturada, a qual ocorrerá a partir de um roteiro de perguntas inicial, o que não descarta o surgimento de novas perguntas ao longo do processo. Dessa forma, gostaríamos de solicitar a sua autorização para realizarmos entrevistas de forma gravada: com uso de imagem e voz ou somente com o uso da voz. Não faremos uso de sua imagem nem de sua voz em nossa pesquisa. E as falas que representam sua voz – e que serão transcritas para análise - receberão nomes fictícios (através de codificação). O nome do periódico para o qual você presta serviço também não será revelado (será feita também uma codificação). Desse modo, garantimos que sua imagem e identidade será preservada.

Nesse sentido, você poderá escolher qual das duas possibilidades abaixo é a mais adequada para dar sua contribuição.

✓ **1ª possibilidade:** entrevista pelo Meet ou pelo Zoom, na qual a doutoranda e o entrevistado (a) estabelecerão o melhor horário para conversarem através de videochamadas. A fim de que não seja interrompida e manter a ética na troca de informações, a doutoranda estará na sala do Núcleo de Pesquisa CATAPHORA, sozinha, no horário combinado. Após o procedimento de troca de mensagens em áudio ou áudio e imagem, será realizada a transcrição da entrevista.

✓ **2ª possibilidade:** caso não haja possibilidade de encontros entre os sujeitos e a doutoranda, será feito o preparo de um Formulário do Google, em forma de questionamentos, que somente os sujeitos, a doutoranda e seu orientador, Prof. Dr. Francisco Alves Filho, terão acesso, com as mesmas perguntas que seriam feitas na entrevista, via Meet ou via Zoom. Nesse caso, os sujeitos participantes deverão estar disponíveis para o envio de novos formulários com novas perguntas, uma vez que não haverá o contato direto e rápido possibilitado pelas opções anteriores. O *link* do formulário será enviado para o e-mail dos sujeitos participantes.

2 Dos riscos da pesquisa da pesquisa para o editor

Os riscos da pesquisa surgem quando da quebra do sigilo e divulgação da identidade dos participantes, provocados por algum equívoco ou descuido no manuseio de equipamentos e dados. No caso de algum constrangimento ou quebra de sigilo da identidade do participante, será dado a ele(a) a opção em continuar participando da pesquisa ou sua desistência. Caso haja desistência, todos os dados fornecidos serão retirados do trabalho e o Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) será informado.

Manteremos o sigilo de sua identidade fazendo uso de codificação, como no exemplo: ER_1 (Editor Revista 1). O resultado das entrevistas será indicado, no trabalho, em seção específica.

Desse modo, reafirmamos que as entrevistas gravadas serão transcritas, de forma que não haverá o reconhecimento da identidade dos editores que participarão desta pesquisa. E os arquivos - em áudio - serão mantidos no *Dropbox*, *OneDrive* e/ou *Google*

Docs cujo acesso só será do orientador (Pesquisador assistente) desta pesquisa e da pesquisadora responsável (Doutoranda). No caso dos Formulários do Google, por ser um texto escrito, o nome do editor e do periódico do qual ele faz parte será apagado e substituído por seu respectivo código de identificação. Essas são as medidas para assegurar o sigilo da identidade do participante.

Outro risco possível é o participante sentir-se pouco à vontade para explicitar pontos de vista que possam ser vistos como uma ameaça a sua face ou como reveladores de práticas letradas invisibilizadas. Caso isso ocorra, tomaremos todo o cuidado para garantir ao participante o direito de calar sobre a questão em jogo e passar a tratar de outro tópico.

Diante do exposto e com base na Resolução do CNS, nº 466, item IV. 3. e., garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases do estudo; e com base no item IV. 3. f., garantimos que o participante receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e, ainda com base no item IV. 3. h, garantimos a indenização aos participantes da pesquisa diante de eventuais danos decorrentes da realização dessa pesquisa.

3 Dos benefícios da pesquisa para o editor

Esta pesquisa poderá trazer os seguintes benefícios:

- Poderá servir de subsídio para editores procederem a uma revisão crítica dos critérios e recomendações de avaliação oferecidas aos pareceristas.
- Poderá favorecer o trabalho dos editores de intermediar a interação entre pareceristas e autores.
- Poderá dar subsídios para se oferecer maior transparência ao processo editorial de avaliação do mérito de artigos da área de Linguística.

4 Do acesso às etapas de realização pesquisa ao editor

O pesquisador responsável da pesquisa possibilitará o acesso às etapas de realização do estudo e às informações sobre o tratamento ao participante da pesquisa, a qualquer momento e sempre que solicitado, em linguagem apropriada ao entendimento do participante ou do seu representante legal.

5 Do tempo de duração de cada entrevista com os editores

Entre 1h e 2h de duração.

6 Dos tópicos das entrevistas a serem abordados com cada editor

- Papel social do Parecer.
- Atribuições de um editor.
- Diretrizes para avaliações de artigos.
- Critérios para escolha de pareceristas.
- Qualidade e mérito de artigos.

7 Dos custos da pesquisa ao editor e sua contribuição

Não será cobrado nenhum valor ao participante e não haverá gastos por parte do(a) convidado(a). Informamos ainda que a pesquisa não implicará em remuneração de qualquer tipo ao participante. Os dados obtidos do participante contribuirão para a escrita da tese da pesquisadora responsável, para a escrita de artigos acadêmicos obrigatórios ao Programa de Pós-Graduação, dentre outros trabalhos, como comunicações orais em eventos científicos e a publicação em livros.

8 Da desistência do editor

Informamos que a participação, nesta pesquisa, é voluntária e o participante pode desistir de participar, a qualquer momento, retirando o seu consentimento, independente de justificativa.

9 Preenchimento necessário (para o editor):

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos.
- () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação.
- () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.

10 Contato dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa e do CEP

Em caso de dúvidas e esclarecimentos sobre esta pesquisa, o participante poderá entrar em contato e consultar a pesquisadora responsável e o pesquisador assistente, a qualquer momento, para esclarecer qualquer aspecto da pesquisa, como também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP), da Universidade Federal do Piauí, a qualquer hora, utilizando as informações abaixo:

- Pesquisadora responsável:

Telefone: (86) 99997-1811

Email: lacf2806@gmail.com

- Pesquisador Assistente:

Telefone: (86) 99997-1120

Email: chicofilhoo@gmail.com

- Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP)

Endereço: Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela,
bairro: Ininga, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesq).

Telefone: 3237-2332

Email: cep.ufpi@ufpi.edu.br

Horário de Atendimento ao Público (Segunda a sexta: Manhã: 8h às 12h /
Tarde: 14h às 18h).

Eu, _____,
confirmando que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa, bem como sobre a forma de participação, riscos e superação dos riscos, pela pesquisadora supramencionada. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Informo que li, compreendi e estou ciente das informações que constam no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Concordo, portanto, em dar meu consentimento para participar desta pesquisa e assino o TCLE em 02 (duas) vias, sendo uma minha e outra da pesquisadora responsável, com rubrica em todas as páginas.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do editor)

(Assinatura da pesquisadora responsável)

(Assinatura do pesquisador assistente)

APÊNDICE E – TCLE (Pareceristas)**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(GRUPO_PARECERISTAS)**

(De acordo com as normas da Resolução nº 466/12, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

PESQUISADORA RESPONSÁVEL: Doutoranda Lafity dos Santos Alves.

PESQUISADOR ASSISTENTE: Professor Dr. Francisco Alves Filho.

TÍTULO DA PESQUISA: Ações retóricas do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística.

Caro (a) participante,

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar, como voluntário (a), da pesquisa intitulada “*Ações retóricas do gênero Parecer de Periódicos na área de Linguística*”, que está sendo desenvolvida sob orientação do Professor Dr. Francisco Alves Filho, a nível de doutorado, para a escrita da tese, no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGEL), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), na área de concentração Estudos de Linguagem, na linha de pesquisa *Texto, Discurso e Gênero*.

Os pareceres são um gênero de discurso protegido e apresentam um inequívoco caráter de confidencialidade, o que o torna um gênero não acessível publicamente. Por isso, as revisões por pares permanecem sendo um campo pouco pesquisado. Ademais, pesquisadores, principalmente, iniciantes, enfrentam a tarefa, por vezes, árdua de elaborar respostas eficazes às críticas dos pareceristas. E isso é um processo complexo, dado ao fato de fatores tanto socioculturais como de competência pragmática e linguística serem um aspecto de exigência feita ao autor de um artigo (GOSDEN, 2003).

No cenário brasileiro, as pesquisas sobre o gênero Parecer de artigos de periódicos são ainda escassas. Cita-se, aqui, o trabalho de Job, Mattos e Trindade (2009), os quais fazem uma análise de 191 pareceres do periódico Movimento, da área de Educação Física. Ao analisar os pareceres, do período de 1997 a 2007, os autores tiveram como principal finalidade conhecer as motivações que levavam os pareceristas a rejeitarem os artigos submetidos ao periódico. Concluíram que a principal preocupação dos pareceristas era

com o conteúdo e com os procedimentos metodológicos utilizados na pesquisa. Em contrapartida, localizaram falta de aprofundamento em relação aos aspectos teorizados nos artigos.

Motivados por uma escassa pesquisa sobre o gênero Parecer de artigos de periódicos, no Brasil, e por acreditarmos que os pareceres podem ser um mecanismo de aculturação em uma dada comunidade disciplinar, nossos objetivos consistem em:

Geral:

Analisar os propósitos comunicativos predominantes no gênero parecer de artigos de periódicos na área de linguística no Brasil, tomando como parâmetro as crenças dos pareceristas relacionadas à avaliação do mérito e da qualidade assumida dos artigos.

Específicos:

Descrever de modo geral como ocorre o funcionamento do sistema de avaliação de artigos nos periódicos sob investigação tendo os pareceres anônimos como gênero centralizador deste processo; categorizar e descrever, do ponto de vista sociorretórico, a partir das evidências encontradas em textos, documentos e entrevistas com pareceristas, quais são os propósitos comunicativos recorrentes do gênero parecer; identificar e caracterizar as semelhanças e diferenças dos propósitos comunicativos do gênero parecer de periódico do ponto de vista de editores e pareceristas de artigos; descrever e categorizar os comentários avaliativos dos pareceres empíricos; discutir a relação entre comentários avaliativos e as crenças relacionadas a qualidade textual e mérito científico de artigos de pesquisa na área de linguística.

1 Da participação do(a) convidado(a) como parecerista

A sua participação, nesta pesquisa, consiste em conceder dados através de entrevista semiestruturada, a qual ocorrerá a partir de um roteiro de perguntas inicial, o que não descarta o surgimento de novas perguntas ao longo do processo. Dessa forma, gostaríamos de solicitar a sua autorização para realizarmos entrevistas de forma gravada: com uso de imagem e voz ou somente com o uso da voz. Não faremos uso de sua imagem nem de sua voz em nossa pesquisa. E as falas que representam sua voz – e que serão transcritas para análise - receberão nomes fictícios (através de codificação). O seu nome, bem como o nome do periódico para o qual você presta pareceres também não será revelado (será feita também uma codificação). Desse modo, garantimos que sua imagem e identidade será preservada.

Nesse sentido, você poderá escolher qual das duas possibilidades abaixo é a mais adequada para dar sua contribuição.

✓ **1ª possibilidade:** entrevista pelo Meet ou pelo Zoom, na qual a doutoranda e o entrevistado (a) estabelecerão o melhor horário para conversarem através de videochamadas. A fim de que não seja interrompida e manter a ética na troca de informações, a doutoranda estará na sala do Núcleo de Pesquisa CATAPHORA, sozinha, no horário combinado. Após o procedimento de troca de mensagens em áudio ou áudio e imagem, será realizada a transcrição da entrevista.

✓ **2ª possibilidade:** caso não haja possibilidade de encontros entre os sujeitos e a doutoranda, será feito o preparo de um Formulário do Google, em forma de questionamentos, que somente os sujeitos, a doutoranda e seu orientador, Prof. Dr. Francisco Alves Filho, terão acesso, com as mesmas perguntas que seriam feitas na entrevista, via Meet ou via Zoom. Nesse caso, os sujeitos participantes deverão estar disponíveis para o envio de novos formulários com novas perguntas, uma vez que não haverá o contato direto e rápido possibilitado pelas opções anteriores. O *link* do formulário será enviado para o e-mail dos sujeitos participantes.

2 Dos riscos da pesquisa para os pareceristas

Os riscos da pesquisa surgem quando da quebra do sigilo e divulgação da identidade dos participantes, provocados por algum equívoco ou descuido no manuseio de equipamentos e dados. No caso de algum constrangimento ou quebra de sigilo da identidade do participante, será dado a ele(a) a opção em continuar participando da pesquisa ou sua desistência. Caso haja desistência, todos os dados fornecidos serão retirados do trabalho e o Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP) será informado.

Manteremos o sigilo da identidade dos pareceristas fazendo uso de codificação, como no exemplo: PR_1 (Parecerista Revista 1). O resultado das entrevistas será indicado, no trabalho, em seção específica.

Desse modo, reafirmamos que as entrevistas gravadas serão transcritas, de forma que não haverá reconhecimento da identidade dos pareceristas pela voz, e os arquivos em áudio serão mantidos no *Dropbox*, *OneDrive* e/ou *Google Docs* cujo acesso só será do

orientador (Pesquisador assistente) desta pesquisa e da pesquisadora responsável (Doutoranda). No caso dos Formulários do Google, por ser um texto escrito, o nome do pesquisador será apagado e substituído por seu respectivo código de identificação. Essas são as medidas para assegurar o sigilo da identidade dos pareceristas.

Outro risco possível é o participante sentir-se pouco à vontade para explicitar pontos de vista que possam ser vistos como uma ameaça a sua face ou como reveladores de práticas letradas invisibilizadas. Caso isso ocorra, tomaremos todo o cuidado para garantir ao participante o direito de calar sobre a questão em jogo e passar a tratar de outro tópico.

Diante do exposto e com base na Resolução do CNS, nº 466, item IV. 3. e., garantimos a manutenção do sigilo e da privacidade dos participantes da pesquisa durante todas as fases do estudo; e com base no item IV. 3. f., garantimos que o participante receberá uma via do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; e, ainda com base no item IV. 3. h, garantimos a indenização aos participantes da pesquisa diante de eventuais danos decorrentes da realização dessa pesquisa.

3 Dos benefícios da pesquisa para os pareceristas

Os benefícios para os pareceristas poderão ser:

- Possibilidade de avaliar suas contribuições para a melhoria da qualidade e mérito dos artigos.
- Possibilidade de avaliar a comunicação dos pareceristas com autores e editores.

4 Do acesso às etapas de realização pesquisa aos pareceristas

O pesquisador responsável da pesquisa possibilitará o acesso às etapas de realização do estudo e às informações sobre o tratamento ao participante da pesquisa, a qualquer momento e sempre que solicitado, em linguagem apropriada ao entendimento do participante ou do seu representante legal.

5 Do tempo de duração de cada entrevista com os pareceristas

Entre 1h e 2h de duração.

6 Dos tópicos a serem abordados nas entrevistas com os pareceristas

- Papel social do Parecer de Periódico;
- Qualidade e mérito de artigos;
- Critérios para aceitação e recusa de publicação de artigos;
- Problemas típicos das seções de artigo.
- Contribuições dos pareceres para a melhoria da qualidade dos artigos.
- Interrelação entre críticas positivas e negativas.

7 Dos custos da pesquisa ao pareceristas e sua contribuição

Não será cobrado nenhum valor ao participante e não haverá gastos por parte do(a) convidado(a). Informamos ainda que a pesquisa não implicará em remuneração de qualquer tipo ao participante. Os dados obtidos do participante contribuirão para a escrita da tese da pesquisadora responsável, para a escrita de artigos acadêmicos obrigatórios ao Programa de Pós-Graduação, dentre outros trabalhos, como comunicações orais em eventos científicos e a publicação em livros.

8 Da desistência do parecerista

Informamos que a participação, nesta pesquisa, é voluntária e o participante pode desistir de participar, a qualquer momento, retirando o seu consentimento, independente de justificativa.

9 Preenchimento necessário (para o parecerista):

- () Autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação, filmagem e/ou fotos.
- () Autorizo apenas a captação de voz por meio da gravação.
- () Não autorizo a captação de imagem e voz por meio de gravação e/ou filmagem.

10 Contatos dos pesquisadores responsáveis pela pesquisa e do CEP

Em caso de dúvidas e esclarecimentos sobre esta pesquisa, o participante poderá entrar em contato e consultar a pesquisadora responsável e o pesquisador assistente, a qualquer momento, para esclarecer qualquer aspecto da pesquisa, como também poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP), da Universidade Federal do Piauí, a qualquer hora, utilizando as informações abaixo:

- Pesquisadora responsável:

Telefone: (86) 99997-1811

Email: lacf2806@gmail.com

- Pesquisador Assistente:

Telefone: (86) 99997-1120

Email: chicofilhoo@gmail.com

- Comitê de Ética em Pesquisa Humana (CEP)

Endereço: Universidade Federal do Piauí, Campus Ministro Petrônio Portela, bairro: Ininga, Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (Propesq).

Telefone: 3237-2332

Email: cep.ufpi@ufpi.edu.br

Horário de Atendimento ao Público (Segunda a sexta: Manhã: 8h às 12h / Tarde: 14h às 18h).

Eu, _____, confirmo que fui informado (a) dos objetivos desta pesquisa, bem como sobre a forma de participação, riscos e superação dos riscos, pela pesquisadora supramencionada. As alternativas para minha participação também foram discutidas. Informo que li, compreendi e estou ciente das informações que constam no presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Concordo, portanto, em dar meu consentimento para participar desta pesquisa e assino o TCLE em 02 (duas) vias, sendo uma minha e outra da pesquisadora responsável, com rubrica em todas as páginas.

_____, ____ de _____ de _____

(Assinatura do participante)

(Assinatura da pesquisadora responsável)

(Assinatura do pesquisador assistente)

ANEXOS

ENTREVISTA (EDR_1)

Sobre o editor

Nome do editor-chefe: EDR_1

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Análise do Discurso

Sobre a revista

Nome do periódico: PER_C_A2

Região do periódico: Sul do Brasil

Ligada a um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do país

Tempo de atuação: 25 anos

Sobre a entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da entrevista: 03/11/2021, às 9h às 9h53min26seg.

FRANCISCO: Eu vou ficar um pouquinho, mas depois eu tenho uma qualificação. E aí você continua com Lafi e fica mais tranquilo. Ela é... ela que está conduzindo realmente a pesquisa de doutorado junto comigo. Vou ficar um pouquinho aqui e depois eu peço licença. E você continua conversando com ela. Reitero os agradecimentos. Você foi realmente muito gentil com a gente e sua contribuição vai ser muito... muito boa para a nossa pesquisa.

EDR_1: Obrigado.

LÁFITY: Então vamos lá. Podemos começar?

EDR_1: Sim.

LÁFITY: Bem... Vamos lá. Enviamos o roteiro de perguntas por e-mail para você. O roteiro de perguntas foi enviado para que você tivesse uma noção do que seria abordado durante a entrevista, certo? Eu acho que é bom a gente deixar ciente o entrevistado do que a gente vai propor no momento da entrevista. Então... uma das primeiras perguntas é: Qual é a função? Para que serve o gênero Parecer dentro da comunidade acadêmica? Qual é o papel social desse gênero?

EDR_1: Sabe... Quando eu li essa questão, fiquei pensando: “Quanta coisa tem para dizer sobre isso...” Tem uma discussão de um artigo que li recentemente sobre o papel do

parecer, sobre o duplo cego e da qual me lembrei. Esse artigo fala sobre o que o parecer informa sobre a ciência. Esse trabalho aponta o discurso científico como uma assertividade, como certeza, verdade. Desse modo, a verdade é produzida a partir de dois pareceres. Às vezes, três. E verdade, geralmente, parte de pessoas que estão no mesmo campo... dizendo a mesma coisa. Muitas vezes, não se sabe quem é a pessoa que emite o parecer. Muitas vezes, não se sabe quem são. Na maior parte das vezes, você realmente não sabe quem é o parecerista, mas você percebe que ele, digamos assim, está circunscrito a um certo modo de olhar o mundo, um certo modo de olhar o objeto. Então, para que servem os pareceres? Eles servem para a gente asseverar a cientificidade. Eles dão um efeito acadêmico ao trabalho. Uma outra função, um pouco mais, digamos assim, brejeira, dos pareceres é a fazer a revista funcionar. Por exemplo, estou, neste momento, com 200 e poucos textos na revista. E eu sou uma pessoa, que sozinha, faz funcionar o processo editorial inteiro. É assim para mim: eu começo com os pareceres. Procuo os pareceristas, porque a revista precisa escoar. Sem isso, a revista não funciona. Então, no limite, a função primordial do parecer seria pegar a pessoa superespecializada, ficar vendo as áreas, tentar pegar colega estrangeiro para eles poderem avaliar o artigo com a maior qualidade possível, com o crivo mais duro possível. No limite, eu acabo não conseguindo fazer essas coisas, porque tem uma urgência, uma cobrança urgente pelo parecer. A revista precisa funcionar. Há uma certa cobrança dos autores, porque querem retorno logo. Daí reclamam. Eu recebo e-mails diários. E agora o sistema pode ser visto. Ele é sistêmico e transparente. Agora, se você vê, você vê exatamente quando o editor mexeu no seu texto. Todo mundo quer saber, o meu é de 8/11 e... não mexeu ainda. E eu recebo esse tipo de reclamação. A função do parecer é o quê? É fazer uma avaliação do manuscrito para ver se está adequado às normas, à revista e, sobretudo, para ver se ele tem alguma relevância no campo em que o artigo, a resenha ou o texto se escreve. Essa é a função, mas há outras funções, que é produzir o discurso de verdade da ciência. E aí, no limite, há também a função de fazer a revista funcionar, porque tem um processo editorial que precisa andar, tem muita pressão.

FRANCISCO: Certo.

LÁFITTY: Então, o propósito, ouvindo aí a sua fala, ... em relação a esse questionamento seria fazer inicialmente a revista funcionar, né? Mas também tem os outros propósitos por trás.

EDR_1: A questão é... avaliar... avaliar os textos enviados aos periódicos para ver se eles estão adequados às normas da revista e se eles podem produzir alguma inovação, ter

alguma coisa para contribuir para o campo científico daquela área, né!? Esse é o geral, o que eu acho que é, mas tem essas duas funções, que é produzir uma verdade na ciência. O verdadeiro campo está nesse regime de verdade e a outra coisa é a de fazer o funcionamento da revista. Às vezes, eu preciso deixar de esperar um parecerista muito importante, muito legal, deixo de pegar um parecer super legal... tenho certeza que vai fazer três páginas... para pegar alguma pessoa que vai me dar um parecer mais rápido, porque não pode esperar três meses para a pessoa acordar e dá uma devolutiva do trabalho.

LÁFITY: Certo. O segundo questionamento é... quais são as tarefas e as atribuições de um editor de um periódico em relação a todo esse processo de publicação de um artigo?

EDR_1: Olha, aí tem um outro problema... o da falta de profissionalização da editoria no Brasil. O Francisco deve ter conhecimento sobre isso. A falta de profissionalização é um problema nos serviços de editorias de livros. Isso vai chegar nos periódicos, no sentido de que os editores que trabalham em um processo editorial é uma pessoa sozinha. Ela é que vai arregimentar todo mundo. Em geral é assim, né, pelo menos na nossa área. E aí o meu trabalho como editor, posso falar da minha experiência e das pessoas que eu vejo desesperadas comigo. Eu trabalho com o todo. Eu pego o manuscrito, coloco no sistema, converso com o autor, reviso o texto, reviso a norma... daí tem um grupo de revisores.... Eu reviso Norma da ABNT de todos. Eu que reviso... porque os meus, os meus revisores não sabem a ABNT ou eles sabem pela metade... e eu sei inteira. Aí reviso a ABNT de tudo. Aí, depois que vem, quem diagrama? Euzinho. Aí eu publico nas redes sociais, eu publico a edição. Faço tudo. O meu trabalho é todo, desde chamar parecerista, desde colocar o texto para submissão até chamar os pareceristas... até... tudo. Quando tem um dossiê, o meu trabalho continua sendo o mesmo. Só que aí eu pego uma lista de pareceristas que vem de outrem. Mas o meu trabalho é inteiro. A revista toda tem minha mão, mas não é o caso de todas as revistas, porque o sistema não é... é... o sistema não é muito gentil. Então, se eu for pedir para alguém... Eu já tive três bolsistas, mas a demora era grande. Coloco os metadados no sistema, que é preencher todos os dados do autor. É uma loucura. Quando você tem que ensinar alguém, perde tempo demais ensinando. É melhor mesmo a gente fazer logo, porque a pessoa, até ficar pronta, vai sair em seis meses. Então, a gente faz bastante coisa... nas revistas.

FRANCISCO: Na verdade, o que você está dizendo é que o editor não é apenas editor, né, ele... ele termina assumindo várias outras funções dentro do periódico, né?

EDR_1: É isso... a gente é revisor e diagramador. Eu sou revisor, diagramador, e ainda, digamos assim, o Publisher. Sou a pessoa que faz todas as publicações de redes sociais, o animador da torcida. É todas as funções de um editor. E isso não é só na nossa revista, tá? Em muitas revistas é assim também. Eu sou do Portal de Periódicos X, que é, digamos assim, a comissão que fica olhando pros periódicos. E tem uma coisa muito comum que a gente ouve... que a revista é um projeto do editor, porque é o editor que carrega a revista. Enfim, o editor tem a vontade de assumir as funções, as muitas funções, já que não é pago, é só vontade mesmo de fazer a revista existir. É também através de uma revista que novas pesquisas são divulgadas.

LÁFITY: Ok, é... O terceiro questionamento: enquanto editor, que diretrizes você considera que sejam mais importantes para serem explicitadas aos pareceristas, a fim de auxiliar numa avaliação coerente do mérito de um artigo?

EDR_1: Bom, eu costumo dizer para os meus pareceristas, quando eles me procuram, que eles podem ser muito criteriosos, porque eu tenho muitos artigos na revista. Então, se eles acharem que o artigo não tem contribuição efetiva, que é uma revisão bibliográfica, digamos que... que... efetivamente não vai trazer nenhuma novidade, nenhum impacto para a área, ele, por mais que bem escrito esteja o trabalho, ele pode negar o artigo. Porque... porque a revista já tem um lugar... já estou publicando 30... 30 artigos por edição. Então, efetivamente, a gente não está lutando para ter artigo. Então, eu acho que a nossa revista já está qualificada, de modo que tenha nela coisas que realmente interessa à comunidade científica. A minha esperança é que as pessoas da área vão ler os artigos do periódico. Então, eu sou a favor sempre de que o parecerista seja muito criterioso no parecer. Algo que me incomoda bastante no trabalho do parecerista é que tem gente que é muito gentil... e é muito pedagógico. Então tem pareceres muito longos, tentando arrumar o trabalho do sujeito. Eu acho que isso não é função do parecer. O parecer aqui não é dizer: você deveria fazer esse artigo. Não é bem... não é uma arguição de mestrado, de doutorado, sabe!?

FRANCISCO: Você falou que alguns pareceristas, às vezes, lhe procuram. Com que frequência acontece isso?

EDR_1: Pouco...

FRANCISCO: Pouco, né!?

EDR_1: Quem mais procura são pareceristas que nunca deram um parecer. Isso me assusta muito. Com isso, eu vou saber se a pessoa está há dez anos na universidade e nunca deu um parecer. Isso acontece muito, porque a gente tem universidades muito

distintas em relação ao modo como funcionam, né!? Então, geralmente, quem mais me procura são as pessoas que nunca deram parecer. Esse é o caso mais comum... ou quando estão com o texto e não sabem se negam ou se pedem as revisões. Elas não sabem qual a diferença exata entre revisões substanciais e rejeição.

LÁFITY: Em relação a essa questão, por exemplo, de um parecer, como você mencionou, ser muitas vezes pedagógico, não seria justamente por essa questão de não ter uma certa experiência, de nunca ter tido contato com pareceres!? E também o que a gente observa, analisando alguns dos pareceres que temos em mãos é que, às vezes, talvez, não temos certeza ainda se é isso... estamos começando as entrevistas agora... é que, às vezes, o foco também vai não só para a questão do pedagógico, mas também para o aspecto mais formal. E aí deixa o aspecto contedutístico de lado... que é um aspecto fundamental, né!?

EDR_1: Então... eu acho que tem isso que você disse. Tem gente menos experiente também... que tende a fazer parecer mais pedagógico, mas, às vezes, a gente tem o estilo do parecer pedagógico, tem gente que dá pareceres muito bons, mas muito pedagógicos. Tem umas pessoas que são assim... pessoas que têm muita experiência, pesquisadores CNPQ (pessoas fundamentais) que sentam lá e ajudam o sujeito. É muito interessante. Então, tem essas duas coisas. A outra coisa que você falou... ah!?!... essa coisa de não saber o que é um parecer. Às vezes, isso é muito irritante. Eu espero uns seis meses por um parecer, daí eu vou lá ver... a pessoa mandou e só tem coisa sobre gramática e textualização. E vem com uma coisa que é assim... é...é... aceito sob condições. Você vai ver as condições... é arrumar parágrafo “x”. A pessoa não nota que isso é um artigo, né? A pessoa não sabe que isso não é um trabalho científico. Artigo não diz respeito a sabe...é... saber escrever bem. O texto pode estar mal escrito e ser um “puta” artigo. É...é... mas, enfim... tem bastante isso, tem bastante isso. E, infelizmente, isso não é só com pessoas inexperientes. Tem pessoas que são experientes e que dão muito pareceres, mas que não sabem exatamente o que têm que fazer ali dentro.

FRANCISCO: Isso que você falou é muito interessante, porque, em análises prévias que fizemos de alguns pareceres, a gente tem percebido isso com uma frequência razoável. Algo assim: o parecerista se entende, se vê muito como revisor, digamos assim. Ele se entende muito como um revisor e revisa os detalhes e olha muito a linguagem. Tem muitos comentários sobre linguagem e, em contrapartida, a gente tem encontrado poucos comentários sobre a contribuição da pesquisa, sobre o resultado da pesquisa, sobre análises. Isso é uma coisa que a gente tem percebido nos pareceres. Você comentou

também isso, né, uma concepção assim... o que é realmente dar parecer, né? Que função é essa? O que eu tenho que fazer quando eu dou um parecer, não é? Então, parece não haver muito consenso entre os pesquisadores da área em relação a esse aspecto, né!?

EDR_1: Sim, sim. Isso. É isso que vocês estão vendo. Eu acho que isso é uma coisa que se pode levantar com certeza... essa... essa... digamos, assim, esse não acordo sobre o que é um parecer e essa função de revisão... que é muito forte. As pessoas mandam os pareceres e dizem assim: “você pode enviar o arquivo para o autor?” Aí eu vou lá, eu vou ver o arquivo e é só correção gramatical. Não envio. A gente tem uma etapa de revisão, tem uma etapa de diagramação... Então, a sua função não é arrumar o “s” da pessoa e coisa do tipo, saca!/? É, é...Enfim...

LÁFITY: Diante dessa observação em relação aos aspectos mais formais, como é que você reage, por exemplo, em relação a esse parecer? Você considera válido a observação feita no parecer ou você dá um retorno ao parecerista pedindo para que ele observe outros aspectos? Como é que isso funciona?

EDR_1: Eu parto do pressuposto do foi colocado no parecer final, porque aí tem uma outra questão, que é o respeito ao trabalho do colega, né!/? Eu não posso desqualificar colegas porque é... aí tem uma coisa bem interessante: é muito fácil desqualificar gente jovem na carreira, mas é muito difícil desqualificar gente bambambã. Então, eu não posso agir dessa maneira. Desqualificar alguém, porque é muito jovem. Tem gente que é super qualificada e faz a mesma coisa. Então, eu nunca, nunca desqualifiquei parecer, eu só peço a terceira quando tem discrepância. Eu aceito os pareceres como eles me vêm, como me aparecem.

LÁFITY: Certo. Vamos ao próximo questionamento... É comum haver divergência entre dois pareceristas quanto ao mérito de um artigo?

EDR_1: Não é comum, deve ser alguma coisa entre 5 e 10 por cento. Mas, às vezes, tem umas coisas que me incomodam muito. Às vezes, acontece de ter alguns pareceristas muito próximos a mim, pessoas que eu conheço, que falam assim: “X, que artigo era esse?”... E aí tem outra pessoa que deu um “aceite sem nenhum problema”. Isso me assusta um pouco. Uma pessoa viu uma coisa completamente equivocada e a outra pessoa não viu. Um parecerista ver plágio, erro conceitual, erro de análise... e a outra pessoa diz um “aceito”, sabe... é algo complicado.

LÁFITY: Essa divergência fica marcada mais em relação a que aspecto?

EDR_1: Bom, em geral, é conteúdo, né. Quando é rejeitado, é sempre sobre o conteúdo, nunca sobre forma. Quem rejeita, rejeita sobre o conteúdo.

LÁFITY: Certo.

FRANCISCO: Me diga uma coisa... a gente sabe que, no Brasil, na nossa área, acho que quase todas as revistas são gratuitas, né!? A gente não paga, não há... não há... investimento envolvido. O leitor ler de graça, o parecerista não é pago, o editor também não é pago, etc... Você acha que isso poderia interferir na qualidade desse processo? Assim, o fato, por exemplo, de os pareceristas fazerem um trabalho de bom grado, né?

EDR_1: Eu acho, Francisco, é que essa é uma questão muito complicada, porque eu sou favorável ao acesso livre e à democratização do acesso. Então, assim, eu não colocaria, eu não faria isso, não faria isso. Só que, por exemplo, tem coisas que podiam auxiliar a nossa função docente e a gente podia ter as famosas horas dedicadas a certas coisas, porque o trabalho de parecerista não serve nem para horas de trabalho. Assim, a gente não tinha, há pouco tempo, na minha universidade, não tinha horas, nas nossas 40 horas semanais, para colocar a editoração, a gente não podia colocar a editoração como parte do trabalho docente. Então, a gente faz um trabalho de graça, de graça... que nem que servia para nossa carga horária. Então, assim, eu acho que tinha que ter alguma compensação. Eu ia falar isso... é... é... tem um trabalho muito perfunctório quando damos pareceres. As pessoas dão pareceres, meio que para colocar linha noattes. Às vezes, muito rapidamente. Eu acho que tem isso, dar parecer é uma função, só que é uma função que ela não tem nem nenhuma balização. Fica complicado meu desejo de manter e defender a democratização. Eu acho que essa falta de profissionalização impacta nas revistas. Se o processo todo tivesse algum tipo de valorização financeira, como as bolsas CNPQ da vida... acho que as pessoas se colocariam em outro lugar, mas tem problema, né? Fazer isso é, digamos assim, entrar numa ordem neoliberal e coisas desse tipo me incomodam bastante. Esse tipo de escambo em relação ao conhecimento me irrita muito. Quando quero fazer uma pesquisa e vou baixar um artigo, me cobram 20 dólares. Eu não sei se esse é o caminho... ainda mais no Brasil, né, onde tá todo mundo vendendo o almoço para comprar a janta. Mas, enfim, eu acho que sim... acho que é preciso encontrarmos um modo de valorizar, de uma maneira mais efetiva, esse trabalho, que é um trabalho sério.

FRANCISCO: Ok.

EDR_1: Essa é uma questão importante... a falta de... de ... lugar na universidade, que é um lugar assim... no entremeio.

LÁFITY: É... não é muito comum nos periódicos, aqui, no Brasil, a gente ter acesso ao nome dos pareceristas, seja o trabalho avaliado positivamente ou negativamente. A

revista da ABRALIN tem agora usado essa forma. Eu queria saber de você em relação a isso, não é... se o nome do parecerista, quando ele é exposto de alguma forma, isso traz uma maior preocupação por parte do parecerista em relação à avaliação que ele realiza sobre artigo. O que você pensa sobre isso?

EDR_1: Eu já dei parecer para a ABRALIN. Nessa situação, meu nome tá lá. Então, posso falar de uma perspectiva pessoal. Fiquei um pouco incomodado. Inclusive, eu mandei mensagens para o... o... como é o nome dele? Miguel. "Dá para tirar uma frase?" Porque eu costumo fazer pareceres, meus pareceres são muito duros. Como eu sou editor, eu não gosto de ver certas coisas publicadas. Acho uma sacanagem. Às vezes, eu vejo, por exemplo, uma área... não vou dizer aqui qual é a área... que os meus pareceristas, em geral, são muito duros e nunca sai artigo dessa área, até porque eles não aceitam e têm outras áreas que aceitam muitas coisas. Eu acho uma sacanagem. Estou eu dando parecer e eu... sou muito... eu sou muito duro. E aí eu escrevi frases um pouco irônicas: "Sério que você está colocando isso em seu texto?". Eu perguntei para o Miguel: "Isso você vai para alguém?"... pelo amor de Deus. Vocês sabem, né, vocês trabalham com o gênero. No Brasil tem essa coisa de... as nossas resenhas, por exemplo, elas não serem muito duras. O nosso trabalho de expor a face do sujeito não é assim, não faz essas coisas. Ele não costuma exercer isso peremptoriamente: "Isso aqui é uma porcaria, não leia". Não é bem assim. Sempre tem um, digamos, um afago, porque a comunidade é bem, digamos assim, próxima. Enfim, é desconfortável, é desconfortável, porque me parece que tem umas certas igrejas. Eu tenho essa sensação e, cada vez, na minha vida acadêmica, que fiz críticas muito severas... eu fui muito malvisto. Então, eu fiquei um pouco arredio, porque eu sabia exatamente quem era, eu sabia de onde vinha e sabia quem era o orientador. E eu sabia que as críticas daquilo que eu estava falando não iam ser bem-vindas, mas eu neguei. Muita coragem. Eu neguei.

LÁFITY: Eu estava aqui pensando em relação a essa questão. Um parecerista, na verdade, ele não ganha nada para poder realizar um parecer. E aí ele tem outras atribuições dentro da vida acadêmica, orientar e escrever artigos, porque ele tem que permanecer ali dentro do programa de pós-graduação. Diante da dificuldade de encontrar pareceristas, você acha que se o nome do parecerista tivesse que aparecer, obrigatoriamente, nos periódicos, essa dificuldade de encontrar pareceristas seria ainda maior?

EDR_1: Muito maior, muito maior. Tenho certeza que é muito, muito maior, porque, na universidade, as pessoas se indispõem muito fácil com as outras pessoas por questões acadêmicas. Quer dizer, eu acho que tem um trauma inicial. Íamos passar cinco anos

brigando uns com os outros até nos acostumarmos. Mas eu sei que eu não consigo muito entender qual que é a necessidade do parecer com o nome do parecerista. Eu não consigo. Para mim, não. Eu acho que as pessoas ficam mais livres naquilo que sabe, sem ser informado sobre quem é. Se eu não posso saber quem é a pessoa que escreveu, então, não quero que saibam que eu estou dando parecer. Eu acho que não tem muita adesão. Eu acho que a falta de adesão a esse modelo está marcando bem e como vai ser difícil para todos. É muito difícil conseguir parecerista. Eu acho que o parecer que o parecerista vai ter que assinar o parecer. Vai ser, enfim...

LÁFITTY: Certo.

EDR_1: ... e tem uma outra coisa também. Aí vai ter que ser um parecerista hiper especializado, porque eu dou parecer para gente do discurso que trabalha com Foucault e me mandam textos do Pêcheux. Eu acho que quando você vai assinar o seu nome, você não vai poder fazer isso, porque aí o cara que é da linha do Pêcheux e recebeu um parecer de alguém da linha de Foucault vai falar assim: "é, mas não é a área dele". Sempre alguém vai dizer, mas ele não é o cara especializado para dar esse parecer e aí vai virar uma.

LÁFITTY: Ok. Vamos ao próximo questionamento... como são escolhidos os pareceristas para atuar no periódico que você atua, há critérios específicos? Quem define esses critérios?

EDR_1: Eu devo admitir que critérios não existem. Quando eu peguei a revista, já tinha um rol de pareceristas. O meu critério é: quando eu conheço algumas pessoas. Então, a primeira coisa que eu faço é ir nas Associações... na ABRALIN, na ANPOLL. Na ANPOLL tem lista dos GTS. Vejo todos os GTS e vou verificando os nomes que fazem parte deles. A primeira coisa que eu fiz. Aí depois, quando eu já estava já atolado em ausência de pareceristas, eu começo a consultar os colegas, os colegas do meu Programa, e vejo as pessoas da área que eles indicam. E aí tem outra coisa que é bacana. Tem muita gente gentil no mundo acadêmico. Às vezes peço um parecer, daí quando alguém não pode fazê-lo, indica-se o nome de alguém da área para fazer isso. O "X" me mandou uma lista com todos os pesquisadores formais para mim. Ele salvou a minha vida. Ele mandou todos os formais pra mim e disse: "olha, eu não posso, mas esse faz isso". As pessoas mandam listas. Esse pesquisa isso... Então, assim, no contato com os colegas ou primeiras associações que eu fiz, depois com os colegas que são muito gentis e tem gente que fala: "eu não posso dar parecer, mas procurei 12 pessoas". Aí eu coloco todo mundo no sistema e vou incomodando.

FRANCISCO: Essa coisa da especialidade, como é que é? Como é que faz? Você falou que os colegas indicam. Mas você recorre a outras fontes para saber especificamente alguém mais indicado para aquele trabalho?

EDR_1: Então, quando tem trabalho formal, eu tenho alguma dificuldade de saber. Mesmo sendo da área de linguística, eu não sei as diferenças básicas de todas as áreas. Então, recorro aos colegas. Pergunto: “A quem recorro da Fonologia? Quem trabalha com a morfologia X?”. Tem que ser dessa forma, porque senão eu não consigo. É muito difícil quando se tem algo muito específico, de uma área muito específica... é muito difícil. E para explicar para os autores que é difícil arranjar parecerista é bem difícil, porque uma dada área, que é bem específica, nem todo mundo faz, nem todo mundo quer fazer.

LÁFITY: Certo. Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam a sua qualidade e mérito para ser publicado?

EDR_1: Como eu disse, eu acho que a coisa mais importante é a inovação dentro da área. A contribuição nova dentro da área. A gente não quer revisão bibliográfica na revista X, na revista onde sou editor. Então, a ideia é ter uma contribuição efetiva para a área, que vai ter um impacto e tal. Qual é a inovação, o impacto que ele vai ter? Eu acho que isso é fundamental em um artigo. Também é levado em conta se tem uma referência bibliográfica atualizada, se discute bem com os autores, com a própria área. Enfim, eu acho que o fundamental é isso. O que eu vejo, Láfity, é assim... tem gente que acha que é muito bom, porém não avança nada na área. Eu recebo textos que são muito bons, só que não tem novidade... já disseram dez vezes aquilo que está sendo dito. Então, não precisa dizer mais. Acho que textos que não dizem nada novo, não precisam ser publicados. Não nessa revista. Talvez em revistas que sejam mais voltadas para iniciantes.

LÁFITY: Então, essa questão do impacto da qualidade tem a ver com a lacuna, com algo que ainda não foi respondido.

EDR_1: Exatamente. A lacuna é muito boa para quem faz um artigo. Uma pesquisa precisa tratar de uma lacuna.

LÁFITY: Ok. Que problemas comumente impedem, motivam a não aceitação de uma publicação de um artigo?

EDR_1: que problema... ah, do não artigo, da falta de inovação. Esse de não cumprir a coisa básica desse movimento de incluir coisas novas no campo. Isso é uma coisa importante. As pessoas, às vezes, não apresentam uma reflexão. Eu vejo muito isso, a ausência de reflexão teórica básica. Então, a pessoa pega três autores e faz um artigo. Aí os pareceristas falam assim "olha tem 200 coisas que se devia consultar e você não

consultou". No limite, podia ver isso, que é um desconhecimento da literatura da área. Isso pega muito mal em um artigo. Quando a pessoa vai escrever um artigo sobre a decolonialidade e ela só lê o Quijano, pega muito mal. Para quê? Eu mando que um parecerista que trabalha com a decolonial que olha e fala assim "Você está falando de colonial? Você só leu o Quijano?" Isso não dá certo. Então, eu acho que há um desconhecimento geral da área. E as pessoas também entendem essas duas coisas. Problema na literatura, há problema nessa coisa da inovação, de impacto. E a outra coisa é o fato de o texto estar mal escrito... ou mal texturizado... ou não parece artigo. São as coisas que eu acho que aparecem principais.

LÁFITTY: Muitos pesquisadores na área da linguística ainda tendem a valorizar mais livros que artigos. O que você pensa sobre isso?

EDR_1: Olha, a nossa cultura acadêmica, a cultura acadêmica na área de letras, às vezes, ela deixa a desejar. Eu acho que... não é a minha área... mas eu acho que as pessoas que fazem pesquisa formal estão muito mais atentas ao que saem nos periódicos, também às pesquisas internacionais e ao que é mais novo na área. E eu vejo as pessoas, da linguística aplicada, da Análise do Discurso trabalharem com coisas que estão aos clássicos. Eu acho que é uma discrepância bem forte, se você pega um trabalho de minimalismo, de cartografia, toda a discussão é baseada em coisas que são feitas de 2013 pra cá. Ninguém cita "Estruturas Sintáticas", salvo se você for fazer um tipo de relação, vocês entendem, né!? E ninguém cita Chomsky, 72. Não tem isso. Salvo se for para fazer uma discussão, para fazer uma atualização daquilo. E eu vejo que as pessoas estão sempre citando certos autores que já escreveram em 86. É muito bom que você vá em 86, mas você não precisa fazer uma revisão teórica de 86 para chegar ao que se faz agora. E eu acho também que a publicação brasileira de Letras tem uma ausência de discussão com o que é internacional. Eu tenho feito com meus orientandos. Digo para os meus orientandos: "vai pesquisar em inglês, espanhol, meu filho", porque não dá para você fazer pesquisa relevante agora, se você não for pesquisar o que está acontecendo aqui do lado, então é a referência... Se eu trabalho com HIV/AIDS, eu tenho que ver as novidades que saem, pois saem milhões de coisas todo dia. Então, a gente tem esse buraco, tem uma discrepância entre a nossa área, os campos das nossas áreas, diversas subáreas, sobre a atualização da pesquisa acadêmica. Também não citam tese, não citam dissertação, não citam teses estrangeiras, etc... Então sim, eu acho que estamos muito focados em livros, capítulos e certos livros e certos capítulos. As pessoas não saem de uma certa zona de conforto e é por isso que os artigos acabam numa certa mediocridade, porque as pessoas estão sempre falando as mesmas

coisas, como já disseram há muito tempo. E eu acho que esse é um problema. Eu sempre falo para os meus alunos: “Se vocês, se vocês não usarem artigos científicos, vocês não vão fazer boa ciência porque o artigo é o que está saindo aqui, agora. O que sei é que o agora não é o que saiu há 20 anos. Eu acho que esse é um grande problema.

FRANCISCO: Uma coisa que que a gente fica observando assim é que aumentou muito a quantidade de publicação no país. Ou seja, tem uma diversidade maior, uma quantidade maior e tem mais gente publicando. Tem gente mais jovem publicando, tem uma quantidade grande e a gente fica se perguntando se as pessoas também estão lendo. A gente criou uma cultura de que tem que publicar artigo porque os programas de pós exigem e a gente começa já exigindo dos meninos da graduação que tem que publicar. Então, aí essa coisa de publicar artigo está bem colocada, mas parece que ler artigo não está bem colocado. Então, fica uma coisa muito estranha, do tipo eu sou autor de artigo, mas eu não sou leitor de artigo.

EDR_1: Concordo plenamente. Francisco, eu tenho um dado sobre a revista na qual sou editor. Tem aluno que nem sabe o que é a revista em nossa pós. Eu peço para que os nossos alunos se cadastrem. Quando eu coloco algo sobre a revista nas redes sociais do programa, é uma das coisas menos curtidas. Isso, pra mim, é um indicador de que as pessoas não estão nem aí pra revista, né!? Elas fazem todas as coisas, mas ler os artigos da revista não leem. Eu acho que está coberto de razão, porque é uma outra discrepância. Todo mundo publica muito, mas nem se dá ao trabalho de ler a revista. As pessoas não leem nem o número em que elas foram publicadas. Elas não se interessam pelo que o colega está fazendo e isso é muito estranho.

LÁFITY: Eu concordo com o que você falou. É como se a minha pesquisa tivesse uma relevância, mas não importa saber o que o outro faz dentro da área. Isso é muito frequente. Enfim...

EDR_1: A parte mais legal do trabalho de edição que eu acho é você conhecer o que todo mundo está fazendo, porque você pega os artigos e fala "pô, é isso que eles estão fazendo" e é muito bom para conhecer o campo que você está. Mas não é o que as pessoas acham.

LÁFITY: Vamos ao próximo questionamento. Nos casos em que você verifica a aprovação sem necessidade de alteração, que aspectos são vistos de forma positiva no artigo avaliado?

EDR_1: Somente em 20% dos artigos os pareceristas não escrevem nada. São tão bons que não escrevem nada. Isso existe. É um percentual muito pequeno. O texto da pessoa é

tão bom, que é irretocável. Acho que um bom artigo está focado em uma boa revisão de literatura, uma boa textualização, está focado em algo de novo que traz para a área.

FRANCISCO: Essa pergunta não está no roteiro essa pergunta, mas me apareceu agora: o perfil de gente que publica na revista que você é editor, olhando assim, alunos de graduação, alunos de pós, professores mais experientes, você tem mais ou menos uma noção de quem mais submete artigos? Tem tido uma participação mais intensa de jovens, estudantes, pesquisadores?

EDR_1: Eu acho que eu posso dizer que eu tenho muita gente. Tem muito doutor, até as pessoas que já estão bastante tempo trabalhando. Mas tem bastante doutorando, bastante doutorando, muito doutorando. Eu acho isso muito bacana. Eu acho que se eu fosse dizer mais assertivamente, eu diria são doutorandos e pessoas experientes. Eu acho que a revista ficou maior na minha cabeça. Pelo menos eu tô achando que sim. E aí eu acho que as pessoas que não publicavam nela, que têm carreiras, elas me procuram pra fazer dossiê. Então, daí acabam ocupando o espaço. Mas tem bastante doutorando também. Mas eu acho que a maior parte é de pessoas que já têm uma carreira constituída e, depois, logo ali, estão os doutorandos.

LÁFITY: Teve um crescimento de cursos de pós-graduação, embora a gente saiba que isso ainda seja insuficiente. Mas teve um crescimento em relação a cursos de doutorado e de mestrado no Brasil. Isso pode ter sido um fator relevante na maior quantidade de doutorandos tentando publicar, não!?

EDR_1: Eu fico pensando que tem muito a ver com o mercado de trabalho. As pessoas publicam mais porque elas precisam fazer concursos e elas sabem que isso vai contar pontos. Eu percebo esse movimento, uma urgência para publicar. Eu recebo e-mails assim: "Professor, eu tenho que fazer um concurso e não saiu ainda". Muitos dizem isso. E eu acho muito legítimo isso. 100 pontos no concurso fazem toda a diferença, então tem isso.

LÁFITY: No caso dos pareceres que são dados à revista, tem predomínio de críticas relacionadas a aspectos mais positivos ou negativos?

EDR_1: Se os pareceres são positivos, os aspectos positivos são os que mais aparecem. Mas os pareceres que, em geral, eu recebo são pareceres mais negativos. Então, o que mais aparece é a crítica, crítica negativa.

LÁFITY: Em relação ao discurso dos pareceristas, há uma atenuação da avaliação quando a avaliação é negativa? Eles tentam não ser muito agressivos em seus discursos?

EDR_1: É muito raro pegar alguém que é muito objetivo, direto, mas é muito raro mesmo. Eu, olha, eu consigo lembrar de cabeça a pessoa que faz isso, porque é muito divertido ler, por exemplo, o que as pessoas fazem. Mas, em geral, são muito delicadas, muito delicadas, do tipo o que eu vejo muito é: "conserte esse artigo para uma próxima publicação"; "Arrume esses pontos"; "Volte a isso". Em geral, é muito delicado.

LÁFITY: Então, eles não são agressivos ao se dirigirem aos autores dos trabalhos?

EDR_1: Há uma máxima polidez. Há um respeito muito grande da parte dos pareceristas.

LÁFITY: ...Ótimo! Que função ou papel social o gênero parecer tem cumprido, em sua visão, para a comunidade acadêmica de linguística?

EDR_1: Olha, eu acho que informar... informar o autor, a autora, os autores, as autoras sobre a relevância do trabalho que eles desenvolvem. Eu acho que... eu acho que é iluminar pontos positivos e negativos do que o autor do trabalho está fazendo. E dizer para você que aquilo que se imaginava que era relevante talvez não seja ou aquilo que se imaginava que não tinha muita ou muito impacto na área pode ter. Eu acho que é isso, digamos assim, fazer com que a sua pesquisa seja colocada em algum lugar. Se ela tem realmente isso, ela faz coisas da área, na área. Eu acho que para quem recebe é isso, o parecer tem essa função.

LÁFITY: Analisando os pareceres e muitos pareceres também eles funcionam como uma espécie de metagênero. O que é o metagênero dentro da análise de gêneros, né? Significa uma espécie de documento que ele vai ser um guia ou orientação para a outra pessoa, para dizer como ela deveria ter conduzido ou deve conduzir na escrita de algo. Então, analisando os pareceres, nem todo gênero é metagênero, mas no caso do parecer, né? Isso ficou um pouco em evidência, no sentido de alguns pareceres, como você disse, eles serem um pouco pedagógicos. Você concorda?

EDR_1: Eu tô entendendo, Láfity, mas eu acho que até o formulário do parecer é uma metagênero, porque ele já indica para o parecerista como o parecer deve ser, como ele deve produzir o parecer. A gente já está dizendo: "Olha, faça isso, faça aquilo". Cada vez que eu pego um formulário de outra revista, eu tenho vontade de mudar o meu. Ontem, eu fiz um parecer para uma revista colombiana. Tem uma coisa ótima nele, que é 2/3 da revisão bibliográfica tem menos de cinco anos. E isso é uma obrigação, saca? As referências têm que ser novas. Você fez uma pergunta parecida com essa. E eu já pensei em colocar na fórum para tentar dirimir esse problema, que é as pessoas não atualizam as referências. Então, acho que tanto parecer é um guia para o autor quanto o formulário é um guia para o parecerista.

LÁFITY: Exatamente, né, porque, na verdade, eu acho que poderia haver aí uma forma de trazer à tona essa questão de o parecerista olhar menos para o aspecto formal e já induzir isso no formulário, no sentido de olhar mais para a metodologia, se traz inovação, se não traz, as referências são recentes, não são. A pesquisa traz uma lacuna ou não, né? Enfim, mas de modo geral, né?

EDR_1: Olha, Láfity, eu me deparo com outra coisa que é, quando o parecer é muito direto, o formulário é muito direto. Então, essa questão de meta... eu concordo com você. Como ele é um guia, às vezes, eu pego umas revistas para dar parecer e tem um formulário muito certo: "Faz isso, faz isso, faz isso". Mas o texto é ruim. Aí a pessoa fez tudo certo, entendeu? As caixinhas são todas ocupadas. Só que o texto não result em um bom artigo. Aí, para dar o parecer negativo, é muito difícil. Então, aí o cara que vai receber seu formulário com tudo marcado adequado, mas com o artigo rejeitado, não vai entender. Às vezes, pegar o gênero, as marcas de gênero para fazer o formulário para a avaliação de um parecerista dá esse tipo de problema.

LÁFITY: Tem isso também, realmente, porque, por exemplo, se a gente pensa em termos de um edital... Um edital, às vezes ele tende mais para o aspecto formal, ele não diz muito como deve ser, por exemplo, a realização de um projeto em termos de como você tem que proceder na metodologia, né, de como deve proceder na parte da justificativa. E aí, na verdade, o que seria para ser um metagênero acaba não sendo, né, nesse sentido... Porque você tem ali todo o processo, as etapas, mas, na verdade, são etapas que não te fornecem de fato o conteúdo do gênero, no sentido de você ter uma noção de como fazer aquilo. E aí, realmente, quando você olha para essa questão do formulário, embora você tenha esses aspectos de metagênero que podem auxiliar, mas vai cair aí na situação, como você falou que, de repente, você vai ter um artigo que atenda tudo aquilo, mas o conteúdo em si não, não colabora.

EDR_1: Isso... Essa discrepância é muito ruim para quem vai receber o parecer. Do tipo: "Eu fiz tudo certo, o cara não gosta de mim?" Eu já recebi gente que falou assim: "qual é o problema? Se estava tudo com nota boa".

LÁFITY: Certo. Vamos ao último questionamento da pesquisa. Há algo sobre o parecer que você considera que é muito importante e que os pesquisadores dessa pesquisa não contemplaram nos questionamentos. Você poderia evidenciar algum aspecto?

EDR_1: Eu acho que o que os colegas e as colegas fazem no parecer é muito importante para o funcionamento da revista. Desde o tempo que você demora para emitir o parecer, até o quanto você gasta para emitir o parecer. Do tipo: quanto tempo você dedica a fazer

o parecer? Porque parece, como eu disse, que é um trabalho perfunctório, alguma coisa que você vai fazer no seu dia a dia, mas ele implica, tem implicações sérias pra mim na ciência. Então, você precisa tomar, digamos assim, ficar sempre atento, atenta a isso que diz respeito ao funcionamento da ciência, o lugar que você ocupa, porque efetivamente o que você faz no parecer fica lá registrado e marcado. Mas eu acho que os pareceristas, em geral, são muito bons, Láfity. Só que eu acho que tem poucos... Pouca gente para a quantidade de coisa que a gente tem para fazer.

LÁFITY: Como é o processo de escolha de um editor de um periódico? E quanto tempo, mais ou menos, ele fica como editor em um periódico?

EDR_1: Eu só posso falar da minha experiência. Eu fui editor de dois periódicos, um que eu criei, que é a X, na Universidade onde eu estava antes. Então, eu virei editor porque eu falei eu quero ser editor, porque a gente ia criar um programa interdisciplinar em ciência humanas e eu queria ter uma revista. Sempre me interessei muito por periódico e na revista X, o editor anterior pediu para sair e eu tinha acabado de entrar na universidade X. E em 2014, perguntaram "Quem quer?" E eu levantei a mão na reunião... eu falei assim: "eu tive um periódico e eu tenho vontade de ser da revista X". Porque tem uma coisa, Láfity... eu fui aluno da universidade X no mestrado, fiz doutorado nela... e publiquei na revista X. Dei parecer para a revista X... e, assim, eu gostava daquilo. Então, eu tinha um interesse, eu queria saber como funcionava, enfim. E na medida em que eu vejo que na minha pós-graduação tem uma vaga para ser ocupada e eu tinha interesse pela vaga... eu me apresentei aos colegas. Eles aceitaram, já que eu queria. A Working Papers, por exemplo, foi da Izete Coelho por muito tempo. Acho que uns cinco, seis anos. E na última reunião, penúltima reunião, ela pediu para sair, porque já estava aposentada. Daí o Marco Antônio, que foi editor da revista do GELNE, colocou o nome dele para discussão, e as pessoas aceitaram. Enfim, ele se colocou para assumir... e colocou os motivos. É sempre assim. O que eu vejo, na minha pós, que tem uma revista, é que se tem um lugar vago e alguém tem desejo nele, é a oportunidade de assumir o papel de editor.

LÁFITY: Tá bom...

EDR_1: Diz respeito à falta de profissionalização dessa escolha. Assim, não é... não é um lugar cobiçado. É um lugar que as pessoas não querem ocupar. Eu já vi muitas pessoas falarem que não querem ser editor de revista, porque é um lugar em que você não tem nenhuma, digamos assim, uma... não tem um retorno financeiro. Você tem muito trabalho e pouco retorno para você, pessoal.

LÁFITY: Então, assim... Depende muito da vontade da pessoa em querer participar daquilo... contribuir, né?

EDR_1: Isso. É um projeto. A revista é projeto pessoal no Brasil, na nossa área. Pelo que eu vejo, o projeto parece ser sempre assim: os editores estão sempre correndo atrás e vão fazendo o que eles têm muito desejo de fazer. Parece algo bem idealista o que eu estou falando, mas é assim que todos os editores e editoras que eu conheço trabalham... com muita vontade de colocar aquilo publicado e fazer aquilo funcionar bem.

LÁFITY: Bem, acho que a nossa entrevista se encerra por aqui. A gente agradece muito. Assim que o trabalho estiver finalizado, a gente envia para você. Então, muito, muito, muito obrigada mesmo.

EDR_1: Obrigado você também, tá? Se cuida e bom trabalho aí.

LÁFITY: Obrigada. Um abraço. Tchau, tchau.

ENTREVISTA_EDR_2

Sobre o editor

Nome do editor-chefe: EDR_2

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística Aplicada

Sobre a revista

Nome do periódico: PER_B_A4

Região do periódico: Nordeste do Brasil

Ligada a um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do país

Tempo de atuação: 14 anos

Sobre a entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da entrevista: 09/11/2021, 15h às 16h35min48seg.

LÁFITY: Professora, boa tarde. Muito obrigada por aceitar participar da nossa pesquisa. A gente enviou o roteiro de perguntas para você ter uma noção do que será abordado durante a entrevista.

EDR_2: Boa tarde. É um prazer fazer parte de uma pesquisa tão inovadora. Eita!!! Eu nem abri, tu acredita que, na minha loucura, nem tenho ideia do que eu vou falar. Não tive tempo de abrir não.

LÁFITY: Sem problemas. Vamos lá. O primeiro questionamento é... Qual é a função do gênero parecer na/para a vida acadêmica, para a comunidade acadêmica? Qual é o papel social do parecer nas atividades acadêmicas?

EDR_2: Pois bem... Eu vejo ele de extrema importância, porque, primeiro, é aquela questão que o Bakhtin discute de alteridade. A visão do olhar do outro no texto. Eu compartilho uma visão de escrita acadêmica... Inclusive, eu trabalho com ela na própria sala de aula, de uma visão colaborativa, de uma visão em que o outro ajuda na construção de sentido desse texto. Então, a gente, quando escreve um texto, ele não está completo. Tive inspiração, tive ideias e pronto, já está perfeito. Seria ótimo se fosse assim, né, se a gente fosse assim, bem autossuficiente, pra não ter que precisar de ninguém pra ler o texto e reescrever e fazer reescrituras, aperfeiçoamentos em nossos textos. Então, eu acho que o papel social extremamente importante é o olhar cuidadoso do outro, o olhar do acadêmico, do colega acadêmico, que tem uma expertise naquela área e que consegue ali enxergar coisas que a gente, às vezes, não enxerga. Questão de clareza, questão do que precisa aprofundar no seu texto, né? E, às vezes, outras questões menores que a gente, quando escreve, não presta muita atenção e deixa passar. Então, esse papel social é extremamente importante. Esse olhar é necessário para, inclusive, promover a qualidade do texto do artigo que vai circular como um produto final.... Aí é de conhecimento de um... de um fenômeno, de um objeto de estudo que a pessoa está trabalhando. Então, isso vai para uma circulação maior, mas de uma maneira melhor, com a melhor qualidade desse texto. Então, eu acho extremamente importante que ele exista e... que ele exista e que exista com muita responsabilidade. As pessoas que avaliam e se propõem avaliar o faça de maneira muito responsável, muito cuidadoso, realmente com a intenção de contribuir para esse aperfeiçoamento do texto.

LÁFITY: Certo. Quais são as tarefas, as atribuições de um editor, de um periódico em relação a todo o processo de publicação de um artigo?

EDR_2: É um trabalho bem complexo, viu? É trabalhoso. E esse ano está puxado, porque eu já organizei esse ano, na revista, como editora, um número temático. E depois a gente tem uns números atemáticos que são umas miscelâneas... E organizei um número para a revista Texto Digital, lá de Santa Catarina. E agora eu estou fechando um na Delta. Então,

quando a gente olha a carga de trabalho, quando você vê o texto lindo lá na revista, um texto tão bem feito, tão bacana, você não imagina o trabalho que dá ali por trás, né? No momento em que a pessoa passa a submeter esse artigo numa plataforma de... de uma revista. Então, são múltiplas as tarefas e a gente não consegue sozinha dar conta. A gente precisa ter uma equipe boa, uma equipe preparada para que ela possa ajudar nesse trabalho, né? Então, uma primeira tarefa que a gente faz quando a pessoa se submete é... a primeira é organizar esse número, o número, seja ele miscelânea, seja ele um número especial ou temático. É organizar isso com muita antecedência, fazer um planejamento da revista anual de quantos números ela vai realmente promover durante aquele ano, quantos números ela vai publicar... que ela pretende publicar e ela já... já convidar pessoas que vão organizar, pensar nas temáticas que interessa, né? Já que a minha revista, por exemplo, ela tem um foco na linguagem aplicada. Então, que temas a gente ainda não trabalhou na revista e que é interessante a gente trabalhar. Então a gente tem essa discussão prévia de pensar nisso. Daí a gente convida pessoas daquela área para que elas possam organizar. Se elas têm interesse em organizar, a gente da revista dá um suporte nesse trabalho. E aí essas pessoas que vão organizar... elas vão preparar a chamada para aquele número. A gente vai e divulga isso e aí a gente aguarda aquele período de submissão. Então, a gente determina um período de dois meses de submissão do número. Às vezes, quando é um número que tem um tema muito raro, é um tema que não tem muita gente nessa área, às vezes demora chegar no final da submissão e, por ser um tema que não tem muita gente, são poucos os arquivos. A gente, às vezes, tem necessidade de estender esse prazo para ver se aparece mais submissões, né? Então, essa é uma das tarefas iniciais. Aí quando se encerra o prazo, chega o momento de a gente botar a mão na massa. Vamos olhar esses artigos. A primeira coisa que a gente faz é fazer uma... uma análise geral do artigo, olhar as temáticas que os autores submeteram para ver se ele está coerente com a chamada, porque a gente não... a gente passou o tempo adquirindo experiência e a gente vai vendo que não é interessante só a pessoa submeter e a gente já logo distribuir para os pareceristas. Então a gente tem que primeiro dar uma olhada. Quem faz isso sou eu e minha editora adjunta. A gente faz esse olhar inicial de selecionar os artigos que realmente estão com a gente, com aquela temática, né? Então, a gente já olha, se não é coerente com a temática, a gente já devolve e agradece e já recomenda que a pessoa submeta em outra revista ou então submeta depois para um número com a temática que tenha relação com o texto dele/dela ou para um número atemático, né? E aí a gente faz essa seleção primeiro. Olhamos isso, olhamos as questões de convenções formais, questão

de forma da revista e aí se está tudo certinho, tudo bonitinho, então a gente já separa um grupo, já salvo num grupo de prováveis artigos que serão avaliados pelos pareceristas, né? E aí feito essa seleção inicial, a gente vai para o segundo passo, que é distribuir esses artigos para os pareceristas da área. A gente nunca vai colocar alguém que é de uma área x, avaliando uma área Y, sempre alguém que entende daquilo, porque uma avaliação só vai ser bem feita se você passar por um avaliador que é da área, que conhece as teorias, conhece o modus operandi daquela área. Então, é preciso que a gente tenha esse cuidado de fazer isso. Então, a gente a gente tem. E isso é uma etapa também, que é prévia, antes de submissão que a gente faz também. Todos os anos na revista, a gente faz uma avaliação desse corpo de pareceristas que a gente tem. Então, a gente cadastra as pessoas, convida pessoas, cadastra, mas ali tem pessoas que, às vezes, oferecem os seus nomes. Tem momentos em que você convida pessoas, e outros que os nomes são oferecidos. Mas quando você pede para algumas pessoas que oferecem os seus nomes para avaliar, eles não avaliam. Eles ignoram, eles demoram. Eles atrapalham o calendário que a revista programou para fazer um número todo ali, em quatro meses. A gente faz três por ano, então quatro meses é a duração que temos para aprontar um número desse. E aí há pessoas que demoram demais ou que nem respondem. Os que ignoram não nos interessam, mesmo que seja um nome excelente dentro da área. Não nos interessa ter no corpo editorial, ali, no corpo de parecerista, pessoas que nos dá trabalho nesse tipo de avaliação. Então, a gente já descarta. Os bolsistas que trabalham com a gente... Eles já sabem e botam ali. A gente criou até um código, um código verde: Passa ali um pincel verde em bons nomes, bons leitores, pessoas que leem rápido, pessoas que respondem dentro do prazo que a gente pede. Então, os nomes na cor verde, a gente vai sempre estar contando com ele. Quando é alguém desse tipo que só quer dar um nome para constar na revista, mas nunca, nunca está disponível para fazer isso, a gente já ignora essa pessoa. E aí a gente renova. Então, anualmente nós estamos renovando a lista, sabe? A gente agradece e descarta. Às vezes, a pessoa por ter oferecido o nome e tal, a gente pergunta se ela ainda tem interesse. Quando não há mais interesse, a gente convida novos nomes, né? Todo corpo de parecer tem que ser formado por doutores na área e a gente procura montar esse ...esse corpo com pessoas de diferentes expertises, de gente que entende de gêneros textuais, gente que está trabalhando com pesquisa em letramento acadêmico, letramento crítico, visual, gente da área de fonologia, gente da área de vocabulário, gente que trabalha com ensino, sei lá, de um assunto x. Então, a gente está procurando renovar e variando nas áreas para a gente contar sempre com nomes que realmente dê conta da... dessa diversidade de temas e de

objetos, de fenômenos que a linguista aplicada trabalha. Então, a gente precisa ter um corpo editorial grande. E aí quando a gente vai submeter, está lá nas normas da revista, cada artigo, ele tem que ser avaliado por dois pareceristas, dois pareceristas. Às vezes, quando a pessoa demora dá um retorno, chamamos um terceiro avaliador. E aí aquele que responder primeiro, os que responderem primeiro são os que vão avaliar um determinado trabalho. Então, eu mando normalmente o convite pra três pareceristas. Eu tenho bastante gente. Eu mando logo pra três, porque te sempre um que não responde, eu preciso de dois. Os dois primeiros que respondem imediatamente, eles já serão considerados como os pareceristas válidos. E aí, o que acontece? Os dois vêm com o recomendado aprovando o artigo, às vezes com revisão... Ou então ele está tão bem feito que nem precisa passar por uma revisão do autor e esse já vai ser trabalhado. Já vai para uma outra equipe, ele já vai para outra etapa, né? Quando um dos pareceristas recomenda o artigo, e o outro não recomendou, reprovou. Ele não gostou ou achou ruim o artigo, porque não tem contribuição, nem nada. Aí a gente tem que chamar o terceiro e obrigatoriamente a gente tem que chamar o terceiro para ele ler. E aí ele vai dizer se ele é a favor também, que seja recomendado ou que ele ache ruim. E aí vai prevalecer sempre essa duplicidade de... de pareceres iguais, de pareceres semelhantes. Então, essa é uma etapa que a gente faz. E, para nós, na revista, essa é a etapa mais complicada, né? Lidar com gente, lidar com prazos, fazer com que as pessoas respondam dentro dos prazos, que as pessoas entre lá. Alguns colegas, apesar de a tecnologia já está aí faz tempo, alguns colegas têm dificuldade de acessar a plataforma, de ir lá, cadastrar o seu nome como parecerista, entendeu? Então, assim, as pessoas ainda têm uma certa dificuldade, uma certa resistência. Aí quer mandar por fora, quer mandar por e-mail o artigo. Então, aqui e acolá a gente ainda encontra algum colega que age dessa forma. Quando isso acontece, a gente não descarta essa possibilidade. A gente recebe o parecer, recebe o artigo comentado e aí o bolsista, que é diagramador, ele vai lá e cadastra com os dados da pessoa. Ele vai, cadastra a pessoa lá na plataforma e coloca o artigo e coloca o parecer desse parecerista, desse colega que não consegue mexer ali dentro da plataforma e fazer esse trabalho. Então, essa é a segunda etapa. A terceira etapa é a etapa da revisão para os artigos recomendados. A gente devolve para o autor, o autor vai ver os comentários e o feedback que foi dado. Ele vai tentar atender a esse feedback. A gente normalmente pede que quando o autor vai revisar esse texto, ele marque no texto de uma cor diferente pra gente ver, pra gente comparar o que foi que o parecerista pediu e o que é que ele fez nesse artigo. Então, após eles fazerem isso, a gente dá uma olhada. E aí se está tudo certo, se

ele atendeu direitinho, está tudo certo. Então, quando isso acontece, a gente vai para uma outra etapa. Seria a quarta etapa, a etapa da revisão. Nós temos revisores. A gente pede para que ele faça revisão de linguagem, de gramática etc. A gente tem um revisor para isso e aí, nessa revisão, a pessoa vai olhar se ainda tem questões para arrumar, se ainda escapou alguma coisa. Se é alguma coisa que o revisor não pode mexer, não tem essa autorização para mexer, ele vai pedir novamente... vai devolver para o autor do trabalho para acrescentar a mesma tabela que está desfigurada. Às vezes, um gráfico, às vezes, alguma figura que a pessoa colocou. Então, tem esse momento de revisão. A gente tem aí três revisores que ajudam a fazer isso. Tem os revisores de língua, que olham os resumos com a tradução para o inglês. Às vezes, a pessoa quer botar em mais de uma língua, então a gente tem esse revisor também. E aí a outra etapa vai para o diagramador. Quando isso termina, passa por esse processo da revisão, aí temos o processo da diagramação. E aí vai para a pessoa responsável pela diagramação. Nós temos um bolsista que trabalha com a gente já há alguns anos fazendo isso para a revista. Ele recebe um salário por isso. Ele, inclusive, é aluno nosso, na pós-graduação, mas que entende e a gente promoveu. Inclusive, eu promovi vários. Fiz a inserção dele em vários cursos para trabalhar com essa plataforma, para gente saber manusear, saber mexer e tudo com a plataforma, né? E aí ele trabalha bem, já entende bem disso. E aí ele vai lá, diagrama, para colocar os trabalhos na plataforma. É um trabalho que não leva muito tempo, talvez uns 15 dias. Daí surge, para se ter uma ideia, um número de 10 a 15 artigos. Tá tudo pronto. A gente tem um último momento, que é escolher qual é a capa, né? A gente tem ideia de que a revista foi criada. A gente tem ali um objetivo nosso de promover a arte nas nossas capas. Só promover um artista na nossa capa e no início da revista. Acho que ali, uns oito anos, mais ou menos, ele trabalhou com as capas do Kandinsky, com as obras do Kandisky, que são coloridas, são muito bonitas e tal. E aí recentemente está com dois anos, eu acho. Nós temos um colega na área aplicada que até agora ele é de São Paulo, de Sorocaba, mas ele está agora na universidade, aqui no Nordeste, na UFAL, em Alagoas. Aí ele casou com uma Nordeste... Nordestina e resolveu se mudar para o Nordeste. E aí ele está lá. É ele. E ele se descobriu alguns anos atrás, um artista pintando, desenhando e tal. E ele tem muito de botar uma produção muito grande e um dia ele mostrando pra nós essa produção, eu disse: “Rapaz, você devia era emprestar pra nós, pra gente colocar nas nossas capas, vai divulgar o seu trabalho nas nossas capas e aí ele permitiu. A gente, inclusive, elaborou um documento passado em cartório, né? Porque a gente ia usar a imagem na capa, no número da revista. Então a gente precisava ter uma autorização de uso de imagem. E a

gente queria isso também fosse legalizado, que a gente tem receio. Vai que o cara morre a qualquer hora e aí a família vem pra cima da gente dizer que a gente se apoderou ou se apossou... Então, a gente formalizou isso no cartório. Então, a cada número, a gente escolhe uma capa, né? E aí, quando ele faz coisas novas, ele manda para gente ou tem mais produção nova e ele manda. A gente tá aumentando esse acervo, a gente gosta do trabalho dele. E aí a gente está trabalhando com a obra desse artista, do F... FG, o nome dele. Que é professor da Linguística Aplicada, também trabalhando com novas tecnologias e tudo. Então, a gente tem usado dessa forma. E aí, então, o processo termina nessa parte da diagramação, escolha de capa, inclusão editorial, da apresentação do número para os autores, que isso é feito por mim e pela editora assistente. Juntas, a gente faz esse trabalho. Cada uma escreve uma parte dessa apresentação e aí a gente fecha um número, certo? De uns tempos pra cá, a gente resolveu que, embora a gente tenha números temáticos, a gente faz. Aí tem ano que a gente faz um número temático e dois não temáticos, que são essas miscelâneas, onde cabe ali pesquisas de áreas diferentes, em qualquer fenômeno, em qualquer objeto de estudo, né? E aí a gente... ia falar uma coisa, agora, eu esqueci. Então, a gente faz três números e aí a gente vai fazendo esse revezamento. Em um ano, dois temáticos e um aтемático. E tem ano que ele tem dois aтемáticos e um temático, né? Então é esse praticamente o processo. É muito trabalho, mas é gostoso também, sabe? Apesar de trabalhoso, é muito gostoso. A gente lê muito trabalho. A gente conhece o trabalho e a gente começa a descobrir pessoas que você nem sabia que existia na área da linguista aplicada, descobre o tipo de pesquisa que essas pessoas desenvolvem. Então, assim é um aprendizado. É um trabalho toda a equipe, editores-chefes, os meninos que estão na equipe trabalhando conosco. Os meninos que trabalham com a gente aprendem muito, porque eles também têm que ler o artigo, tem que descobrir onde é que tem problemas para poder avisar para o autor. Olha a gente corrige problema de forma, problema de convenções formais e tal. Então é um aprendizado coletivo. Os meninos aprendem a trabalhar com editoração e com curadoria de uma revista. A gente já conhece muita gente da área, a gente conhece o que os outros estão pesquisando. Então é um trabalho que eu acho assim... Dá trabalho? Dá. Lidar com pessoas sempre é trabalhoso. Tem uns pareceristas que são rápidos e outros que não são. E você tem que ter o que tem e tem que ter paciência, porque a gente precisa dos outros, né? Então, a gente tem que ter um trabalho aí de paciência nesse processo todo, mas é aprendizado. Quando eu e a editora assistente assumimos a editoria da revista, houve um crescimento enorme da revista, porque nós nos filiamos a ABEC, que é a Associação

Brasileira de Editores Científicos. A ABEC é responsável por botar o DOI. E foi a época que começou essa história de que tem que ter DOI na revista, tem que ter, porque ela tem que circular internacionalmente. E aí nós tivemos que nos adaptar a todas essas mudanças que há nessa coisa da produção científica. Então a ABEC ela faz, ela promove para os editores de revistas, de livros, ela promove muito cursos durante o ano. Então, assim, durante essa pandemia, nossa, o que eu fiz de curso, o que eu aprendi com relação a coisas que deve ter obrigatoriedade. Você ter um antivírus na revista, tem que ter um antivírus. Às vezes, a gente recebe os números, as submissões, aí você vê o texto assim... tem parte do texto que está tão bem escrito e tem outra parte que está horrível, você já desconfia, logo você ver possibilidade de ter cópia. Então, a gente já tem programa que detecta plágio ali. Um dia desses teve um artigo que a pessoa estava falando de letramento multimodal e a pessoa tinha feito cópia quase que integralmente de um outro texto. Nós passamos o detector de plágio, a gente viu que aquele texto, essas ideias estavam tão parecidas com um texto que a gente já leu por aqui. Quando a gente passou o antivírus, a criatura tinha copiado o artigo quase todo, gente. Quase todo. Quase 100% do artigo era cópia e aí tinha muita coisa minha nessa cópia. Infelizmente, a gente disse: "Oh, meu amigo, me desculpe, mas nós temos uma grande responsabilidade e nós não podemos, na revista, publicar textos que não são, são ideias desenvolvidas por você". Aí a gente mostra tá aqui a prova da cópia, passamos por um programa detectador de cópia, as fontes de onde foram copiadas e tal. Não gostamos disso, é muito feio e desagradável, mas a gente tem que fazer isso. E toda revista é obrigada a ter isso. É uma das coisas que a gente aprendeu na ABEC. Antes de fazer isso, a gente já desconfiava que as pessoas faziam isso aí. Às vezes, a gente jogava o texto na internet, mas não era a mesma coisa. Agora não, agora a gente tem um programa específico, aí a gente já passa os artigos, especialmente aqueles que a gente desconfia que ali tem cópia. E aí a gente descobre tranquilo. Quando... quando acontece isso, a gente já descarta, elimina e nem manda mais pra alguém avaliar para não perder tempo. Então essas são as etapas do processo de editoração de uma revista, certo?

LÁFITY: Como foi que você chegou à edição da revista? Como é que esse processo de passagem de um editor para outro?

EDR_2: Então, vamos lá. A revista F nasceu com um programa de pós-graduação que é o que está acontecendo no Brasil inteiro. Todo programa se sente na obrigação de ter um espaço ali, um lócus de publicação. Nós temos um programa de pós-graduação com

muitos professores, muitos pesquisadores, alunos que estão em formação, além de mestres e doutores que têm que publicar porque a Capes exige a avaliação dos programas. Todo mundo tem que ter, no mínimo, três artigos publicados. Então, essa pressão que a Capes, que o Ministério da Educação fez aos programas de pós-graduação, praticamente obrigou todos os programas a terem sua própria revista, porque havia muito poucas revistas. A primeira que foi criada foi a RBLA. Depois veio a Delta, que são as mais antigas que têm aí, que hoje elas são, assim, do patamar qualis A. Elas estão nas bases de dados da Scielo, que é uma grande base de dado mundial. Quem publica ali sabe que seu artigo pode ser lido lá fora. Alguém vai acessar lá fora porque ela já tem muitos anos de existência e de experiência nessa área. Ela já tem um todo. Atende a todos os critérios que as bases de dados exigem. Então nasceu a revista F. Quando eu entrei no programa S, que eu sou praticamente fundadora do Programa do S, a gente não tinha uma revista. O Centro de Humanidade, do qual eu sou vinculada. Tinha uma revista que era uma revista do Centro de Humanidades. Esse era o nome da revista, mas ela publicava artigos de diferentes programas, do Programa S, do Programa de Filosofia articulada às Ciências Sociais. Então, ela era uma revista ali, que era multidisciplinar. Eu posso dizer, sim, que era multidisciplinar, mas ela não tinha esse cuidado, essa coisa que é hoje. Ela estava ainda sendo produzida naquela época, atendendo aos critérios daquela época. E aí a gente, lá pelo terceiro quarto ano do programa, a gente amadureceu e disse: "Não tá certo. A gente deveria estar numa revista que deveria ser só nossa, só do programa. E foi aí que uma colega tomou a frente, disse "pois então vamos criar, vamos fundar a revista" e aí fomos criando essa revista. A gente escolheu vários nomes, pensou nisso e o nome que foi que foi mais votado na época ficou. E aí essa colega organizou ali os 3 primeiros números. Quando ela terminou o terceiro número, aí foi uma época em que estavam exigindo que a revista tivesse dentro de uma plataforma que deveria ser igual para o Brasil inteiro e tal. E aí houve cursos, o MEC promoveu cursos, chamou todo mundo de pós graduação para ir fazer curso lá em Brasília, para conhecer sua plataforma e tal. E aí, nessa época aí, essa minha colega saiu da revista e passou o comando pra outra. Então, foram duas, duas outras professoras que foram as editoras-chefes da segunda fase da revista, que aí, nesse momento a revista começava a tomar um corpo, começava a ir para a plataforma. Elas ficaram até uma delas se aposentar. Então, quando uma delas se aposentou, foi preciso então passar o comando para outra pessoa. E foi que eu me ofereci para trabalhar como editora-chefe da revista. Eu e a professora X, que é mais jovem, uma pessoa bem mais jovem, com um doutorado aí de uns cinco ou seis anos. Então, ela resolveu entrar comigo

como uma pessoa de muito trabalho e de uma energia e de muita rapidez, sabe!? E aí ela é muito boa nas relações, dá muita moral nos meninos bolsistas. Então, ela é muito boa essa parte. Então, ela comanda os meninos. Ela diz assim: “Eu quero isso pra hoje, eu quero agora, me manda esse negócio agora... Eu quero”. Então, é assim... Os meninos têm, morrem de medo dela. Acho engraçado que eles morrem de medo dela, mas o trabalho está andando. E aí a revista cresceu. Quando a gente então começou a trabalhar, porque foi a época que eu fiz muitos cursos na ABEC para entender essa coisa da editoração, entender técnicas de dar visibilidade hoje. Hoje, do ano passado para cá, só o que a gente fala é vamos dar visibilidade às revistas, vamos colocar as revistas nas mídias sociais e aí a gente começou a criar. Começamos criar uma conta no Instagram para a revista e uma conta no Facebook. E aí, cada vez que um número está saindo, a gente divulga nas redes sociais da revista. A gente já está divulgando a capa da revista, divulgando o sumário da revista, divulgando artigos interessantes. Ali a gente pega trechos do artigo, joga lá, sabe pra chamar leitores, chama a atenção de leitores para ir lá na revista e multiplicar essa coisa da visita, porque a gente sabe que hoje está havendo toda uma discussão que não está fechada, mas provavelmente as revistas vão ser avaliadas agora, de acordo o fator de impacto da revista. E esse fator de impacto tem a ver com o quanto que a revista visitada, o quanto ela é lida, ela é citada por outros colegas e em outros trabalhos. E aí a gente sentiu que precisava mudar a estratégia da gente, precisava ficar mais conhecida. A revista precisava ser mais conhecida. A gente tem, inclusive, gráficos mostrando que determinados números têm uma visita muito maior, muito frequente, principalmente, os números temáticos. Os números temáticos, eles têm mais sucesso. As pessoas se interessam mais por determinadas temáticas, pelas pessoas de um dada área, sabe!? A gente publicou agora, em junho, recente, até um número especial, o número que nem estava programado, mas a gente teve a ideia e aí a gente conseguiu autorização dos Estados Unidos, da primeira revista que publicou a pedagogia dos multiletramentos lá do New London Group. E aí é um texto que todo mundo lia no Brasil em inglês, né, as pessoas entendiam ali e escreviam sobre aquilo que entendiam, o que era essa pedagogia do letramento, mas, até então, ninguém nunca tinha se atrevido, tomado coragem de fazer uma tradução em língua portuguesa para que mais pessoas pudessem ter acesso a esse texto, né? E é um artigo enorme. É um documento enorme ali, de mais de 40 páginas. Então a gente escreveu pra essa revista nos Estados Unidos, a Harvard Review, e eles concordaram na hora. Dissemos qual era o objetivo da editora da revista. A gente queria que esse número tivesse mais acesso à língua portuguesa. Não

demorou 24 horas. Eles disseram "tranquilo, pode publicar, nós só queremos fazer umas exigências". Aí eles fizeram um documento que a gente assinou, que a gente não ia mudar o formato, que a gente não ia mudar nada... inserir coisas novas lá no texto, ele tinha que ser traduzido originalmente. E aí a gente fez a tradução, mandamos para eles e eles olharam e aprovaram tudo e aí o número saiu. Olha, assim, em 24 horas, esse número bombou, a revista bombou nas mídias sociais... Bombou de gente baixando o arquivo para ler.

FRANCISCO: Professora, me permita só um comentário. Engraçado, isso é uma ideia tão boa que poderia ser mais... mais realizada no Brasil, porque a gente tem muita gente que infelizmente não lê língua estrangeira, né...

EDR_2: Com certeza.

FRANCISCO: ... a gente gostaria, mas não tem. E aí às vezes, inclusive, não leem artigos assim que são clássicos, não é!? E isso seria bom para as próprias revistas e para essas pessoas que não leem ficarem visitando, né... Achei uma excelente ideia.

EDR_2: Concordo plenamente. E aí fizemos isso com essa revista, porque, hoje em dia, está todo mundo falando, trabalhando com tecnologia, está todo mundo falando de ensino com isso, falando de letramento e tal. E aí falando nesse documento que ele foi chamado de manifesto... Manifesto dos multiletramentos... na época que eram dez, foram dez linguistas famosos que se reuniram... Pessoal que era da Análise do Discurso se reuniram para escrever esse texto, mas que era um texto... é um texto que reflete aquela época, lá em 94. Foi em 94 que ele foi escrito, reflete uma situação americana, um situação de todo mundo na sua rotina, já tinha as tecnologias como parte dela, enquanto a gente estava tateando isso. Lá, isso já era uma realidade. Mas que esses linguistas sentiam que as tecnologias não tinham chegado de forma plena na escola. Ela poderia ser melhor trabalhada na escola para o ensino e tal, né? E aí, o que a gente vê... o que a gente via era todo mundo ler esse documento para inserir nas suas pesquisas, mas sem uma grande reflexão disso. Talvez até porque não se conseguia ter um grande alcance, entender bem. Então, a gente achou que traduzir ia ser algo muito benéfico para toda uma comunidade científica da área. E aí, quando a gente publicou isso, gente, olha, bombou... Bombou de gente baixando esse número, sabe? Baixando esses textos. Quem traduziu para nós foi um colega lá da Unicamp que já trabalha com o letramento e ele conhece bem esse texto e tudo... e ele tem uma equipe ali, então eles fizeram a tradução em tempo recorde e aí a gente pegou aspectos dessa teoria, aspectos desse texto. Aí fizemos outra coisa.

convidamos vários colegas para escrever ensaios, cada um pegando um ponto e desenvolvendo um ensaio de cinco páginas, oito páginas... para completarmos um número, montarmos um número. Então a gente tem ali mais ou menos seis a sete ensaios. Usei mais esse artigo lá. O artigo maior que tem essas 40 e poucas páginas. Então esse artigo bombou e aí a gente viu que isso foi uma coisa muito boa para a revista, sabe? E isso realmente eu concordo com você, Chico, a gente precisa fazer mais, precisa procurar esses textos clássicos, esses textos que são muito citados por aí. Pedi permissão, eles não cobraram nada por isso. Foi tudo de graça. Isso foi bacana da parte deles. E aí, agora, recentemente, a A, ela tinha o grande desejo também de fazer essa tradução e ela, inclusive, já estava com essa tradução em andamento, sabe? Só que a gente chegou primeiro. A gente conseguiu isso. Ela não submeteu logo, a gente conseguiu primeiro... E aí ela fez o dela. Eu, inclusive, ainda vou ler a tradução dela para ver se está bem parecida com a nossa, se está igual. Mas ela... Ela fez uma coisa bacana, que foi pegar glossário. Ela fez a tradução do texto do artigo, do mesmo texto e ela com a equipe dela... Eles foram fazer glossários de termos interessantes que são utilizados ali no manifesto dos multiletramentos. Então, ficou uma coisa diferente. É uma outra versão, porque a gente diz que, em cada tradução, cada texto se traduz, é uma nova ressignificação daquelas ideias. É um novo texto que você tem. Ela tem um mesmo artigo, mas traduzido pela equipe dela. Mas ela acrescentou glossários, enquanto nós acrescentamos ensaios e explicamos alguns pontos do texto. Ela está publicando glossários de termos ali que são importantes de compreender dentro dessa perspectiva. Então, eu acho que é extremamente importante a gente fazer isso no Brasil. Um trabalho que eu amo foi o que D fez lá em Recife com os textos do Bazerman, de pegar os artigos e artigos que ele tinha espalhados em várias revistas nos Estados Unidos e tudo, artigo muito bons, falando o que são gêneros textuais, essa visão da nova retórica...ela juntou com a equipe dela, traduziu e fez livros. Acabou fazendo três livros ali, não muito volumosos, mas são textos maravilhosos e um texto que eu uso no dia a dia, na sala de aula, com meus alunos para discutir gêneros e tudo. Então, isso é um grande benefício que a gente faz para a comunidade que realmente não tem acesso a esse conhecimento da língua estrangeira. Então, eu acho que essa é uma excelente perspectiva, então a gente está trabalhando desse modo na revista, com fluxo contínuo para os números que não são temáticos, né? Os números temáticos a gente tem data de abrir e data de fechar, né. Os números atemáticos não têm datas específicas, que são controladas. Às vezes a gente entende um pouco mais quando tem pouca submissão. Quando tem muita gente, não prorrogamos, já fecha ali

porque tem muito material para avaliar. E a gente está trabalhando também com essa coisa do fator de impacto, né? A gente teve que também aprender como é que faz isso e colocar isso. E aí uma das nossas bolsistas que trabalha com as mídias sociais, ela é encarregada de fazer esse levantamento gráfico, esse levantamento numérico diário, quantas pessoas entram lá para olhar. Tá aí se a gente tem alguma semana que teve pouca gente, já fica ali pensando em estratégias para fazer com que as pessoas venham mais pra revista. "Olha, nós não estamos divulgando muito, vamos divulgar mais, vamos pegar trechos de artigos aqui desse número. Vamos botar lá nas mídias pra chamar a atenção". E aí, quando a gente faz isso, sempre tem um efeito. Sempre tem um resultado positivo, né. Então, é isso.

LÁFITY: Professora, enquanto editora, como é que você vê a questão, como a revista da Abralín tem feito nos últimos tempos, da revelação dos nomes dos pareceristas de quem avaliou um dado trabalho?

EDR_2: Olha, eu não tenho uma opinião ainda fechada sobre isso, porque isso é uma questão que está em discussão. A Abralín talvez esteja dando um passo à frente nesse processo de revelação dos nomes. A gente tem uma página no começo do número com os elementos pre-textuais. Ali a gente tem uma página que divulga quem foram as pessoas que avaliaram aqueles artigos daquele número, que não sempre são as mesmas pessoas, né. Então, se você tem 20 nomes, que avaliaram aqueles artigos, então a gente divulga ali. Porém, essa é uma discussão que está sendo feita. Eu participei de palestras no ano passado, na ABEC, e isso foi uma questão que eles colocaram e estão chamando de Ciência Aberta. E essa Ciência Aberta tem inclusive dois sentidos, não só de divulgar, não só de divulgar o nome do parecerista, o nome da pessoa que avaliou o artigo. Um outro sentido é, por exemplo, a pessoa... a pessoa está fazendo... No caso do COVID, isso aconteceu muito, a pessoa fez uma pesquisa e descobriu uma coisa sobre o COVID. Então, na hora em que ele submete o trabalho à revista, ele já autoriza que especialistas na área vejam aquele artigo, sem que ele passe por uma avaliação interna fechada. Daí alguém que está trabalhando com essa coisa de infectologia, alguém que entenda sobre o comportamento do vírus entra nesse artigo e deixa o feedback ali. Ele vai deixar os comentários. Então, esse autor ele vai ver quem foi. Ele vai receber não só um, mas muitos comentários. Muitos cientistas vão se manifestar, muitos vão questionar certas coisas ali, entendeu? E aí é isso que estão chamando também de Ciência Aberta, que é talvez uma tendência que possa, no futuro, afetar todas as áreas e todas as áreas seguirem esse caminho. Então, assim, no âmbito da revista, a gente ainda não discutiu essa coisa de

divulgar, a gente não tem ainda uma opinião fechada e a gente tem um certo receio com relação a isso, sabe? A gente tem um certo receio de que... Tudo bem quando você vai colocar o que você coloca no artigo que está aprovado, que foi recomendado e está aprovado. Eu acho que talvez isso não vá acontecer. Mas vai que você também divulgue o artigo com o feedback, um feedback negativo... A gente tem medo de agressão, tem medo de as pessoas serem agressivas. Fica difícil até de trabalhar e difícil até de conseguir pareceristas nessa relação que tem que ser uma relação saudável, uma relação produtiva, de contribuição, entendeu? Então, como a gente não tem uma visão ainda fechada, uma opinião sobre isso... a gente está pensando, está ouvindo muito ainda sobre isso, lendo sobre isso. A gente ainda não tomou essa decisão de fazer dessa forma. Então, a gente divulga todos os pareceristas de um número, seja miscelânea, seja temático, mas divulga numa página específica: "contribuíram para esse número os seguintes pareceristas" e divulga o nome com a instituição. Mas lá no artigo mesmo a gente ainda não faz, sabe? A RBLA não está fazendo ainda. A Delta não está fazendo ainda, nem a Calidoscópico... Todas as revistas que são A não estão fazendo isso ainda. É por isso que eu disse: "A Abralin é a única que deu o primeiro passo". Ela vai ver aí como é que isso vai... Vai se comportar, quais são as reações que vai ter. Eu acho que, para isso acontecer, a gente tem que ver a questão ética na pesquisa, você tem que pedir permissão para a pessoa. Posso colocar seu nome aqui como avaliador desse número, então você tem que ter essa permissão, tem que ter essa documentação para não ter problema de conflito de interesse, não ter problema de... da pessoa querer ou não ver o seu nome revelado ali.

LÁFITY: Certo. O próximo questionamento. Enquanto editora, que diretrizes você considera que são mais importantes para serem explicitados aos pareceristas a fim de auxiliar numa avaliação coerente do mérito dos artigos?

EDR_2: Olha, eu acho que, em primeiro lugar, uma revista não pode esconder nada de ninguém, sabe!? Eu acho que toda pessoa que submete um artigo, ela tem que saber como o seu trabalho vai ser avaliado, quais são as normas, quais são as diretrizes, o que a revista considera importante. E aí, nesse ponto, eu acho que é um ponto que é consenso. Praticamente toda revista segue mais ou menos a mesma diretriz. Por exemplo, uma primeira diretriz é quem vai avaliar não pode saber quem é a pessoa que escreveu o artigo, assim não como o avaliador/avaliadora usar de seu poder ali para de repente afetar uma amiga dele e um coleguinha da universidade e do departamento. Se não, você não vai olhar com outro olhar. Então, essa é uma diretriz que é importante. Se a gente vai depois,

no futuro, revelar quem foi que avaliou é uma coisa. Agora, no processo de avaliação atual, o autor não pode tomar conhecimento de quem foi o trabalho aprovado ou reprovado. "Quem foi que reprovou o meu artigo? Eu queria saber quem foi que aprovou meu artigo?", não tem a necessidade disso. Eu acho que para preservar a face e as boas relações, nesse contexto acadêmico, a gente não pode revelar. Então, essa é a primeira diretriz, a avaliação às cegas, que a gente chama, né. Então, essa é uma diretriz. A segunda diretriz é qual é a perspectiva que a gente trabalha, quais são as normas. Eu ia falar uma coisa e esqueci... com relação a essa diretriz... sim, agora me lembrei. Quando você está, por exemplo, na plataforma Scielo ou outras que são mundiais, que está a serviço do mundo inteiro, de todas as áreas, é preciso, primeiro, que você internacionalizar a revista. Então, você não vai só publicar texto em língua portuguesa. Você também tem que publicar texto em língua estrangeira, certo? E esse é um outro gargalo que você tem que ter ali no seu comitê editorial, pessoas em línguas estrangeiras que possam avaliar esses artigos escritos em outras línguas. E isso tudo isso tem que estar claro. Então, quando isso acontece, o que eu estou percebendo é que tem revistas que não estão mais seguindo ABNT. Elas, agora, estão seguindo as normas de fora, da APA, porque a APA, American Psychology Association, ela é seguida por vários países do mundo. Vários países seguem as normas dela, entendeu!? As normas dela é um pouquinho diferente da nossa. Ou precisamos deixar claro se vamos adotar as normas da Michigan University Press, também dos Estados Unidos. Os Estados Unidos têm mais de uma... tem mais de uma norma editorial para as publicações acadêmicas. A mais usada, especialmente na nossa área, a área de Ciências Sociais, Humanidades, Educação, etc. é a APA. É a mais conhecida e mais fácil da gente usar. Mas existe outras que são também utilizadas. Então, essa é uma coisa que tem que ficar claro, certo!? E, assim, o brasileiro, às vezes, nem sabe usar direito... nem conhece bem a ABNT, né... quando você está aprendendo a usar a ABNT, aí chega normas diferentes e muda tudo. A cada cinco anos, a ABNT faz uma revisão das normas. Aí mudam uma coisa, muda outro. Agora é assim, depois, não é mais. Então, assim, a gente nunca consegue chegar a aprender as coisas direito. E isso a gente não vê nos Estados Unidos, a APA não muda a norma, desde que eles criaram a mesma coisa. Então todo mundo sabe escrever lá, todos sabem usar as normas. Desde o início, logo no primeiro ano da faculdade, eles chegam lá, talvez, até no ensino médio, os meninos já aprendem a citar um autor ou a saber como é que faz isso no texto. A gente não. A cada cinco anos, a ABNT muda uma coisa, muda outra, faz de um jeito, faz de outro, né? E a gente nunca consegue entender a cabeça desse povo que está aí trabalhando

com essas convenções, né? Então, usa a gente usa as normas da ABNT por enquanto, já que a gente ainda não está com essa visão de internacionalização. Mas é uma coisa que a gente pretende fazer. A gente já aceita artigos em outras línguas, embora o nosso site ainda não esteja em outras línguas, ele só está, por enquanto, em português. Mas a gente já tem até um dinheirinho aí guardado. Nós vamos contratar um grupo de tradutores que coloque todos as normas, todo formato da plataforma em uma língua estrangeira, no inglês, no espanhol e no francês, que a gente vai trabalhar com as quatro línguas. Essa é a nossa pretensão para o futuro. E aí quando a gente tiver, talvez, nessas quatro línguas, a gente talvez atenda a um dos critérios dessas grandes bases, que é a Scielo. Todo mundo tem sonho de chegar nela e em outras. E aí em relação à produção do gênero, aceitamos artigos, resenhas, resumo de uma tese publicada. E aí a gente prioriza, claro, conteúdo. O artigo tem que ter aquela introdução, tem que ter o resumo, abstract, tem que ter fundamentação teórica. Se ele é um artigo de pesquisa, tem que ter espaço para a metodologia, análise e resultados, discussão dos dados, considerações finais e referências. Então, isso tem que ter no artigo. A gente não abre mão. Ele tem que estar nesse formato e a gente tem como a coisa mais importante para nós e uma coisa que a gente recomenda pro parecerista é conteúdo. Qualidade da discussão, qualidade da escrita, da argumentação e das ideias que são trabalhadas naquele texto. Não adianta a pessoa ter ideias boas, mas ter um texto ruim. Também não adianta em nada você ter um texto que a pessoa sabe escrever muito bem, mas não contribui em nada. O artigo não traz contribuição para aquela área que ele está escrevendo, então, para nós, é primordial o conteúdo. Em primeiro lugar, o conteúdo, a qualidade de ideias, qualidade da informação e, se o artigo está trazendo algo novo para a área, tem contribuição para essa área, certo!? E aí as outras coisas vêm como acréscimo, como as convenções formais obrigatórias do gênero e as normas da ABNT. Então, essas duas coisas, elas são obrigatórias, porque isso faz parte dessa escrita do texto acadêmico. Temos que obedecer a essas convenções formais do gênero também.

LÁFITY: Você deve analisar todos os pareceres que chegam. Então, pela sua experiência em relação à análise de todos esses pareceres, em termos de predominância, o que normalmente os pareceres mais valorizam? Há mais observações sobre a metodologia, análise...? Há mais observações sobre a fundamentação teórica? De modo geral, o que é mais valorizado pelos pareceristas na análise dos trabalhos?

EDR_2: Olha, a gente tem uma variação nessa forma de olhar para esses artigos. Assim, eu considero que o bom parecerista, ele olha para a discussão e vai olhar para os resultados, para a argumentação, vai olhar para a coerência entre o objetivo que ele colocou lá no começo do trabalho e a discussão que ele faz, entendeu? Então, assim, os bons pareceristas fazem isso. Eles fazem esse elo. Eles tentam fazer esse elo entre o objetivo do artigo com a perspectiva teórica... e a discussão disso nos resultados. Se ele traz essa argumentação, essa teoria, essa fundamentação teórica para discutir esses resultados e esses dados que a pessoa coletou ali na metodologia. Então, eu vejo gente reclamando, muita gente reclamando: "Olha, o artigo tá bom em tais aspectos, mas a discussão ficou a desejar, os resultados ficaram a desejar"; "Não houve discussão disso"; "Ela prometeu que o artigo vai tratar disso, mas isso não foi feito", certo? Então, assim, eu vejo que aquele que faz uma boa leitura e escreve um bom parecer, ele vai pegar nesse ponto. Ele vai olhar para ver se está amarrado essa questão do objetivo ou da questão de pesquisa que a pessoa usa lá com a fundamentação teórica e com os resultados das análises. A questão metodológica no artigo todo mundo é obrigado a botar. Às vezes, eles até reclamam: "Faltou dizer quantos alunos estavam envolvidos na pesquisa" ou "faltou dizer onde foi, de que forma foi coletado". Às vezes, ele faz isso questionando, mas isso é coisinha pequena, porque parece que a metodologia, na nossa área, ela não é tão... As pessoas não dão tanto valor ou tanta importância para ela, sabe? Mas as pessoas dão importância para a discussão dos resultados. Olha as análises, né? Se é um texto mais teórico, mais reflexivo, então cadê as análises? Cadê as teorias para iluminar isso aqui? Então, os bons pareceristas realmente focam nessa questão da discussão dos dados, dos resultados.

LÁFITTY: A gente fez uma análise prévia de pareceres de várias revistas, uma análise piloto, né? E, claro, a gente vê uma diversidade de forma de parecer. Não tem uma forma única. São várias tendências, mas tem uma tendência que chamou a atenção da gente, que é uma análise que foca quase exclusivamente em aspectos formais do texto, ortografia, coesão e, às vezes, nenhuma consideração em relação à análise e ao conteúdo. Queria ouvir de você, como editora, qual é a sua percepção sobre esse tipo de parecer?

EDR_2: Vocês têm toda a razão e isso foi um ponto que, para nós, quando eu e a editora assistente assumimos, a gente saiu experimentando várias coisas. Então, a gente começou fazendo um... criando um formulário com os aspectos a ser avaliado, com escalas, gradações dos tipos de ações, como "Concordam? Discordam? Tem? Não tem?". Mas a

gente sentiu que aquilo ali não dá conta de um processo que é puramente subjetivo, sabe? Então, muitas vezes, muitos pareceristas chegavam e diziam que era imensa a lista de coisas. Essa coisa de ter coesão e coerência... nós nunca achamos que esse era um ponto importante, mas, dentro de cada seção, as perguntas eram dentro de cada seção... Havia ali mais de uma pergunta para cada seção, para introdução: Se tinha introdução no artigo... se tinha objetivo e se ele é claro, se a introdução tinha a forma de organização própria de um artigo, se lá na fundamentação teórica, os autores eram, eram, era, correspondiam à perspectiva adotada, se os autores eram recentes na literatura... coisas desse tipo. Mas as opções de escolha eram dentro de uma escala que, às vezes, não dá conta, certo? Então, dizer que a autores são recentes ou não, se eu concordo ou discordo ou não concordo plenamente ou discordo plenamente não davam conta. Alguns pareceristas muito sérios diziam: "não, mas essas escalas que vocês colocam aqui não dão conta. E aí a gente foi pensando e discutindo, a gente teve muitos momentos de reuniões e discussões para ver como é que a gente poderia resolver isso. Aí eu disse: "Gente, vamos acabar com esse negócio de escala, vamos tirar isso". E aí a gente fez só as caixinhas, criamos um formulário de caixinhas, tá. E nessas caixinhas tem lá... uma pessoa põe o título, ele vai preencher o título do artigo que ele está... que ele está avaliando. E aí tem introdução... Aí tem umas instruções pra ele dizer e escrever que ele vai avaliar todas as partes do artigo tal e tal, e nas janelas ele vai comentar o que ele achou de cada parte, o que é que ele achou da introdução, o que ele achou da fundamentação teórica. Então ele vai fazer todas as partes. Ele vai criar textos e, no final, tem ali as opções de aprovado com recomendação, reprovado ou aprovado direto, sem precisar nenhuma revisão, certo? Então, três... tem três... Eu acho que tem três possibilidades. Ele escolhe marcar uma e aí, no final, tem uma janela em branco para ele fazer comentários de coisas que ele quer ver corrigido no texto. Então, agora você comente, apenas cite ou diga aí quais são os aspectos que você quer que o autor melhore, melhore aí a análise, resultados ou que acrescente tal perspectiva, ou que traga para o texto tal coisa. Então, no final, ele não precisa mais fazer aquela coisa longa, porque, por exemplo, eu estou nesse momento avaliando um artigo de uma revista que ela é qualis A, mas eles continuam usando essa grade e eles mandaram para mim aquela gradinha cheia de opções. E no final ainda tem que criar um texto voltando a falar daquela opção de cima. Entendeu? E aí eu vou ter que falar de novo o que eu achei, o que eu marquei como opção. Eu agora tenho que colocar isso em texto, expressar a minha opinião, comentando tudo aquilo de novo. Então, isso aí eu acho muito trabalhoso. E quando a gente fazia dessa forma muitos pareceristas reclamavam, diziam:

"Mas a gente passou um tempão marcando aqui, quando chega aqui ainda tem que escrever um textão". Aí a gente fechou de outra forma. Vamos tirar essa escala e vamos, então, deixar logo as janelas de cada parte do artigo para o parecerista expressar, dizer o que está lá e, no final, só apontar o que ele precisa corrigir. Na página x corrigir tal coisa ou definir um termo que não foi definido, mas que é importante definir. Ele vai apenas listar aspectos que ele acha que precisa para poder melhorar o texto, entendeu? Então, por enquanto, está funcionando esse modelo. Ninguém reclama. Até agora não recebemos nenhuma, nenhuma reclamação, sabe? E aí está tudo bem, tá... Tá indo bem até agora.

LÁFITY: Normalmente, a gente vê que ainda se utiliza muito pouco as pesquisas que são divulgadas nos periódicos. A gente já tem visto uma certa mudança, mas a gente vê que ainda há uma valorização muito grande de livros, capítulos de livros, de autores mais tradicionais e mais renomados na área. Então, como é que você vê isso nessa questão de valorização dentro da nossa área?

EDR_2: Pois é, aí... Aí eu vejo assim, ainda existe essa tendência das pessoas apontar os clássicos e aqueles que são mais lidos ou mais discutidos dentro da academia, né, serem citados. Mas eu acho que também já está havendo uma mudança. Sabe, então, quando você trabalha dentro de uma área muito específica, letramento acadêmico, escrita acadêmica, gêneros textuais... Então, as pessoas começam a conhecer o trabalho um do outro. Você começa a ler e começa a ver as pesquisas das pessoas. E aí eles começam a citar uns aos outros. Hoje, eu estava aqui salvando um texto de uma moça que estava analisando BNCC e Multimodalidade e tal... Eu recebi aqui, no Academia.com, esse artigo que veio para mim. E aí eu abri... Eu abri só para olhar, corri os olhos e fui ver as referências dela. O primeiro artigo que estava lá era o meu nome. Era um artigo escrito por mim, de uma doutoranda. Fiquei tão feliz hoje sendo citada nele. Então, assim... Por quê? Porque ela é da mesma área que eu, certo? Ela... Ela está acompanhando minhas pesquisas. Ela está acompanhando meus textos, minhas publicações. Então, a gente está vendo que esse povo hoje, mais novo, mais jovem, tem esse estímulo dentro da academia, de ler também não só os clássicos, mas ler novas pesquisas na área, o que as pessoas estão fazendo. Já há essa tendência de você citar, das pessoas serem citadas nos artigos. E aí eu fico super feliz quando eu vejo alguém me citando. Um dia desses, antes da pandemia, a gente teve uma reunião em nosso programa de pós e a gente tava discutindo essa coisa da citação, do fator de impacto, porque o fator de impacto ele é medido pela quantidade de vezes que um nome de uma pessoa, de um pesquisador, ele é citado por aquela revista ou

por aquele... Então, assim eu tenho o meu fator de impacto individual enquanto pesquisadora. E existe o fator de impacto da revista porque ele está publicado naquele lugar. Então significa que muitas pessoas vão visitar a revista, vão direto naquele número e aí ele vai e baixa e lê, e ali fica marcado, vai registrando a quantidade de pessoas que vão ali. Então, você tem esses dois tipos de fator de impacto. E aí, nessa reunião, a gente estava discutindo isso da gente se preocupar com a citação, procurar citar os colegas, citar as pesquisas dentro do próprio programa, até para dar maior visibilidade ao programa e às coisas que se faz, né? E aí o meu chefe na época foi, entrou e estava on-line, projetando lá on-line no computador dele, e ele resolveu botar meu nome lá para ver o meu fator de impacto. Eu fiquei surpresa, quase caí dura. Eu era uma das mais citadas no programa. Eu disse: "valha meu Deus, eu nem sabia disso". Eu nunca me interessei por essas coisas. E aí eu nem sabia disso. E eu era uma das mais citadas. Eu tinha um fator de impacto em relação aos colegas bem alto, sabe? Eu disse "valha"... eu nem sou uma pessoa que publicou demais. Eu queria ser uma, por exemplo, Ana Elisa da Vida, pois a mulher publica, assim, horrores... horrores, publica demais. Eu nunca vi uma pessoa tão produtiva. Eu já até perguntei pra ela: "Mulher me ensina, me dá a fórmula... Tu não dorme mais, não come mais", porque todo santo dia tem uma publicação nova, ela tem artigo em tudo quanto é revista que você imaginar no Brasil. A mulher publica livros adoidado. Muito provavelmente o fator de impacto dela é altíssimo. Se for olhar ele é altíssimo, porque ela produz muito e todo mundo gosta dos textos dela. Então, com certeza, é garantia de sucesso onde ela publica, pois as pessoas vão conhecer o que ela tem a dizer e ela está sempre abordando coisas novas. Então, essa coisa da citação de autores... eu acho que já está mudando. Não é que os clássicos vão deixar de ser citados. Bakhtin vai continuar sendo citado, porque ele é o pai da teoria dele. Tem que mostrar o desenvolvimento da teoria dele. O que é que já mudou, o que é que as pessoas agora estão conseguindo enxergar diante da linguagem, do desenvolvimento da linguagem, do uso de linguagem na contemporaneidade hoje, né? Então, essa visão dele pode ser que já esteja sendo modificada. Então, é preciso que a gente, nas pesquisas, mostre isso. Então, eu acho que, com essa coisa do impacto, está havendo também muito essa política dos próprios grupos de pesquisas ficarem citando aos outros, né? Até para dar maior visibilidade ao grupo, ao que o grupo faz e às pesquisas que esse grupo desenvolve.

LÁFITTY: Professora, em relação aos pareceres que você tem lido, os pareceres dos trabalhos que são avaliados... há muita divergência entre os pareceres elaborados

pelos pareceristas da revista? Se há muitas divergências, essas divergências são em relação a que?

EDR_2: Olha, não. Não é muito. Por exemplo, a gente tem 30 artigos submetidos e a gente submete a avaliação para dois pareceristas. A gente tem aí 60 pareceristas avaliando. Então, assim a gente tem uma taxa ali, talvez de 10% de divergência. Um parecerista aprova e outro não aprova. Então, essas divergências, em geral, são divergências mesmo de produção escrita, de linguagem. A pessoa não saber escrever, sabe? Tem muito isso e isso, às vezes, chega a prejudicar a ideia que a pessoa está querendo escrever, certo? Então, às vezes, às vezes, o parecerista nem consegue apreciar o conteúdo daquele artigo, nem consegue avaliar a proposta que o autor está querendo desenvolver no artigo, porque a escrita dele é tão ruim, tão ruim, que ele acaba sendo reprovado. E quando você olha o outro que aprovou, o outro consegue enxergar no artigo exatamente o contrário. Ele consegue ver que tem uma boa ideia. E aí ele diz: "olha só, precisa melhorar aqui, aqui e aqui". Ele dá a chance para esse autor reformular e reescrever o texto para deixar ele com qualidade. Mas uma das coisas que as revistas estão fazendo e a gente também faz é que o parecerista não deve aprovar um artigo que é muito ruim. Um artigo que ele vê que não tem a menor qualidade, não tem, não tem contribuição para a área, não discute uma ideia original. Pra revista, o trabalho que não apresenta uma ideia nova, não acrescenta nada na área que ele está escrevendo, a gente pede para que o parecerista descarte aquele artigo, que não aprove aquele artigo. Então, já tem essa orientação. E como eu lhe falei, o primeiro passo da revista é fazer a triagem. E quando a gente faz a triagem, a gente já lê o resumo. A gente já corre os olhos, não lemos o texto na sua completude. Mas a gente corre os olhos, cada parte olhando qual foram os autores que ele citou, olhando a perspectiva que ele está trabalhando, a metodologia... Olha se tem... Se a parte que discute resultado é substancial e, às vezes, o cara escreve um artigo de 15 páginas e, nesse artigo, ele escreve dez páginas só de fundamentação teórica. Daí quando chega o resultado, tem três páginas. Então, um artigo desse é pobre, né? Porque os resultados não foram discutidos profundamente, analisado com detalhes. Então, assim, quando acontece coisas desse tipo, a orientação da gente para os pareceristas é não aprovar. Então, para evitar até que isso aconteça, a gente já faz esse olhar antes, faz essa triagem antes, daí a gente já evita e já devolve para o autor. Falamos assim: "Seu artigo precisa melhorar, não tá bom e tal. Existe um desequilíbrio entre a parte teórica e a parte de análise". Então, a gente mostra e, às vezes, a pessoa nem fica com raiva, sabe!? O autor agradece, ele agradece o feedback que gente dá e diz: "Eu vou então melhorar o texto. No

futuro, eu submeto de novo" e a gente diz: "Você pode submeter depois que você melhorar esse texto". Então, é isso que acontece.

LÁFITY: Em relação à escolha dos pareceristas, há critérios que são definidos pela equipe editorial? E se tem, quais são esses critérios?

EDR_2: Olha, os critérios a gente... a gente vai por área. Um primeiro olhar tem um equilíbrio nas áreas. Pode, por exemplo, ter só um professor apto a avaliar um texto em fonologia, por exemplo, e ter 1000 pessoas que entende de gêneros textuais. Então, sempre vai ter desequilíbrio, né? E aí, aqui e acolá, a gente passa por umas dificuldades quando vem pessoas falando de alguns temas que a gente não tem muita gente que entende, né? Por exemplo, alguém escrever um artigo que fale de libras, né? E aí você não tem muitos doutores nessa área, porque é um dos critérios para ser avaliador, ter doutorado. Até porque, na avaliação das revistas feita pela Capes, eles vão olhar se esse corpo editorial realmente é formado por doutores. Então, esse é um dos critérios. Mas a gente procura também buscar, descobrir pessoas na área, joga no Google, tenta ver quem são os doutores nas várias instituições. Às vezes, a gente pede os próprios colegas do programa para indicar algum um colega que é da literatura, que trabalha com formação de leitores, um outro que é da fonologia para indicar alguém da área, assim fazemos com as outras áreas. Eu tenho um ou outro colega da fonologia. Tenho um outro colega que trabalha com gêneros textuais e tem uma colega que trabalha com novas tecnologias, né? Tenho um ou outro que trabalha com análise do discurso. Então, o que a gente faz? A gente pede esses colegas que nos indique nomes, nomes que eles conheçam, que são excelentes pesquisadores e que publica muito. Então, eles nos oferecem uma lista de nomes e aí a gente convida essas pessoas, faz um convite formal para eles serem pareceristas da revista. Se eles aceitam, aí eles se cadastram lá na plataforma. Quando a gente precisa, tem ali uma lista de nomes de diferentes áreas. Então, quando o artigo é submetido e a gente já seleciona quem são as pessoas que vão avaliar, a plataforma automaticamente já manda o artigo, já manda o aviso de que ele tem ali na plataforma um artigo que ele precisa entrar lá para avaliar e aí já vai com os prazos dele avaliar. Às vezes, o parecerista responde que aquele tempo é curto e que ele tem muitas demandas, não vai poder atender e aí pede mais prazo. E aí a gente vai modificar na plataforma. Daí elastecemos esse prazo para que ele possa dar conta. O que a gente acha ruim, nesse processo, nessa relação, é quando a pessoa recebe o convite para avaliar e ele ignora. Ele nem responde para a gente. Ele não diz que não pode, não tem condição de fazer agora.

A gente já vai buscar outro nome na nossa lista, outro nome para fazer essa avaliação. Mas se ele apenas não pode, porque, naquele momento, ele está ocupado e ele precisa de mais tempo, aí a gente dá esse tempo. A gente tem paciência e dá esse tempo para eles avaliar.

LÁFITY: Em relação aos pareceristas, é comum eles pedirem auxílio em relação à questão de verificar se, de fato, um determinado artigo pode ser aceito ou não? Se sim, em que aspecto?

EDR_2: Olha, eles nunca... nunca tivemos um caso desse tipo que pergunte, porque nas instruções ali a gente já diz: "olha, você só vai recomendar, aprovar com recomendação ou aprovar se ele realmente é um texto muito bem feito, um texto original". A gente já passa as características que a gente quer, um texto que tem contribuição, entendeu? Então, ele já sabe. Ele já sabe previamente que, por exemplo, se o artigo que ele recebeu para avaliar, só tem duas páginas de resultados, que não tem resultado nenhum, então, esse artigo vai precisar que uma pessoa leve um tempo danado, o autor vai precisar de um mês para reescrever esse texto. Ele vai ter que buscar dados, trazer dados, analisar os dados dentro do artigo. Então, não nos interessa aprovar um artigo desse porque atrasa o calendário da revista. A gente tem um prazo, quatro meses. Começa em janeiro, em abril, então tem que fechar. E, hoje em dia, um dos pontos de avaliação é fechar na data que você prometeu. Se lá na chamada está dizendo que é para abril. Nós temos que fechar em abril. Tem que dar um jeito. Tem acontecido já. A gente já teve várias, várias vezes de atrasar uma semana, duas semanas... por conta, às vezes, de texto problemático. Alguém aprovar um texto que a pessoa precisava ter que reescrever muito e a pessoa não ia dar conta de fazer em três dias ou quatro dias uma revisão. Então, essa revisão do que deve ser modificado tem que ser de coisas menores e somente coisas pontuais. Por exemplo, definir um termo ou ver um autor que ele cita, mas não aparece nas referências ou que não soube citar direito ou rever um trecho que o autor copiou de um artigo, mas que ele não fez a citação, não botou a fonte. Então, são essas coisinhas mais formais que o parecerista pode cobrar desse leitor, entendeu? Mas se for um texto que ele tem que reelaborar todinho do começo ao fim e fazer um novo texto, ele já tem que ser reprovado na hora, pois esse tipo de texto vai atrapalhar todo o processo da revista.

LÁFITY: Quais são, do seu ponto de vista, as características mais importantes para que um artigo seja visto como qualidade, tenha mérito para ser aprovado?

EDR_2: Primeiro, o conteúdo. Ideias novas, ideias muito bem discutidas, muito bem trabalhadas, muito bem elaboradas. Quando você traz uma perspectiva ou um enfoque novo dentro de uma área e você escreve isso muito bem, com muita profundidade, então, isso, para mim, é essencial. É o que vai contribuir para a área da linguística aplicada, que, no caso da minha revista, o foco é muito aplicada, né? E aí é isso que é o mais importante, certo? E aí as outras coisas são coisas mais secundárias. Olhar essa formatação, o olhar, as normas e convenções do gênero, né? Então, isso é obrigado a ter. O artigo é obrigado a seguir as normas da ABNT. O artigo tem que ser assim, assado. O resumo tem que ser assim, assim assado. Então, essas normas estão lá, têm que ser seguidas. Mas, pra mim, o que é primordial mesmo no artigo é ter uma boa discussão, uma boa análise, uma boa apresentação dos resultados. Esse texto precisa ter uma linguagem muito clara e precisar ser muito bem escrito, tá?

LÁFITY: Então esses aspectos que você mencionou como importantes, se eles não se fizerem marcantes, então já é um ponto para avaliar negativamente um artigo?

EDR_2: Isso... Se ele não... não tiver conteúdo, tiver discussão, se lá nos resultados não tiver nada. A pessoa escreve dez páginas de fundamentação teórica, introdução, fundamentação teórica, sabe falar teoricamente muito bem, mas, na hora que chega na análise, ele não alcança, não chega lá, não sabe analisar... a análise fica capenga, análise fica com problemas. Então, esse trabalho não tem condição. Ele não tem qualidade. E aí o gênero, o artigo acadêmico, ele tem que ter isso. Então... Ele tem que ter fundamentação teórica bem trabalhado, bem alinhado com a análise dos resultados e discussão desses resultados.

LÁFITY: Em casos de pareceres que avaliam um trabalho com aceitação direta do artigo, porque o artigo já praticamente se encontra pronto, quais são essas qualidades em termos de um aceite totalmente positivo, em que não há necessidade de alteração? Que aspectos positivos são apresentados pelos pareceristas?

EDR_2: Eu estou com um artigo agora que eu vou ter que postar lá na revista ainda hoje. Esse artigo que estou avaliando é perfeito. Ele fala de letramento crítico. Esse texto é muito bom, um dos poucos textos que eu li nos últimos tempos. Um texto de 20 páginas com uma boa discussão e uma proposta maravilhosa. Ela relata como ela desenvolveu letramentos críticos numa comunidade de escola pública pobre, mas trazendo a literatura de negros, entendeu? Então, ela faz uma discussão perfeita, trazendo autores pertinentes e atuais. Ela faz uma análise maravilhosa, com muita ilustração, com exemplares de textos

produzidos pelos alunos. No final, ela vai fechar com as implicações disso para a sala de aula, para um ensino que queira desenvolver letramentos críticos. Então, é um texto muito bom. Eu não vejo um erro de gramática, um erro de linguagem, usa todos os termos que ela precisava no trabalho. No trabalho, ela define tudo, não faltou nada. Eu tive que ler duas vezes para ver se eu encontrava algum deslize, alguma coisa que eu pudesse reclamar. Então, acho que a única reclamação que vou fazer é só a falta de um autor lá que está lá nas referências e ela esqueceu de citar dentro do trabalho... Ela não cita, eu não encontrei, eu li e reli, não encontrei. Mas fora isso, o texto é muito bom. Então, assim, os critérios para uma pessoa aprovar direto é ter qualidade, qualidade é o primeiro critério, qualidade aqui é de tudo. É qualidade no conteúdo, qualidade no enfoque, qualidade na escrita, né? Ele tem que ter essa coerência no que você está dizendo. Não é um texto que promete que vai analisar tal coisa e, no final, ele analisa uma outra coisa totalmente diferente. Ele tem que ter essa coerência. Essa uniformidade de ideias dentro do texto. É um texto que flui. Então, é isso. Você tem que ser assim para se aprovar sem precisar de nenhuma alteração ou ser reprovado. Talvez o editor da revista nem devolva o artigo para ela. Ele vai pedir, só que ela mande por e-mail esse autor que faltou. Ela citou lá dentro do artigo, mas não está na referência. Ela manda e ele mesmo insere lá, o revisor insere. Então, quando às vezes os artigos avaliados que alguém recomenda dessa forma e às vezes é uma besteirinha, uma palavra que foi digitada apressadamente, entendeu? Digitou errado ali... a própria revisora da revista faz essa correção. Ela olha e faz essa correção ali. Atualmente, uma das práticas da revista, todas as revistas fazendo isso, você, você cria o seu título e você depois tem que acrescentar o título em inglês. Assim como você tem um resumo e depois ter um abstract em inglês, há o título também. Agora o título também tem que estar em inglês e às vezes a pessoa manda e esquece de botar esse título em inglês. Então, quando? Quando todo o texto está maravilhoso e faltou só isso, a gente não vai também devolver para ela botar o texto em inglês. A gente tem pessoa na revista que faz essa tradução pra pessoa da... E acrescenta lá no artigo. E aí, depois, quando o rapaz vai diagramar, ele faz só manda o PDF para pessoa conferir se está tudo certinho ou se as figuras não saíram de lugar, não ficaram disforme e tal. E aí o texto é publicado. Mas é raro. Digo com certeza que se você tem 30 artigos submetidos, você vai ter um ou dois no máximo que ele passa direto. Ele é aprovado direto, sem necessidade de passar a voltar para o autor. É muito raro. Ou os artigos são reprovados ou são aprovados como recomendação. E aí tem várias sugestões, seja de definir termos, seja de acrescentar autores, seja de discutir mais uma perspectiva teórica.

LÁFITY: Anham, certo. Os pareceres, de modo geral, trazem mais críticas positivas ou críticas negativas?

EDR_2: Não. Eles trazem mais positivas. É muito raro, assim, trazer mais críticas negativas. Um dia desses a gente teve até reunião para discutir isso. Um autor teve o artigo reprovado... os dois pareceristas reprovaram, acharam o artigo fraco... e um deles, um dos pareceristas, ele foi grosseiro. Disse nestes termos: "O artigo era uma porcaria. Como é que alguém submete um artigo desses para uma revista?". Essa pessoa ficou tão mal. A pessoa ficou tão chateada que ela mandou um recado pra nós... dizendo que a gente deveria ter mais cuidado com os pareceristas que a gente escolhe. Ela se sentiu ofendida com o parecer que essa pessoa tinha dado. E eu fiquei curiosa: "Que parecer é esse?". E aí eu fui atrás do parecer para ver, sabe? Era um parecer realmente pesado. O parecerista tinha colocado uma lista de problemas. Ele listou todos os problemas para justificar a reprovação do artigo, mas ele foi grosseiro mesmo. Ele usou palavras que não são adequadas a esse tipo de relação. Um acadêmico que está avaliando, dizer coisas assim... nossa! No mínimo, a pessoa tem que respeitar o outro. Por mais que ele ache que o autor não sabe escrever, você tem que saber respeitar. Então, aconteceu isso. Mas foi só esse caso. Mas a grande maioria elogia. A grande maioria elogia, aponta o ponto positivo do artigo. O artigo tem valor, o artigo tem mérito por isso, por isso, por isso, e aí no final ele recomenda com revisão. Mas a revisão, às vezes, é para dizer coisas pontuais e coisas menores que não precisa ter que reescrever o texto, escrever uma nova metodologia ou escrever uma nova análise trazendo dados novos. Não é esse tipo de coisa. A gente olha logo isso. Se o seu artigo precisar de muito tempo para ser refeito, pedimos para reprovar, porque ele vai atrapalhar o processo de produção da revista, porque vai atrasar. A pessoa não vai conseguir reescrever um texto em três dias, cinco dias. Ele vai querer um mês. E aí, pronto, atrapalha tudo.

LÁFITY: Esse caso foi um caso isolado?

EDR_2: Um caso único.

LÁFITY: De modo geral, quando se trata de críticas negativas, há um cuidado por parte dos pareceristas?

EDR_2: A maioria é muito cuidadosa. O parecerista aponta que o artigo merece uma revisão aqui, merece um cuidado aqui, sabe? Então, existe um jeito suave de apontar esses problemas, né? Agora, esse cara saiu da curva... a gente, inclusive, nem mais... já

descartamos ele. Ele saiu da nossa lista de pareceristas. Existe um jeito suave de apontar esses problemas, né?

LÁFITY: Certo. Era na próxima pergunta, mas você já respondeu aí umas duas perguntas nessa sua fala. Que função, do seu ponto de vista como editora, o gênero parecer exerce socialmente na vida acadêmica? Qual é o papel social desse gênero?

EDR_2: O papel social do parecer, como eu já te falei é... Ele é extremamente importante, porque contribui para o melhoramento ou aperfeiçoamento das ideias do texto avaliado. Ele exerce uma função de escrita colaborativa. Eu tenho minhas ideias, eu tenho o meu jeito de escrever, eu ponho lá no texto. Mas embora eu acho que esteja bom, que esteja no ponto de submeter, outras pessoas, ao lerem esse texto, podem não concordar, podem achar que o texto não está claro, então ele vai apontar o que está faltando para deixar o texto melhor. Então, isso é um papel necessário nessa produção acadêmica, né? Esse olhar do outro é muito importante e é uma forma do acadêmico contribuir, ser agente nessa produção textual, né? Ele ser agente ali. Ele é agente da escrita, ele é agente dessa produção quando ele colabora, apontando onde precisa ser aperfeiçoado no texto avaliado.

LÁFITY: Há alguma coisa, há algo importante sobre o parecer que nós, como como pesquisadores, não colocamos durante a entrevista e que você considera importante ser dito?

EDR_2: Olha, eu acho que eu falei tudo, sabe... Eu acho que o gênero parecer tem que dar conta, além dessa contribuição que eu falei da visão do outro sobre a escrita de alguém, ele tem que dar conta de todos os aspectos envolvidos na produção de um artigo acadêmico, não só os aspectos do conteúdo, não só os aspectos formais de normas desse texto, não só nos aspectos linguísticos, ele tem que dar conta de tudo, certo... Então, para isso, ele tem que ser completo. Ele tem que dar essa visão que realmente vai envolver a escrita acadêmica e que vai ajudar esse autor a aperfeiçoar seu texto.

LÁFITY: Era isso. Eu queria agradecer muito. Você foi muito atenciosa com a gente desde o início. Então, gratidão. Muito obrigada mesmo.

EDR_2: Eu espero ter ajudado aí nos seus dados. Você vai ter muito o que analisar. São quase duas horas de entrevista.

LÁFITY: E são quatro periódicos. Os editores normalmente falaram na mesma intensidade. Então vai ter muita coisa para analisar...

EDR_2: Realmente. Sua pesquisa é de doutorado ou de mestrado?

LÁFITY: Doutorado.

EDR_2: Na UFPI, né?

LÁFITY: Isso. Enviei, por e-mail, o TCLE para você assinar. .

EDR_2: Tá bem. Envio ainda hoje.

LÁFITY: Muito obrigada. Boa tarde.

EDR_2: Eu que agradeço.

LÁFITY: Um abraço. Obrigado.

ENTREVISTA_EDR_3

Sobre o editor

Nome do editor-chefe: EDR_3

Titulação: Doutorado em Literatura

Área: Teoria Literária

Sobre a revista

Nome do periódico: PER_A_B2

Região do periódico: Nordeste do Brasil

Ligada a um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do país

Tempo de atuação: 12 anos

Sobre a entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da entrevista: 26/07/2022, 8h38min às 9h45min.

LÁFITY: Olá. Muito obrigada por contribuir com a nossa pesquisa. Vamos começar!?
Professor, há quanto tempo você é editor chefe da revista?

EDR_3: Desde o ano de 2013.

LÁFITY: Professor, como é que funciona a escolha do editor da revista?

EDR_3: No caso, vamos dizer assim, em nossa instituição, foi uma situação meio atípica, porque já existia a revista, né? Ela... Ela tinha sido publicada dois números e aí, o que aconteceu? Ela era vinculada à coordenação da graduação da nossa instituição e aí ela foi repassada para o programa de pós-graduação. E então eu me disponibilizei a fazer todo o

processo de implantação da plataforma para a revista funcionar de modo eletrônico, porque o custo era muito alto para fazer as impressões e também eu tinha um desafio... porque, vamos dizer assim, nós tínhamos dois números correspondentes ao ano de 2011 e daí criar uma nova revista não fazia sentido. Era preciso somente atualizar. Então, eu corri atrás, vamos dizer assim. Não tinha mais como lançar chamadas para poder solicitar uma publicação com ano anterior. Então, eu entrei em contato com vários colegas que tinham interesse em fazer a publicação para que mandassem os artigos para serem avaliados. Aí, ao mesmo tempo, nós fizemos a chamada para atualizar o número da revista, né? Então, assim, o critério foi a minha vontade, vamos dizer assim, inicial de poder colocar isso. E, na verdade, eu permaneci esse tempo todo. Já tentei entregar a editoria porque ela envolve muito trabalho e a gente tem uma infraestrutura muito precária para poder funcionar como uma revista. Então, não houve um critério X ou isso, mas um contexto que me levou a assumir essa... essa função.

LÁFITY: Professor, mas assim, por exemplo, pensando numa saída sua futura, né, por decisão própria... a substituição seria por outro professor do programa?

EDR_3: Exatamente... seria por outro professor do programa e que tivesse um perfil no sentido de ser um professor que já está habituado a publicar em revistas, que esteja já habituado e, assim, tenha um domínio de como é que funciona as revistas em termos de submissão. O professor/professora que assume a editoria precisa também conhecer o processo de funcionamento da própria plataforma. Há um domínio também das exigências da Capes porque, como o programa está vinculado à Capes, existem regras da Capes que devem ser cumpridas em termos de estrutura da revista, no sentido de seções de periodicidade em relação ao conselho editorial... sobre o processo de submissão às cegas. Tudo isso tem que levar em consideração as normas da Capes.

LÁFITY: Professor, qual é a importância dos pareceres dentro da vida acadêmica?

EDR_3: Olha, é fundamental. A primeira coisa, assim, existe uma avaliação às cegas, ou seja, o avaliador, ele não, não tem, vamos dizer assim, o domínio dessa informação para que isso possa influenciar na sua avaliação. E essa avaliação externa, ela é importante porque esse distanciamento faz com que esse avaliador veja com mais clareza, por exemplo, os méritos e os problemas que o texto aponta. E isso... É essa avaliação dos elementos, digamos assim, que cumpre com a análise do gênero artigo, que cumpre com o perfil da revista em termos de nível de aprofundamento. A própria, vamos dizer assim, indicação que os pareceristas apresentam em torno de outras leituras que são necessárias

e que vai apontar que a discussão do trabalho avaliado está ou não fragilizada é muito importante. O parecerista vai dizer o que é que pode ser melhorado. E esse distanciamento é o que um leitor, vamos dizer assim, um leitor externo que não tem contato nenhum com o autor e nem com a realidade do autor vai poder diagnosticar, quais informações são necessárias para o texto, o que deve se apresentar em torno da pesquisa e que, muitas vezes, para o autor, é uma informação que pode ser óbvia, porque ele está lidando com aquilo, com aquele material. Então, tem aspectos que, às vezes, ficam lacunares. Não que o autor não tenha disponível essa informação, mas é porque, como não gera nenhum, vamos dizer assim, problema de entendimento para ele... porque ele está colado com um contexto, com essa realidade de pesquisa, o leitor de fora é que vai se dar conta. Então, é um texto que precisa dar conta de um conjunto de informações para que o maior número possível de leitores possa interagir com esse texto. Há informações que, para o autor, são básicas e que são óbvias, mas não são óbvias para o leitor.

LÁFITY: Certo. Em relação à questão das tarefas e atribuições de um editor de um periódico, quais são essas tarefas? Como é todo esse processo de publicação de um artigo?

EDR_3: Olha... O editor, né, no meu caso, que estou sozinho, né... Então, eu sou responsável por todo o funcionamento da plataforma. Eu sou responsável por propor os dossiês. Como nós fazemos lá na universidade? Então, eu encaminho para a coordenação, dizendo que nós temos dois números anuais e que um número é dedicado ao estudo literário, e um outro número é dedicado aos estudos linguísticos. Daí vejo se há um professor do nosso programa ou dois que estejam interessados em lançar um dossiê, porque é interessante que as temáticas estejam vinculadas às nossas linhas de pesquisa e sempre com a presença de um de um professor de fora como organizador desse dossiê. Então, recebida essa proposta, a gente faz o encaminhamento da divulgação de todas as etapas de divulgação da submissão e, quando os textos são submetidos, a gente verifica se ele se adequa à revista ou não, se é para o dossiê ou para a sessão livre... Que nós temos essas duas. Nós temos sempre um dossiê e uma sessão livre. E eu faço todo o levantamento... de quais são os textos, quais são os autores, os tipos, se pro dossiê ou para a sessão livre. No caso do dossiê, eu solicito aos organizadores que eles possam fazer a indicação de avaliadores externos, porque eles têm o domínio desse conhecimento em relação a quem pesquisa o quê naquele aspecto. Então, os organizadores nos mandam a indicação de dois pareceristas. E a gente faz o contato e o convite para o parecerista, com as normas, com o artigo, com as datas. Ou então, eu posso, dependendo do prazo de tempo

que nós temos, buscar os nossos do conselho editorial, que também participa desse processo de avaliação, dependendo da sua especialidade e também outros que eu possa conhecer, mas que esteja dentro da área do dossiê. Eu só faço consultas aos organizadores se eles acham adequado ou não, porque fica mais rápido. Isso vai depender muito do tempo que nós temos. Quando eu recebo os pareceres de volta, aí eu encaminho para os orientadores... os organizadores com os pareceres, para que eles possam verificar se aqueles pareceres dão sustentação para a decisão deles ou se precisa de um terceiro, que é, no caso, quando tem um parecer positivo e um parecer negativo. E na sessão livre, eu faço todo esse encaminhamento também. Muitas vezes, nós temos pareceristas que são muito rigorosos na indicação do... das qualidades, dos problemas, e daí uma decisão, por exemplo, pode aprovativa, desde que cumpram essas exigências. Ele está lá citando. Mas é um conjunto tão grande de exigência e, sobretudo, às vezes, a natureza da exigência não possibilita a aprovação do artigo. Assim, se são problemas sérios de concepção teórica, erros de análise... No curto prazo, o que o autor tem é pequeno para ele dar conta da demanda? Na verdade, a pessoa, muitas vezes, vai ter que reescrever o artigo. Então, ele é rigoroso, mas é condescendente no seu parecer final. Então, eu, muitas vezes, vejo um parecerista que é extremamente minucioso e que mostra por A mais B os problemas do texto analisado. E outros são muito sucintos em seus pareceres, de modo que o isso demanda a gente acender a lanterna em relação à qualidade do parecer. Então, isso é fundamental. Sem o parecerista é impossível um periódico funcionar no sentido do compromisso que se tem com a qualidade científica, a consistência dos textos. A novidade, vamos chamar assim, a inovação que esse texto possa trazer. E em relação ao mérito que o texto apresenta, porque o que acontece? Hoje temos uma facilidade muito maior para se criar uma revista, porque você tem diversas plataformas. Então, esse não é o problema das revistas hoje. O problema, na verdade, ... sempre foi, vamos dizer assim, questão da publicação de textos que venham realmente apontar contribuições. Nesse aspecto, a gente sempre toma cuidado de indicar um avaliador que esteja próximo da proposta do autor que submeteu o trabalho. Verificamos as indicações e colocamos nomes de diferentes regiões e universidades. A gente vai ter esse... essa visão mais ampla e não ficar concentrado apenas nos pareceristas mais próximos ou então concentrar somente numa determinada região.

LÁFITY: Como é feita a seleção dos pareceristas quando se trata de um número aberto? Porque quando é número temático, aí você pede, pede auxílio aos organizadores para essa

questão da indicação dos pareceristas. No caso de um número que é aberto como é que é feita essa seleção?

EDR_3: Olha, por exemplo, na literatura, para mim, isso é tranquilo, porque a gente termina conhecendo das diversas áreas. Então, assim a gente busca pareceristas que sejam vinculados à pós-graduação. Isso é um critério. Há professores que são, por exemplo, bolsistas de produtividade, que tenha uma produção sobre a temática. Então, isso são critérios. O currículo Lattes, muitas vezes, nos ajudam muito a encontrar esse perfil. Até para a gente poder ter essa diversidade de vozes que eu falei anteriormente. E quando é da linguística e a temática aberta, eu faço a consulta aos colegas do programa, vejo quem eles podem indicar. Também é solicitada a emissão de pareceres a pessoas que eu conheço da linguística e que sei que trabalham com uma determinada temática. E com isso, conhecendo os colegas, a gente termina verificando assim não só ele com ele que trabalha uma dada temática, mas vemos nomes que ele pode sugerir. Tem outras áreas que são mais restritas, no sentido de que nós temos menos pesquisadores na área. Por exemplo, a área da filologia. Então aí a gente vai buscar. Aí você tem menos, menos possibilidades em termos de nome, né? E a gente sempre faz um esforço de, vamos dizer assim, de convidar e incomodar, né, as pessoas que realmente são referências na área. A gente tenta ver o máximo de pareceristas que tem uma representatividade e respeito na comunidade acadêmica.

LÁFITY: Em relação ao retorno dos pareceristas, eles dão retorno rápido ou é um retorno lento?

EDR_3: Nós temos assim... Pareceristas que realmente que nós já trabalhamos, vamos dizer assim, que tendo prazo, ele encaminha. Vamos dizer assim... Nós temos o grupo que cumpre o prazo, o grupo que pede um prazo maior e o grupo que aceita e que nunca mais dá notícia. Aí o que a gente faz? Aquele que pediu um novo prazo... a gente concede um novo prazo. E se dentro desse novo prazo, que é viável para a revista, não for viável para o parecerista, aí, infelizmente, nós temos que ver a questão do funcionamento e do tempo que nós temos. Aí a gente agradece e a gente vai atrás de um outro parecerista. Mas tem aquele, aquele grupo que aceita, se sente muito lisonjeado, né? Mas por alguma razão... não... não nos envia, né? Aí a gente entra em contato novamente.

LÁFITY: Quais são as diretrizes que você considera mais importantes de serem explicitadas para um parecerista, com a finalidade de que o artigo, o trabalho, ele tenha qualidade?

EDR_3: Exatamente na relação teoria e análise. É o momento em que, assim, essa indicação de que, se há uma contradição teórica, se há uma inconsistência teórica e qual é essa inconsistência e como isso se reflete na análise dos dados, porque outros aspectos, por exemplo, com relação à linguagem, a formatação, às vezes, até a própria adequação ao gênero artigo científico, artigo acadêmico são questões que podem ser resolvidas sem nenhum problema e que é fácil de ser feito ajuste pelo autor. Mas o que mais nos interessa é exatamente essa questão de uma discussão teórica profunda e coerente com relação à análise dos dados.

LÁFITY: Em relação à questão dos pareceres que chegam até você... esses pareceres, pelo seu tempo de experiência, são pareceres que têm muitas divergências ou não? E se têm muitas divergências, essas divergências são mais relacionadas a quê?

EDR_3: Olha, de uma forma geral, não há grandes divergências entre os pareceristas... Até porque existe um aspecto que talvez seja peculiar, vamos dizer assim, de que alguns pareceristas, eles não aceitam, por exemplo... Eu vou falar sobre a minha experiência. Um grupo da Análise do Discurso, se não for a análise do discurso da teoria com a qual esse grupo trabalha... esse grupo se recusa a emitir um parecer. Isso é um uma característica de uma linha da Análise do discurso que é.. Eu acho que é a do Pechêux, os pecheutianos. Eles são mais radicais com relação a isso. Assim, é exatamente aí. Então, quando tem isso, muitas vezes pode haver essa divergência. Aquele que aceita fazer o parecer, mas que tem divergência teórica, ele explica. Aí pode ser que ocorra essa divergência, mas, de uma forma geral, não há tanta divergência nos dois pareceres. E você vai ter muito...uma grande parcela, a grande maioria, né, dos pareceres vêm com restrição, porque é preciso fazer adaptações, adequações, melhorar muitos aspectos. E existe uma minoria de aceite sem nenhum tipo de reformulação, mas é um grupo menor mesmo.

LÁFITY: Interessante. Eu já entrevistei outros editores e é muito parecida essa questão de que um trabalho não precisa ser refeito. De uns 100%, apenas uns 15, 20% no máximo, são aprovados sem que nenhum tipo de ajuste tenha que ser feito.

EDR_3: ... Sim, sim. Desde a questão da linguagem, do ponto de vista gramatical, da norma padrão ao aspecto de explicitar alguns conceitos, da necessidade de inserção de informações relevantes para que o leitor possa ter clareza de critérios que às vezes o artigo não... não apresenta. São poucos os trabalhos que são aprovados sem nenhum pedido de mudança.

LÁFITY: É frequente os pareceristas recorrerem a você para solicitar a orientação sobre tomada de decisão de aceite ou não de um determinado artigo?

EDR_3: Não, não. São poucos. Eu acho que a gente teve mais isso no começo da revista, que eles queriam entender com mais clareza qual era o perfil do autor, porque, assim, você tem alguns periódicos, que a autoria designada é voltada para alunos de graduação ou alunos de pós, né. E a grande maioria das revistas, ela quer trabalhar com o pesquisador, mesmo que ele esteja em formação, que na verdade nós estamos sempre em formação, mas que para que ele possa dizer se aquele texto é adequado e se a linguagem está adequada, se o nível de profundidade está adequado no sentido assim: Quem é o autor, Qual é o perfil desse autor... Mas aí a gente, já no endereçamento, quando a gente faz, a gente coloca o perfil nas normas também, diz qual é o perfil desse autor. Então, isso quase não... Não tem essa pergunta.

LÁFITY: O que você considera como mais revelador ou que o que é mais importante ter no artigo analisado por um parecerista?

EDR_3: Eu acho que o que a gente mais deseja ver na análise de um parecerista é ele observar se há adequação entre teoria e análise, se o texto traz uma concepção teórica coerente e se a teoria possibilita a análise daquele corpus específico e que aponte um resultado produtivo. É esse casamento teórico metodológico que vai possibilitar um resultado significativo, porque se o texto apresenta uma fragilidade do ponto de vista conceitual, a análise vai também, não necessariamente, mas, provavelmente, ela vai ter fragilidades. Provavelmente ela vai ter fragilidades muito grandes. Pode acontecer também da parte teórica, vamos dizer assim, não tratar de aspectos que foram abordados na análise ou inverso. Então, o parecerista é aquele que vai conseguir detectar essa discrepância também. Então acho que essa observação por parte do parecerista ajuda a cumprir a função social do artigo, a estruturação do artigo. Tudo isso vai depender desse casamento teórico e metodológico, porque não adianta, porque não vai sair um artigo bom, porque não tem problema de linguagem, ele segue todas os tópicos de um artigo científico, mas isso apenas é uma, vamos dizer assim, é um aspecto da textualidade, uma materialidade que o artigo tem que apresentar, que é um, vamos dizer assim, o que está convencionalizado dentro da comunidade acadêmica, esse perfil de texto. Mas se não tiver essa coerência entre teoria e análise, o trabalho não será consistente. Por mais que ele esteja bem estruturado, vai ter sérios problemas.

LÁFITTY: Unhum. Que problemas comumente impedem ou motivam aí a não aceitação para publicação de um artigo? Seria exatamente esses aspectos?

EDR_3: São... são esses aspectos. Quando, muitas vezes, você tem essa fragilidade teórica que se reflete na parte analítica, o texto fica improdutivo. O texto não contribui, não esclarece, não traz um elemento novo. O artigo científico, que é um texto de divulgação científica, ele não necessariamente vai trazer o ineditismo. Até porque não existe essa, essa proeminência de inovações diárias. Mas como envolve a questão da divulgação de uma determinada área do conhecimento, modos de apresentação diferenciados, mais e mais didático, mais claros, isso traz uma contribuição na formação dos pesquisadores. Por exemplo, um texto que tem uma coerência teórica e analítica fica muito bem claro. É um modo, uma metodologia de análise que, por exemplo, um leitor inexperiente vai se apropriar desse modelo de análise porque o olhar dele vai ser chamado a atenção para os detalhes que é importante para aquela perspectiva teórica. Do ponto de vista teórico, nós temos a difusão das teorias na parte analítica. E isso vai mostrar a produtividade da teoria no sentido de apontar e esclarecer questões de pesquisa. A possibilidade de alargamento de análise dessa teoria, que é também uma espécie de inovação no sentido de que sempre se fez com determinada teoria, se chegou até o ponto X e meio que, vamos dizer assim, se tem uma... uma rigidez do ponto de vista de que aquela teoria só pode chegar até a mim até um determinado ponto, e que um outro autor pode pegar a mesma teoria e mostrar que ela pode ir além. Então, é perceber essas nuances. Eu até costumo falar para os meus alunos que, sobretudo na metodologia da pesquisa em literatura, que a gente tem... Quando a gente entra no mestrado e até no doutorado também tem um pouco de mania de grandeza. A gente acha que tem que descobrir o mundo, tem que ter muita coisa. E quando na verdade, a micro, que eu acho que a linguística resolve, tem mais isso, mais resolvido do que os estudos literários. Os aspectos micro exige desse pesquisador uma capacidade maior do que simplesmente querer abarcar o mundo, porque aí eu tenho uma verticalização da pesquisa e um aprofundamento. E além disso, por exemplo, você coloca um plano de pesquisa, mas, à medida que você vai definindo, delineando a sua parte metodológica, que é a realidade da pesquisa, aí é que você vai ver o que é exequível, que isso é uma palavra muito necessária na realização de um projeto de pesquisa. E também isso se reflete no artigo, no texto introdutório, já que autor tem que deixar claro quais são os limites do seu artigo, exatamente para que a gente possa entender se aquele resultado é o suficiente para aquilo que ele se propôs ou não. Até porque nós temos que ver essa relação, aquilo que o autor

do artigo se propõe, àquilo que ele apresenta e, muitas vezes, eu posso, enquanto pesquisador, estar querendo mais dele, mas ele não se comprometeu a fazer mais... ele se comprometeu a apenas a chegar a um determinado lugar e... "Ah, mas ele não analisou isso. Não analisou aquilo " Mas o que é que ele disse? O que ele prometeu na introdução?

LÁFITY: Em relação aos trabalhos que eles são aceitos sem nenhuma ressalva, sem nenhum pedido de alteração, que aspectos são vistos de forma positiva, que são apontados pelos pareceristas para que o trabalho seja considerado um trabalho muito bom?

EDR_3: Eu acho que aqueles que, de certo modo, delineiam uma espécie de novidade. Assim... Que fica muito clara a contribuição do artigo, tanto para a área como para, vamos dizer assim, para a sociedade. Um retorno para... Mas é, sobretudo, o avanço e o aprofundamento dentro da área da pesquisa e da área do conhecimento que o artigo se apresenta.

LÁFITY: Em relação à questão das críticas que aparecem dentro dos pareceres. Há predomínio mais de críticas positivas ou críticas negativas?

EDR_3: Olha, o que acontece é que se evidencia mais os problemas, até por conta do... do espaço físico do formulário. Embora alguns devolvam o artigo com observações no próprio artigo, que, às vezes, no parecer ele preenche aqueles... Aquelos tópicos. Mas uma grande parte, quando eles encaminham com as observações, elas estão mais explicitadas no... No artigo. Mas há um predomínio maior de observações de críticas em relação aos problemas. Acho que é o que todo mundo quer ver resolvido, aquele que já está, vamos dizer assim, ok, não precisa mais ficar mexendo ou falando. Mas, de uma forma geral, é mais a questão de explicitar os problemas, o detalhamento dos problemas.

LÁFITY: Eu acho que você até respondeu ao próximo questionamento sobre o que realmente predomina. Só para complementar, você poderia dizer se, em caso de crítica negativa, há uma atenuação no discurso dos pareceristas, no sentido de eles serem gentis ao fazerem as observações sobre o trabalho do autor? Se lembrar, você poderia mencionar um exemplo de algum parecer que você tenha visto?

EDR_3: De uma forma geral, eles são gentis. Eles não são assim, não são grosseiros. Eles apontam "Há um aspecto x e precisa ser redimensionado", porque a eles colocam sempre uma motivação acadêmica em relação àquilo que precisa ser redesenhado. Mas, de uma forma geral, há uma polidez nessa avaliação, mesmo sendo aspectos negativos. Eu percebo, assim, um cuidado no sentido para que não gere um desconforto para o autor de forma gratuita. Assim, no sentido de um parecer negativo desqualificar o autor. Não,

não a essa... Essa coisa do... Da grosseria. Há uma polidez nos textos que eu tenho observado. Assim, são muito diretos: "Há problema de pontuação, de problema de... De conceitos x e precisa de um outro viés". Não lembro de um exemplo de modo preciso, mas eles usam muito o futuro do pretérito, do tipo "você poderia", "ficaria", etc...

LÁFITTY: De modo geral, os pareceres são bem detalhados? Ou os pareceres são, de forma geral, muito sucintos?

EDR_3: Na verdade, nós temos oscilações. Nós temos um grupo, que não é a grande maioria, de ser muito detalhista. Nós temos o grupo que busca... a grande maioria responde porque o nosso, no nosso formulário, nós temos tanto uma espécie de classificação objetiva como o espaço para os comentários. De uma forma geral, a grande maioria preenche esses comentários sobre aquele tópico de avaliação. Mas, assim, tem muitos, tem vários que inclusive os problemas de gramaticais, vamos dizer assim, de norma culta, eles apresentam, eles trazem lá e exemplificam. Mas eles são mais, vamos dizer assim, genéricos em seus comentários, fazem comentários mais gerais em relação àquele tópico. Aí o que o especifica mais, o que detalha mais são poucos, são poucos o que fazem discursivamente... que mostram detalhadamente os problemas.

LÁFITTY: Em relação à questão dos formulários que são enviados para os pareceristas, você acha que os critérios de avaliação são suficientes para que um artigo seja avaliado e seja validado como positivo?

EDR_3: Olha, eu acho que assim... claro que todo o número de...de critérios ele vai ser sempre limitado, porque os textos demandam muita coisa. Mas a gente centra nos aspectos mais importantes, que nós consideramos fundamentais para o artigo. E esse, vamos dizer assim, a gente tem uma dependência também do parecerista cumprir ou não, vamos dizer assim, a observação desses aspectos. Então, acho que o modo como ele contempla, é claro que ele tem a sua limitação, mas para a avaliação do artigo e a publicação ou não, eles dão conta.

LÁFITTY: Unhum. Em relação a esses critérios dos formulários. Ele é feito pelo próprio editor da revista ou editor da revista pede auxílio para outros profissionais da pós-graduação que fazem parte da revista?

EDR_3: No caso, nós definimos. Nós temos um comitê editorial formado por professores do programa de pós-graduação. E são eles que define esses critérios. A definição desses critérios ocorre a partir de diversos outros formulários e de outras revistas que já tinham, sobretudo as revistas consideradas mais... mais importantes na área de Letras, porque a

gente sempre buscou um patamar superior de avaliação. Então, nós chegamos num, vamos dizer assim, num acordo. Eu fiz uma proposta e nós discutimos essa proposta, esse formulário. E ele vem sendo sempre usado, o mesmo padrão, para todos os pareceristas e todos os dossiês e todos os números. A não ser que, os organizadores do número, do dossiê temático, façam alguma sugestão em relação a uma especificidade do dossiê.

LÁFITTY: Unhum. De modo geral, você acha que os pareceres ajudam no processo de refeitura dos trabalhos, até mesmo daqueles que são negados?

EDR_3: Sim, porque é o parâmetro de identificação de avaliação e também um parâmetro em que o autor do artigo vai se dar conta que muitos aspectos que, vamos dizer assim, ele não tinha se dado conta ou tinha se dado conta, mas não conseguiu atender. Chama a atenção para a própria questão da estrutura do gênero artigo, da estrutura, do resumo do abstract e do modo de exposição dos resultados. Então, há uma contribuição para o autor, do ponto de vista de avaliação teórica e analítica e também de avaliação de estruturação do texto e do, vamos dizer assim, do atendimento das exigências que o gênero artigo científico, do gênero re... Resumo que, na verdade, o artigo... Ele traz um conjunto de gêneros que vai dar formato a um gênero maior, que é o que é o artigo. E começa desde a questão, por exemplo, da delimitação de aspectos e a delimitação que tem que estar tanto no título, tanto no... No resumo e na introdução... A linguagem, o nível de linguagem, vamos dizer assim, se é apropriado ou não o uso de determinadas terminologias, vocabulário, sintaxe. Então, assim são aspectos variados. Tanto é que nós temos o cuidado de encaminhar os pareceres para os autores, porque, muitas vezes, só fazer uma síntese para o autor... A gente manda tantos pareceres quanto o artigo quando este vem com comentários do parecerista.

LÁFITTY: Professor, normalmente, a gente vê que tem pesquisadores que dão uma relevância maior para a questão metodológica, outros para a questão da análise, já outros dão mais atenção para a questão teórica. Certamente, você analisa os pareceres que chegam até você, antes mesmo de fazer o envio deles para os autores dos trabalhos avaliados. Em termos de seções de um artigo, qual ou quais seções são mais apontadas, são mais avaliadas pelos pareceristas? É a metodologia? É a teoria? Análise?

EDR_3: É um equilíbrio. Primeiro, assim, há a necessidade de haver um equilíbrio, mas sobretudo na parte de análise, porque essa é a contribuição maior e mais original do autor. Então, em uma primeira instância, há uma cobrança de um equilíbrio entre essas seções, mas, sobretudo, uma maior contribuição na parte de análise, porque essa parte da análise

é que é a parte que realmente vai denotar a contribuição, porque somente, por exemplo, uma exposição teórica não necessariamente vai trazer uma novidade e vai fazer uma prova... vai se produzir um conhecimento. Mas é esse equilíbrio, mas sobretudo na parte de análise.

LÁFITY: De modo geral, o que os pareceristas têm visto com maior relevância dentro do artigo? É a metodologia? A teoria? O que predomina nos pareceres?

EDR_3: É esse equilíbrio também. Agora, o que eu percebo é que a questão da análise, ela é, vamos dizer assim, é o ponto que mais gera...eu acho que mais gera comentários e observações. Porque essa é realmente, o que também eu acho, que vem comungar com aquilo que eu penso que é a contribuição maior do autor.

LÁFITY: Certo. Que função ou que papel social o gênero parecer tem cumprido, em sua visão, para a comunidade acadêmica de linguística?

EDR_3: Olha, tem... Eu acho que tem essa função social de, vamos dizer assim, um controle não no sentido ditatorial, mas um controle da... de coerências teóricas, das consistências teóricas e, conseqüentemente, metodológicas e analíticas. Assim, o parecerista, né, ele aponta exatamente para, vamos dizer assim, um contexto específico de uma área do conhecimento... Qual é, vamos dizer assim, o que falta do ponto de vista teórico, do ponto de vista metodológico e do ponto de vista analítico. O parecer aponta o funcionamento dessa... dessa área, a lógica conceitual, metodológica e analítica de um campo do conhecimento. Isso não é a questão de ser dono da verdade, mas é essa busca dessa coerência e também da especificidade de... Muitas vezes, o trabalho que se diz interdisciplinar, né, ele pode... As pessoas, muitas vezes, não conseguem compreender, por exemplo, que a interdisciplinaridade ela vai depender da relação de coerência entre esses campos do conhecimento. Não é porque eu estou buscando alguma coisa da sociologia ou buscando alguma coisa da literatura, da linguística que eu vou misturar que vai dar certo. Mas é essa... Essa consistência e essa validade que hoje nós estamos vivendo muito em relação a pandemia... Essa necessidade, o da validade de determinadas, vamos dizer assim, procedimentos e teorias, resultados em relação a um aspecto de...da Pandemia. Então, assim, a ciência ela traz como uma balizadora de parâmetros que não é só científico, mas que se relaciona com o aspecto social. Além disso, tem um aspecto que eu acho que é importante, sobretudo nós, na nossa área de letras, linguística e literatura é que essas áreas têm uma coerência interna, porque elas partem de um determinado ponto de vista que, não necessariamente, vai invalidar outra área... E elas vão ter uma

coexistência, né? Então, isso é interessante no sentido de que esses parâmetros... Eu não tenho um único parâmetro, porque vai depender da área do conhecimento e a sua rotina do ponto de vista de coerência teórica, metodológica e analítica. E essas, vamos dizer assim, são esses pareceres que terminam, vamos dizer assim, convencionando um determinado perfil da área, tanto no modo de exposição teórica, tanto no modo de exposição da metodologia, tanto do modo de exposição da análise. Tanto é que, assim: "Ah, na análise do discurso nós não trabalhamos assim", " na sociolinguística eu faço de modo diferente", né. Porque as perspectivas e os objetivos são distintos. Então, uma área não invalida a outra. Ela coexiste, contribui, né.

LÁFITY: Ok. Há algum aspecto que você considera importante sobre o gênero parecer e que eu não contemplei, né, de forma alguma durante a nossa fala? Se sim, você poderia evidenciar algum aspecto?

EDR_3: Dos autores quando recebem pareceres, a grande maioria agradece. Dizem que vão refazer o trabalho para tentar publicar novamente na revista. Os que não... não têm essa possibilidade, eles também agradecem. E é uma minoria que escrevem para o editor dizendo que não concorda com o que foi elencado e que chegam até não ser polidos, dizer que eu deveria ter... O editor deveria ter escolhido pareceristas mais competentes. E também já teve um caso de uma moça que teve um texto reprovado e, tempos depois, ela escreveu pra mim dizendo: "Olha, o meu texto que foi reprovado na revista de vocês foi aprovado na revista X". Mas são muito poucos, muito pouco mesmo. Agora eu recebi de uma autora que disse que não concordava com os pareceristas. Nós temos que seguir e respeitar a decisão dos pareceristas, né? Porque se ele é convidado para emitir um parecer... é porque o periódico está atribuindo a ele uma competência e uma capacidade, uma respeitabilidade e que o posicionamento dele tem que ser respeitado.

LÁFITY: Eu me lembrei agora da revista da ABRALIN. Ela tem divulgado os nomes dos pareceristas de um dado artigo. O que você pensa em relação a essa questão de publicização dos nomes dos pareceristas que fizeram a avaliação de determinado trabalho? Você acha que, de alguma forma, isso... Isso contribui para uma avaliação mais detalhada do avaliador em relação ao trabalho analisado? ou não?

EDR_3: Por um lado, vamos dizer assim, o nome do parecerista pode agregar mais credibilidade ao trabalho publicado e essa publicização pode uma maior respeitabilidade ao parecerista. Por outro lado, pode também criar, de algum modo, algum constrangimento para o parecerista, porque nem sempre as pessoas entendem que o

responsável pelo texto é o autor e não o parecerista. Então, assim, nós não pensamos em fazer essa divulgação. Na verdade, nem... nem chegamos a discutir sobre isso. Mas, assim, eu não sei se teria grande produtividade. O que nós tentamos fazer é listar em cada número a os nomes de todos os pareceristas responsáveis pela avaliação dos trabalhos de um dado número da revista, porque, de uma forma geral, o nome do parecerista não está linkado a um artigo específico, mas todos são mencionados sem associar ao trabalho que foi avaliado, eu acho que isso mostra a credibilidade da revista também. Então, a gente mostra a lista dos pareceristas que emitiram um parecer. Nós fazemos isso, mas sem vincular aquele artigo X ao parecerista y.

LÁFITY: Em relação à questão dos pareceristas não terem acesso diretamente aos autores e vice-versa, lendo algumas coisas sobre... sobre pareceres fora do país, a gente vê periódicos em que, por exemplo, já tem a questão da escrita colaborativa. O parecerista tem um diálogo com o autor, mas via também editor. O que você pensa sobre isso?

EDR_3: Olha, isso seria uma faca de dois... dois gumes, né... Haveria um ganho significativo do trabalho do autor em fazer esse diálogo com um parecerista, mas eu, do ponto de vista pragmático, para poder realmente funcionar, né... Eu não sei se nesse modelo de periódicos que nós temos se é viável. É porque isso demanda muito mais tempo, né? Até porque, vamos dizer assim, a publicação demoraria muito tempo para sair, ficaria bem mais complicado se o processo fosse dessa forma, porque tudo demandaria mais tempo. Vejo isso como algo inviável para nosso contexto de pesquisa.

LÁFITY: Os resultados demorariam mais e os dados poderiam ficar mais obsoletos, é isso?

EDR_3: Exatamente. Assim, imagina aí você mandando um artigo em janeiro. Aí... digamos que, a partir de março, você vai fazer essa discussão com esse parecerista, né? Até findar toda a discussão entre autor e parecerista, a versão final desse artigo não daria para ser publicada naquele número. E, na verdade, é uma ideia que eu acho interessante, mas que eu acho que também precisa ter uma disponibilidade acadêmica para isso, né, do parecerista. E também é uma concepção de produção de conhecimento numa velocidade, vamos dizer assim, não numa perspectiva produtivista que nós temos hoje aqui. Isso implica que a produção do conhecimento implica tempo. E hoje o que menos se tem para produzir é o tempo, porque se tem toda uma questão de comprovar a publicação... você tem que fazer um conjunto de publicações, pois quanto mais publicações você tiver, mais vai denotar a sua competência e a sua capacidade, porque o mecanismos de produção no

Brasil é como se o pesquisador fosse uma fábrica. Eu acho que a lógica que está hoje no Brasil não permite esse tipo de... de trabalho. Até porque a própria periodicidade da revista é avaliada.

LÁFITY: Professor, terminamos aqui a nossa conversa. Muito obrigada por toda a atenção que foi a dada à nossa pesquisa.

EDR_3: Foi um prazer tão grande. E é importante pra gente essa discussão em torno dos pareceres. Tomara que seu trabalho permita que as instituições repensem o valor dos pareceres, porque emitir parecer é um trabalho braçal muito grande e que é pouco valorizado dentro dessas instâncias de avaliação. E o parecerista tem um a função muito importante na garantia da qualidade da divulgação científica, mas esse é um trabalho desvalorizado, é como se fosse um trabalho qualquer. E no caso do Brasil, é uma atividade gratuita. É muito uma troca de favor acadêmico que se faz. Vamos dizer assim, é o cumprimento de um papel social que não é remunerado e que é pouco valorizado pelas instituições, como por exemplo a Capes, e que muitos colegas vieram dizer que não vão mais aceitar fazer esse esforço de aceitar tantas emissão de pareceres, já que o retorno acadêmico é muito pequeno, né.

LÁFITY: Verdade. Muito obrigada, viu!?! Não sei nem como te agradecer. Pois tá, um abraço.

EDR_3: Abraço.

LÁFITY: Obrigada.

EDR_3: Tchau, tchau.

ENTREVISTA_EDR_4

Sobre o editor

Nome do editor: EDR_4

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística Textual

Sobre a revista

Nome do periódico: PER_D_A4

Região do periódico: Nordeste do Brasil

Ligada a um Programa de Pós-Graduação de uma universidade pública do país

Tempo de atuação: 36 anos

Sobre a entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da entrevista: 9/3/2022, 14h às 15h20min7seg .

LÁFITY: Professora, boa tarde. Inicialmente, muito obrigada pela participação, pela colaboração com a nossa pesquisa. Podemos iniciar?

EDR_4: Podemos sim. Eu que fico feliz em colaborar com uma pesquisa tão importante para a nossa área. Olha, eu falo demais. Sou chefe da revista desde o ano de 2018. A nossa revista tem uma tradição no nosso programa de pós graduação, que essa tradição foi quebrada quando eu passei a ser editora-chefe, que era a vice coordenação, era sempre a chefe da revista, então funcionava dessa forma. Até que a editora chefe que foi anteriormente a mim ela ficou bastante tempo, né? Também porque ela foi vice coordenadora em três gestões seguidas. E aí ela precisou passar o cargo por questão de apuro do trabalho. E aí eu assumi em 2018, eu já era do comitê científico da revista, já colaborava fazendo os pareceres. Mas aí passei para essa função de editora chefe, que foi em 2018. Então, a gente colocou no ar a edição de 2018, 19, 20 e 21 e está preparando aí o quinto ano agora.

LÁFITY: Professora, sobre o surgimento da revista, você poderia falar um pouco como foi? Ela está ligada a algum programa de pós-graduação?

EDR_4: Sim. Ela tá ligada ao programa de pós-graduação da universidade onde atuo, da pós-graduação em Letras. E a revista eu acho que deve ser a mais antiga do Norte-Nordeste, porque ela é, na verdade, a primeira publicação dela se dá em 1987, tempo depois do surgimento do programa da universidade U, que é o mais antigo no Norte-Nordeste, de 71. Depois de 76, surge o doutorado e aí, em 87, a revista é publicada, que foi idealizada pelo professor H, da área de gêneros textuais. E a gente tem disponível no site os números desde 91. Falta os primeiros números. Ela começou como uma revista impressa porque é uma revista antiga e teve um tempo que a gente mantinha impresso.... e é tanto que a gente tem o ISSN, a gente tem o impresso e o digital e atualmente a gente só publica digitalmente porque não... não há mais sentido a publicação impressa por várias questões de custo, dificuldade de circulação, então ela já vem se mantendo como

uma revista totalmente online. Quando eu cheguei, ela já era totalmente online, já não havia mais a publicação impressa.

LÁFITY: Sabe-se que as revistas apresentam números temáticos e aтемáticos. Como você faz para selecionar os pareceristas do periódico?

EDR_4: A gente tem um comitê científico da revista, formado por 30 professores, professores dentro e fora da nossa universidade e também professores de universidades estrangeiras. Então, existe esse comitê formado por 30 professores. Contudo, há muitos pareceristas ad-hocs que é justamente esses professores que não fazem parte do comitê e que colaboram com a revista. Então, para você ter uma ideia, a gente tem mais de 300 pareceristas cadastrados. E como isso se dá? E isso teve uma edição de 2019, foi a edição mais desafiadora que a gente teve, porque a gente teve um volume altíssimo de artigos avaliados. A gente teve mais de 100 artigos sendo avaliados, tanto de linguística como de literatura, porque a gente tem essas duas áreas, que são as duas áreas do nosso programa de pós-graduação, que é o de teoria da literatura e o de linguística. Então, a gente teve essa demanda colossal de avaliação. Naquela época, a gente já tinha uma centena de pareceristas, mas, naquele momento, a gente precisou recorrer a muitos pareceristas, porque, como vocês sabem, existe a avaliação entre pares que não se comunicam e nunca vão se comunicar. Mas ocorre, muitas vezes, de e a gente precisar do terceiro olhar. Mas a gente, às vezes, vai até ao quarto olhar, né. E eu diria que a maior dificuldade na gestão de uma revista diz respeito exatamente à leitura e seleção dos trabalhos para distribuição ser feita aos pareceristas. O parecer elaborado pelos pareceristas é o núcleo de todo o processo, porque a gente sabe que um artigo é submetido, a gente tem que abrir o artigo e ver se ele atende às normas da revista. A gente tem que checar se tem os resumos, se não tem identificação autoral, se está dentro do número de palavras ou caracteres, o número máximo, então a gente tem que checar isso. O artigo estando dentro dos critérios, ok, se ele tem algum problema, a gente recusa e pede para o autor ajustar e submeter novamente. A gente não recusa, assim, de forma dura. A gente diz que tem tais e tais problemas e sugere que seja ajustado e enviado novamente. Então, o artigo chegou e está em condição de ser avaliado, ele é designado para o editor da área. Eu sou a editora-chefe, mas a nossa revista ela tem a editora de Linguística e o editor de Teoria da literatura, a professora G, que entrou recentemente em nossa revista. Ela entrou no segundo semestre do ano passado, e o professor NN, que já está há muitos anos. Ele já está há mais de uma década como editor de teoria da literatura. Então, eu designo para... Seja para a literatura,

seja para linguística. E aí esses professores é que vão designar os avaliadores. Então existe um prazo que é de três semanas, 21 dias para avaliação do artigo. Esse prazo já é automaticamente colocado pelo sistema, né. A gente tem mensagem que é uma mensagem automática, né. A gente tem vários conjuntos de mensagens, mensagens com várias funções que já estão lá no sistema que a gente solicita a avaliação. E aí quando eu digo que o parecer é o núcleo de todo o processo de avaliação de uma revista é porque o artigo pode... ele pode ter um processo rápido ou um processo muito lento, entende? Então, assim a gente tem um prazo de até seis meses quando o artigo chega. Isso tem a ver com a proposta de diretrizes da Capes para que o artigo não passe mais de seis meses em processo de avaliação dentro de uma revista. Então, o que ocorre? Mas aí a gente tem, às vezes, pareceristas que não respondem se estão disponíveis ou não para avaliar. E aí não responde. Aí a gente pede uma segunda resposta, não responde ou, às vezes, o parecerista ele aceita, ele diz que vai avaliar, mas ele demora. Ele não cumpre o prazo. Tem pareceristas que são muito ágeis, que fazem dentro do prazo ou até bem antes do prazo. Mas é isso que eu digo. O que dá trabalho é exatamente esse processo, porque você fica cobrando os pareceres e quando não há resposta... a gente acaba cancelando e enviando para outros pareceristas. Às vezes, a gente chega até a designar para quatro avaliadores, porque a gente tem um prazo que já está terminando, já está finalizando, já passei e já está em cima, porque depois que ele é avaliado, o artigo vai ser revisado, que a gente tem a política de revisão dentro da nossa revista, isso não é uma prática comum na maior parte das revistas, nem todas fazem isso. A revisão é de responsabilidade do autor, mas a gente revisa. E assim, só fazendo um comentário, abrindo aqui uma janela na minha fala, a gente... Como nós temos o curso de bacharelado em Letras, então a gente possibilita o estágio desses estudantes na revista que vão realizar o processo de revisão e o artigo é revisado pelo menos duas vezes. Então, assim, a gente revisa. Aí a gente manda a lista de pendências para os autores. Quando a gente encontra, quando a gente pode resolver...é um problema de uma crase, de uma questão de ABNT a gente pode ajustar, mas tem coisas que a gente não pode ajustar, porque está faltando o número de páginas de uma obra. Às vezes, falta uma indicação de fonte, de uma figura, de um gráfico, entendeu? Então, sim, tem coisas que, às vezes, falta... Uma obra que tem um autor que está sendo citado no texto, mas não tem a obra nas referências. Então tem coisas que a gente não tem como resolver, aí a gente manda para os autores. Aí a gente dá um prazo que é super curto, porque quando a gente já está mandando para o autor ajustar, já é o momento final. Quer dizer, dali é um pulo para o arquivo já ir para a composição de layout e a gente

publicar, né. Então, assim... Então foi isso que... Eu te digo que grande desafio de uma revista, tá certo, é a questão dos pareceres, tá. É a questão da avaliação dos artigos. Nós sabemos que todo o trabalho é um trabalho e não há nenhuma cobrança de valor nem para quem avalia, nem para quem submete seus trabalhos. A gente sabe que existem revistas que cobram para publicar trabalhos. A nossa revista não é, não cobra. E também esse trabalho de avaliação é um trabalho voluntário. Então, essa demanda fez com que a gente alargasse o nosso leque de avaliadores. E eu diria que a gente tem uns 376 pareceristas, se eu não me engano, ... é por aí. São mais de 350 avaliadores no sistema que a gente... também tem o cuidado de não sobrecarregar um avaliador. Eu digo isso porque eu também, apesar de ser editora aqui e acolá, eu estou avaliando artigos de outras editoras e, quando eu tenho tempo, assim que eu avalio, às vezes, eu digo: "Olha, eu não tenho condição de avaliar porque eu estou fechando a edição". É muito trabalho de edição, é muito trabalho. É um trabalho fenomenal você gerenciar uma revista. Então, assim, você não é só gerente, você é professor. Eu sou professora de pós-graduação, professor de graduação, tenho pesquisa, tenho orientandos de mestrado, doutorado e de iniciação, de TCC. Então, assim, é um volume de trabalho muito grande. Então, assim é um trabalho que a gente não tem verba. A gente trabalha assim... Já teve momentos de você, por exemplo, ter uma verba para questão de confecção da capa, de que vai fazer uma arte diferente numa capa que é uma edição especial. A gente conseguia, entendeu? Então, assim, hoje em dia, não tem. A gente sabe que as pós-graduações estão sendo cada vez mais minadas, então a gente sobrevive nesse trabalho. O ano passado eu recebi uma mensagem de uma revista de uma universidade do Rio de Janeiro que era uma revista de qualis A e que dizia que estava fechando as portas porque não tinha mais como se manter sem nenhum tipo de verba. Então... então... a nossa revista é um trabalho voluntário de pareceristas, como de praxe em qualquer revista. É um trabalho voluntário. Então, assim é... quando a gente encontra uma dupla de pareceres que ajudam, os dois respondem no prazo... isso é perfeito. Ah, mas aí tem outra questão... E se for, é pedindo revisões requeridas e o outro está pedindo para recusar ou para aceitar. A gente tem que buscar um terceiro avaliador, porque a gente tem na nossa revista... A gente tem... O trabalho pode ser aceito, ele pode ser rejeitado e ele pode ser... O parecerista, vai pedir revisões requeridas ou correções obrigatórias, que aí é o meio do caminho. E há uma grande quantidade. Não é pouco de trabalhos que vêm nessa condição, porque às vezes um diz assim: "aceita". E o outro diz "revisões requeridas". Quando isso acontece, a gente olha, porque aí entra o trabalho de editor, né? E embora eu não seja editora de linguística, mas

editora chefe, a gente sempre dialoga, porque a linguística também é a minha área. E assim, abrindo outra janela aqui, eu passei quase dois anos acumulando essas duas funções, porque a gente teve um problema interno lá no nosso programa e eu acumulei essas duas funções. Então eu fiquei para enlouquecer, sendo editora de linguística e editora-chefe da revista, né? Então, assim, então a gente, né... Aceita as revisões requeridas, a gente olha e aí pede revisões requeridas para o autor. A gente manda os pareceres, a gente compartilha. Há pareceristas que não apenas emitem o parecer, mas também fazem marcações no manuscrito. E a gente também compartilha com os autores, tendo o cuidado de transformar num PDF para que a autoria seja preservada, porque às vezes tem pareceristas que enviam os comentários, mas com nome identificado e tem pareceristas que não, que já retiram. O word tem esse recurso que possibilita. Então, assim, aí a gente envia para o autor, né, pergunta se ele concorda com essas observações. A gente pede isso, que ele manifeste de acordo ou desacordo, porque pode ser que você pode dizer que não, que não tá de acordo. E aí, se ele não estiver de acordo, a gente não vai publicar, porque a gente vai confiar no que está sendo dito pelos pareceristas. Eu acho que só teve um autor que disse que que não ia ter tempo para fazer as observações dos ajustes e que, portanto, eu retirasse o artigo da avaliação. Então, foi só esse. Foi a única situação de, digamos assim, de não acatar e acabar retirando. E aí eu não sei qual foi a razão, mas alegou a questão do tempo, que cinco dias era muito pouco. Bom...E aí... Agora tem situações assim que o autor chega e faz assim: "Olha, mas isso aqui eu não vou mexer por isso e isso", aí quando a gente percebe que é mais uma sugestão do que uma obrigação, a gente aceita a posição do autor... O que tem tem também é outra coisa que eu eu... eu, assim, talvez possa ser até interessante, né, para o estudo que você tá fazendo... porque, assim, tem todo o tipo de parecer e tem pareceres que vão dizer que o artigo é muito bom ou que tem um tema bom e vão dizer que têm problemas de forma que precisam ser revistos. E aí vai ter outro parecerista que vai apontar quais são as coisas boas e vai dizer e vai detalhar isso aí, né. E também vai detalhar problemas do trabalho, né. Em relação, por exemplo, "é preciso explicitar melhor as questões metodológicas. A análise precisa dialogar mais com a fundamentação", por exemplo, "as conclusões trazem dados muito gerais que não, que não dizem exatamente o que o trabalho fez" ou então vai dizer assim: "O autor carece de atualização do trabalho, que carece de atualização bibliográfica" porque já tem muita coisa publicada que não está sendo apontada, né. Então, assim você tem pareceres... Pareceres muito diversos, tem pareceres bem sintéticos, tem pareceres extensos. A gente não trabalha com formulário de avaliação na

nossa revista. Então, o autor, quando ele vai avaliar ele tem lá o box que ele vai preencher e aí ele prepara para o que ele vai dizer, né. Então a gente não trabalha com o formulário de avaliação e eu sei que tem revista que trabalha com formulário de avaliação, até porque eu já avaliei. E aí você vai marcando lá: sim, não, justificativa e comenta e tal. Então, assim... E aí o que acontece? Tem alguns pareceres que é assim que o parecerista chega a atuar como se ele fosse o orientador do trabalho. E sabe que o tipo de coisa que ele faria se fosse um trabalho orientado ou escrito por ele. E aí a gente como editor, a gente tem que ter esse cuidado de poder distinguir isso, o que é uma sugestão e o que de fato precisa ser modificado, porque tem a ver com a qualidade, a consistência do trabalho, afetam o trabalho. Então eu já peguei alguns pareceres muito detalhados, desses que escrevem o parecer e ainda fazem comentários no manuscrito... eh... que a gente vai ver que tem muitos comentários ao longo do manuscrito, que na verdade são muito mais sugestões do que propriamente... E aí, quando o autor vai receber o texto a partir dos comentários, em certos momentos, ele vai dizer: "Olha, ele nem diz nada". Ele quando manda o artigo ajustado, ele... Ele, não ele.... Ele passa por cima, entendeu? Ele não, ele não. Aí o que a gente faz? A gente olha e a gente vê. Bom, isso aqui ele não... Ele não acatou isso aqui. Ele não mexeu nisso. Mas isso aqui a gente entende que é mais uma sugestão do que algo que realmente precisaria ser mexido. Aí a gente consegue entender. E aí, quando a gente vê também que o olhar do editor, ele também é um olhar que vai interferir nesse produto final, que é o texto já fechado e pronto para publicar, então ele, agora, às vezes, tem alguns descuidos dos autores. Tem, por exemplo, tem coisas lá para ajustar que ele não ajustou. Sabe que a gente acha que pode ser porque se atrapalhou. Era tanta coisa que passou e a gente chama a atenção: "Olha, isso aqui falta" a pessoa... Ele pede desculpa, agradece, ajusta, entendeu? Às vezes tem isso. Então vamos lá que eu já estou falando bastante.

LÁFITY: Eu tô adorando, pode falar.

EDR_4: Mas assim é isso que eu digo. Assim é o desabafo. Pode ser até um desabafo. O grande desafio que a gente tem é lidar com esse grande processo de avaliação, que é... A gente tem que ficar atrás dos pareceristas, saber se vai avaliar, se ele vai avaliar. E também tem uma curiosidade que eu queria te dizer que funciona em muitos casos, quando a gente cancela a avaliação, o parecerista aparece. Isso já funcionou e muito quando ele recebe, né, que é aquele e-mail sério que vem automático pelo sistema da revista. Mas eu entro lá no sistema e cancelo a avaliação. E o texto diz que pede desculpa por qualquer

constrangimento, nana, nana...mas diz que está liberando a avaliação... Aí é imediatamente você recebe uma resposta daquele parecerista que passou meses no silêncio. Aí ele aparece. Às vezes, ele pede muitas desculpas e diz assim: "Se ainda der tempo de avaliar...". Aí, claro, a gente diz que dá tempo sim. Aí negociamos um novo prazo. E às vezes eu já recebi muitos. Eu acho que tem a ver mesmo com coleguismo, porque somos colegas. E fica muito chato para a pessoa quando ela está recebendo esse cancelamento. Mas também já aconteceu de eu não receber mensagens nenhuma. Ou também já aconteceu de mandar para pessoas, pessoas bastante renomadas, conhecidas na área e imediatamente elas mandarem uma mensagem de recusa, dizendo que infelizmente não está disponível para avaliar. Por um lado, eu acho bom, porque eu já recebo isso imediatamente. Eu não tenho que ficar esperando, esperando aquele silêncio que você não sabe se a pessoa recebeu o e-mail, você não sabe se caiu na caixa de spam. Você não sabe se ela mudou e-mail. Então... Só que, antes de cancelar, a gente manda os lembretes pelo sistema, porque o sistema também permite mandar o lembrete e a gente manda o lembrete. A gente manda o lembrete para saber se está disponível. A gente manda um lembrete para dizer olha que falta tanto tempo para expirar o prazo da avaliação e a gente faz isso porque a gente precisa e o artigo fica lá e o autor manda uma mensagem cobrando, dizem assim: "Que eu saiba, só no meu artigo é assim". As pessoas não entendem esses bastidores, entende? Elas não pensam nesse lado humano da avaliação, que envolve pessoas que se disponibilizam voluntariamente para avaliar e que a gente sabe que na vida acadêmica avaliar o artigo também conta. Isso vai para o currículo, isso vai para a conta, né? Na avaliação do profissional, você ter pareceres... Ah... Pareceres que você avaliou para uma revista. E também se você faz parte do comitê editorial de alguma revista que isso também conta. Mas assim, fechando a pergunta dos avaliadores... só pra dizer o seguinte... é... que a maior parte do trabalho não é feito pelo comitê editorial. É feito por essa grande quantidade de professores e pesquisadores que colaboram, porque a gente tem uma demanda grande de trabalhos. Eu, como editora, na minha concepção, a gente não pode sobrecarregar os avaliadores. A gente não pode. Por exemplo, você tem receber um parecer. Daqui a pouco você está mandando outro trabalho para ser avaliado para o mesmo avaliador? Acho que não. Isso sobrecarrega. Daqui a pouco está mandando um terceiro trabalho, entendeu? A gente não faz isso. Dá um tempo. Até para que a gente possa contar sempre com essa colaboração. Mas teve um momento que um professor falou pra mim: "Olha, eu já recebi sete artigos esse ano. Eu não, não. Eu não quero mais isso". Mas tinha sido enviado por um outro professor. Eu disse "não, não se preocupe,

isso não vai mais acontecer". É aquele tipo de avaliador que é bem disponível, que sempre avalia. Mas é um exagero, né? Sete pareceres num ano para uma revista só têm... Então, assim a gente tem essa... Esse... A gente tem que fazer esse balanceamento entre ter um comitê editorial e enviar para essas pessoas avaliarem, mas também ter um grande elenco de avaliadores que nos auxiliam ao longo do ano inteiro. Então, quando eu tenho um avaliador que nunca está disponível e você manda no ano seguinte, ele não está disponível novamente. Ele nunca está disponível. A gente não manda mais. Isso é falta de parceria, de coleguismo, isso é uma coisa muito chata para o avaliador, né? É porque falta um pouco de trabalho colaborativo, né? A gente serve pra tudo no ambiente acadêmico, né?

LÁFITTY: Conversando com outros editores, eles me falaram em relação a questão do parecer e dessa dificuldade, às vezes, de encontrar um parecerista que responda no tempo que tem que ser respondido, porque tem a questão de dar um retorno para o autor do trabalho. E aí eu perguntei para eles, né... Por que alguns pareceristas, do ponto de vista deles, se recusavam ou demoravam demais dar retorno em pareceres de trabalhos... Eu queria que você também fizesse uma reflexão sobre essa questão. Por que isso acontece?

EDR_4: Olha, eu acredito que seja especialmente pela sobrecarga de trabalho. Como eu te falei, a gente é um serviço que a gente se voluntaria, que a gente faz também por camaradagem, por uma questão de parceria, de coleguismo. Mas eu acredito que isso se deva porque eu também sou professora e eu sei e, às vezes, eu também preciso recusar. Eu, quando recuso, é porque realmente eu estou até o último fio de cabelo de coisa por fazer, pra fazer. E eu não vou me comprometer justamente porque, como editora, eu também não quero atrasar o processo, né? Então, agora, como autora... autora não, como parecerista também, porque eu também dou aparecer em outras revistas. Eu, às vezes, eu olho se eu recebo um trabalho e falo "meus Deus, mas eu não tenho tempo"... só que tem tudo a ver com o que eu pesquiso... Aí eu digo: "não, eu preciso avaliar esse trabalho", até porque para mim é interessante saber o que as pessoas estão dizendo. Aí eu falo como pesquisadora. E também porque eu sei que se a revista está mandando para mim, ela confia no que eu vou fazer, então eu não posso deixar na mão e você arruma... Eu vou arrumar um horário lá no sábado, no domingo, mas eu vou avaliar esse artigo para não deixar na mão. Então, assim, eu acredito que seja devido à sobrecarga de trabalho mesmo... que a gente tem, né. Eu acho que se deva a isso, porque a gente avalia muita coisa e a gente está sempre lendo e você tem que orientar também. Então, eu acho que seja por isso.

LÁFITY: Analisamos alguns pareceres e percebemos que tem avaliadores que olham mais para o aspecto formal. Isso evidencia uma possibilidade de o parecerista ser mais um revisor de texto do que um pesquisador. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso.

EDR_4: Eu acho que o parecerista não é um revisor de texto, tá? Ele está ali para avaliar a qualidade do texto e se o texto é publicável. Esse é o papel do avaliador. Mas o que eu percebo é que a maioria dos pareceres não aponta os problemas. Eles dizem assim: "tem problemas de revisão gramatical"; "É preciso passar por uma revisão cuidadosa". Claro que vai ter um ou outro parecer que vai dizer quais são os problemas ou vai apontar como acontece quando normalmente se aponta, se aponta no manuscrito que aí o parecerista usa aquele recurso de controle de alterações e ele vai ajustando ali, né? Mas a grande maioria não age assim. A grande maioria indica que tem, não diz onde tem. Tem inclusive parecerista que chega a falar dos resumos em língua estrangeira. Assim, "seria bom rever o resumo em língua estrangeira". Nós não temos obrigação de revisar o resumo em língua estrangeira. Isso é total responsabilidade do autor. Mas o que ocorre às vezes é um parecerista que ele é professor naquela língua ou está muito habituado a ler naquela língua. E aí ele identifica que tem algumas coisas bem esquisitas no resumo e às vezes tem mesmo porque muitas pessoas às vezes recorrem a tradutores automáticos e aí colocam uma tradução dessas de aplicativos. Então, assim, o que eu acho correto é que o papel do parecerista não é esse, não é revisar o texto. Em nossa revista, não recebemos trabalhos de graduandos... e as pessoas que se submetem trabalhos para a nossa revista têm que ter uma relação com a pós-graduação, seja estar realizando a pós-graduação ou já ser pós-graduado. Então, a gente não aceita, por exemplo, artigo de doutor com aluno de graduação. Acreditamos as pessoas na pós já têm um domínio da escrita e que, portanto, essa não é a questão fundamental, né. Contudo, a gente sabe que isso nem sempre funciona e a gente sabe que a gente vai encontrar problemas de texto e a gente encontra, inclusive em defesa de dissertação, de tese. Mas uma coisa é aquele erro que passou despercebido. Outra coisa é aquele erro que é recorrente em um mesmo. Então, assim, o meu entendimento é, depois de ler tantos pareceres e já ter um certo conhecimento desse horizonte, é que o parecer vai contribuir efetivamente para o artigo e esse parecer vai falar do conteúdo do artigo, de como o trabalho traz a organização dessas informações e como é que o texto está estruturado. Já aconteceu, Lafy de a gente ter artigos em língua estrangeira recusados porque texto tinha vários problemas, porque a escrita em língua estrangeira não era uma escrita boa. A escrita tinha uma tradução

muito malfeita do português para o alemão ou do português para o inglês, por exemplo. E o outro problema é que eram artigos fracos... certo? Artigos, assim, que não tinham originalidade, não tinham caráter de ineditismo. O trabalho não tem que ser um artigo... não tem que ser um artigo sempre original, mas ele tem que ser inédito, né. E tem que ser inédito e não pode ter sido publicado pelo autor em outros veículos, né. Então, assim a gente recusou, já. Eu lembro da recusa de um artigo em língua alemã e a gente recusou recentemente um artigo em língua estrangeira. A gente teve quatro pareceres desse artigo para você ter ideia. A gente chegou a usar quatro pareceristas. A gente teve um primeiro parecer dizendo que tinha muitos problemas de forma e aí falava que não era um artigo de qualidade. Aí a gente teria um segundo parecer que dizia que, apesar de não ter e não se sentir autorizado a julgar a escrita em língua inglesa, mas que dizia que era um bom trabalho pelo tema, pela discussão proposta. Então, a gente teve esses dois pareceres completamente opostos. Um que dizia que há muitos problemas em termos de língua inglesa e o outro que dizia que não se sentia capaz de julgar em termos de escrita do inglês, mas que julgava como um bom trabalho e o outro dizia que não era. Aí a gente recorre ao terceiro parecerista. E aí o terceiro parecerista vai dizer que era um bom trabalho, mas que tinha alguns problemas, mas que poderiam ser revistos. Aí a gente recorreu a um quarto parecerista, que rejeitou. O quarto parecerista dizia que o artigo não era original no sentido de trazer referências atualizadas, que precisava ter uma boa atualização teórica. Então, isso pesou na hora da avaliação, porque o primeiro parecerista era uma pessoa muito exigente e aí a gente também tem que balancear isso, porque é... realmente a gente conhece o trabalho, a gente sabe que é alguém muito rigoroso, muito rigoroso. E aí veio o segundo, que era um parecer bastante favorável, embora não se sentia apto a julgar o nível do inglês. Aí um terceiro... a gente ainda não ficou, nós não ficamos seguras e dialogando o tempo todo com a professora X... optamos por um quarto parecer. Aí a gente... Eu acho que o que aquele parecerista disse nos deu segurança para rejeitar. E a argumentação dele nos deixou bastante seguras para tomar uma decisão de rejeição, entendeu? Então, assim, quando o trabalho não é em português, a gente tem que buscar um parecerista que domine a língua e que possa julgar o conteúdo. Então, assim, inglês é uma língua mais corrente, mais fácil do que o alemão. Quando é alemão, aí é mais complicado, porque não é todo mundo que tem condição e não é uma língua tão difundida na nossa região, no nosso país. Assim, quero dizer que, em primeiro lugar, a real contribuição que o parecerista vai dar para esse trabalho é em termos de conteúdo. E a gente sabe que julgar a qualidade da pesquisa é muito importante. Inclusive quando eu

oriento os revisores que são alunos do bacharelado, eu sempre digo: “Olha, gente, existe um limite entre a sua forma de escrever e a forma do autor escrever. Talvez se fosse o seu texto, você não faria esse parágrafo, esse período dessa forma. Mas você tem que respeitar o estilo do autor. O que é importante é que haja clareza que não haja nenhum período truncado, que não haja problema para a coerência do texto. Mas aí é uma questão de estilo. Você tem que respeitar o estilo do autor. Isso também é muito importante”. Aí eles vão aprendendo isso, porque, muitas vezes, querem revisar como se fosse o próprio texto. Não, não pode revisar como sendo o seu. O texto é de outra pessoa. Você tem que ter muito respeito por esse texto, né. A maioria dos autores agradecem muito quando a gente dá retorno com algumas considerações. Agora já aconteceu da gente também levar e-mails desaforados, muito mal educados. Eu e eu vou te dizer quem faz isso não são os professores, são os doutorandos.

LÁFITY: Sobre a função, para que serve o gênero parecer dentro da comunidade acadêmica? Qual é o papel social do parecer na vida acadêmica?

EDR_4: O parecer é um texto muito importante, né. Como eu disse, no meu entendimento, na avaliação dos artigos, ele é o elemento nuclear dentro de um processo editorial. Para mim, o parecer é o filé dentro do sanduíche. Ele é muito importante, né. Então, aí depois se segue a revisão do texto. Mas aí a revisão do texto, a gente já tem a certeza de que é um bom trabalho para ser publicado na revista, né? Então, a gente tem que ter isso. A gente tem que ter trabalho bom, a excelente. A gente não pode publicar um trabalho mais ou menos, tem que ser um trabalho bom ou excelente. Então, assim, a função do parecer é apontar os aspectos positivos do texto que vão indicar a relevância dessa publicação... é função do parecer mostrar a relevância desse trabalho e dizer que esse trabalho é publicável, que ele deve ser publicado e que terá contribuição para um dado campo do conhecimento. Então, ao apontar esses pontos positivos, porque não é só dizer que o tema é relevante, o tema pode ser relevante, mas está muito mal abordado, né. Então é os pontos positivos. E aí se alia a uma série de coisas, desde a construção do texto, clareza, organização até a contribuição desse trabalho. Então, tem que citar autores que sejam desse domínio, referências atualizadas etc. Então, um parecer tem a função de apontar os pontos positivos que levam um trabalho a ser publicado e, caso seja necessário, é preciso apontar os aspectos passíveis de revisão nesse próprio trabalho. E aí esses elementos passíveis de revisão podem ser em algum ponto do texto que ainda é passível de ajuste. Então, se a gente, no meu caso, eu entendo que o texto é um processo, a gente

sabe que todo o trabalho vai ser passível de ajuste. E aí pode acontecer que esse ponto que o parecerista está indicando como ajustável, seja não necessariamente um problema, mas uma sugestão, entende? Uma sugestão que pode vir a agregar bastante ao trabalho. Então, assim, diferentemente, não é uma orientação do trabalho. Eu acho que é importante marcar muito bem isso, porque eu percebo que os pareceristas inexperientes eles fazem como se eles estivessem orientando o trabalho. Eu já percebi isso. São só pareceristas que são inexperientes.... São pessoas, pessoas que estão iniciando a carreira acadêmica. São professores concursados na universidade há pouco tempo. Ainda não têm uma experiência suficiente de orientação de pós-graduação, por exemplo. Então, assim, eles atuam como se o trabalho fosse deles, como se eles tivessem, sabe? Também tem, Láfity, professores que às vezes são muito rígidos. Não é a maioria, mas acontece. Eu tenho um colega que é muito rigoroso e, portanto, eu confio na avaliação dele. Mas, às vezes, ele é muito duro no parecer. Ele é muito duro e aí eu não sei se, meu Deus, o parecer fica ou não visível para o autor, porque o parecerista pode escolher se ele deixa o parecer visível para o autor ou se é só para o editor. Na nossa revista, tem essas duas opções. Então, assim, quando ele deixa visível para o autor esse texto tão duro, eu não tenho como. Eu não tenho como tentar minimizar isso... para não criar um desconforto, porque, às vezes, você acaba desestimulando o autor. E eu acho que tem que ter esse cuidado, sabe? Então, assim, e aí eu vou te dizer que, em relação a esse parecerista, o autor, quando recebeu, disse que achou que o parecer foi muito duro. Ah!?... isso não é comum acontecer. Só pra te dizer isso, que não é comum... que na maioria dos casos os pareceristas começam elogiando e depois eles começam apontando as críticas e especialmente se eles vão rejeitar. Se eles vão rejeitar, eles começam dizendo assim "o trabalho é isso", aí vem aquele, aquele, aquele conectivo que vai fazer a mudança, né, na argumentação do parecer, vai apontar os problemas. E aí vai dizer que o trabalho não tem condição de ser publicado. Então, resumindo tudo o que eu te falei, eu falo demais, é para dizer o seguinte... que a função do parecer é indicar se o trabalho tem condição de ser publicado. Essa é a função geral de um parecer. Ao fazer essa indicação, apontam-se aspectos positivos que, portanto, sustentam a necessidade de publicação. Mas também podem ser apontados aspectos negativos passíveis de ajustes. E aí tem uma agradação em termos do que pode ser problemático até simplesmente uma sugestão. Eu já tive parecer de duas linhas que eu nunca mais procurei o parecerista.

LÁFITY: Quais são as tarefas, as atribuições de um editor de um periódico em relação a todo o processo de publicação de artigo?

EDR_4: O editor chefe, ele é aquele que acompanha tudo, né. Ele vê tudo, ele sabe tudo o que está acontecendo dentro da revista, né. Contudo, ele não tem como sua função primordial indicar os trabalhos para avaliação. Isso deve ser função do editor de cada área, da linguística e da literatura, no caso da minha revista. Contudo, como a minha área é linguística, eu estou sempre em diálogo com a editora de Linguística, porque muitas vezes ela me pede sugestão. Ela fala "olha, chegou esse trabalho. Você indicaria alguém?". Então, ela também me pede indicação. E, sobretudo, se não é uma área que ela domina, ela vai pedir indicação. Então, assim... a gente chegou, inclusive, a desenvolver um material que a gente tem um catálogo dividido com os pareceristas identificados por áreas de atuação dentro da linguística, pelos temas de pesquisa. A gente fez isso para poder facilitar o nosso trabalho. Então, assim, a função do editor é aquele que recebe o artigo, que faz a triagem desse artigo para saber se ele está dentro das normas da revista. Ele designa para avaliação e, depois que o trabalho já está avaliado, ele... Ele pode atuar na decisão editorial. Eu já atuei diversas vezes em decisão editorial, como uma editora responsável, como é o caso desse artigo que eu te falei, que passou por quatro pareceristas, porque a editora de Linguística veio conversar comigo para ouvir minha opinião, para saber o que é que eu achava. Muitas vezes, a gente precisa realmente sentar e discutir para a gente ver se é possível publicar ou não aquele trabalho em função do que os pareceres disseram, sabe!? Quando um trabalho é muito bom e ele está sendo aceito por dois pareceristas, a gente não tem dúvida de que ele vai ser publicado, mas, às vezes, tem esses problemas dos trabalhos que ficam no meio do caminho. E aí é onde entra o trabalho de edição... de editor, no caso, o editor de área e eu também, como editora-chefe, posso fazer isso de chegar e decidir se o trabalho vai ser publicado ou não. E a gente decide isso, Lafy, olhando para o todo da revista. É um trabalho que se identifica com a nossa revista ou seria um trabalho mais recomendado para uma outra revista, que tem um outro perfil, que tem uma outra característica. A gente recebe trabalhos de pós-graduandos e esses trabalhos são resultante de disciplinas cursadas, não é uma pesquisa de fato. Nem sempre são bons. Sabe, as vezes tem trabalhos muito bons e tem trabalho que não são bons. Como ele é orientado, tem que publicar, tem que publicar. Ele coloca o artigo sem ter sido nem orientado, sem ter passado por crivo de um professor que olhasse aquele artigo, entendeu? Então, a gente já rejeitou muitos artigos assim, né. Então, assim, a função do editor é acompanhar tudo, inclusive, no meu caso, na revista que gerencio. Eu ainda coordeno a revisão porque acaba que eu sou a supervisora de estágio desses alunos do bacharelado e depois ainda estou junto no processo de composição de layout, porque a gente tem uma

pessoa que faz o layout dos nossos artigos e todo o layout que ele compõe, ele manda para mim, então passa pelo meu crivo. Eu olho porque às vezes identifico ainda problemas de formatação. Tem alguma coisa que está fora do lugar. Então, assim, eu posso dizer que eu acompanho tudo, a chegada do artigo, a indicação do artigo para avaliação e posso discutir sobre a aprovação ou não de um artigo. Acompanho o processo de revisão e ainda estou lá no final, colocando um olhar sobre o layout do trabalho que aí eu só quando eu dou o aval, que eu digo "ok, coloca no sistema, o artigo está pronto, não tem mais nenhum problema" é que o artigo é postado, publicado. A pessoa que compõe o layout manda para mim, para eu dar o olhar final, né. Aí depois a gente tem um outro processo, que aí é a atribuição do DOI. Ah, então a gente... Aí eu me comunico com o Portal de Periódicos da minha universidade, porque são eles que atribuem o DOI. Aí as bibliotecárias ainda vão fazer toda a checagem dos artigos que aí é o olhar é de bibliotecária que está pensando na questão da indexação... Indexação não, o trabalho está indexado nas bases para a divulgação da circulação do texto. Elas olham tudo e com base na experiência delas, do conhecimento profissional que elas têm nessa área e aí elas dizem: "Olha professora, está ok, pode publicar agora"... Eu vou e publico. Agora, isso é recente, tá? Isso vai de dois anos para cá. Por muito tempo, não teve esse serviço. Mas agora o Portal de Periódicos da universidade onde atuo tem trabalhado mais junto da gente, orientando, depois que foi atribuído o DOI, né. Que essa, essa certificação digital do trabalho, que é um tipo de identificação que permite, é uma espécie de inscrição no mundo digital dessas bases aí de divulgação do trabalho. Então, é como se fosse o CPF do artigo digital, né. Então, agora tem isso, né.

LÁFITY: Unhum... Como editora, que diretrizes você considera ser importante para... para ser explicitada para os pareceristas que irão avaliar os trabalhos? Já chegou a ter algum parecerista que tenha pedido alguma diretriz em relação a como proceder na avaliação de algum trabalho? Como foi que você auxiliou?

EDR_4: Ah, sim, é importante que a gente diferencie as normas de publicação da revista, que são essas que a gente chama de diretrizes para os autores. Está lá dentro... O acesso disponível no site da revista, mas isso eu não... Até agora nunca vi um autor que me pedisse as diretrizes para a publicação, né. E... Aí eu aproveito assim para insistir nessa ideia de que acho que o que o parecerista está mais preocupado não é a questão das normas da revista. Não é isso que ele está avaliando, né. Ele não está avaliando um trabalho para ver se o trabalho corresponde às normas da revista. Isso é função da revisão. A revisão é

que vai fazer isso, né. Então, mas já aconteceu, né. E alguns pareceristas, quando, sobretudo, quando vão fazer parecer pela primeira vez para a revista. Eles perguntam se tem alguma diretriz para avaliação e tem algum formulário, tem alguma... alguma ordem para estrutura, alguma... alguma ordenação para estruturar o parecer, sabe? Aí eu pego e respondo dizendo que a gente não tem formulário, né? Mas que possa considerar tais detalhes. Então, isso me fez pensar num determinado momento se não seria interessante a gente ter um formulário de avaliação que pudesse guiar os pareceres, né. E aí essa ideia ficou no ar, mas não voltei a ela, porque aí vieram outras preocupações. Eu tendo... acumulado as duas funções por dois anos e veio a pandemia e tem essa corrida para tentar atribuir o DOI. Então, foi uma conquista que a gente teve e outras coisas que o editor tem que fazer, que eu não falei também que essa coisa da indexação, de tá nas bases de dados nacionais e internacionais que são...que são critérios, inclusive, considerados na avaliação de periódicos pela Capes. Temos alguns indexadores importantes e outra coisa também que eu ainda quero fazer, que é traduzir o site da revista para a língua inglesa, que é outra coisa... que é muita coisa, sabe, Lafy? É muita coisa para dar conta. A gente também está pensando em criar um estatuto, que a gente não tem o estatuto da revista. Isso foi uma orientação que eu tive no ano passado. É importante a revista ter um estatuto, tem um regulamento, ela não tem. E aí, quem sabe se talvez nesse regulamento, quando eu for sentar para fazer isso, levar para o colegiado da pós-graduação para aprovar, talvez a gente acabe chegando a essa diretriz de parecer, que seria criar um formulário, mas normalmente a gente não tem isso. Então o parecerista é livre para compor o seu parecer.

LÁFITY: Você acha que, por exemplo, se tivesse um quadro, um formulário, isso iria interferir de alguma forma na melhoria dos pareceres?

EDR_4: Sim. E sobretudo para aqueles pareceristas que escrevem muito pouco. Eu já recebi um parecer em duas linhas... duas linhas, recusando um trabalho. Para mim, foi nulo aquilo lá. Como é que eu vou enviar aquilo para um autor com duas linhas dizendo que o artigo foi recusado, entende? Então, assim, é uma pessoa muito conhecida, entende? Então, eu acho que sim. Exatamente nos casos desses pareceres muito curtos, porque aí o parecerista vai ser direcionado para atender de forma inescapável certos critérios para avaliação. Então, eu acho que contribui, sim. Isso evitaria esse tipo de parecer. Eu falei isso em duas linhas, mas hoje vejo que também tem parecer que é um parágrafo com oito linhas de nove linhas. Às vezes, são pareceres de aceite, mas eu não me sinto seguro para aceitar um artigo assim. Aí eu mando para alguém que eu sei que é mais criterioso, que

vai escrever mais... Às vezes, a gente chega a ter que ler o artigo, né? Então, assim eu acho que sim.

LÁFITY: Em relação à questão, por exemplo, de um parecer que coloca que o trabalho não vai ser autorizado para publicação, já houve alguma situação em que esse parecerista já...já fez alguma consulta em relação a algum tipo de trabalho negado a você ou não?

EDR_4: Não. Quando eles decidem, eles decidem e eles não, não... Às vezes, quando é uma pessoa mais próxima, que tem mais contato comigo, aí me telefona e faz "Olha, esse artigo é assim... e eu acho que ele não tem condição". Mas isso é muito raro acontecer. É muito raro, o comum é o pessoal decidir ali mesmo, no próprio parecer.

LÁFITY: Em relação a alguns periódicos internacionais, a gente vê que varia muito os nomes dos pareceristas serem revelados ou não. Do seu ponto de vista, se esses nomes pudessem ser revelados, teria alguma alteração na qualidade dos pareceres? O que você pensa sobre isso?

EDR_4: Eu acho... o que eu vou te dizer é muito por intuição. Não tem... não tem como eu comprovar isso que eu vou te dizer, tá? E aí... ocorre que eu vou te falar com base na minha experiência. E a minha experiência situa o modo como eu penso. Eu acho que a questão da avaliação tem que ser preservada mesmo. Eu acho que não tem que expor o parecerista, tá. O que tem que acontecer é que as pessoas têm que se humanizar e ser mais cuidadosa na maneira de dizer, independentemente se o nome dela vai ser exposto ou não. Acho que é uma questão até de respeito ao colega cujo texto está sendo avaliado, sabe? Eu acho que você tem que agir de maneira ética, adequada, independentemente se você está sendo visto ou não. Agora, eu acho que tem que ser preservado para não criar uma animosidade. Eu fiz um parecer para a revista da ABRALIN e nesse parecer, o último parecer que eu dei para ABRALIN, o autor tinha acesso ao meu nome. Eles sabem que eu estava fazendo, né? Eu não fui dura, mas eu fui exigente porque eu precisava apontar os problemas do trabalho. Eu precisava atuar como parecerista, porque era uma seleção para ser publicada na revista da ABRALIN. Então, assim, eu ressaltéi que o tema era relevante, falei algumas questões positivas sobre o trabalho, mas chamei a atenção para muitos pontos que eram passíveis de revisão. Ali eu fui... Atuei dentro daquilo que me foi pedido para atuar. Agora não tem que ver ...como é que eu posso dizer... Você não tem que ferir a pessoa, né, você está falando sobre aquilo que o texto é passível de ser adotado, de ser revisto em pontos importantes do trabalho, entende? Então, eu, só pra dizer assim que eu me senti primeiro, foi um estranhamento de saber que os autores teriam

acesso a saber quem avaliou o seu trabalho. Mas eu acho que isso deve ser preservado. Agora, as pessoas precisam se educar, ter cuidado de não, não fazer um texto que agrida, que seja tão duro. É preciso que o parecerista se coloque no lugar do outro, do autor e busque pensar: “E se isso fosse comigo, parecerista, no papel de autor, sendo avaliado, eu gostaria?”. Não devemos fazer isso com o colega, com alunos, tá?

LÁFITY: Em relação às características mais importantes em um artigo, o que caracteriza um artigo como um artigo de mérito, de qualidade?

EDR_4: Há várias coisas, né? Eu acho que o texto tem que ser um texto bem escrito, tem que ser um texto claro, um texto consistente, um texto fluido, um texto que a gente entenda por onde ele começa, para onde ele vai. Portanto, ele tem que problematizar bem o seu tema de pesquisa, né. Eu acho que a pesquisa vai dar o tom ao tema. O tema não é relevante em si. Ele se torna relevante pelo modo como você a aborda, porque, muitas vezes, tem temas que são... A maioria dos trabalhos que são recusados, Lafy, são trabalhos que têm tema relevante, mas que só fica no tema relevante, entende? Falta uma ancoragem teórica e falta uma análise, sabe? Seja lá qual seja o seu objeto de pesquisa. Uma análise que realmente dialogue com a fundamentação, né. Então, assim, eu acho que há pontos que são necessários para a qualidade do texto em termos de escrita, em termos de organização de atendimento ao gênero e uma fundamentação teórica que sustente aquela discussão que está sendo levantada, que, por sua vez, vai envolver a análise do objeto que está sendo estudado, que vai levar algumas conclusões que são e nunca sejam conclusões fechadas, mas conclusões que mostram que a questão está sendo discutida, que precisa continuar sendo discutida. Então, eu acho que a seleção de autores de fundamentação teórica e o diálogo entres esses autores é como é que o autor do texto incorpora e, ao mesmo tempo, tem voz autoral nisso é muito importante. Existe a maneira como a gente enquadra, como a gente propõe, né. Então, assim, se você vem mostrar trabalhos mais atuais, mais recentes, que estão fazendo essa discussão sobre o gênero que você está propondo, observa alguma coisa que ainda precisa ser discutida ou mesmo alguma coisa que já foi discutida, mas não foi explorada dessa forma. Então, isso dá relevância, qualidade... é um trabalho, sabe? Eu acho que é muito importante para a ciência.

LÁFITY: Em relação aos trabalhos que são negados, que aspectos são apontados, de modo mais amplo, para que o trabalho não seja aceito de forma alguma?

EDR_4: Tá. Aí são aspectos bem diversos. Deixa eu ver se eu consigo lembrar pelo menos um ou alguns que sejam mais relevantes, né. Mas assim... Um ponto seria o fato

de, por exemplo, não trazer uma fundamentação teórica atualizada e deixar a desejar quanto a esse aspecto de uma pesquisa bibliográfica. Esse é um ponto. Outro ponto é uma metodologia mal descrita, que não dá conta da análise que vai ser feita. Outro ponto é uma análise que ela é insuficiente. Ela não explora devidamente os exemplos que são colocados, né. Fica tudo muito superficial. Outro ponto é o artigo ter problemas, que não é o a questão decisiva, mas que também pesa que é o trabalho ter problemas de escrita, sabe? Eu não sei, assim, em termos de estatística, mas quando o artigo tem problemas, vai ter também problemas de escrita. É muito raro ter um trabalho que é bom, de bom a excelente, com problemas de ordem formal, sabe? Então, assim, não quer dizer que não tenha, aqui ou acolá, uma coisa a revisar... Sempre vai acontecer, a gente sabe. Mas eu acho que a impressão que eu fico, Lafy, é que quando se tem um texto que não é um texto de qualidade, essa questão da forma, ela também entra nesse pacote.

LÁFITY: Em relação aos trabalhos que não precisam passar por nenhum processo refacção, foram aceitos de primeira pelos pareceristas, isso acontece com alguma frequência?

EDR_4: Acontece. Mas é um percentual bem pequeno, viu, Lafity. Em média 10%, 20% no máximo.

LÁFITY: Eu queria saber em relação a esses trabalhos que são aceitos, sem que nenhum tipo de alteração seja exigido, quais são os aspectos apontados pelos avaliadores como positivos?

EDR_4: Eu acho que passa pelo oposto dessas questões que eu te falei aqui, sabe? Normalmente é a excelência do texto, a qualidade do texto. Aí vai falar do tema, que é explorado de uma maneira com consistência, que traz uma reflexão. E aí vai falar da abordagem, da fundamentação teórica, da análise. E aí vai dizer assim: "É uma contribuição original". Vai dizer assim: "Você tá discutindo de uma forma original", sabe? Então, assim, entra nesse... Nesse aspecto de tema, de abordagem teórica da qualidade do texto, da clareza do texto, né.

LÁFITY: E em relação aos trabalhos que eles são aceitos... Porque o que não é aceito certamente tem algum tipo de avaliação apontando um aspecto que possa ser positivo e, com certeza, o negativo. Mas nos trabalhos que normalmente são aceitos com pedido de alteração, as críticas são mais positivas ou negativas?

EDR_4: Depende. Depende, mas sempre vai ter um algo, sempre vai ter a manifestação do que é positivo no trabalho, sabe? E também já teve parecer que me surpreendeu, assim,

de ser um trabalho que o parecerista está indicando para a publicação, mas ele aponta um monte de coisa. E quando eu olho e faço assim, "pera aí, deixa eu ver que é isso que ele está apontando". Aí eu vou identificar nessas coisas que ele está listando são muito mais cara de sugestão do que propriamente de alteração.

LÁFITY: Nos discursos dos pareceristas, há uma atenuação da avaliação quando esta é negativa?

EDR_4: Sim.

LÁFITY: Unhum. Poderia, se lembrar, mencionar um exemplo?

EDR_4: Ah, eu vou falar também como parecerista que eu sou. Eu acho que quando você tem um trabalho que você vê que ele não é publicável, você vai insistir no seu parecer. Aí você vai pegar esses pontos e você vai destacá-los, sabe? Para persuadir no sentido de até convencer o próprio autor é de que realmente tem lacunas no trabalho, sabe? Que não são lacunas que uma segunda leitura ajusta, teria que mexer muito no trabalho. A gente já teve trabalho de alunos de pós-graduação que foi rejeitado... E aí eles pegam os pareceres analisam, melhoram o trabalho e, depois de alguns meses, eles submetem e o trabalho foi aprovado. Quando a gente que amenizar a crítica negativa, costumamos usar verbos no futuro do pretérito, sabe, para não apontar de forma dura aquilo que está sendo apontado como problema. Diz que com a refacção dos problemas, o texto poderá ser publicado, etc.

LÁFITY: Então, na verdade, o parecer também serve como uma forma de auxiliar o pesquisador.

EDR_4: Unhum, perfeito. Principalmente, porque, assim, eu imagino que quando a nossa revista foi criada, não havia essa quantidade de trabalhos publicados e nem essa quantidade de revistas, né. Então, quem é que publicava? Eram os professores, pesquisadores, professores da universidade. Mas, com o passar do tempo, com a disseminação do conhecimento por causa da popularização, disseminação da ciência e dos cursos de pós-graduação, a exigência de publicação que a gente tem para publicar muito grande hoje... então abrir um leque, uma variação nessa questão da publicação que faz com que... Eu acho que você falou uma coisa importante, eu estou refletindo aqui, né? O parecer também acaba tendo a função colaborativa, já que o autor do texto poderá melhorar o trabalho através dos pareceres emitidos sobre o trabalho dele, do autor, né...

LÁFITY: Acaba sendo uma espécie de papel social do parecer dentro da academia?

EDR_4: ...Sim, eu acredito que sim. Sobretudo porque a gente tem uma gama muito grande de alunos de pós-graduação que submetem trabalhos. Às vezes, são trabalhos relacionados à sua tese ou à sua dissertação e, às vezes, não... são trabalhos de disciplinas que não têm nada a ver com o que ele pesquisa, tá. E aí funciona como? Eu acho que funciona assim... Como tem gente desafortada que não aceita, eu já recebi um desaforo e vou falar uma coisa para você... Não sei se isso vai facilitar na sua pesquisa, mas, assim, como nós somos nordestinos e uma revista do Nordeste, quando a gente recebe trabalhos que vêm do eixo sul e Sudeste, né, o pessoal acha que a gente tem que aceitar, entende? Existe isso também de achar que a gente tem que aceitar porque eles são de uma Universidade de relevância nacional. Então, já aconteceu de você ter um estudante de doutorado, de ele chegar e não concordar com o parecer e rebater parecer, rebater de uma maneira assim, sabe, Meu Deus! Então, ao invés de utilizar aquilo ali, que seria uma função também do parecer para agradecer e dizer "obrigado pelos pontos que foram levantados no meu trabalho, vou refletir sobre isso na minha tese", a pessoa não aceitou, Lafy, nada do que foi dito no parecer. E aí começa a ser agressivo com a revista. Daí diz que nunca... nunca mais vai mandar o trabalho pra revista. Eu já escutei coisas assim. De dizer que não vai recomendar a revista para ninguém.

LÁFITY: Em relação à questão das referências nos trabalhos, a gente vê, principalmente, na nossa área, que a gente tende a valorizar muito a questão ainda das referências em relação a livros e, às vezes, mencionar autores que são consagrados na área. E a gente vê ainda os artigos, que são as publicações que a gente considera que são mais recentes, são deixados meio que ainda um pouco de lado. O que você pensa sobre isso?

EDR_4: Eu acho que não tem que deixar de lado não. Tem que ser... Tem que ser indicado, sabe? Do mesmo modo que você está publicando um trabalho na revista e quer que o seu trabalho seja lido por outras pessoas, você também tem que indicar os trabalhos de revistas... De artigos publicados em revistas que você consultou para ler. Eu acho que tem que ter esse hibridismo, né. Eu acho que tem que ter essa composição. O leque de referências não deve ser só dos livros, mas também dos artigos, até porque a gente está publicando muito mais nesses meios eletrônicos e é muito mais do que em outros tempos. Então, eu acho que... e também a própria perenidade do conhecimento, porque às vezes aquilo ali já passa a ser passível de atualização, né? Então, eu acho que tem que ter que fazer uso sim, sabe?

LÁFITY: Certo. Em relação a todo o roteiro de perguntas que a gente fez agora, tem alguma outra observação em relação ao parecer que não fizemos e você queira fazer uma observação a mais?

EDR_4: Láfity, não, só se você me provocar com alguma coisa a mais.

LÁFITY: Era isso. Queria agradecer por você apoiar a gente nessa pesquisa, viu? E pelo empenho, por você estar perdendo um pouquinho da sua tarde aqui comigo.

EDR_4: Eu desejo sucesso na sua pesquisa. Você está em que ano do doutorado?

LÁFITY: Eu já estou já no terceiro ano, já estou... Aqui são quatro anos, então já finalizo agora no próximo ano. É por isso que eu estou enlouquecida atrás das entrevistas, né?

EDR_4: Aí eu quero dar parabéns a você pela escolha de estudar esse gênero que eu acho super relevante. E é isso. Lafy, sucesso, dê notícias quando seu trabalho sair, você defender.

LÁFITY: Tá bom. Pode ter certeza que a gente vai dar o retorno.

EDR_4: Não é identificado o nome da revista, nem dos participantes, né?

LÁFITY: Não, não, não. Os nomes não vão aparecer. O nome dos periódicos também vai ser apagado. A gente já criou já as siglas.

EDR_4: Perfeito. Desejo muito sucesso.

LÁFITY: Muito obrigada.

EDR_4: Parabéns! Eu acho um trabalho superimportante tirar do obscurantismo esse gênero e trazer à luz e contribuir socialmente também. Sucesso.

LÁFITY: Obrigada. Muito obrigada mesmo. Abraço.

EDR_4: Outro. Outro. Tchou. Abraço.

ENTREVISTAS_PARECERISTAS

ENTREVISTA_P1

Instituição: Universidade pública (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística Aplicada, em interface com Linguística Histórica e Linguística de Texto

Número de pareceres: Mais de 15 até a data da entrevista

Entrevista via: () Meet / (x) Formulário Google

Data de compartilhamento do Formulário: 19/09/2022, às 17h44min.

Devolução das respostas: 23/09/2022, às 23h50min

LÁFITY: Em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P1: Mais de 15.

LÁFITY: Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P1: O parecer serve para avaliar um trabalho, antes de ser publicado. É a oportunidade que o autor/pesquisador tem de rever o que não ficou claro/consistente no texto, além de dialogar com outro pesquisador sobre seu trabalho. O parecer confere credibilidade ao que está sendo publicado.

LÁFITY: Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? (Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?)

P1: Consistência teórica, argumentação que sustente as teses defendidas (ou os resultados alcançados), atendimento aos objetivos traçados.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P1: Fundamentação teórica, porque sinaliza para o aporte que embasará o empreendimento investigativo; metodologia, porque aponta o percurso analítico e as categorias analíticas.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P1: Inconsistência teórica; falta de clareza quanto aos métodos de análise; análise e resultados insuficientes, não atendimento ao objetivo apresentado e à norma culta.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P1: Não atendimento aos movimentos retóricos próprios do gênero.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P1: Explicação insuficiente para a análise proposta .

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P1: Falta de detalhamento de como a análise foi empreendida e/ou falta de indicação das categorias de análise.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P1: Não que seja observado comumente, mas quando acontece é motivo para recusa ou solicitação de revisão. Na análise, comprovação/exploração insuficiente dos dados levantados, desarticulação com os objetivos traçados; na conclusão, não retomada dos objetivos/resultados alcançados, da contribuição dada.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P1: Sempre que necessário. O parecerista deve indicar/comentar o que no texto precisa ser revisto.

LÁFITY: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P1: Com mais frequência, na seção de metodologia, análise dos dados

LÁFITY: Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P1: Sempre faço. Se há deslizes/equívocos quanto à forma é porque o autor desconhece a norma. Se o parecerista aponta, fica mais fácil para o autor compreender e fazer a devida revisão.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P1: De um modo geral, as críticas costumam ser mais positivas, mas não deixo de fazer críticas negativas se as considerar pertinentes, relevantes.

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P1: Sempre. Uso modalizadores; faço sugestões. Não deixo de me lembrar que o autor do texto que estou revisando é professor como eu (no mínimo uma atitude respeitosa é o que se espera de um parecerista).

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P1: Não me lembro de ter passado por uma situação dessas. Quando recebemos um trabalho para emitir parecer não temos acesso ao autor do texto (avaliação às cegas).

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P1: Contribuir com o periódico; colocar-me no lugar do autor

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P1: Pedi ajuda a colegas mais experientes. Tentei me familiarizar com o gênero lendo pareceres que alguns colegas mais experientes me passaram.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação? Comente.

P1: Quando não traz, faço os comentários na caixa de diálogo da ficha de avaliação

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P1: Nada me ocorre no momento.

LÁFITY: Agradecemos sua participação em nossa pesquisa.

ENTREVISTA_P2

Instituição: Universidade pública (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Gêneros

Número de pareceres: Aproximadamente 20 até a data da entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da realização da entrevista: 13/09/2022

Horário de início da entrevista: 19h15min

Horário de término da entrevista: 20h05min

LÁFITY: Boa noite. Quero, inicialmente, agradecê-la pela participação em nossa pesquisa.

P2: É um prazer, Láfity. Eu fico feliz em colaborar com sua pesquisa. Conte comigo.

LÁFITY: Para eu não tomar demais o seu tempo, vamos lá. Vamos às perguntas. Eu fiz o envio do TCLE e do roteiro de perguntas da entrevista para que você pudesse ter uma noção da nossa conversa de hoje.

P2: Sim. Recebi e li. Acabei de chegar do oftalmologista. Dilatei a pupila. Queria pedir desculpa pela pouca iluminação da câmera. Estou com os olhos aqui sensíveis à luz por conta da dilatação, estão irritados, mas eu li o questionário hoje pela manhã.

LÁFITY: Certo. Tranquilo. Para nós, o que vai importar é o áudio.

P2: Ótimo.

LÁFITY: Então, vamos lá! Em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P2: Aproximadamente 20.

LÁFITY: Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P2: Láfity, eu acho que ele, ele tem um papel importante na comunidade discursiva acadêmica, no sentido de manter a convenção genérica, de manter a convenção do que se espera em um artigo, de manter o protótipo do gênero artigo. Essa é uma função e é, talvez, uma das funções mais importantes do parecer.

LÁFITY: Certo.

P2: E, também, Láfity, no sentido de atender as normas editoriais, sabe... do periódico.

LÁFITY: Em função do papel social do parecer, das funções que ele desempenha na vida acadêmica, você acredita que, em síntese, essa ou essas funções é/são...

P2: Em síntese, eu penso que a função social do parecer é manter a convenção genérica do gênero artigo. É... ter alguma garantia de que aquele texto não é plagiado, que atende às normas editoriais e que, teoricamente, metodologicamente, é o esperado, né, se for o caso, para um dossiê temático... é o esperado para o tema daquele dossiê... ou se for tema livre... se é um artigo, realmente, que a nossa comunidade discursiva, da área de linguística, né... reconhece como um bom artigo. Tentando sintetizar, Láfity, é, principalmente, manter a convenção genérica, né, e assegurar, de alguma forma, para o editor, que aquele artigo é publicável, considerando as normas editoriais do periódico.

LÁFITY: A revista da Abralín tem revelado os nomes dos pareceristas em suas edições. O que você pensa sobre isso?

P2: Láfity, eu acho que a transparência sempre é muito boa em todas as esferas, né, da nossa vida, dos serviços prestados. Por outro lado, é... depende também da maturidade de quem recebe o parecer, né, porque, de repente, você emite um parecer e a pessoa que recebe é... pode pensar que aquela é uma forma de perseguição, pessoalizar, sabe, a coisa. Então, eu que isso aí é uma “faca de dois gumes”. Mas pode ser uma experiência interessante. Pode ser. Minha única preocupação é... é... de repente, gerar constrangimentos ou mal-entendidos, né, em relação a esse aspecto. Eu ainda não emiti

nenhum parecer pra nenhum periódico em que a avaliação não... não seja às cegas, né... tanto no sentido de eu não saber de quem é o artigo e o autor não saber que fui eu que avalei. Mas eu penso que o meu perfil de parecerista, talvez, não mudasse, no sentido de que fosse explicitado meu nome.

LÁFITY: Certo. Vamos ao próximo questionamento... É... Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?

P2: Láfity, eu acho que a característica principal dele é no sentido de está bem escrito. E quando eu digo bem escrito é no sentido de atender as normas da língua portuguesa... culta, né!?... da escrita... e as normas convencionais do gênero. Eu acho que a gente equilibra, né, enquanto parecerista esses dois aspectos. Aquele manuscrito, ele tá atendendo as normas das convenções da língua, as normas da convenção do gênero e aí, depois, as normas editoriais do periódico, né, e aliado a isso vem a consistência teórica, metodológica, né... e analítica.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P2: Láfity, eu acho que vou apreciar todas. Agora, eu priorizo o que eu vou ler é... geralmente, eu começo lendo o resumo e as considerações finais. Eu acho que não é porque eu as considero mais importantes... é porque me dá alguma visão do que vai ser o artigo e dos achados. Aí depois eu volto para fazer uma leitura mais linear, né, desde a introdução. Mas eu acho que eu não valorizo mais ou menos nenhuma delas não.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P2: É... o problema, né, os problemas que, talvez, tenham sido mais recorrentes, na minha vivência, de... parecerista que implica uma não aceitação, eles têm uma relação, Láfity, com eles não serem bem escritos, mas é bem escrito é... no sentido do não atendimento às convenções da língua... escrita, né!?... culta e das convenções do gênero também, né!? É... e obviamente não atender às normas do periódico. Então, esses são aspectos mais formais. E o outro ponto é no sentido mesmo... de... fragilidades conceituais, fragilidades teóricas e plágio, né!? É... a gente também já encontrou plágio em artigos.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P2: Uma introdução que pode definir, né!?, a decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão é... uma introdução que não tem aquelas estratégias retóricas que a nossa área,

geralmente, convencionada como importantes na introdução. Por exemplo, em que o aluno não apresente a.. os objetivos da pesquisa, que não contextualize ou justifique a temática a ser abordada, que não apresente a forma de desenvolvimento de um artigo. E, principalmente, que a temática, né!?, e a relevância da temática não estejam explicitadas.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P2: Em relação ao referencial teórico, o que pesa pra recusar ou solicitar revisão são aspectos relacionados, primeiro, a fragilidades conceituais, né, quando a definição de algum conceito da nossa área é... está deficiente. Segundo ponto: quando não tá atualizado, né, quando o aluno retoma aspectos teóricos e que já há pesquisas posteriores que reveem, né, a conceituação. E o outro ponto é se aqueles postulados teóricos lá... considerados basilares pelo autor do artigo são os que vão dar conta das categorias de análises e dos objetivos pretendidos.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P2: Em relação a essa questão, né, nos possíveis problemas que podem ser detectados na metodologia e que podem... é... influenciar na decisão de recusar ou solicitar revisão num artigo... o que é que eu, geralmente, observo... eu observo se naquela metodologia... é... estão contidos os elementos como a caracterização da pesquisa, a caracterização dos sujeitos ou do corpus que será analisado, a forma de coleta, né, as categorias de análise e eu observo também, Láfity, se essa metodologia, ela tá adequada aos objetivos, né... propostos na introdução... ou no resumo... porque, às vezes, a metodologia descrita não é a mais adequada pra o que se pretende, né... é... realizar por meio dos objetivos. Aliás, o que se pretende atingir, né... Vixe, minha irmã, me confundi aqui... me confundi aqui... é... às vezes, os aspectos metodológicos, né... descritos... na metodologia não são, digamos assim, mais apropriados pra que os objetivos sejam atingidos. Eu me enrolei um pouquinho. Se precisar, eu repito, viu!?

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P2: É... nos pareceres, né, eu, geralmente, o que eu observo nas análises é se as análises estão alinhadas, né, aos postulados teóricos colocados na fundamentação teórica e se elas dão conta dos objetivos apontados na introdução e, nas conclusões, geralmente, a gente observa se o aluno, né, aliás, desculpa, a gente sempre confunde, né, aluno com autor de artigo e, às vezes, eles são até nossos orientadores. Então... a gente observa se o

autor do manuscrito, ele arrematou... no sentido de que retomou os objetivos ou hipóteses colocadas na introdução, se apresentou gap, né, lacunas e se apontou possíveis estudos futuros.

LÁFITY: Sobre o parecerista exercer o papel de orientador, professor... quando faz uma avaliação de um artigo para periódico: por que você acha que esses papéis, de parecerista e orientador, se confundem?

P2: Láfity, sobre essa questão do papel do professor e do orientador que pode se confundir com o papel do parecerista, eu acho que envolve as relações de poder que tem nas comunidades discursivas, né!?!... e, na comunidade acadêmica, isso é muito marcado. Então, geralmente, quando se está exercendo o papel social de parecerista, termina que se coloca numa relação assimétrica entre parecerista e autor. Assim como é a relação assimétrica entre aluno e orientador. Eu penso que essa questão perpassa pelas relações de poder dentro das comunidades discursivas acadêmicas. Eu penso que esse é um dos pontos. O outro, eu acho que é a coisa do velho hábito mesmo. Geralmente, nós, professores, quando a gente vai ler o texto de um aluno é... no sentido de avaliar, de julgar, de apontar pontos frágeis, de apontar pontos que precisam ser melhorados, de elogiar o que vai ser elogiado. E termina que esse... essa nossa rotina de orientador, né, de professor pode se confundir quando a gente está investido no papel social de parecerista. Eu penso que é mais ou menos por aí, né, e retomando, obviamente, a gente não pode esquecer que também envolve as relações de poder, as relações, digamos assim, assimétricas, né, entre o sujeito que emite o parecer e o sujeito que envia um manuscrito para um periódico.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P2: Sim. Eu costumo solicitar que os autores façam correções obrigatórias, principalmente, quando eu percebo que aquele artigo, ele apresenta é... uma boa construção, né, uma boa construção, que ele atende ao dossiê temático, se for um dossiê temático, atenda ao tema do dossiê... e se ele atende às normas editoriais e se os problemas são mais pontuais mesmo, de reorganização, de acréscimo de algum ponto teórico, analítico.

LÁFITY: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P2: Láfity, quanto a esse questionamento, eu acho que já respondi um pouco na pergunta anterior, mas eu vou retomar. As alterações, né, que, geralmente, eu tenho solicitado, elas se concentram muito, né, principalmente, na análise e na fundamentação teórica, na

relação entre essas duas seções, se elas, realmente, estão alinhadas. A metodologia, né, geralmente, as questões são muito pontuais ou muito, muito... que não... que não implique, né, a validade do estudo.

LÁFITY: Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P2: É... correção gramatical... eu não costumo fazer. Nem de ABNT, nem textual. Agora, às vezes, a gente vai lendo o manuscrito, né, e... quando é possível enviar o manuscrito... é... para o autor, né... quando o periódico permite isso... que a gente reenvie... termina que vai algumas anotações que envolvem, principalmente, questões é... textuais.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P2: Olha, Láfity, eu acho que as críticas... elas são mais negativas, porque a gente, geralmente, o que tá bom, né... o que o parecerista considera bom... a gente costuma nem comentar, né... acha legal e tudo. Agora, a negativa é no sentido de sugerir alteração, então eu acho que termina pesando mais, infelizmente, as negativas. É algo que eu vou até pensar mais a respeito.

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P2: Sim. Quando a gente faz críticas negativas é no sentido de sugerir alteração. E uma forma de amenizar isso, de atenuar... é dizendo assim: “trecho tal” ou “seção tal” ficaria melhor se redigisse dessa forma, se acrescentasse isso ou aquilo.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P2: Láfity, eu acho que isso acontece, sabe!? Eu acho que, algumas vezes, a gente lê o texto, o manuscrito com o olhar de orientador... porque... não é que a gente vá corrigir, mas a gente termina que tá julgando, né!?!... E isso a gente faz muito com os textos dos nossos orientandos. Mas é... é... eu sempre procuro ter em mente que ali eu não vou orientar a construção de um artigo, eu tenho um texto considerado pronto pelo autor. E eu vou julgar se ele tá ou não, né!?, no escopo... é... previsto pelo periódico ao qual ele foi submetido.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação? Comente.

P2: Sobre os formulários disponibilizados para guiar a avaliação, Láfity, no geral, eles são muito parecidos, viu!?!... Assim, os pareceres que eu emiti, eles têm formulários

semelhantes. E, no geral, eles dão conta do que a gente pretende comentar. Quando não dão... tem aquela seção de outras informações... que lá a gente coloca aspectos não contemplados no roteiro de avaliação, viu!?

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P2: Láfity, é a questão da parceria acadêmica, sabe!? ... É... na universidade, a gente trabalha e eu acho, em todos os setores da vida, em colaboração, em parcerias, né!?!... Então, assim, é... eu acho que, quando você aceita emitir um parecer, você está colaborando para a construção do conhecimento na nossa área. Então, mesmo não tendo um valor para o currículo, mesmo não tendo remuneração pra isso ou que os periódicos emitem aquela declaração que tem pouco impacto, né... mas é no sentido mesmo de colaboração, colaborar para a construção do conhecimento, para a divulgação do conhecimento em nossa área.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P2: Eu me guiei bastante nos pareceres que eu já tinha recebido dos meus artigos, sabe!? ... Então, assim, é... qual foi a estratégia que eu usei... é... pra construir esse parecer... ver, né, os pareceres que eu já tinha recebido e as normas editoriais e o formulário disponibilizado pelo periódico.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P2: Láfity, eu acho que teu questionário tá ótimo. Eu não nem um ponto, né, pra acrescentar não, viu!? ... E continuo à tua disposição. Qualquer coisa, qualquer lacuna... é só me falar que eu respondo.

LÁFITY: Finalizamos por aqui a nossa conversa. Quero agradecer pela atenção que você deu à nossa pesquisa. Meus sentimentos de gratidão.

P2: Ow, Láfity, por nada. Você está fazendo um estudo tão relevante e interessante. Fico feliz em colaborar. Será uma linda tese.

LÁFITY: Muito obrigada. Abraços.

P2: Abraços.

Instituição: Universidade pública (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística de Texto

Número de pareceres: 20 até a data da entrevista

Entrevista via: () Meet / (x) Formulário Google

Data de compartilhamento do Formulário: 14/09/2022, às 9h44min.

Devolução das respostas: 20/09/2022, às 10h17min

LÁFITY: Em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P3: 20 pareceres.

LÁFITY: Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P3: Serve para avaliar o texto submetido para publicação, de acordo com os parâmetros informados pelo periódico para o qual o texto foi enviado. O papel social deste gênero é selecionar e qualificar gêneros acadêmicos com o máximo de objetividade possível, em relação a parâmetros previamente estabelecidos.

LÁFITY: Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? (Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?)

P3: Alinhamento com o escopo do periódico, boa revisão textual (incluindo as regras da ABNT), clareza e coesão, metodologia compatível com o objetivo da pesquisa e fundamentação teórica coerente com o objeto da pesquisa.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P3: A Metodologia e a Fundamentação, pois ambas são pilares fundamentais para o desenvolvimento da análise dos dados.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P3: A não adequação aos critérios estabelecidos pela revista; plágios, incoerência ou inconsistência metodológica e teórica; além de uma análise de dados superficial.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P3: Sim. Na introdução espera-se que o autor apresente o contexto em que a pesquisa está inserida, além de uma definição sobre o que será investigado e como será realizada a pesquisa. Sem esses elementos, não se tem uma introdução.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P3: Normalmente esse é o item que menos encontramos problemas para a recusa, mas há muitos problemas de escrita, como a conexão entre as seções e também as regras da ABNT.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P3: Sim. Na seção de metodologia, muitas vezes inexistente um roteiro claro e coerente de análise dos dados ou de coleta do corpus, o que motiva a recusa ou revisão do artigo.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P3: Nesta seção, observo menos problemas nos artigos. O que pode acontecer é a análise não estar coerente com os objetivos da pesquisa ou estar muito superficial, não cumprindo o roteiro estabelecido na metodologia.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P3: Sim. Correções do tipo: revisão textual/ABNT, reescrita de metodologia ou de análise dos dados; ou reescrita da seção de considerações finais.

LÁFITY: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P3: Revisão textual/ABNT nas seções de fundamentação, metodologia e análise dos dados.

LÁFITY: Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P3: Não. Apenas aponto alguns exemplos do que deve ser corrigido e peço para revisar todo o texto.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P3: Negativas.

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P3: Sim. Costumo fazer perguntas para levar o autor a refletir sobre o trecho que deve ser alterado. Tento não ser ríspido nas críticas pois acredito que não é esse o objetivo desta atividade.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P3: Sim, acredito que é inevitável. Pois ao fazer críticas ao texto analisado, desconhecemos o nosso leitor e o nosso papel acaba se transformando em um ato de orientação e de ensino de letramentos acadêmicos.

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P3: Para mim, essa atividade é um exercício que me motiva a também escrever melhor meus textos, e uma boa oportunidade de ler artigos com assuntos diversos, uma vez que nós, professores universitários, muitas vezes estamos acostumados a ler apenas os textos que serão utilizados em nossas aulas ou pesquisas.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P3: Meu primeiro parecer foi inspirado nas orientações e pareceres que recebia de minha orientadora.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação? Comente.

P3: Nem todos. Alguns trazem além dos critérios, explicações do que esperam naquele item. Mas a maioria não.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P3: Não. Acredito que as perguntas contemplaram o gênero de forma satisfatória.

LÁFITY: Agradecemos sua participação em nossa pesquisa...

ENTREVISTA_P4

Instituição: Universidade pública (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Historiografia

Número de pareceres: 20 até a data da entrevista

Entrevista via: () Meet / (x) Formulário Google

Data de compartilhamento do Formulário: 14/09/2022, às 8h43min.

Devolução das respostas: 21/09/2022, às 18h03min

LÁFITY: Em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P4: Devo ter feito uns 20. Em média, uns 5 pareceres mais recentemente.

LÁFITY: Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P4: O parecer pode ter a função de referendar aspectos qualitativos variados (ou a falta deles) em produtos como os artigos publicados em periódicos.

LÁFITY: Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? (Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?)

P4: Um artigo com qualidade e mérito precisa ter, sobretudo, uma articulação coerente entre as diversas seções e, além disso, precisa: i) ser relevante quanto à temática discutida; ii) ser revisado quanto aos aspectos formais e iii) estar de acordo com as normas vigentes da ABNT.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P4: Sim. A seção teórica e a de análise, porque a primeira precisa sustentar, de modo claro e articulado, a segunda, o que nem sempre ocorre em artigos analisados.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P4: Desarticulação entre a parte teórica e a de análise. Falta de rigor formal. Desatenção às normas da ABNT.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P4: Sim. Muitas vezes, a introdução não conduz/orienta satisfatoriamente o leitor quando da leitura do texto.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P4: Sim. Às vezes, a depender da temática, nas quais, normalmente, o parecerista é também especialista, faltam referências obrigatórias sobre a temática abordada.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P4: Na seção de metodologia, em geral, os passos metodológicos costumam ser descritos de modo insatisfatório e sem o devido encadeamento lógico.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P4: As análises, muitas vezes, costumam ser superficiais e sem a devida conexão com a parte teórica e as conclusões costumam pecar por deixar aspectos importantes dos resultados fora da síntese.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P4: Sim. Normalmente, as relativas a problemas textuais e formais, mas, não raro, solicito alterações em aspectos teóricos que estejam com problemas evidentes.

LÁFITY: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P4: De forma e de texto, nas seções como um todo.

LÁFITY: Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P4: Sim, com muita frequência, porque parece haver um desconhecimento generalizado sobre o que deve ser, de fato, um bom texto, que deve primar pelo equilíbrio entre forma e conteúdo. Os problemas formais e textuais não têm a ver somente com uma suposta falta de domínio de regras, mas, sobretudo, tem a ver com a falta de um conhecimento reflexivo sobre língua.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P4: Isso é muito variável. Depende muito de cada caso. As duas situações já ocorreram.

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P4: Costumo atenuar o modo de dizer, mas não a avaliação. Afinal, há que se manter sempre a cortesia e a gentileza, mesmo quando das críticas mais enfáticas.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P4: Sim. É muito difícil separar esses papéis sociais, afinal a prática de professor, primeiramente, e a de orientador, posteriormente, é que vão moldando nosso estilo de avaliar e de corrigir textos.

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P4: O simples desejo de, no limite do meu conhecimento, contribuir, minimamente, com a melhoria da qualidade de produtos que serão publicados em periódicos.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P4: Sobejamente na minha própria prática de leitor e de revisor de textos.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação? Comente.

P4: Isso também é variável. As revistas mais bem conceituadas costumam apresentar de modo mais satisfatório esses critérios.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P4: Não. Acho que o principal foi contemplado.

LÁFITY: Agradecemos sua participação em nossa pesquisa...

ENTREVISTA_P5

Instituição: Universidade pública (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística de Texto

Número de pareceres: 34 até a data da entrevista

Entrevista via: () Meet / (X) Formulário Google

Data de compartilhamento do Formulário: 15/09/2022, às 15h15min.

Devolução das respostas: 12/10/2022, às 11h38min

LÁFITY: Em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P5: Em quantidade, desde que comecei a trabalhar na UESB, em 2012: 34 pareceres até o presente momento.

LÁFITY: Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P5: Parecer técnico é um gênero discursivo que objetiva avaliar a qualidade e integridade de uma produção científica publicada em determinado campo de conhecimento. Seu papel social reside no fato de ser ele o responsável por verificar se os autores deixaram claras as dúvidas/perguntas que quiseram responder com base em seu estudo, se usaram métodos adequados, se fizeram uma correta interpretação/análise estatística dos resultados (quando for o caso) e se as referências bibliográficas estão condizentes com a proposta da pesquisa.

LÁFITY: Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?

P5: Apresentar uma temática de interesse da comunidade acadêmica; ter uma metodologia bem delineada, permitindo que acompanhem como foi o desenvolvimento da pesquisa que originou o trabalho; possuir uma fundamentação teórica pertinente e suficiente, demonstrando leitura e reflexão sobre as obras ali postas; os objetivos devem ser respondidos na análise empreendida; e, por último, ter uma boa textualização, com texto fluido, gostoso de ler.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P5: Introdução e conclusão. **Introdução:** para verificar se o autor informa o que foi pesquisado, o porquê da investigação, se há uma boa justificativa para a sua realização e se mostra que a pesquisa está assentada em bases sólidas. **Conclusão:** para verificar se o autor responde aos seus objetivos de pesquisa postos na introdução.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P5: Quando seus objetivos e estrutura devem ser completamente modificados, ou seja, quando as mudanças necessárias são tão drásticas que elas redundariam em outro texto se fossem feitas.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na **introdução** e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P5: Sim, quando a introdução não responde as seguintes perguntas: De que trata o estudo? Por que foi feito? Por que deve ser publicado? Também, se a pesquisa faz a ligação com a teoria pertinente. E mais: o que se sabia sobre o assunto no início da

investigação? O que não se sabia sobre o assunto e motivou a investigação? A pesquisa apresenta uma hipótese? Já dei pareceres solicitando, por exemplo, nessa parte do artigo: - que o autor acrescentasse as partes constitutivas do artigo; - que objetivos mencionados no corpo do texto não faziam parte da pergunta; geral de pesquisa ou mesmo do momento da apresentação dos objetivos; - que na introdução não havia menção ao corpus da pesquisa; - etc. *Cito, a seguir, um exemplo de um parecer que já dei sobre essa parte do artigo:* **Introdução:** Tenta-se fazer uma introdução do assunto a ser tratado, mas essa introdução fica genérica e ela não especifica o que, de fato, será discutido no artigo, ou seja, não se faz as perguntas que serão debatidas ao longo do artigo. Elas foram colocadas no resumo, local inapropriado para tal. Portanto, após a apresentação do assunto que é feita nessa introdução, inserir as questões que serão debatidas sobre tal assunto. O que sobre a globalização interessa discutir? Qual o ponto de vista do autor do artigo?

LÁFITTY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no **referencial teórico** e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P5: Verifico se o referencial teórico é pertinente e suficiente, demonstrando leitura e reflexão sobre as obras discutidas. O que pesa na minha avaliação: 1) quando a fundamentação teórica não está a serviço da análise dos dados, ou seja, quando percebo uma mera descrição dos dados, na análise, e não dados interpretados à luz das teorias discutidas; 2) quando a discussão teórica não é suficiente para o leitor compreender a teoria ali exposta. *Exemplos de pareceres que já dei dessa parte do artigo:*

- a) Em segundo lugar, há falha séria em relação à fundamentação teórica do artigo. A introdução, por exemplo, não cita um único autor e tudo ali parece vir da mente do/a escrevente do artigo; a teoria dos marcadores discursivos não é discutida de maneira ordenada; não sabemos quais são os marcadores discursivos existentes, quem os fundamenta, quais deles serão utilizados na análise, nada.
- b) O conceito de intercompreensão é tido pelo autor como uma solução para os problemas de aprendizagem levantados ao longo do artigo. Porém, dada a importância que o conceito assume no artigo (o foco estaria na intercompreensão) sua discussão ficou muito rasa e rápida. O leitor se pergunta: mas como a intercompreensão pode se dar na prática? Como um aluno pode “compreender uma língua sem tê-la aprendido formalmente, mas com base apenas na transferência de palavras conhecidas em outras línguas”? Ser mais ilustrativo nessa questão. Esse é o ponto-chave do artigo.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P5: Sim, 1) quando o artigo não esclarece corretamente qual a metodologia utilizada para a coleta de dados; 2) quando a metodologia utilizada é muito rasa e não suficiente para se chegar aos resultados a que se chegou na pesquisa. *Cito, a seguir, um exemplo de um parecer que já dei sobre essa parte do artigo:*

Metodologia: Simplesmente não há. Não sabemos se o autor/a fará uma discussão apenas teórica, se analisará dados, enfim, não há qualquer indicação, no corpo do texto, sobre bases metodológicas. Há apenas uma menção a esse respeito no resumo, que diz: “O objetivo deste artigo é contribuir com as atuais discussões sobre o papel do neoliberalismo no mundo globalizado e suas possíveis implicações na educação linguística no Brasil, algumas das quais podem ser estendidas para outros países em desenvolvimento. As premissas teóricas que conferem suporte ao trabalho são os estudos curriculares críticos e a abordagem da intercompreensão”. Isso significa fazer uma discussão apenas teórica? Qual a base metodológica do artigo? Por que esses objetivos não estão na introdução do trabalho? E se o leitor do artigo optar por não ler o resumo e ir direto para a introdução?

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas **análises e conclusões** e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P5: (1) Quando a análise é meramente descritiva, ou seja, descreve os dados e não a análise com base na fundamentação teórica; 2) quando os objetivos da pesquisa não foram respondidos na análise ou conclusão; 3) se foi possível testar a hipótese do artigo. *Cito, a seguir, um exemplo de pareceres que já dei sobre essas partes do artigo:*

Análise: Na análise está o grande problema do artigo. Embora ela esteja bem-feita do ponto de vista de clareza, analisar apenas um texto não é suficiente para se chegar às conclusões que se pretendia chegar. Autor/a tem 10 textos à disposição como corpus. Poderia ter priorizado pelo menos mais um texto para a análise.

Conclusão: Não atende às expectativas, porque o objetivo do artigo não foi alcançado, uma vez que o cerne da questão levantada ficou incompleto: a intercompreensão. A ausência de discussão mais aprofundada sobre esse assunto não dá subsídios para a compreensão do que se pretende alcançar.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P5: Sim, são vários os problemas: de textualização; de ABNT (menos frequente); de autores que foram esquecidos, mas devem ser mencionados; de esclarecimentos teóricos;

de resumos que não atendem aos passos retóricos desse gênero (muito comum), etc. *Cito o final de um parecer que dei a esse respeito:*

[...] No entanto, há problemas que precisam ser sanados, quais sejam: 1) o resumo precisa ser refeito, pois não cumpre os passos desse gênero discursivo, faltando menção à fundamentação teórica e à metodologia utilizadas, conforme apontado em balão, nessa parte do artigo; 2) em termos de textualização, me surpreendeu a quantidade de problemas de pontuação, principalmente a respeito do uso da vírgula, os quais foram apontados ao longo do artigo. Tais problemas não deveriam aparecer em um artigo científico. Penso que o texto foi enviado sem cuidadosa revisão; 3) além desses itens, há problemas apontados ao longo de todo o texto que precisam ser resolvidos, pois comprometem o artigo. A esse respeito, vide comentários nos balões no próprio artigo (arquivo em word enviado). Mesmo faltando ineditismo, sou favorável à sua publicação, com as restrições apontadas acima, pelo fôlego empregado na pesquisa. Contudo, os ajustes são necessários, é bom frisar.

LÁFITY: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P5: A resposta a essa pergunta está diluída nas respostas que dei para as outras questões. Via de regra, são alterações: - nos resumos, por não atenderem aos movimentos retóricos do gênero; - introdução, por faltarem informações relevantes para a compreensão da pesquisa como: objetivos mais claros, menção à metodologia, falta de progressão e articulação etc. Para maiores detalhes, vide resposta da pergunta 06; - fundamentação teórica: vide resposta da pergunta 07; - análise: vide resposta da pergunta 09.

LÁFITY: Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P5: Sim, pois esta é uma prática muito comum aos professores orientadores. À medida que vamos lendo os textos de nossos alunos/orientados e vamos nos deparando com questões gramaticais e textuais, há uma inclinação a querer resolver de imediato as falhas, porém, quando são falhas de digitação, de esquecimento de algum pronome, de pontuação, de uma concordância que passou despercebida etc. Quando o problema é maior e mais extenso, requerendo uma reescrita do trecho, aponto que há ali problema de coesão, de falta de clareza ou o que for e que o trecho deve ser revisto. Por força do hábito, acabo aplicando essa prática nos pareceres que dou também.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P5: Eu poria a questão em porcentagem: 40% dos artigos para os quais dei parecer até o momento tiveram críticas negativas; 60% deles, positiva. Chegam a nós artigos muito ruins também, tirando-nos, inclusive, a paciência. *Um exemplo de um parecer aprovado sem restrições alguma:*

Excelente artigo! A temática é de interesse da comunidade acadêmica, principalmente para as disciplinas de semestres iniciais que trabalhem texto, uma vez que o artigo apresenta a aplicação de estratégias de planejamento textual em um estudo de caso, algo ainda muito necessário, pois planejar um texto antes de sua elaboração costuma passar ao largo. A metodologia está bem delineada, permitindo que acompanhamos como foi o desenvolvimento da pesquisa que originou o trabalho. A fundamentação teórica é pertinente e suficiente, demonstrando leitura e reflexão sobre as obras. Os objetivos são respondidos na análise empreendida. A textualização é muito boa, texto fluido, gostoso de ler. Aprovo sem restrições.

LÁFITTY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P5: Eu sou muito realista nos meus pareceres. Há artigos que, com alguns ajustes, podem ser publicados sem problema; mas há outros que são muito precários e jamais deveriam ter sido enviados para publicação. Recentemente me deparei com um artigo desses e no parecer escrevi o seguinte:

“O artigo é muito sofrível em vários aspectos: textualização – apresenta deslizos básicos, como em coesão e coerência; teóricos – não há uma linha teórica que norteie a discussão; analítico – a análise é tão caótica que não chega a configurar uma análise; artigo não tem uma CONCLUSÃO – o que ilustra que ele não se adequa sequer aos movimentos retóricos desse gênero acadêmico. Portanto, o artigo não tem a mínima condição de ser publicado e precisa ser todo refeito. Fiz inúmeras observações em forma de balões, ao longo do texto em word. Diante no número elevado de observações, solicito que elas sejam visualizadas por meio desses balões, conforme o arquivo em anexo, pois é impossível listá-las aqui. Porém, informo que há mais observações a serem observadas, além das que elenquei”.

Com esse artigo cheguei a perder a paciência e fui até ríspida nos balões ao longo do arquivo em word. *O parecer final, geral, ficou assim:*

O artigo é muito sofrível em vários aspectos: textualização – apresenta deslizos básicos, como em coesão e coerência; teóricos – não há uma linha teórica que norteie a discussão; analítico – a análise é tão caótica que não chega a configurar uma análise; artigo não tem

uma CONCLUSÃO – o que ilustra que ele não se adequa sequer aos movimentos retóricos desse gênero acadêmico.

Portanto, o artigo não tem a mínima condição de ser publicado e precisa ser todo refeito. Fiz inúmeras observações em forma de balões, ao longo do texto em word. Diante no número elevado de observações, solicito que elas sejam visualizadas por meio desses balões, conforme o arquivo em anexo, pois é impossível listá-las aqui. Porém, informo que há mais observações a serem observadas, além das que elenquei.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P5: Acontece o tempo todo, principalmente com os artigos que são reprovados. Costumo orientar o autor/a em relação aos pontos fracos do artigo, aos trechos com problema, às lacunas a serem preenchidas etc.; O artigo mencionado na pergunta 14 ilustra essa ocorrência. Lembro de outro artigo que analisei e que se encaixa nessa pergunta. Esse artigo foi reprovado, tamanha a deficiência em vários aspectos: textuais, teóricos, análise, tudo. Um artigo bem esdrúxulo. Obs.: inclusive, dei sugestão até para o título dele.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P5: Sim, que a pesquisa tenha relevância para a comunidade acadêmica. Temos tido uma enxurrada de artigos poucos relevantes, elaborados apenas para cumprir obrigatoriedade de produção exigida pela Capes. Uma lástima. *Um exemplo de parecer que dei nessa direção:*

A discussão proposta pelo autor/a, no artigo, não é nova. Pesquisadores têm procurado, há algum tempo, entender o papel do neoliberalismo no mundo globalizado e suas possíveis implicações na educação linguística no Brasil e em países em desenvolvimento. A novidade poderia estar no papel da intercompreensão no processo de aprender línguas sob uma perspectiva decolonial. Porém, essa finalidade não é atingida, porque pouco se discute sobre a intercompreensão (em apenas uma página e meia) e o leitor fica sem saber, efetivamente, como esse conceito poderia contribuir para a discussão que está sendo feita. Portanto, há um problema grande de base nesse artigo, além dos apontados abaixo.

ENTREVISTA_P6

Instituição: Universidade pública (Sul do Brasil).

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística Aplicada

Número de pareceres: 26 até a data da entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da realização da entrevista: 16/09/2022

Horário de início da entrevista: 14h

Horário de término da entrevista: 14h50min36seg.

P6: Olá, Láfity. Tudo bem?

LÁFITY: Bom dia. Tudo bem. Queria, inicialmente, agradecê-la por ter aceitado participar da nossa pesquisa. Tem sido muito difícil porque nem todo pesquisador aceita participar desse tipo de processo. Mas temos conseguido um número suficiente de entrevistados para a realização da pesquisa.

P6: Nossa!!! Deixa eu te perguntar uma coisa... as revistas são da área de Letras, Linguística Aplicada ou da Linguística Geral?

LÁFITY: São da Linguística... é... de um modo geral. E de periódicos de diferentes regiões do país. São 4 periódicos. Não posso mencionar os nomes pela questão do sigilo.

P6: Humrum. Na tua primeira procura, foram revistas da área de Letras, é isso?

LÁFITY: São todas da área de Letras.

P6: Humrum...

LÁFITY: Como as revistas de Letras também têm a área de Literatura, o nosso foco é voltado para área da Linguística mesmo. Então, vamos lá!?

P6: Só uma última pergunta. Como é que vocês me acharam?

LÁFITY: Olha, nós fomos vendo nomes representativos na área de Linguística e que fazem parte de Programa de Pós-Graduação, pois, a exemplo dos periódicos analisados aqui, grande parte dos periódicos brasileiros estão ligados a um Programa de Pós-Graduação.

P6: Porque, assim, eu faço pareceres para as revistas, mas, muitas vezes, eu não faço parte do corpo editorial.

LÁFITY: Inclusive, é... nós não tivemos acesso ao nome de nenhum dos pareceristas nos pareceres que nos foram cedidos pelos editores. Eles tiveram todo o cuidado de apagar os nomes. Então, como eu te falei... é... os periódicos estão, em sua grande maioria, no Brasil, interligados a um Programa de Pós. Foi daí que partimos à procura de vários nomes de instituições de diferentes lugares do país. Com exceção da Abralín, né, que tem divulgado o nome dos pareceristas dos trabalhos que lá são publicados. Então, com a

ajuda do meu orientador, vi uma lista de nomes e, com isso, fiz o envio do convite, via e-mail, para vários professores de pós do Brasil. Acreditamos que a maioria dos professores de Pós exerçam o papel de parecerista. Nas conversas com os editores, isso ficou marcado. Os pareceristas são escolhidos pela expertise na área e por fazerem parte de Programa de pós.

P6: Ah, tá... Sim... Ok... Eu acabo fazendo vários pareceres, mas, assim, quando as revistas me pedem. Eu não faço parte do corpo editorial, da comissão, enfim... né!? Faço parte da comissão de 2 periódicos brasileiros, mas também presto serviço para periódicos que não têm meu nome no corpo editorial.

LÁFITY: O que importa é o fato de você ter a experiência com a emissão de pareceres. O que importa para nós é o que, normalmente, você costuma fazer nos pareceres.

P6: Então, por mim, a gente pode começar.

LÁFITY: Vamos. Vamos sim... Em média, você já tem feito quantos pareceres em sua atividade acadêmica?

P6: Ámmm... seguinte... eu olhei o roteiro de perguntas antes. E aí tinha essa pergunta quantitativa. Eu fui pro meu lattes, né, porque eu costumo colocar no lattes essas informações... mais para fins de registros, né!?... porque a gente se perde, às vezes, no que fez... de ano uma para outro. Eu contei 26 pareceres ao longo da minha carreira, né!? Eu observei que, por exemplo, no ano passado, foram 5 pareceres... é... de artigos para revistas.

LÁFITY: Humrum... Sabe-se que os pareceres não têm um valor tão expressivo no currículo. Então, o que te leva a emitir pareceres, mesmo sabendo que, em termos curriculares, eles não contam tanto para os profissionais de Pós, mesmo eles não tendo tanto valor?

P6: Isso. É interessante tua pergunta, né... Eu sou professora da área de Linguística Aplicada, em inglês, na graduação e na pós-graduação e... faço parte ensino... pesquisa... e, mais recentemente, extensão e... eu faço esses pareceres justamente para contribuir com esse processo todo, porque eu também é... sou pesquisadora e autora de artigos ou coautora... e oriento alunos de graduação e pós-graduação que desenvolvem suas pesquisas e eles também é... precisam reportar suas pesquisas... faz parte do processo. Ou seja, desenvolver pesquisas e reportar essas pesquisas, os resultados... da área. Principalmente, né, no principal gênero de... é... meio de vinculação que é o artigo acadêmico, né... então, eu acho que eu preciso também contribuir, uma vez que eu também faço parte desse processo... e submeto e escrevo artigos... e submeto para

revistas... e alguém precisa ler, né... então, é uma forma de contribuir. Um segundo objetivo é uma forma também de me manter, de certa forma, um... é... ãmmm... é um caminho para me manter atualizada nas pesquisas, o que o pessoal anda publicando ou submetendo para as revistas, mas, principalmente, o objetivo, o objetivo principal é esse... contribuir com esse processo todo, né... e não ficar apenas submetendo artigos para revistas e aguardando é... ãmmm... o parecer do meu artigo.

LÁFITY: Humrum. A segunda pergunta é sobre a função, né... para que serve o gênero parecer. Qual é o papel social, a função dele... na vida acadêmica...

P6: Eu acho que ele é muito importante, né... no contexto de pesquisa. E... e... ãmmm... serve pra justamente, em algum momento, balizar aquela pesquisa, de alguma forma, que... está tentando, né, ali, ser divulgada, né... o parecer, então, serve, principalmente, pra ter um feedback, uma avaliação... é... ãmmm... daquele relato de pesquisa que, justamente, vem do formato de artigo. Ele vai avaliar aquele... ãmmm... relato de pesquisa.

LÁFITY: Humrum...

P6: Em termos de conteúdo... é... principalmente, né... da relevância daquela pesquisa... é... enfim... da quantidade de informações que tem ou que não tem, que falta, né, naquele, naquele... relato... nesse, nesse sentido.

LÁFITY: Humrum...

P6: Acho que ele é muito importante... são pares da área que avaliam, né... leem o teu artigo... é... com esse sentido de avaliar... é... ãmmm... justamente pra avaliar aquele relato, pra identificar em que medida... é... ele é... deve ser publicado ou não... deve sofrer algumas alterações a conquista de ser publicado... ou deve ser rejeitado pra ser re-submetido pra outra revista ou a mesma revista... enfim, há várias possibilidades de desfecho desse parecer, mas o objetivo dele é avaliar aquele relato daquela pesquisa.

LÁFITY: Certo... A próxima pergunta é sobre aspectos de qualidade e mérito de um artigo. Então, quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?

P6: Hum... Ok. Lembrando que eu tô considerando... ãmmm... que eu faço justamente pareceres... a maior... maioria... assim... tipo 95% dos pareceres que eu faço são de artigos experimentais que eles vão relatar o resultado de uma pesquisa que foi conduzida... uma análise de dados, né... nesse sentido. Não é artigos de revisão bibliográfica, eles não chegam a mim, né...

LÁFITY: Humrum...

P6: Mas... Então... Nesse sentido. Por isso que eu falo relato de uma pesquisa, né... eu tô entendendo nesse sentido.

LÁFITY: Isso... Humrum...

P6: E... Bom... Bom... que... que ele... ê... faz com que ele seja aprovado, do meu ponto de vista de... é... o tema tem que ser relevante e ele tem que conter informações sobre a pesquisa que sejam suficiente... suficientemente válidas, né... que dê pra entender a pesquisa que foi conduzida, principalmente, em termos de metodologia e resultados, né... Ou seja, informações metodológicas consistentes e dados também consistentes e relevantes, principalmente, né... Então, tema relevante, metodologia que faça sentido, né... adequado, né... ê... aquele objetivo do trabalho e dados consistentes.

LÁFITY: Certo. Vamos à quarta pergunta... Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P6: Principalmente, a seção que descreve o percurso metodológico e a seção que descreve, então, e interpreta, aponta ou discute os resultados.

LÁFITY: Humrum... Por quê?

P6: Metodologia, né... e resultados.

LÁFITY: Você menciona metodologia e resultados, né... por quê? Por que você prioriza esses dois aspectos em um artigo?

P6: Porque eu acho, justamente, que é aí que tá um ponto essencial da pesquisa, né... uma vez que eu analiso é... pesquisas experimentais, relatos de pesquisas experimentais, então eu vou pra metodologia e resultados. Eu tô interessada nisso, né... como o estudo foi conduzido, se foi, então... tem um... um percurso metodológico consistente e dados também, né... Eu acho que, se tu tens é... a metodologia e o resultado, tu tens um estudo e tem o artigo também que mereça ser publicado.

LÁFITY: Humrum...

P6: Eu acho que isso que também os leitores estão em busca, né... principalmente, de entender os resultados. A gente já avançou bastante, né, na nossa área de Linguística Aplicada... em termos de amadurecimento... de teorias... de objeto de estudo. Eu acho que estamos em momento justamente de... de... implementar, né... o nível de cientificidade da área... acho que é alto, né... implementar pesquisas, né... enfim...

LÁFITY: Humrum... Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P6: Sim. Principalmente... ãmmm... nesses pontos, né... ou seja, falta de informações metodológicas ou que deveriam ser melhor descritos esses procedimentos... ou as teorias que embasaram a análise de dados... ãmmm... resultados não tanto consistentes... uma pesquisa mais inicial também, né... que aí que eu acho que também é dever do parecerista apontar que a pesquisa ainda precisa ser amadurecida. Enfim... ou ser cumpridas outras etapas. É nesse sentido.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P6: Olha... ãmmm... Na introdução, principalmente, eu observo, geralmente, objetivo, né, que vem na introdução do artigo, né... Então, eu observo essa parte... se o objetivo está claro na introdução... ãmmm... geralmente, ãmmm... não é ponto de recusa, né...

LÁFITY: Humrum...

P6: A não ser vários elementos ao longo do artigo pra recusar o artigo, né... mas, sim, eu destacaria, por exemplo, se o objetivo não tivesse ficado tão claro, por exemplo, que ele vem na introdução, né... ou ainda ãmmm... se o objetivo não está bem de acordo com o que foi desenvolvido no trabalho. Às vezes, acontece, entende... o objetivo vai pouco para uma direção e, no fim, a análise, por exemplo, apresentada naquele artigo não cumpriu todo o objetivo, mas isso não... não... não é motivo, assim, para rejeição. E sim pedir uma... solicitar... indicar... solicitar uma revisão nesse ponto. O ponto mais importante, na introdução, é o objetivo do trabalho que, geralmente, vai vir ali, na introdução, mais ao final da seção da introdução.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P6: Sim. Se ela não é consistente, né... mas, de novo, daí eu vou sugerir também alguma alteração, né... As principais seções que mais observo são a seção de metodologia, resultados e discussão, enfim... que mais observo.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P6: Humm... Justamente falta de informação, como uma seção muito curta, né... com poucos detalhamentos é... mais uma questão que eu já desenvolvi também estudos sobre isso, né... Eu acho que a gente já tem vários procedimentos de pesquisa bastante consolidados em Linguística Aplicada, né, para serem adotados e eles precisam ser adotados e descritos em um artigo, né... ãmmm... então, eu acho que sim, né... a seção de metodologia é importante e é uma das seções que eu mais dedico atenção. Então, eu acho

que o principal problema é a falta de informação... ãmmm... e detalhamento dessa seção, o passo a passo, né, descrevendo, por exemplo, como o corpus foi coletado, quais os critérios de seleção, qual o corpus estudado, vamos entender que se trata, que se envolva um corpus textual, por exemplo. Então, essa falta de informação ou concisão, enfim... é importante.

LÁFITY: Certo. Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P6: Sim. Principalmente, as análises. As análises são muito importantes, porque a análise não pode ser muito básica, né... para se configurar... é, enfim... para merecer que o artigo seja publicado, né... Então, realmente, nesse ponto, como eu havia destacado, né... ãmmm... eu observo muito a consistência da análise apresentada.

LÁFITY: Humrum... Deixa eu sair aqui um pouco desse tópico. Em relação ao formulário cedido por alguns periódicos para que seja feita a avaliação pelos pareceristas, você acha que os critérios apresentados neles são suficientes para validar o mérito, a qualidade de uma pesquisa?

P6: Eu observo que... é... eu tento cumprir, né, o que a revista pede. Justamente porque eu não faço parte, muitas vezes, da comissão editorial. Às vezes, até penso por que não me convidam, mas acabo fazendo o trabalho. Faço parecer *Ad doc* para trabalho. Então, não me sinto muito na tarefa de sugerir algo. Eu faço. Sempre, geralmente, tem um campo que nos possibilita escrever mais um texto, né... E aí eu faço o parecer e também a gente costuma fazer upload do artigo comentado quando acho que o formulário não foi suficiente. Ou seja, baixo o artigo do site da revista em word. Não tem indicação de autor, nada... né... autoria... nada... e faço sugestões ali, né... Já deixo também preparado o meu word para não indicar meu nome nos comentários. Costumo fazer também comentários no artigo e enviar. Então, tudo depende mesmo... Achei essa tua pergunta bem interessante, porque depende do formulário da própria revista. Mas eu acho que sempre dá um jeito, né... ou a gente preenche lá os campos da revista e consegue escrever. Vai ter um campo ali que tu consegue escrever mais, né... abertamente... ou/ê... fazer o upload do artigo.

LÁFITY: Em uma conversa com os editores, eles relataram a grande demora no retorno dos pareceres pelos avaliadores. Será que essa demora não é em função da pouca valorização que o parecer tem na vida curricular/acadêmica e também de não haver nenhum tipo de retorno financeiro, nem acadêmico?

P6: É... Na nossa área, tem essa questão, né... de o trabalho ser voluntário em todos os sentidos. Inclusive, até financeiros, né... Eu, eu... tenho contato com mais as áreas das rurais aqui, na universidade, e há revistas que cobram, né... inclusive, para os custos da publicação, não que seja uma publicação paga, digamos assim, né... Geralmente, isso não acontece em nossa área, né... são revistas que, geralmente, tem recursos de financiamentos de suas próprias instituições. Eu acho que essa demora... Eu assim... costumo cumprir os prazos. Eu tenho orientandos de mestrado e de doutorado... e estamos sempre em busca de publicações, de... de publicar os nossos trabalhos. Essa demora não relevante pra gente. Então o que eu faço... tento contribuir, enfim... enviando, cumprindo prazos, né... Então, ... não sei como creditar. Mas pode ser a questão da desvalorização, né... Hoje, também, temos várias revistas. E vejo que alguns pareceristas se repetem em várias revistas, os mais renomados, os mais tradicionais. Talvez, seja difícil renovar, substituir esses nomes, né... Não sei se isso é uma prática da área, né, tipo olha, você recusou ou atrasou tantos... ou a gente vai renovar, sabe... não sei se existe isso, né... Pode ser que esse parecerista atue em várias revistas...

LÁFITY: Pode ser que tenha uma carga de trabalho muito grande, né...

P6: Humrum...

LÁFITY: Os periódicos que estão sendo investigados por nós estão todos ligados a um Programa de Pós-graduação. Surgiram a partir de um Programa de Pós-graduação. O próprio editor também. Os editores afirmam que realizam uma atividade de um modo um tanto solitário, já que exercem a função de diagramação, de revisão, faz todo o processo. O trabalho de editoria também não é validado como atividade acadêmica, então acaba sendo um serviço a mais, sem nenhum tipo de reconhecimento acadêmico. Todo um trabalho voluntário, né... da parte dos pareceristas e também dos editores. Enfim... Vamos à próxima pergunta... Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Comente.

P6: Ámmm... Sim... Geralmente, se tem a possibilidade ali... ámmm... eu indico que tem que ser obrigatório. Eu não fico apontando algo, assim, que seja... eu indico bem se é uma sugestão, se é uma dúvida ou se algo que é obrigatório, assim... Estou curiosa. Tem previsão para o término do teu trabalho?

LÁFITY: Tenho. Março de 2023.

P6: Ok. Se possível, quando terminar a tese, me enviar notícias, me enviar a tese.

LÁFITY: Envio sim. A gente vai fazer o envio para todos os participantes... para vocês terem acesso. Acho que isso é importante, né, dar esse retorno também.

P6: Acho interessantes as pesquisas do grupo de vocês. Já tenho interesse em ler o seu trabalho. É sempre bom algo em caráter de novidade. Vai ser ótimo.

LÁFITY: Obrigada. Certo. Próxima pergunta: Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções? Acho que você já até falou um pouco sobre isso, mas gostaria que você tocasse novamente nesse aspecto.

P6: Tá bom. Não são sugestões assim... ãmmm... por exemplo, vamos falar da forma. O artigo já vem formatado... né... no sentido de ter as seções obrigatórias. Enfim, acho que a gente já avançou bastante em termos de área. E o artigo, quando chega ao parecerista, ele já passou por essa checagem inicial das seções, dos números de páginas. Isso não chega para o parecerista, talvez, chegue mais para o editor fora desse padrão. Eu sugiro mais alterações, como disse lá, na metodologia e resultados, e no sentido ou de clareza ou de falta de informação ou necessidade de algo mais consistente no que está sendo reportado e menos, por exemplo, uma questão gramatical. Às vezes, eu só digo: olha tem que fazer uma revisão gramatical, né, no artigo como um todo ou, principalmente, em tal seção. Se eu vou fazer o upload do artigo para comentários, às vezes, eu marco algo que eu vi e também indico que tem que fazer revisão, mas não faço aquela revisão formal. Eu entendo que isso não é papel do parecerista.

LÁFITY: Humrum...

P6: Entende?

LÁFITY: Certo. Acho que, em relação à próxima pergunta, você acabou respondendo anteriormente, mas, ainda assim, gostaria que você respondesse à próxima pergunta. É... Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Sem sim, por que faz isso?

P6: É... Eu sempre me coloco no papel de autora, pesquisadora, orientadora, né!? Então, eu sei que, às vezes, passa, né... Ah, se eu vi e consegui ali apontar, ok... deixo marcado ali, mas também deixo claro, no parecer, que precisa fazer uma revisão, não me comprometendo com toda a revisão necessária, né... enfim... eu realmente acho que não é nosso papel no momento em que o artigo já foi enviado para publicação, né... a revista precisa, enfim, contratar um revisor ou o próprio autor, então, a partir do momento que ele recebe esse texto, revisar o texto, já que ele foi aceito. Eu acho que não é papel do... parecerista, muito menos do editor, né...

LÁFITY: Nos pareceres que você já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P6: Olha, eu acho que mais negativas. Assim... a gente tem esse costume, né, eu acho que a gente vai apontar o que precisa ser arrumado, né... o que eu vou apontar como crítica. Então, acaba sendo mais críticas negativas, entende?

LÁFITY: Humrum...

P6: O que me chama atenção para uma crítica positiva seria... olha, o tema é interessante... o artigo está realmente muito bem escrito, né... uma leitura agradável. Então, seria uma crítica positiva. Mas, por exemplo, eu não vou comentar se a introdução, a metodologia está boa, sabe!? Em geral, o que está bom, razoável, eu não vou comentar, entende!? Então, o parecer vai ter mais críticas negativas.

LAFITY: Humrum. Certo.

P6: De novo... Se eu vou destacar tudo que é positivo, eu acho que também não é o meu papel. Você tem que apontar o que precisa realmente. ãmmm... ou, por exemplo, assim, se o artigo que eu leio não tem condições de ser publicado, o meu parecer tem que comprovar que ele não tem condições. Então, vai ter mais críticas negativas. Mesmo que ele tenha condições de ser publicado, mas ele precisa ser alterado, eu também tenho que me basear nessas críticas, né!? Eu tenho que contar. De novo, né... eu acho que vai... não sei... acho que vai ser interessante eu ler o teu trabalho, porque eu entendo que é assim, né, o objetivo desse gênero. E não dizer, sabe, se o título está bom, o resumo está bom, dizer o passo a passo, sabe? Por isso, eu acho que tem periódicos que tem o formulário. Se está ok, ok, né!?

LÁFITY: O que você pensa sobre os nomes dos pareceristas que avaliam um certo trabalho serem revelados, como tem feito a revista da Abralín?

P6: Olha, eu acho que seria interessante divulgar os nomes dos pareceristas, dar visibilidade e também... assim... eu trabalho com a escrita acadêmica e eu já até pensei sobre isso: Quando você tem um artigo em mãos, por quantos mãos passaram aquele artigo, né? Isso é invisível, às vezes, pro leitor, pro aluno de pós-graduação. E acho que isso até atrapalha o processo. Os alunos têm uma ideia assim... olha, o aluno conseguiu publicar... é relativamente fácil. Daí eles vão publicar e são várias as etapas, né!? Tornaria mais concreta, visível, digamos assim, essa etapa e esse papel do parecerista, né... personificado... olha, esses são os pareceristas da revista ou esses são os pareceristas da edição. É uma forma também de tornar esse processo todo e essa função também mais visível. E acho que assim conheceríamos mais alguns nomes da área. Acho que isso, no passado, era mais fácil. Mas hoje somos muitos, são muitos programas de pós-graduação, são muitas revistas, são muitas pessoas, né... e seria mais uma forma da gente conhecer,

né!?, quem trabalha com qual tema, quem lê, quem avalia, enfim... Então, acho que seria bom por três pontos, né... pra gente se entender mais, entender melhor esse processo, né... que é um longo processo até a gente ter um texto publicado. E vários olhos, né, passaram por aquele texto e deram sua contribuição sim, né... seja pareceristas, editores, revisores de texto, né... e isso não aparece quando o texto é publicado, né?... E num segundo momento, também dar uma visibilidade a essas pessoas, né... que contribuem, que fazem um trabalho voluntário e assim também a gente pode conhecer mais sobre as pessoas que fazem a área, que contribuem, que trabalham na área, né... enfim...

LÁFITY: Certo. Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P6: Sim, sim... Eu tento deixar claro que é uma crítica, né... também assim que vai ler, né... eu não quero derrubar a pessoa. O objetivo é sempre justamente mostrar que o artigo não pode ser publicado naquele momento ou que ele deva ser arrumado, né, em alguns pontos, para que possa ser publicado. Então, eu não conseguiria assim... é... lembrar de um exemplo, né... mas eu tento, por exemplo, escrever o trecho do parecer de forma que deixo claro qual é o teor da crítica e por que, tendo um certo cuidado com as palavras, né, no sentido de não ser tão pesada, né... com essa crítica. Sempre pensando no relato da pesquisa. Jamais personalizando, né, enfim...

LÁFITY: Certo. Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P6: Olha, eu acho que sim, mas... no sentido de que eu sempre penso que tem... ãmmm... um pesquisador menos experiente que eu, né... então... e também o papel do orientador, né... ele tá formando... o... o... o pesquisador. E eu não sei a figura, a pessoa que eu projeto nos artigos, né... É de um pesquisador em formação, dos meus alunos. Então, eu sempre penso neles. O artigo tem problemas porque ele não sabe, ele está em formação... nesse sentido. Agora, eu acho que o meu papel é como parecerista, entende? Não é orientador. Se fosse com o texto de um orientando meu, de um trabalho que está em andamento... eu acho que exige muito mais de mim como orientadora, entende? A leitura, os papéis aí são diferentes aí do parecerista. Enquanto estou orientando a pesquisa está em bem andamento... enfim... em diferentes estágios, né... Eu penso sim... sempre projeto... me coloco numa posição hierárquica superior, mas não no sentido... Como sendo um pouco mais experiente, né, em relação a esse... esse... esse... esse autor ou esses autores que eu projeto, né, nos pareceres que dou. Não sei... talvez justamente pelos temas, pelo conteúdo, pela forma como está escrito, né... eu projeto essa figura, né... mas entendo que

meu papel não é tanto assim, entende? De sugerir tanto, de reescrever, não é esse o meu papel, como é de orientadora de textos dos meus alunos, de dissertações, teses, trabalhos finais de graduação.

LÁFITY: Por que você acha que esses dois papéis, o de parecerista e o de orientador, às vezes... é... se confundem?

P6: ãmmm... eu acho que eles confundem porque eles têm uma proximidade, né... é... a gente tá falando de pesquisa e... ãmmm... envolve o relato, né... de pesquisa em ambos... ãmmm... nesse processo, né... ou seja, a gente, né... na pesquisa que a gente está orientando, seja de graduação ou pós-graduação, é uma pesquisa que vai envolver um relato seja na forma de um artigo, seja na forma de uma dissertação... trabalho final de graduação. E o artigo também, ele vai ser um relato, né... de uma pesquisa. Então, a gente confunde aí... e a gente lida com texto. A gente precisa do texto, da textualização. Não adianta eu fazer uma pesquisa e sabe... não publiquei em nenhum lugar. Isso não existe, né... então, aí é o texto, a textualização que é o ponto em comum. Então, por isso que a gente faz uma aproximação, mas, no fundo, não faço o mesmo trabalho.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P6: Você sabe que eu fui orientanda de mestrado, doutorado e iniciação científica da professora (Nome retirado para manter sigilo total). É... e... acho que, desde a iniciação científica, ela já era pesquisadora do CNPQ. Então, em algum momento, na graduação, eu já li um parecer que ela fez, no sentido de que eu visse se fazia sentido se o que tinha escrito fazia sentido. Então, eu já tive contato desde a graduação com esse gênero, entende? Isso fez toda a diferença. E no mestrado e doutorado, já teve oportunidade dela, né, ela sempre teve muitos pareceres, tanto para CNPQ quanto para revistas. Ela é um nome que eu vejo, né, como parecerista, sempre vejo em várias revistas e já inclusive escrevi pareceres com ela, né... com a ajuda dela. Ela pedia para eu ler o artigo e ver o que eu achava do artigo. E aí eu lia e dizia: nossa, mas o que eu vou dizer. Era assim... Lia, relia... Não teve aquele primeiro contato e, agora,... Esse processo com minha orientadora foi muito importante. Esse papel que a (Nome retirado para manter sigilo total) teve na minha formação foi importante, né... Eu aprendi assim, entende?... a fazer parecer. Ela era um membro atuante da área... e eu ajudando, sabe... Ela até dizia que ia pedir um certificado para a revista, porque você me ajudou.

LÁFITY: Acaba que o orientador tem essa influência, né?

P6: Exatamente. Isso.

LÁFITY: Vamos à próxima pergunta para finalizarmos. Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P6: Não. Achei bem interessante... que envolve vários aspectos, questões que eu nunca tinha pensado sobre isso. Achei bem relevante. Tem uma coisa que eu não sei se conta na entrevista... mas... é... quem é parecerista had doc, né, não aparece na comissão editorial. Alguns nomes de pareceristas se repetem em várias revistas e outros nomes não aparecem, né... porque, se isso acontece comigo, deve acontecer outros pareceristas também.

LÁFITY: Talvez alguns nomes apareçam repetidamente em periódicos para dar um certo up às revistas, né... e pareceristas que realizam essa atividade frequentemente não constam nessa lista. Pode ser que isso aconteça... enfim... não temos certeza. Enfim... Finalizamos aqui nossa entrevista e eu queria agradecê-la por ter aceitado tão gentilmente colaborar com a nossa pesquisa. Assim que finalizarmos o trabalho, faremos o envio da tese para você. Fica nossa gratidão.

P6: Tá bom. Sou fã aí do grupo. Gostei muito do seu tema. Foi um prazer. Me sinto honrada em fazer parte de sua pesquisa. É uma pesquisa muito interessante.

LÁFITY: Muito obrigada. Abraço.

P6: Outro. Tchau.

ENTREVISTA_P7

Instituição: Universidade pública (Sudeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Análise do Discurso

Número de pareceres: Mais de 200 até a data da entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da realização da entrevista: 21/09/2022

Horário de início da entrevista: 14h

Horário de término da entrevista: 14h35min38seg.

LÁFITY: Boa tarde. Muito obrigada por ter aceitado o nosso convite para participar da nossa pesquisa. Daí eu queria, professor, que assim que a entrevista terminasse, o senhor me enviasse o TCLE assinado, porque terei que prestar contas com CEP da UFPI. Eu fiz o envio do documento junto com o roteiro de perguntas para o seu e-mail.

P7: Tá bom. Tudo bem. O que é TCLE?

LÁFITY: É um termo de compromisso para que o participante esteja ciente dos objetivos da pesquisa, dos riscos e dos benefícios que a pesquisa pode trazer.

P7: Tá, entendi. Tá bom. É pra eu assinar e devolver pra você?

LÁFITY: Isso, porque eu tenho que prestar contas com o CEP, que é o Conselho de Ética e Pesquisa daqui.

P7: Tá bom.

LÁFITY: A primeira pergunta é em relação à questão de quantidade. Em média, quantos pareceres o senhor já fez para periódicos? (Não precisa ser uma quantidade exata, professor. O senhor pode tentar lembrar a média por ano e daí ver a quantidade... levando em consideração o tempo de atuação do senhor na área).

P7: Olha, eu não lembro. Eu dou parecer há cerca de 30, 35 anos... Tem ano que eu dou 10 pareceres, tem ano que dou 5, tem ano que eu acho que dei 15. É uma média de 10 por ano. Nos últimos anos, eu tenho dado bem menos parecer, porque tem bem mais pareceristas no mercado que antigamente. Talvez, você diga que eu dei 200 pareceres.

LÁFITY: Ótimo.

P7: Tá falando pra revista, né?

LÁFITY: Isso. Pra revista. Humrum.

P7: CNPQ, outros não valem.

LÁFITY: Não. Somente para periódicos.

P7: Então... 10 por ano.

LÁFITY: Professor, em relação ao papel social do gênero Parecer, qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P7: Isso regulamentado no campo científico, né?

LÁFITY: Isso.

P7: Quer dizer... é... ninguém publica sem ter uma revisão de pares. Digamos... supostos especialistas são convidados a avaliar um artigo submetido. Então, não sei bem se é bem uma função social. Acho que é o modo de... funcionamento do campo científico, né, e claro é regido por regras sociais. O parecerista tem a função de dizer se o texto parece adequado ou se parece significativo, se produz algum conhecimento novo, se está de acordo com as regras típicas do campo. Acho que essa é a função do parecerista. Eventualmente, sugerir mudanças quando lhe parece que não... ou recusar quando lhe parece que tá muito longe do desejado, né...

LÁFITY: Humrum...

P7: A função é mesmo avaliar... a adequação, a relevância do texto submetido.

LÁFITY: Certo.

P7: Também depende do tipo de revista, né... Tem revistas mais exigentes ou mais procuradas que exigem que o texto seja mais apurado. Então, digamos... se eu dou um parecer pra uma revista... eu vou inventar uma revista, tá... se é uma revista pra iniciantes, eu considero que é uma revista pra iniciantes. Se é uma revista de alto nível, eu considero que é uma revista de alto nível, eu vou ser mais exigente. Tá bom?

LÁFITY: Certo. Tá bom. Em relação, professor, às características... Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais? Não estou me referindo a ensaios, artigos de revisão... é em relação mesmo a artigos que tem dados, metodologia... enfim...

P7: Então... do ponto de vista do parecerista, há duas situações... existem artigos que vêm acompanhados de uma... de diretrizes para emissão do parecer. Digamos... você tende a seguir uma espécie de formulário. Existem revistas que dizem, para emitir seu parecer, responda às seguintes perguntas... Por exemplo, o título é adequado, a bibliografia é adequada, a redação é boa, existem dados, as análises são boas... tem assim uma lista de questões em relação às quais um parecerista tem que dizer se o artigo é satisfatório ou não é satisfatório... e, no fim, você pode dar um parecer mais geral. Existem revistas que só pedem o parecer, sem o guia. Então, quando as revistas pedem, eu respondo as perguntas feitas. Pra algumas eu dou mais importância do que outras porque eu sou defensor de uma certa liberdade de escrita. Por exemplo, eu acho que não é preciso dizer: o objetivo desse trabalho é... pra eu encontrar o objetivo. Você descobre o objetivo se a pessoa tem o objetivo e expressa isso de alguma maneira. Quando não há um questionário, as perguntas que me faço são coisas do tipo: esse artigo tem um objetivo específico? Ele tem um objeto do qual ele trata? Ele explicita uma teoria ou algumas teorias? Ele segue alguma metodologia? Ele contém análises? A questão que eu mais presto atenção é essa. Esse artigo analisa dados e mostra, por exemplo, que são dados importantes e que ainda não foram analisados ou é uma reanálise que, do ponto de vista dele, melhora a análise que já se fez dessa questão. Então, eu presto muita atenção na análise. É coerente, consistente. Quando tem resenhas, eu vejo se a resenha é bem-feita ou malfeita... e se o autor resenha para escolher uma teoria ou se resenha somente para apresentar... como se

ele dissesse: olha, eu li 5 coisas sobre isso. Ou se ele não segue nenhuma ou não rejeita nenhuma... eu tiro o valor do artigo.

LÁFITY: Humrum. Certo. Em relação ao formulário... tem periódicos que têm um formulário com critérios de avaliação e tem outros que deixam o parecerista mais livre. Em relação aos periódicos que têm o formulário para guiar os avaliadores no processo de análise de um trabalho, do seu ponto de vista, esses formulários são completos, atendem, de fato, ao processo de avaliação do artigo, permitindo ao parecerista dizer que o trabalho é ou não bom?

P7: Quando tem um questionário, eu faço um esforço pra seguir... porque se eu aceito avaliar o artigo que uma revista me mandou... eu tenho que também ser generoso, digamos assim, com as regras da revista. Mas eu procuro no parecer final... que sempre tem sempre um espaço opinativo, digamos assim... deixar lá a minha verdadeira avaliação. Por exemplo, se pergunta se a bibliografia é atualizada... bom, bibliografia, em nosso campo, não é um problema de atualizado. Não é física, não é física quântica... pra saber se eu tô seguindo um físico moderno ou se tô seguindo Aristóteles. Nossa área não tem muito isso de... é... seguir a última teoria, né!? Então, eu considero, considero... fazer expresso mesmo a minha avaliação naquele espaço. Eu posso, posso... digamos... dizer uma coisa mais pessoal sobre o artigo que eu acabei de ler.

LÁFITY: Certo. Deixa eu ver aqui a próxima pergunta... é... em relação às seções de um artigo... é... qual seção ou quais são as seções que o senhor costuma dar mais atenção na análise de um artigo?

P7: Como eu disse, a análise... a análise de dados, certo? E claro se a análise é coerente com a teoria apresentada, mas a... a importância maior que eu dou ao artigo é análise que ele faz, porque teorias em geral, digamos, a maioria absoluta de nós não inventou nenhuma teoria, né... então apresenta uma e faz a análise.

LÁFITY: Certo. Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P7: Então, digamos, o último teórico importante que eu li não é provavelmente o autor desse artigo que eu tô analisando. Então, a seção que eu mais presto atenção é a análise.

LÁFITY: Certo. Em relação aos problemas que aparecem nos textos, que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P7: Basicamente, como eu disse, como o que eu mais valorizo é a análise, porque me faz, digamos, dar um parecer contrário é basicamente se a análise for precária. Ou se ela... é...

enfim... não tá associada a uma teoria tal qual ela foi resenhada ou apresentada. Se a pessoa disser que vai analisar X segundo uma teoria Y, ela não analisa X ou X é um X muito miúdo... não é representativo... e a teoria não é bem apresentada ou é mal aplicada... eu critico... eu rejeito... ou então se for pouca a diferença, eu sugiro uma refacção do artigo.

LÁFITY: Certo. Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P7: Bom, a introdução deveria me dizer do que o artigo vai tratar. Se a introdução falhar em relação a esse objetivo, eu vou dizer que, enfim... esse artigo tem problema de redação. Às vezes, o título promete uma coisa que não é cumprida. Não só a introdução ou o resumo, mas o próprio título diz: vou analisar que... é... tal questão tratada no livro didático. E não analisa livro didático e não analisa essa questão, então eu tendo a recusar. Então... a consistência, a coerência entre essas partes é evidentemente uma questão importante.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P7: Às vezes, a teoria é mal apresentada. Aquilo que é principal na teoria não é apresentada. Ou se apresentada a teoria, é um tópico... que é comum que esteja relacionada a essa teoria, mas que não é relevante nessa análise. Digamos assim, em Análise do Discurso, que é a área na qual trabalho, é muito comum uma pessoa introduzir a questão do sujeito, mas, às vezes, ela entra lá porque ela é uma questão teórica importante, mas ela não tem nada a ver com nenhum elemento da análise. Daí eu digo: tal questão está aqui por tradição, porque ela não tem nada a ver com o artigo. Ou então o artigo teria que incluir uma análise que problematizasse a questão do sujeito nos dados. E não só ser um tópico na teoria. Eu... é... se fosse uma religião, por exemplo, não... o cara diz lá: amar a Deus sobre todas as coisas, mas daí trata de não matarás. Ele tinha que dizer que o mandamento é não matarás e analisar um crime... e não amar Deus sobre todas as coisas. Tem que ter relação entre a questão teórica apresentada e a análise em proposta.

LÁFITY: Quanto à metodologia, que problemas, ao longo de sua experiência, o senhor observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P7: Não sei se eu vou lembrar de algum caso específico, né!? Eu tenho que dá uma olha, assim, no artigo inteiro. Se aparecerem problemas, digamos assim, em relação aos dados... se a pessoa diz que vai analisar “não sei o que” na imprensa brasileira... e analisa

um jornal... é complicado. Se a pessoa diz que vai analisar “não sei o que na mídia” e analisa as manchetes... eu digo: tem que ler o texto. Então, acho que se tem... se tiver problema metodológico em relação ao que é anunciado e o que é seguido, eu assinalo e/ou mando refazer... ou sugiro outra revista, qualquer coisa desse tipo. Pra eu aprovar a coisa, tem que tá que está mesmo redondo.

LÁFITY: Você tem dado (ou já deu) mais pareceres positivos, no sentido de os trabalhos estarem realmente bons... ou mais negativos, no sentido de não aprovação ou com pedido de alteração?

P7: Olha... é... eu posso estar me enganando, porque eu acho também que tem épocas que eu tenho mais sorte ou épocas que eu tenho mais azar, né!? Houve época em que eu não consegui aceitar nenhum. Digamos... vinha muito artigo que, por exemplo, era nitidamente um capítulo de uma tese ou dissertação. Às vezes, a pessoa até esquecia de reescrever e dizia: neste capítulo, eu vou tratar de... Daí ficava claro que era um pedaço de dissertação ou de uma tese. Então... houve épocas em que eu recusei muito artigo. E tem épocas em que eu recuso menos. Eu recuso menos quando eu recebo menos, né... talvez eu tenha adquirido uma certa fama de mau. Por exemplo, ontem, eu acabei de devolver uma... um email me pedindo por favor que eu não deixasse de dar parecer em um artigo, mas eu já tinha respondido, né... eu tinha lido 4 páginas de um artigo de 10 e disse: olha, na verdade, eu não tô nem conseguindo ler o texto. Então, eu não vou dar parecer. Sugiro que a própria editoria da revista já diga... antes de eu mandar para o parecerista que esse artigo não é adequado. Estava mal escrito, não tinha objetivo claro, etc, etc... então... há épocas em que eu recuso mais e há épocas em que eu recuso menos, né!? Então, frequentemente ou com alguma frequência eu sou favorável, eu dou parecer favorável para publicação. Mas isso depende do artigo. Depende do artigo, né... se eu achar que não deva ser publicado, eu digo que pelos menos para refazer ou reescrever e ser submetido a uma revista não rigorosa. Às vezes, o texto é razoável... tem a tese apresentada e tal, mas a escrita é muito complicada para aquilo que se espera do gênero ou numa revista de prestígio e tal...

LÁFITY: O senhor costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P7: Quando há coisas muito gritantes, eu assinalo. Às vezes, eu assinalo no próprio texto e devolvo o arquivo com sugestões de correção ou então, digamos, eu assinalo, digamos assim, pintando de amarelo tudo aquilo que, a meu ver, tem alguma inadequação... que a pessoa deveria revisar. Nem sempre eu dou sugestão de como reescrever, mas eu assinalo

que lá tem um problema. Casos mais gritantes... eu digo coisas do tipo: esse tipo de fórmula, de grande frase... não deveria aparecer aqui... acho que você quis dizer tal coisa... às vezes eu sugiro correções. Mas tenho mais assinalado que há problemas que a pessoa deveria resolver... procurar um revisor... ter um revisor não é dividir autoria, ele vai revisar o texto. Cada vez mais, tenho sugerido que a pessoa procure um revisor em vez de eu corrigir. Às vezes, quando tem formulário, pergunta se a redação é boa ou se tem problema.

LÁFITY: Nos pareceres que o senhor já fez, lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas...

P7: Não sei dizer... mas é raro que eu não faça nenhuma observação, do tipo: tem que melhorar isso... é raro que eu não faça uma observação. Então, digamos, sim, aceitei muito artigo, sugeri publicação, mas, dificilmente, deixo de ter uma ressalva. Acho que, talvez, 10% não tenha ressalva nenhuma.

LÁFITY: Quando o senhor faz uma crítica negativa, costuma atenuar essa crítica quando ela é negativa? Poderia mencionar um exemplo?

P7: Atenuar quer dizer ser gentil?

LÁFITY: Isso. Exatamente.

P7: É... Eu procuro nunca ser grosseiro ser... direto... muito direto. Mas tem o problema de como as pessoas leem, né!? Vamos supor que eu diga alguma coisa como... é... a teoria não está bem apresentada ou a análise tem deficiência... pode ser que a pessoa leia isso como se eu tivesse escrito com maiúsculo... ela pode achar que eu sou rigoroso... eu diria: olha, eu estou te falando isso mansamente... eu não estou dizendo: oh, cara, a análise tem problema... depende muito de como a pessoa lê. Ethos é uma coisa muito complicada. Às vezes, você dá uma sugestão, numa boa, mas a pessoa recebe aquilo como se fosse uma agressão. Então, eu imagino que nunca fui grosseiro, mas eu já posso ter sido franco, porque eu acho que o debate deve ser franco. Atenuar é... bom... o que eu posso dizer é que eu nunca quis ser agressivo.

LÁFITY: Tá certo.

P7: Se eu disser, por exemplo, as resenhas são precárias... e não há razões pelas... o autor não expõe as razões pelas quais aceitou um autor e não outro... pode ser que a pessoa veja isso como uma forma agressiva.

LÁFITY: Então depende um pouco da recepção também, né!? Vai depender como a pessoa vai receber aquilo...

P7: Crítica sempre depende da recepção. Dizer que uma coisa tem deficiência... isso deveria ser normal.

LÁFITY: Professor, conversando com alguns editores... eles disseram que algumas das observações feitas são postas como sugestões e que, nesses termos, os autores optam e veem nisso um argumento para manter o que já estava no artigo. Para o senhor, as sugestões nos pareceres são apenas sugestões?

P7: Eu acho que, quando o parecerista do artigo dá uma sugestão, o autor deve ler isso quase como uma ordem. Quer dizer... uma sugestão é uma forma gentil de dizer: muda isso. Eu acho que o autor não deve ser literal. A não ser que ele discorde por uma questão teórica. As sugestões são uma forma gentil de dizer mude, é tipo o seu pedido é uma ordem. É isso.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Comente.

P7: É a mesma coisa. Eu trato os artigos dos alunos como trato os artigos que eu analiso como parecerista. Eu digo se há coerência, se a coerência é adequada, se tá bem escrito, se não tá bem escrito, se tem boas análises, se não tem. Eu atuo nos dois papéis da mesma maneira. Mas as responsabilidades que eu tenho são diferentes, porque se eu der um parecer negativo, o editor pode, mesmo assim, publicar o trabalho, porque, por exemplo, o outro parecer é positivo. Enquanto que se eu sou orientador do meu aluno... algumas coisas eu vou exigir que ele mude. Também deixo muita liberdade pros meus alunos fazerem a versão final dos seus textos. Eu nunca digo: ah, isso aqui eu não quero de jeito de nenhum. Se ele quiser fazer, ele faz... mas tem uma defesa e os outros membros da banca vão dizer: olha isso daqui tá... daí eles dizem: bem que meu orientador pediu para não fazer, mas eu temi... tal... eu atuo da mesma maneira, da mesma maneira.

LÁFITY: Por que esses papéis, parecerista e orientador, se misturam, se confundem?

P7: Eles se aproximam, se aproximam. Eu estou fazendo a mesma coisa. Isso tem esse, esse problema. Isso é do meu ponto de vista. A gente dialoga mais com o orientando do que com o autor de um artigo submetido a uma revista. Quando é um orientando, eu posso dizer: eu li isso. Mas eu penso com a mesma disposição.

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P7: É uma questão ética. Se eu quero que as pessoas analisem os artigos que eu submeto, eu tenho que analisar os artigos que me submetem. Se eu aceito ser parecerista de uma

revista, eu vou analisar um conjunto “x” de trabalhos que essa revista me manda. Faz parte da nossa atividade. Se eu sou um professor contratado, digamos assim, de tempo integral, numa universidade, o meu trabalho não é somente dar minhas aulas e, eventualmente, orientar meus orientandos. É atuar no campo da linguística no país e, eventualmente, no exterior. Isso faz parte do trabalho, faz parte do trabalho. Eu conheço gente que não dá parecer, né... só cuida da sua vida. Mas eu acho que é uma questão ética. Se eu recebo parecer, eu tenho que dar parecer. As agências de fomento, por exemplo, elas te dão uma bolsa, digamos, né... e elas exigem coisas em troca. Por exemplo, que você analise um conjunto “x” de projetos. É uma troca. Se você não der pareceres, eles também não te dão a bolsa. No caso dos pareceres de revista, não tem esse tipo de troca. Mas eu diria que é uma questão ética, faz parte, digamos... se você está interessado no campo no país, você vai dar pareceres.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P7: Ah, eu deva ter lido pareceres que fizeram meus trabalhos, por exemplo... uma vez levado isso em consideração, mas, enfim... eu acho que parecer você aprende a fazer num dia, né... não consigo conceber, digamos assim, cursos para ensinar pós-graduandos a fazer um abstract, né... se o pós-graduando lendo três artigos que tem um abstract, não consegue fazer um... francamente, né... acho que devia fazer outra coisa... jogar futebol, sei lá... em termos, você aprende num dia... do que o artigo trata... que autores, em que autores se baseia... que material pretende analisar e que tipo de análise ele faz... a que conclusão ele chega. Você diz isso num parecer. Quando tem um questionário, ele ajuda você, de certa maneira, a aprender os tópicos dos quais você deve tratar. E você vai tratar de todos ou não... de acordo... quando não tem o questionário, você escolhe aquilo que te parece mais relevante. Por exemplo, não gosto muito de questionário, né... eu olho a bibliografia, evidentemente. Mas eu não tô muito preocupado se a bibliografia citada é a última. Eu quero saber se a bibliografia citada é adequada pro trabalho inteiro. Por exemplo, se a pessoa disser que leu um artigo de 2021, disse que tal questão é importante na sua área... e eu conhecer um de 1990... eu vou dizer: “olha, aqui tem um problema... autor já disse isso em 1909... não apresente isso como uma novidade...”. Em relação à bibliografia, eu faço coisas desse tipo. Ou então... às vezes, as pessoas atribuem uma definição ao seu professor... mas a definição é do Descartes ou foi feita há 30 anos por um americano ou alemão. Você não pode atribuir ao seu professor. Coisas desse tipo eu anoto. Então... como você aprende fazer uma carta? Lendo uma que você recebe.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P7: Olha... a observação que eu faria é... enfim... não sei exatamente o que você vai fazer com isso, porque eu acho que, considerando as perguntas que você me fez e as respostas que eu te dei, eu não sei o quanto você vai se acercar sobre o gênero parecer, porque tinha mais perguntas sobre o artigo do que o gênero parecer.

LÁFITY: Nós estamos analisando pareceres. O questionário é para nos acercamos sobre as crenças dos pareceristas quando emitem pareceres sobre artigos.

P7: Não sei se ajudei você em algum sentido.

LÁFITY: Ajudou. Na verdade, o trabalho está focado nas crenças e valores dos pareceristas em relação aos seus olhares sobre o artigo quando emitem seus pareceres.

P7: Humrum. Entendi.

LÁFITY: Muito obrigada, professor, pelas informações e pela disposição em colaborar com a nossa pesquisa.

P7: Você mora em Teresina?

LÁFITY: Sim.

P7: Vi aqui agora. Legal.

LÁFITY: Prontinho. Encerramos aqui a nossa conversa. Muito obrigada mesmo. Um abraço.

P7: Outro pra você. Até mais.

LÁFITY: Até mais.

ENTREVISTA_P8

Instituição: Universidade particular (Sudeste do Brasil)

Título: Doutorado em Linguística

Área: Linguística Aplicada

Número de pareceres: Mais de 60 até a data da entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da realização da entrevista: 17/09/2022

Horário de início da entrevista: 10h

Horário de término da entrevista: 10h56min27seg.

LÁFITY: Olá. Bom dia. Professora, inicialmente, muito obrigada por aceitar o nosso convite nessa etapa da nossa pesquisa.

P8: Eu sei bem o que é pesquisar. Eu sei o quanto é importante pessoas que digam sim.

LÁFITY: Bem, vamos lá!?

P8: Vamos lá. Eu não li suas perguntas, tá!? Pra não ficar viciada e já pensar em possibilidades.

LÁFITY: Certinho. Então, a nossa primeira pergunta é a seguinte: em média, quantos pareceres você já fez para periódicos?

P8: Bom, eu diria que, por ano, eu emito, assim, uma média de... uma média em torno de 4 pareceres por ano, mais ou menos isso, né!? E digamos que é uma atividade que eu faço com maior frequência desde de 2006.

LÁFITY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P8: Então, eu acho, Láfity, que é o engajamento que a gente tem com relação ao campo, né... eu acredito que um bom parecer seja ele positivo ou negativo é algo que sola. Eu penso que receber um parecer que negue a publicação, se for um bom parecer com explicações razoáveis, esse parecer está contribuindo para o crescimento da área. Eu acho que é isso, um compromisso com a área, com o campo. Nessa medida, eu acho que é muito importante que a gente se engaje nesse tipo de atividade, mesmo que não exista remuneração.

LÁFITY: Humrum. Certo. Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P8: Bom, eu acho que eu já disse na primeira resposta... que o primeiro aspecto ressaltaria é que você tem ali uma baliza, né... de um outro... na verdade, não um único, né... mas a ideia de que você tem, pelo menos, dois pareceristas... pra um artigo, né... às vezes, três... às vezes, quatro, dependendo da natureza do trabalho. E você tem essa voz do outro, do par, né... que sendo um especialista naquela temática em que se desenvolve um artigo, ele pode, sim, trazer um olhar de referência pra área... que possa não só confirmar a qualidade daquele trabalho, como também contribuir pra que o trabalho alcance essa qualidade. Essa qualidade é algo que a gente mensura em termos de contribuição dentro de um dado campo, né... Então, você tem, como em outras atividades do campo acadêmico, né... uma banca de qualificação, de defesa de uma tese de doutorado... são sempre momentos em

que você tem a voz de um outro que é um especialista, trazendo contribuições para aquele trabalho, confirmando aspectos que coloca o trabalho, de fato, ali como uma referência importante pros estudos daquele domínio disciplinar. Essa importância de dar crédito. Não só de dar crédito, mas também de contribuir pra que aquele trabalho alcance é... uma... uma qualidade necessária ao desenvolvimento daquele campo.

LÁFITY: Humrum. Certo. Professora, no Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P8: Não me lembro com precisão. Mas, certamente, eu me orientei... eu penso que por duas referências. A primeira, o próprio formulário, né... quando o formulário é um formulário de qualidade, ele instrui ao parecerista o que deve ser focalizado, né... então, o formulário é uma baliza importante, eu pendo, né... a segunda, acho que são mais, tá!?... a segunda baliza importante, eu acho que advém do próprio periódico, quando é um dossiê temático em que você percebe o que se espera da avaliação de um parecerista é alguma coisa de articulação, por exemplo, da natureza do dossiê temático. Portanto, do tema, da epistemologia ou das epistemologias que estão sendo ali convocadas pra tratar esse tema. E a terceira é a experiência com o gênero, né... com o gênero artigo científico. Eu tô dizendo aqui com o gênero, mas é importante a gente considerar que nós temos periódicos na nossa área que recebem é... é... é... no seu dossiê... coisas que são muito mais ensaísticas do que artigo e que não há separação no periódico. Não há separação, né... Você percebe que aquilo é muito mais um ensaio do que necessariamente um artigo científico, na perspectiva, na forma como... é... como a gente pode compreender esse gênero, e isso não significa necessariamente reprovação do texto. Eu acho que tudo depende... é... da natureza do periódico, da natureza do dossiê... e da experiência que a gente tem com o gênero. E ainda... eu acho que depende também... da... desse... desse campo subdisciplinar. Uma coisa é você examinar esse trabalho que se orienta por uma abordagem etnográfica, por exemplo, né... o modo como eu leio esse trabalho é diferente do modo como eu leio um trabalho que... é... vai operar com uma abordagem de orientação mais quantitativa, por exemplo. Então, eu acho que há vários elementos que eu preciso considerar como parecerista pra operar de forma mais adequada possível essa minha função. E tem um outro aspecto que eu queria citar que é minha experiência como avaliadora, não como avaliadora de periódicos, mas de projetos de pesquisa, seja do CNPQ, seja é... é... da Capes. Eu acho que atuar como parecerista também dessas agências de fomento me ajuda a ter uma compreensão, assim, é... sempre atualizada daquilo que

aparece como temáticas importantes no campo, importantes e atuais no campo. E também, inclusive, de balizas teóricas.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação? Você poderia falar um pouco sobre isso, professora?

P8: Acho que não. Olha, é... tudo depende da natureza. Quando é um periódico que publica... é... artigos não necessariamente ligados a um dossiê temático, né... você vai ter uma adversidade maior ali, então dependendo da orientação teórico-metodológico do texto, alguns dos critérios feitos pelo formulário, não me parecem pertinentes. De modo geral, os formulários, eles se baseiam numa representação do gênero artigo científico que não necessariamente contempla aquilo que é específico, por exemplo, do campo da Linguística Aplicada. Então, há uma visão de ciência e também do gênero que parece muito afinada com a ideia universal, vamos dizer assim, do artigo. E a gente não pode pensar que, de fato, né, o que se produz no campo das ciências ditas duras, né, e aí eu vou pensar, por exemplo, critérios que estão lá pra exame de um periódico da área de ciências biológicas, ele não necessariamente, eles não devem ser os mesmos daqueles que nós vamos ter no campo da educação ou no campo da comunicação... eu percebo isso... a validação daquilo que é valor pra outras áreas de conhecimento. E aí, nessa menina, eu acredito que eles não são satisfatórios, porque não se observa as especificidades.

LÁFITY: Normalmente, quando alguns dos critérios são marcados como positivos dentro dos formulários, não se comenta o porquê de algo do trabalho estar bom ou não. Você acredita que aquilo que é apontado como positivo não precisa ser acompanhado de um comentário extra? Somente os aspectos negativos merecem destaque de observação para o autor de um artigo?

P8: Eu aponto os aspectos positivos e negativos. Então, quando eu vou aprovar um trabalho, eu me sinto, assim, muito desconfortável por apontar apenas indicando bom, muito bom ou ótimo. Eu preciso justificar cada uma dessas coisas. Então, eu procuro justificar tanto os aspectos positivos quanto os negativos e também os aspectos que merecem reformulação, né... e sempre que... eu vi que isso está em uma de suas perguntas, não vou fugir aqui a ordem, mas eu queria falar sobre isso.

LÁFITY: Sem problemas. Pode galar, professora.

P8: Eu procuro sempre me colocar no lugar dessa pessoa, desses autores dos autores que estou avaliando, né... que eu penso que o parecer, ele precisa contribuir, seja colocando os aspectos meritórios daquele trabalho, seja apontando caminhos de reformulação.

Sugestões que você, por exemplo, são sugestões... que atuando como editora, por exemplo, eu sei que a gente vive dilemas, né... que eu recebo para um mesmo trabalho um parecer recusando aquele trabalho com uma justificativa consistente praquele parecerista, e um outro que coloca o trabalho lá em cima. Então, o que tô querendo dizer é que o ponto de vista de um parecerista não é a verdade. Ele é um ponto de vista construído a partir de um determinado ângulo. Então... pensando exatamente nisso, é que eu acho que o parecer e, assim eu procuro pautar minha conduta, precisa justificar tanto aquilo que é da ordem do bom como aquilo que é da ordem do não positivo. E os pareceres normalmente têm, assim, é... um asterisco, assim, no que é obrigatório preencher, mas, na parte final, eu sempre compilo tudo. Eu tento fazer uma sumarização de todos os aspectos que guiaram a minha avaliação.

LÁFITY: Quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?

P8: Bom, pois é. Depende tá? Difícil a gente dizer isso. Primeiro, vamos pensar um pouco no gênero. Ele é um artigo científico na grande área de Linguística, Letras e Artes? Ele pode ser muita coisa diferente. Ele não necessariamente... é... se você pegar, né... um artigo do campo, por exemplo, da Literatura e comparar um artigo da Linguística Cognitiva, certamente, a gente vai perceber, em termos da sua configuração, coisas diferentes. A gente tem revistas da nossa área que são híbridas, que publicam tanto textos da Literatura quanto de Linguística, por exemplo. Então, o gênero artigo científico pode variar em termos de configuração. Então, vou responder à pergunta, não fugir dela não. Então, o que eu espero? Espero, primeiro, uma relevância do tema, do recorte temático, do objeto. Eu espero uma coerência em termos das partes de composição. Então, às vezes, eu vou ter lá um... um... um trabalho em que é... a perspectiva da análise, ela não é tão relevante porque o que ele traz, na verdade, é uma grande inovação em termos de reflexão de ordem teórica.

[Trecho retirado da entrevista - a pedido da parecerista]

Eu penso que a relevância desse recorte temático, um referencial teórico que se mostre condizente com o trabalho e também com o grau de atualização. Eu acho que isso é relevante. A coerência entre aquilo que se anuncia fazer e aquilo que se faz, né... Eu acho que isso também é importante. Uma qualidade na escrita. Isso precisa ser... é... é... claro que nenhum texto é perfeito do ponto de vista formal. Não existe isso, né... Os erros amam se esconder, né... As pessoas que fazem revisão sabem disso. Mas eu acho que são

aspectos que eu considero que são centrais, mas sem pensar que uma coisa é, em si mesma, mais importante do que outra.

LÁFITY: Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P8: Depende da natureza do artigo. Então, dependendo da natureza do trabalho, a seção da apresentação, da análise e discussão de resultados, ela pode ser chave. Mas, assim, eu não diria que eu me detenho mais em uma parte do que outra não. Eu acho que eu trabalho, assim, no conjunto. Mas digamos que... alguns defeitos... talvez eu pudesse responder assim... é... alguns problemas, eles poderão aparecer assim pra mim... ah, não, isso daqui não adianta eu falar só que é pra fazer um ajuste. Isso aqui a pessoa tem que fazer um investimento, assim, maior... então, eu vou preferir recusar e sugerir que ele me apresente em outro momento, você entende? Então, assim, dependendo da natureza do problema, às vezes, por exemplo, eu vou sugerir que... olha, seria mais interessante que, nas considerações finais, pudesse ser retomados, de forma mais vertical, alguns aspectos que eu percebi lá na análise que são, assim, centrais. Então, isso é só uma sugestão. Então, eu vou chamar a atenção pra isso... eu vou ler com cuidado... que percebo que aquilo é frágil. Mas isso não é algo suficiente pra que eu, por exemplo, diga que eu vá recusar o trabalho. Então, a resposta é não... não para que se tenha algo mais importante do que a outra em si mesma. Mas algumas naturezas de problema são mais é... indicativas, pra mim, de aquele trabalho possa ser reformulado ou de que ele deva ser recusado.

LÁFITY: Professora, muitas das informações que constam nos pareceres, segundo alguns dos editores entrevistados, são apontadas como sugestões. E algumas sugestões não são sugestões, parecem algo do campo da obrigatoriedade. Outro aspecto é em relação à polidez da linguagem do avaliador. Alguns são mais duros e me suas avaliações, outros são mais polidos. Você poderia falar um pouco sobre isso?

P8: Eu acho que... vamos pensar lá no parecer final. No parecer final, normalmente, você tem “aceito com pequenas correções”, “aceito com correções obrigatórias”, às vezes, né... depende da revista... e “não aceito”, “sugestão de publicar em outro periódico em outro momento” etc., etc... Bom, então, eu acho que é importante que o texto do parecerista tenha coerência com a decisão apontada. Com relação à polidez, eu acho que é difícil mesmo... isso que você aponta é muito curioso... porque, de modo geral, eu acho que eu escrevo algo mais como “recomenda-se”, “sugere-se”, etc... e tal. Mas o parecer, ele também tem, vamos dizer assim, um ethos de autoridade. Então, eu acho que o editor precisa, eu imagino, ter o seu papel bem definido. No que diz respeito à polidez, o

avaliador precisa ficar atento aquele verbo utilizado... não sei como a gente foge a isso não, sabe, Láfity. Eu procuro apresentar como sugestão. Até porque eu sei que eu sou apenas uma das pareceristas. Então, eu acho que esse cuidado na linguagem também é muito importante. Não sei se você recebeu esse tipo de fala, mas tem pareceres que são horrorosos, que são desrespeitosos e aí você tem também o contrário, você tem o editor que não tem coragem de devolver aquele parecer para o avaliador. Então, o editor também tem o papel de filtro, então... então o editor não pode colocar essa tarefa somente para o parecerista não. O editor é alguém que vai ler esse dado, vai filtrar esse dado a partir sua percepção do que seja o papel do parecerista e o papel do editor.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P8: Depende. Não pode ser só um. Depende da natureza do trabalho. Depende da visada epistemológica e também metodológica. Então, depende, né... é... eu acho que, por exemplo, é... é... um trabalho, eu jamais diria que um trabalho que tem problemas do ponto de vista... vamos imaginar um trabalho muito bom, mas ele tem problemas que são formais, né... eu já tive isso. Era um trabalho de um autor francês, escrevendo um brasileiro... e o texto apontava nitidamente que ele tinha sido escrito em francês originariamente. Houve uma tradução e havia problemas ali que era problemas dessa questão da tradução. Mas era um bom trabalho. Então... isso não é suficiente pra, do meu ponto de vista, pra você, se o trabalho tem qualidades, né, do ponto de vista da verticalidade, como aquela questão é desenvolvida, de uma coerência teórica-conceitual, etc. e tal, isso não é suficiente. Então, eu diria que o problema formal, como esse que eu enumerei, tá, ele não é, em si mesmo, suficiente e acho que, talvez, a gente pudesse voltar lá naquela primeira resposta que eu dei, né, quando você pergunta lá que aspectos fazem de um artigo um bom artigo, né, então... eu acho que um trabalho que esteja dizendo o mesmo sobre algo que já tá dito, eu acho que é... não. Esse aí não dá. Não tem nenhuma novidade nisso que ele tá dizendo, sabe, esse assunto aqui já tá batido, não traz nada de novo. Ele não acrescenta nada à área, entende? Acho que esse trabalho não, não precisa. Acho que eu responderia assim.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P8: Acho que sim. Acho que já vi coisas do tipo, por exemplo, é... é... acho que me lembro de pelo menos dois pareceres que eu dei em que o autor fazia uma introdução, assim, entendendo que o texto dele já estava dialogando com o resumo, que o resumo já

apresentava tudo que ele podia na introdução, já avançado. Então, eu fiz observações nesse sentido. Assim, ter um problema na revisão não significa que o trabalho vai ser recusado, mas eu posso apresentar sim sugestões nessa introdução.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P8: Sim... quando eu percebo que há uma relação de desequilíbrio, de inadequação e grande desatualidade em relação aquilo que tá sendo tratado. Então, vamos imaginar que a pessoa vá tratar de fake news, de desinformação, mas a discussão teórica que ela apresenta é uma discussão pouco consistente, então... é... isso seria um aspecto que pesaria.

LÁFITY: Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P8: Pois é... às vezes, o que eu penso, o que eu percebo... é muito mais no quanto se diz sobre a metodologia, né... é... é quase sempre isso, uma metodologia lacunar. E aí eu peço... faço sugestões que sejam introduzidos aspectos que possibilitem ao leitor entender, compreender mais claramente a metodologia adotada.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P8: Quando se trata de um artigo científico construído a partir desse modelo artigo, né, em que a análise e, nessa medida, também a metodologia... é... é... são aspectos centrais... que se anuncia que é um trabalho que pressupõe a análise de dados... que foram coletados e etc... essa análise tem que aparecer de forma consistente. Assim, considerada esse formato de artigo, sim, todos esses aspectos pesam. Não vou dizer o que pesa mais, mas eu diria que, nesse formato, talvez, assim, com relação à metodologia, esse não seria um aspecto impeditivo... eu acho que o aspecto impeditivo estaria mais lá na análise e... e... e também na não pertinência do quadro teórico que é elencado.

LÁFITY: Você costuma solicitar aos autores para fazer correções obrigatórias no artigo? Poderia falar um pouco sobre isso?

P8: Eu já pedi correções obrigatórias na metodologia, esclarecer determinados aspectos. Também já pedi, na introdução, quando eu percebo que ela é lacunar. Eu acho que já pedi em todas as seções, sabe, Láfity, em todas as seções. Difícil é recuperar, mas eu já pedi. E já também indiquei recusa em função de aspectos vistos, às vezes, em mais de uma seção.

LÁFITY: Você acabou respondendo à pergunta seguinte. Vamos à outra pergunta. Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P8: Então... Como eu faço... é... eu baixo artigo, do texto que eu vou examinar e vou fazendo uma leitura marcando coisas é... pra mim... mas eu não gosto de colocar esse arquivo de volta pro autor com as correções, porque, na verdade, eu não tô fazendo uma revisão. Mas eu percebo que o trabalho tem problemas lá com relação à diagramação, com relação às normas da ABNT, problemas gramaticais... eu menciono isso no parecer, menciono! Menciono que há problemas no que diz respeito ao padrão linguístico, às normas, mas eu não gosto de colocar esse arquivo de volta pro autor com minhas marcações, porque a minha preocupação, quando eu tô fazendo a leitura, não é de fazer essa correção. Acho que não é meu papel. Mas eu sei que muita gente faz. Eu penso, Láfity, acho que você também, acho que tudo mundo da área de Letras, em algum momento da vida, já fez revisão, não é? E revisão é uma coisa que pressupõe idas e vindas. É um trabalho do “cão”! E quando você vai, por exemplo, fazer a revisão, olhando para as normas da ABNT, eu não posso me fiar àquilo que é a argumentação do texto. Eu preciso olhar pro texto, vendo exatamente as lacunas entre obra que é citada, obra que não é referenciada, modo de referenciar... então, isso exige muito trabalho. Então, não acho que isso seja tarefa do parecerista.

LÁFITY: Normas gramaticais, correções textuais e de normas de ABNT podem ser um impedimento para a publicação de um artigo?

P8: Não. Depende. Depende da natureza do problema. Acho que a gente tem que fazer uma hierarquia. Tudo depende desse conjunto, né... mas, olha, eu vou te dizer... dificilmente... é... dificilmente, eu vou pegar um trabalho que não tenha problemas com relação às normas das referências. Dificilmente. Aliás, eu pego as revistas e eu comparo o que está nas revistas como padrão e o que elas publicam. A gente tem inúmeros problemas, né... a gente tem problemas formais em vários artigos publicados. Então, assim, eu não acho que isso seja um problema pra indeferir, mas que o parecerista deveria recomendar a revisão.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P8: Não sei dizer.

LÁFITY: Conversando com alguns editores, eles disseram que grande parte dos artigos são devolvidos para os autores com o pedido de algum tipo de ajuste, de reformulação.

Somente 10 a 20 por cento dos trabalhos são aceitos sem nenhum tipo de pedido de alteração, por isso fiz o questionamento anterior, professora.

P8: Eu acho que isso é efeito, eu vou dizer, Láfity, que isso é efeito também dos próprios formulários e das representações sobre escrita científica que advém desses formulários. Eu diria isso, né... então, eu vou dar um exemplo pra você, não sei se eu tô me encurtando, mas eu dei um parecer há três anos... era um parecer de projeto de pesquisa pra uma instituição internacional, pra Europa. E eu tinha que examinar o projeto de pesquisa, era um parecer que eu construí em francês e eu mandei pra um colega meu francês. E pedi pra que ela examinasse o parecer. E ele disse assim pra mim: “escuta, você apresenta tais e tais elogios... e você aponta aqui um problema e, depois, você indica aprovação do projeto”. Daí ele me disse que, quando se apresenta um problema pra uma agência internacional, eles vão entender que esse projeto não vai merecer ser aprovado. Então, eu acho que a gente tem uma cultura aqui também... brasileira... me parece, tá... mas eu tô pensando aqui com a boca, tá... que nós temos a ânsia de mostrar o bonito e o feio. Eu acho que... que... penso que, de algum modo, os próprios formulários reforçam essa ideia, né, em função dos aspectos que estão colocados ali é... pra ser examinados e de como esses aspectos se apresentam também pro avaliador, entende? Eu acho que não se pode culpar só o parecerista. Cê tem, assim, há um conjunto de elementos que levam o parecerista a mostrar as duas coisas. Se não, fica parecendo que você não leu... que você tá sendo, que você tá fazendo uma avaliação bamba...

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P8: Eu sou bastante polida. Eu procuro ser polida. Eu procuro.

LÁFITY: Professora, você lembra de algum exemplo, de alguma situação para nos dizer aqui?

P8: De formas que eu utilizo? Então, eu uso futuro do pretérito, seria necessário, por exemplo. Apresento algo positivo, né... por exemplo, o trabalho, de fato, contribui em relação a tais e tais aspectos, no entanto,... então, sempre procuro mostrar as duas coisas. Essa é a última pergunta?

LÁFITY: Não. Temos mais outras duas.

P8: Então, eu queria dizer mais alguma coisa. Não sei se interessa a você, mas é... é... eu me lembro que uma vez é... não tem nada a ver com o parecer... mas tem... eu acho que tem a ver com. Eu lembro que uma vez devolvi um trabalho pra uma aluna. Era graduação. E ela tava fazendo um ensaio. Não era um artigo, era um ensaio. E ela começa o texto...

é... escrevendo tudo aquilo que ela não ia fazer. Nesse trabalho, não pretendo isso, não pretendo aquilo... não pretendo aquilo outro. E aí eu escrevi assim no trabalho dela: “Medão, hein!?” Eu escrevi isso e entreguei o trabalho pra ela. Hoje, ela já terminou o doutorado, isso faz muito tempo. Quando eu entreguei, Láfity, ela... eu devolvi na sala de aula. Ela saiu da sala de aula chorando. E eu fiquei muito assustada com aquilo. Depois fui procurá-la. Ela me disse que se sentiu muito ofendida com o modo irônico como eu escrevi no trabalho dela. Então, ela me fez pensar muito nisso, né, que é esse outro, que invade o meu texto, assim, me desnudando. Então, eu acho que falar sobre o trabalho do outro é algo que, ainda que numa posição de autoridade, precisa ser feito com muito cuidado. Então, é nesse sentido que eu procuro ser polida, assim, ter uma atitude que eu entendo ser respeitosa.

LÁFITY: Mantenho esse exemplo ou retiro como você pediu no caso do outro exemplo?

P8: Mantém esse. Retira somente o outro que eu pedi. Aí, Láfity, por conta disso, eu pesquisei, durante muito tempo sobre a correção, ainda me interessa. Eu investiguei sobre a correção de texto, sobre o retorno, sobre como orientador de tese de doutorado, de mestrado, como que ele retorna pro seu estudante. Essas coisas me interessam muito. Eu acho que isso é do campo da avaliação. Pode continuar, desculpe-me. Queria falar sobre isso, porque acho que, de alguma forma, tem a ver.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista?

P8: Eu acho que é difícil é... é... é... essas coisas não se misturarem. Eu acho que é difícil, Láfity, eles não se misturarem. Por exemplo, quando eu estou atuando como professora e como orientadora, eu tô projetando lá o futuro daquele estudante, né!?, submetendo aquele texto a uma revista, etc e tal... essa minha experiência como parecerista, ela aparece lá. E o contrário também. É... é... alguém que seja especialista ou que tenha um investimento em pesquisas em orientação de pesquisas em um dado domínio... isso vai fazer com que, por exemplo, eu possa tecer considerações e que tenha um caráter pedagógico, né, é... nos aspectos relativos à metodologia ou ao quadro teórico ou mesma a análise daquele material. Eu acho difícil não misturar, né...

LÁFITY: Há a sensação de poder por parte dos pareceristas e orientadores, advindos do conhecimento que detém sobre algo, quando estão na posição de avaliador?

P8: Essa relação de poder, eu acho, ela é institucionalizada. Então, é claro, né, o poder não é uma coisa que possa ser pensada ligada à pessoa, né... ele está ligado a um cenário institucional. Veja... é... quando você recebe lá um pedido de parecer... vem lá, por

exemplo, “considerando a sua grande experiência com isso, aquilo, etc.”, né, quando eu, como editor, distribuo um artigo pra alguém, eu não distribuo pra qualquer pessoa. Eu distribuo pra alguém que penso que tem uma expertise lá naquele campo. Então, essa condição de autoridade de poder é dada pelas condições efetivas de funcionamento do parecer. Agora, eu acho que, talvez, inclusive por isso, é que os editores vão lá dizer, né, dificilmente, você vai ter um texto, um parecer que não peça nenhuma modificação. Por quê? Porque eu tô colocando lá aquela figura lá, né, como um... é... eu tô dizendo que ela tem o poder de distinguir qualidades, né, ou problemas naquele texto. Então, é... essa forma de condução do processo também leva a isso. Eu preciso vestir aqui... é... é... essa condição, né, de uma autoridade... pra apreciar aquele texto de forma ética, coerente, responsável e responsiva, né, também, a esse papel que me foi atribuído.

LÁFITY: Vamos à última pergunta. Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P8: Primeiro, eu acho que é uma pesquisa, assim, muito relevante essa que você está desenvolvendo. Ela vai trazer boas contribuições pro campo. Acho que, não sei se vai fazer isso, se você vai relacionar sua pesquisa também com as instruções, com os formulários, seria legal. Você pode, se tiver como, ver que muito do que fazemos em nossa área são ensaios, não são artigos. Mas assumimos critérios advindos de outras culturas disciplinares e isso vai aparecer nos formulários. É isso. Parabéns pelo trabalho.

LÁFITY: Obrigada pela gentileza durante todo o processo de comunicação, desde o primeiro contato até o final da entrevista de hoje.

P8: Sucesso. Tchau, tchau.

ENTREVISTA_P9

Instituição: Universidade Estadual (Nordeste do Brasil)

Titulação: Doutorado em Linguística

Área: Linguística de Texto

Número de pareceres: 30 até a data da entrevista

Entrevista via: (X) Meet / () Formulário Google

Data da realização da entrevista: 29/09/2022

Horário de início da entrevista: 18h

Horário de término da entrevista: 18h53min52seg.

LÁFITY: Professor, boa noite. Queria inicialmente agradecê-lo por ter aceitado participar da nossa pesquisa. Enviamos o roteiro de perguntas e o TCLE para o seu email.

P9: Eu também agradeço a oportunidade de poder ajudar, porque eu acho uma pesquisa importante, interessante.

LÁFITY: Muito obrigada. Então, vamos lá. Uma das primeiras perguntas é sobre a quantidade de pareceres, uma média de pareceres de artigos para periódicos já emitidos por você. Quantos pareceres, em média, ao longo do tempo, você já fez para periódicos?

P9: Eu diria... é... Do tempo que eu comecei, né?

LÁFITY: Isso.

P9: É... bem... de 2013 até agora... é... uma média de 30 pareceres.

LÁFITY: Ótimo. A próxima pergunta é sobre a função do parecer. É... Qual a função (para que serve) o gênero PARECER dentro da comunidade acadêmica? Qual o papel social que o parecer exerce na comunidade acadêmica?

P9: Tá. Assim... Um primeiro dos papéis, eu penso, Láfity, que é realmente garantir a qualidade das pesquisas que são efetivamente trazidas a público por meio das revistas. Então, eu acho que o parecer tem essa primeira função mesmo de balizar, né... de definir o que vai pra revista e o que não vai. Então, que é uma primeira função que é importante do parecer é que ele é um parecer, um gênero que revela explicitamente uma tomada de decisão e tem uma consequência muito real naquele processo, né... que é definir efetivamente se o artigo vai ou não ser aceito pra publicação. Essa, eu acho que é uma principal. Uma função secundária que eu penso é que o parecer, ele pode ajudar o produtor do texto a ter uma noção é... da... do seu produto, né... pela ação de outrem. Então, a gente sabe que a escrita, quando nós estamos envolvidos na produção, é... muitas vezes... está tão envolvido que não consegue perceber algumas condições, algumas questões. Eu digo que, quando a gente escreve, aliás qualquer coisa que a gente produz, a gente tem a grande limitação de ali sermos nós mesmos. Então, a gente só consegue ir até o certo ponto na crítica que a gente faz sobre o nosso próprio texto. Então, o parecerista tem essa função também de permitir que o produtor (autor/autores) que eles tenham feedback da performance deles na textualização da pesquisa, daquele artigo, daquele achado, daquele resultado... Eu acho que também tem essa função que eu chamaria de função pedagógica, sabe... Até um parecer que rejeite um artigo, eu acho que ele pode ser muito bem aproveitado pelos produtores pra compreender... se for um parecer bem justificado, né... pra compreender o que é que não estava bom pra poder melhorar em produções futuras ou na produção daquele mesmo texto submetido mais uma vez. Então, essa função que

eu chamaria de uma dimensão mais pedagógica também faz parte do parecer. Eu pelo menos tento fazer isso nos comentários, nas correções que são feitas. Então, eu costume é... fazer os comentários nas laterais tentando assumir também essa função de ensinar, digamos assim, o que me caberia naquele momento.

LÁFITTY: Certo. A próxima pergunta é em relação às características mais importantes de um artigo. Professor, quais são as características mais importantes em um artigo que revelam sua qualidade e mérito? Ou seja, um artigo merecedor de ser publicado precisa ter quais características principais?

P9: Certo. Aí eu vou... é... salientar... acho que três, mas a terceira interligando a outras duas, né... aí eu vou falar... assim... do nosso lugar, né... de sujeitos que fazem parte da área de linguística. Então, pra mim, as duas grandes seções do artigo são a fundamentação teórica e a análise e discussão dos resultados, né... que uma fundamentação teórica que, a meu ver, é uma fundamentação adequada é aquela em que nós percebemos autoria. Então, uma boa fundamentação teórica é aquela em que o sujeito se apropria, de fato, do... do... do que estudou e consegue fazer uma costura naquele artigo que é dele, né... atendendo aos interesses que ele tem na investigação que ele vai fazer. Então, eu acho que a autoria, na fundamentação teórica, é algo que eu prezo por encontrar. O sujeito que sabe dissertar sobre os estudos de maneira adequada, de maneira apropriada, de maneira pertinente. E o outro é... aí eu acho até que varia de área pra área dentro da própria linguística, mas a análise dos resultados é muito pertinente também... é... considerando a pertinência interna que ela cria, né... Então, é como o sujeito se propôs a estabelecer uma determinada reflexão e como é que ele é coerente, fiel a essa reflexão que ele se propôs na análise e discussão dos resultados. Então, eu acho que essas duas seções são as mais fundamentais. E ali é... talvez... essa fala seja muito atravessada pela área em que eu me encontro, que é a Linguística Textual. A Linguística Textual, a Análise do Discurso, as perspectivas que a gente pode considerar mais enunciativo-discursivas, elas não são tão... assim... elas não têm procedimento metodológico tão extenso e tão descrito... que a metodologia é uma metodologia muito analítica. Eu diria que é muito parecido com análise de conteúdo, né... é... é... é uma coisa em que os procedimentos metodológicos são mais de instrumentos, de universos... acabam, de fato, sendo reduzidos. Por isso é que eu estou considerando essas duas... a fundamentação teórica e a análise dos resultados como as duas principais. E uma terceira característica é a conexão entre essas duas partes de um trabalho. É como na fundamentação teórica é possível que, ao final dela, haja um reconhecimento de categorias de análise e como as categorias de análise aparecem na

análise, nos resultados... como os elementos que efetivamente respondem por essa análise. Então, eu acho que seria essas duas seções, a qualidade delas enquanto seções, mas também a conexão entre elas por meio de categorias de análise oriundas da fundamentação e definidoras da análise e da discussão. O que eu gosto, o que eu privilegio é basicamente esse movimento, essa construção, a textualização desses elementos. Você me perguntou os mais importantes, mas todos são importantes.

LÁFITY: Certo. Mas à frente farei perguntas sobre as outras seções. Essa primeira pergunta inicial é mais geral mesmo... para sabermos, do ponto de vista do parecerista, o que ele considera mais importante. Acho que a próxima pergunta já foi respondida, mas queria que você refletisse novamente sobre essa questão. É... Há uma ou mais seções sobre as quais você dedica mais atenção para fazer a análise da qualidade do artigo? Quais? Por quê?

P9: Como eu te digo, normalmente, os artigos que me chamam pra analisar, são artigos da Linguística Textual. Então, retorno, são essas as duas seções sobre às quais eu me dedico pra compreender. Então, na fundamentação teórica, retomando... é... é... eu preciso ver, de fato, um sujeito que remete a outros estudos, mas que estabelece uma costura sobre os estudos que é dele e que faz isso com propriedade dentro do espaço que ele tem que está pra fazer aquilo. E a análise dos resultados é também essa percepção de categorias de análise que lá estão e que respondem pela pertinência da pesquisa. Por que isso é importante na Linguística Textual? É porque, muitas vezes, se o sujeito não faz um trabalho, uma análise, com base nas categorias, ele acaba fazendo um trabalho de interpretação de texto. E fazer trabalho sobre texto, na Linguística Textual, não é interpretar texto. Quem tem que interpretar texto é quem lê textos fora do papel de analista, né... Então, eu observo muito essa possibilidade de análise, de fato, colocar as questões que são relevantes pra Linguística Textual no que diz respeito à produção e compreensão de sentidos, mas à luz da mobilização de categorias analíticas. Então, as duas para às quais eu mais presto atenção são essas.

LÁFITY: Que problemas mais comumente impedem/motivam a não aceitação para publicação de um artigo em um periódico?

P9: Tá. Certo. Eita... Aí tem algumas coisas. Uma questão que me faz rejeitar é a ausência de domínio da escrita acadêmica. Então, isso é algo com o que eu me preocupo bastante. E aí vai desde conhecimento e domínio de uma norma culta, que deve ser aplicada nesse universo, como o conhecimento sobre as funções das seções do artigo acadêmico. Então, funções mesmo no sentido de qual é o objetivo daquela seção e como é que aquele

objetivo está sendo concretizado. Essas duas coisas, pra mim, são muito importantes. Outra coisa importante é, de fato, o artigo trazer alguma contribuição inédita. É... porque ele pode até obedecer a essas outras condições que eu falei, né... a questão do atendimento ao que se espera linguisticamente do discurso acadêmico. Ele pode atender às funções de cada seção com razoável competência, mas se o artigo não traz uma contribuição inédita, a meu ver, ele não merece o carácter de artigo, porque a função dos artigos, de maneira geral, é trazer algo que vá acrescentar algum elemento pra discussão daquela área. Então, isso também me faz rejeitar o artigo. E uma outra coisa é quando há, do mesmo jeito que há problemas com a linguagem acadêmica, também, às vezes, há problemas sérios de articulação entre as informações. Então, é... quando há um caminho, uma construção da coerência do artigo que é muito acidentada. Então, é quando o sujeito não produz bem as articulações das partes, quando ele causa contradições... aquilo que a gente chama de fatores meta-regras de coerência... eu acho que também é um fator que pode interferir na rejeição do artigo. Então, assim, essa coerência mais micro, não a coerência global, mas quando a coerência micro é muito prejudicada... isso me parece ser um sinal de que o sujeito ainda não é completamente maduro pra conduzir textos acadêmicos. Eu também costumo comentar e rejeitar quando isso acontece. Agora, uma coisa interessante é que normalmente essas coisas andam juntas. A falta do domínio da escrita acadêmica, muitas vezes, anda junto com essa quebra de coerência, sabe... então, acaba sendo um pacote... muitas vezes, que me mobiliza para recusar um artigo. Assim... se um artigo contém erros de aspectos normativos básicos, aí também já vai reprovado de cara.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, na introdução e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P9: Sim, a solicitação de revisão sim, mas, assim, é... eu não reprovaria se o problema fosse só na introdução. Assim, às vezes, a gente tem aquela categoria que é aprovar com restrições... E, nas restrições, normalmente, as revistas pedem que a gente coloque algumas observações. Então, quando a introdução precisa ser revisada, eu aponto. Mas ela isoladamente não é motivo pra que eu reprove o artigo, mas solicitar revisão, sim.

LÁFITY: Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, no referencial teórico e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P9: Sim. Esse sim. No referencial teórico, o que é que eu costumo perceber, né... é... primeiro, uma coerência do autor em relação ao referencial teórico que traz. Normalmente, quando a gente é parecerista, é porque a gente domina uma área... mais ou menos sabe sobre o que está falando, né... a gente conhece os estudos que ele tá citando.

Se não conhece exatamente aquele, mas conhece a lógica que está por trás daqueles estudos. Então, uma primeira condição é se o trabalho é consistente com a teoria que ele procura trazer. Isso é um fator que eu costumo observar. O segundo fator, que eu já falei, é a questão da costura. Como é que ele traz os estudos e como é que ele costura isso... sem que seja apenas uma seção telegráfica. O que é que eu chamo de seção telegráfica? É quando o autor diz: “fulano diz isso, beltrano diz isso”. E não traz nenhuma conexão entre esses dizeres. Ele faz muito mais uma espécie de estado da arte. É mais organização do que uma fundamentação teórica. O fio da fundamentação teórica não é dizer quem disse algo. O fio da fundamentação é o tema que é falado por várias pessoas e o autor do texto deverá construir esse fio. Isso é uma coisa que também eu costumo perceber. E uma outra coisa que o autor de um trabalho precisa fazer, a meu ver, é definir o que é que naquela fundamentação vai ser usado na análise. Então, isso eu também percebo. Se ele consegue na discussão que está trazendo deixar claro por um ou outro recurso que o que vai para as análises são as categorias ‘x’, ‘y’ e ‘z’. Então, isso eu também costumo prestar atenção.

LÁFITY: Humrum... Certo...

P9: Essa seção, ela pode, de fato, causar a rejeição do artigo.

LÁFITY: Certo... Nos pareceres, que problemas você observa, comumente, na Metodologia e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P9: Bom... Na metodologia, é como eu te disse, sabe, Láfity... Nos textos que a gente produz, a metodologia não costuma ter tanto destaque assim... Ela é uma seção bem reduzida. É... o que eu olho, na verdade, é como o sujeito faz... quando isso aparece... como é que o sujeito faz a descrição das condições metodológicas. Tipo... como ele descreve o universo da amostra e, principalmente, dos procedimentos. O que chama a minha atenção são os procedimentos analíticos. Isso, quando aparece, eu tento ver a coerência disso com o que vai vir depois na análise dos resultados. Mas a metodologia também não seria a seção para a qual eu reprovaria o artigo, pelo fato de somente ela estar inadequada. Mas as observações seriam, principalmente, sobre os procedimentos metodológicos e sobre algum problema de articulação que possa ter entre a metodologia e a análise... e a metodologia e a fundamentação...

LÁFITY: Humrum... Certo... Eu já ouvi outros pareceristas... e eles me relataram que a metodologia seria um fator de recusa. Então, me parece muito do valor, do que se valoriza em cada área.

P9: Eu falo isso, porque eu ministro a disciplina de elaboração de projetos do ProfLetras... e aí a gente fala de confiabilidade e validação, né... a gente vê que cada área cria a confiabilidade e a validade no modo como aquela comunidade discursiva resolve... Eu falei muito em categorias de análise porque a confiabilidade e a validação das pesquisas, por exemplo, em Linguística Textual e na AD, são muito nas categorias. Você elege as categorias, as explica e toma posição sobre elas... para depois levá-las para análise. Então, por isso a metodologia acaba sendo um aspecto menor. Se você olhar para os artigos produzidos na área de Linguística Textual, você vê a seção de fundamentação teórica mais extensa, a seção de análise mais extensa... porque na seção de fundamentação, a gente já problematiza, a gente já argumenta... a gente já se coloca muito nessa seção. E aí quando a metodologia aparece é bem... bem encurtada mesmo.

LÁFITY: Certo. Nos pareceres, há problemas que você observa, comumente, nas análises e conclusões e que pesam na decisão de recusar um artigo ou solicitar revisão?

P9: Bom, aí é uma seção para a qual eu presto muita atenção. E pode levar à recusa, né... Só retomando aqui os elementos que eu já falei... o que pode levar a recusa de um trabalho? A análise não apresentar uma contribuição inédita. E inédito não é a descoberta da revolução, não. É alguma coisa que a teoria daquela área tenha algum ganho. Então não tendo isso, é um fator de recusa de um trabalho. Um trabalho que não revele, no caso dos trabalhos dos estudos enunciativos, que não se pautem pelas categorias de análise... então isso também é algo que leva o artigo ser recusado. Então, quando não se pauta em categorias, quando não se usa categorias claras, quando não se utiliza categorias... isso é motivo para a recusa de um artigo. Quando a análise tem uma coerência, mas essa coerência não está bem construída... aí tem o pedido de revisão.

LÁFITY: E em relação às conclusões?

P9: Eita, é engraçado, sabe... eu fico pensando no tempo em que eu era estudante de pós-graduação e nos dias de hoje. A conclusão dos textos acadêmicos, de um modo geral, parece que eles passaram por uma nova feição. Eu lembro... Lembro é ótimo... rs... As considerações, quando eu fiz a minha monografia, era uma retomada, era um retorno à introdução, retomar os objetivos e as hipóteses... e mostrar novamente como é que as análises e as discussões revelam isso. Estou falando do trabalho monográfico. Já, já chego no artigo. As considerações finais assumem muito a função de discussão dos resultados. Eu nem questiono mais os meus orientandos quando eles fazem isso, sabe... porque quando eu vou para as outras bancas eu também vejo, então... eu penso que a conclusão tem assumido um novo papel. Aí eu posso esperar coisas muito diferentes das

considerações finais. Eu penso esperar que as considerações finais façam uma retomada, um reforço das informações mais importantes, começando da introdução, indo para os objetivos e falando mais ou menos como é que esses objetivos foram concretizados ali... mas também eu posso ter uma conclusão que discute os resultados, uma conclusão que discute, a partir dos resultados, as consequências para sua área. Então, eu acho que a seção de considerações tem sido muito aberta... para muitos modos de ser realizado. É difícil eu dizer que um artigo não atende ao que se espera nessa seção. É difícil. Porque, normalmente, as pessoas atendem a uma ou outra dessas considerações que eu falei. E as considerações não seriam motivo para rejeição. Embora possa ter alguma informação localizada nesse tipo de seção. Uma refacção das considerações, eu não me vejo fazendo isso não. Já a análise, a fundamentação e até a própria introdução muito provavelmente. Mas as considerações não, pedir para refazer não.

LÁFITY: Conversando com alguns editores... é... eles me disseram que muitas das observações feitas pelos pareceristas são através de sugestões. E, muitas vezes, segundo eles, os autores dos trabalhos não entendem as sugestões não como uma imposição, não veem as sugestões como uma obrigatoriedade, entende-se a sugestão como algo que não há necessidade de se acatar. O que você pensa sobre isso?

P9: Eu penso, Láfity, que há muitos graus nisso. Em alguns momentos, o que eu faço é sugestão mesmo. Eu me vejo, em alguns pontos, fazendo sugestões... perguntas pro autor pensar se ele pode tomar uma decisão diferente daquela. Em outros casos, eu já faço a correção mesmo no texto, quando é questão de linguagem, quando é questão da organização das informações, que eu vejo que posso trocar uma coisa de lugar e fica melhor, eu uso aquele recurso da revisão automática do Word, daí fica marcado. Em alguns casos, eu já faço a correção mesmo no texto, mas, em outros casos, de fato, eu coloco mudar. No caso de pedido de mudança, a gente não diz muito incisivamente que é pro outro mudar não. A gente faz uma coisa do tipo: recomendo, sugiro... mas é pra ele, de fato, mudar. Tem uma diferença entre o que a gente faz no texto que a gente recebe e quando a gente preenche o formulário do parecer. Aí eu entendo que, no formulário, quando se coloca aprovar com restrições, e as revistas pedem realmente que a gente coloque o que é preciso mudar, no meu entendimento de parecerista, o que está sendo colocado ali é meio que uma obrigação. Agora, assim, não é função do parecerista fazer esse controle se a pessoa vai mudar ou não, porque o editor é quem tem esse poder decidir se o texto vai poder ou não, dependo de como o autor fez as mudanças, não é... Então, eu acho que, assim, se o sujeito vai mudar ou não, não é algo que passa pela minha cabeça

como parecerista. Eu entendo que não é do meu escopo é... é... estar preocupado com isso. Que é do meu escopo é apontar o que efetivamente precisa ser modificado, deixar razoavelmente claro o que mais um caráter mais de sugestão e o que é mais de coerção (que precisa ser efetivamente mudado, digamos assim). E fazer alterações que eu acho que devem ser feitas logo, que são alterações de linguagens, alterações mais miúdas.

LÁFITY: Certo. Em sua experiência, você tem sugerido alterações principalmente de que tipo? Focadas principalmente em quais seções?

P9: Tá. Embora eu tenha dito que presto mais atenção na fundamentação teórica e na análise e discussão dos resultados, eu faço observações em todas as seções se eu achar que precisa ser feito. Então, eu não diria que há seções que merecem naturalmente mais observações. Há seções que merecem mais atenção da minha parte como leitor, mas as observações... é que cada seção tem observações que são inerentes a elas. Então a introdução tem um tipo de observação que eu vou fazer na introdução... nas considerações finais, em cada uma delas. A única seção que eu me eximo de fazer observações é na seção de referências.

LÁFITY: Ok. Você costuma fazer correções gramaticais, textuais e de ABNT nos artigos? Se sim, por que faz isso?

P9: Sim. Sim, sim, sim pras três. Faço correções gramaticais, faço correções textuais e faço correções da ABNT do texto, né... de citação, tipo de citação, citação longa, etc. Até às vezes, de formatação eu faço, a questão dos espaços entre as seções, do tamanho da fonte. É porque é uma coisa muito individual. Eu trabalhei muito tempo como coordenador de uma escola. Eu era coordenador de área de uma escola e uma parte grande do meu trabalho era ver o que os professores produziam de textos escritos para os alunos. Avaliações, notas de aulas e atividades. E aí eu acabei criando o hábito de mexer. Durante grande parte da minha vida, eu fiz muito isso. Não é porque eu acho que precisa ser feito no artigo, é mais um resultado da minha trajetória que avalia os textos dos outros. Então, é meio que ir para o texto e não conseguir deixar de ver isso. Eu não consigo chegar no texto e não mexer, entendeu? Eu acho que fruto dessa minha caminhada.

LÁFITY: Nos pareceres que já fez, você lembra de ter feito mais críticas positivas ou negativas?

P9: Negativas. Tem mais negativas. É difícil eu fazer uma crítica positiva, porque, assim, o que tá bom a gente não precisa falar, né... talvez precisasse, mas, assim, quando o texto tá bom... é... deixa eu dizer de outra maneira... No artigo, eu não diria que são mais negativas, mas tem mais de ajustes e correção. No parecer, quando eu aprovo sem

restrições, aí eu faço os devidos elogios para o trabalho. Mas, normalmente, é mais negativa mesmo, é pra mudar, pra fazer, pra mexer.

LÁFITY: Quando você faz uma crítica negativa, você costuma atenuar a avaliação? Poderia mencionar um exemplo?

P9: Sim. É... é... eu não faço, até onde o meu controle permite perceber, eu não sou ríspido nos meus comentários. Eu tento não usar, por exemplo, imperativos. Eu tento não usar o imperativo. Uso verbos como “recomendo”, expressões como “no meu entender”... minha modalização é muito no sentido de mostrar que é uma visão minha para que o outro possa efetivamente pensar em modificar. Quando não quero usar o imperativo, mas o que quero dizer é algo mais incisivo, aí eu digo algo com o verbo “dever”. Por exemplo, “aqui você tem de... é preciso...”. Então, eu uso muito os modalizadores da obrigação, sem ser o imperativo, né... expressões do tipo “é preciso... é necessário...”. Eu faço muito uso dessa linguagem pra evitar um tom mais grosseiro. Embora, às vezes, exista uma certa antipatia, porque, às vezes, o texto está com a qualidade tão ruim que você vai criar um abuso, como falamos aqui onde moro. Aí nesse abuso, você tem que se controlar pra evitar que, na linguagem, não apareça.

LÁFITY: Chegou de acontecer nas revisões de o seu papel de professor e orientador também se fazer presente junto ao papel de parecerista? Gostaria que você comentasse um pouco sobre isso.

P9: Eu acho que sim. É uma boa pergunta. Eu acho que acaba acontecido isso é... eu faço modificações. Então, quando eu vou lá no texto di sujeito e eu mesmo mudo é uma ação de orientador. É muito do orientador que tá ali. Em alguns casos também quando eu coloco conselhos, acaba misturando essa função, de parecerista e orientador. Parece que há uma preocupação não só em avaliar o produto em si, né... mas de tentar, de alguma maneira, interferir na textualização, no processo. Tem um pouco disso, né... de uma interferência numa textualização que é muito do orientador, né... no sentido de “faça assim, modifique isso”. Eu faço isso. Eu penso que existe aí o papel de avaliar e de orientar, existe o critério do avaliador, que é um critério pedagógico. Me parece que é uma dimensão pedagógica do nosso trabalho. É... e eu acredito que, não sei os outros, mas eu acho que muitos levam, de fato, essa dimensão pedagógica para o parecer, sabe!?... Eu acho que é uma extensão da dimensão pedagógica que está por trás da orientação que é levado para o parecer, que é uma manifestação avaliativa. Eu acho que a gente acaba misturando essas duas ações.

LÁFITTY: As instituições brasileiras não valorizam o trabalho dos pareceristas brasileiros a periódicos. Isso não é valorizado nas atividades curriculares. Diante disso, o que o faz emitir pareceres?

P9: Tá. Assim, é... Hoje, eu acho que algumas instituições já tem algum tipo de... é... consideração desse trabalho. Por exemplo, na universidade onde trabalho, parecer conta como uma ação para a nossa progressão. De dois em dois anos, passamos por um processo de fazer progressão. Emitir pareceres remete a uma pontuação, pelo menos na universidade onde trabalho... isso acontece. Mas antes de emitir parecer, eu não sabia disso. Então, esse não era o principal motivo para eu emitir pareceres. Eu acho que aí tem vários aspectos. Então, acho que é o aspecto de contribuir mesmo, de entender que nós fazemos parte de uma comunidade cujo funcionamento se baseia também pela solidariedade dos pares. Então, é... é... se a gente leva a sério esse compromisso. E essa solidariedade é muito vivida mesmo, eu acho, porque a gente também precisa dos colegas. Eu preciso dos colegas para participar das minhas bancas, eu preciso dos colegas para indicar para algumas revistas. Então, eu acho que existe aí uma retribuição, uma solidariedade para que a comunidade realmente avance. Se não participarmos dessa maneira, não haverá avanços. E também, embora, não haja uma remuneração, há uma remuneração em nosso regime de trabalho de 40h, distribuído em diferentes atividades. Então, assim, eu entendo que faz parte desse meu regime de 40h também fazer também atividades esporádicas, como emitir pareceres, participar de bancas, produzir. Tudo isso é esporádico. Eu entendo que isso faz parte das 40h. Embora eu não faça isso toda semana. Eu particularmente não entendo que não haja uma remuneração pra isso, eu entendo que isso já está inserido dentro do meu regime de trabalho de 40h. Outro motivo que eu acho também, pelo menos no começo, era aprender, participar de uma prática quando eu participava. Eu não sabia como era isso, eu queria entender como é que isso funcionava. Não é mais esse o motivo, mas foi um motivo inicial... o de... de... aprender. E também houve, durante um tempo, também não é mais esse o motivo, era a noção de que isso garante um certo prestígio. Prestígio profissional em um certo lugar na academia. Quando você emite parecer, existe a impressão de que você é convidado, parece que existe o reconhecimento de que você é um sujeito que pode falar naquela área, que pode tomar alguma decisão sobre um trabalho. Então, existe aí um prestígio acadêmico que conta para o seu reconhecimento. Às vezes, a carga de trabalho é tão grande que muitos pesquisadores não querem mais isso, somente pelo prestígio. Muitos preferem o sossego.

LÁFITY: No Brasil, não há cursos para pareceristas. Como você procedeu para realizar o seu primeiro parecer na área? Em que ou quem você se fundamentou?

P9: Eu acho, Láfity, que isso tem a ver com outra pergunta que você fez... que é a de por que a gente acaba assumindo a função de orientador em pareceres. A minha escola foi as bancas e de orientação. Eu posso te dizer que a minha participação como parecerista é fruto da minha participação como membro de banca. Como membro de banca, eu acredito que me inspirei principalmente no modo como eu via algumas pessoas participando da banca de um jeito que eu achava interessante, que era comentando o trabalho, trazendo o parecer para a banca, registrando por escrito todas as coisas. Aí eu acho que isso foi um fator importante para mim. E também como orientando, observando como a minha orientadora via o meu texto. Essas foram, assim, as principais fontes.

LÁFITY: Os formulários dos periódicos trazem, de forma satisfatória, critérios de avaliação suficientes para dizer se um artigo está apto ou não para publicação?

P9: De maneira geral, sim. Acho que sim. A única observação que eu tenho a fazer é... para algumas áreas, a metodologia não é uma seção tão extensa. E, às vezes, a gente precisa fazer a avaliação dessa metodologia, sem que isso esteja lá no trabalho. Mas eu entendo que não tem como ser diferente. O formulário é geral independentemente das subáreas da linguística. Eu me sinto contemplado pelas perguntas que eles colocam.

LÁFITY: Há algo sobre o gênero Parecer que você considera muito importante e que os pesquisadores desta pesquisa não contemplaram nos questionamentos? Você poderia evidenciar esse aspecto?

P9: Acho que foi tudo contemplado, Láfity. Acho que está bem tranquilo.

LÁFITY: Pois tá... a gente conclui por aqui o nosso roteiro de perguntas. Muito obrigada por toda a atenção.

P9: Por nada, Láfity. Aguardo a sua tese. Agradeço por ter me convidado e espero ter contribuído com a sua pesquisa. Grande abraço.

LÁFITY: Tchau. Grande abraço.

CATALOGAÇÃO DOS TIPOS DE COMENTÁRIOS

TIPOS DE COMENTÁRIO (I)
TEÓRICO-CONCEITUAL
<p>“Uma vez que a temática é fundamental no processo de ensino, sobremaneira no que se refere ao processo de leitura de textos, seria importante trazer, com maior ênfase, uma breve discussão (pode ser na conclusão do artigo) ressaltando a pertinência de se abordar a leitura pelo viés enunciativo no contexto educacional”.</p> <p>“O texto necessita de uma revisão linguística. Ao longo do artigo, apresentam-se alguns desvios gramaticais.”</p> <p>(PER_A_B2_PC_1)</p>
<p>“Considerando que apontamos como inadequado caracterizar um texto como “multiletrado”, conforme apontamos nos comentários do artigo em anexo, sugerimos que se reveja a bibliografia sobre o assunto. Na nossa concepção, as práticas são de multiletramentos, mas não podemos adjetivar como multiletrados os textos, e sim como multimodais, como faz a bibliografia sobre o assunto”</p> <p>“Sugere-se uma revisão de linguagem mais rigorosa, porque identificamos alguns erros de digitação, pontuação, grafia etc.”</p> <p>(PER_A_B2_PC_3)</p>
<p>“Em alguns momentos o texto carece de elementos coesivos entre os parágrafos, de modo que alguns deles parecem soltos, sem relação com os anteriores/posteriores”</p> <p>(PER_A_B2_PC_4)</p>
<p>“[O texto apresenta consistência teórica e revela domínio da literatura?] Sim, mas merece revisão e mais atenção a alguns elementos, somente mencionados e não desenvolvidos”</p> <p>“b) A noção de CP deve ser de fato mobilizada como questão teórica, não se vinculando apenas à questão contextual;</p> <p>Os comentários “A noção de CP deve ser de fato mobilizada como questão teórica, não se vinculando apenas à questão contextual” e “A noção de sujeito às vezes se confunde com o que é empírico, ficando de lado a questão do sujeito como categoria analítica da AD: o sujeito interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente.” parecem traduzir um valor ligado à importância dos aspectos teóricos nos artigos, já que é prescrito que as noções de <i>condições de Produção</i> e <i>sujeito</i> não devem estar atrelada apenas à questão contextual e empírica, ou seja, a questões de análise ou discussão. Elas devem ser mobilizadas como questão teórica e analítica de uma corrente teórica. Ou seja, há aqui a defesa da centralidade do aspecto teórico no processo de construção de um artigo para divulgação de uma pesquisa.</p> <p>c) A noção de sujeito às vezes se confunde com o que é empírico, ficando de lado a questão do sujeito como categoria analítica da AD: o sujeito interpelado ideologicamente e dotado de inconsciente. Isso precisa ser retomado.</p> <p>d) A noção de “efeito metafórico” é muita cara à AD e não pode ser mencionada na análise sem ter sido trabalhada teoricamente. Isso precisa ser ajustado.</p> <p>e) A noção de não-dito em batimento com a questão do que é dito precisa ser revista, porque assim como está posta no enunciado “O não-dito é...” apresenta uma possível interpretação empírica do autor, sem uma sustentação teórica... se é não-dito, é algo que permanece em aberto...</p>

f) Enfim, o texto merece uma revisão geral no sentido de estar polarizando muito aspectos negativos e positivos, como se estivesse julgando um discurso e outro, um sujeito e outro. Sugiro que o discurso seja modalizado e que o autor trabalhe mais a questão da explicitação dos processos que produzem tais sentidos e não outros, desfazendo a oposição entre o positivo e o negativo.”

(PER_A_B2_PC_6)

“ NÃO ESPECIFICAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO PRECISA DE UMA CATEGORIA”

“O artigo aborda um tema muito importante para área, principalmente considerando-se o impulso que o ensino-aprendizagem de PLA tem tido ultimamente, em função de necessidades de internacionalização nas universidades. Além disso, trazer os significados tecidos pelos atores focais do processo – o professor em formação – é de extrema valia para nossa área

Há, entretanto, algumas questões importantes que precisam ser revistas para que o artigo possa se constituir em colaboração de maior relevância.

A principal delas é a reorganização do item dedicado à fundamentação teórica.

Neste item, devem estar contempladas considerações teóricas como identidade docente (segundo Nóvoa e Connelly & Clandinin), crenças (Barcelos), aquisição de segunda língua, visão de língua e linguagem, assim como outras questões cruciais (como as de Vieira-Abrahão e Schumann) para a discussão dos dados que, equivocadamente, só foram mencionadas quando se fez análise dos dados.

“O texto contém muitas generalidades e afirmações do senso comum, bastante desconexas entre si. Os conceitos expostos não estão adequadamente referenciados.”

(PER_A_B2_PC_7)

“O texto necessita de correção gramatical. Seguem alguns comentários no arquivo em anexo”.

(PER_A_B2_PC_9)

“O artigo apresenta uma discussão pertinente e nele são mobilizados os conceitos necessários às análises empreendidas com bastante adequação. São indicadas no arquivo sugestões que dizem respeito à busca de uma maior precisão na apresentação da materialidade a ser analisada e à observação mais acurada da forma do texto. Tais recomendações são sugestivas e não obrigatórias.”

(PER_A_B2_PC_15)

- “Há, ainda, **pequenas correções**, como:

1. Introdução, 2º. Parágrafo: tirar aspas de obrigatório e especificar significado da sigla PAEC. 4º. Parágrafo, última linha: incluir verbo, como por exemplo “(...) ou seja, há diversidade linguística.” E no penúltimo parágrafo, o primeiro período não requer ponto de interrogação.

2. No item 1, 4º. Parágrafo: citar referência para respaldar a asserção “ser falante nativo não é competência suficiente para ser bom professor de línguas.” 5º. Parágrafo: evitar usar perguntas diretas em texto acadêmico. 7º. parágrafo: corrigir próclise para “o primeiro ponto que se faz necessário...”

3. Item 2, 2º. Parágrafo: rever redação, especialmente para “fora elaborada...” e “trajetória de torna-se professor”

(PER_B_A4_PC_3).

- “O artigo necessita de revisão quanto a estruturas léxico-gramaticais e organização:

1) No abstract, por exemplo, os fraseados “in the spaces of society”, “students of the undergraduate degree”, “both seers as people...” “studies of Audiovisual Translation area ..., being the last one...”, “in relation to the purpose defined by the mini-course proposal, that was...”, “people with visual impairment”. REVISÃO DO ABSTRACT EM INGLÊS

2) Na página 1, segundo parágrafo: “dentre as deficiências”. Terceiro parágrafo: “foco deste...” e “as políticas públicas elaborem...”

3) Na página 2, primeiro parágrafo de 1): “Teoria da multimodalidade”. Segundo parágrafo: “teoria da Semiótica Social”

4) Na página 5, parágrafo iniciado na página anterior: “as três funções universais da linguagem”. Primeiro parágrafo: “esse envolvimento, ”

5) Na página 8, segundo parágrafo de 1.1: “que balizaram..., que o candidato...”

6) Na página 14, segundo parágrafo de 2.2) “as críticas... se dá...”

(PER_B_A4_PC_4)

“É preciso:

c) O texto faz uma comparação dos usos das orações temporais no português brasileiro e europeu; mas, **na revisão de literatura**, as sentenças apresentadas **não especificam** qual é o português apresentado. **Precisa identificar**, porque são estruturas diferentes (como o próprio autor do texto constata ao final do texto)”

(PER_C_A2_PC_5)

“4. Que tipo de letramento o artigo está destacando? O jogo, no caso, seria para aprender Inglês ou outra língua?”

(PER_C_A2_PC_14)

“Por último, e não menos importante, o autor precisa refletir sobre o seu lugar teórico quando trata de fenômeno versus aplicação de regras. No decorrer de todo o texto, o autor usar o termo aplicação vs. não-aplicação. A sugestão que faço é de que o autor substitua aplicação por ocorrência da vogal [i] vs. não ocorrência, pois aplicação pressupõe que ela está sendo inserida via regra fonológica. E na verdade, os autores estão observando um fenômeno e, ao usar o termo aplicação, já estão enviesando sua observação por um modelo linguístico específico”

(PER_D_A4_PC_7)

Arrumar as glosas. Elas não estão correspondendo aos morfemas na língua original. É preciso revisar isso para que fique tudo alinhado e o leitor consiga entender o significado de cada morfema.”

(PER_D_A4_PC_10)

“O grande obstáculo está na base teórica que sustenta o texto. Durante a apresentação dos passos no procedimento de trabalho apresenta-se, por exemplo, a compreensão da “intencionalidade comunicativa”, tal como assumida pelos estudos de Eni Orlandi. Este é apenas um aspecto, mas que permite apontar para a necessidade de revisão das obras citadas no trabalho. Neste sentido, recomenda-se que o trabalho **assuma uma corrente teórica e a sustente devidamente**. Articular Orlandi e Geraldini para conceituar texto não é algo sem consequências, considerando-se que outros conceitos (discurso, sujeito, ideologia) não funcionam à margem, mas se entrelaçam ao que se concebe como texto”

(PER_D_A4_PC_12)

“5. A obra “Discurso na Vida e Discurso na Arte”, de Voloshinov ([1926] 1976), embora seja a única referenciada, atribuída a esse autor, apresenta grafias diferentes: Voloshinov (até a página 8) Volochínov (da página 9 em diante, com outra variação também nestas últimas páginas)

(PER_D_A4_PC_13)

- “O estudo poderá ser aceito para publicação, desde que sejam reconsideradas algumas questões que apontam para lacunas no texto:

1. Noções e conceitos da teoria dialógica são adequadamente tomados como categorias analíticas e atendem ao objetivo principal do estudo de analisar o discurso presumido em práticas de leitura e escrita em fórum de EaD. Entretanto, alguns termos e expressões são postos no texto aleatoriamente gerando dúvida se estão sendo tomados como conceitos de outros campos de estudo ou se apenas seriam expressões criadas para designar termos já conhecidos, a exemplo de “objeto de discurso” (equivalendo a texto); “ponto de vista”, “comunidade discursiva”. Esses termos e expressões, além de outros, foram destacados em vermelho no texto analisado (anexado), indicando ausência de explanação ou de ampliação da ideia sobre eles, como também de **oscilação/indefinição conceitual**”

“2. O estudo apresenta ainda a ideia de um Bakhtin “mentor” de um Círculo, embora estudos no Brasil e no exterior apontem para os trabalhos desenvolvidos por estudiosos russos que não se sobreponham hierarquicamente. Seria interessante uma justificativa, em nota de rodapé, explicando-se o motivo de se manter a expressão “Bakhtin e o Círculo” e outras equivalentes.

3. Embora seja utilizada a expressão Bakhtin e o Círculo, são citados apenas dois autores russos: o próprio Bakhtin e Volóchinov. Um bom motivo para indicar mais especificamente os estudiosos do pensamento dialógico e não genericamente um ‘Círculo’”

(PER_D_A4_PC_14)

O artigo é original e pode contribuir com o campo de conhecimento, sendo o objetivo claramente explicitado e desenvolvido no texto. No entanto, observo que o texto carece de uma apresentação/discussão mais adequada da fundamentação teórico-metodológica de base linguística (ADD, Bakhtin e o Círculo), pois, enquanto a base sociológica/psicológica (a adultização das crianças) é bem elaborada e em seção própria, o arcabouço advindo dos estudos da linguagem aparece como citação para fundamentar a análise.

Nesse sentido, pontuo que a própria concepção de verbo-visualidade é tomada como um dado desde o título e não introduzida, embora adequadamente empregada na análise do corpus.

Ressalto ainda que essa não elucidação adequada da fundamentação teórico-metodológica está marcada desde o resumo, em que se lê apenas que “A partir de revisão bibliográfica heterogênea e de pressupostos teóricos da Filosofia da Linguagem do Círculo de Bakhtin neste artigo tomamos como objeto de análise uma reportagem especial da revista ...”. Ou seja, não ficam claros para o leitor quais conceitos, noções, categorias fundamentam o trabalho e em quem ou qual estudo se apoiou a metodologia empregada para análise. Caso o artigo esteja no limite da extensão aceita pelo periódico, sugiro uma maior síntese da discussão sobre a infantilização do adulto (que não é o enfoque do estudo) e uma melhor introdução dos preceitos teóricos e metodológicos da perspectiva linguística (bakhtiniana) adotada - levando em consideração, inclusive, o lugar de fala do(a)s autor(a)s. Há ainda pequenos deslizes de digitação e imprecisões que marquei no texto avaliado (ver anexo). Diante do exposto, considero o artigo aprovado com restrições e fico a disposição para uma nova apreciação do artigo”

“O artigo faz uma crítica à teoria da integração conceptual de Faconnier e Turner, através da análise de Portrait Hijacks, que são uma espécie de charge em que há mesclagem de personagens. O autor discute a teoria com propriedade, levantando ressalvas e propondo discussões sobre lacunas na teoria da integração”

(PER_D_A4_PC_15)

<p>“Do ponto de vista teórico, o texto precisa, além da tipificação das relativas, trazer os pressupostos teóricos assumidos da Sociolinguística Laboviana e da Linguística Histórica, posto que, já no resumo, diz se fundamentar em ambas as correntes.”</p> <p>“Na questão (iii) de pesquisa informada na introdução, o termo “estratégias” carece de especificação, posto que não fica claro para o leitor a que tipo de estratégias de relativização o autor se refere”</p> <p>(PER_D_A4_PC_17)</p>
<p>-“Em que consistem as regularidades e irregularidades mencionadas? É necessário explicar e fornecer exemplos.</p> <p>6) À mesma página (p. 4), é preciso completar a afirmação “já que nem sempre essa correspondência é biunívoca”, ilustrando a falta de biunivocidade na correspondência grafema-fonema com exemplos de letra que corresponde a mais de um “som”, e de som” que pode ser registrado por mais de uma letra.</p> <p>7) Também à página 4, é preciso melhorar esta explicação: “um processo de ligação entre elementos e ausência de juntura”. Provavelmente, o artigo queria afirmar algo assim: “um processo de ligação ou juntura entre palavras na oralidade envolvendo ressilabação ([u.'zo.tru]) e, na escrita, a separação entre artigo e pronome por espaço em branco”</p> <p>(PER_D_A4_PC_19)</p>
<p>(1694 palavras)</p>

TIPOS DE COMENTÁRIO (II)
REVISÃO TEXTUAL E ADEQUAÇÃO DE LINGUAGEM
<p>- “Reestruturar parágrafos em quase todas as páginas;</p> <p>- Fazer uma revisão bastante pontual da norma culta”</p> <p>-“ O resumo em inglês precisa de revisão, visto que esse é uma tradução do Google Tradutor e traz traços que não são pertinentes à linguagem acadêmica;”</p> <p>- “Há uma contradição no último parágrafo da página 7 que deve ser corrigida, visto que a figura mostra o item assunto: (...) No entanto, essas ferramentas só podem ser melhor trabalhadas a partir do monitor, pois todas só funcionam no suporte digital, ou seja, de fato, só se pode demonstrar sua função para a composição do gênero pelo auxílio do computador. O elemento “assunto”, por exemplo, é um importante guia para o processamento do diálogo, no sentido de que “é um elemento crítico na tomada de decisão sobre prioridade de leitura ou até de descarte do texto”. (PAIVA, 2010, p.103). A figura mostra o item assunto;”</p> <p>(PER_A_B2_PC_11)</p>
<p>-“ Há necessidade de revisão de construções sintáticas (questões de regência e concordância, em poucos casos)”</p> <p>-“ O TRABALHO DEVE SER SUBMETIDO A UMA RIGOROSA REVISÃO LINGUÍSTICA”</p> <p>(PER_A_B2_PC_12)</p>

-“2/2 – Há **várias e imprescindíveis correções linguísticas** (ver comentários inseridos no arquivo do artigo) a serem feitas para que o artigo possa ser publicado”

(PER_A_B2_PC_16)

-“ Há um trecho que precisa de correção **na estrutura sintática**”

(PER_A_B2_PC_19)

-“ Requer uma revisão, porque alguns deslizes foram cometidos. Nada que interfira na qualidade do artigo, mas serve para preservar a boa imagem da revista e do/a autor/a”

(PER_A_B2_PC_20) [é o parecer inteiro]

- “O artigo é bem escrito, porém há momentos que o artigo necessita de mais clareza, o que recomendo as seguintes sugestões:

1) Na página 4 – seção Fundamento teóricos – parág. 1 – em vez de usar o verbo “faremos” use “apresentaremos uma breve abordagem...”

3) Na seção 2.3, pág. 7, parág. 2, necessita de clareza quanto aos termos prescrições descendentes, prescrições ascendentes, déficit de prescrição.

4) Na Seção 3, pág. 9, parág. 2, reescrever a primeira sentença que descreve procedimentos do estudo analisado (ver sugestão no artigo).

5) Pág. 12, parág. 1, explicar no corpo do parágrafo ou em nota de rodapé, o que significa Instrução ao Sósia e quadro metodológico da Autoconfrontação.

6) Abstract – sugiro iniciar o parágrafo com o sujeito da oração, por exemplo Teachers’ work, object of several studies over the last decades, may be limitedly analysed....

E acrescentar a palavra theory após Clinical of Activitycty.”

(PER_B_A4_PC_5)

- “A segunda diz respeito à **pontuação** de vários trechos do texto, principalmente em relação ao uso da vírgula, que é empregada de modo incorreto ao separar termos da oração complementares, ao emprego da regência verbo-nominal e à ortografia de verbos monossilábicos terminados em “a” (acentuado) ou em “r” (algo seminal que não deveria ocorrer em um artigo da área de linguagem). Isso se mostra, por exemplo, último parágrafo da página 2 (vírgula), nos parágrafos 2 e 3 da seção 2 (ortografia e regência) e segundo parágrafo da subseção 2.1 (vírgula)”

(PER_B_A4_PC_7)

“Fazer a adequação dos autores referenciados no corpo do texto aos autores citados nas referências.

Substituir, no Abstract, “the lived experiences would have a positive connotation” por “their life experiences would have had a positive connotation”

(PER_B_A4_PC_14)

- “O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar. Há três sugestões de correção: i) ortografia do nome Schneuwly em duas ocorrências no texto e a repetição de uma referência na bibliografia; ii) inserção de um pequeno parágrafo descrevendo a SD e o que são os Cadernos PDE para o leitor que não é do Paraná e que não conhece o Programa ou o material; iii) uso de nome completo e iniciais nas referências. Sugiro padronizar.”

(PER_B_A4_PC_17)

“ Há três sugestões de correção: i) ortografia do nome Schneuwly em duas ocorrências no texto e a repetição de uma referência na bibliografia; iii) uso de nome completo e iniciais nas referências. Sugiro padronizar”

(PER_B_A4_PC_19)

“ Encontrei apenas dois erros de digitação e uma citação indevida (sinalizadas em amarelo), reenvio o arquivo. ”

(PER_B_A4_PC_20)

- “É preciso:

a) Adequar o texto às normas da revista (que segue a ABNT);

[...]

d) verificar a ortografia e as construções sintáticas do texto, porque há alguns problemas (fiquei em dúvida se o texto está escrito em português brasileiro ou outro).”

(PER_C_A2_PC_5)

- “O texto carece de uma boa revisão, pois há aspectos que precisam ser uniformizados. Por exemplo, a palavra "aspecto" aparece com e sem o grupo 'ct'. Há também alguns problemas de pontuação que precisam ser ajustados”

(PER_C_A2_PC_6)

- “Há pequenas correções textuais a serem feitas.

Sugiro modificar o título, pois eu não vi enfoque desta parte "internacionalização e os desafios para o ensino e a pesquisa institucionais" no corpo do texto, nem no resumo.”

(PER_C_A2_PC_7)

-“ Contudo, apresento a seguir algumas sugestões a serem consideradas para a versão final (em texto anexo, as anotações mencionadas aqui):

1. Revisão de pequenos **problemas de digitação** e de **emprego da vírgula**;

2. Revisão de **sintagmas iniciais**, desconectados de orações;”

(PER_C_A2_PC_10)

- “O artigo está bem escrito, mas ainda assim necessita de revisão, como em "chama atenção", por exemplo.”

(PER_C_A2_PC_11)

“ O artigo pode contribuir para os estudos da área. Ele possui progressão de ideias e o tema está bem desenvolvido. Está um pouco longo e apresenta certa repetição nas explicações. A escrita precisa ser revista em alguns casos. Ele deve ser adequado às normas da revista e da ABNT, inclusive observando as ABNTs específica para Bibliografia, Citação e Figuras. Após essas alterações, recomendo sua publicação.”

(PER_C_A2_PC_12)

“(1) A review of the writing is required; a review in the glosses of the examples.
(2) The examples of the constructions studied **should be presented in the introduction** when delimited the phenomenon under analysis.”

“Alguns problemas com pontuação, ver:

Na imagem anterior podemos perceber, uma habitação (ao fundo), um avatar (seta branca)”.

(PER_C_A2_PC_14)

4. QUALIDADE DO TEXTO: Pontuação: Sugiro revisar o uso do ponto-e-vírgula no texto e das aspas duplas para destacar palavras em vez de citação direta. Rever acentuação de palavras.”

(PER_C_A2_PC_16)

- “Antes de ser publicado, o texto precisa passar por uma ampla revisão de linguagem. Para citar apenas alguns exemplos de problemas de linguagem, enumero os seguintes trechos da p. 14:

a. "In this sense, as we showed in the previous sections, concepts carry not *not* sensori-motor information, but also information derived from linguistic input and introspection.

b. "...instead of exclusively applying *tradicional* abstract level constructs..."

c. "...supported by multiple theories and findings, *insead* of only making analysis that fall into the scope of cognitive semantics' theories"

(PER_C_A2_PC_18)

- “pg. 3) o fragmento " A marcação do DOM tem por função destacar a presença, na predicação, de porções individuadas relevantes de um ponto de vista cognitivo e pragmático." está repetido.

- “A introdução está bem redigida e apresenta com clareza o fenômeno. Sugiro, no entanto, que se coloque o trecho " Neste artigo, pretendo propor uma teoria que forneça um tratamento semântico unificado para os dois tipos de fatores (nominais e verbais) que motivam a marcação diferencial do objeto direto." antes de "a minha hipótese" para melhorar o encadeamento das ideias”

(PER_C_A2_PC_19)

-“Outra recomendação é que seja feita uma revisão do texto, pois o mesmo apresenta alguns problemas de redação”

(PER_C_A2_PC_20)

a) “**evitar uso de linguagem imprecisa** – ex. “alguns” (título e resumo) – e informal – ex.: ‘Chen Zhen (2012), talking about the Chinese context’.”

(PER_D_A4_PC_3)

“Em relação à escrita em inglês, o texto tem caráter de português vertido para o inglês. Há muitas repetições de ideias, paráfrases ao longo [do] texto, construções típicas do português e, de forma mais crítica, uma escrita não objetiva. Minha sugestão é revisar totalmente a forma de escrita, porque, em termos do inglês propriamente dito, está bem escrito; porém, não é a forma de um inglês com propósitos científicos. É um português científico traduzido. Isso não desmerece o texto e é admirável que autor submeta em uma língua que não é a sua. É um mérito do trabalho, inclusive; porém, este texto não deve ser o texto final.”

(PER_D_A4_PC_7)

-“4. Há problemas de digitação que precisam ser revistos (trocas de letras, etc.).”

(PER_D_A4_PC_10)
“7. Há necessidade de uma revisão linguística rigorosa, pois o texto apresenta incorreções quanto à flexão verbal (estar/está; ler/lê); regência, concordância, além de erros de digitação.”
(PER_D_A4_PC_14)
“Na seção 1, como acontece com as demais siglas do texto, a sigla DP deve ser explicitada.”
(PER_D_A4_PC_17)
“Em se tratando da escrita, há alguns pequenos problemas de concordância. No texto, estão assinaladas as passagens que merecem revisão, de modo que, desde que seja feito o acréscimo de informações no pontos sugeridos, o artigo pode ser publicado”
(PER_D_A4_PC_18)
1) No Resumo, afirma-se que se realizaram “testes”, no corpo do artigo, “textos”. O que foi realizado? Sugere-se usar um só termo ao longo do artigo para mencionar o procedimento de obtenção de dados usado na análise. 2) O artigo emprega diferentes denominações para referir-se à variável dependente: no título do artigo, aparece simplificação de coda silábica; no Resumo, consta apagamento do /R/; nas considerações finais, usa-se apagamento do rótico em coda silábica final. Essa flutuação terminológica afeta a compreensão do que, exatamente, o artigo está investigando e confunde o leitor, em especial aquele com menor conhecimento de termos técnicos de fonética e fonologia. Sugere-se usar apenas um termo ao longo do artigo para denominar a variável investigada. 3) No início da Introdução, o artigo afirma inadequadamente: “A possibilidade de diversas realizações para um mesmo contexto linguístico”. Deveria ser: A possibilidade de diversas realizações de uma unidade linguística num mesmo contexto... É necessário corrigir a afirmação”
(PER_D_A4_PC_19)
-“Quanto à introdução, indica-se os objetivos e os preâmbulos da pesquisa, ainda que de forma meio confusa, devido a afirmações sem a referência de autores da área. Além disso, há alguns problemas, como: frases e até períodos desconexos, sem sequenciamento lógico e um dos nomes dos autores estudados encontra-se escrito equivocadamente, a saber “Luchesi”. -“No mais, a linguagem do artigo obedece à norma culta escrita (com alguns problemas já mencionados anteriormente, fazendo-se necessário uma revisão do texto em razão de alguns erros sintáticos e ortográficos) e faz uso de termos técnicos adequados.” -“Mas nesta seção também se apresentam problemas, como: concordância mal realizada; problemas de pontuação e acentuação; há problemas quanto ao espaçamento entre as citações, bem como a sua formatação;[...] falta de coesão em alguns momentos; há problemas quanto ao espaçamento entre as citações, bem como a sua formatação;”
(PER_D_A4_PC_20)
(2257 palavras)

TIPOS DE COMENTÁRIO (III)

CONTEXTUAL-DISCIPLINAR

“Em termos teóricos, para maior aprofundamento, sugere-se a obra Escritos de Linguística Geral (Saussure), tendo em vista que, neste livro, especificamente em - “Nota sobre o discurso”, a discussão

se encaminha para a noção de discurso. É o próprio Saussure quem sugere que “a língua só é criada em vista do discurso”. Ou seja, tem-se aqui um princípio embrionário da ideia de enunciação – desenvolvida posteriormente por Benveniste”

Outro ponto que merece aprofundamento encontra-se no último parágrafo das Considerações finais. Nesse momento, apenas se menciona a importância do artigo O aparelho formal da enunciação, sem maior esclarecimento do por que este texto contribui fortemente para quem se debruça sobre o tema. Trata-se do último texto escrito por Benveniste, a pedido de Todorov; O aparelho formal é um texto destinado a linguistas, além de ser o único que aponta alguns indícios de construção metodológica sobre o aparelho formal da língua”

(PER_A_B2_PC_1)

“ Sugiro também que o autor seja lembrado que parte das ideias apresentadas são de autorias outras, não dos autores do presente artigo, como por exemplo quando estes tratam das vantagens e desvantagens da escrita colaborativa segundo Lowry et al. (2004) e quando as referências ao “autor” se encontram longe do parágrafo no qual esse autor foi mencionado”

Portanto, por entender que as ideias apresentadas sejam condizentes com a proposta da Revista, sou favorável a publicação do artigo. Entretanto, esperando contribuir para uma melhor apresentação e leitura do texto, sugiro algumas correções antes da publicação definitiva. Entre estas, sugiro um suporte teórico para tratar do Facebook logo na introdução e a inversão dos tópicos que tratam dessa rede social e o que descreve as gerações da Web, uma vez que essas gerações antecedem aquela rede social”

(PER_A_B2_PC_22)

No item 1, 4º. Parágrafo: citar referência para respaldar a asserção “ser falante nativo não é competência suficiente para ser bom professor de línguas”

“Além disso, seria importante fazer pesquisa mais aprofundadas quanto a publicações (inclusive teses e dissertações) sobre PLA. Por exemplo, ver capítulo de Figueiredo, Osório e Miranda, no livro Construções Identitárias de Professores de Línguas, organizado por M.C.F.D.Ferreira, C.L. Reichmann e T.R.S. Romero, da Pontes Editora, 2016”

(PER_B_A4_PC_3)

Junto de algumas formações lexicais, há uma definição bastante categórica, sem a citação de uma fonte científica. Exemplo: taxa de transmissão – “Número que mostra a capacidade de disseminação do vírus entre as pessoas. No caso do novo coronavírus, esse o número é de 2 a 3, ou seja, cada portador da doença pode transmitir para mais 2 ou 3 pessoas.

(PER_C_A2_PC_10)

- “2.No referencial teórico por que Bakhtin não é mencionado?

(PER_C_A2_PC_14)

-“1. LITERATURA: O referencial teórico-metodológico da Análise Crítica de Gênero apresentado é insuficientemente explorado na seção de metodologia e na interpretação dos resultados. Na seção de revisão da literatura, esse referencial carece de maior clareza no que tange à explicação sobre como três outros referenciais que compõem a ACG estão inter-relacionados, a saber Sociorretórica, Análise Crítica do Discurso e Linguística Sistemico-Funcional.

Além disso, faz falta o conceito de leitura a partir desse referencial que embasa a interpretação dos resultados (embora o leitor possa presumir que conceito seja esse). Faz falta também a apresentação da literatura sobre o tema teste de suficiência. Essas informações são parcialmente apresentadas na seção de resultados.

(PER_C_A2_PC_16)

“pg. 7) por que utilizar um exemplo de tradução de uma obra estrangeira? há muitos exemplos do vernáculo nesse sentido que podem ser apresentados. Vejam-se os trabalhos recentes de Sonia Cyrino e seus orientandos sobre o assunto. Cyrino (2017), publicado na revista Estudos Linguísticos e Literários (está *on line*) traz bons exemplos do português”

(PER_C_A2_PC_19)

“Compreendo que para algumas áreas é comum o uso de títulos genéricos para as seções de um artigo como Fundamentação teórica, Metodologia etc. No entanto, na área de letras, esse emprego é mais comum em trabalhos a serem entregues para professores em suas disciplinas do que em artigos publicados. Considero mais interessante o uso de títulos mais específicos para o estudo realizado e que permitam ao leitor um vislumbre da pesquisa”

(PER_D_A4_PC_3)

“(3) é preciso considerar na revisão bibliográfica alguns dos muitos estudos sobre a variação tu/você no português brasileiro numa perspectiva histórica e que esses têm mostrado que a implementação do pronome você em muitas comunidades já se efetivou no sistema pronominal do PB nos no início do século XX ou mesmo final do XIX (ver os muitos estudos diacrônicos sobre o tema, e, em especial, Lopes et al (2018) In: História do Português Brasileiro);”

“(4) a afirmação de que o pronome tu pertence à norma padrão me parece inadequada, considerando que há comunidades em que o tu predomina, e há, inclusive, falantes de tu categórico no vasto território brasileiro (Ver discussão sobre norma em muitas publicações recentes de Carlos Faraco);”

(PER_D_A4_PC_5)

-“2. No parágrafo que fala sobre marcação. Acho que o trabalho de Jakobson é um dos mais fundamentais para entender marcação tipológica. Talvez fosse interessante dar um pouco mais de destaque. Além disso, ele fica na primeira metade do século XX”

“3. Acho que, do ponto de vista teórico, você também se interessaria pela abordagem de BROWN, CHUMAKINA & CORBETT (2012) – Canonical Morphology and Syntax. É uma forma mais interessante de lidar com parâmetros tipológicos, como DOM, que pode se manifestar de formas muito diferentes entre as línguas. No fundo é uma nova forma de lidar com o problema da correspondência de Comrie. Os resultados deles são muito promissores”

(PER_D_A4_PC_10)

“(3) Revisão da literatura

O estado da arte apresentado é atual, porém apresenta também estudos que se iniciaram há quase duas décadas, o que demonstra uma busca por trabalhos que têm tradição na área. A literatura discutida procura trazer a discussão e a relevância da nomeação na Libras. Levando em conta, porém, as especificidades de uma modalidade diferente, como a que se vê no par linguístico Libras/LP.”

“4. Há uma citação direta de Marxismo e filosofia da linguagem, na página 13, mas a obra não consta nas referências. Ademais, seria importante uma atualização da bibliografia, referenciando-se a tradução do russo para o português, de 2017, de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova”

“6. Nas páginas 19 e 20 há uma afirmação sobre a religiosidade do nordestino sem nenhum respaldo em estudos ou fontes estatísticas.”

(PER_D_A4_PC_13)

“ O tema é relevante e, por isso mesmo, a apresentação teórica não pode ser muito sucinta (o trabalho não chega a apresentar originalidade). Falta a referência a trabalhos que discutam sobre o trabalho com o texto e a escrita e sobre o ensino. Ainda que o espaço não permita uma discussão profunda, esses aspectos estão articulados, mas a forma como o texto está organizado não permite que se perceba claramente essa relação”

(PER_D_A4_PC_18)

“(4) À página 3, afirma-se “A escrita é considerada uma forma de linguagem secundária”. Quem afirma isso? Esclarecer a fonte no sistema Autor (ano). E por que seria “secundária”? Justificar.

“(5) À página 4, a afirmação “Tais estudos procuram descrever as regularidades e irregularidades do sistema e salientam que, algumas vezes, se pode recorrer às regularidades existentes, como forma de facilitar a compreensão daqueles que estão aprendendo” é bastante vaga. Que estudos são esses? É

preciso referi-los no sistema Autor (ano). Em que consistem as regularidades e irregularidades mencionadas? É necessário explicar e fornecer exemplos”

(PER_D_A4_PC_19)

“O aparato teórico utilizado para discussão do tema são bem apresentados, estão bem conceituados, bem apresentados e suficientes aos objetivos. Além disso, os autores citados são bastante representativos ao tema. [...] uso de afirmações meio controversas (como por exemplo “Diante do quadro apresentado, é válido salientar que a Sociolinguística Educacional é a que mais se aproxima das abordagens variacionistas.”. É interessante que se explique melhor essa afirmação, de modo a justificá-la, com citações, e/ou trabalhos que corroborem tal declaração); faz-se uso de autores que não foram elencados na introdução, autores que ora são apontados como parte da pesquisa e não constavam na introdução (como Monteiro (2000), por exemplo); além de haver grifos na citação de MOLLICA e NARO, mas não deixa-se claro de quem são os grifos (se dos autores do livro ou do autor(a) do artigo?).” (PER_D_A4_PC_20)

(1448 palavras)

TIPOS DE COMENTÁRIO (IV)

ANALÍTICO-CONCEPUAL E AUTORAL

“Apesar de tratar da mediação tecnológica no processo de comunicação, o texto não assume uma postura claramente inserida dentro do escopo dos estudos da linguagem. O texto traz considerações teóricas para o estabelecimento de uma ecologia dos meios materiais, entretanto faltam posicionamentos mais contundentes do autor, já que o ensaio foca no comentário das posturas de autores como McLuhm e outros.”

“Ainda, apesar de apresentar uma breve revisão teórica do tema, não são apresentados argumentos claros para o estabelecimento de uma ecologia dos meios materiais de comunicação”

(PER_A_B2_PC_4)

“Enfim, o texto merece uma revisão geral no sentido de estar polarizando muito aspectos negativos e positivos, como se estivesse julgando um discurso e outro, um sujeito e outro. Sugiro que o discurso seja modalizado e que o autor trabalhe mais a questão da explicitação dos processos que produzem tais sentidos e não outros, desfazendo a oposição entre o positivo e o negativo”

(PER_A_B2_PC_6)

“A análise dos dados apresentada não remete a uma questão de pesquisa clara e não está sustentada na teoria”

(PER_A_B2_PC_7)

-“ Falta clareza na exposição da referida análise, talvez devido a várias passagens confusas, cuja revisão foi solicitada nos comentários inseridos no arquivo do artigo, no âmbito da elaboração deste parecer”

(PER_A_B2_PC_16)

“Quanto aos dados apresentados, o que o(a) autor(a) tem a dizer a respeito dos mesmo, uma vez que estes são apresentados, mas não discutidos? Por que apresentar a mesma informação em dois modos – texto e gráficos?”

PER_A_B2_PC_21

“O artigo é bem escrito, porém há momentos que o artigo necessita de mais clareza, o que recomendo as seguintes sugestões:

[...]

2) Acho que o autor do artigo se utiliza de muitas citações diretas tanto curtas dentro dos parágrafos, quanto longas recuadas ao longo do texto o que dificulta se perceber a voz autoral. A página 6 é um exemplo em que o autor poderia parafrasear as ideias dos autores citados, pois há um uso demasiado de citações”

(PER_B_A4_PC_5)

“Embora os autores admitam tratar-se de um estudo ainda incipiente, a análise ficou bastante limitada, em razão de algumas incompletudes: (ii) são apresentados quatro tipos de relação entre a função Contraste e a negação, mas apenas os três últimos tipos foram ilustrados com dados do português e/ou espanhol e de uma ou duas línguas nativas; o primeiro tipo, no entanto, só apresenta dados do português, sem uma razão explícita para tal. A proposta é relevante e o trabalho, mesmo que ainda exploratório, pode beneficiar-se com uma revisão criteriosa que preencha as lacunas apontadas”

(PER_C_A2_PC_4)

“7. Alguns itens lexicais são apenas apresentados, sem discussão mínima sobre seu emprego; 8. Ao final do texto, são elencados inúmeros exemplos de neologismos, entretanto aponta-se aqui uma questão para possível debate: Seriam todas essas formas neologismos? Retomemos o conceito de neologismo, apresentado no início: “As unidades que não estejam registradas no dicionário são consideradas neologismos. O registro delas no dicionário, porém, marca a desneologização da unidade. Assim, o processo da neologia começa e termina no dicionário, pois este adquire o estatuto de instância de legitimação do léxico, funcionando como um “cartório de registros” (KRIEGER, 2012, p. 19) que concede à palavra sua certidão de nascimento e, conseqüentemente, a institucionalização dela no conjunto léxico da língua.” p. 2.

“Auxílio emergencial, auxílio-emergencial, coronavoucher, ensino remoto, aula remota, aprendizagem remota, álcool em gel, álcool gel, atividade essencial, serviço essencial, exame rápido, teste rápido, distanciamento social, distância social, paciente leve, paciente zero, grupo de risco, taxa de transmissão, taxa de letalidade, caso suspeito, caso confirmado, caso descartado, achatar a curva, achatamento da curva, isolamento social, isolamento horizontal, isolamento vertical, efeito rebote, vala coletiva, hospital de campanha, cabine de desinfecção, máscara inteligente, bônus covid p. 22. Nenhuma dessas formas está registrada no dicionário com definição semelhante a que é empregada nas mídias?”

(PER_C_A2_PC_10)

“ O autor do artigo se propõe a analisar uma obra de Antunes sobre ensino de gramática e dá conta desse objetivo, mas pouco atende os objetivos específicos, dentre eles uma relação mais aguda da proposta da autora com a BNCC, por exemplo, considerando, de fato, as competências e habilidades de ensino de gramática presentes neste documento e a proposta da autora. Essa análise é mínima no artigo.

[...]

Falta uma análise mais acurada das condições de produção da BNCC para entender como entra o ensino de gramática do modo como está explicitado nas habilidades e ainda o contexto político-econômico desse documento.

Mesmo que se faça (ou não) ressalvas a esse documento, ele é um documento oficial do MEC e por isso há um cuidado a se ter em citá-lo. Assim, não se pode dizer que ele é um documento (tal como os PCNs) "os quais balizam os conteúdos que devem ser ofertados nas instituições de ensino do país". Primeiro, porque os dois documentos têm caráter diferente: Os PCNs são apenas orientadores, a BNCC é normativa. Segundo, a centralidade dos dois documentos não é balizar conteúdos de ensino. Nesse contexto, o verbo "ofertar" também não é o mais adequado.

Também o autor faz análises rasas dos resultados de avaliação em larga escala, que fragilizam ainda mais as escolas públicas, sem se atentar para o que esses resultados revelam, a desigualdade social, que provoca a desigualdade de acesso aos bens econômicos e culturais, que têm resultado nesses exames. O autor tem elementos para discutir isso, mas não o faz, quando mostra que os índices das escolas privadas e especialmente dos institutos federais são altos. Isso mostra educação melhor das escolas privadas ou a desigualdade social agindo sobre a aprendizagem? E os resultados dos institutos federais? Tem resultado acima das escolas privadas e acima da média da OCDE. Se têm ótimos resultados, a que se deve? Ao modelo de escola ? Então temos bons exemplos de escolas públicas no Brasil..... No final, o autor culpabiliza a escola e seu ensino. Isso mascara a causa dos problemas da educação no Brasil e fragiliza ainda mais toda a educação pública. O problema é muito mais amplo do que o autor demonstra. Assim, uma coisa é culpabilizar a escola, outra é ver as causas e o que a escola pode fazer”

(PER_C_A2_PC_11)

“ Em relação ao material a ser submetido à análise, observa-se uma contextualização do autor, considerando seu destaque no cenário intelectual chileno. Nessa contextualização, observa-se maior ênfase conferida ao intelectual, indicando o material no contexto de sua obra. Nota-se uma lacuna de informações específicas sobre a obra, no item 4. Sugere-se fornecer elementos mínimos de caracterização do gesto de leitura empreendido, de modo que seja possível identificar os elementos de categorização”

“Na delimitação das categorias, emergem elementos de análise interessantes, que parecem merecer destaque. Entre eles, a configuração de um sujeito falante que se define um falante pela posição social no contexto americano”

“Sugere-se desenvolver o momento de articulação entre as partes. Ao final do item 3, por exemplo, elabora-se um comentário comparativo. Neste comentário, procede-se a uma indicação de pontos de contato e de afastamento entre as teorias do sujeito. Não se explora que fatores teriam levado a teoria do sujeito de Benveniste a centrar-se no “eu”

(PER_C_A2_PC_13)

“5.Quais os resultados da pesquisa?”

“(4) Não há argumentos para as seguintes afirmações: "Aparentemente, até onde vimos, os casos de OOR na BP, não são certificados, ou são menos produtivos, como o SOR." "ajuste morfossintático da concordância entre o PE elevado e o predicado matricial: critério obrigatório para os três tipos de elevação encontrados na PA (embora, em quase todos os casos que observamos no corpus, o argumento levantado de NP da terceira pessoa singular, restringindo, assim, a verificação inequívoca dessa propriedade)";" Os autores fazem essa afirmação com base em apenas 4 exemplos de PB? O fato de não encontrar casos de ajuste morfossintático nos 4 dados do "PB" não pode ser tomado como evidência negativa. Martins & Nunes 2005 e Kato & Nascimento 2015 mostram muitos exemplos desse ajuste morfossintático"

-“(4) There are no arguments for the following statements:“Apparently, as far as we have seen, cases of OOR in BP, are not certificated, or they are less productive, like the SOR.” “morphosyntactic adjustment of agreement between raised NP and the matrix predicate: mandatory criterion for the three types of raising found in BP (although, in almost all instances the we observed in the corpus, the raised argument of NP of the third singular person, restricting, thereby, the unequivocal verification of this property);” Do the authors affirm this statements based only 4 examples of PB? The fact of not finding cases of morphosyntactic adjustment in the 4 data of the "PB" can not be taken as negative evidence. Martins & Nunes 2005 and Kato & Nascimento 2015 show many examples of this morphosyntactic adjustment”

- (5) Com base em quais argumentos os autores afirmam que os construtos "predicados de modalidade parecem" são os mais produtivos para a RSS? Não são apresentadas análises ou referências de análises estatísticas: "Observe as ocorrências em (12) e (13), os dois principais tipos de predicado semântico: predicado de modalidade parece, o mais produtivo para o SSR (12a-f). As conclusões e generalizações apresentadas em (i) a (v) ao final da seção 2 são formalizadas com base na análise de apenas 8 exemplos de um "corpus PB". O tema do artigo é relevante e pertinente, mas o texto necessita de uma revisão substancial no sentido de apresentar evidências empíricas e estatísticas envolvendo as construções analisadas que sustentem as conclusões e generalizações apresentadas”

(6) The conclusions and the generalizations presented in (i) to (v) at the end of section 2 are formalized based on the analysis of only 8 examples of a “PB corpus”. The paper's theme is relevant and pertinent, but the text needs a substantial revision in the sense of presenting empirical and statistical evidences involving the analyzed constructions that support the presented conclusions and generalizations.

“(5) Based on which arguments do the authors affirm that “modality predicate seems” constructs are the most productive for the SSR? No analyzes or references of statistical analyzes are presented: “Note the occurrences in (12) and (13), the two main types of semantic predicate: modality predicate seems, the most productive for the SSR (12a-f)”

(PER_C_A2_PC_14)

“Recomendo o artigo ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE UM TESTE DE PROFICIÊNCIA EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA para publicação, mas sugiro algumas alterações que, espero, contribuam para qualificar ainda mais o trabalho. Elenquei as sugestões ao longo do texto, dentre as quais destaco a necessidade de desenvolver mais a argumentação na seção de análise dos dados para que as conclusões apresentadas sejam, de fato, claras ao leitor e bem sustentadas pelos resultados”

(PER_C_A2_PC_15)

“3. RESULTADOS: 3.1) No Quadro dos enfoques das questões, há siglas não explicadas (por exemplo, Q#8). 3.3) Outra questão relacionada aos resultados é a apresentação de alguns dados sem uma interpretação do que esses dados sugerem. Por exemplo: ‘Esses 12 enfoques diferenciam-se em relação a que eles exigem do examinando. A maioria deles exige que o examinando identifique a resposta no texto (enfoques 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, e 11), enquanto que os outros exigem que o examinando faça algo, por exemplo, traduza, infira, avalie, rotule (enfoques 4, 6, e 12), para responder à questão.’ E o que isso sugere? Como os autores interpretam esse dado? 3.4) Conceito de leitura: Os autores afirmam (Considerações Finais) que a habilidade de leitura está associada aos vários estratos da linguagem, com especial destaque ao estrato da linguagem correspondente à Semântica e Pragmática (Seção de Resultados). No entanto, o conceito de leitura depreendido do referencial teórico-metodológico adotado (Análise Crítica de Gênero) permite ao leitor vislumbrar um conceito de leitura diferente daquele que parece estar sendo privilegiado pelos autores. Na revisão da literatura, nos estratos da linguagem, há estratos mais gerais, que encapsulam o da semântica e pragmática, e que fornecem uma visão de linguagem, e de seu uso, mais abrangentes. O uso do referencial da Análise Crítica do Discurso, parte da Análise Crítica de Gênero, também corrobora para que seja feita a referência a estratos da linguagem mais abrangentes (como o de gêneros e o do discurso). Mas essa relação é insuficientemente explorada no texto”

“Sugiro que o conceito de leitura seja apresentado no texto para melhor explicar a afirmação abaixo: A análise mostrou que o TESLLE realmente testa a habilidade de leitura do examinando, pois a maioria das questões explora o nível da Semântica e da Pragmática, em que os examinandos devem acionar conhecimentos tipicamente relacionados à habilidade de leitura de textos, como identificar processos de referenciação no texto, fazer inferências, etc. Em relação a essa afirmação, pergunto: 1. Quais são os conhecimentos tipicamente relacionados à habilidade de leitura? 2. Identificar processos de referenciação e fazer inferências são suficientes para o processo de leitura medido pelo TESLLE dentro da concepção da ACG? Por quê? 3. Qual a relevância dos demais estratos da linguagem para a concepção de leitura coerente com a ACG?”

“3.4) Outra questão que merece destaque: Temas e gêneros dos textos-base: não houve mapeamento dos temas e gêneros dos textos explorados pelo TESLLE em suas edições. Sendo a concepção de linguagem como gênero a identificada no teste, e considerando a perspectiva teórico-metodológica da ACG, esse mapeamento não seria relevante?”

(PER_C_A2_PC_16)

-“ Sugiro também que o texto dê mais ênfase ao resultado: "Os resultados do estudo mostram que a dimensão ideológica serviu para fornecer status de factualidade a opiniões subjetivas". Acho que esta é uma importante tese, que aparece de uma forma um tanto tímida na análise e na conclusão. Penso que o/s autor/es poderiam dar mais qualidade retórica aos pontos da análise e da conclusão que dão suporte a essa tese. De resto, recomendo a publicação do paper”

(PER_C_A2_PC_17)

“A conclusão da seção é muito interessante e está adequada com a argumentação que vem sendo desenvolvida”.

[...]

“A argumentação é bastante interessante e convincente. No entanto, o artigo termina sem maiores considerações e reflexões sobre o apresentado e problemas residuais. Por exemplo, considerando a proposta apresentada, qual seria o limite das coisas para que a marcação do objeto acontecesse? O artigo precisa ter algumas considerações finais, ainda que breve”

“Protótipos e transitividade: A discussão é feita de maneira muito interessante”

- “Telicidade: pg. 10) é dito que quando o sujeito é não agentivo, o DOM é agramatical. Mas há dados que mostram justamente o contrário: el amor venció al odio. Parece que o espanhol ilustra com clareza a relação entre DOM e a teoria dos protótipos apresentada: SUJ +Animado ---- OBJ -Animado / SUJ +Animado ---- DOM OBJ +Animado / SUJ -Animado ---- DOM OBJ -Animado / SUJ -Animado ---- DOM OBJ +Animado. Com relação ao fato de o objeto ser indefinido, parece que tem a ver com a especificidade: ‘busco a una secretaria’ implica que se está procurando uma pessoa específica. ‘busco una secretaria’ é qualquer secretária. pg. 11) Acredito que a discussão sobre a telicidade deve ser colocada mudando o tempo verbal. pq o problema pode e estar relacionado à especificidade do objeto nesse contexto, ainda mais com "un segundo". por exemplo, com o pretérito imperfeito ‘besaba’ o que

aconteceria? Não estou discordando da argumentação, que fica bem clara com o caso do finlandês. Estou sugerindo que os dados não exemplificam com clareza os argumentos apresentados”

(PER_C_A2_PC_19)

“As conclusões apresentadas são suficientes, mas chamo atenção para a questão central do estudo: as identidades que são construídas na página do Facebook. **Esses discursos apresentados nas análises precisam ser retomados e salientados nas considerações finais**, por exemplo: quais estruturas linguísticas e identidades são construídas e atribuídas às mulheres, aos gays, aos homens, etc.”

“A análise apresenta uma boa descrição linguística sobre a construção da identidade de gênero na página do facebook “Orgulho de ser hetéro”, mas há determinados momentos que a análise não consegue extrapolar essa descrição e deixar evidente o discurso que se apresenta de modo implícito nas imagens e nas estruturas linguísticas. É necessário que o(a)autor(a) deixe explícito no texto os discursos e os efeitos que essas construções linguísticas e as imagens geram na sociedade, por exemplo”

-“ Diante desses comentários, vislumbro o texto como um artigo que deve realizar as correções para publicação, visto que, para o gênero acadêmico artigo científico, precisa de análises mais aprofundadas e consistentes em determinados momentos o texto”

(PER_D_A4_PC_1)

“Não problematizar o conceito de capitaloceno situa o artigo em um contexto desatualizado, que desconsidera a alta relevância das questões políticas atuais. É interesse da Revista a discussão proposta, desde que esteja em diálogo com os conceitos atuais. Partindo da perspectiva do capitaloceno, não se sustentaria, por exemplo, a afirmação da/o autor/a nas Considerações Finais: “Como resultado, compreendemos que a necessidade de conceituar Antropoceno e defender a ideia de que já estamos vivendo esse tempo geológico apresenta-se como discurso contra-hegemônico à ideologia capitalista de mercado. Quando a/o autor/a propõe que ‘O principal obstáculo encontrado quando verificamos a construção discursiva de Antropoceno não é exatamente a resistência em aceitar a nova época geológica. Resiste-se, a verdade, à mudança na relação com o planeta’, ao tratar a questão como uma “resistência”, por exemplo, perde a oportunidade de discutir problemas graves da política atual, como o negacionismo e a pós-verdade”

“Considero que é de extrema relevância desenvolver a discussão proposta com uma base política mais aprofundada, já que o que define as possíveis conceitualizações são as questões de natureza política, e assim discutir a importância do discurso nessas práticas”

(PER_D_A4_PC_2)

“(4) a afirmação de que o pronome tu pertence à norma padrão me parece inadequada, considerando que há comunidades em que o tu predomina, e há, inclusive, falantes de tu categórico no vasto território brasileiro (Ver discussão sobre norma em muitas publicações recentes de Carlos Faraco);”

(PER_D_A4_PC_5)

“O trabalho tem relevância temática e hipóteses de trabalho consistentes e os resultados têm potencial para conclusões mais interessantes do que as apresentadas. O autor dedica-se a explorar os resultados, limitando-se a conclusões genéricas, parafraseando premissas teóricas. Tal aspecto, que considero importante, deve ser levando em conta em caso de publicação do texto. Falta uma discussão da implicação dos resultados para uma proposta que contribua para área em que o artigo se situa, a saber, a sociolinguística. Por esse motivo, o texto tem um caráter de relatório, embora seja bem feito. É preciso que as implicações dos resultados mereçam, conseqüentemente, um destaque no artigo”

“De modo geral, a pesquisa caracteriza-se mais como um trabalho que está caminhando Para uma contribuição à Sociolinguística na sua interface com a Fonética e Fonologia. Tem condições de dar uma excelente contribuição, mas precisa reestruturar-se como pesquisa científica. A sugestão deste parecerista é que o/a autor/a dedique-se ao aprofundamento das questões linguísticas e das implicações tanto linguísticas quanto culturais dos seus achados. Da maneira que se apresenta, parece que o/a autor/a deseja apenas acomodar os dados em um arcabouço teórico e o que se espera, na verdade, é o contrário: que os modelos possam explicar a variabilidade dos dados. É preciso, portanto, amadurecer a análise, mesmo que para isso uma reestruturação argumentativa e de apresentação da pesquisa seja feita”

(PER_D_A4_PC_7)

“ O artigo baseia-se na Linguística Funcional norte-americana, mas os conceitos e princípios analíticos dessa teoria são pouco recuperados ao longo da análise propriamente dita. Na verdade, aproveita-se apenas uma visão funcionalista da linguagem, que é uma perspectiva de análise baseada no uso”

“No segundo parágrafo após o exemplo (1), na página 11, lê-se o seguinte: ‘A análise de todas as ocorrências dos PR utilizados pelos alunos permitiu observar que, na maioria dos casos, esses elementos foram empregados adequadamente, considerando o contexto de uso’. Não ficou claro se o autor do trabalho considera o uso de “que no qual” como “emprego adequado”, como está no dado (1). O que seria adequação? Nesse caso, adequação seria não atendimento à norma gramatical?”

(PER_D_A4_PC_8)

“Outra questão, ligada à anterior, que demanda alguma reflexão pelo menos nas considerações finais: O que significa o fato de movimentos (ou “passos”) de outras seções acontecerem na seção de problema? Isso diz alguma coisa importante sobre a escrita do projeto. Finalmente, sugiro ainda pensar: O fato de se Linguística preferir livros indica que os trata como conhecimento inquestionável? Que evidências tem para essa ideia que fica mais ou menos explícita em sua argumentação?”

(PER_D_A4_PC_9)

“Outro aspecto para o qual se chama a atenção é a concepção de que a imagem atua na relação com o verbal como complementar. Sugere-se que seja refletido sobre isso e o próprio trabalho nos coloca a pensar sobre tal aspecto ao afirmar, por exemplo, que ‘durante a atividade leitura de imagem- produção textual escrita, o estudante não só mobiliza um conjunto de normas culturais comum a ele e ao(s) seu(s) tanto(s) leitor(es), mas também as usa para que a produção/compreensão dos enunciados (eventos narrados) se torne veículos de como o indivíduo interpreta, organiza e conserva os conhecimentos do mundo social a qual está submetido (BRUNER, 1997a)’ e ‘O indivíduo produz/constroi/ atribui significados a partir da posição que ocupa no mundo social’. Ou seja, o posicionamento do texto faz questionar sobre essa relação complementar, que não é aqui radicalmente negada, mas questionada para se pensar nas relações contraditórias que podem ser produzidas entre diferentes materialidades. Situa-las como exclusivamente complementar apaga aspectos relacionados à subjetividade (para os quais o próprio trabalho aponta) e aos diferentes sentidos que podem ser construídos sobre a imagem em uma sala de aula. Se a pesquisa assumir essa tomada de posição, terá de trazer mais elementos para embasá-la”

(PER_D_A4_PC_12)

- -“ [...] No entanto, para basear suas críticas, utiliza-se de apenas uma análise, com o caso do Portrait Hijacks de "Ronald McDonald Trump", o que é insipiente para a crítica proposta. Seria proveitoso, também, apresentar na discussão teórica estudos anteriores que se ocuparam da análise dos Portrait Hijacks, enquanto gênero discursivo, manifestação midiática etc. Além disso, há várias passagens em que as afirmações são muito contundentes, sem o respaldo analítico apropriado”

(PER_D_A4_PC_15)

“Ao apresentar a proposta hierárquica (HA) de Comrie e Keenan (1997), o autor cita Givón (1990) e Dik (1997) como críticos de tal proposta por negligenciar os componentes semântico e pragmático, e isso requer uma tomada de posição, o que não se percebe no artigo, posto que a proposta de HA é adiante adotada sem qualquer ressalva”

“Na análise de (21b), a referida função modal não fica clara, pois o autor não explicita o processo de modalização a que se refere; ademais, o texto não traz nenhuma sustentação teórica acerca do fenômeno da modalização. Na análise de (21c-d), são referidos adjuntos com função temporal e locativa sem qualquer sustentação teórica sobre a questão no corpo do texto, e isso se faz necessário, visto que as relativas exercem o papel de modificadores e as noções de tempo e lugar se encontram na semântica dos nominais nucleares a que se encontram encaixadas”

“[...] Nas análises, é preciso adotar um padrão de destaque para todas as estruturas analisadas que não se confunda com as normas de transcrição dos textos”

Aqui há duas críticas às análises: a) falta de clareza e explicitação sobre uma categoria de análise; b) ausência de sustentação teórica para a análise de um certo fenômeno.

“Ainda na mesma seção, o exemplo (2), que se trata de um sintagma nominal com relativa encaixada, é analisado em relação a uma suposta oração matriz, que não aparece, então é necessário rever a análise ou apresentar tal oração. Na análise dos exemplos de (5) e (6), é mencionada a omissão de verbo atribuída à falta de “coerência ou sintaxe gramatical”, e isso precisa ser revisto porque, além de não existir sintaxe

que não seja gramatical, não fica claro o que está sendo concebido como coerência, nem como ela e a tal “sintaxe gramatical” podem justificar o fenômeno em questão. Em (12), é preciso justificar o entendimento de relativa livre, pois o “o” de “o que” pode ser sintaticamente interpretado como pronome demonstrativo (aquele) retomado pelo relativo “que”. Em (13), é dito existir “complemento com função de quantia”, o que, além de misturar critérios sintático e semântico, serve-se de uma nomenclatura desprovida de qualquer sustentação teórica no corpo do texto”

(PER_D_A4_PC_17)

“O artigo centra-se na apresentação dos conceitos de textos e os fatores de textualidade. Embora o autor busque fazer a relação com a escrita, a abordagem deste último aspecto é muito superficial. O autor menciona as dificuldades do trabalho do professor, mas isso é feito também de forma muito genérica”

(PER_D_A4_PC_18)

“9) Na seção 4 (Análise dos dados), é preciso afirmar a quantidade total de dados analisados e a proporção total de apagamento de /R/ em cada amostra (nomes e verbos). Ao discutir os resultados nas tabelas 4 e 5, usar apenas o termo Gênero, não Sexo, pois Gênero é o que parece ter sido controlado no estudo. Na discussão logo após a tabela 7, esclarecer a afirmação “baseada em outros trabalhos” referindo os autores dos trabalhos no sistema Autor (Ano)”

(PER_D_A4_PC_19)

(4117 palavras)

TIPOS DE COMENTÁRIO (V)

METODOLÓGICO

“A partir da leitura do artigo, entendo que o mesmo pode ser melhor estruturado a partir de uma maior clareza entre a Metodologia de Ensino utilizada (modelo sistêmico proposto pelo autor) e a Metodologia de Pesquisa, uma vez que a análise dos dados realiza a apresentação de referencial teórico do modelo. Assim, após a fundamentação teórica de sustentação do modelo, deveria ser apresentada a Metodologia de Pesquisa e, na análise de dados, o cruzamento entre as ideias trazidas pelo modelo e os dados do campo empírico”

(PER_A_B2_PC_2)

“Ressente-se de informações mais pontuais sobre como foi feita a pesquisa, como a quantidade de sujeitos na sala de aula, o tempo de observação e coleta dos dados”

(PER_A_B2_PC_3)

“A metodologia não está clara. O texto é primordialmente um ensaio teórico. Mesmo assim, não há um delineamento claro dos autores a serem analisados, nem da organização da estrutura textual”

(PER_A_B2_PC_4)

“[A metodologia utilizada é adequada aos objetivos pretendidos?] Sim, mas a mobilização das noções teóricas precisam ser melhor explicitadas. Isso promoverá análises mais bem fundamentadas”

(PER_A_B2_PC_6)

“A metodologia não foi suficientemente descrita”

(PER_A_B2_PC_7)

“A pesquisa não demonstra seguir a metodologia variacionista. Não há descrição metodológica”

(PER_A_B2_PC_8)

“2. Entendo que aplicar questionários e analisar as respostas obtidas por meio desse instrumento seja um meio para se chegar a um objetivo, mas o objetivo em si. O mesmo pode ser estendido ao objeto de estudo que, a meu ver, é o uso e a possível eficácia do aplicativo escolhido no processo de ensino e aprendizagem de língua inglesa, sob a perspectiva dos docentes e dos alunos, mas não esses participantes; 3. Da maneira como está apresentado, o artigo deixa dúvidas em relação a diferentes aspectos, tais como: se os alunos afirmaram usar mais de dez aplicativos, por que apenas quatro foram considerados/mencionados e, mais importante ainda, por que o aplicativo Menrise foi o escolhido, uma vez o mesmo apresentava as mesmas características dos demais, exceto o fato de não ser totalmente gratuito, e sendo o menos popular entre os aplicativos apresentados? Em relação aos participantes, qual o critério de escolha dos mesmos e quantos se tornaram participantes efetivos? Se apenas de uma sala de aula, qual a participação do pesquisador e do docente responsável pela turma? Como exatamente o experimento foi realizado e a como a aprendizagem foi avaliada?”

(PER_A_B2_PC_21)

“ Outra reorganização seria na Metodologia. Descrições dos sujeitos deveriam estar no item anterior. Em 2.1 deve-se retirar as aspas de experiência e ser professor, e se esclarecer o que é “certa experiência”. Isso se refere, por exemplo, a quanto tempo de prática? Sobre PS2, qual a área de atuação profissional dele/a? As considerações sobre o que as falas dos professores revelam devem estar somente na análise, não servir para descrevê-los. O último parágrafo de a) Sobre os sujeitos: parece irrelevante, uma vez que os diários não são tematizados”

(PER_B_A4_PC_3)

“Algumas observações, contudo, merecem a atenção do autor. A primeira refere-se à necessidade de uma justificativa mais clara ou melhor (dos critérios) de seleção dos dois textos, bem como do suporte escolhido, pois ora se analisam os textos das reportagens, ora são mobilizadas imagens/vídeos para ilustrar as escolhas linguísticas (cf. Figura 2 e a menção na página 7 após a Figura 1). Como sugestão, as figuras do artigo, caso a imagem do vídeo não seja matéria de discussão e análise, poderiam ser convertidas pelo texto mesmo das reportagens, já que não são as imagens objeto de investigação, e sim os textos e as escolhas linguísticas”

(PER_B_A4_PC_7)

“ Embora os autores admitam tratar-se de um estudo ainda incipiente, a análise ficou bastante limitada, em razão de algumas incompletudes: (i) a metodologia sugere que as dez línguas serão consideradas, mas dados de apenas três delas foram explorados, sem que os autores justifiquem tal limitação;”

(PER_C_A2_PC_4)

“6. Não há total clareza sobre a metodologia e o corpus empregados;”

(PER_C_A2_PC_10)

“Nos estudos enunciativos atuais, há diversos autores, inclusive discutindo a perspectiva de Benveniste. Sugere-se explicitar o critério para a seleção de Guimarães (2017)”

(PER_C_A2_PC_13)

“Metodologia mal explicitada e análise ausente. Quais são os dados? Quais os procedimentos e instrumentos de análise?”

(PER_C_A2_PC_14)

“2. METODOLOGIA: Esta seção pode ser melhor detalhada. Há referência a autores que realizaram classificações de tipos e enfoques de questões, bem como dos estratos de linguagem que elas acionam, mas essas classificações não são detalhadas ao leitor, e permanecem vagas. Além disso, esta seção não

faz referência aos princípios metodológicos da Análise Crítica de Gêneros, apresentada na seção anterior”

(PER_C_A2_PC_16)

“ pg. 7) Quando se fala em estatística, é preciso ter mais cautela e mais precisão porque não fica claro o que se está assumindo efetivamente por estatística. é uma questão simples de proporção. A questão da transitividade prototípica, levantada anteriormente (e retomada na seção seguinte, como segunda opção do que seja protótipo), parece mais interessante: a transitividade prototípica seria um Agente (definido e animado) executando algo em um paciente / tema (indefinido e inanimado). Como a seção seguinte esclarece a questão de maneira precisa, sugiro que se faça alguma ressalva alertando o leitor que a questão estatística será discutida”

(PER_C_A2_PC_19)

“O artigo aborda tema interessante, com contribuições à linguística, principalmente para a linguística das línguas de sinais. Entretanto, é preciso dar uma atenção especial aos aspectos metodológicos, que não são especificados no artigo. Mesmo sendo um artigo de cunho mais teórico, é baseado em dados de informantes que não foram especificados. Quando se trata de artigos sobre línguas de sinais, com informantes surdos, é importante detalhar mais a metodologia. Como esses dados foram coletados? Quantos sujeitos participaram da coleta? Quem são esses informantes? Qual o nível de escolaridade dos mesmos? Qual a relação deles com a língua portuguesa e com a língua de sinais? Essas informações são importantes visto que há muita diversidade linguística entre os surdos e os níveis de interlíngua podem ser bem distintos. Os textos escritos partiram de algum tema específico? Como se deu esse processo de escrita?”

(PER_C_A2_PC_20)

“No que se refere ao recorte metodológico, destaco que o texto faz um bom detalhamento sobre o caminho trilhado durante o estudo e, ainda, apresenta os critérios utilizados para selecionar o corpus analisado”

(PER_D_A4_PC_1)

“Faço um questionamento sobre o corpus. O que justifica usar um texto de 2016? Esse ano não faz parte do escopo da pesquisa (2017 a 2019), o que o justificaria. Não sendo, o artigo apresenta um corpus também desatualizado”

(PER_D_A4_PC_2)

“INTRODUÇÃO: na contextualização é citado o Grammar Translation Method como um método que atenta para a literatura no ensino de língua inglesa. Sabe-se que o método mencionado trabalhava com textos considerados clássicos da literatura. No entanto, há de se problematizar o como esses textos eram trabalhados”

“c) Caso o estudo ainda esteja em andamento ou se planeje fazer novos estudos na área seria interessante saber dos entrevistados se eles tiveram contato com literatura durante as aulas das disciplinas de língua inglesa em seus cursos de graduação ou não”

(PER_D_A4_PC_3)

“Muito embora, a “comunidade” observada precisa ser mais especificada (desde o título do artigo, o resumo e a metodologia), pois são mencionados estudantes universitários de cursos (sem especificação de qual/quais cursos), a origem desses alunos etc.”

“(5) em todas as questões do questionário aplicado na pesquisa há o uso categórico do pronome você para se referir à segunda pessoa do singular (P2). Esse uso deve intervir nos resultados e fazer com que

o informante interprete sempre o pronome tu como uma forma de distanciamento. O que o(s) autor(es) desta pesquisa pode(m) dizer sobre isso?”

“(6) Há uma justificativa de que a pesquisa é quantitativa (e usa o programa R para isso, em detrimento de outros – muito embora sejam apresentados apenas frequências de uso!), mas todos os dados analisados são de percepções subjetivas dos informantes. Como os autores se posicionam em relação a isso?”

(PER_D_A4_PC_5)

“Além disso, há também muitos problemas de ordem de apresentação dos resultados quantitativos, os quais comento detalhadamente no arquivo do manuscrito. Por ser uma pesquisa experimental, faz-se necessário que autor revise a estrutura geral do artigo. O autor precisa reportar adequadamente o experimento, tal como é usual em trabalhos experimentais. Em geral, mesmo com algumas variações, os experimentos são reportados com as seções: Material, Método, Participantes, Dados, Resultados e Discussão. O modo como está organizado deixa o leitor confuso e alguns detalhes do experimento sequer são descritos, assim como a discussão fica prejudicada. É importante ter em mente que a descrição do experimento deve ser extremamente detalhada para permitir a sua replicação. Algumas orientações sobre como reportar trabalhos experimentais podem ser lidas aqui: <https://writingcenter.unc.edu/tips-and-tools/scientific-reports>”

(PER_D_A4_PC_7)

“A opção de identificar e analisar apenas “passos” pode ser questionada, apesar de ter um antecedente citado em Alves Filho. Se os passos são estratégias que realizam movimentos, como posso identificar passos sem identificar os movimentos? Creio que a literatura internacional dá mais respaldo para o contrário: identificar os movimentos sem entrar nas particularidades dos passos. Por isso mesmo a teoria/metodologia de Swales também se chama de “move analysis” e não de “step analysis”. Sugiro repensar: o que foi identificado são passos ou movimentos? Se são passos, agrupá-los em movimentos daria maior objetividade à análise”

(PER_D_A4_PC_9)

“(7) Metodologia: Não ficou clara e objetiva no trabalho”

(PER_D_A4_PC_13)

“Além dos pontos mencionados, o texto carece de uma seção de metodologia para que questões como as seguintes fiquem claras: 1) qual a distribuição temporal dos textos no século analisado? 2) textos produzidos no início do século possuem a mesma sintaxe do fenômeno que os do final do século? 3) a transcrição dos textos, sobretudo no que se refere à pontuação, não interfere na análise das estruturas, principalmente as relativas explicativas? 4) Por que foram escolhidos os grupos contrastivos adotados? 5) Quais serão as categorias de análise adotadas para evitar a flutuação nas observações?”

(PER_D_A4_PC_17)

-“(8) A seção 3 (Procedimentos metodológicos) contém as seguintes lacunas, que necessitam ser preenchidas:

a) A pesquisa foi realizada com estudantes em ambiente escolar. Portanto, o projeto do estudo deve ter sido aprovado pelo Comitê de Ética da instituição a que se vincula o/a pesquisador/a. Incluir o número e a data do parecer de aprovação do Comitê de Ética e esclarecer como se deu a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelos pais dos alunos.

b) Afirma-se que os dados foram levantados de textos escritos por estudantes. O que foi solicitado aos alunos? Qual foi o enunciado da tarefa? A tarefa era parte das atividades de aula ou foi solicitada em horário extraclasse, exclusivamente para a pesquisa? Quem aplicou a tarefa, o/a pesquisador/a ou o docente responsável pela turma de cada estudante?

c) Na seleção dos alunos, qual era o desempenho escolar dos alunos em ortografia antes da realização da tarefa? Alunos “fortes” e alunos “fracos” no registro ortográfico podem influenciar os resultados alcançados. Como se selecionaram os alunos? Foram indicados por um coordenador, por um professor? Ou os alunos se voluntariaram para participar?

d) É necessário afirmar qual é a variável dependente da análise quantitativa e fornecer exemplo. Sobre as variáveis linguísticas e sociais independentes consideradas na análise, além dos nomes, é preciso incluir e exemplificar (sempre que possível) os fatores contidos em cada uma, e as hipóteses testadas na análise”

(PER_D_A4_PC_19)

(1985 palavras)

TIPOS DE COMENTÁRIO (VI)

CONTRIBUIÇÃO, RELEVÂNCIA E INOVAÇÃO

“O artigo aborda um tema muito importante para área, principalmente considerando-se o impulso que o ensino-aprendizagem de PLA tem tido ultimamente, em função de necessidades de internacionalização nas universidades. Além disso, trazer os significados tecidos pelos atores focais do processo – o professor em formação – é de extrema valia para nossa área”

“Temática já bastante discutida sob várias óticas cujas conclusões corroboram o que os estudos linguísticos defendem: nenhum sistema linguístico deve ser valorado como melhor ou pior do que outro”

“O autor pretendeu tratar da avaliação de larga escala em relação com o ensino de português, que é um tema atual e relevante; no entanto, não delimitou bem a questão de pesquisa e, por extensão, não trouxe contribuição às áreas de conhecimento envolvidas na discussão”

“Não foi possível identificar pontos originais na reflexão empreendida”

(PER_A_B2_PC_7)

“ Sim, o tema possui grande relevância, pois relaciona teorias do texto/discurso à prática docente e ao ensino de língua portuguesa na educação básica.

Embora não seja um tema original, o trabalho não se limita a expor a teoria e propõe, efetivamente, formas de trabalhar a coesão textual, o que torna o artigo relevante.”

(PER_A_B2_PC_17)

“O trabalho no qual emito o parecer apresenta uma temática de interesse acadêmico e com contribuições para o entendimento dos fenômenos linguísticos e culturais que acontecem nas redes sociais, particularmente no Facebook, mostrando como se dá a escrita colaborativa nesses espaços de práticas sociais. Parablenizo o(s) autor(es) pelo empenho na realização de um estudo que, acredito, tenha sido bem amplo e que apresenta uma maturidade acadêmica tanto em relação às ideias apresentadas, como na qualidade da escrita”

(PER_A_B2_PC_22)

“O artigo é muito original quanto ao tema, a questão de solicitar modificações refere-se a normatização e as referências bibliográficas, É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa. Por exemplo: colocar em nota de rodapé referência do corpus analítico e repete no item Referências. Um cópia do artigo estará anexo a este formulário”

(PER_B_A4_PC_16)
“O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar. Há três sugestões de correção: i) ortografia do nome Schneuwly em duas ocorrências no texto e a repetição de uma referência na bibliografia; ii) inserção de um pequeno parágrafo descrevendo a SD e o que são os Cadernos PDE para o leitor que não é do Paraná e que não conhece o Programa ou o material; iii) uso de nome completo e iniciais nas referências. Sugiro padronizar”
(PER_B_A4_PC_17)
“O artigo mostra ineditismo por tratar de conceitos recentes acerca dos gêneros do discurso (evidenciar a desgenerização nas crenças de professores de línguas em formação, compor um análise integrando as teorias de Bakhtin e Vigotski). Também é importante ressaltar a contribuição para a área de formação de professores de línguas estrangeiras, pela escolha dos participantes”
(PER_B_A4_PC_20)
“A diversidade de posições-sujeito encontradas revela a importância do tipo de análise empreendida e da contribuição para a área”
“Trata-se de artigo que propõe contribuição relevante para a área de estudo em história das ideias linguísticas. A referida contribuição se caracteriza por fornecer conhecimento adequado ao tipo de pesquisa empreendida, contendo ainda uma interessante articulação no quadro teórico. Em relação à articulação proposta no quadro teórico, explicita-se o interesse pela noção de sujeito, discutindo seus contornos na teoria enunciativa de Benveniste e na teoria do discurso de M. Pêcheux. Essa articulação é relevante e adequada para o tipo de análise empreendido”
(PER_C_A2_PC_13)
“Trata-se de um artigo que analisa a construção ideológica da factualidade numa audiência de mediação de conflito no PROCON. O artigo é bastante rico empiricamente e tem um bom referencial teórico. Acho uma importante contribuição aos estudos da linguagem de base interacional. Estou enviando anexo um documento com algumas sugestões de revisão”
(PER_C_A2_PC_17)
“O artigo aborda tema interessante, com contribuições à linguística, principalmente para a linguística das línguas de sinais”
(PER_C_A2_PC_20)
“O artigo avaliado é relevante, quanto à temática, e sustentado por uma consistente base teórica. Entretanto, precisa ser atualizado ao debate político-ambiental para ser publicado”
(PER_D_A4_PC_2)
“O artigo aborda uma temática relevante que pode vir a contribuir nas discussões e estudos sobre EFL, mais especificamente, no uso da literatura para a promoção do ensino de inglês”
(PER_D_A4_PC_3)
“Trata-se de uma temática bastante relevante, não só por estar voltada ao ensino de LP, mas principalmente por abordar um fenômeno gramatical que é sensível a avaliações estigmatizadas e apresentar uma proposta de intervenção pedagógica bastante interessante, com base num gênero com o qual os alunos estão familiarizados”
“O texto apresenta uma série de problemas pontuais, sinalizados nos comentários inseridos ao longo do artigo, que acabam prejudicando a qualidade da produção. No entanto, se o(a) autor(a) fizer uma revisão

<p>textual criteriosa, o trabalho merece ser divulgado, pois traz uma contribuição relevante no âmbito da Sociolinguística Educacional”</p> <p>(PER_D_A4_PC_4)</p>
<p>“O artigo traz uma análise das percepções de uso do pronome tu de estudantes universitários da Universidade Federal de Alagoas. Um ponto forte do artigo é abordar a variação tu/você em uma comunidade do português brasileiro, considerando a percepção dos informantes”</p> <p>(PER_D_A4_PC_5)</p>
<p>“O trabalho é pertinente, bem organizado, bem escrito, com pequenos problemas formais (apontados no texto). A investigação faz uma boa revisão da literatura e se apoia em trabalhos atuais da área. Os resultados são importantes para a compreensão da escrita de projetos de pesquisa”</p> <p>(PER_D_A4_PC_9)</p>
<p>“O trabalho é bastante importante na medida em que descreve uma língua que desafia o que se conhece sobre a tipologia de DOM. Esse tipo de descrição é muito valioso para a linguística teórica e a tipologia linguística”</p> <p>(PER_D_A4_PC_10)</p>
<p>“1) A relevância atual do artigo: O artigo é bastante relevante na área de Libras, tendo em vista que traga a discussão e a importância da nomeação de pessoas dentro da comunidade surda. 2) Precisão na abordagem do tema explorado: O(s) autor(es) aborda(m) o tema com precisão e apresenta(m) claramente a orientação teóricometodológica na qual o trabalho se baseia”</p> <p>“9) Mérito intelectual (arcabouço teórico ou metodológico): O mérito desse trabalho é mais teórico do que metodológico, embora a contribuição metodológica também seja relevante. Ele traz para os estudos da nomeação em Libras uma análise criteriosa, que leve em conta todos os aspectos, quanto a cultura, língua e sujeito surdo”</p> <p>(PER_D_A4_PC_13)</p>
<p>“O artigo investiga o registro ortográfico de uma variável fonético-fonológica da fala vernacular de português brasileiro, o apagamento de /R/ em coda silábica. Pode contribuir não só para o ensino-aprendizagem da grafia do português, mas também para aproximar a teoria linguística da prática pedagógica. A literatura revisada é pertinente e a análise (quantitativa) efetuada é adequada aos objetivos do estudo. Em termos de textualidade, o artigo é bem escrito”</p> <p>(PER_D_A4_PC_19)</p>
<p>(1237 palavras)</p>

TIPOS DE COMENTÁRIO (VII)
METAESTRUTURAL
<p>“Faltam datas de publicação de inúmeras obras e comentários do autor sobre algumas das citações presentes no corpo do ensaio”</p> <p>(PER_A_B2_PC_4)</p>
<p>“Além de algumas falhas de normatização bibliográfica, o texto não se constitui como um artigo científico: apresenta mistura de conceitos teóricos, tom prescritivo e confusão entre sugestões de procedimentos didáticos e análise de dados”</p>

(PER_A_B2_PC_7)
“Sobre as figuras: corrigir as numerações e apresentar fotografias do livro sem escritas, comentários”
(PER_A_B2_PC_11)
“O texto não está de acordo com as regras estabelecidas pela equipe editorial. Além disso, há autores citados no corpo do trabalho que não aparecem nas referências. Tais ausências estão assinaladas no corpo do texto”
(PER_A_B2_PC_17)
“ Há algumas dissonâncias em citações e na lista de Referências”
(PER_A_B2_PC_19)
“ Entre estas, sugiro um suporte teórico para tratar do Facebook logo na introdução e a inversão dos tópicos que tratam dessa rede social e o que descreve as gerações da Web, uma vez que essas gerações antecedem aquela rede social. Ainda em relação a esse último tópico, entendo que, por ser parte do objeto de estudo, a Web 2.0 tenha recebido mais atenção, o que é mais que justificado, porém, em um primeiro momento, o fato da mesma não ter sido explicada em uma sequência esperada, pode causar uma certa expectativa e prejudicar o percurso da leitura”
(PER_A_B2_PC_22)
“2. 5º. Parágrafo: evitar usar perguntas diretas em texto acadêmico. 7o. parágrafo: corrigir próclise para ‘o primeiro ponto que se faz necessário...’”
(PER_B_A4_PC_3)
“7) Com relação aos quadros: Consultar a ABNT. Esta tem convenções específicas para a apresentação de quadros que ultrapassam mais de uma página, como é o caso do Quadro 1 e 2 do artigo. 8) As descrições dos quadros são mais que breves e deveriam ser incorporadas ao texto, logo abaixo deles ou antes de serem apresentados. 9) Em relação às referências, não foram citados textos que são referidos no corpo texto, por exemplo, Oliveira (2011), Magalhães e Araujo (2012), INEP (2013). Convém rastrear para identificar outros, se houver. Ainda em relação às referências, seria conveniente substituir no texto a primeira pela segunda edição revisada de Kress e van Leeuwen, de 2006”
“10) De modo geral, há um desequilíbrio entre a fundamentação teórica (9 páginas) e o relato da experiência (5 páginas), a qual constitui a informação nova do artigo. Uma das formas de minimizar esse desequilíbrio seria transpor os quadros para o relato, logo após a descrição do corpus de imagens analisado, ilustrando o modelo para os procedimentos/parâmetros usados pelos sujeitos na análise. A outra forma seria incrementar a discussão dos dados com mais detalhes sobre “... o contexto, o tempo...”, elementos também considerados na produção dos textos da experiência. Ressalto que a inovação do artigo está no relato e sua discussão, não na resenha da literatura”
(PER_B_A4_PC_4)
“A terceira observação concerne à ausência ou erro de numeração nas seções. A partir da subseção 2.1, segue-se a seção 4, sem a presença anterior de uma seção 3”
“Por fim, recomenda-se a menção aos dois textos de reportagens nas Referências, pois vê-se apenas uma delas. Além disso, sugere-se que seja feita referência das reportagens de forma devida, tal como definem as normas de publicação desta Revista ou mesmo as normas da ABNT para casos como esse”
(PER_B_A4_PC_7).

“Fazer a adequação dos autores referenciados no corpo do texto aos autores citados nas referências. Substituir, no Abstract, ‘the lived experiences would have a positive connotation’ por ‘their life experiences would have had a positive connotation’”

(PER_B_A4_PC_14)

“ O artigo é muito original quanto ao tema, a questão de solicitar modificações refere-se a normatização e as referências bibliográficas, É preciso consultar a normatização da revista para uma revisão cuidadosa. Por exemplo: colocar em nota de rodapé referência do corpus analítico e repete no item Referências. Um cópia do artigo estará anexo a este formulário”

(PER_B_A4_PC_16)

“a) Adequar o texto às normas da revista (que segue a ABNT)”

(PER_C_A2_PC_5)

“É preciso rever as referências de acordo com ABNT”

“É necessário também formatar as notas de rodapé e as referências bibliográficas e as expressões em itálico”

(PER_C_A2_PC_6)

“3. Há a definição dos inúmeros processos de criação lexical, entre os itens 2.1 e 2.13, entretanto não há clareza sobre a fonte das informações (seriam de autoria do próprio autor do texto? Se não, é importante citar a fonte); 4. Há exemplos de neologismos ilustrando os processos, também sem citação da fonte; 5. Há também ocorrências dos itens lexicais que foram investigados na imprensa, como apontado no início do texto, entretanto não são mencionadas as fontes;”

(PER_C_A2_PC_10)

“O artigo precisa ser caracterizado mais como científico, passa a impressao que eh propaganda de um produto digital, mas com algumas correcoes, podera ser publicado”

(PER_C_A2_PC_14)

“5. REFERÊNCIAS: Há o uso de citação direta no texto sem a devida referência à página de onde a citação foi retirada (seção de resultados)”

(PER_C_A2_PC_16)

“O resumo coloca claramente o problema e os objetivos. Sugiro, entretanto, que a parte em que se diz " Não existe uma teoria que tente unificar as diferentes motivações do DOM. Não há uma explicação para a relação entre a semântica do verbo e a semântica do sintagma nominal no DOM. Nossa proposta é que estes diferentes fatores podem ser unificados em uma única teoria" seja apresentada no começo do resumo e não ao final, de maneira a melhorar a sequência da apresentação”

(PER_C_A2_PC_19)

“Quanto à estrutura, o artigo precisa de uma reorganização quanto ao uso da norma padrão da língua portuguesa, como também muita atenção e revisão nas referências das citações - durante todo o texto - saliento uma referência muito utilizada, a qual está indicada como: XXX (2017)”

(PER_D_A4_PC_1)

“Faltou um parágrafo antes da metodologia que explicitamente estabeleça a relação entre o que se discutiu e o estudo realizado pelo autor. (apresentado no artigo em avaliação)”

(PER_D_A4_PC_3)
“O artigo poderia ter as atividades propostas aos alunos (que geraram a discussão o tema) disponíveis em anexo. Assim, seria possível acompanhar, de maneira mais acertada, as reflexões indicadas ao longo do texto”
(PER_D_A4_PC_8)
“O resumo precisa ser melhor desenvolvido, não se encerrando no objetivo da pesquisa, uma vez que nele se espera que o autor, em linhas gerais, apresente a metodologia, os resultados e as conclusões do estudo”
(PER_D_A4_PC_17)
“Convém ainda esclarecer, na introdução, qual o percurso do texto, ou seja, como será organizado”
(PER_D_A4_PC_18)
“Em relação às referências, elas estão em conformidade com a ABNT, mas precisam de uma revisão quanto a espaços que envolvem os hifens. Além disso, há autores citados no texto, sem a devida referenciação”
“O título é apresentado de forma compreensiva e concisa, refletindo o conteúdo abordado. Seu resumo apresenta-se incompleto, pois não apontam os autores que serão utilizados para formar a discussão, assim como falta um certo “resultado” alcançado, a partir das leituras e discussões para este artigo. Isto é, não se apresenta uma “conclusão” provenientes exclusivamente do estudo apresentado”
“Uma coisa que ajudaria também nesta seção [fundamentação teórica], a da discussão da teoria e formação de conhecimentos, seria ligação entre as partes. As seções parecem estar soltas, desconexas. Não há ligação entre elas, entre uma seção e outra. Finaliza-se uma seção sem que haja ligação com a seguinte. Nas considerações finais, esperava-se uma retomada do exposto anteriormente, retomando os objetivos, bem como uma sintetização de todo o apanhado descrito/apresentado, fosse em forma de conceitos dos autores, fosse em forma de um quadro. Ou seja, uma forma que apresentasse os pontos de vista dos autores sobre os temas abordados”
(PER_D_A4_PC_20)
(1223 palavras)

TIPOS DE COMENTÁRIO (VIII)

METACOMUNICATIVO

“ 4. Além desses questionamentos, sugiro que o(a) autor(a) a apresente as informações de maneira que dê a resposta ao leitor antes que o mesmo sinta a necessidade de busca-la. Por exemplo, ao apresentar termos novos e/ou não muito conhecidos, tais como multimodalidade (relevância?), gamificação, nativos digitais e typeform, dar créditos aos seus teóricos e explicar, mesmo que em uma nota de rodapé, o que esses termos significam. Explicar porque nem todos os questionários aplicados receberam respostas e quantos exatamente desses precisaram ser descartados”
(PER_A_B2_PC_21)
Ainda em relação a esse último tópico, entendo que, por ser parte do objeto de estudo, a Web 2.0 tenha recebido mais atenção, o que é mais que justificado, porém, em um primeiro momento, o fato da mesma não ter sido explicada em uma sequência esperada, pode causar uma certa expectativa e prejudicar o percurso da leitura”

PER_A_B2_PC_22)
“O texto é excelente e traz contribuição para a área como a apreciação feita pode demonstrar. Há três sugestões de correção: i) ortografia do nome Schneuwly em duas ocorrências no texto e a repetição de uma referência na bibliografia; ii) inserção de um pequeno parágrafo descrevendo a SD e o que são os Cadernos PDE para o leitor que não é do Paraná e que não conhece o Programa ou o material; iii) uso de nome completo e iniciais nas referências. Sugiro padronizar”
(PER_B_A4_PC_19)
“Minha sugestão, antes da publicação, é que a metodologia seja melhor explicada/explicitada no resumo e no corpo, pois, sobre amostra das produções textuais e dos sujeitos analisados, o leitor não encontra informações”
(PER_B_A4_PC_20)
“Outro ponto relevante é que há algumas parte em que as explicações são tão endógenas, que se torna inacessíveis àqueles que não estão a par do arcabouço teórico utilizado e da bibliografia mencionada. É o que ocorre na página 6, no parágrafo que trata da subdivisão das orações monocondicionais de condição suficiente, por exemplo”
(PER_C_A2_PC_6)
“Recomendo o artigo ANÁLISE CRÍTICA DE GÊNERO: UMA ANÁLISE DE UM TESTE DE PROFICIÊNCIA EM INGLÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA para publicação, mas sugiro algumas alterações que, espero, contribuam para qualificar ainda mais o trabalho. Elenquei as sugestões ao longo do texto, dentre as quais destaco a necessidade de desenvolver mais a argumentação na seção de análise dos dados para que as conclusões apresentadas sejam, de fato, claras ao leitor e bem sustentadas pelos resultados”
(PER_C_A2_PC_15)
“3.2) Além disso, é preciso explicar melhor os próprios enfoques (o que significam, o que demandam do examinando). Essa informação está no texto, mas é apresentada posteriormente. Sugiro que seja apresentada antes para o leitor, para que este possa compreender melhor o que está sendo dito”
(PER_C_A2_PC_16)
“pg. 6) nos exemplos do sardo, A representa o código utilizado para agente? é preciso lembrar isso pq é uma língua desconhecida e o leitor pode entender que se pronuncia o A”
(PER_C_A2_PC_19)
“Além disso, é importante, na seção 4, dar exemplos de sentenças que apresentem o passado marcado e não marcado, o presente marcado e não marcado, o futuro, para que o leitor entenda melhor o sistema de marcação temporal na Libras”
(PER_C_A2_PC_20)
“5) Adequação dos exemplos: Por se tratar de uma língua visu-espacial senti falta de exemplos ilustrativos para que possa ter mais clareza e entendimento do texto”
(PER_D_A4_PC_13)
(357 palavras)